DocuSign Envelope ID: 5AE8AFE7-7AA1-423E-B05A-82E1D9F06A3B

GAZETA DE S.PAULO

Sexta-feira
30 DE ABRIL DE 2021

A VERDADE NAS BANCAS

FUNDADO EM 1.999 - ANO 21 - Nº 5.687

R$ 2,00
DF e outros Estados - R$ 3,00
gazetasp.com.br

CPI terá semana de depoimentos de ex-ministros e atual da Saúde. BRASIL/A5

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

ISSN 2177-0824

BRASIL PERDE 400 MIL VIDAS PARA A COVID-19

»Número de vidas perdidas foi alcançado após um ano e um mês depois do primeiro óbito registrado no País pela doença

O Brasil chegou nesta quinta-feira à impressionante e triste marca de 400 mil mortes por Covid-19 – mais precisamente, 400.021. O número de vidas perdidas foi alcançado após um ano e um mês depois do primeiro óbito registrado no Brasil, em 12 de março de 2020, na cidade de São Paulo. A marca dos primeiros 100 mil óbitos no Brasil foi atingida quase 5 meses - 149 dias - após a primeira pessoa morrer pela doença no País. Já para passar dos 300 mil aos 400 mil foram 36 dias. BRASIL/A5

TABOÃO DA SERRA

Câmara vai investigar gastos da saúde

Os vereadores da Câmara Municipal de Taboão da Serra abriram uma CEI (Comissão Especial de Inquérito) para investigar possíveis fraudes e irregularidades na utilização das verbas direcionadas ao combate à Covid-19. No pedido, assinado pelos 13 vereadores, a CEI terá 120 dias para realizar a investigação. Vereadores alegam que a empresa que gere os serviços não prestou contas da verba que foi destinada ao combate à pandemia na cidade e há suspeita de outras irregularidades durante a gestão anterior. ESTADO/A3

Parque Marabá volta a ter base móvel da GCM

ESTADO/A3

Estudante de SP pode receber chip com internet

Estudantes da rede estadual de São Paulo têm até esta sexta-feira (30) para confirmar interesse em receber o chip com 3GB de internet e participar do Programa Além da Escola. A iniciativa é direcionada aos alunos do 6º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio das escolas regulares, priorizando os mais vulneráveis, segundo o CadÚnico. Por meio da tecnologia, a ação expande a carga horária dos estudantes, que passarão por momentos de recuperação de aprendizagem de maneira dinâmica. SERVIÇOS/A2

ASTRAZENECA/OXFORD

Ministério da Saúde vai distribuir mais 5,2 milhões de doses BRASIL/A5

ETTORE CHIEREGUINI/GAZETA DE S.PAULO

Memória **Faria Lima: como surgiu o principal centro financeiro do Brasil**

Quem passa pela avenida Faria Lima, especialmente onde ficam os famosos prédios espelhados, que abrigam startups de tecnologia, não imagina que a via já foi uma área de várzea. Conheça a história da avenida que concentra 1% do PIB do País. ESTADO/A3

CORONAVÍRUS

Estado inicia vacinação para faixa de 63 anos

O estado de São Paulo iniciou nesta quinta-feira (29) a vacinação contra a Covid-19 de idosos com 63 anos. A expectativa é a de imunizar 420 mil pessoas desta faixa etária. Na capital paulista, os drive thrus e as farmácias conveniadas aplicarão nesta quinta e sexta-feira apenas a primeira dose do imunizante. Quem for tomar a segunda dose deve procurar exclusivamente uma UBS ou um SAE. A cidade de São Paulo está aplicando a vacinação contra a doença em 468 UBSs, 17 SAEs e três centros-escolas. ESTADO/A3

Estados vão receber 864 mil kits intubação

BRASIL/A5

Após 6 anos, obra do Zavuvus é entregue

Após seis anos de obras, paralisações e atrasos, a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras (Siurb) anunciou nesta quinta-feira ter finalizado as construções das novas galerias do córrego Zavuvus, próximo à estação Jurubatuba da CPTM, zona sul da Capital. O trânsito foi totalmente liberado no último sábado (24), com novo atraso. Em fevereiro, a Prefeitura informou à *Gazeta* que iria reabrir em 15 de março o trecho da via entre a rua Professor Campos de Oliveira e a rua Berzélio, sentido Marginal Pinheiros. ESTADO/A3

CPI DA COVID

Lewandowski mantém Renan na relatoria da CPI BRASIL/A5

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2021 | 18:17:17 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 5AE8AFE7-7AA1-423E-B05A-82E1D9F06A3B

NOTAS

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Mega-Sena. Nenhum apostador acertou as seis dezenas do sorteio da Mega-Sena, realizado nesta quarta-feira (28), no Espaço Loterias Caixa, em São Paulo. Os números sorteados no concurso 2.366 foram 04, 27, 33, 35, 38 e 41. O prêmio estimado para o próximo sorteio, no sábado (30), é de R$ 34 milhões. A quina teve 76 ganhadores, com prêmio individual de R$ 37.685,71. Foram 4.869 apostas ganhadoras da quadra e o prêmio para cada uma é R$ 840,33. As apostas na Mega-Sena podem ser feitas até as 19h (horário de Brasília) do dia do sorteio em lotéricas ou pela internet. A aposta simples, com seis dezenas, custa R$ 4,50. **(AB)**

Jockey Club. A Prefeitura de São Paulo alterou o prazo final da consulta pública on-line para o dia 26 de junho para a discussão do plano urbanístico do Jockey Club, na zona sul da Capital. O plano é desenvolvido pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) e pela São Paulo Urbanismo, empresa pública vinculada à SMUL. O objetivo do programa é definir as regras para transformação de um dos maiores equipamentos da cidade, tendo em vista a sua valorização histórica e arquitetônica. **(GSP)**

Edificações. Processos relacionados à segurança e acessibilidade de edificação agora podem ser solicitados sem precisar sair de casa. O mesmo ocorre com o pedido de alvarás para equipamentos e instalações, como elevadores e tanques de combustível. A Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) tornou todos esses trâmites 100% digitais. Os pedidos são registrados, na sua maioria, via Portal de Licenciamento, ou por meio do processo SEI. Todos os processos são de competência da Coordenadoria de Controle e Uso de Imóveis (Contru). **(GSP)**

Mudança no Morumbi. A Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) vai implantar mão única de direção na rua Jeriquara, no sentido da rua Doutora Glete de Alcântara para a avenida Jorge João Saad, na Vila Inah, região do Morumbi, zona sul da cidade, a partir de sábado (1º). A medida tem como objetivo melhorar as condições de segurança de pedestres e de fluidez no trânsito local. **(GSP)**

GAZETA DE S.PAULO

"Um jornal independente é um jornal que tem a missão de levar à tona as informações que lhe são conferidas, não se vendendo aos interesses partidários e políticos, sempre focado em um único objetivo: informar corretamente os seus leitores. O Leitor em primeiro lugar".

SERGIO SOUZA
Fundador

DANIEL SOUZA
Diretor Presidente

PAULO SOUZA
Diretor Gráfico

MARCELO BARROS
Diretor - Vale do Ribeira

NELY ROSSANY
Editora Responsável

ALEXANDRE BUENO
Diretor - Litoral e Vale do Paraíba

Jornal Gazeta de S. Paulo é uma publicação da empresa **Jornal Gazeta SP Ltda** - CNPJ: 04.735.364/0001-70 • **Fundado em 29/06/1999** • **Circulação:** Nacional e no Estado de São Paulo • **Periodicidade:** Diária • **Preço/Exemplar:** R$ 2,00 / Balcão: R$ 2,00 / DF e outros Estados: R$ 3,00 • **São Paulo:** Rua Tuim 101, A - Moema, São Paulo - SP - CEP 04514-100 - Fone/Fax: (11) 3729-6600 • **Representantes em Brasília:** (61) 3321-3440 • **Tiragem por edição:** 40.850 exemplares • **Agências de Notícias:** Agência Brasil (AB), Estadão Conteúdo (EC), Folhapress (FP). Matérias assinadas e opiniões emitidas em artigos são de responsabilidade de seus autores.

FALE COM A GAZETA

Edição - Nely Rossany
editor@gazetasp.com.br
Capital
redacao@gazetasp.com.br
Comercial
comercial@gazetasp.com.br
Administrativo
joana@gazetasp.com.br

Faturamento
faturamento@gazetasp.com.br
Cobrança
financeiro@gazetasp.com.br
Distribuição
daniel@gazetasp.com.br
Gráfica
alexandre@gazetasp.com.br

Telefone - 11. 3729-6600
Site - www.gazetasp.com.br

GRUPO GAZETA DE S. PAULO

Edição digital certificada: DocuSign

Jornal Associado: ANJ Associação Nacional de Jornais

REDE ESTADUAL DE ENSINO. Iniciativa é direcionada aos alunos da rede estadual do 6º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio das escolas regulares

Alunos têm de confirmar interesse em chip até hoje

Estudantes da rede estadual de São Paulo têm até esta sexta-feira (30) para confirmar interesse em receber o chip com 3GB de internet e participar do Programa Além da Escola. A iniciativa é direcionada aos alunos do 6º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio das escolas regulares, priorizando os mais vulneráveis, segundo o CadÚnico.

Por meio da tecnologia, a ação expande a carga horária dos estudantes, que passarão por momentos de recuperação de aprendizagem de maneira dinâmica, projetos em grupo que resolvam problemas reais da escola e orientações de estudos personalizadas, via Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP). Se todas as etapas do programa forem concluídas, cada grupo receberá R$ 300 para utilizar na escola e tirar os projetos do papel.

DIVULGAÇÃO

Aluno de escola municipal em Bertioga em aula virtual; governo de SP pretende expandir a carga horária da rede estadual

Para Rossieli Soares, Secretário Estadual da Educação, a inclusão tecnológica é peça-chave neste processo de resgate educacional. "Nosso foco é na redução das desigualdades. Temos repetido, neste momento difícil, que não deixaremos ninguém para trás. Queremos que essa oferta diversificada de conteúdos, ferramentas e desafios especialmente preparados ajudem a manter o ritmo dos estudos", afirma. Os alunos contemplados devem agendar a retirada nas escolas.

A confirmação do interesse deve ser efetivada no site da Secretaria Escolar Digital – SED (sed.educacao.sp.gov.br). Para acessar, o estudante deve usar login e senha (os mesmos do app CMSP). Já no site, o passo a passo é: Aluno > Questionário – Chips de Internet > Responder > Leia as instruções e responda às três questões > Clique em Salvar. **(GSP)**

Cientistas se unem para pensar políticas para proteção às mulheres

Para ampliar o debate sobre a situação das mulheres no Brasil, foi lançada no último dia 23 de abril a Rede Brasileira de Mulheres Cientistas. A rede, que já possui adesão de mais de três mil cientistas, pretende também atuar em parcerias para impulsionar políticas públicas voltadas às mulheres.

Segundo a rede, as mulheres no País vivem durante a pandemia da Covid-19 aumento da violência doméstica e política, perda de renda, desemprego e intensificação do trabalho. A vulnerabilidade é expressa ainda através de indicadores como a mortalidade de grávidas e puérperas pela doença: no País, os índices são os piores do mundo.

A ideia, além de fomentar o diálogo e o debate, é alicerçar e embasar políticas públicas, através das pesquisas e do conhecimento das cientistas. Os seis campos prioritários são: Saúde; Violência; Educação; Assistência social e Segurança alimentar; Trabalho e emprego e Moradia e Mobilidade. Para tanto, as cientistas se propõem a atuar junto a gestores públicos, ampliar o diálogo com autoridades públicas e difundir experiências exitosas de auto-organização, especialmente periféricas, e de governos locais.

TÂNIA RÊGO/AGÊNCIA BRASIL

A ideia da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas, além de fomentar o diálogo, é alicerçar e embasar políticas públicas, através das pesquisas e do conhecimento das cientistas

EM DEFESA DA VIDA.

Como forma de apresentação e de engajamento entre as mulheres cientistas, a rede lançou a carta "Em defesa da vida das mulheres na pandemia". No documento, que pode ser assinado por mulheres que queiram unir-se ao grupo, são expostas as propostas da Rede.

Além disso, são apresentados dados sobre a condição de vulnerabilidade das mulheres, pontuando questões como o agravamento de situações de violência, de sobrecarga no âmbito dos cuidados e de desemprego, cuja taxa é de 14,4% para a população em geral e de 17% para as mulheres. As cientistas também lembram que de cada 10 grávidas e puérperas mortas em razão da Covid-19 no mundo, 8 são brasileiras.

"Como em outras partes do mundo, a vulnerabilidade tem rosto de mulher. Isso compromete a autonomia e integridade dessas mulheres, mas também as de crianças, adolescentes e idosos, já que quase metade dos lares brasileiros são por elas sustentados. A desigualdade é ainda mais perversa no caso de mulheres negras e pobres, marcadores sociais de diferença que interseccionados revelam um grupo ainda mais vulnerável", assinalam.

Até o momento, assinam a carta mais de 3 mil mulheres. De acordo com dados apresentados pela rede no lançamento, há cientistas de todos os estados e do Distrito Federal, que trabalham em instituições públicas e privadas, em museus, centros e institutos de pesquisa do país. A composição da rede congrega pesquisadoras de todas as áreas do conhecimento: Ciências Sociais, Ciências Sociais Aplicadas, Artes e Humanidades; Engenharias, Ciências e Exatas; Medicina, Saúde e Ciências Biológicas.

As organizadoras contam que uma das primeiras ações do grupo será a construção de um banco de dados, que irá reunir pesquisas e ações em curso. A coordenação entre as áreas do conhecimentos, que permita dar respostas conjuntamente aos diversos problemas enfrentados, é um dos focos do grupo, que segue aberto a novas adesões.

Para conhecer a carta e unir-se à Rede Brasileira de Mulheres Cientistas, acesse: mulherescientistas.org. **(GSP)**

Segundo a rede, as mulheres no País vivem durante a pandemia da Covid-19 aumento da violência doméstica e política, perda de renda, desemprego e intensificação do trabalho

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2021 | 18:17:30 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 5AE8AFE7-7AA1-423E-B05A-82E1D9F06A3B

1% DO PIB NACIONAL. Avenida que abriga startups e empresas do mercado financeiro já foi uma área de várzea

Faria Lima: como surgiu o maior centro financeiro do País

Quem passa pela avenida Faria Lima, especialmente no trecho do bairro Itaim Bibi, onde ficam os famosos prédios espelhados, que abrigam startups de tecnologia e empresas do setor financeiro, não imagina que a via já foi uma área de várzea do rio Pinheiros.

"Há 110 anos, a cidade chegava apenas até a região da Paulista, o que passava dali, em direção ao rio Pinheiros, era considerado longe. Além disso, o Pinheiros era cheio de curvas e, na época das cheias, ele enchia e a região alagava", conta José Geraldo Simões Júnior, professor de arquitetura e urbanismo e coordenador da pós-graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Foi na década de 1940 que a história da Faria Lima começou a mudar, com a canalização dos córregos que passavam pela região. Anos depois, na década de 1960, o Brasil ganhou seu primeiro shopping center, no Rio de Janeiro, o que inspirou um construtor paulista a trazer a novidade para São Paulo, nascia ali o Shopping Iguatemi, que ganhou esse nome porque ficava na Rua Iguatemi, mais tarde incorporada à Faria Lima.

Ainda nos anos 1960, o então prefeito de São Paulo, José Vicente Faria Lima, resolveu alargar a rua Iguatemi, entre o Largo da Batata e a avenida Cidade Jardim, a obra seria batizada de Radial Oeste, porém com a morte do político, ela ganhou o nome de Faria Lima. "O shopping Iguatemi alavancou a região e depois que a área foi alargada passou a se valorizar muito", ressalta Simões Júnior.

EVELSON DE FREITAS/FOLHAPRESS

Ônibus trafega pelo trecho liberado da nova avenida Faria Lima entre a avenida Cidade Jardim e a rua Tabapuã, em 1995

ETTORE CHIEREGUINI/GAZETA DE S.PAULO

São Paulo passou por uma série de mudanças em suas áreas de escritórios; Faria Lima passou atrair startups e empresas do setor

O BOOM DOS ESCRITÓRIOS. São Paulo passou por uma série de mudanças em suas áreas de escritórios. Primeiramente, o centro financeiro da Capital se concentrava na região central, depois foi a avenida Paulista, que passou a atrair empresas e engravatados.

Na década de 1970, a Faria Lima começou a se verticalizar e chamar a atenção dos escritórios. Porém , os edifícios eram muito diferentes dos que representam a avenida atualmente. Apelidada de "Nova Paulista", os prédios da época abrigavam escritórios nos andares e comércio no térreo.

Nos anos 1980, os escritórios passaram a ocupar a avenida Luís Carlos Berrini. Contudo, a Faria Lima voltaria chamar a atenção na década seguinte, quando o prefeito Paulo Maluf promoveu a extensão da avenida, fazendo com que ela chegasse até o Largo da Batata, de um lado, e à avenida Hélio Pellegrino, no outro.

A operação, chamada de Urbano Faria Lima, captou recursos de investimentos para a infraestrutura local. Assim, os prédios espelhados, que recebem hoje os investidores e empresas chamados de 1% do PIB (Produto Interno Bruto), ganhavam os primeiros contornos.

VOCAÇÃO PARA INOVAR. Além da chegada das empresas de tecnologia, como o Google e o Facebook, e de empresas do ramo financeiro, como a XP Investimentos, a partir dos anos 2000, a Faria Lima ganhou uma estação de metrô, em 2010, uma ciclovia, que, até a chegada do novo coronavírus, era uma das mais utilizadas da cidade durante a semana.

Para ler a matéria na íntegra, acesse o site da *Gazeta* (gazetasp.com.br). **(Gladys Magalhães)**

Após 6 anos, obra no córrego Zavuvus é finalizada na Capital

Obras próximas à estação Jurubatuba se iniciaram em 2015 e sofreram paralisações, causando transtornos para moradores

Após seis anos de obras, paralisações e atrasos, a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras (Siurb) anunciou nesta quinta-feira ter finalizado as construções das novas galerias do córrego Zavuvus, localizado próximo à estação Jurubatuba da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), na região de Santo Amaro, zona sul da Capital.

O trânsito foi totalmente liberado no último sábado (24), com novo atraso. Em fevereiro, a Prefeitura de São Paulo informou à *Gazeta* que iria reabrir em 15 de março o trecho da via entre a rua Professor Campos de Oliveira e a rua Berzélio, sentido Marginal Pinheiros, finalizando os trabalhos das novas galerias do córrego.

O investimento da prefeitura foi de R$ 38 milhões, com financiamento do governo federal. As obras devem beneficiar cerca de 650 mil pessoas da região.

De acordo com a gestão municipal, as novas estruturas aumentaram a capacidade de escoamento de água do sistema de drenagem da região, reduzindo os alagamentos, comuns no local. As galerias já auxiliam no controle de enchentes no entorno da Praça Acapulco e na avenida Engenheiro Alberto de Zagottis.

Com 1.300 metros de extensão, as galerias percorrem a rua Professor Campos de Oliveira, avenida Octalles Marcondes Ferreira, praça Acapulco e a avenida Engenheiro Alberto de Zagottis. Após passarem sob os trilhos da CPTM (Linha 9-Esmeralda) desaguam no rio Jurubatuba.

OBRAS INTERMINÁVEIS. As intervenções no local foram iniciadas pela gestão Fernando Haddad (PT), em dezembro de 2015, mas foram paralisadas em julho de 2017, quando o Tribunal de Contas da União (TCU) apontou problemas nos contratos assinados pela administração anterior.

Em agosto de 2019, o prefeito de São Paulo, Bruno Covas (PSDB), anunciou a retomada da obra. A *Gazeta* mostrou em reportagens em 2017, 2018 e 2019 os problemas de enchente e no trânsito causados pela paralisação da obra.

A matéria completa pode ser lida no site da *Gazeta*. **(Bruno Hoffmann)**

DIVULGAÇÃO/PMSP

Obras finalizadas nas galerias do córrego Zavuvus, na zona sul de SP

EM TABOÃO DA SERRA

Câmara vai investigar gastos na pandemia

Os vereadores da Câmara Municipal de Taboão da Serra abriram uma CEI (Comissão Especial de Inquérito) para investigar possíveis fraudes e irregularidades na utilização das verbas direcionadas ao combate à Covid-19.

No pedido, assinado pelos 13 vereadores, a CEI terá 120 dias para realizar a investigação. "Há indícios também que possivelmente, como forma de destinar os recursos recebidos para o enfrentamento da pandemia provocada pelo Sars Cov2 para outros fins, que não seja a destinação legal para tal verba e também considerando que até o momento não houve prestação de contas por parte da SPDM", diz trecho do requerimento.

A Associação Paulista para Desenvolvimento da Medicina (SPDM), que gerenciou o hospital de campanha em Taboão da Serra, montado para atender pacientes com Covid-19 no prédio do SER (Serviço Especializado de Reabilitação), será uma das investigadas. Os vereadores querem apurar, entre outras ações, os custos e gastos com a unidade provisória.

O vereador André Egydio, autor do pedido que motivou a abertura da CEI, disse que a Câmara Municipal irá realizar uma ampla investigação. "Temos 120 dias e podemos prorrogar por mais 120, queremos saber como esses recursos foram investidos durante a pandemia, queremos uma posição da SPDM que precisa mostrar a prestação de contas do que foi gasto com o Hospital de Campanha, enfim, são muitas questões que essa CEI vai esclarecer".

A reportagem da *Gazeta* procurou a SPDM, mas até o fechamento desta matéria ela não havia se manifestado sobre a CEI. **(MH)**

Parque Marabá volta a ter base móvel da GCM em Taboão

A Prefeitura de Taboão da Serra, na Grande São Paulo, implantou uma base móvel da Guarda Civil Municipal (GCM) no Parque Marabá. A unidade que levará mais segurança ao bairro, que faz divisa com o Campo Limpo, na zona sul da Capital, será provisória. De acordo com a Administração, o bairro terá uma base de alvenaria.

Em janeiro deste ano, a base que ficava instalada na rotatória entre as ruas Teófilo Otoni e Nae Minei foi recolhida para uma reforma. Na época, o secretário adjunto de Segurança de Taboão da Serra, tenente Dacal, disse que os guardas trabalhavam em situação insalubre. "As bases do CSU e do Marabá estão em total situação de 'podridão'. Tinham baratas e os guardas não tinham condições de ficar lá dentro, sem ar condicionado em um sol de 40°C, além de terem que usar banheiro químico durante o turno", explicou.

A região onde a base fica instalada é rodeada de comércios, e para que o local não ficasse sem policiamento, a Prefeitura de Taboão da Serra decidiu instalar a unidade provisória. "Como aqui é uma região de muita movimentação, por conta do comércio e também por fazer divisa com São Paulo, entendemos que não pode ficar sem um policiamento reforçado. Essa base funcionará 24 horas por dia. Em breve, a de alvenaria será instalada", disse na manhã desta quinta-feira tenente Dacal.

O município de Taboão da Serra conta atualmente com 252 guardas municipais. Além da base do Parque Marabá, outros 10 pontos da cidade também contam com uma base de policiamento. **(Matheus Herbert)**

DIVULGAÇÃO/IAN FREITAS

Base móvel do Parque Marabá foi instalada entre as ruas Teófilo Otoni e Nae Minei, em Taboão da Serra, na Grande São Paulo

O município de Taboão da Serra conta atualmente com 252 guardas municipais; além da base do Parque Marabá, outros 10 pontos da cidade também contam com uma base de policiamento

Idosos com 63 anos são vacinados

O estado de São Paulo iniciou nesta quinta-feira (29) a vacinação contra a Covid-19 de idosos com 63 anos. A expectativa é a de imunizar 420 mil pessoas desta faixa etária.

Na capital paulista, os drive thrus e as farmácias conveniadas aplicarão nesta sexta-feira apenas a primeira dose do imunizante. Quem for tomar a segunda dose deve procurar exclusivamente uma UBS (Unidade Básica de Saúde) ou um SAE (Serviços de Assistência Especializada).

A Secretaria Municipal da Saúde recomenda que todos que forem se vacinar façam o pré-cadastro no site Vacina Já (www.vacinaja.sp.gov.br), para agilizar o tempo de atendimento. Até o dia 27 de abril, foram aplicadas na Capital 3.112.663 doses da vacina contra a Covid-19. **(GSP)**

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2021 | 18:17:37 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 5AE8AFE7-7AA1-423E-B05A-82E1D9F06A3B

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALUMÍNIO

Chamamento Público nº 01/2021- Proc. 10/2021 - Objeto: Parceria para execução de Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade de Acolhimento de Crianças e Adolescentes na Modalidade Casa Lar. Tornamos público para conhecimento dos interessados o Chamamento Público retro mencionado que tem por finalidade a seleção de Propostas Técnicas/Planos de Trabalho e demais documentos das OSCs, sem fins lucrativos, visando à celebração de TERMO DE COLABORAÇÃO para a consecução de finalidades de interesse público, através do repasse de recursos financeiros de origem municipal, na prestação de SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE – ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇA E ADOLESCENTES, NA MODALIDADE CASA-LAR. Tornamos público para conhecimento dos interessados no Chamamento Público acima mencionado nova data de Encerramento: 07/05/2021 até as 15h30 no Protocolo Geral do Paço Municipal localizado na Av. Eng.º Antônio de castro Figueirôa, nº 100- Centro- Alumínio/SP. Pedidos de esclarecimentos através dos e-mails: licitacao@aluminio.sp.gov.br c/c desensocial@aluminio.sp.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

PREGÃO ELETRÔNICO nº 043/2021
PROCESSO n° 14.540/2021 - OC: 822400801002021OC00042
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSIVEL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A REDE BÁSICA DE SAÚDE – PARTICIPAÇÃO AMPLA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I.
DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 30 DE ABRIL DE 2021.
DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 13 DE MAIO DE 2021 - HORÁRIO: 09 HORAS.
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br
O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou www.bec.sp.gov.br. Informações na Comissão Permanente - COPEL, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: pregaoeletronico@botucatu.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ANDRÉ GASPARINI SPADARO – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Governo do Estado de São Paulo
Universidade Estadual de Campinas
Hospital da Mulher Prof. Dr. José A. Pinotti
Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher - CAISM
AVISO DE ABERTURA – PREGÃO ELETRÔNICO
Encontra-se aberto no Hospital da Mulher Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti – Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher – CAISM – UNICAMP, o Pregão Eletrônico PE – CAISM nº 00318/2021, Processo nº 27P-12149/2019, Oferta de Compra BEC 102203100592021OC00118, do tipo menor preço, para Aquisição de Unidade Radiográfica Móvel. O prazo de entrega das propostas eletrônicas é de 03/05/2021 até o dia 13/05/2021 às 09:30 horas, sendo que a sessão será no mesmo dia e horário, pela página virtual da BEC/SP (**http://www.bec.sp.gov.br**). O edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual da BEC/SP e no **www.imprensaoficial.com.br/ENegocios/BuscaENegocios_14_1.aspx.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

PREGÃO PRESENCIAL nº 043/2021
PROCESSO n° 11.918/2021.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSIVEL AQUISIÇAO DE PISO INTERTRAVADO E GUIA, CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE DO ANEXO I.
DATA: 23 DE ABRIL DE 2021 - HORÁRIO: 08:30 HORAS.
LOCAL: SALA DE REUNIÕES DA COPEL, SITO A PRAÇA PROF. PEDRO TORRES, nº100 CENTRO.
O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br. Informações na Comissão Permanente - COPEL, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
ANDREA CRISTINA PANHIN AMARAL NOGUEIRA
DIRETORA DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ORIENTE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2021 (RESUMIDO). Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, PARA O MUNICIPIO DE ORIENTE - SP, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Abertura: 17/05//2021, às 09h30min. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço por item. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Depto de Licitação, no Paço Municipal, localizado na Rua Thomaz Martins Parra n.º 80 – Oriente (SP), de segunda a sexta-feira, das 09h00min às 16h00min horas ou através do telefone (0XX14) 3456-2043, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 17h00min, no site WWW.oriente.sp.gov.br. ORIENTE/SP, 28 de abril de 2021. - GERALDO MATHEUS MORIS - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBATAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 15/2021 - PROCESSO Nº 30/2021
Acha-se aberto na Prefeitura Municipal de Corumbataí-SP, **PREGÃO PRESENCIAL - Nº 15/2021**, do tipo menor preço, por empreitada de menor preço unitário, visando Registro de preços, pelo tipo menor preço unitário, visando a eventual e futura aquisição de GLP – Gás Liquefeito de Petróleo, por fornecimento parcelado e a pedido, respeitando às necessidades e o interesse público, para atender a demanda regular de manutenção viária, através da aplicação no leito carroçável manutenção das estradas rurais e vicinais do município, conforme descrito no termo de referência, com encerramento para credenciamento às **09h00min do dia 14/05/2021**. Valor do Edital: Gratuito. O Edital e seus Anexos estarão disponíveis para retirada no horário comercial na Prefeitura Municipal de Corumbataí, sita à Rua 4, nº 147, Centro, Corumbataí-SP, mediante a apresentação de um Pen Drive, de boa qualidade, para gravação do respectivo edital, através do e-mail licitacao@corumbatai.sp.gov.br, devendo a empresa solicitante enviar os dados cadastrais, CNPJ, Inscrição Estadual, endereço completo, telefone e e-mail ou pelo site www.corumbatai.sp.gov.br com o respectivo preenchimento do comprovante de retirada do edital pelo site, visando a eventual e futura comunicação entre esta prefeitura e empresa. Corumbataí, 30/04/2021. Pregoeiro (Portaria 7518/2021). Leandro Martinez – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

EXTRATO DO CONTRATO N° 0007/2021 DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 0001/2021 Contratante: Prefeitura de Embu Guaçu **Contratada:** INDUSTRIA TECNICA HILARIO LTDA **Objeto:** A aquisição de Maquina de Demarcação Viária, conforme condições e exigências contidas no ato editalício. **Valor Global**: R$ 263.000,00 **Vigência**: 31/03/2021 à 29/05/2021. José Antonio Pereira – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LUZITÂNIA-SP

EXTRATO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021
Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Nova Luzitânia (SP), Procedimento Licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021, objetivando a contratação de empresa para recapeamento asfáltico; Tipo: menor preço global; Edital nº. 014/2021; Processo nº. 311/2021. Fica determinado o dia 24 de maio de 2021, às 08h30min, para recebimento dos envelopes documentação e proposta comercial, na forma do Edital. O Edital poderá ser retirado junto ao site www.novaluzitania.sp.gov.br, ou pelo Setor de Licitação, sito à Rua Pedro Pereira Dias, nº 1.773 – Centro – Nova Luzitânia (SP), e-mail: compraselicitacao01@gmail.com. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (17) 3483 9200 e 3483 9204. Nova Luzitânia (SP), 29 de abril de 2021.
MIGUEL JOSÉ ARAÚJO JÚNIOR - Prefeito Municipal

CN-SIFPM — CONAM

Prefeitura Municipal de Embu-Guacu

APLICACAO DOS RECURSOS PROPRIOS EM ENSINO
(ART. 256 DA CONSTITUICAO DO ESTADO DE SAO PAULO)
CONSOLIDADO

22/04/2021 — JANEIRO A MARCO/2021 — Pagina 1

RECEITA DE IMPOSTOS

	PREVISAO ATUALIZADA ATE O EXERCICIO	ARRECADADO ATE O PERIODO
Proprios	22.330.510,83	7.960.302,58
Transferencias da Uniao	40.111.870,00	11.185.700,42
Transferencias do Estado	30.545.496,00	11.759.110,21
Total	92.987.876,83	30.905.113,21
Retencoes ao FUNDEB	13.511.473,20	4.562.900,91
Receitas Liquidas	79.476.403,63	26.342.212,30

APLICACAO MINIMA CONSTITUCIONAL

	PARA O EXERCICIO	ATE O TRIMESTRE
TOTAL (25%)	23.246.969,20	7.726.278,30

DESPESAS PROPRIAS EM EDUCACAO

	DOTACAO ATUALIZADA PARA O EXERCICIO Valor	%	DESPESA EMPENHADA ATE O TRIMESTRE Valor	%	DESPESA LIQUIDADA ATE O TRIMESTRE Valor	%	DESPESA PAGA ATE O TRIMESTRE Valor	%
DESPESAS TOTAIS								
TOTAL	*		14.043.202,91	45,44	7.349.438,50	23,78	6.620.560,74	21,42
Ensino Fundamental	*		6.572.036,34	21,27	2.219.941,84	7,18	1.596.072,18	5,16
Educacao Infantil	*		2.908.265,66	9,41	566.595,75	1,83	461.587,65	1,49
Retencoes ao FUNDEB			4.562.900,91	14,76	4.562.900,91	14,76	4.562.900,91	14,76
DEDUCOES								
ENSINO FUNDAMENTAL								
(-) Ganhos de Aplicacoes Financeiras			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCACAO INFANTIL								
(-) Ganhos de Aplicacoes Financeiras			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDEB RETIDO E NAO APLICADO NO RETORNO			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS LIQUIDAS								
Ensino Fundamental			6.572.036,34	21,27	2.219.941,84	7,18	1.596.072,18	5,16
Educacao Infantil			2.908.265,66	9,41	566.595,75	1,83	461.587,65	1,49
Retencoes ao FUNDEB			4.562.900,91	14,76	4.562.900,91	14,76	4.562.900,91	14,76
TOTAL			14.043.202,91	45,44	7.349.438,50	23,78	6.620.560,74	21,42

CONAM-ENSINO-2021-1.1

NOTA:
(*) Valores nao informados considerando que na Lei Orcamentaria, a discriminacao da despesa, quanto a sua natureza, foi elaborada por categoria economica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicacao, nos termos do artigo 6o. da Portaria Interministerial STN/SOF No. 163/2001 e alteracoes posteriores.

- Entidade(s) sem arquivo(s) XML referente ao periodo selecionado:
  Entidade: 02 CAMARA MUNICIPAL — sem arquivo(s) XML do(s) mes(es): 03

CN-SIFPM — CONAM

Prefeitura Municipal de Embu-Guacu

APLICACAO COM RECURSOS DO FUNDEB

22/04/2021 — JANEIRO A MARCO/2021 — Pagina 1

RECEITA DO FUNDEB

	PREVISAO ATUALIZADA PARA O EXERCICIO	RECEBIDO ATE O TRIMESTRE
Receitas de Transferencias	26.668.300,00	8.777.194,32
Receitas de Aplicacoes Financeiras	10.000,00	2.195,10
Total	26.678.300,00	8.779.389,42

RETENCOES AO FUNDEB

PREVISAO ATUALIZADA PARA O EXERCICIO	RETIDO ATE O TRIMESTRE
13.511.473,20	4.562.900,91

APURACAO DO RESULTADO DO FUNDEB ATE O TRIMESTRE

TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	RETENCOES
8.777.194,32	4.562.900,91

DIFERENCA (RECEBIDO - RETIDO)

GANHO 4.214.293,41 PERDA

APLICACOES MINIMAS OBRIGATORIAS		
TOTAL	26.678.300,00	8.779.389,42
MAGISTERIO (70 % DO TOTAL)	18.674.810,00	6.145.572,59

APLICACAO NO EXERCICIO

	DOTACAO ATUALIZADA PARA O EXERCICIO Valor	%	DESPESA EMPENHADA ATE O TRIMESTRE Valor	%	DESPESA LIQUIDADA ATE O TRIMESTRE Valor	%	DESPESA PAGA ATE O TRIMESTRE Valor	%
TOTAL	*		26.275.330,00	299,28	6.713.762,38	76,47	4.565.760,91	52,01
MAGISTERIO	*		26.275.330,00	299,28	6.713.762,38	76,47	4.565.760,91	52,01
OUTRAS	*			0,00		0,00		0,00
DEDUCOES								
MAGISTERIO			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas c/ Aposentados (3.1.90.01.00)				0,00		0,00		0,00
(-) Despesas c/ Pensoes (3.1.90.03.00)				0,00		0,00		0,00
(-) Outras Despesas com Inativos				0,00		0,00		0,00
OUTRAS			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas c/ Aposentados (3.1.90.01.00)				0,00		0,00		0,00
(-) Despesas c/ Pensoes (3.1.90.03.00)				0,00		0,00		0,00
(-) Outras Despesas com Inativos				0,00		0,00		0,00
DESPESAS LIQUIDAS								
TOTAL			26.275.330,00	299,28	6.713.762,38	76,47	4.565.760,91	52,01
MAGISTERIO			26.275.330,00	299,28	6.713.762,38	76,47	4.565.760,91	52,01
OUTRAS			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONAM-ENSINO-2021-1.1

NOTA:
(*) Valores nao informados considerando que na Lei Orcamentaria, a discriminacao da despesa, quanto a sua natureza, foi elaborada por categoria economica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicacao, nos termos do artigo 6o. da Portaria Interministerial STN/SOF No. 163/2001 e alteracoes posteriores.

CN-SIFPM — CONAM

Prefeitura Municipal de Embu-Guacu

APLICACAO COM RECURSOS DO FUNDEB

22/04/2021 — JANEIRO A MARCO/2021 — Pagina 2

- Entidade(s) sem arquivo(s) XML referente ao periodo selecionado:
  Entidade: 02 CAMARA MUNICIPAL — sem arquivo(s) XML do(s) mes(es): 03

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2021 | 18:17:44 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 5AE8AFE7-7AA1-423E-B05A-82E1D9F06A3B

LUTO. Número de mortes foi alcançado após um ano e um mês depois do primeiro óbito registrado no País

Brasil soma 400 mil mortes pela Covid-19 em 13 meses

O Brasil chegou nesta quinta-feira à marca de 400 mil mortes por Covid-19 – mais precisamente, 400.021. O número de vidas perdidas foi alcançado após um ano e um mês depois do primeiro óbito registrado no Brasil, em 12 de março de 2020, na cidade de São Paulo.

A marca dos primeiros 100 mil óbitos no Brasil, segundo levantamento do portal "G1", foi atingida quase 5 meses - 149 dias - após a primeira pessoa morrer pela doença no País. Dos 100 mil para os 200 mil, passaram-se outros 5 meses - 152 dias. Mas para chegar aos 300 mil, foram necessários somente 76 dias, número que agora caiu quase pela metade. A pandemia nunca foi tão mortal.

No pior momento de toda a pandemia no País, morreram, apenas em abril, até agora, 78.135 brasileiros. Foram cerca de 2.700 mortes por dia, em média. Entre janeiro e abril de 2021, a Covid-19 matou mais de 205 mil pessoas em território nacional — mais do que em todo o ano passado (194.975).

Neste fim de abril, a média de mortes está em queda, após vários estados terem adotado medidas mais duras de restrição em meio à segunda onda da Covid-19. Dados do Ministério da Saúde apurados pelo portal "G1" mostram que, ao longo da pandemia, aumentaram, principalmente, as mortes entre jovens, mas os mais velhos continuam sendo vítimas em maior número.

SÃO PAULO.
Em 11 de março, o governador João Doria (PSDB) anunciou um aumento de restrições em São Paulo, para conter o avanço do coronavírus no Estado, batizado como fase emergencial. Entre 15 de março e 12 de abril passaram a ser proibidos cultos religiosos coletivos, atividades esportivas coletivas e outros setores da economia, como lojas de material de construção. **(Bruno Hoffmann)**

ETTORE CHIEREGUINI/GAZETA DE S.PAULO

Sepultamento no cemitério da Vila Formosa, zona leste da Capital, realizado na segunda-feira (22)

864 MIL UNIDADES

Estados vão receber kit intubação até sábado

O Ministério da Saúde anunciou na manhã desta quinta-feira a distribuição de mais 864 mil unidades de medicamentos de intubação orotraqueal (IOT). A expectativa é de que os insumos estejam à disposição de estados e municípios em 48 horas - ou seja, até sábado (1º).

Segundo informações da "Agência Brasil", os medicamentos foram adquiridos por meio de pregões e de aquisições feitas com a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas). De acordo com o ministério, a distribuição às unidades federativas será feita por meio de parceria com o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass) e com o Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

"A divisão leva em conta o consumo médio mensal e os estoques dos medicamentos – as duas informações essenciais para a consolidação do processo de divisão dos insumos pelo país", informou, em nota, o ministério. **(BH)**

CPI vai ouvir ex-ministros da Saúde na próxima semana

Depoimentos seguirão a ordem cronológica da ocupação do cargo; Mandetta e Teich serão ouvidos já na próxima terça-feira

Os ex-ministros da Saúde Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich serão os primeiros a serem ouvidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia da Covid-19 do Senado. Os depoimentos, aprovados na reunião do colegiado nesta quinta-feira, seguirão a ordem cronológica da ocupação do cargo. Mandetta e Teich serão ouvidos já na próxima terça-feira (4).

Na quarta-feira (5), o dia será dedicado ao ex-ministro da pasta Eduardo Pazuello; na quinta-feira (6) será a vez do atual ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, e do diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Antônio Barra Torres, prestarem esclarecimentos à comissão.

Os senadores também aprovaram requerimentos de informação sobre enfrentamento à Covid-19, uso de medicamentos sem eficácia comprovada, tratamento precoce, estratégias e campanhas de comunicação. O prazo para resposta é de até 5 dias.

WAJNGARTEN.
O relator da CPI, senador Renan Calheiros (MDB-AL), não conseguiu o consenso para antecipar a convocação do ex-secretário especial de Comunicação Social da Presidência da República Fabio Wajngarten para o dia 11 de maio. O presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM), decidiu acatar o requerimento do senador Ciro Nogueira (PP-PI) e limitou as deliberações de votação apenas aos convocados que serão ouvidos na semana que vem.

Ciro Nogueira argumentou que a intenção de ouvir Wajngarten não foi colocada no sistema da Casa pelo relator com prazo mínimo de 48 horas antes, como exige o regimento do Senado. O requerimento deverá ser votado na próxima reunião do colegiado, na terça-feira (4).

Os senadores querem ouvir o ex-secretário especial de Comunicação Social da Presidência sobre a entrevista à revista Veja, na qual disse que houve "incompetência" e "ineficiência" de gestores do Ministério da Saúde para negociar a compra de vacinas. **(AB)**

MARCELLO CASAL JR /AGÊNCIA BRASIL/ ANDERSON RIEDEL/PR

Da esquerda para a direita, os ex-ministros Luiz Henrique Mandetta, Nelson Teich e Eduardo Pazuello

Ministério vai distribuir mais 5,2 milhões de doses de vacina

O Ministério da Saúde vai distribuir a partir de hoje mais 5,2 milhões de doses vacinas contra a covid-19. Serão 5,1 milhões de doses da AstraZeneca/Oxford, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e 104,8 mil doses da Coronavac, do laboratório chinês Sinovac, em parceria com o Instituto Butantan. Todos os estados e o Distrito Federal receberão os imunizantes.

As doses são destinadas para a vacinação de idosos entre 60 e 64 anos, forças de segurança e salvamento e Forças Armadas que atuam na linha de frente da pandemia. Além disso, estão sendo enviadas vacinas adicionais para imunização de trabalhadores da saúde de Santa Catarina.

De acordo com o ministério, a estratégia de distribuição de vacinas contra a covid-19 é revisada semanalmente em reuniões tripartites – com participação dos governos federal, estaduais e municipais –, observando as confirmações do cronograma de entregas por parte dos laboratórios.

O objetivo é garantir a cobertura do esquema vacinal no tempo recomendado de cada imunizante. **(GSP e AB)**

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Serão 5,1 milhões de doses da AstraZeneca/Oxford, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e 104,8 mil doses da Coronavac, da Sinovac

Lewandowski mantém Renan em CPI da Covid

O ministro Ricardo Lewandowski, do STF (Supremo Tribunal Federal), rejeitou o pedido de senadores governistas e manteve o senador Renan Calheiros (MDB-AL) na relatoria da CPI da Covid.

Aliados do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) tentava retirar o parlamentar da condição de relator da comissão, mas o magistrado negou o pedido e disse que não cabe ao Supremo opinar sobe o assunto.

O mandado de segurança foi assinado pelos senadores Jorginho Mello (PL-SC), Marcos Rogério (DEM-RO) e Eduardo Girão (Podemos-CE).

Os senadores argumentaram, sem sucesso, que haveria impedimento de Renan participar da reunião, principalmente na função de relator, por conta do grau de parentesco com possíveis investigados. Renan é pai do governador de Alagoas, Renan Filho (MDB).

No início desta semana, a decisão judicial que barrava a indicação de Renan para a relatoria da CPI da Covid foi vista por especialistas em direito como uma intromissão indevida do Judiciário no Legislativo.

O emedebista foi designado relator nesta terça-feira (27), momentos após o TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região) revogar a decisão do juiz federal Charles Renaud Frazão de Moraes, da 2ª Vara Federal do Distrito Federal -Renan seria indicado de qualquer forma, já que o Senado já havia decidido ignorar a decisão do juiz. Especialistas ressaltam que a definição da composição das comissões é uma competência interna do Legislativo, como prevê a Constituição. **(FP)**

China lança módulo ao espaço

A China lançou nesta quinta-feira o módulo principal da sua primeira estação espacial permanente, que visa a hospedar astronautas a longo prazo. O módulo Tianhe, ou "Harmonia Celestial", foi lançado ao espaço recorrendo ao foguete Longa Marcha 5B, a partir do Centro de Lançamento de Wenchang, na ilha de Hainan, extremo sul do país.

Este é o primeiro lançamento de 11 missões necessárias para construir e abastecer a estação e enviar uma tripulação de três pessoas até o fim do próximo ano.

O programa espacial da China também trouxe de volta as primeiras amostras lunares em mais de 40 anos e espera pousar uma sonda e um rover (veículo de exploração espacial) na superfície de Marte no próximo mês. **(AB)**

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2021 | 18:17:51 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 5AE8AFE7-7AA1-423E-B05A-82E1D9F06A3B

Por Flávio Ricco
Colaboração: José Carlos Nery

Erros do "Vem Pra Cá"

No SBT a decepção é grande com o "Vem Pra Cá", esfacelado depois das tantas mudanças, entre horários e alterações no formato, observadas antes mesmo do seu lançamento. O projeto original foi em grande parte descaracterizado. Na sua concepção, pensava-se em uma opção para o público das manhãs, sem grandes pretensões de audiência, mas com o propósito de oferecer um produto de qualidade e uma nova janela para o mercado comercial. Só que muito pouco, ou praticamente nada, sobrou do seu primeiro piloto. Alguns quadros foram eliminados e até os apresentadores Ticiana Villas Boas e Ivan Moré trocados por Patrícia Abravanel e Gabriel Cartolano. As diversas alterações observadas até aqui, especialmente a última, faixa da manhã pela tarde, embora próprias e bem costumeiras em se tratando do SBT, além de insegurança e certo desespero, passam a sensação de um novo e irremediável fracasso. Então, por que não colocar vaidades ou interesses de lado, e voltar ao começo? Resgatar o que foi inicialmente planejado.

RAFAEL CARDOSO

TV Tudo

Tem outra. A televisão mudou. Algumas práticas do passado não se ajustam mais aos tempos de agora. E para todo e qualquer programa, é necessário dar um tempo para a sua maturação e até para que o público, aos poucos, possa descobrir a sua existência e se acostumar com ele. Interferências e julgamentos precipitados, na maioria das vezes, são injustos e cruéis.

Desvantagens. A confusão em torno do "Vem Pra Cá" não para só nisso. O programa era nacional, agora virou local. Ou seja, no campo comercial, teve quem comprou uma coisa e agora corre o risco de receber outra. Não fosse também o fato da sua exibição agora acontecer em um horário de enorme disputa entre Record e Globo. Enfim...

Em busca. Globo vai estrear "No Limite" e a Record já está anunciando "A Ilha" para junho ou julho. Entre outras iniciativas. Pequena amostra dos investimentos que essas duas TVs devem fazer no gênero reality show nesses próximos tempos. Vem mais por aí.

Brilho diferente. A Band deu início nas gravações do próximo "MasterChef", com a apresentação, sempre, de Ana Paula Padrão. Além da jurada Helena Rizzo ao lado de Henrique Fogaça e Erich Jacquin, o cenário também será diferente das edições anteriores.

HORÓSCOPO

ÁRIES. Vai buscar puxar assunto com quem tem mais sintonia e isso pode te render novas amizades. Seu foco estará voltado para a carreira e você deve ficar decidido a vencer e ganhar reconhecimento.

TOURO. Os astros indicam que você terá ótimas oportunidades de crescer na área profissional. Abrir os horizontes será sua meta, porém é necessário ter planejamento. Cuidado com a impulsividade.

GÊMEOS. O interesse em conhecer coisas novas e abrir seus horizontes vai tomar conta de você. Deverá agir com praticidade por se preocupar com o futuro. No amor, o clima pode pesar com o parceiro (a).

CÂNCER. O dia promete prosperidade nos negócios, herança e emprego protegido. No quesito relacionamentos pode bater uma certa insegurança. Os astros indicam instabilidade no seus planos.

LEÃO. Você deve ficar mais sociável e conquistar as pessoas com seu jeito animado, porém tenha cautela ao escolher com quem irá se relacionar. Suas parcerias profissionais e negócios têm tudo para dar certo.

VIRGEM. Bons lucros e boas chances de crescer no serviço estão vindo em sua direção. Hoje vai bater aquela vontade de se divertir as deve agir com cautela e responsabilidade. A sua timidez pode ir embora.

LIBRA. Hoje você deve esbanjar simpatia, criatividade e bom papo em seus contatos. As atividades físicas devem beneficiar muito a sua saúde. Os assuntos relacionados a casa devem chamar a sua atenção.

ESCORPIÃO. Os astros indicam mudanças positivas nas finanças e facilidade para ganhar dinheiro. Irá se expressar de forma mais prática e impositiva. Vai desejar mais liberdade e coisas diferentes no amor.

SAGITÁRIO. Sua simpatia, otimismo e vontade de conversar estarão em alta. Estudos e viagens recebem boas vibrações. Já na saúde, algumas limitações devem prejudicar seu bem-estar. Não vai ter muita paciência com crush.

CAPRICÓRNIO. Tudo indica que vai contar com otimismo e confiança para atrair sucesso e dinheiro. Seu lado prático, tímido e cauteloso deve ser estimulado pelos astros. No amor, vai rolar um clima de irritação.

AQUÁRIO. O dia te reserva otimismo, simpatia, sorte e bons amigos do seu lado. Suas relações tendem a ser renovadas. Se deseja conseguir segurança material será necessário agir com profissionalismo.

PEIXES. Os astros revelam que você tem tudo para crescer e ganhar reconhecimento. Hoje vai ter mais facilidade de se expressar, porém tenha cautela para não agir com autoritarismo com os amigos.

TRATAMENTOS PARA DISFUNÇÃO ERÉTIL E EJACULAÇÃO PRECOCE

MAIS DE 1 MILHÃO DE HOMENS ATENDIDOS NO MUNDO
SALA DE ESPERA INDIVIDUAL
TOTAL CONFIDENCIALIDADE
NÓS PODEMOS TE AJUDAR!
AGENDE SUA CONSULTA
0800 205 1900
OU ACESSE
www.bostonmedicalgroup.com.br
BOSTON MEDICAL GROUP
Responsável técnico: Dr. ORESTES MAZZARIOL JUNIOR - CRM: 30020

A leitura na medida certa.

Anuncie:
11. 3729-6600
publicidade@gazetasp.com.br

CRUZADAS

PASSATEMPO www.recreativa.com.br EDITORA A RECREATIVA

HORIZONTAIS

1. Divisões de uma peça teatral / O tradicional saiote dos escoceses
2. Sigla do estado de Goiás / Dar uma mão
3. Molusco que produz pérolas / (Red.) Interjeição típica do Nordeste
4. Suco extraído da cana-de-açúcar / (Bibl.) Um gigante derrotado pelos israelitas
5. (Inform.) Desenho que representa um arquivo de programa executável
6. (Anat.) Diz-se de músculo que promove uma ação
7. Ridículo, excêntrico
8. A segunda desinência verbal / Cansaço extremo
9. O órgão que é extirpado na nefrectomia / (Buenos) A capital da Argentina
10. Próprio das grandes profundidades marinhas
11. Aspecto, ponto de vista / Gentinha
12. Peça teatral / Possuir para uso
13. Um carro fabricado pela Renault.

VERTICAIS

1. Instrumento de percussão usado por sambistas / O músico Vandré, de "Caminhando"
2. O ato de aparar os pelos de um animal / Migrar, mudar de uma região para outra
3. Gramínea de longas espigas com grãos, de onde se extrai a farinha / (Mitol.) O rei que tinha o poder de transformar em ouro tudo o que tocasse
4. Rebolado, molejo / Uma das operações da aritmética
5. As mulheres de Hiroshima ou Nagasaki / As iniciais da atriz paulistana Negrini
6. O fim do... sudoku / Um meio legal de absolver os culpados
7. Que se foi / De cor vermelha muito viva
8. Frouxo / Caramelo de consistência dura e gruenta / Compreender o significado das palavras escritas
9. Paz temporária / Que não é liso.

SOLUÇÃO
HORIZONTAIS: 1. Atos, Ase. 2. Go, ajuda. 3. Ostra, Ceu. 4. Garapa, Oj. 5. Icone. 6. Agonista. 7. Grotesco. 8. Es. Estara. 9. Rim, Aires. 10. Abissal. 11. Lado, Rale. 12. Drama, Ter. 13. Sandero
VERTICAIS: 1. Agogô. Gerardo. 2. Tosa. Ambar. 3. Trigo. Midas. 4. Sarapatel. Sonia. 5. Japonesa. Ana. 6. Ku. Anular. 7. Ido. Escarlate. 8. Lasa. Tirar. Ure. 9. Trégua. Aspero

Quadrinhos

Oi! O Tucano Ecologista

Scriptah

Turma do Oi!

(C) Fernando Rebouças - www.oiarte.com

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2021 | 18:17:56 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 5AE8AFE7-7AA1-423E-B05A-82E1D9F06A3B

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO LESTE 5

ENCONTRA-SE ABERTO NA DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO O PREGÃO ELETRONICO Nº 01/2021, DESTINADO À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAL E EQUIPAMENTOS, VISANDO À OBTENÇÃO DE ADEQUADAS CONDIÇÕES DE SALUBRIDADE E HIGIENE. A SESSÃO PÚBLICA SERÁ REALIZADA DIA 13/05/2021 ÀS 10H00, ATRAVES DO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.BEC.SP.GOV.BR E/OU WW.BEC.FAZENDA.SP.GOV.BR.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2021
EDITAL Nº 39/2021 - PROCESSO Nº 44/2021

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de peças de reposição para caminhão Ford. O Edital está disponível gratuitamente através dos sites: www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.saae.sp.gov.br. Este Pregão será realizado de forma **ELETRÔNICA**, através do BBM – Bolsa Brasileira de Mercadoria, na data de **17** de **maio** de **2021**, às **09h00**. Maiores informações, na Gerência de Compras, Licitações e Contratos do **SAAE**, através do telefone: (19) 3834-9435. Indaiatuba, 28 de abril de 2021. **ENGº SANDRO DE A. LOPES CORAL - Superintendente**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

EDITAL Nº 052/2021
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução da reforma da Escola Municipal Ruth Pintão Lot, situado à Rua Moacyr Galvão, 150 – João Crevelaro, Birigui-SP, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, conforme memorial descritivo, memória de cálculo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e projetos fornecidos pela Secretaria de Obras. Data da Abertura: 18/05/2021, às 08:30 horas. Melhores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Compras, Licitações e Gestão de Contratos, na Rua Anhanguera nº 1.155 Andar Térreo, Jardim Morumbi, Birigui/SP ou pelo e-mail: licitacoes@birigui.sp.gov.br. O Edital poderá ser lido naquela seção e retirado gratuitamente no site www.birigui.sp.gov.br, Leandro Maffeis Milani, Prefeito Municipal, Birigui, 29/04/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO

PUBLICAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2021 "Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de Serviços Médicos na especialidade de Psiquiatria para atendimento aos usuários do SUS a serem prestados na Unidade Básica de Saúde nos horários de atendimento ao público de Espírito Santo do Turvo'. "A Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Turvo - SP comunica a todos os interessados, que se encontra a disposição, o edital licitatório referente ao PREGÃO nº 05/2021 do tipo ''Menor preço por ITEM". A entrega dos envelopes deverá ser até o dia 13 de maio, as 09h00hr. Maiores informações no Depto de Licitações, situado na Rua Lino dos Santos s/nº, centro, pelo telefone (14) 3375-9500 ou e-mail: licitacao@espiritosantodoturvo.sp.gov.br e retirada do edital pelo site eletrônico da prefeitura: www.espiritosantodoturvo.sp.gov.br. Espírito Santo do Turvo, 29 de abril de 2021.

Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo
Secretaria da Administração

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 150/2021
Processo Digital nº 102609/2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada em recapeamento asfáltico em vias públicas, conforme descrito em edital e seus anexos.

Valor Estimativo: R$ 264.008,57 (duzentos e sessenta e quatro mil, oito reais e cinquenta e sete centavos).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 8 horas 30 minutos do dia 13 de maio de 2021.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 13 de maio de 2021 às 8 horas 30 minutos.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Dia 13 de maio de 2021 a partir das 9 horas.

· **Retirada do Edital:** Diretamente no site **www.licitacoes-e.com.br** ou gratuitamente **na íntegra** somente para consulta através do site **www.ribeiraopreto.sp.gov.br**.

Ribeirão Preto, 29 de abril de 2021.
André Almeida Morais
Secretário Municipal da Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

JUSTIFICATIVA QUEBRA ORDEM CRONOLÓGICA
EMPRESA: SOC. EMP. DE COLETA E TRAT. DE RESIDUOS LTDA.
CNPJ: 10.227.685/0001-67

Nota Fiscal	Data	Valor
365	03/03/2021	R$ 96.022,35

Justificativa: Justifica-se a quebra de ordem cronológica da NF citadas, por motivo de extravio das mesmas, dentro do Setor responsável pelo recebimento. Isto posto, não fora realizada a quitação, em prazo correto. Cajuru, 29 de abril de 2021.
Alex Moretini - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRADOURO

AVISO DE SUSPENSÃO E NOVA DATA DE ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 082/2021
REGISTRO DE PREÇOS Nº 018 / 2021

Endereço Eletrônico: www.viradouro.sp.gov.br (http://191.5.98.25:8079/comprasedital/). A Divisão Municipal de Licitações da Prefeitura do Município de Viradouro comunica aos interessados que o **Pregão Eletrônico nº 020/2021**, **Processo Administrativo nº 082/2021** - **Registro de Preços nº 018/2021**, tendo como objeto: **Registro de preços para aquisição futura e parcelada de teste para Covid-19**, foi **suspenso** para **readequação do descritivo dos Itens quanto suas especificações**. Sendo assim abre-se nova contagem de prazo, fixando sua NOVA data de Abertura da sessão para às **09h00min do dia 13 de maio de 2021**. **Informações:** Divisão de Licitações, na Praça Major Manoel Joaquim nº 349 - Viradouro/SP - CEP 14.740-000, no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min de segunda à sexta-feira, telefone: (17) 3392-8800 ou pelo e-mail: **pregão.viradouro@gmail.com**.

Viradouro, 29 de abril de 2021.
Daniela de Souza Lima
Diretora da Divisão Municipal de Licitações, Compras e Almoxarifado

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº.063/2021 – Registro de preços para fornecimento de medicamentos para atender ordens judiciais – grupo 05. Encaminhar proposta: até às 09h00 do dia 17/05/2021.
Pregão Eletrônico nº.065/2021 – Registro de preços para fornecimento de medicamentos para atender ordens judiciais – grupo 04. Encaminhar proposta: até às 09h00 do dia 18/05/2021.
(a) Dr.ªRosana Gravena - Secretária de Saúde
Os editais estarão disponíveis nos sites: www.gov.br/compras (UASG 986.589), www.jacarei.sp.gov.br ou poderá ser retirado na Unidade de Suprimentos – Diretoria Administrativa de Secretaria de Saúde – Av. Major Acácio Ferreira, 854 – Jardim Paraíba – Jacareí/SP, CEP. 12.327-530, no horário das 8h00 às 17h00, mediante apresentação de um "CD-R" novo.
Pregão Eletrônico nº.062/2021 – Registro de preços para fornecimento de cabos elétricos. Encaminhar proposta: até às 09h00 do dia 14/05/2021.
(a) Luis Fernando Massari - Secretário de Infraestrutura Municipal; (a) Maria Thereza Ferreira Cyrino - Secretária Municipal de Educação
Pregão Eletrônico nº.064/2021 – Contratação de empresa especializada para implementação de material e metodologia pedagógica para o desenvolvimento de competências por meio da educação musical de livros, materiais paradidáticos impressos e digital, caderno de formação presencial e a distância através de plataforma online, aplicativo, suporte e acompanhamento pedagógico para profissionais da educação, entre gestores, coordenadores e professores da educação infantil da rede municipal de ensino, destinados a suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Educação. Encaminhar proposta: até às 09h00 do dia 14/05/2021.
(a) Maria Thereza Ferreira Cyrino - Secretaria Municipal de Educação
Tomada de Preços nº.006/2021 - Contratação de empresa especializada para inspeções especiais das duas pontes da Região Central de Jacareí/SP. Recebimento dos envelopes: até às 09h00 do dia 21/05/2021. Sessão de abertura: às 09h00 do dia 21/05/2021.
Tomada de Preços nº.007/2021 - Contratação de empresa especializada para elaboração do projeto executivo e execução de revitalização do Parque Urbano no Parque California e área publica no Jardim Didinha. Recebimento dos envelopes: até às 09h00 do dia 24/05/2021.Sessão de abertura: às 09h00 do dia 24/05/2021.
(a) Celso Florêncio de Souza - Secretário de Governo e Planejamento
Os editais estarão disponíveis, nos sites: www.gov.br/compras (UASG 986.589), www.jacarei.sp.gov.br ou poderá ser retirado na Unidade de Licitações, 1º andar, sito à Praça dos Três Poderes, nº73, Centro, Jacareí/SP, no horário das 08h00 às 17h00, mediante apresentação de um "CD-R" novo.

MUNICÍPIO DE SANTA ERNESTINA/SP

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL Nº 019/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2021

O Município de Santa Ernestina/SP torna público que, no dia e hora especificados, na sede do Município, sito à Rua 21 de Março, nº 384, Centro, realizar-se-á licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** objetivando contratação de empresa para fornecimento de internet através de fibra óptica para os prédios públicos do Município de Santa Ernestina/SP, conforme especificações contidas em Edital completo, que poderá ser obtido pelos sites www.santaernestina.sp.gov.br ou junto ao Setor de Licitações e Contratos do Município, localizado no mesmo endereço. Data da sessão **12 de maio de 2021,** *às* **09h00min (horário de Brasília)**.
Santa Ernestina/SP, 29 de abril de 2021.
MARCELO APARECIDO VERONEZI - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LUZITÂNIA-SP

EXTRATO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021

Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Nova Luzitânia (SP), Procedimento Licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021, objetivando a contratação de empresa para pavimentação e calçamento; Tipo: menor preço global; Edital nº. 015/2021; Processo nº. 354/2021. Fica determinado o dia 24 de maio de 2021, às 13h30min, para recebimento dos envelopes documentação e proposta comercial, na forma do Edital. O Edital poderá ser retirado junto ao site www.novaluzitania.sp.gov.br, ou pelo Setor de Licitação, sito à Rua Pedro Pereira Dias, nº 1.773 – Centro – Nova Luzitânia (SP), e-mail: compraselicitacao01@gmail.com. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (17) 3483 9200 e 3483 9204. Nova Luzitânia (SP), 29 de abril de 2021.
MIGUEL JOSÉ ARAÚJO JÚNIOR - Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo
Secretaria da Administração

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA nº 001/2021
Processo Digital nº 103298/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada para reforma e modernização de quadras poliesportivas, conforme descrito no edital e seus anexos.
Valor Estimado Total: R$ 778.770,95 (setecentos e setenta e oito mil, setecentos e setenta reais e noventa e cinco centavos).

Data Limite para Visita Técnica: dia 01/06/2021.
Prazo limite para entrega dos envelopes: dia 02/06/2021 às 08:30 horas.
ABERTURA: dia 02/06/2021 às 09:00 horas.

· Local e horário para retirada do Edital: Departamento de Materiais e Licitações – Divisão de Compras – Rua Jacira nº 50 - Jardim Macedo, das 8h às 17h (a custo zero – gratuito); ou (na íntegra) através do site **www.ribeiraopreto.sp.gov.br**.

Ribeirão Preto, 29 de abril de 2021.
André Almeida Morais
Secretário Municipal da Administração

RUFF CJ DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA

CNPJ nº 00.756.149/0008-71

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Balanço Patrimonial - Ativo	Nota	2020	2019
Ativo circulante		**108.212**	**121.594**
Caixa e equivalentes de caixa	5	46.405	43.406
Contas a receber de clientes	6	12.089	24.324
Estoques	7	26.266	34.708
Tributos a recuperar	8	8.082	7.060
Adiantamentos Fornecedores	9	15.128	12.001
Despesas exercícios seguintes		243	96
Ativo não circulante		**1.954**	**1.512**
Tributos diferidos	10	1.465	1.202
Depósitos judiciais	11	455	310
Outras contas a receber		34	-
Investimentos	12	190	184
Imobilizado	13	27.338	16.996
Intangível		1	1
		27.529	**17.181**
		29.483	**18.693**
Total do ativo		**137.695**	**140.287**
Passivo	**Nota**	**2020**	**2019**
Passivo Circulante		**9.987**	**17.714**
Fornecedores	14	3.407	10.216
Tributos a pagar	15	5.716	6.677
Obrigações sociais e trabalhistas	16	832	792
Adiantamentos de clientes		32	30
Passivo não circulante		**100.817**	**101.837**
Tributos diferidos	10	1.884	1.709
Partes relacionadas	17	98.925	100.121
Provisões	18	7	7
Total do passivo		**110.804**	**119.551**
Patrimônio Líquido		**26.892**	**20.736**
Capital social	19	27.250	15.000
Reservas de lucros		-	5.736
Prejuízos acumulados		(358)	-
Total do passivo e patrimônio líquido		**137.695**	**140.287**

Demonstração do Resultado	Nota	2020	2019
Operações continuadas			
Receita líquida	20	1.264.079	1.819.646
Custo das vendas		(1.221.557)	(1.764.560)
Lucro bruto		42.522	55.086
Despesas com vendas		(10.642)	(11.033)
Despesas administrativas	21	(24.527)	(26.193)
Despesas tributárias		(1.140)	(4.492)
Outras receitas		722	715
		(35.587)	(41.003)
Lucro operacional		6.936	14.083
Receitas financeiras		1.506	3.093
Despesas financeiras		(8.215)	(8.343)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	22	(6.709)	(5.249)
Lucro antes do imposto de renda e da CS		227	8.834
Imposto de renda e contribuição social correntes		(152)	(3.162)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		87	1.055
Lucro líquido do exercício		162	6.727

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Em 01/01/2019	15.000	-	101.589	-	116.589
Lucro líquido do período	-	-	6.727	-	6.727
Lucros distribuídos	-	-	(101.589)	-	(101.589)
Juros sobre capital próprio	-	-	(991)	-	(991)
Em 31/12/2019	15.000	-	5.736	-	20.736
Em 01/01/2020	15.000	-	5.736	-	20.736
Lucro líquido do período	-	-	-	162	162
Lucros distribuídos	-	-	(5.736)	-	(5.736)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(520)	(520)
Aumento de Capital	12.250	-	-	-	12.250
Em 31/12/2020	27.250	-	(0)	(358)	26.892

Demonstração do Valor Adicionado	2020	2019
1. Geração do Valor Adicionado	**1.271.596**	**1.844.308**
Venda de combustíveis	1.264.786	1.836.207
Venda de serviços	5.304	5.007
Outras Receitas	1.506	3.093
2. Insumos Adquiridos de Terceiros	**(1.243.204)**	**(1.787.913)**
Custo do combustível comprado para revenda	(1.221.557)	(1.764.560)
Serviços de terceiros	(6.896)	(8.721)
Fretes e Carretos	(5.711)	(9.015)
Materiais, energia e outros gastos operacionais	(9.039)	(5.618)
3. Valor Acionado Bruto (1-2)	**28.392**	**56.394**
4. Retenções	**1.123**	**862**
Depreciação e Amortização	1.123	862
5. Valor Adicionado Líquido (3 – 4)	**27.269**	**55.532**
6. Das Atividades de Financiamentos	**722**	**715**
Receitas financeiras	722	715
7. Valor Adicionado a Distribuir (5 + 6)	**27.991**	**56.247**
8. Distribuição do Valor Adicionado	**27.991**	**56.247**
Pessoal e encargos:	**11.996**	**12.534**
Remuneração direta	7.399	8.003
Benefícios	2.023	2.002
FGTS/INSS	2.574	2.529
Tributos:	**7.215**	**28.167**
Federais	2.327	8.193
Estaduais	4.578	19.686
Municipais	311	288
Despesas financeiras	**8.215**	**8.343**
Aluguéis	**403**	**476**
Remuneração de capitais próprios:	**520**	**102.580**
Juros sobre capital próprio	520	991
Lucros distribuídos	-	101.589
Lucros retidos do exercício	**(358)**	**(95.853)**

Demonstração do Fluxo de Caixa	2020	2019
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	227	8.834
Ajustes do lucro (prejuízo) líquido		
Perdas no recebimento de créditos	848	151
Depreciação	1.123	862
Baixa de imobilizado	6	21
Juros incorridos	6.576	6.431
Lucro (prejuízo) líquido ajustado	8.780	16.298
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	11.387	2.942
Despesas de exercícios seguintes	(147)	23
Estoques	8.442	(10.575)
Tributos a recuperar	(1.022)	2.545
Adiantamentos Fornecedores	(3.126)	4.585
Depósitos judiciais	(146)	(150)
Créditos CBIOS	(34)	-
Fornecedores	(6.808)	2.885
Tributos a pagar	(713)	(1.478)
Obrigações sociais e trabalhistas	40	(138)
Adiantamentos de clientes	2	(46)
Outros valores a pagar	-	(201)
Caixa gerado nas operações	1 6.655	16.691
IRPJ e CSLL pagos	(400)	(2.929)
Juros pagos	-	(58)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	16.255	13.705
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Compra de ativo imobilizado	(11.471)	(98)
Propriedade para investimento	(6)	-
	(11.477)	(98)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Lucros Distribuídos	-	(101.589)
Juros sobre o capital próprio pagos	(1.778)	(5.197)
Captação de recursos com partes relacionadas	-	106.578
Pagamento de créditos com partes relacionadas	-	(17.993)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(1.778)	(18.200)
Aumento (redução) caixa e equivalentes caixa, líquidos	3.000	(4.594)
Caixa e equiv. de caixa no início do período	43.406	48.000
Caixa e equiv. de caixa no fim do período	46.405	43.406
Variação no caixa e equivalente de caixa	**3.000**	**(4.594)**

Notas explicativas da administração

1. Informações gerais: A RUFF CJ Distribuidora de Petróleo Ltda., inscrita no CNPJ nº 00.756.149/0008-71, é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo e têm por atividade preponderante a distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcoois combustíveis e outros combustíveis automotivos e a armazenagem, cessão e locação de espaço. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela administração da Empresa em 31 de março de 2021. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda contra o resultado do exercício. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e também exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na nota 3. **2.3 Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **2.4 Ativo financeiro - 2.4.1 Classificação:** A Empresa classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: recebíveis e disponíveis para venda mensurados ao valor justo quando existentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **(a) Recebíveis:** Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Empresa compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. **2.4.2 Impairment de ativos financeiros - (a) Ativos mensurados ao custo amortizado:** A Empresa avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. **2.5 Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, a contar da data do encerramento das demonstrações financeiras, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (impairment) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. **2.6 Estoques - (a) Formação de custo:** Os estoques são avaliados com base no menor valor entre o custo histórico de aquisição e o valor líquido realizável. A empresa utiliza o custo médio ponderado para valorizar seus estoques. **2.7 Ativos Intangíveis:** Os Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento de seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas do valor recuperável. **2.8 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, expresso em Reais, menos depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos valores residuais durante a vida útil estimada. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Resultado de venda do imobilizado" na determinação do resultado. Demonstrado ao custo de aquisição, os terrenos não são depreciados, a depreciação dos demais ativos são calculadas pelo método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens conforme abaixo: **Anos:** Edificações, instalações e benfeitorias - 5 a 30; Equipamentos - 20; Veículos - 5; Móveis e Utensílios - 24; Outros - 20 a 32. **2.9 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, contado da data do encerramento das demonstrações financeiras (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.10 Provisões:** As provisões para contingências tributárias, trabalhistas, cíveis e outras são constituídas com base nas expectativas da Administração de perda provável nos respectivos processos, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos da Empresa. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como "resultado financeiro". **2.11 Imposto de renda e contribuição social diferido:** A Empresa reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. Os valores dos impostos diferido ativos são revisados regularmente em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica. **2.12 Depósitos judiciais:** Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a empresa. **2.13 Capital social:** As quotas da empresa são classificadas no patrimônio líquido. **(a) Receita com prestação de serviços:** As receitas decorrentes da prestação de serviços são representadas por atividades de Armazenamento e apropriadas ao resultado de acordo com a sua competência. **(b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **3. Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. A Empresa avalia constantemente as estimativas e premissas contábeis e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem divergir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão. **(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Empresa está sujeita ao imposto sobre a renda, sendo necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para este imposto. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Empresa também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de imposto sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. **(b) Tributos Diferidos:** A Empresa evidencia nas suas demonstrações financeiras, os tributos diferidos, IRPJ e CSLL, e diferença temporária sobre as depreciações com base nas taxas fiscais e vida útil R$ 5.541.973,31. **4. Gestão de risco financeiro - 4.1. Fatores de risco financeiro:** A gestão dos riscos é realizada por meio de políticas, definição estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela tesouraria e aprovados pela Administração da entidade. A Empresa está exposta a diversos riscos, incluído risco de crédito, como definido abaixo: **(a) Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Visando dirimir os riscos para os clientes a empresa utiliza uma classificação independente, realizando uma análise rigorosa da qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. **(b) Gestão de capital:** Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. **5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os Caixas e equivalentes de caixa, até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis, apresentaram os seguintes valores:

Caixa e equivalentes de caixa	2020	2019
Caixa	23	24
Bancos	18.519	17.975
Aplicações Financeiras	27.863	25.406
Total	**46.405**	**43.406**

6. Contas a receber: Em 31.12.2020 os saldos a receber eram compostos em clientes apenas do mercado nacional, a saber:

Contas a receber de clientes	2020	2019
Contas a receber de clientes	19.098	30.485
Perdas em crédito de liquidação de cobrança	(7.009)	(6.161)
Total	**12.089**	**24.324**

Em 31 de dezembro, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	2020	2019
A vencer	12.028	23.269
Vencidos:	7.070	7.216
< 30 dias	16	511
30 - 60 dias	11	25
60 - 90 dias	11	55
90 - 120 dias	11	19
> 120 dias	7.023	6.605
Perdas Esperadas e créditos de liquidação duvidosa	(7.009)	(6.161)
	12.089	24.324

Movimentação das perdas em créditos de liquidação duvidosa:

	2020	2019
Saldo inicial	6.161	6.010
Adições	942	2.033
Baixas	(94)	(1.882)
Saldo final	7.009	6.161

Não há reconhecimento de ajuste a valor presente de acordo com as disposições do CPC 12, a empresa possui alguns títulos aberto a longo prazo resultantes de renegociações e acordos com os clientes e para o ano de 2020 optou por não os reconhece-los considerando seus efeitos imateriais, independente da taxa de desconto utilizada. O saldo de perdas no recebimento de crédito refere-se a títulos vencidos há pelo menos 24 meses, os quais se encontram em processo judicial de cobrança e seguem a Lei 9.430/96 esses títulos são lançados para perda e são considerados como dedutíveis na apuração do IRPJ e CSLL. Em 2020 a empresa constitui uma política de provisão para créditos de liquidação duvidosa para títulos vencidos há mais de 180 dias e as perdas estimadas serão constituídas pela empresa com base na análise dos riscos de realização dos créditos. **7. Estoques:** Composto de mercadoria para revenda, com a finalidade de suprir as necessidades de seus clientes. As entradas são contabilizadas no momento em que os riscos e benefícios são transferidos para a empresa.

Estoques	2020	2019
Mercadorias para revenda	26.266	34.708
Total	**26.266**	**34.708**

8. Tributos a recuperar	2020	2019
ICMS a Recuperar	7.687	7.274
ICMS Crédito apropriado	3.457	3.160
IRPJ a Compensar	278	21
CSLL a Compensar	96	40
Prov. Perdas Créd Trib. ICMS	-3.435	-3.435
Total	**8.082**	**7.060**

9. Adiantamentos à Fornecedores: Composta por adiantamentos à fornecedores, adiantamento de salários e faturamento antecipado, conforme segue:

Adiantamentos Fornecedores	2020	2019
Adiantamento à fornecedores	13.870	9.283
Adiantamento à colaboradores	31	122
Faturamento Antecipado	1.227	2.596
Total	**15.128**	**12.001**

10. Tributos diferidos	2020	2019
Diferenças temporárias ativas	**1.465**	**1.202**
Provisão para contingências	1.465	1.202
Diferenças temporárias passivas	**(1.884)**	**(1.709)**
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(1.884)	(1.709)
Imposto de renda e CS diferidos, líquido	**(419)**	**(507)**

11. Depósitos judiciais	2020	2019
Processos trabalhistas	32	32
Outros processos	423	278
Total	**455**	**310**

12. Propriedades para investimento	2020	2019
Bonanza Auto Posto	190	184
Total	**190**	**184**

13. Imobilizado: Demonstrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear, com base no tempo de vida útil dos bens, conforme NBC TG 27, resolução do CFC nº 1.177/09. Temos abaixo o custo histórico, a depreciação acumulada e o saldo residual em 31 de dezembro de 2020 e a movimentação do referido período:

Imobilizado	Benfeitorias	Máq. e Equiptos	Veículos leves	Veículos pesados	Terrenos	Equiptos de Informática	Móveis e Utensílios	Telefonia	Imobilizações em andamento	Instalações	Total
Saldos em 1º/01/2019	6.531	5.115	30	-	483	90	75	13	2.033	3.410	17.780
Aquisições	-	40	-	-	-	10	10	-	-	38	98
Baixas	-	(14)	-	-	-	(0)	-	-	-	(6)	(21)
Transferências	-	-	-	-	-	114	-	-	(114)	-	-
Depreciações	(124)	(457)	(11)	-	-	(18)	(8)	(1)	-	(242)	(862)
Saldos em 31/12/2019	**6.406**	**4.683**	**18**	**-**	**483**	**196**	**78**	**12**	**1.919**	**3.200**	**16.996**
Aquisições	-	2	-	7.694	-	25	6	-	3.744	-	11.471
Baixas	-	-	-	-	(6)	-	-	-	-	-	(6)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	(106)	106	-
Depreciações	(124)	(457)	(11)	(270)	-	(32)	(7)	(1)	-	(221)	(1.123)
Saldos em 31/12/2020	**6.282**	**4.229**	**7**	**7.424**	**477**	**190**	**76**	**10**	**5.557**	**3.086**	**27.338**
Taxa média anual depreciação	1,70%	3,60%	20%	22,50%	0%	11,90%	4,90%	20%	0%	3,80%	

14. Fornecedores: Os saldos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos. A essência dos saldos é a seguinte:

	2020	2019
Nacionais	3.407	10.216
Total	**3.407**	**10.216**

15. Impostos, taxas e contribuições: As obrigações tributárias representam os débitos apurados pelas vendas de mercadorias e serviços, pelos impostos retidos de prestadores de serviços e tributos sobre o lucro.

Tributos a pagar	2020	2019
ICMS a recolher	5.384	5.801
Contribuição Social a recolher	-	100
Imposto de Renda a recolher	-	147
ISS a recolher	28	15
PIS a recolher	31	68
COFINS a recolher	144	313
IRRF sobre salários a recolher	87	93
IRRF a recolher	4	116
INSS retido a recolher	22	11
Outros a recolher	17	13
Total	**5.716**	**6.677**

16. Obrigações sociais e trabalhistas: Os valores relativos à folha de pagamentos e encargos sociais foram corretamente demonstrados em 31 de dezembro de 2020, conforme quadro demonstrado abaixo:

	2020	2019
Férias a Pagar	425	417
INSS a Recolher	196	171
FGTS a Recolher	62	57
INSS sobre Férias a pagar	115	113
FGTS sobre Férias a pagar	34	33
Total	**832**	**792**

17. Partes relacionadas: O valor de partes relacionadas refere-se a Juros sobre Capital Próprio, Contratos de Mútuo e Juros de Mútuo. Os contratos de mútuo com sócios são vencíveis em 08/2023, acrescidos de juros a taxa de 4,8 % ao ano.

Partes Relacionadas	2020	2019
Juros sobre Capital Próprio	-	5.162
Contratos de Mútuo	88.586	88.586
Juros de Mútuo a Pagar	10.339	6.373
Total	**98.925**	**100.121**

18. Provisão para contencioso trabalhista: A empresa, no curso normal dos negócios, está sujeita aos processos administrativos e judiciais de naturezas diversas, entre os quais, tributária, trabalhista e cível. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, por meio de carta formal, identificou apenas processos de natureza trabalhistas, constituindo provisões para todos os valores prováveis de perda.

Provável Processo	Valor Discutido	Comentário
0024900-52.2007.5.15.0004	7	horas extras e reflexos
	7	

A empresa também identificou, com base na opinião de seus assessores jurídicos, por meio de carta formal, processos de natureza trabalhistas qualificados como possíveis perdas:

Possível Processo	Valor do risco	Comentário
0011079-04.2016.5.15.0153	43	verbas rescisórias
0085400-30.2008.5.15.0043	64	FGTS
	107	

19. Capital social: O Capital Social da empresa está representado por 27.250 (vinte e sete mil, duzentos e cinquenta) quotas, com o valor nominal de R$ 1.000,00 cada, na totalidade de R$ 27.250.000,00. **20. Receita operacional líquida:** A Ruff CJ Distribuidora de Petróleo Ltda. registra suas Receitas Operacionais pelo regime de competência. Abaixo, temos a receita bruta e deduções de receitas no exercício findo em 31/12/2020 e 31/12/2019.

Receitas (Despesas) Financeiras	2020	2019
Receita Bruta: Receita Prestação de Serviços	5.304	5.007
Receita na Revenda de Mercadorias	1.265.979	1.839.211
Deduções de Vendas:	(1.193)	(3.005)
(-) ICMS	(4.451)	(16.210)
(-) Cofins	(1.100)	(4.247)
(-) PIS/Pasep	(239)	(923)
(-) ISS	(221)	(188)
Resultado Financeiro Líquido	**1.264.079**	**1.819.646**

21. Despesas gerais e administrativas: As despesas gerais e administrativas são compostas pelos gastos incorridos na Administração da empresa.

Despesas Gerais e Administrativas	2020	2019
Despesas com pessoal	11.996	12.534
Despesas com serv. de Terceiros	6.896	8.721
Despesas gerais	5.635	4.937
Total	**24.527**	**26.193**

22. Receitas (despesas) financeiras: O resultado financeiro líquido está representado pelas seguintes receitas e despesas financeiras:

Receitas (Despesas) Financeiras	2020	2019
Receitas Financeiras:		
Juros com aplicações financeiras	1.213	2.608
Descontos financeiros obtidos	35	170
Outras receitas financeiras	258	316
Despesas Financeiras		
Juros sobre dívidas e empréstimos tomados	(7.982)	(8.167)
Encargos financeiros	(233)	(175)
Resultado Financeiro Líquido	**(6.709)**	**(5.249)**

23. EBITDA: A administração da empresa divulga o EBITDA de modo a aferir a capacidade da empresa em cumprir suas obrigações financeiras.

EBITDA	2020	2019
Lucro líquido do exercício	**162**	**6.727**
(+) Imposto de renda e contribuição social	65	2.107
(+) Depreciação e Amortização	1.123	862
(+) Resultado financeiro líquido	6.709	5.249
EBITDA	**8.059**	**14.945**

24. Ativos contingentes (IRPJ e CSLL a recuperar): Trata-se de processo que busca a recuperação dos valores pagos a maior de IRPJ e CSLL, cujo valor atual é de, aproximadamente, R$ 478.206,77. **25. Eventos Subsequentes:** Seguindo as recentes medidas adotadas pelo governo brasileiro, adotamos as precauções de saúdes recomendas pelas autoridades, a fim de preservar a saúde e reduzir a propagação da infecção por Covid-19. Até a data da emissão das demonstrações contábeis, identificamos ameaças relativas à demanda, entretanto a Companhia não vislumbrava potenciais riscos à continuidade de seus negócios, tampouco às estimativas e julgamentos contábeis aplicados. Ressaltamos também que, neste momento, não foi possível mensurar ou antecipar os eventuais impactos econômico-financeiros futuros decorrentes da pandemia da COVID-19. **26. Cobertura de seguros:** A administração da empresa adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e relevância por montantes considerados suficientes, levando em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

Nº Apólice	Valor Prêmio em R$	Período	Valor Garantia em R$	Cobertura
3001118000541	116.158,00	01/03/2020 a 01/03/2021	**108.949.863,18**	Danos Mat. de Paulínia, Ribeirão Preto e Careaçu.
118664011302	1.540,47	25/10/2020 a 25/10/2021	**1.500.000,00**	Danos Mat. e Resp. Civil de Campinas
517720202H510001108	20.515,15	25/07/2020 a 25/07/2021	**1.000.000,00**	Responsabilidade Civil
1001000001262	7.900,00	25/07/2020 a 25/07/2021	**5.000.000,00**	Responsabilidade Civil
60226	2.772,86	07/06/2020 a 07/06/2021	**100.000,00**	Veículo
09289900244061064	2.395,49	20/07/2020 a 20/07/2021	**100.000,00**	Veículo
63383	19.096,84	13/11/2020 a 13/11/2021	**1.000.000,00**	Frota própria
09289900244062659	19.246,23	23/09/2020 a 23/09/2021	**1.000.000,00**	Frota própria
09289900244063382	19.098,25	13/11/2020 a 13/11/2021	**1.000.000,00**	Frota própria
09289900244063417	19.093,84	16/11/2020 a 16/11/2021	**1.000.000,00**	Frota própria
09289900244063411	19.093,84	16/11/2020 a 16/11/2021	**1.000.000,00**	Frota própria
09289900244063410	19.093,84	16/11/2020 a 16/11/2021	**1.000.000,00**	Frota própria
09289900244063416	19.093,84	16/11/2020 a 16/11/2021	**1.000.000,00**	Frota própria
09289900244063413	19.093,84	16/11/2020 a 16/11/2021	**1.000.000,00**	Frota própria
09289900244063418	19.093,84	16/11/2020 a 16/11/2021	**1.000.000,00**	Frota própria
09289900244063412	19.093,84	16/11/2020 a 16/11/2021	**1.000.000,00**	Frota própria

João Batista da Silva - Contador CRC 1PR 036031/O-0 T SP - **Carlos Henrique Jamas Devasa** - Sócio Administrador

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Quotistas RUFF CJ DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Ruff CJ Distribuidora de Petróleo Ltda. (Empresa) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos:** Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, preparadas sob a responsabilidade da administração da Empresa. A apresentação é somente requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA, porém a RUFF CJ Distribuidora de Petróleo Ltda. optou em divulgar esta peça em suas demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou às circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, dentre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 08 de abril de 2021.

Atenciosamente, Marcos Francisco Rodrigues Sousa
Contador CRC 1SP167515/O-0
Consulcamp Auditoria - CRC 2SP024818/O-5

SF 137 Participações Societárias S.A.

CNPJ nº 33.774.267/0001-95

Demonstrações Financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em reais

Ativo	2020	2019
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	22.052,56	670.173,83
Adiantamentos a terceiros		13.735,15
Impostos a recuperar	80,11	
	22.132,67	683.908,98
Não circulante		
Adiantamentos a terceiros	9.952.625,20	9.239.044,47
Perdas por Redução ao Valor Recuperável		(6.486.808,77)
	9.952.625,20	2.752.235,70
Total do ativo	9.974.757,87	3.436.144,68

Passivo e patrimônio líquido	2020	2019
Circulante		
Obrigações tributárias	1.501,46	5.443,08
Adiantamento de clientes	375,00	600,00
	1.876,46	6.043,08
Patrimônio líquido		
Capital social subscrito	12.763.660,00	10.183.660,00
Capital social a integralizar	(60,00)	(60,00)
Adiantamento para futuro aumento de capital	131.000,00	760.000,00
Prejuízos acumulados	(2.921.718,59)	(7.513.498,40)
	9.972.881,41	3.430.101,60
Total do passivo e patrimônio líquido	9.974.757,87	3.436.144,68

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em reais

	Capital social Subscrito	Capital social A integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2018					
Subscrição de capital conforme contrato social datado em 08/08/2019	7.783.660,00				7.783.660,00
Aumento capital	2.400.000,00	(60,00)			2.399.940,00
Adiantamento para futuro aumento de capital			760.000,00		760.000,00
Prejuízo do exercício			-	(7.513.498,40)	(7.513.498,40)
Em 31 de dezembro de 2019	**10.183.660,00**	**(60,00)**	**760.000,00**	**(7.513.498,40)**	**3.430.101,60**
Aumento capital	2.580.000,00				2.580.000,00
Adiantamento para futuro aumento de capital			(629.000,00)		(629.000,00)
Lucro do exercício			-	4.591.779,81	4.591.779,81
Em 31 de dezembro de 2020	**12.763.660,00**	**(60,00)**	**131.000,00**	**(2.921.718,59)**	**9.972.881,41**

Demonstração do resultado em 31 de dezembro - Em reais

	2020	2019
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(1.892.931,13)	(1.023.904,93)
Perdas por Redução ao Valor Recuperável	6.486.808,77	(6.486.808,77)
	4.593.877,64	(7.510.713,70)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	4.593.877,64	(7.510.713,70)
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	7,90	
Despesas financeiras	(2.105,73)	(2.784,70)
	(2.097,83)	(2.784,70)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	4.591.779,81	(7.513.498,40)
Quantidade de quotas do capital social final	12.763.660,00	10.183.660,00
Lucro (prejuízo) líquido por quota do capital social no final do exercício	0,36	(0,74)

Alexandre Junior da Silva Nogueira
Representante Legal CPF 130.049.868-41
Contador responsável
TMF Brasil Assessoria Contábil e Empresarial Ltda
CRC SP-021721/O-1
Marilia Luciana Macedo da Silva
CRC: SP 222927/O-9

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇOIABA DA SERRA/SP

TERMO DE ADITAMENTO. Tomada de Preços nº 022/2020. Processo Administrativo n.º 267/2020. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM RESPONSÁVEL TÉCNICO DEVIDAMENTE HABILITADO PARA AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE, NO LOTEAMENTO TERRAS DE SAN FELIPE, ARAÇOIABA DA SERRA/SP, CONFORME ANEXOS. Diante que a sessão do dia 22/04/2021 foi considerada DESERTA, ficam reabertos os prazos do certame. Atendendo ao disposto no artigo 21 inciso 4º da Lei Federal 8.666/93, fica reabertos os prazos do edital. Os envelopes "HABILITAÇÃO e PROPOSTA" deverão ser entregues no setor de protocolo da Prefeitura, até as 10:00h do dia 17/05/2021 sendo que a abertura do Envelope "Habilitação" ocorrerá no mesmo dia às 10:30 horas, quando se procederá a rubrica, pelos presentes, dos elementos ali contidos. Permanecem ratificadas os demais itens do edital; Publique-se e comuniquem-se os interessados. Araçoiaba da Serra, 29 de abril de 2021. José Carlos de Quevedo Junior - Prefeito Municipal

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR - FAMESP

SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL Nº 005/2021-FAMESP/HCFMB

Acha-se à disposição dos interessados do dia **30 de abril à 05 de maio de 2021,** das 8:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas, na Seção de Compras da Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar - FAMESP, localizada na Rua João Butignolli, s/nº, Distrito de Rubião Junior, Município de Botucatu, Estado de São Paulo, Fone (14) 3881-4811, site www.famesp.org.br/**compras/Botucatu/FAMESP/modalidade Solicitação de Proposta Comercial o EDITAL DE SOLICITAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL Nº 005/2021-FAMESP/HCFMB, que tem como objetivo a Solicitação de proposta comercial para futura CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE RADIOTERAPIA,** nas dependências do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu - HCFMB, de acordo com as especificações descritas no Anexo I - Projeto Básico. As propostas deverão ser entregues via correios ou através do e-mail: compras@famesp.org.br, **até o dia 05 de maio de 2021, às 17:00 horas,** na Seção de Compras da Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar, localizada na Rua João Butignolli, s/nº - Distrito de Rubião Junior - Botucatu - Estado de São Paulo, CEP 18.618-220 - Caixa Postal 504, Fone (0xx14) 3881-4811 - A/C SEÇÃO DE COMPRAS DA FAMESP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Torna Publico os seguintes:

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES
Pregão Presencial nº 20/2021
Processo Administrativo nº 1514/2021

Objeto: "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de acessos a Internet Banda Larga"
Data da Sessão: 13/05/2021
Horário: 09:00 horas

Pregão Presencial nº 10/2021
Processo Administrativo nº 2292/2020

Objeto: "Contratação de empresa especializada para prestação, de forma contínua e/ou eventual, de serviços terceirizados.
Data da Sessão: 14/05/2021
Horário: 09:00 horas

O edital da Licitação acima e seus anexos poderão ser obtidos no sítio oficial da Prefeitura: www.cordeiropolis.sp.gov.br no ícone **LICITAÇÕES.**

Cordeirópolis, 28 de Abril de 2021
Carlos Alberto Piola Filho
Departamento de Compras

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2021 | 18:18:01 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 5AE8AFE7-7AA1-423E-B05A-82E1D9F06A3B

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALES OLIVEIRA-SP

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SALES OLIVEIRA** torna público o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2021**, tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**. Objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA VOLANTE**, ficam convidados os interessados em participar do certame para comparecerem à sessão a ser realizada no **dia 14/05/2021 às 14h00**, no Setor de Licitações, situado na Praça Domingos Tavares Barradas, s/nº, centro do município de Sales Oliveira, onde ocorrerá o processamento do pregão. Os interessados poderão acessar a íntegra do Edital através do site **www.salesoliveira.sp.gov.br**. Durante a sessão pública é obrigatório e geral o uso de máscaras de proteção facial no contexto da pandemia da COVID-19, conforme Decreto Estadual nº 64.959, de 04/05/2020. Esclarecimentos somente através do e-mail: **licitacao@salesolievira.sp.gov.br**.

Sales Oliveira, SP, 29 de abril de 2021. Fábio Godoy Graton – Prefeito Municipal.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SALES OLIVEIRA** torna público o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2021**, tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS**, ficam convidados os interessados em participar do certame para comparecerem à sessão a ser realizada no **dia 17/05/2021 às 09h00**, no Setor de Licitações, situado na Praça Domingos Tavares Barradas, s/nº, centro do município de Sales Oliveira, onde ocorrerá o processamento do pregão. Os interessados poderão acessar a íntegra do Edital através do site **www.salesoliveira.sp.gov.br**. Durante a sessão pública é obrigatório e geral o uso de máscaras de proteção facial no contexto da pandemia da COVID-19, conforme Decreto Estadual nº 64.959, de 04/05/2020. Esclarecimentos somente através do e-mail: **licitacao@salesolievira.sp.gov.br**.

Sales Oliveira, SP, 29 de abril de 2021. Fábio Godoy Graton – Prefeito Municipal.

ERRATA Nº 001/2021
PREGÃO ELETRÔNICO N° 005/2021 - PROCESSO N° 064/2021

A **PREFEITURA DE MUNICIPAL DE SALES OLIVEIRA**, torna público para conhecimento dos interessados a **RETIFICAÇÃO** ao edital do **PREGÃO ELETRÔNICO N° 005/2021**, tipo menor preço unitário, com objeto o registro de preços para eventuais e futuras aquisições de ventilador/ respirador pulmonares destinados ao departamento de saúde, contendo as seguintes alterações ao instrumento convocatório:

Na quantidade do item 1 – "*Ventilador pulmonar, eletrônico microprocessado, adulto e pediátrico para uti e unidades de transporte [...]*", presente nas páginas 25, 27, 34 e 36:
Onde se lê: "2"
Leia-se: "4"

Na quantidade do item 2 – "*Ventilador pulmonar, estacionário, eletrônico, microprocessador, para UTI, paciente adulto, pediátrico e neonatal [...]*", presente nas páginas 25, 27, 34 e 36:
Onde se lê: "4"
Leia-se: "2"

No valor médio do item 1 – "*Ventilador pulmonar, eletrônico microprocessado, adulto e pediátrico para uti e unidades de transporte [...]*", do Anexo VII – Planilha Orçamentária, presente na página 34:
Onde se lê: "R$ 85.633,33"
Leia-se: "R$ 42.666,66"

No valor médio do item 2 – "*Ventilador pulmonar, estacionário, eletrônico, microprocessador, para UTI, paciente adulto, pediátrico e neonatal [...]*", do Anexo VII – Planilha Orçamentária, presente na página 34:
Onde se lê: "R$ 42.666,66"
Leia-se: "R$ 85.633,33"

Tendo em vista que a alteração supracitada interfere na elaboração da proposta, nos termos do § 4° do artigo 21 da Lei 8.666/1993, fica designada nova data de realização do Pregão, para o **dia 07/05/2021 às 13h00**, aplicam-se os prazos em conformidade com a Lei Federal nº 13.979/2020, no Setor de Licitações, situado na Praça Domingos Tavares Barradas, s/nº, centro do município de Sales Oliveira, onde ocorrerá o processamento do pregão. Todos os demais termos e condições estabelecidas no edital de Licitação e seus anexos, permanecem inalterados. Os interessados poderão acessar a íntegra do novo Edital retificado através do site **www.salesoliveira.sp.gov.br**. Esta errata está disponível no endereço abaixo ou através do site **www.salesoliveira.sp.gov.br**. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@salesoliveira.sp.gov.br.

Sales Oliveira, SP, 29 de abril de 2021. Fábio Godoy Graton – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº 099/2021 - Eletrônico - Processo Administrativo: PMC.2020.00039418-87 **-Interessado:** Secretaria Municipal de Educação **-Objeto:** Prestação de serviços de manutenção contínua de áreas verdes em unidades da Secretaria Municipal de Educação **-Recebimento das Propostas do lote 01:** das 08h do dia 13/05/21 às 09h do dia 14/05/21 **-Abertura das Propostas do lote 01:** a partir das 09h do dia 14/05/21 **-Início da Disputa de Preços:**a partir das 10h do dia 14/05/21 -Disponibilidade do Edital: a partir de 30/04/21, no port al eletrônico **www.licitacoes-e.com.br**. Esclarecimentos adicionais com o Pregoeiro Raphael Bernardes pelo telefone (19) 2116-0641.

Campinas, 29 de abril de 2021
MARCELO GONÇALVES DE SOUZA
Diretor do Departamento Central de Compras

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS - CISBRA
CNPJ: 14.009.006/0001-34

LICITAÇÃO: Processo nº 19/2021. ORGÃO: Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas (CISBRA). MODALIDADE: **Pregão Presencial nº 04/2021**. OBJETO: Aquisição de cartilhas didáticas (ou tabloides), ilustradas, coloridas, a ser adquirido através de recursos do Governo Estadual de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, oriundos de convênio com o FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos por meio do Convênio nº 195/2020, para educação ambiental de alunos do ensino fundamental (alunos de 06 a 14 anos de idade), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e Anexos. **DATA DE ENCERRAMENTO: 19/05/2021 às 10h30min**. O edital poderá ser consultado através do site **www.cisbra.eco.br** ou na sede localizada à Estrada Municipal Nelson Taufic Nassif, s/n - Parque Ecológico do Camanducaia - Bairro do Falcão - Monte Alegre do Sul (SP). INFORMAÇÕES: Telefone: (19) 3899-2036 ou (19) 3899-2233. Publique-se. Monte Alegre do Sul, 29 de abril de 2021. Marcela Lonel de Souza Guelere -Pregoeira

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - DIRETORIA DE LOGÍSTICA – UGE 180.180

SEÇÃO DE FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR-180/0014/21
Processo nº 2021180029 - OC nº 1801800000120210C00054

Encontra-se aberto na Diretoria de Logística o Pregão Eletrônico nº PR-180/0014/21, destinado ao Registro de Preço de **AQUISIÇÃO DE CAMISA MANGA CURTA CINZA CLARO PASSEIO**.

A realização da sessão pública dar-se-á no dia **17 de maio de 2021**, às **09h30min,** no sítio www.bec.sp.gov.br (Bolsa Eletrônica de Compras), endereço onde se encontra o Edital na íntegra devendo ser observada, em especial, a especificação técnica do objeto.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - DIRETORIA DE LOGÍSTICA – UGE 180.180

SEÇÃO DE FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR-180/0016/21
Processo nº 2021180031 - OC nº 1801800000120210C00072

Encontra-se aberto na Diretoria de Logística o Pregão Eletrônico Nº PR-180/0016/21, destinado ao Registro de Preço de **CALÇA SOCIAL CINZA BANDEIRANTE**.

A realização da sessão pública dar-se-á no dia **17 de maio de 2021**, às 14h30min, no sítio www.bec.sp.gov.br (Bolsa Eletrônica de Compras), endereço onde se encontra o Edital na íntegra devendo ser observada, em especial, a especificação técnica do objeto.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

AVISO DE LICITAÇÃO
(COM ITENS DE AMPLA PARTICIPAÇÃO E ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP/COOP)

Pregão nº 097/2021 - Eletrônico - Processo Administrativo nº PMC.2021.00015382-36 **-Interessado:**Secretaria Municipal de Serviços Públicos **-Objeto:**Registro de Preços de perfis, barras, tubos e chapas metálicas- **Recebimento das Propostas dos itens 01 a 33:**das 08h do dia 21/05/21 às 08h do dia 24/05/21 **-Abertura das Propostas dos itens 01 a 33:**a par tir das 08h do dia 24/05/21 **-Início da Disputa de Preços:**a partir das 09h30min do dia 25/05/21 **-Disponibilidade do Edital:**a partir de 03/05/21, no portal eletrônico **www.licitacoes-e.com.br**. Esclarecimentos adicionais com o Pregoeiro João Fernandes Filho pelo telefone (19) 2116-8464.

Campinas, 29 de abril de 2021
MARCELO GONÇALVES DE SOUZA
Diretor do Departamento Central de Compras

PIRACICABA
PREFEITURA DO MUNÍCIPIO
AVISO DE LICITAÇÃO

Comunicamos que está aberta a Licitação relacionada abaixo:

Modalidade: Concorrência nº 52/2020 prorrogação
Objeto: Execução de obras de reestruturação da piscina do Complexo Aquático de Piracicaba – reforma das piscinas adaptada e de biribol. Entrega das Propostas: até 02/06/2021 às 13:30 horas. Abertura das Propostas: 02/06/2021 às 14h00min.

O Edital encontra-se publicado no endereço eletrônico: www.piracicaba.sp.gov.br e a disposição na Divisão de Compras, sito a Rua Antônio Corrêa Barbosa, 2233, 1º andar, no horário das 08:30h. às 16:30h. Fone (19) 3403-1020.

Piracicaba 29 de abril de 2021.
Maira Martins de Oliveira Pessini
Chefe da Divisão de Compras

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO - DIVISÃO DE COMPRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO
Estado de São Paulo

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO PARA NOVA DATA DE ABERTURA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 026/2021 PROCESSO N° 1.761, 2.205
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE BLOQUETES E TUBOS DE CONCRETO.

Fica alterado o Anexo I do edital, visto que o mesmo foi publicado com equívoco na especificação do item 01 e na divisão das cotas.

Com estas alterações, mantidas as demais disposições editalícias, nos termos do §4º do Art. 21 da Lei nº 8.666/93, fica alterada a data da abertura do certame para o dia **12/05/2021 as 09:30** no mesmo local, para recebimento dos envelopes de "Proposta" e "Documentação" conforme Edital de Pregão Presencial 026/2021. Para maiores informações e esclarecimentos relativos a esta retificação, entrar em contato com o setor de Licitações da Prefeitura do município de Cruzeiro sito a Rua Coronel José de Castro, 540 – Centro, ou pelo telefone (12) 3145 6396 de segunda a sexta-feira no horário das 08:00 às 12:00 horas e e-mail: licitacoes@cruzeiro.sp.gov.br.

Cruzeiro, 29 de abril de 2021.
Thales Gabriel Fonseca
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALUMÍNIO

PREGÃO PRESENCIAL P/REGISTRO DE PREÇOS (SIMPLIFICADO COVID 19) Nº 07/2021 - PROC. 13/2021- Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO CONTÍNUO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, COM CESSÃO EM COMODATO DE CILINDROS E CONCENTRADORES. Tornamos público aos interessados nova data de encerramento: 10/05/2021 às 10h00. O edital retificado será disponibilizado no site: www.aluminio.sp.gov.br. Esclarecimentos através do e-mail: licitacao@aluminio.sp.gov.br. Kátia Alves Leal- Pregoeira

DIRETORIA DE ENSINO DA REGIÃO SUL 2
RETIFICAÇÃO

Encontra-se aberto na Diretoria de Ensino Região Sul 2, pregão eletrônico de nº 01/2021, destinado a prestação de serviços contínuos de preparo e distribuição de alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas, aos alunos regularmente matriculados na rede pública estadual. A realização da sessão pública será no dia 12/05/2021 às 10:00 h, no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br e www.fazenda.sp.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABREÚVA
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2021
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA O FORNECIMENTO DE UNIFORMES PARA PROFISSIONAIS DA SAÚDE, DEFESA CIVIL, VIGIA MUNICIPAL, GUARDA MUNICIPAL E TRÂNSITO.
CADASTRO DE PROPOSTAS INICIAIS ATÉ: 12/05/2021 às 09h59

ABERTURA DE PROPOSTAS INICIAIS E INÍCIO DE SESSÃO PÚBLICA: 12/05/2021 ÀS 10h00.

Os interessados poderão adquiri-lo junto ao Setor de Suprimentos, em CD-ROM a ser retirado no seguinte endereço: sito à Rua Floriano Peixoto, nº 158 – Centro, Prefeitura Municipal de Cabreúva, mediante entrega, de mídia virgem, ou na forma impressa mediante o pagamento de R$ 10,00 (dez reais), a ser efetuado no Setor de Arrecadação, no mesmo endereço ou ainda, gratuitamente, através de "download" junto a "home page" desta Prefeitura, na Internet, no endereço de acesso http://www.cabreuva.sp.gov.br ou www.bbmnetlicitacoes.com.br

CABREÚVA, 29 DE ABRIL DE 2021.
ANTONIO CARLOS MANGINI
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO
Quadro de Aplicação de Recursos no Ensino

Filtro: 1º Trimestre/2021

RESUMO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PRÓPRIOS NO QUADRO DE APLICAÇÃO NO ENSINO

RECEITAS DE IMPOSTOS	ARRECADAÇÃO NO PERÍODO	ARRECADAÇÃO ACUMULADO	APLICAÇÃO MÍNIMA CONSTITUCIONAL	VALOR A APLICAR NO PERÍODO	VALOR A APLICAR ACUMULADO
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	**44.103.643,98**	**44.103.643,98**	**25% DO TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS**	**11.025.910,99**	**11.025.910,99**
PRÓPRIOS	8.165.539,41	8.165.539,41			
TRANSFERÊNCIAS	35.938.104,57	35.938.104,57			
(-) VALOR DAS DEDUÇÕES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	**7.187.620,67**	**7.187.620,67**			
TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	**36.916.023,31**	**36.916.023,31**			

DESPESAS PRÓPRIAS DO ENSINO	EMPENHADA NO PERÍODO VALOR	EMPENHADA NO PERÍODO %	EMPENHADA ACUMULADO VALOR	EMPENHADA ACUMULADO %	LIQUIDADA NO PERÍODO VALOR	LIQUIDADA NO PERÍODO %	LIQUIDADA ACUMULADO VALOR	LIQUIDADA ACUMULADO %	PAGA ACUMULADO VALOR	PAGA ACUMULADO %
DESPESAS BRUTAS APLICADAS NO ENSINO										
(A) TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS APLICADAS NO ENSINO	**13.325.262,08**	**30,21**	**13.325.262,08**	**30,21**	**9.106.390,60**	**20,65**	**9.106.390,60**	**20,65**	**8.636.037,39**	**19,58**
APLICAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL	5.863.775,84	13,30	5.863.775,84	13,30	1.752.504,36	3,97	1.752.504,36	3,97	1.290.264,60	2,93
APLICAÇÃO NO ENSINO INFANTIL	273.865,57	0,62	273.865,57	0,62	166.265,57	0,38	166.265,57	0,38	158.152,12	0,36
RETENÇÕES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	7.187.620,67	16,30	7.187.620,67	16,30	7.187.620,67	16,30	7.187.620,67	16,30	7.187.620,67	16,30
DEDUÇÕES DAS DESPESAS										
(B) (-) DEDUÇÃO DE GANHOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DO ENSINO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**960.718,16**	**2,18**
(-) GANHO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) GANHO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA ENSINO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDEB RETIDO E NÃO APLICADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	960.718,16	2,18
DESPESAS LÍQUIDAS APLICADAS NO ENSINO										
(C)=(A-B) DESPESAS LÍQUIDAS APLICADAS NO ENSINO	**13.325.262,08**	**30,21**	**13.325.262,08**	**30,21**	**9.106.390,60**	**20,65**	**9.106.390,60**	**20,65**	**7.675.319,23**	**17,40**
APLICAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL	5.863.775,84	13,30	5.863.775,84	13,30	1.752.504,36	3,97	1.752.504,36	3,97	1.290.264,60	2,93
APLICAÇÃO NO ENSINO INFANTIL	273.865,57	0,62	273.865,57	0,62	166.265,57	0,38	166.265,57	0,38	158.152,12	0,36
RETENÇÕES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	7.187.620,67	16,30	7.187.620,67	16,30	7.187.620,67	16,30	7.187.620,67	16,30	6.226.902,51	14,12

RESUMO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	ARRECADAÇÃO NO PERÍODO	ARRECADAÇÃO ACUMULADO	APURAÇÃO DO FUNDEB	VALORES NO PERÍODO	VALORES ACUMULADO
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS	11.265.036,79	11.265.036,79	TOTAL RETIDO PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	7.187.620,67	7.187.620,67
RECEITAS DE RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.622,74	1.622,74	**APURAÇÃO DO RESULTADO DO FUNDEB**		
TOTAL BRUTO DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	**11.266.659,53**	**11.266.659,53**	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	11.265.036,79	11.265.036,79
APLICAÇÕES MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS			TOTAL RETIDO PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	7.187.620,67	7.187.620,67
TOTAL	11.266.659,53	11.266.659,53	**DIFERENÇA (RECEBIDO - RETIDO)**	**4.077.416,12**	**4.077.416,12**
MAGISTÉRIO (70% DO TOTAL)	7.886.661,67	7.886.661,67	**(GANHO)**		**4.077.416,12**

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	EMPENHADA NO PERÍODO VALOR	EMPENHADA NO PERÍODO %	EMPENHADA ACUMULADO VALOR	EMPENHADA ACUMULADO %	LIQUIDADA NO PERÍODO VALOR	LIQUIDADA NO PERÍODO %	LIQUIDADA ACUMULADO VALOR	LIQUIDADA ACUMULADO %	PAGA ACUMULADO VALOR	PAGA ACUMULADO %
DESPESAS BRUTAS COM FUNDEB										
(A) TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**10.102.975,62**	**89,67**	**10.102.975,62**	**89,67**	**9.512.908,98**	**84,43**	**9.512.908,98**	**84,43**	**6.226.902,51**	**55,27**
MAGISTÉRIO (70%)	5.920.892,29	52,55	5.920.892,29	52,55	5.414.766,68	48,06	5.414.766,68	48,06	3.319.793,69	29,47
OUTRAS DESPESAS (30%)	4.182.083,33	37,12	4.182.083,33	37,12	4.098.142,30	36,37	4.098.142,30	36,37	2.907.108,82	25,80
DEDUÇÕES DAS DESPESAS										
(B) (-) DEDUÇÕES DAS DESPESAS DO FUNDEB	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM APOSENTADORIAS (3.1.90.01)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM PENSÕES (3.1.90.03)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS COM INATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM APOSENTADORIAS (3.1.90.01)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM PENSÕES (3.1.90.03)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS COM INATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS LÍQUIDAS COM FUNDEB										
(C = A - B) DESPESAS LÍQUIDAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**10.102.975,62**	**89,67**	**10.102.975,62**	**89,67**	**9.512.908,98**	**84,43**	**9.512.908,98**	**84,43**	**6.226.902,51**	**55,27**
MAGISTÉRIO (70%)	5.920.892,29	52,55	5.920.892,29	52,55	5.414.766,68	48,06	5.414.766,68	48,06	3.319.793,69	29,47
OUTRAS DESPESAS (30%)	4.182.083,33	37,12	4.182.083,33	37,12	4.098.142,30	36,37	4.098.142,30	36,37	2.907.108,82	25,80

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2021 | 18:18:07 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 5AE8AFE7-7AA1-423E-B05A-82E1D9F06A3B

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOUVEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Louveira informa que realizará o **Pregão Presencial nº 024/2021**, objetivando a contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de grupo gerador, no dia 12 de maio de 2021, às 09:30 horas. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na internet, no endereço eletrônico **www.louveira.sp.gov.br**. Outras informações pelo telefone (19) 3878-9700. Louveira, 29 de abril de 2021. **MARCELO SILVA SOUZA** - Secretário de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAREMA
ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial 31/2021, PROCESSO: 154/2021, OBJETO RESUMIDO: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS. DATA E HORA DA LICITAÇÃO: 14/05/2021 as 9h00, LOCAL DA LICITAÇÃO: Sala de Licitações do Paço Municipal, na Praça Cel. Brasílio Fonseca, 35, Centro, Guararema – SP. O Edital poderá ser lido e obtido na íntegra no Paço Municipal de Guararema, no período das 08h30min às 16h00. Os interessados poderão obter o Edital por e-mail, enviando mensagem eletrônica para o endereço licitacao@guararema.sp.gov.br, informando os dados da empresa, a modalidade e o número da licitação. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 4693-8012.

JOSE LUIZ EROLES FREIRE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAREMA
ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial 34/2021, PROCESSO: 165/2021, OBJETO RESUMIDO: REGISTRO DE PREÇO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MANUTENÇÃO COM FORNECIMENTO DE REPAROS DE COMPONENTES DE FREIOS, DIREÇÃO, TURBINAS E RADIADORES DE CAMINHÕES. DATA E HORA DA LICITAÇÃO: 21/05/2021 as 9h00, LOCAL DA LICITAÇÃO: Sala de Licitações do Paço Municipal, na Praça Cel. Brasílio Fonseca, 35, Centro, Guararema – SP. O Edital poderá ser lido e obtido na íntegra no Paço Municipal de Guararema, no período das 08h30min às 16h00. Os interessados poderão obter o Edital por e-mail, enviando mensagem eletrônica para o endereço licitacao@guararema.sp.gov.br, informando os dados da empresa, a modalidade e o número da licitação. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 4693-8012.

JOSE LUIZ EROLES FREIRE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAREMA
ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial 35/2021, PROCESSO: 166/2021, OBJETO RESUMIDO: REGISTRO DE PREÇOS DE TUBOS, CANALETAS E ADUELAS. DATA E HORA DA LICITAÇÃO: 24/05/2021 as 9h00, LOCAL DA LICITAÇÃO: Sala de Licitações do Paço Municipal, na Praça Cel. Brasílio Fonseca, 35, Centro, Guararema – SP. O Edital poderá ser lido e obtido na íntegra no Paço Municipal de Guararema, no período das 08h30min às 16h00. Os interessados poderão obter o Edital por e-mail, enviando mensagem eletrônica para o endereço licitacao@guararema.sp.gov.br, informando os dados da empresa, a modalidade e o número da licitação. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 4693-8012.

JOSE LUIZ EROLES FREIRE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAREMA
ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial 39/2021, PROCESSO: 170/2021, OBJETO RESUMIDO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR MEIO DE EQUIPES DE TRABALHO (ROÇAGEM, SEPULTAMENTO, COLETA E OPERAÇÃO DE MAQUINA). DATA E HORA DA LICITAÇÃO: 20/05/2021 as 9h00, LOCAL DA LICITAÇÃO: Sala de Licitações do Paço Municipal, na Praça Cel. Brasílio Fonseca, 35, Centro, Guararema – SP. O Edital poderá ser lido e obtido na íntegra no Paço Municipal de Guararema, no período das 08h30min às 16h00. Os interessados poderão obter o Edital por e-mail, enviando mensagem eletrônica para o endereço licitacao@guararema.sp.gov.br, informando os dados da empresa, a modalidade e o número da licitação. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 4693-8012.

JOSE LUIZ EROLES FREIRE
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ITAPORANGA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2021 – REGISTRO DE PREÇO Nº 019/2021 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE BEBEDOURO INDUSTRIAL PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO. RETIRADA DO EDITAL: WWW.ITAPORANGA.SP.GOV.BR. INFORMAÇÕES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA SP – RUA BOM JESUS, 738 – SEGUNDA A SEXTA (08H ATÉ 11H30MIN E 13H ATÉ 15H30MIN), FONE: (15) 3565-1397 OP. 3. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 09h do dia 03/05/2021 às 08h30min do dia 14/05/2021. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h35min do dia 14/05/2021 às 15h30min do dia 14/05/2021. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h do dia 17/05/2021. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br.

DOUGLAS ROBERTO BENINI – PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE ITAPORANGA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2021 REGISTRO DE PREÇOS N° 026/2021. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, MATERIAL DE ENFERMAGEM, MEDICAMENTOS INJETÁVEIS E OUTROS PARA USO DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE. RETIRADA DO EDITAL: WWW.ITAPORANGA.SP.GOV.BR. INFORMAÇÕES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA SP – RUA BOM JESUS, 738 – SEGUNDA A SEXTA (08H ATÉ 11H30MIN E 13H ATÉ 17H), FONE: (15) 3565-1397 OP. 3. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09H DO DIA 03/05/2021 ÀS 09H30MIN DO DIA 12/05/2021. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09H35MIN DO DIA 12/05/2021 ÀS 09H30MIN DO DIA 13/05/2021. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: ÀS 10H DO DIA 13/05/2021. REFERÊNCIA DE TEMPO: HORÁRIO DE BRASÍLIA (DF). LOCAL: PORTAL: BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL – BLL WWW.BLL.ORG.BR.

DOUGLAS ROBERTO BENINI – PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE ITAPORANGA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2021 – REGISTRO DE PREÇO Nº 027/2021 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE BOMBAS E BICOS INJETORES DE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL. RETIRADA DO EDITAL: WWW.ITAPORANGA.SP.GOV.BR. INFORMAÇÕES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA SP – RUA BOM JESUS, 738 – SEGUNDA A SEXTA (08H ATÉ 11H30MIN E 13H ATÉ 15H30MIN), FONE: (15) 3565-1397 OP. 3. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09H DO DIA 03/05/2021 ÀS 08H30MIN DO DIA 13/05/2021. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08H35MIN DO DIA 13/05/2021 ÀS 08H30MIN DO DIA 14/05/2021. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: ÀS 09H DO DIA 14/05/2021. REFERÊNCIA DE TEMPO: HORÁRIO DE BRASÍLIA (DF). LOCAL: PORTAL: BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL – BLL WWW.BLL.ORG.BR.

DOUGLAS ROBERTO BENINI – PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE ITAPORANGA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2021 REGISTRO DE PREÇOS N° 029/2021 (EXCLUSIVO PARA ME E EPP). OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO ESPORTIVO. RETIRADA DO EDITAL: WWW.ITAPORANGA.SP.GOV.BR. INFORMAÇÕES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA SP – RUA BOM JESUS, 738 – SEGUNDA A SEXTA (08H ATÉ 11H30MIN E 13H ATÉ 17H), FONE: (15) 3565-1397 OP. 3. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08H DO DIA 03/05/2021 ÀS 08H30MIN DO DIA 14/05/2021. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08H35MIN DO DIA 14/05/2021 ÀS 08H30MIN DO DIA 17/05/2021. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: ÀS 09H DO DIA 17/05/2021. REFERÊNCIA DE TEMPO: HORÁRIO DE BRASÍLIA (DF). LOCAL: PORTAL: BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL – BLL WWW.BLL.ORG.BR.

DOUGLAS ROBERTO BENINI – PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE ITAPORANGA

EDITAL DE RETIFICAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 002/2021.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE GALERIAS DE AGUAS PLUVIAIS NO BAIRRO RIO VERDE. RETIRADA DO EDITAL: WWW.ITAPORANGA.SP.GOV.BR. INFORMAÇÕES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA SP – RUA BOM JESUS, 738 – SEGUNDA A SEXTA (08H ATÉ 11H30MIN E 13H ATÉ 15H30MIN), FONE: (15) 3565-1397 OP. 3. FICAM RETIFICADAS AS DATAS CONFORME SEGUE: VISTORIA: DE 03/05/2021 ATÉ 14/05/2021. EMISSÃO DE CADASTRO: ATÉ O DIA 12/05/2021. RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: 17/05/2021 ATÉ ÀS 09:00H.

DOUGLAS ROBERTO BENINI – PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE ITAPORANGA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2021 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2021 (EXCLUSIVO PARA ME E EPP). OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO DE SOPRADORES, MOTOSSERRAS, ROÇADEIRAS, PODADORES E MOTO PODAS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SERVIÇOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA. RETIRADA DO EDITAL: WWW.ITAPORANGA.SP.GOV.BR. INFORMAÇÕES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA SP – RUA BOM JESUS, 738 – SEGUNDA A SEXTA (08H ATÉ 11H30MIN E 13H ATÉ 17H), FONE: (15) 3565-1397 OP. 3. RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ÀS 09H DO DIA 14/05/2021.

DOUGLAS ROBERTO BENINI – PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE ITAPORANGA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2021 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2021 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALÍSTICA OU AGÊNCIA DE PUBLICIDADE, PARA PUBLICAÇÃO DOS EXTRATOS DE EDITAIS E DEMAIS ATOS PÚBLICOS, EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO. INFORMAÇÕES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA SP – RUA BOM JESUS, 738 – SEGUNDA A SEXTA (08H ATÉ 11H30MIN E 13H ATÉ 15H30MIN), FONE: (15) 3565-1397 OP. 3. RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: 13/05/2021 ATÉ ÀS 14:00H.

DOUGLAS ROBERTO BENINI – PREFEITO MUNICIPAL

2ª Vara Cível do Foro da Comarca de São Bernardo do Campo/SP

Processo 1017798-89.2015.8.26.0564 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - **BANCO BRADESCO S.A**. - Atlas Cortecero de Carvalho - **Faz Saber a Atlas Cortecero de Carvalho, CPF/MF 140.598.738-37**, expedido nos autos da ação de Execução de Título Extrajudicial (Contratos Bancários), movida por Banco Bradesco S/A, **objetivando a cobrança da quantia de R$ 62.049,94 (julho/2020)**, que será atualizada até a data do efetivo pagamento. Estando o mesmo em lugar ignorado, foi determinada sua **intimação por edit**al da penhora procedida sobre o bloqueio judicial SISBAJUD, no valor de R$ 2.217,84. Estando o executado em local ignorado, foi deferida sua intimação por edital, **para que em 15 dias**, a fluir após os 20 dias supra, **ofereça impugnação à penhora**, na ausência dos quais, prosseguirá nos seus ulteriores termos. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Bernardo do Campo, aos 13 de abril de 2021

GUARANI FUTEBOL CLUBE

Entidade de Direito Privado - CNPJ (MF) 46.072.179/0001-93

Demonstrações Financeiras

Balanços Patrimoniais em 31/12/2020 e 31/12/2019 (em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	51	11
Contas a receber	5	26	4
Adiantamentos	-	34	
		111	**15**
Não Circulante			
Bloqueio Judicial	11	6.299	3.059
Imobilizado	6	361.554	361.554
Intangível	7	3.218	3.218
		371.071	**367.831**
TOTAL DO ATIVO		**371.182**	**367.846**

PASSIVO	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Empréstimos	8	1.133	1.150
Fornecedores	-	974	533
Contas a pagar	-	221	220
Salários e encargos a pagar	9	6.699	4.282
Impostos e contribuições a recolher	10	1.822	1.038
		10.849	**7.224**
Não Circulante			
Contigências	11	190.838	177.174
Antecipação VGV	12	88.008	84.508
		278.845	**261.682**
Patrimônio Social			
Patrimônio Social		(311.276)	(307.792)
Ajuste de avaliação patrimonial		410.215	410.215
Superavit (déficit) do exercício		(17.451)	(3.484)
		81.488	**98.940**
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		**371.182**	**367.846**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações Patrimônio Social em 31/12/2020 e 31/12/2019 (em milhares de reais)

	Notas	Patrimônio Social	Ajustes de avaliação Patrimonial	Superávit (Déficit) do exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018		**(279.193)**	**410.215**	**(25.564)**	**105.458**
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	(3.035)	(3.035)
Incorporação ao patrimônio social		(28.599)	-	28.599	-
Resultado do exercício		-	-	(3.484)	(3.484)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		**(307.792)**	**410.215**	**(3.484)**	**98.939**
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	-	-
Incorporação ao patrimônio social		(3.484)	-	3.484	-
Resultado do exercício		-	-	(17.451)	(17.451)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**(311.276)**	**410.215**	**(17.451)**	**81.488**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado em 31/12/2020 e 31/12/2019 (em milhares de reais)

RECEITAS OPERACIONAIS	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Campeonatos	14	634	1.148
Cotas de transmissão		9.853	14.784
Patrocínio		1.284	889
Cessão de atletas		2.489	800
Estádio		776	1.246
Outras		1.442	1.540
Devoluções e abatimentos		(2)	-
Impostos sobre receitas		-	(691)
		16.476	**19.716**
CUSTOS DOS DEPARTAMENTOS DE ESPORTES			
Salários e encargos		(8.725)	(4.894)
Direito de Imagem		(5.155)	(8.559)
Jogos	15	(1.900)	(3.179)
Outros gastos gerais		(1.052)	(922)
Amortização de gastos com atletas		-	-
		(16.832)	**(17.554)**
DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS			
Salários e encargos		(750)	(761)
Gerais e administrativas		(3.157)	(1.104)
Depreciação		-	(4.516)
Outras receitas (despesas) operacionais	16	200	809
Despesas Tributárias		(138)	-
Contingências		(13.664)	-
Outras Receitas Não Operacionais		480	-
		(17.029)	**(5.572)**
		(33.861)	**(23.126)**
DÉFICIT ANTES DOS RESULTADOS FINANCEIROS		**(17.385)**	**(3.410)**
Receita Financeira		7	-
Despesas financiamentos		(75)	(74)
DÉFICIT DO PERÍODO		**(17.451)**	**(3.484)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa em 31/12/2020 e 31/12/2019 (em milhares de reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2020	31/12/2019
Superávit (Déficit) do Exercício	**(17.451)**	**(3.484)**
Ajustado por:		
Contigências reconhecidas (reversão)	13.664	(7.824)
Depreciação dos ativos	-	4.517
Outras ajustes	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	3.413
	(3.787)	**(3.378)**
(Aumento) redução em ativos	**(3.287)**	**-**
Contas a receber e outros ativos circulantes	(47)	114
(Aumento) Redução em Bloqueio Judicial	(3.240)	(1.050)
Aumento (redução) nos passivos	3.642	-
Fornecedores	440	(88)
Contas a pagar	1	(287)
Salários e encargos a pagar	2.417	1.695
Impostos e contribuições a recolher	784	437
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(3.432)**	**(2.557)**
Atividades de investimento		
Formação de atletas	-	(1.499)
Fluxo de Caixa de atividades de investimentos	**-**	**(1.499)**
Atividades de financiamentos		
Antecipação VGV	3.500	4.050
Aumento de empréstimos	(18)	-
Fluxo de Caixa de atividades de financiamentos	**3.482**	**4.050**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**49**	**(6)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	11	17
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	60	11
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	**49**	**(6)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31/12/2020 (em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

Nota 1. Contexto Operacional: O **Guarani Futebol Clube** equipe de futebol profissional, fundado em 02 de Abril de 1911, sob a forma de Associação Civil, sediado na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, tem por objetivo a prática desportiva e recreativa sem fins lucrativos, difundindo a prática de esportes em geral, em particular o futebol em competições profissionais e não profissionais, incluindo o departamento feminino e categorias de base e diversas modalidades olímpicas, proporcionando reuniões de caráter esportivo, cívico e moral, com diversas ações entre seus associados. As demonstrações financeiras do Guarani Futebol Clube referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional, que assume que o Clube será capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios. A avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional, elaborada pela Administração do Clube, abrange o período operacional de doze meses a partir da data das demonstrações financeiras e considera eventos estimados que individual ou coletivamente pudessem gerar dúvidas quanto ao pressuposto de continuidade operacional. As demonstrações financeiras do Clube referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional, baseando-se nas projeções de fluxos de caixa da Administração. A Administração tem uma expectativa razoável de que o Clube possui os recursos adequados para continuar as suas operações em um futuro previsível. A autorização pela diretoria, para a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu em 23/04/2021. **Nota 2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), especialmente a ITG 2003 – Entidade Desportiva Profissional, que regulamenta a contabilidade em entidades ligadas a exploração da atividade desportiva aprovada por meio da resolução CFC 1.429/13 e NBC TG 1000- Contabilidade para pequenas e médias empresas e orientações contidas na Resolução 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 – "Entidades sem Finalidade de Lucros". As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos, subjetivos e com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, assim como da analise os demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais e administrativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Clube revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **Nota 3. Principais práticas Contábeis: a) Caixa e Equivalentes de Caixa -** são classificados como Caixa e equivalentes de Caixa, numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras onde o clube tem intenção de utilização imediata. O **Guarani Futebol Clube** não possui aplicações financeiras e suas contas bancárias não possuem reservas de numerários, diante de possibilidade de penhoras. **b) Apuração do déficit/superávit -** O **Guarani Futebol Clube** adota o Regime de Competência para a escrituração dos fatos contábeis que alteram qualitativa ou quantitativamente seu patrimônio, exceção feita aos casos das mensalidades incorridas dos associados e sócios torcedores, que são apropriadas nas contas de receitas somente por ocasião de seu recebimento. **c) Imobilizado -** são demonstrados ao custo de aquisição, construção e reavaliação, deduzido da depreciação calculada pelo método linear à taxa estabelecida em função da vida útil do bem e absorvida como custo ou despesa do exercício. Os terrenos não são depreciados. Como previsto na Resolução CFC n. 1.409/12, o **Guarani Futebol Clube** optou por adotar o custo atribuído (deemed cost) para terrenos e edificações. **d) Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante -** os Ativos Circulante e não circulantes estão demonstrados pelos seus valores prováveis de realização. As obrigações registradas no Passivo Circulante e Não Circulantes estão demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridas até a data do Balanço Patrimonial. **e) Intangível -** Os valores gastos com a formação, contratação e renovação de contratos de atletas são registrados pelo custo de aquisição ou formação e amortizados pelo prazo previsto no contrato firmado entre o clube e o atleta. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os valores relativos aos direitos de exploração de imagem dos atletas eram reconhecidos no ativo intangível pelos valores nominais constantes nos contratos de cessão de direito de imagem e as amortizações realizadas de acordo com o prazo contratual para a parcela ativa e os pagamentos eram realizados de acordo com os cronogramas financeiros previstos contratualmente. O Clube alterou essa prática contábil em obediência à ITG 2003 (R1), eliminando os direitos de imagem contratuais das contas de ativo intangível. **f) Empréstimos -** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor existente em contratos. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o clube tenha um direito incondicional de deferir a liquidação do passivo, por pelo menos 12 meses após a data do balanço. **g) Fornecedores -** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, sem o acréscimo dos encargos, havendo reclassificação para contingências cíveis, quando existe a distribuição de ações judiciais. **h) Provisões para Contingências -** As provisões são reconhecidas quando o **Guarani Futebol Clube** tem uma obrigação presente ou não formalizada resultado de eventos passados; O Clube é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **i) Reconhecimento de Receitas -** A receita compreende o valor justo da contraprestação a receber pela negociação de atletas, licenciamento de produtos, patrocínios, alugueres, receitas sociais, entre outros. O **Guarani Futebol Clube** reconhece a receita quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, e é provável que benefícios econômicos fruam para a entidade. **Nota 4. Caixa e equivalentes de caixa:**

Descrição	**2020**	**2019**
Caixa	43	11
Banco conta movimento	17	-
Total	**60**	**11**

Nota 5. Contas a receber:

Descrição	**2020**	**2019**
Mensalidades Títulos	26	-
ADM Cartões	0	4
Cheques devolvidos a Receber	-	-
Total	**26**	**4**

Nota 6. Imobilizado:

	Taxa	Saldo 2019	Adições	Baixas	Saldo 2020
Custo					
Terrenos		302.243	-	-	302.243
Edifícios e Benfeitorias		93.547	-	-	93.547
Móveis e Utensílios		7	-	-	7
		395.797	**-**	**-**	**395.797**
Depreciação					
Edifícios e Benfeitorias	3% a 5%	(34.236)	-	-	(34.236)
Móveis e Utensílios	10%	(7)	-	-	(7)
		(34.243)	**-**	**-**	**(34.243)**
Saldo Líquido		**(361.554)**	**-**	**-**	**361.554)**

O Complexo das instalações do Estádio Brinco de Ouro (Estádio e demais instalações) foram leiloadas, cujo arrematador foi a empresa MMG Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. Os bens objetos deste leilão estão avaliados pelo saldo líquido de R$ 337.212 em 31 de dezembro de 2019 (R$ 341.729 em 31 de dezembro de 2018). Não foram calculados encargos de depreciação uma vez que não se possui controle do ativo imobilizado, sendo ajustado após inventário dos bens. **Nota 7. Intangível:**

Atletas em formação	
Saldo em 2018	**6.021**
Gastos incorridos no exercício	1.499
Baixa realizada contra o patrimônio social (i)	(4.302)
Saldo em 2019	**3.218**
Gastos incorridos no exercício	-
Baixa realizada contra o patrimônio social (i)	-
Saldo em 2020	**3.218**

(i)O Clube vem buscando se adequar seus controles de apropriação de gastos com atletas em formação, de forma a demonstrar todas as movimentações de apropriação de custos com formação de atletas e a respectiva baixa conforme dispensa. Em função do processo de regularização dos saldos de atletas em formação foram baixados os saldos de R$ 4.392, reconhecidos na rubrica do intangível, contra o patrimônio social. O Clube apropria parte de suas despesas de forma proporcional com atletas em formação. O Clube vem buscando aprimorar seus controles de gastos com a formação de atletas a fim de amortizar de forma adequada os respectivos gastos reconhecidos na rubrica de atletas em formação, no intangível. **Nota 8. Empréstimos:**

Descrição	**2020**	**2019**
Campsul Comércio de Madeiras (i)	-	-
BN Zini Publicidades e Promoções (i)	-	-
Álvaro Negrão de Lima (i)	-	-
Outros	1.133	1.150
Saldo bancário a descoberto	-	5
Total	**1.133**	**1.155**

(i) Os saldos de empréstimos mantidos pelo Clube encontram-se sob litigio. Em função da demanda judicial, o Clube reclassificou as respectivas rubricas para contingências cíveis. **Nota 9. Obrigações Sociais:**

Descrição	**2020**	**2019**
Salários a pagar	764	446
Premiações a pagar	-	-
Provisão de férias	1.330	722
13o. Salário a pagar	514	254
INSS a recolher	1.562	733
FGTS a recolher	1.165	540
PIS a recolher	71	-
Outros	1.293	1.588
Total	**6.699**	**4.283**

Nota 10. Obrigações tributárias:

Descrição	**2020**	**2019**
IRRF sobre a folha de pagamento	1.276	515
Demais tributos retidos	335	311
Tributos sobre receita (PIS/COFINS/ICMS)	201	201
Tributos sobre lucro (IRPJ/CSLL)	10	10
Total	**1.822**	**1.037**

Nota 11. Provisão para contingências: As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais. Um sumário das provisões constituídas e depósitos judiciais efetuados estão apresentados como segue:

2020			
Descrição	**Depósito Judicial**	**Provisão para perda**	**Provisão Líquida**
Trabalhista	5.671	(16.607)	(10.936)
Cível	628	(19.580)	(18.952)
CNRD	(1.987)		
Tributária	-	(152.664)	(152.664)
	6.299	**(190.838)**	**(182.552)**

2019			
Descrição	**Depósito Judicial**	**Provisão para perda**	**Provisão Líquida**
Trabalhista	2.745	(10.765)	(8.020)
Cível	313	(13.746)	(13.433)
Tributária	-	(152.664)	(152.664)
	3.058	**(177.175)**	**(174.117)**

Nota 12. Antecipação VGV:

Descrição	**2020**	**2019**
MMG Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda	88.008	84.508
	88.008	**84.508**

No exercício de 2020 o Guarani Futebol Clube recebeu a título de antecipação de VGV (Valor Geral de Venda) perante a empresa MMG Consultoria o valor de R$ 3.500 (três milhões e quintos mil reais), totalizando o montante de R$ 88.008 (Oitenta e oito milhões e oito mil reais), que foram utilizados para o pagamento de passivos trabalhista e manutenção das atividades do Clube. **Nota 13. Adiantamentos:**

Descrição	**2020**	**2019**
Adiantamentos a Fornecedores	11	-
Adiantamentos a Empregados	14	-
Total	**25**	**-**

Nota 14. Receitas por Campeonato:

Descrição	**2020**	**2019**
Campeonato Brasileiro	-	730
Campeonato Paulista	634	418
Total	**634**	**1.148**

Nota 15. Despesas com jogos: As despesas estão compostas pelas seguintes rubricas:

Descrição	**2020**	**2019**
Policiamento, ambulância, portaria e bilheteria	61	332
Viagens e estadias	292	397
Sócio torcedor	-	258
Arbitragem, federação e confederação	648	481
Segurança	52	150
Outras despesas com jogos	848	1.561
	1.901	**3.179**

Nota 16. Outras Despesas / Receitas:

Descrição	**2020**	**2019**
Redução em litígio por meio de acordos judiciais	-	2.118
Despesas com processos judiciais	-	(1.309)
Doações recebidas	10	-
Permutas	190	-
Total	**200**	**809**

Nota 17. Cobertura de Seguros: O Clube adota a política de contratar cobertura de seguros para os atletas, não contratando seguros para seus imóveis.

Administração,

Ricardo Miguel Moisés
Presidente

Responsável Técnico
Luciano Limoli Jr
Contador CRC(SP) 119.607/O-5

AO JUÍZO DA 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS – SÃO PAULO-SP

PROCESSO Nº 1080970-34.2018.8.26.0100

MILAN LEILÕES
LEILOEIROS OFICIAIS

EDITAL DE LEILÃO DOS BENS ABAIXO DESCRITOS, PARA CONHECIMENTO DE INTERESSADOS E INTIMAÇÃO DOS HABILITADOS, NOS AUTOS DA FALÊNCIA DE BAR E RESTAURANTE DANCANTE MIMAR LTDA, PROCESSO No 1080970-34.2018.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). MARCELO BARBOSA SACRAMONE, na forma da Lei, etc. FAZ SABER, aos que o presente Edital de Leilão dos bens, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da Falência de BAR E RESTAURANTE DANCANTE MIMAR LTDA, e que foi designada a venda dos bens descritos abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: DOS BENS - Os bens serão vendidos no estado em que se encontram, constituindo ônus da parte interessada verificar suas condições físicas e de funcionamento, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas, e o arrematante ficará com o encargo de depositário dos bens. ATENÇÃO: OS BENS A SEREM LEILOADOS SÃO TODOS OS QUE ESTÃO RELACIONADOS NO AUTO DE CONSTATAÇÃO ANEXO AO EDITAL DE LEILÃO E ESTÃO SENDO OFERECIDOS EM LOTE UNICO. DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL - O edital será publicado em jornal de grande circulação e na rede mundial de computadores, no sítio do gestor www.milanleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2o, do Código de Processo Civil, inclusive as fotos e a descrição detalhada dos bens a serem apregoados. DA VISITAÇÃO - Os interessados em vistoriar os bens deverão enviar solicitação por escrito ao e-mail luis.piva@milanleiloes.com.br, a fim de que se verifique a disponibilidade da visita na data e horário solicitados. Independente da realização da visita, a arrematação será por conta e risco do interessado. DO LEILÃO - O Leilão será realizado por MEIO ELETRÔNICO E PRESENCIAL, através do Portal www.milanleiloes.com.br 1a Praça com início no dia 20 de maio de 2021, às 11h00min, e com término no dia 04 de junho de 2021, às 11h00min, entregando o bem móvel, a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para a 2a Praça com início no dia 04 de junho de 2021, às 11h01min, e com término no dia 18 de junho de 2021, às 11h00min, caso não haja licitantes na 1a ocasião, o bem móvel será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior, neste ato 50% (cinquenta por cento), ficando desde já designado para a 3a Praça com Início no dia 18 de junho de 2021, às 11h01min, e com término no dia 05 de julho de 2021, às 11h00min, caso não haja licitantes na 2a ocasião, o bem móvel será entregue a quem mais der, condicionado a APROVAÇÃO da Administrador Judicial e do I. Magistrado da 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central de São, conforme condições de venda constante do presente edital. DO CONDUTOR DO LEILÃO - O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. RONALDO MILAN, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o no 266. DOS LANCES - Os lances poderão ser ofertados a partir do dia e hora de início do leilão pela rede de internet, através do Portal www.milanleiloes.com.br, ou de viva voz no último dia do encerramento de cada praça de leilão a partir das 13horas no escritório do leiloeiro, Rua Quatá 733, Vila Olímpia – São Paulo-SP, em igualdade de condições. DOS DÉBITOS - Os bens serão apregoados sem quaisquer ônus, os quais serão de responsabilidade das massas falidas, exceto se o arrematante for: I - sócio das sociedades falidas, ou sociedade controlada pelos falidos; II - parente, em linha reta ou colateral, até o 4o (quarto) grau, consanguíneo ou afim, dos falidos ou de sócios das sociedades falidas; III - identificado como agente dos falidos com o objetivo de fraudar a sucessão. Parágrafo Único: Correrão por conta do arrematante as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados. DO PAGAMENTO - O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço dos bens arrematados à vista, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) após o encerramento do leilão, através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. DA COMISSÃO - O arrematante deverá pagar ao leiloeiro, a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação dos bens. A comissão devida ao leiloeiro não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas. DO PAGAMENTO DA COMISSÃO - O pagamento da comissão do leiloeiro deverá ser realizado em até 24h (vinte e quatro horas) a contar do encerramento do leilão através de guia de depósito que será enviada por e-mail. Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.milanleiloes.com.br. A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos. As demais condições obedecerão ao que dispõe a Lei 11.101/05 e o Provimento CSM no 1625/2009, e no que couber, o CPC e o caput do artigo 335, do CP. DA POSSIBILIDADE DE LOCAÇÃO: O prédio em que se encontram os bens é de propriedade de terceiros, existindo a possibilidade de ser negociado novo contrato de locação, única e exclusiva responsabilidade das partes envolvidas: arrematante e proprietário do imóvel. O leilão não é do prédio e sim dos bens moveis, devendo ser desocupado o prédio com prazo máximo de 30 dias sem danificar as instalações, sob pena de nulidade do leilão caso não seja celebrado o presente contrato, o prazo para negociação de contrato de locação e de 10 dias após a homologação da arrematação pelo juízo. RELAÇÃO DOS BENS Lote 01 – 02 un Central de Ar Condicionado Springer; Lote 02 - 06 Ar condicionados Carrier; Lote 03 - 01 Condensadora de Ar Samsung; Lote 04 - 01 Condensadora de Ar Fujitsu; Lote 05 - Motores elétricos diversos; Lote 06 - 03 Globos de Espelho; Lote 07 - 03 Grades Diversas; Lote 08 - 01 Letreiro "Don't Kill My Vibe"; Lote 09 - 01 Canhão de Luz; Lote 10 - 01 Refletor preto; Lote 11 - 01 Notebook Samsung; Lote 12 - 01 Monitor LG; Lote 13 - 01 Aparelho de som elétrico NEO NEON; Lote 14 - 04 Placa(s) de sinalização de toalete; Lote 15 - 01 Aparelho de som Crossover; Lote 16 - 01 Computador completo; Lote 17 - 01 Letreiro luminoso "All you need is love"; Lote 18 - 08 Arandelas; Lote 19 - 01 Letreiro "Let's Dance"; Lote 20 - 07 Luzes de Emergência; Lote 21 - 01 Rack de som Studio R; Lote 22 - 01 Caixa térmica Itaipava; Lote 23 - 01 Impressora fiscal; Lote 24 - 01 Condensadora Carrier; Lote 25 - 01 Letreiro "Today I love you"; Lote 26 – 02 Banners "Love Story"; Lote 27 - 01 Letreiro luminoso para toalete; Lote 28 - 01 Letreiro "Miga sua loka!"; Lote 29 - 01 Letreiro boca; Lote 30 - 04 Cadeiras de escritório giratória; Lote 31 - Televisão SEMP TOSHIBA LCD; Lote 32 - 02 Câmera(s) de segurança; Lote 33 - 01 Pasta de couro; Lote 34 - 01 Arquivo de alumínio; Lote 35- 01 Arquivo MDF; Lote 36 - 01 Mesa de escritório, Lote 37 - 01 Microondas BRASTEMP; Lote 38 - 01 Impressora SAMSUNG; Lote 39 - 01 Guilhotina; Lote 40 - 01 Ar condicionado FUJITSU; Lote 41 - 01 Letreiro "Smirnorff"; Lote 42 - 01 Ar condicionado SAMSUNG; Lote 43 - 01 Monitor LG; Lote 44 - 01 Monitor OAC, Lote 45 - Monitor SAMSUNG; Lote 46 - Mesas retangulares de escritório; Lote 47 - 01 Arquivo baixo de alumínio; Lote 48 - 01 Sofá cinza em courvin; Lote 49 - 01 Impressora tanque, Lote 50 - 01 Frigobar; Lote 51 - 01 Gaveteiro; Lote 52 - 05 Rádios amador com carregador; Lote 52 – 06 Celulares POSITIVO; Lote 53 - 02 Armários baixo; Lote 54 - 01 Caixa de velas candela interior; Lote 55 - 20 Mesas redondas; Lote 56 - 01 Mesa retangular; Lote 57 - 22 Sofás; Lote 58 - 02 Câmeras de segurança; Lote 59 - 01 Geladeira (sem marca visível); Lote 60 - 01 Microondas LG; Lote 61 - 01 Forno elétrico VENAX; Lote 62 - 01 Mesa quadrada; Lote 63 - 01 Purificador de água LATINA; Lote 64 - 01 Case; Lote 65 - 01 Fogão industrial 4 Bocas; Lote 66 - 02 Máquinas de gelo (1 em funcionamento); Lote 67 - Grades diversas; Lote 68 - 01 Monitor HD; Lote 69 - 01 Impressora de cupom fiscal; Lote 70 - 21 balde(s) de gelo de alumínio; Lote 71 - 06 Champanheiras de acrílico; Lote 72 - 01 Balde de gelo pequeno de alumínio com 5 pegadores; Lote 73 - 01 Letreiro ABSOLUT; Lote 74 - 05 Banqueta de madeira; Lote 75 - Letreiro luminoso em formato garrafa BEERFEATER; Lote 76 – 01 narguile; Lote 77 - Placa(s) de acrílico "Love Story"; Lote 78 - 02 Letreiros luminosos "Saída"; Lote 79 - 01 Tapete LED; Lote 80 - 01 Retroprojetor preto; Lote 81 - 01 Canhão de iluminação; Lote 82 - 01 Câmera de segurança; Lote 83 - 01 Letreiro em formato de asas, tridente e rabo; Lote 84 - 12 Sofás de 4 lugares; Lote 85 - 01 Letreiro "Tudo tem começo, meio e after"; Lote 86 - 22 Mesas retangulares; Lote 87 - Mesas altas redondas; Lote 88 - Caixas de som suspensas; Lote 89 - 02 Globos de espelho suspensos pequenos; Lote 90 - 02 Globos de espelho suspensos grandes; Lote 91 - 01 Quadro de grafite 4x1,5 Figura COPAM "Love Story"; Lote 92 - 01Letreiro luminoso "Absolut"; Lote 93 - Placa luminosa de toalete; Lote 94 - Banners "I <3 Love Story"; Lote 95 - 02 Banners Caveira Mexicana; Lote 96 - 01 Luminoso de lâmpadas tubulares em formato de Sol; Lote 97 - 08 Robôs de iluminação; Lote 98 - 02 Geladeiras Balcão RED BULL; Lote 99 - 01 Caixa de gelo ITAIPAVA; Lote 100 - 01 Letreiro luminoso "Ballantine's"; Lote 101 - 01 Máquina de fumaça; Lote 102 - 01 Toca disco PINNER; Lote 103 - 01 Mesa de som PINNER; Lote 104 - Controle de iluminação PILLOT 2000; Lote 105 - Jogos de luz; Lote 106 - 01 Placa luminosa "Caixa"; Lote 107 - 03 Câmera(s) de segurança; Lote 108 - 01 Grade diversa; Lote 109 - 01 Purificador de água LATINA; Lote 110 - 01 Geladeira vertical ITAIPAVA; Lote 111 - 01 Totem de álcool em gel; Lote 112 - 01 Sofá de 2 lugares; Lote 112 - 01 Cortina de ar; Lote 114 - 01 Caixa de gelo ITAIPAVA sem tampa; Lote 115 - 01 Medidor de temperatura; Lote 116 - 16 Narguiles; Lote 117 - 20 Caixas de cerveja LOKAL BEER com 24 unidades cada; Lote 118 - 01 Letreiro luminoso "Ballantine's"; Lote 119 - 15 Vasilhames de cerveja; Lote 120 - 01 Balcão de recepção de madeira revestido de inox; Lote 121 - 01 Escada de alumínio grande; Lote 122 - Escada de alumínio pequena; Lote 123 - Banquetas de madeira; Lote 124 - 10 Lonas de mesa com logotipo "Love Story"; Lote 125 - 01 Cofre; Lote 126 - 01 Cadeira de escritório giratória; Lote 127 - 01 Tapete "Love Story"; Lote 128 - 01 Máscara cenográfica de carnaval; Lote 129 - 01 Balcão vallet de madeira; Lote 130 – 01 Letreiro luminoso "Love Story" de fachada; Lote 131 – 02 Cinzeiros de alumínio. Lote 132 – 11 Garrafas Lacradas "Lambrusco Cavicholi". Lote 133 – 03 Garrafas Lacradas Chandon Brut. Lote 134 - 09 Vinhos Donelli . Lote 135 -09 Vinho Santa Helena. Reservado . Lote 136 - 06 Vinho Santa Helena Carmenere Lote 137 - 11 Vinho Black Tower . Lote 138 -07 Vinho Ramos Pinto Lote 139 -06 Vinho Periquita Lote 140 – 06 Amarula. Lote 141 - 07Uisque Jack Daniels lote 142 - 12 Tequila José Cuervo prata lote 143 - 12 Tequila José Cuervo gold lote 144 - 15 Nicks Gim lote 145 - 04 Tanquery Gim lote 146 - 04 Absolut ELYX Lote 147 - 02 Absolut Peach Lote 148 - 02 Absolut Raspberry lote 149 - 02 Absolut Raspberry – Lote 150 - 05 Veuve Cliequot Lote 151 09 Moet Chandon lote 152 - 03 Uisque Jack Daniels Apple lote 153 01 Absolut Lime lote 154 - 11 Vodcka Gray Goose lote 155 - 42 Sminorff lote 156 - 12 Absolut Vanilha lote 157 - 01 Uisque Blue Label lote 158 - 05 Stock de menta lote 159 - 09 Uisque Black Label lote 160 - 552 RedBull tropical – Lote 161 03 Contreau lote 162 - 48 Tonicas lote 163 - 41 Uisque Red Label lote 164 - 05 Bacardi lote 165 - 01 Absinto lote 166 - 08 Campari lote 167 07 Bacardi Big Apple lote 168 - 01 Almaden Riesiling lote 169 - 07Chivas lote 170- 08Martini lote 171 - 33 Absolut Vodcka lote 172 - 01 Sake lote 173 - 12 Balantines lote 174 - 12 Agua de coco – Coco Brasil lote 175 - 01 Ma Maison lote 176 - 01 Ma Maison lote 177 - 01 Aperol lote 178 - 11Balantines 12 anos lote 179 - 01 Pazzini lote 180 - 19 Mini Chandon Passion lote 181 - 10 Domeq lote 182 - 250 garrafas de agua de 500ml lote 183 - 24 Energético RedBull lote 184 - 12Chuva de Prata lote 185 - 504 latas Budweiser. Observa-se que o ponto comercial situado na Rua Araújo, n°. 232 – Vila Buarque – São Paulo/SP, CEP 01220-020, localidade em que a Falida operava, tem considerável potencial de faturamento em caso de exploração de atividades correlatas a bares, restaurantes e casas noturnas. Isso porque, analisando os demonstrativos da Falida, que era uma casa noturna renomada e nacionalmente conhecida como LOVESTORY, colacionados nos autos conforme tabelas a seguir, especialmente as DRE's, nota- se que a empresa faturou em média no ano de 2.019 o montante mensal de R$416.703,86 (quatrocentos e dezesseis mil, setecentos e três reais e oitenta e seis centavos), ao passo que nos 02 primeiros meses de 2.020 (cenário anterior a Pandemia, iniciada em março de 2.020), quais sejam, janeiro e fevereiro, a média mensal de faturamento obteve certa melhora, alcançando o valor de R$444.859,69 (quatrocentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e sessenta e nove centavos). Nesse passo, desconsiderando a Pandemia e levando em conta a média mensal retro mencionada (R$444.859,69) multiplicada por 12 meses, a Falida teria potencial para alcançar uma receita em 2.020 na ordem de R$5.338.316,28 (cinco milhões, trezentos e trinta e oito mil, trezentos e dezesseis reais e vinte e oito centavos), representando um crescimento aproximado de 7% em relação ao faturamento do ano de 2.019 (R$5.000.446,33). – Dados constantes nos autos de folhas 2.833 a 3.702. VALOR TOTAL DE AVALIAÇÃO: R$ 5.562.442,46 (cinco milhões, quinhentos e sessenta e dois mil quatrocentos e quarenta e dois reais e quarenta e seis centavos). VALOR CORRESPONDENTE À 50% DA AVALIAÇÃO: R$ 2.781.221,23 (dois milhões, setecentos e oitenta e um mil, duzentos e vinte e um reais e vinte e três centavos). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de abril de 2021.

Informações: Tel.: (11) 3845-5599 - Ronaldo Milan - Leiloeiro Oficial JUCESP n° 266 - www.milanleiloes.com.br

Lote 5 Desenvolvimento Urbano S.A. - CNPJ nº 17.118.230/0001-52 - NIRE 35.300.470-66-4

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 17/08/2020

Data, Hora e Local: 17/08/2020 às 10h, sede social, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.015, 12º, São Paulo/SP. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade. **Mesa:** Arthur Matarazzo Braga – Presidente, Astério Vaz Safatle - Secretário. **Ordem do Dia e Deliberações Aprovadas por Unanimidade:** Os acionistas deliberaram reconduzir ao cargo de diretores, com mandato de 2 anos, com término em 17/08/2022, (i) **Arthur Matarazzo Braga**, RG 5887766, CPF 765.993.378-72; (ii) **Astério Vaz Safatle**, RG 12113383-7, CPF 087.493.368-43; (iii**) Luiz Roberto Horst Silveira Pinto**, RG 15187306, CPF 064.006.118-43; (iv) **Fernando Bruno de Albuquerque**, RG 4689002-6, CPF 010.549.728-26; (v) **Ricardo Setton**, RG 10557715, CPF 089.560.948-70. Os diretores ora reconduzidos tomam posse mediante termo lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. Os diretores ora reconduzidos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, e nem condenados, bem como que não se encontram sob efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional. contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. A declaração de desimpedimento devidamente assinada pelos diretores eleitos encontra-se arquivada na sede social da companhia. **Encerramento:** Nada mais. SP, 17/08/2020. Arthur Matarazzo Braga - Presidente, Astério Vaz Safatle - Secretário. **JUCESP** nº 365.671/20-4 em 14/09/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.a Geral.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE IRENE NUNES COBRA CASTILHO, REQUERIDO POR MARIA LUIZA COBRA DE CASTILHO E OUTRO - PROCESSO Nº 1030699-84.2019.8.26.0100. O MM. Juiz de Direito da 6ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. Homero Maion, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 18/03/2021, POSTO ISSO, JULGO PROCEDENTE o pedido para decretar a interdição de Irene Nunes Cobra Castilho, RG nº 34310629, CPF/MF nº 044.688.058-20, para todos os atos da vida civil, nomeando-lhe como curadora a Sra. Maria Luiza Cobra de Castilho, RG nº 2.016.408-4, CPF/MF nº 006.587.058-14. Esta sentença servirá como edital, publicado o dispositivo dela pela imprensa local e pelo órgão oficial por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de março de 2021. **[20,30]**

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2021 | 18:18:12 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 5AE8AFE7-7AA1-423E-B05A-82E1D9F06A3B

Equals S.A. | CNPJ/MF nº 12.839.955/0001-16

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Valores expressos em milhares de reais)*

Balanços patrimoniais - Ativo	2020	2019
Ativo circulante	**8.369**	**3.710**
Caixa e equivalentes de caixa	5.162	345
Contas a receber de clientes	3.114	2.799
Impostos a recuperar	-	480
Outros ativos	93	86
Ativo não circulante	**47.816**	**5.027**
Contas a receber de partes relacionadas	3.836	1.091
Imposto de renda e contribuição social diferidos	450	658
Investimentos	38.458	-
Imobilizado	485	573
Intangível	4.587	2.705
Total do ativo	**56.185**	**8.737**
Balanços patrimoniais - Passivo e Patrimônio líquido		
Passivo circulante	**6.038**	**3.246**
Fornecedores	406	376
Empréstimos e financiamentos	145	84
Salários e encargos sociais	2.306	1.464
Impostos a recolher	1.248	961
Dividendos a pagar	1.933	269
Outros passivos	-	92
Passivo não circulante	**38.852**	**399**
Contas a pagar a partes relacionadas	38.840	121
Empréstimos e financiamentos	-	41
Salários e encargos sociais	12	9
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	228
Patrimônio líquido	**11.295**	**5.092**
Capital social	4.207	4.207
Reserva de capital	54	21
Reserva de lucros	7.034	864
Total do passivo e do patrimônio líquido	**56.185**	**8.737**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal (Reserva de lucros)	Reserva de lucros para expansão (Reserva de lucros)	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**4.207**	**-**	**-**	**-**	**(1.660)**	**2.547**
Pagamento baseado em ações	-	21	-	-	-	21
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	2.793	2.793
Destinações do lucro líquido: Constituição da reserva legal	-	-	57	-	(57)	-
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(269)	(269)
Constituição de reserva de investimentos	-	-	-	807	(807)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**4.207**	**21**	**57**	**807**	**-**	**5.092**
Pagamento baseado em ações	-	33	-	-	-	33
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	8.140	8.140
Destinações do lucro líquido: Constituição da reserva legal	-	-	407	-	(407)	-
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.725)	(1.725)
Juros sobre capital próprio distribuídos					(245)	(245)
Constituição de reserva de investimentos	-	-	-	5.763	(5.763)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**4.207**	**54**	**464**	**6.570**	**-**	**11.295**

Demonstrações do Fluxo de Caixa	2020	2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**8.140**	**2.793**
Ajustes ao lucro líquido (prejuízo):		
Depreciação e amortização	1.043	467
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(19)	(322)
Perda com investimentos em coligadas	928	-
Resultado financeiro, líquido	7	(21)
Remuneração baseada em ações	3	21
Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa	2.086	-
Perda (ganho) na baixa e alienação de bens	1.057	73
Variações nos Ativos e Passivos:		
Contas a receber de partes relacionadas	(2.745)	(33)
Impostos a recuperar	403	(373)
Contas a receber e outros ativos	(2.477)	(1.520)
Contas a pagar a partes relacionadas	38.719	(420)
Impostos a recolher	4.487	1.190
Salários e encargos sociais	845	273
Outros passivos	(63)	(12)
Juros pagos	(19)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.123)	(388)
Caixa líquido das atividades operacionais	**48.272**	**1.728**
Aquisições de ativo imobilizado	(131)	(312)
Aquisições de ativo intangível	(3.541)	(2.480)
Aumento de capital em controladas e coligadas	(39.356)	-
Caixa líquido das atividades de investimento	**(43.028)**	**(2.792)**

Demonstração do Resultado	2020	2019
Receita de serviços	39.891	20.150
Custos dos serviços prestados	(14.602)	(1.890)
Lucro bruto	**25.289**	**18.260**
Despesas administrativas	(7.189)	(14.642)
Despesas de vendas	(2.356)	(317)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2.065)	20
Receitas (despesas) operacionais	**(11.610)**	**(14.939)**
Receita financeira	32	40
Despesa financeira	(212)	(58)
Perda com investimentos em coligadas	(928)	-
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS	**12.571**	**3.303**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(4.450)	(832)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	322
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**8.140**	**2.793**

Demonstrações do Fluxo de Caixa	2020	2019
Pagamentos de arrendamentos	(121)	(86)
Pagamento de dividendos	(306)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(427)**	**(86)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	**4.817**	**(1.150)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	345	1.495
Saldo final de caixa e equivalente de caixa	5.162	345
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	**4.817**	**(1.150)**

À Diretoria

Carlos Eduardo Mansuelli Fornereto
Contador
CRC 1SP 266.728/O-8

O Relatório da Administração e as Notas Explicativas encontram-se à disposição na sede da Companhia.

Mundipagg Tecnologia em Pagamentos S.A. | CNPJ/MF nº 14.994.237/0001-40

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Valores expressos em milhares de reais)*

Balanços patrimoniais - Ativo	2020	2019
Ativo circulante	**15.446**	**9.309**
Caixa e equivalentes de caixa	12.006	6.244
Contas a receber de clientes	3.175	2.364
Impostos a recuperar	4	638
Despesas antecipadas	224	-
Outros ativos	37	63
Ativo não circulante	**4.588**	**4.534**
Contas a receber de partes relacionadas	31	5
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	162
Outros ativos	46	-
Imobilizado	73	98
Intangível	4.438	4.269
Total do ativo	**20.034**	**13.843**
Passivo e Patrimônio Líquido		
Passivo circulante	**5.975**	**3.057**
Fornecedores	2.308	203
Empréstimos e financiamentos	20	-
Salários e encargos sociais	1.541	1.180
Impostos a recolher	1.438	383
Dividendos a pagar	668	1.291
Passivo não circulante	**692**	**210**
Contas a pagar a partes relacionadas	294	61
Salários e encargos sociais	398	147
Provisão para riscos processuais	-	2
Patrimônio líquido	**13.367**	**10.576**
Capital social	5.000	5.000
Reserva de capital	1.286	629
Prejuízos acumulados	7.081	4.947
Total do passivo e do patrimônio líquido	**20.034**	**13.843**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal (Reserva de lucros)	Reserva de lucros para expansão (Reserva de lucros)	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**1.636**	**412**	**273**	**3.895**	**-**	**6.216**
Aumento de capital	3.364	-	-	(3.364)	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	5.434	5.434
Pagamento baseado em ações	-	217	-	-	-	217
Destinações do lucro líquido: Constituição da reserva legal	-	-	272	-	(272)	-
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.291)	(1.291)
Constituição de reserva de investimentos	-	-	-	3.871	(3.871)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**5.000**	**629**	**545**	**4.402**	**-**	**10.576**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	2.798	2.798
Pagamento baseado em ações	-	657	-	-	-	657
Destinações do lucro líquido: Constituição da reserva legal	-	-	140	-	(140)	-
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(664)	(664)
Constituição de reserva de investimentos	-	-	-	1.994	(1.994)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**5.000**	**1.286**	**685**	**6.396**	**-**	**13.367**

Demonstrações do Fluxo de Caixa	2020	2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**2.798**	**5.434**
Ajustes ao lucro líquido (prejuízo):		
Depreciação e amortização	3.248	2.639
Imposto de renda e contribuição social diferidos	163	(73)
Provisão para riscos processuais	-	(30)
Remuneração baseada em ações	657	217
Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa	1.474	484
Perda (ganho) na baixa e alienação de bens	182	46

Demonstrações do Fluxo de Caixa	2020	2019
Variações nos Ativos e Passivos:		
Contas a receber de partes relacionadas	(26)	(3)
Impostos a recuperar	619	2.192
Despesas antecipadas	(224)	-
Contas a receber e outros ativos	(2.317)	(993)
Contas a pagar a partes relacionadas	233	(1.809)
Impostos a recolher	4.001	(242)
Salários e encargos sociais	612	683
Outros passivos	2.102	11
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.931)	(1.402)
Caixa líquido das atividades operacionais	**10.591**	**7.154**
Aquisições de ativo imobilizado	(21)	-
Aquisições de ativo intangível	(3.509)	(3.182)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(3.530)**	**(3.182)**
Pagamento de empréstimos	(12)	-
Pagamento de dividendos	(1.287)	(1.298)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(1.299)**	**(1.298)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	**5.762**	**2.674**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	6.244	3.570
Saldo final de caixa e equivalente de caixa	12.006	6.244
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	**5.762**	**2.674**

Demonstração do Resultado	2020	2019
Receita de serviços	25.684	18.743
Custos dos serviços prestados	(14.310)	(7.695)
Lucro bruto	**11.374**	**11.048**
Despesas administrativas	(2.166)	(2.618)
Despesas de vendas	(266)	(303)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.790)	(534)
Receitas (despesas) operacionais	**(4.222)**	**(3.455)**
Receita financeira	196	321
Despesa financeira	(81)	(13)
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS	**7.267**	**7.901**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(4.306)	(2.540)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(163)	73
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**2.798**	**5.434**

A Diretoria

Contador - Carlos Eduardo Mansuelli Fornereto
CRC 1SP 266.728/O-8

O Relatório da Administração e as Notas Explicativas encontram-se à disposição na sede da Companhia

MUNICÍPIO DE ITAPORANGA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2021 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2021 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE CESTAS DE ALIMENTOS DESTINADAS AOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS E MEMBROS INTEGRANTES DO CONSELHO TUTELAR. INFORMAÇÕES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA SP – RUA BOM JESUS, 738 – SEGUNDA A SEXTA (08H ATÉ 11H30MIN E 13H ATÉ 15H30MIN), FONE: (15) 3565-1397 OP. 3. RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: 14/05/2021 ATÉ ÀS 14:00H.

DOUGLAS ROBERTO BENINI – PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE ITAPORANGA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DOS SERVIÇOS GERAIS. INFORMAÇÕES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA SP – RUA BOM JESUS, 738 – SEGUNDA A SEXTA (08H ATÉ 11H30MIN E 13H ATÉ 15H30MIN), FONE: (15) 3565-1397 OP. 3. RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: 13/05/2021 ATÉ ÀS 09:00H

DOUGLAS ROBERTO BENINI – PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE ITAPORANGA

EDITAL DE RETIFICAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 003/2021.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NA ESCOLA MUNICIPAL PATRIMÔNIO CORAÇÃO DE JESUS. RETIRADA DO EDITAL: WWW.ITAPORANGA.SP.GOV.BR. INFORMAÇÕES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA SP – RUA BOM JESUS, 738 – SEGUNDA A SEXTA (08H ATÉ 11H30MIN E 13H ATÉ 15H30MIN), FONE: (15) 3565-1397 OP. 3. FICAM RETIFICADAS AS DATAS CONFORME SEGUE: VISTORIA: DE 03/05/2021 ATÉ 14/05/2021. EMISSÃO DE CADASTRO: ATÉ O DIA 12/05/2021. RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: 17/05/2021 ATÉ ÀS 14:00H.

DOUGLAS ROBERTO BENINI – PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇOIABA DA SERRA/SP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2021. PROCESSO ADMINISTRATIVO 047/2021. OBJETO: Aquisição de Seringas Descartáveis e Válvula Reguladora de Pressão, para a Secretaria de Saúde, conforme Termo de Referência contido no Anexo I. Acontecerá em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa Brasileira de Mercadorias, disponível em www.bbmnetlicitacoes.com.br – acesso indicativo no link "Licitações". RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: de 30/04/2021 às 08h00 até dia 14/05/2021 às 14H00. ABERTURA E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS: dia 14/05/2021 às 14H01 às 14h:30. INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 14/05/2021 a partir das 14H31 após a avaliação das propostas pelo(a) Pregoeiro(a). REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame. O Edital em sua íntegra consta no site WWW.aracoiaba.sp.gov.br e www.bbmnetlicitacoes.com.br. Araçoiaba da Serra, 29 de abril de 2021. José Carlos de Quevedo Júnior. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇOIABA DA SERRA/SP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 004/2021. PROCESSO ADMINISTRATIVO 052/2021. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA futura e eventual Aquisição de RAÇÃO para CÃES E GATOS atendidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Secretária Municipal da Saúde, conforme Termo de Referência contido no Anexo I. Será realizado em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa Brasileira de Mercadorias, disponível em www.bbmnetlicitacoes.com.br – acesso indicativo no link "Licitações". RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: de 30/04/2021 às 09:30h até dia 14/05/2021 às 09:00h. ABERTURA E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS: dia 14/05/2021 das 09:00h às 09:30h. INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 14/05/2021 a partir das 09:30h após a avaliação das propostas pelo(a) Pregoeiro(a). REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame. O Edital em sua íntegra consta no site WWW.aracoiaba.sp.gov.br e WWW.bbmnetlicitacoes.com.br, Araçoiaba da Serra 29 de abril de 2021. José Carlos de Quevedo Júnior. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO BONITO-SP

ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2021 – PROCESSO Nº 0919/2021 – REGISTRO DE PREÇOS: Aquisição de gêneros alimentícios estocáveis para a Secretaria M. de Educação – Central Alimentícia, conforme especificações contidas no Edital. Abertura dia 12/05/2021, as 09h.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2021 – PROCESSO Nº 0918/2021 – REGISTRO DE PREÇOS: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis para a Secretaria M. de Educação – Central Alimentícia, conforme especificações contidas no Edital. Abertura dia 13/05/2021, as 09h.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2021 – PROCESSO Nº 0855/2021 – REGISTRO DE PREÇOS: Aquisições de Medicamentos, para a Secretaria M. de Saúde, conforme especificações contidas no Edital. Abertura dia 18/05/2021, as 09h.
O Edital na íntegra poderá ser obtido ou consultado gratuitamente através do site www.capaobonito.sp.gov.br no portal Serviços, clicar em Editais e www.comprasbr.com.br "Acesso Identificado", objetivando o credenciamento ao sistema.

Capão Bonito/SP, 29 de Abril de 2021
Dr. Júlio Fernando Galvão Dias - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOUVEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Louveira informa que realizará o **Pregão Eletrônico nº 020/2021**, objetivando a aquisição de cabo de cobre, no dia 12 de maio de 2021, às 10:00 horas. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na internet, nos endereços eletrônicos **www.bbmnetlicitacoes.com.br** e **www.louveira.sp.gov.br**. Outras informações pelo telefone (19) 3878-9700. Louveira, 29 de abril de 2021. **MARCELO SILVA SOUZA** - Secretário de Administração.

MUNICÍPIO DE FRANCA

AVISOS DE LICITAÇÃO

Processo nº 12734/21 - Pregão Eletrônico nº 69/21 - Aquisição de luminárias de LED para iluminação pública. Recebimento das propostas dos lotes: até às 8h30 do dia 13 de maio de 2021 - Abertura das propostas dos lotes: a partir das 9h00 do dia 13 de maio de 2021 - Início da disputa de preços: a partir das 9h30 do dia 13/05/21.
Processo nº 12865/21 - Pregão Eletrônico nº 70/21 - Aquisição de fórmulas infantis para demanda da Sec. Educação. Recebimento das propostas dos lotes: até às 8h30 do dia 17 de maio de 2021 - Abertura das propostas dos lotes: a partir das 9h00 do dia 17 de maio de 2021 - Início da disputa de preços: a partir das 9h30 do dia 17/05/21.
Disponibilidade dos Editais: a partir de 03/05/2021, no portal eletrônico: www.licitacoes-e.com.br
Processo nº 5475/21 – Chamemanento nº 004/21 - Aquisição de gêneros alimentícios, da agricultura familiar para alimentação escolar com dispensa de licitação, LEI N.º 11.947, DE 16/07/2009, RESOLUÇÃO N.º 04 DO FNDE, DE 02/04/2015. A Prefeitura Municipal de Franca, vem realizar Chamada Pública para aquisição de "folhosos" da Agricultura Familiar, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, durante o período de 12 (doze) meses. Os Grupos Formais deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda até o dia 18 de maio de 2021 às 14h30, nas dependências da Divisão de Licitações e Compras, na Rua Frederico Moura, 1517 – Térreo – Sala 3 – Bairro Cidade Nova, Franca – SP.
Proc. nº 13113/21 – Leilão Público nº 03/21 – Objeto: Animais apreendidos. Os interessados deverão comparecer no dia 19 de maio de 2021 às 9h30, na Rua José Geanesela, 415 – City Petrópolis – CANIL MUNICIPAL. Informações pelos telefones: (16) 3711-9440. Local para visitação: mesmo endereço. **Editais no site: www.franca.sp.gov.br**

Franca, 29 de abril de 2021.
Marcelo Henrique do Nascimento
Presidente da Comissão Permanente de Licitações / Pregoeiro

SOLD LEILÕES

ALEXANDRE TRAVASSOS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 951

• **30/04/2021 a partir das 16h** - Imóveis.

Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105 - 4º andar - São Paulo/SP, 04571-010 | Tel.: (11) 3296-7555
WWW.SOLD.COM.BR | *Os bens serão vendidos no estado em que se encontram.*
O arrematante pagará ao leiloeiro 5% sobre o valor da arrematação.

LEILÃO EXTRAJUDICIAL DE IMÓVEIS Online
Data de Fechamento: 05/05/2021 a partir das 14h00
BANCO PAN — ZUKERMAN LEILÕES
CONSULTE OUTRAS OPORTUNIDADES DE IMÓVEIS LOCALIZADOS NA BA • RJ • RS • SC • SP

LOTE 05 - TERRENO - SÃO PAULO/SP - JARDIM UMUARAMA — **DESOCUPADO**
Terreno 16.439,00m² em Interlagos. Fração ideal do solo correspondente a 0,080064 do imóvel representado por: a) Fração ideal do solo, correspondente à Fase IV-B, na qual serão erigidas 05 (cinco) townhouses (casas de belvedere), numerada de T29 a TH 33; e b) fração ideal do solo, correspondente à Fase VI-B, na qual serão erigidas 16 (dezesseis) Townhouses (casas de belvedere), numerada de TH 13 a TH 28, melhor descrito na matrícula. Inscrição Municipal nº 162.001.3195-2 em área maior. Matrícula nº 32.541 do 11° RI local.
Lance Mínimo: R$ 7.560.000,00
Comissão do leiloeiro: o arrematante pagará ao leiloeiro 5% sobre o valor da arrematação.
Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeiro Oficial - Dora Plat - Jucesp 744.
MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | www.ZUKERMAN.com.br

Kryptus Segurança da Informação S/A

CNPJ 05.761.098/0001-13

Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (valores expressos em reais)

Balanços patrimoniais intermediários em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Ativo	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	**25.398.770,46**	**13.375.480,87**
Caixa e equivalentes de caixa	15.861.339,22	5.171.876,62
Contas a receber	4.718.636,32	5.411.946,36
Contas a receber estrangeiros	782.397,06	105.322,31
Estoques	691.300,14	762.018,95
Impostos a recuperar	1.030.092,72	740.262,63
Outros créditos	2.315.005,00	1.184.054,00
Não Circulante	**3.460.116,09**	**1.071.444,78**
Investimento	1.273.048,79	-
Imobilizado	1.558.632,85	728.305,80
Intangível	628.434,45	343.138,98
Total do Ativo	**28.858.886,55**	**14.446.925,65**
Passivo e Patrimônio Líquido: Circulante	**3.266.821,82**	**3.055.584,57**
Fornecedores	739.215,51	454.150,16
Fornecedores estrangeiros	16.601,86	579.207,02
Empréstimos	-	223.096,86
Salários, provisão para férias e encargos	1.042.116,49	526.848,33
Impostos, taxas e contribuições	207.632,55	267.902,10
Outras contas a pagar	99.414,71	644.594,29
Subvenções a Realizar	1.161.840,70	359.785,81
Não Circulante	**-**	**66.797,09**
Passivo de Arrendamento	-	66.797,09
Patrimônio Líquido	**25.592.064,73**	**11.324.543,99**
Capital social	474.830,00	297.561,00
Reserva de Capital	23.274.935,36	-
Reservas de lucro	6.362.401,60	3.452.449,00
Outras Variações Patrimoniais	172.995,71	-
Lucros/(Prejuízos) acumulados	-	2.726.004,41
Resultado do Exercício	(4.693.097,94)	4.848.529,58
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**28.858.886,55**	**14.446.925,65**

Demonstração do Resultado do Exercício	31/12/2020	31/12/2019
Receita Operacional Líquida	**13.946.636,67**	**17.962.582,56**
Receita de Vendas de Produtos	4.889.707,84	6.290.881,01
Receita de Serviços	10.155.959,66	12.293.307,06
Receita de Mercadoria Exportação	18.456,60	93.159,72
Receita de Serviços exportação	724.002,66	1.637.888,85
(-) Deduções das Receitas	(1.841.490,09)	(2.352.654,08)
Custo dos Produtos Vendidos	(3.469.591,93)	(4.578.940,36)
Lucro Bruto	**10.477.044,74**	**13.383.642,20**
Receitas e Despesas Operacionais		
Vendas	(2.141.166,67)	(247.057,70)
PDD	(327.556,46)	-
Gerais e administrativas	(10.331.616,87)	(6.167.183,07)
Outras Despesas Operacionais	(1.116.668,17)	(1.464.746,05)
Receita com Subvenção	419.406,17	-
Outras Receitas Operacionais	315.760,59	-
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro	**(2.704.796,67)**	**5.504.655,38**
Resultado Financeiro: Despesas financeiras	(124.766,05)	(52.224,65)
Receitas financeiras	243.835,08	172.551,07
Perda / Ganho de Variação Cambial	(387.186,92)	(49.715,54)
	(268.117,89)	**70.610,88**
Resultado Não Operacional		
INVESTIM - MEP	(1.719.946,92)	-
Líquido de Bens Baixados	(236,46)	-
	(1.720.183,38)	**-**
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	**(4.693.097,94)**	**5.575.266,26**
IRPJ e CSLL: Correntes	-	(726.736,68)
Diferidos	-	-
Lucro Líquido do Exercício	**(4.693.097,94)**	**4.848.529,58**

Demonstração do Resultado Abrangente	31/12/2020	31/12/2019
Lucros (Prejuízos) Excercício	(4.693.097,94)	4.848.529,58
Resultado abrangente total do exercício	**(4.693.097,94)**	**4.848.529,58**

Demonstração dos Fluxos de Caixa	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	
Lucro (Prejuizo) liquido do exercicio	(4.693.097,94)
Depreciação e Amortização	506.251,16
Variação Cambial	387.186,92
Ajuste Exercicio Anterior	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:	
Contas a receber de clientes	(370.951,63)
Estoques	70.718,81
Impostos a recuperar	(289.830,09)
Outros créditos	(1.130.951,00)
(Redução) aumento nos passivos operacionais:	
Fornecedores	(277.539,81)
Obrigações Trabalhistas	515.268,16
Obrigações Tributárias	(60.269,55)
Subvenções a Realizar	802.054,89
Outras contas a pagar	(545.179,58)
Passivo de Arrendamento	(66.797,09)
Caixa líquido gerado(aplicado) pelas atividades Operacionais	(5.153.136,75)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	
Investimento	(1.273.048,79)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(1.621.873,68)
Caixa líquido gerado(aplicado) pelas atividades de Investimento	(2.894.922,47)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	
Empréstimos - Partes Relacionadas	(223.096,86)
Aumento de Capital	18.960.618,68
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamento	18.737.521,82
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	10.689.462,60
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.171.876,62
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	15.861.339,22
Aumento (Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	10.689.462,60

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	Capital Social	Capital a Integralizar	Reserva de Capital	Ações em Tesouraria	Reserva Legal	Reserva de Lucro	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Outras Variações Patrimoniais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	297.561	-	3.452.449	-	-	-	396.736,42		4.146.746,42
Lucro/ Prejuizo do Exercício							(765.693,15)		(765.693,15)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	297.561	-	3.452.449	-	-	-	(368.956,73)		3.381.053,27
Lucro/ Prejuizo do Exercício							2.918.993,24		2.918.993,24
Ajuste de Exercicios Anteriores							175.967,90		175.967,90
Saldos em 31 de dezembro de 2018	297.561	-	3.452.449	-	-	-	2.726.004,41		6.476.014,41
Lucro/ Prejuizo do Exercício							4.848.529,58		4.848.529,58
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	297.561	-	3.452.449	-	-	-	7.574.533,99		11.324.543,99
Ajustes:	158.276	19.999.755,36	19.841.479,36			(59.512,20)	(7.398.566,09)		32.541.432,43
	18.993	(19.999.755,36)		(18.993,00)	119.024,40	1.454.359,82			(18.426.371,14)
						4.848.529,58		172.995,71	5.021.525,29
Ajuste Exercicio Anterior							(175.967,90)		(175.967,90)
Resultado do Exercicio	-	-	-	-	-	(4.693.097,94)	-	-	(4.693.097,94)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	474.830	-	23.293.928,36	(18.993,00)	119.024,40	1.550.279,26	0,00	172.995,71	25.592.064,73

Júlio Roberto Baruchi - CRC: 1SP206243/O-5 - CPF: 008.175.478-78

As notas explicativas encontram-se em sua totalidade à disposição na sede da Companhia

TC Traders Club Ltda.

CNPJ/ME nº 26.345.998/0001-50 – NIRE 35.230.196.941

8ª Alteração ao Contrato Social da TC Traders Club Ltda.

(i) **Israel Calebe Massa**, RG nº 46.375.018-4 SSP/SP e CPF/ME nº 392.148.868-06; (ii) **Omar Ajame Zanatto Miranda**, RG nº 33.183.853-9 SSP/SP e CPF/ME nº 331.267.528-61; (iii) **Pedro Geraldo Bernardo de Albuquerque Filho**, RG nº 36.630.739-3 SSP/SP e CPF/ME nº 342.373.478-77; (iv) **Startups BR Holding Ltda.**, CNPJ/ME nº 18.121.457/0001-10 e NIRE nº 43.207.389.361, representada por seu sócio administrador **Rafael Ferri**, RG nº 1.038.359.913 SSP/RS e CPF/ME nº 953.744.850-91; (v) **Guillermo Andres Parra Bernal**, RNE nº V346268-5 CGPI/DIREX/DPF e CPF/ME nº 732.310.611-72; (vi) **Pedro Medeiros Machado**, RG nº 66.385.021-6 SSP/SP e CPF/ME nº 065.634.947-65; (vii) **Javier Alejandro Ramacciotti**, RNE nº V696953-D CGPPI/DIREX/DPF e CPF/ME nº 229.042.648-25; Únicos sócios da **TC Traders Club Ltda**, resolvem alterar o Contrato Social e transformar seu tipo jurídico em sociedade anônima, de acordo com os seguintes termos: **1. Distribuição de Lucros.** 1.1. Foi aprovada a distribuição de lucros referentes ao exercício 2020, no montante de R$1.390.614,36, na seguinte proporção: Israel Calebe Massa: 11,567%, Omar Ajame Zanatto Miranda: 4,780%, Pedro Geraldo Bernardo de Albuquerque Filho: 29,427%, Startups BR Holding Ltda.: 29,427%, Guillermo Andres Parra Bernal: 13,640%, e Javier Alejandro Ramacciotti: 11,156%. **2. Cessão de Quotas e Admissão de Novo Sócio.** 2.1. Foi aprovado o ingresso de **Luiz Felipe de Araújo Pontes Girão**, RG nº 2606854 SSP/PB e CPF/ME nº 085.329.574-39, com a cessão e transferência de 2.344 quotas, com valor nominal de R$1,00 cada, totalizando R$2.344,00, correspondente a 0,0469% do capital social, da seguinte forma: **(i) Israel Calebe Massa**, já qualificado, cede e transfere 197 quotas, totalizando R$197,00; **(ii) Omar Ajame Zanatto Miranda**, já qualificado, cede e transfere 219 quotas, totalizando R$219,00; **(iii) Pedro Geraldo Bernardo de Albuquerque Filho**, já qualificado, cede e transfere 888 quotas, totalizando R$888,00; **(iv) Startups BR Holding Ltda**, já qualificada, cede e transfere 888 quotas, totalizando R$888,00; **(v) Guillermo Andres Parra Bernal**, já qualificado, cede e transfere 117 quotas, totalizando R$117,00; e **(vi) Javier Alejandro Ramacciotti**, já qualificado, cede e transfere 35 quotas, totalizando R$35,00. Cada quota cedida tem valor nominal de R$1,00. Os sócios, cedentes e ingressante, outorgam-se a mais ampla quitação com relação à cessão de tais quotas. 2.2. Os sócios decidem aprovar o ingresso de **Pedro Mariano da Rocha Santos**, RG nº 8096252691 SJS/II RS e CPF/ME nº 021.704.940-06, em razão da cessão e transferência de 1 quota, com valor nominal de R$1,00, totalizando R$1,00, correspondente a 0,00002% do capital social, pelo sócio **Israel Calebe Massa**. Os sócios, cedente e ingressante, neste ato, outorgam-se a mais ampla quitação com relação à cessão de tais quotas. 2.3. Os sócios decidem aprovar a cessão e transferência para o sócio **Pedro Medeiros Machado**, já qualificado, de 5.832 quotas, com valor nominal de R$1,00 cada, totalizando R$5.832,00, correspondente a 0,1166% do capital social, da seguinte forma: **(i) Israel Calebe Massa** cede e transfere 491 quotas, totalizando R$491,00; **(ii) Omar Ajame Zanatto Miranda** cede e transfere 545 quotas, totalizando R$545,00; **(iii) Pedro Geraldo Bernardo de Albuquerque Filho** cede e transfere 2.209 quotas, totalizando R$2.209,00; **(iv) Startups BR Holding Ltda** cede e transfere 2.209 quotas, totalizando R$2.209,00; **(v) Guillermo Andres Parra Bernal** cede e transfere 290 quotas, totalizando R$290,00; e **(vi) Javier Alejandro Ramacciotti** cede e transfere 88 quotas, totalizando R$88,00. Cada quota cedida tem valor nominal de R$1,00. Os sócios, cedentes e cessionário, neste ato, outorgam-se a mais ampla quitação, com relação à cessão de tais quotas, para nada mais reclamarem. 2.4. Os sócios decidem aprovar a cessão e transferência de 46.823 quotas, com valor nominal de R$1,00, totalizando R$46.823,00, correspondente a 0,9365% do capital social, à Sociedade, que serão mantidas em tesouraria, da seguinte forma: **(i) Israel Calebe Massa** cede e transfere 3.941 quotas, totalizando R$3.941,00; (ii) **Omar Ajame Zanatto Miranda** cede e transfere 4.380 quotas, totalizando R$4.380,00; **(iii) Pedro Geraldo Bernardo de Albuquerque Filho** cede e transfere 17.735 quotas, totalizando R$17.735,00; **(iv) Startups BR Holding Ltda** cede e transfere 17.735 quotas, totalizando R$17.735,00; **(v) Guillermo Andres Parra Bernal** cede e transfere 2.330 quotas, totalizando R$2.330,00; **(vi) Javier Alejandro Ramacciotti** cede e transfere 702 quotas, totalizando R$702,00. Cada quota cedida tem valor nominal de R$1,00. Os sócios cedentes e a Sociedade outorgam-se a mais ampla quitação, com relação à cessão de tais quotas. 2.5. Consignar que os sócios renunciaram a seus respectivos direitos de preferência com relação às cessões e transferências de quotas aprovadas nos itens 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4 acima. 2.6. Em razão das deliberações aprovadas os sócios decidem alterar a Cláusula Segunda do Contrato Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: "*O capital social da Sociedade é de R$5.000.000,00 dividido em 5.000.000 de quotas, de valor nominal de R$1,00 cada, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente do país, estando suas quotas distribuídas entre os Sócios conforme abaixo:* **Sócios** – **Quotas** – **Valor** – **%. Israel** – 416.234 – R$416.234,00 – 8,3247%; **Omar** – 462.482 – R$462.482,00 – 9,2496%; **Pedro** – 1.873.054 – R$1.873.054,00 – 37,4611%; **Startups –** 1.873.054 – R$1.873.054,00 – 37,4611%; **Guillermo –** 246.000 – R$246.000,00 – 4,92%; **Javier –** 74.175 – R$74.175,00 – 1,4835%; **Machado –** 5.833 – R$5.833,00 – 0,1167%; **Felipe –** 2.344 – R$2.344,00 – 0,0469%; **Mariano –** 1 – R$1,00 – 0,00002%; **Tesouraria** – 46.823 – R$46.823,00 – 0,9365%; **Total** – 5.000.000 – R$5.000.000 – 100%. **3. Transformação do Tipo Societário.** 3.1. Ato contínuo, os sócios decidem aprovar a transformação do tipo jurídico da Sociedade de sociedade empresária limitada para sociedade anônima. A Sociedade permanecerá titular dos direitos e obrigações que atualmente compõem o seu patrimônio, sem solução de continuidade ou modificação dos direitos dos seus eventuais credores ("Transformação"). 3.2. Em razão da Transformação, a Sociedade passará a ser denominada "**TC Traders Club S.A.**" ("Companhia"). 3.3. Em razão da Transformação, os sócios aprovam a conversão da totalidade das 5.000.000 de quotas, com valor nominal de R$1,00 cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, no valor de R$5.000.000,00, em 5.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais são distribuídas, em razão da conversão, da seguinte forma: **Acionistas** – **Quantidade de Ações Ordinárias** – **%. Israel** – 416.234 – 8,3247%; **Omar** – 462.482 – 9,2496%; **Pedro –** 1.873.054 – 37,4611%; **Startups –** 1.873.054 – 37,4611%; **Guillermo –** 246.000 – 4,92%; **Javier –** 74.175 – 1,4835%; **Machado –** 5.833 – 0,1167%; **Felipe –** 2.344 – 0,0469%; **Mariano –** 1 – 0,00002%; **Tesouraria** – 46.823 – 0,9365%; **Total** – **5.000.000** – **100%.** 3.4. Os sócios decidem aprovar o Estatuto Social, que integrará esta ata como **Anexo I**. 3.5. Os sócios aprovam a eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração, com mandato unificado de 02 anos a contar desta data: i. **Omar Ajame Zanatto Miranda**, já qualificado; ii. **Pedro Geraldo Bernardo de Albuquerque Filho**; iii. **Rafael Ferri**, RG nº 1.038.359.913 SSP/PC RS e CPF/ME nº 953.744.850-91; 3.6. Consignar que os membros ora eleitos aceitam os cargos e declaram, sob as penas da lei, não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. 3.7. Os sócios decidem não instalar o Conselho Fiscal, conforme previsto no Estatuto Social, para o exercício social de 2021. 3.8. Os sócios decidem fixar o montante global de remuneração dos administradores da Companhia, para o exercício social de 2021, no valor de R$3.000.000,00. 3.9. As publicações previstas na legislação serão realizadas no DOESP e no jornal Gazeta de São Paulo. **4. Autorizações.** 4.1. Os sócios autorizam a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações acima e observar todas as formalidades para a transformação do tipo societário. São Paulo/SP, 05/02/2021. **Advogado: Tomás Soares da Silva Barros** OAB/SP nº 429.997. **Anexo I – Estatuto Social. Capítulo I – Da Denominação, Sede e Duração. Artigo 1º.** A Companhia, sociedade anônima de capital fechado, possui a denominação social de **TC Traders Club S.A.** ("Companhia") e reger-se-á a pela Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), pelo presente Estatuto Social e pelo Acordo de Acionistas arquivado na sede social da Companhia. **§ 1º**. A Companhia tem sua sede e foro na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior, nº 758, 7º andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP, podendo abrir filiais, escritórios ou estabelecimentos e exercer suas atividades em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por deliberação da Assembleia Geral. **§ 2º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Do Objeto Social. Artigo 2º.** A Companhia tem por objeto a exploração das seguintes atividades: (i) treinamento e desenvolvimento profissional e gerencial com foco na área financeira e empresarial; (ii) operação de páginas e portais da internet que atualizam periodicamente seu conteúdo, gerando e mantendo informações sobre o mercado financeiro, empresarial e do sistema político brasileiro; (iii) portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; (iv) edição de cadastros, listas e de outros produtos gráficos; (v) atividades de organização e promoção de feiras, congressos, convenções, conferências e exposições comerciais e profissionais seja pela internet ou eventos físicos; (vi) desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; (vii) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e não – customizáveis; (viii) consultoria em tecnologia da informação; (ix) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação. **Capítulo III – Do Capital Social e Ações. Artigo 3º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$5.000.000,00, dividido em 5.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **Artigo 4º.** A ação ordinária confere a seu titular o direito de 1 voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. **Artigo 5º.** A emissão de ações da Companhia para integralização em dinheiro, bens e/ou créditos, far-se-á por deliberação da Assembleia Geral aplicando-se, quando couber, o disposto no artigo 8º da Lei das S.A. **Artigo 6º.** A propriedade de ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro das Ações Nominativas" da Companhia. Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas" da Companhia. **§ Único.** As ações são indivisíveis em relação à Companhia, a qual reconhecerá um só proprietário para cada ação. **Artigo 7º.** Observadas as disposições do Acordo de Acionistas, a Companhia poderá, mediante aprovação da Assembleia Geral, emitir ações de outras espécies, bônus de subscrição e debêntures, nas condições e termos discutidos e aprovados. Fica vedada a emissão pela Companhia de partes beneficiárias. **Capítulo IV – Da Assembléia Geral. Artigo 8º.** Observadas as disposições do Acordo de Acionistas, a Assembleia Geral reunir-se-á (i) ordinariamente nos 04 primeiros meses após o término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das S.A., e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigir. **Artigo 9º.** Observadas as disposições do Acordo de Acionistas, as Assembleias Gerais serão convocadas por qualquer membro do Conselho de Administração, mediante comunicação escrita enviada aos acionistas da Companhia, com antecedência mínima de 8 dias da data agendada para a realização da Assembleia Geral em primeira convocação, e de 5 dias da data prevista para a sua realização em segunda convocação. A convocação deverá conter informações sobre o local, data e horário de realização da Assembleia Geral, bem como os documentos de suporte necessários para exame das matérias na ordem do dia. **§ 1º.** Observadas as disposições do Acordo de Acionistas, as Assembleias Gerais serão instaladas com a presença de acionistas detentores da quantidade de votos exigidos para aprovar a matéria submetida à respectiva Assembleia Geral. Não obstante o acima disposto, se durante 2 Assembleias Gerais consecutivas, convocadas para discutir e deliberar sobre as mesmas matérias de responsabilidade da Assembleia Geral, o quórum de instalação não for atingido, o quórum na Assembleia Geral subsequente, caso convocada para tratar dessas mesmas matérias, será considerado obtido com a presença de quaisquer acionistas, e tais matérias, poderão ser aprovadas pela maioria de votos dos Acionistas presentes na Assembleia Geral. **§ 2º** As Assembleias Gerais serão presididas pelo presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por qualquer pessoa escolhida pelo voto correspondente à maioria dos acionistas presentes, não se computando votos em brancos e abstenções. O presidente da Assembleia Geral escolherá, dentre os presentes, o secretário. Em qualquer caso, o presidente da Assembleia Geral deverá seguir a respectiva ordem do dia e observar as disposições do Estatuto Social, do Acordo de Acionistas e das leis aplicáveis. **§ 3º.** Os acionistas poderão fazer-se representar na Assembleia Geral por procurador constituído nos termos do artigo 127, § 1º, da Lei das S.A, sendo certo que a procuração poderá ser outorgada inclusive por meio eletrônico, desde que transmitida à Companhia até o momento anterior ao da instalação da Assembleia Geral. **Artigo 10.** Observadas as disposições do Acordo de Acionistas, as deliberações submetidas à aprovação nas Assembleias Gerais dependerão de aprovação dos acionistas titulares de, no mínimo, 50% mais 1 ação ordinária, não se computando votos em brancos e abstenções. **Capítulo V – Da Administração. Artigo 11.** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. Na condução das atividades sociais da Companhia, a administração adotará e observará as disposições previstas em lei, neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. **Do Conselho de Administração. Artigo 12**. O Conselho de Administração será composto por até 5 membros efetivos e até igual número de suplentes, os quais serão eleitos para um mandato unificado de 2 anos, ou até a eleição e posse dos novos membros, sendo permitida a reeleição. A investidura de qualquer membro do Conselho de Administração ficará condicionada à assinatura do respectivo termo de posse, o qual deverá mencionar o compromisso com o cumprimento dos termos e condições do Acordo de Acionistas, além dos deveres e obrigações impostos por lei. **§ 1º.** Observadas as disposições do Acordo de Acionistas, os membros do Conselho de Administração serão eleitos pela Assembleia Geral. **Artigo 13.** Observadas as disposições do Acordo de Acionistas, as matérias de competência do Conselho de Administração são aquelas previstas em lei e no Acordo de Acionistas e serão aprovadas mediante o voto favorável da maioria dos membros do Conselho de Administração. **§ 1º.** O Conselho de Administração se reunirá, de forma ordinária, uma vez a cada 3 meses, de acordo com um calendário a ser aprovado pelo Conselho de Administração e, de forma extraordinária, sempre que for necessário. As reuniões ocorrerão na sede social da Companhia, exceto se acordado de outra maneira por todos os membros do Conselho de Administração. É permitida a participação dos membros do Conselho de Administração nas reuniões remotamente, por telefone, vídeo conferência ou outros meios de comunicação ou ainda enviando seu voto antecipadamente por escrito. No caso de participação remota, os membros do Conselho de Administração apresentarão seus votos por meio de carta ou e-mail dirigido à Companhia, em atenção ao presidente do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração poderão ser representados, nas reuniões, por procuradores que sejam também conselheiros. As reuniões do Conselho de Administração e as deliberações nelas aprovadas serão lavradas em ata, que será registrada no livro de atas das reuniões do Conselho de Administração, incluindo o eventual voto por escrito do membro do Conselho de Administração que tenha participado remotamente, ou a eventual procuração outorgada para outro membro do Conselho de Administração , conforme o caso. **§ 2º.** Qualquer membro do Conselho de Administração poderá convocar uma reunião do Conselho de Administração sempre que considerar necessário, mediante notificação por escrito fornecida aos outros conselheiros, com, pelo menos, 8 dias de antecedência da reunião, especificando a data, horário e local de realização da respectiva reunião, bem como sua ordem do dia. Sem prejuízo das formalidades previstas neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas, será considerada regularmente convocada a reunião do Conselho de Administração à qual compareçam todos os membros do Conselho de Administração. **§ 3º.** Observadas as disposições do Acordo de Acionistas, as reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos membros do Conselho de Administração, e serão presididas pelo presidente do Conselho de Administração, ou, na sua ausência, por qualquer membro do Conselho de Administração escolhido pela maioria dos membros do Conselho de Administração presentes. Não obstante o acima disposto, se durante 2 reuniões de Conselho de Administração consecutivas, convocadas para discutir e deliberar sobre as mesmas matérias de responsabilidade do Conselho de Administração, o quórum de instalação não for atingido, o quórum na reunião de Conselho de Administração subsequente, caso convocada para tratar dessas mesmas matérias, será considerado obtido com a presença de quaisquer conselheiros. **Da Diretoria. Artigo 14.** A Companhia terá até 7 Diretores, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, com os seguintes cargos: (i) 1 Diretor Presidente; (ii) 1 Diretor Financeiro; (iii) 1 Diretor Operacional; (iv) 1 Diretor de Tecnologia; (v) 1 Diretor de Inteligência de Mercado e (vi) 2 Diretores sem designação específica. **§ 1º.** Observadas as disposições do Acordo de Acionistas, o Conselho de Administração deverá eleger a Diretoria, mediante o voto favorável de 3 membros do Conselho de Administração. **§ 2º**. O mandato dos Diretores será de 2 anos, permitida a reeleição, e será prorrogado automaticamente até a posse da nova Diretoria. **§ 3º**. A investidura dos Diretores far-se-á mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro de Atas das Reuniões da Diretoria. Os Diretores estão dispensados de oferecer garantia ao exercício de suas funções. **Artigo 15**. Observadas as disposições previstas no Acordo de Acionistas, a Diretoria tem os poderes e atribuições que a lei e o Conselho de Administração lhes conferir para assegurar o funcionamento da Companhia e a consecução de seus objetivos e para representar ativa e passivamente a Companhia. **§ 1º**. Observadas as disposições do Acordo de Acionistas e deste Estatuto Social, a representação da Companhia formalizar-se-á mediante: (i) a assinatura, isolada, do Diretor Presidente, ou do Diretor Financeiro ou do Diretor Operacional; ou (ii) a assinatura, em conjunto, de 2 Diretores, sendo necessariamente uma delas a do Diretor Presidente, do Diretor Financeiro ou do Diretor Operacional; ou (iii) a assinatura de um Diretor, sendo necessariamente de um dos Diretores entre o Diretor Presidente, Diretor Financeiro ou Diretor Operacional, em conjunto com um procurador devidamente constituído nos termos deste Estatuto Social. **§ 2º.** Observadas as disposições do Acordo de Acionistas, nas operações que envolvam, individualmente ou em conjunto desde que com o mesmo objetivo: (i) a alienação, oneração ou aquisição de bens e direitos da Companhia, cujo o valor exceda R$1.000.000,00; (ii) a celebração de contratos com clientes, fornecedores ou terceiros, cujo o valor exceda R$1.000.000,00; e/ou (iii) a contratação de empréstimo e/ou a assunção de quaisquer obrigações pela Companhia, incluindo mas não se limitando a prestação de garantia, cujo o valor exceda R$1.000.000,00, a representação da Companhia somente formalizar-se-á mediante a assinatura, em conjunto, de 2 Diretores, sendo os 2, necessariamente, Diretor Presidente, Diretor Financeiro ou Diretor Operacional. **§ 3º.** A constituição de procuradores será realizada necessariamente pela assinatura de 2 Diretores, sendo os 2, necessariamente, Diretor Presidente, Diretor Financeiro ou Diretor Operacional, mediante outorga de procuração sempre com fim específico e prazo determinado, não superior a 1 ano, exceto, nos casos de procuração "*ad judicia*", que poderá ser outorgada por prazo indeterminado. **§ 4º.** Observadas as disposições do Acordo de Acionistas, qualquer Diretor poderá convocar uma reunião da Diretoria sempre que considere necessário, mediante notificação por escrito fornecida aos outros Diretores, com, pelo menos, 8 dias de antecedência da reunião, especificando a data, horário e local de realização da respectiva reunião, bem como sua Ordem do Dia. Sem prejuízo das formalidades previstas neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas, será considerada regularmente convocada a reunião da Diretoria à qual compareçam todos os Diretores. As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do Diretor e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. **§ 7º.** Observadas as disposições do Acordo de Acionistas, todas as matérias que forem submetidas à deliberação da Diretoria serão resolvidas pela maioria dos votos dos Diretores. **Capítulo VI – Do Conselho Fiscal. Artigo 16.** A Companhia terá um Conselho Fiscal com funcionamento não permanente, composto por até 3 membros efetivos e 3 membros suplentes, pessoas naturais, residentes no País, que atendam aos requisitos legais. **Artigo 17.** O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral na forma da lei. **§ Único.** A deliberação da Assembleia Geral que instalar o Conselho Fiscal elegerá os seus membros com observância das disposições legais, fixará a sua remuneração, bem como determinará seu prazo de duração. **Artigo 18.** Os membros do Conselho Fiscal, quando este estiver em funcionamento, terão a competência, os deveres e responsabilidade previstos na lei. **Artigo 19.** Em caso de impedimento, ausência, ou vaga, os membros efetivos serão substituídos pelos membros suplentes na ordem de sua nomeação constante da Ata de Assembleia Geral que os houver elegido. **Capítulo VII – Do Exercício Social e Destinação dos Lucros. Artigo 20.** O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, data em que se levantará o balanço geral e as demais demonstrações financeiras, com observância das prescrições legais. **§ Único.** A Companhia poderá levantar balanços intermediários e, por deliberação da Assembleia Geral, declarar e distribuir dividendos à conta dos lucros apurados nesses balanços ou à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros. **Artigo 21.** Do lucro líquido apurados, serão deduzidos, antes de qualquer destinação: (a) 5% para a constituição da Reserva Legal, que não excederá o limite de 20%, conforme a Lei das S.A.; (b) 5% para pagamento do dividendo obrigatório de que trata o artigo 202 da Lei das S.A.; e (c) o saldo terá a destinação determinada pela Assembleia Geral. **§ Único.** O pagamento de dividendos deverá ocorrer no prazo de 60 dias da deliberação da Assembleia Geral que aprovar a respectiva distribuição, atualizado monetariamente pela variação do IGP-M divulgado pela FGV, *pro rata die*. Sendo que os dividendos não reclamados em 3 anos prescrevem em favor da Companhia. **Capítulo VIII – Dos Acordos de Acionistas. Artigo 22.** Nos termos do artigo 118 da Lei das S.A., qualquer acordo de acionistas que estabeleça as condições de compra e venda de suas ações, o direito de preferência na compra das ações, o exercício do direito de voto ou outras avenças serão arquivados na sede da Companhia e averbados em seus livros de registro, devendo ser sempre observados pela Companhia e pelos administradores. **§ Único.** As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidas e oponíveis a terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro de ações da Companhia. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o presidente da Assembleia Geral deverá declarar a invalidade do voto proferido pelo acionista ou administrador em contrariedade com os termos de tais acordos. **Capítulo IX – Da Dissolução e Liquidação. Artigo 23.** A Companhia se dissolverá nos casos previstos na legislação aplicável, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante, fixar sua remuneração e instalar o Conselho Fiscal, que deverá funcionar durante o período de liquidação. **§ Único.** O liquidante terá os deveres e poderes que a lei lhe confere e, em todos os atos e operações realizadas em nome da Companhia, deverá usar a denominação social da Companhia seguida das palavras "Em Liquidação". **Capítulo X – Do Foro. Artigo 24.** Todas e quaisquer questões ou disputas oriundas deste Estatuto Social ou a ele relacionadas, inclusive quanto a sua existência, validade, eficácia, interpretação, execução e/ou rescisão ("Disputas"), envolvendo quaisquer dos acionistas e/ou a Companhia, inclusive seus sucessores a qualquer título ("Partes Envolvidas"), serão resolvidas por meio de arbitragem ("Arbitragem"), a ser administrada pela CAM – Câmara de Arbitragem do Mercado ("Câmara"). **§ 1º.** A Arbitragem se dará em língua portuguesa, terá como sede a Cidade e Estado de São Paulo, local em que será proferida a sentença arbitral, de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil e o Regulamento de Arbitragem da Câmara vigente à época da instauração da arbitragem, com exceção das alterações aqui previstas ("Regulamento"). Os árbitros não deverão julgar por equidade. **§ 2º.** A arbitragem será conduzida por um tribunal composto por 3 árbitros ("Tribunal Arbitral"), sendo um nomeado pelo requerente e outro nomeado pelo requerido, na forma do Regulamento. Se houver mais de um requerente e/ou mais de um requerido, os requerentes e/ou requeridos deverão indicar em conjunto seu respectivo árbitro. Os dois árbitros assim indicados nomearão, de comum acordo e no prazo previsto no Regulamento, o terceiro árbitro, que atuará como presidente do Tribunal Arbitral. Quaisquer omissões, recusas, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas Partes Envolvidas ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela Câmara de acordo com o Regulamento. As decisões arbitrais serão definitivas e vincularão as partes para todos os efeitos. **§ 3º.** Sem prejuízo da obrigatoriedade da arbitragem, as Partes poderão recorrer ao Poder Judiciário exclusivamente para: (i) assegurar a instituição da Arbitragem; (ii) obter medidas cautelares ou antecipação de tutela para proteção de direitos previamente à constituição do Tribunal Arbitral, e (iii) a execução das decisões do Tribunal Arbitral. Qualquer medida concedida pelo Poder Judiciário deverá ser prontamente notificada pelo Acionista e/ou pela Companhia, conforme aplicável, que requereu tal medida à Câmara. O Tribunal Arbitral, uma vez constituído, poderá rever, manter ou revogar as medidas concedidas pelo Poder Judiciário. Para as medidas retro referidas e para as causas que não estejam submetidas à arbitragem, fica eleito o Foro da comarca da Capital de São Paulo como o único competente, renunciando a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam. **§ 4º.** A sentença arbitral poderá ser executada perante qualquer autoridade judiciária que tenha jurisdição sobre as partes e/ou seus ativos. **§ 5º.** No curso da Arbitragem, cada uma das Partes Envolvidas arcará com os custos e as despesas a que der causa e as Partes Envolvidas ratearão em partes iguais os custos e as despesas cuja causa não puder ser atribuída a uma delas. O Tribunal Arbitral alocará entre as Partes Envolvidas, conforme os critérios da sucumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso (i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à Câmara, (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros, (iii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos auxiliares eventualmente designados pelo Tribunal Arbitral, tais como peritos, tradutores, intérpretes, estenotipistas e outros, e (iv) honorários advocatícios sucumbenciais em favor da parte vencedora. O Tribunal Arbitral também poderá condenar as Partes ao pagamento de indenização por eventual improbidade processual. O Tribunal Arbitral não condenará nenhuma das Partes Envolvidas a arcar com (a) honorários advocatícios contratuais e quaisquer outros valores devidos, pagos ou reembolsados pela contraparte a seus advogados, peritos, tradutores, intérpretes e outros assistentes, e (b) quaisquer outros valores devidos, pagos ou reembolsados pela contraparte em relação à arbitragem, incluindo, por exemplo, referentes a fotocópias, reconhecimentos de firma, consularização e despesas de viagem. **§ 6º.** Todas e quaisquer Disputas oriundas deste Estatuto Social deverão ser confidenciais, devendo, portanto, as Partes, em qualquer caso, requerer a tramitação em segredo de justiça, ficando, porém, ao arbítrio do Poder Judiciário a concessão ou não da medida. **§ 7º.** A fim de otimizar e garantir segurança jurídica à resolução das Disputas aqui previstas, caso duas ou mais disputas surjam com relação a este Estatuto Social, e desde que requerido por uma das Partes, o Tribunal Arbitral procederá à consolidação do procedimento arbitral aqui previsto com qualquer outro em que as Partes estejam litigando e que envolva ou de alguma forma impacte este Estatuto Social, desde que o Tribunal Arbitral entenda que (i) existem questões comuns de fato ou lei nos procedimentos arbitrais que tornam a consolidação mais eficiente do que manter os procedimentos arbitrais sujeitos a julgamentos isolados; e (ii) nenhuma Parte Envolvida em qualquer dos procedimentos iniciados seja prejudica pela consolidação, como, por exemplo, por conta de atrasos injustificáveis ou conflitos de interesse. Sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, a consolidação dos procedimentos arbitrais não deverá ocorrer após a assinatura da ata de missão em pelo menos uma das arbitragens em curso. O primeiro Tribunal Arbitral constituído será competente para conduzir o procedimento arbitral consolidado. A decisão de consolidação será final e vinculante sobre todas as Partes Envolvidas nas disputas e procedimentos arbitrais objeto da ordem de consolidação. A competência para fixar a consolidação será atribuída pelo Regulamento. JUCESP – Registrado sob o nº 169.573/21-7 e NIRE 35.300.566.521 em 14/04/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2021 | 18:18:18 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 5AE8AFE7-7AA1-423E-B05A-82E1D9F06A3B

CI&T SOFTWARE S.A.

CNPJ nº 00.609.634/0001-46

Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de Reais - R$)

Balanços Patrimoniais		Controladora		Consolidado	
Ativo Circulante	**Nota**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Circulante		**299.013**	**165.268**	**434.552**	**255.240**
Caixa e equivalentes de caixa	9	118.790	63.821	162.827	79.500
Contas a receber de clientes	10	127.105	66.818	196.256	128.184
Ativos de contrato	21.c	34.997	25.770	50.625	36.493
Estoque		-	-	-	361
Mútuo a receber	29	2.933	1.774	-	-
Impostos a recuperar		748	1.210	1.016	1.886
Imposto de renda e contribuição social a compensar		69	505	2.117	520
Instrumentos financeiros derivativos	27	8.837	2.983	8.837	2.983
Outros créditos		5.534	2.387	12.874	5.313
Não circulante		**189.336**	**153.211**	**150.530**	**152.207**
Impostos a recuperar		3.097	3.097	3.099	3.099
Impostos diferidos	25	5.838	15.888	15.152	24.977
Mútuo a receber	29	919	1.811	-	-
Depósitos judiciais	17	3.083	3.083	3.083	3.083
Outros créditos		2.147	37	2.494	677
Total do realizável a longo prazo		**15.084**	**23.916**	**23.828**	**31.836**
Investimentos	11	96.885	54.214	-	-
Imobilizado	12	29.501	20.125	38.771	27.928
Intangível	13	6.372	6.743	18.166	18.545
Ativos de direito de uso	14	41.494	48.213	69.765	73.898
		174.252	**129.295**	**126.702**	**120.371**
Total do ativo		**488.349**	**318.479**	**585.082**	**407.447**

		Controladora		Consolidado	
Passivo Circulante e patrimônio líquido	**Nota**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Circulante		**240.893**	**162.896**	**310.992**	**227.412**
Fornecedores		12.766	6.867	15.312	8.631
Empréstimos e financiamentos	15	64.945	23.044	75.377	23.166
Passivo de arrendamento mercantil	14	10.651	10.951	14.569	14.021
Salários e encargos sociais	16	105.476	70.373	141.794	87.908
Instrumentos financeiros derivativos	27	5.392	2.050	5.392	2.050
Imposto de renda e contribuição social a recolher		5.364	3.001	6.078	6.661
Impostos, taxas e contribuições a recolher		1.876	1.450	3.279	1.955
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	20	30.677	14.714	30.677	14.714
Passivo de contrato		2.481	1.462	9.987	16.162
Indenização	19.b	628	28.401	628	44.000
Outros passivos		637	583	7.899	8.144
Não circulante		**48.996**	**45.878**	**75.630**	**70.330**
Empréstimos e financiamentos	15	13.853	4.628	13.853	4.683
Passivo de arrendamento mercantil	14	34.271	39.929	60.659	63.372
Provisão para processos judiciais	17	161	173	161	173
Outros passivos		711	1.148	957	2.102
Patrimônio líquido		**198.460**	**109.705**	**198.460**	**109.705**
Capital social	20	68.968	68.968	68.968	68.968
Reserva de capital		6.764	4.112	6.764	4.112
Reservas de lucros	20	109.308	32.825	109.308	32.825
Ajuste de avaliação patrimonial		13.420	3.800	13.420	3.800
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		198.460	109.705	198.460	109.705
Total Passivo e Patrimônio Líquido		**488.349**	**318.479**	**585.082**	**407.447**

Demonstrações do Resultado		Controladora		Consolidado	
Abrangente	**Nota explicativa**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Lucro líquido do exercício		127.654	56.534	127.654	56.569
Outros resultados abrangentes (ORA): Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado					
Variação cambial em investimentos no exterior	11	14.576	1.796	14.576	1.796
Efeitos tributários	25	(4.956)	(611)	(4.956)	(611)
Resultado abrangente do exercício		**137.274**	**57.719**	**137.274**	**57.754**
Lucro abrangente total atribuído a					
Participação dos acionistas da controladora		137.274	57.719	137.274	57.719
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	35
Resultado abrangente do exercício		**137.274**	**57.719**	**137.274**	**57.754**

Demonstrações do Resultado	Nota explicativa	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Receita	21	701.239	489.808	956.519	677.133
Custo dos serviços prestados	22	(450.441)	(343.683)	(600.866)	(448.979)
Lucro bruto		**250.798**	**146.125**	**355.653**	**228.154**
Receitas (despesas) operacionais		**(68.216)**	**(72.380)**	**(147.409)**	**(136.455)**
Comerciais	22	(11.412)	(11.146)	(65.093)	(44.802)
Gerais e administrativas	22	(56.062)	(57.024)	(81.161)	(81.197)
Despesas com pesquisa e inovação tecnológica	22	(2.428)	(5.626)	(3.462)	(12.093)
Reversão de perdas / (Perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato	22	698	(767)	(196)	(1.091)
Outras receitas operacionais, líquidas	23	988	2.183	2.503	2.728
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**182.582**	**73.745**	**208.244**	**91.699**
Receitas financeiras	24	43.803	23.435	47.808	23.944
Despesas financeiras	24	(64.411)	(27.665)	(63.261)	(29.855)
Resultado financeiro	24	**(20.608)**	**(4.230)**	**(15.453)**	**(5.911)**
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	11	22.990	13.413	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da CS		**184.964**	**82.928**	**192.791**	**85.788**
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	25	(58.380)	(32.678)	(66.912)	(39.457)
Diferidos	25	1.070	6.284	1.775	10.238
Lucro líquido do exercício		**127.654**	**56.534**	**127.654**	**56.569**
Resultado atribuível aos					
Acionistas controladores		127.654	56.534	127.654	56.534
Acionistas não controladores		-	-	-	35
Lucro líquido do exercício		**127.654**	**56.534**	**127.654**	**56.569**
Resultado por ação					
Lucro por ação - básico (em R$)	26	-	-	72,51	31,49
Lucro por ação - diluído (em R$)	26	-	-	71,53	31,49

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**127.654**	**56.534**	**127.654**	**56.569**
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(50.031)	26.762	(26.682)	34.788
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais	**77.623**	**83.296**	**100.972**	**91.357**
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(22.930)	(8.811)	(21.391)	(16.551)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	276	(62.950)	5.409	(69.666)
Aumento líquida de caixa e equivalentes de caixa	54.969	11.535	84.990	5.140
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	63.821	52.286	79.500	77.079
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	-	-	(1.663)	(1.464)
Redução de caixa por efeito de cisão	-	-	-	(1.255)
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	**118.790**	**63.821**	**162.827**	**79.500**

Demonstrações do Valor Adicionado	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Receitas	**703.552**	**491.783**	**960.641**	**680.487**
Insumos adquiridos de terceiros	37.185	53.115	85.643	99.086
Custos dos serviços vendidos	19.134	27.908	38.253	49.717
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	18.051	25.207	47.390	49.369
Valor adicionado bruto	**666.367**	**438.668**	**874.998**	**581.401**
Retenções	22.569	20.942	29.882	25.577
Valor adicionado líquido produzido	**643.798**	**417.726**	**845.116**	**555.824**
Valor adicionado recebido em transferência	66.793	36.848	47.808	23.944
Valor adicionado total a distribuir	**710.591**	**454.574**	**892.924**	**579.768**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	436.480	325.235	610.430	442.008
Impostos, taxas e contribuições	79.063	43.132	86.910	47.171
Remuneração de capitais de terceiros	67.394	29.673	67.930	34.020
Remuneração de capitais próprios	52.503	41.281	52.503	41.281
Lucro líquido do período retido	75.151	15.253	75.151	15.288
Valor adicionado distribuído	**710.591**	**454.574**	**892.924**	**579.768**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Nota explicativa	Capital Social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva legal (Reserva de lucros)	Reserva de retenção de lucros (Reserva de lucros)	Reserva de resgate de ações (Reserva de lucros)	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total (Atribuível aos controladores)	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2019, como previamente divulgado		**30.098**	**(1.320)**	**(390)**	**6.020**	**32.943**	**48.520**	**-**	**3.869**	**119.740**	**3.038**	**122.778**
Impacto da retificação de erros imateriais	7	-	5.251	390	-	(6.084)	-	-	(1.254)	(1.697)	(511)	(2.208)
Saldos em 1º de janeiro de 2019		**30.098**	**3.931**	**-**	**6.020**	**26.859**	**48.520**	**-**	**2.615**	**118.043**	**2.527**	**120.570**
Aumento de capital por reserva de resgate de ações	20.a	43.500	-	-	-	-	(43.500)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	56.534	-	56.534	35	56.569
Cisão do investimento Sensedia S.A.	20.a / 20.b	(4.630)	213	-	-	(567)	-	-	5	(4.979)	(2.562)	(7.541)
Dividendos adicionais referentes a 2018 aprovados na AGOE de 31.05.2019	20.d	-	-	-	-	(26.567)	-	-	-	(26.567)	-	(26.567)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	1.180	1.180	-	1.180
Opções de compra de ações	19.d	-	3.170	-	-	-	-	-	-	3.170	-	3.170
Cancelamento do plano de opções	19.c	-	(3.202)	-	-	(26.004)	-	-	-	(29.206)	-	(29.206)
Efeito tributário sobre cancelamento do plano de opções	25	-	-	-	-	6.244	-	-	-	6.244	-	6.244
Transferência da reserva de resgate de ações	20.c	-	-	-	-	5.020	(5.020)	-	-	-	-	-
Destinações propostas: Reserva legal	20.d	-	-	-	2.826	-	-	(2.826)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20.d	-	-	-	-	-	-	(14.714)	-	(14.714)	-	(14.714)
Constituição da reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	38.994	-	(38.994)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**68.968**	**4.112**	**-**	**8.846**	**23.979**	**-**	**-**	**3.800**	**109.705**	**-**	**109.705**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	127.654	-	127.654	-	127.654
Dividendos adicionais referentes a 2019, aprovados na AGOE de 30.07.2020	20.d	-	-	-	-	(16.263)	-	-	-	(16.263)	-	(16.263)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	9.620	9.620	-	9.620
Opções de compra de ações	19.d	-	2.652	-	-	-	-	-	-	2.652	-	2.652
Efeito tributário sobre a indenização do plano de opões	25	-	-	-	-	45	-	-	-	45	-	45
Juros sobre o capital próprio - JCP	20.d	-	-	-	-	-	-	(4.276)	-	(4.276)	-	(4.276)
Destinações propostas: Reserva legal	20.d	-	-	-	4.947	-	-	(4.947)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20.d	-	-	-	-	-	-	(30.677)	-	(30.677)	-	(30.677)
Constituição da reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	87.754	-	(87.754)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**68.968**	**6.764**	**-**	**13.793**	**95.515**	**-**	**-**	**13.420**	**198.460**	**-**	**198.460**

Notas explicativas às demonstrações financeiras: As demonstrações contábeis completas estão à disposição dos acionistas na sede da Administração da Sociedade. **1. Contexto Operacional:** As operações da CI&T Software S.A. são conduzidas pelas seguintes empresas: Controladora: CI&T Software S.A., controladas diretas: CI&T Inc., CI&T Japão Inc., CI&T IOT Comércio de Hardware e Software Ltda., CI&T Portugal Unipessoal LDA e CI&T Austrália PTY LTD e controladas indiretas: CI&T Argentina, CI&T UK Limited, CI&T Canadá e CI&T China Inc. A CI&T Software S.A. ("Companhia"), com sede na Rua Dr. Ricardo Benetton Martins, 1000, Pólis de Tecnologia, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, situada no Brasil, tem por atividade principal o desenvolvimento e elaboração de programa de software customizável através de consultorias na implementação de soluções digitais corporativas, incluindo tecnologias de Machine Learning, Inteligência Artificial (AI), Analytics, Cloud e Mobility. Parceira na transformação digital de grandes marcas, acelerando o impacto nos negócios por meio de soluções digitais completas e escaláveis. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB. , que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. As principais práticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 estão descritas por completas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, que se encontram disponíveis aos acionistas na sede da Sociedade.

Diretor-Presidente: **Cesar Nivaldo Gon** — Diretor de Operações: **Aminadab Pereira Nunes** — Diretor de Negócios: **Mauro da Silva Oliveira Filho**
Diretor Administrativo e Financeiro: **Stanley Rodrigues** — Contadora: **Ana Paula Fraga Siqueira da Conceição** – CRC 1SP179678/O-9

Instituto de Educação Consolata

CNPJ: 14.334.375/0001-00

Relatório da Administração

Prezados Senhores, A Diretoria do Instituto de Educação Consolata, apresenta a V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Empresa e respectivas Notas Explicativas, assim como o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em cumprimento às disposições legais, estatutárias. Permaneceremos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários. São Paulo, 26 de abril de 2021. À Diretoria.

Balanço Patrimonial

Ativo	2020	2019
Circulante	**477.323,85**	**340.671,47**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**398.929,31**	**278.459,64**
Caixa	3.633,30	1.350,39
Banco C/Movimento - Recursos com Restrição	115,56	115,56
Banco C/Movimento - Recursos sem Restrição	4.837,33	1.319,61
Aplicações Financeiras C/ Restrição	353.264,60	275.674,08
Aplicações Financeiras S/ Restrição	37.078,52	-
Créditos a Receber	**78.394,54**	**62.211,83**
Mensalidades de Terceiros	-	-
Adiantamentos Diversos	78.394,54	62.211,83
Não Circulante	8.622,38	13.832,00
Realizável a Longo Prazo	8.622,38	13.832,00
Imobilizado	**8.622,38**	**13.832,00**
Móveis e Utensílios	5.200,00	5.200,00
(-) Depreciação Acumulada	(5.200,00)	(5.200,00)
Bens Intangíveis com Restrição	97.546,68	94.728,50
(-) Amortização Acumulada	(88.924,30)	(80.896,50)
Total do Ativo	**485.946,23**	**354.503,47**

Passivo	2020	2019
Circulante	**166.294,42**	**153.676,85**
Fornecedores de bens e serviços	1.382,90	-
Obrigações com Empregados	**164.233,50**	**143.416,96**
Obrigações Trabalhistas	39.654,00	-
Encargos Sociais	9.776,99	36.124,99
Provisões	114.802,51	107.291,97
Obrigações Tributarias	24,88	76,44
Outras Obrigações	653,14	10.183,45
Não Circulante	-	-
Outras Obrigações	-	-
Patrimônio Social	**319.651,81**	**200.826,62**
Superávit ou Déficit Acumulado	200.826,62	138.432,07
Superávit ou Déficit do Exercicio	118.825,19	62.394,55
Total do Passivo	**485.946,23**	**354.503,47**

Demonstração do Resultado

	2020	2019
Receitas Operacionais	**1.058.531,35**	**1.437.993,11**
Com Restrição	**1.002.285,35**	**1.420.780,79**
Contribuições	-	-
Outros Programas (Atividades)	1.002.285,35	1.420.780,79
Outras Receitas	-	-
Sem Restrição	**56.246,00**	**17.212,32**
Contribuições e Doações Voluntárias	56.246,00	17.212,32
Custos e Despesas Operacionais	**(837.106,16)**	**(1.129.140,09)**
Com Programas (Atividades)		
Educação	**(837.106,16)**	**(1.129.140,09)**
Salários		
Salários C/ Restrição	(837.106,16)	(1.129.140,09)
Resultado Bruto	**221.425,19**	**308.853,02**
Despesas Operacionais	**(100.171,67)**	**(243.319,61)**
Serviços Profisionais	(19.313,70)	(16.960,45)
Administrativas	(57.112,25)	(59.831,10)
Impostos e Taxas	(679,36)	(1.980,44)
Depreciação e Amortização	(8.455,80)	(15.255,96)
Manutenção com Restrição	(14.610,56)	(149.291,66)
Resultado Financeiro	**(2.428,33)**	**(3.138,86)**
Receitas Financeiras	98,04	33,01
Despesas Financeiras	(2.526,37)	(3.171,87)
Superávit/Déficit do Período	**118.825,19**	**62.394,55**

Demonstração do Resultado Abrangente

Descrição	2020	2019
Resultado Liquido do Exercicio	**118.825,19**	**62.394,55**
Outros Componentes do Resultado Abrangente		
. Variação do Valor Justo do Ativo Financeiro Disponível para Venda		
. Efeitos Tributários sobre Outros Componentes do Resultado Abrangente		
Total		
Resultado Abrangente do Exercicio	**118.825,19**	**62.394,55**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2019 e 2020

	Patrimônio Social	Superávit/ Déficit	Total Patrimônio Líquido
Saldos Finais em 31.12.2018	**-**	**138.432,07**	**138.432,07**
Movimentação do Período			
Superávit/Déficit do Período	-	62.394,55	62.394,55
Ajustes 1			
Saldos Finais em 31.12.2019	**-**	**200.826,62**	**200.826,62**
Movimentação do Período			
Superávit/Déficit do Período	-	118.825,19	118.825,19
Ajustes 1	-	-	-
Saldos Finais em 31.12.2020	**-**	**319.651,81**	**319.651,81**

DFC - Demonstrativo de Fluxo de Caixa em 31 de Dezembro de 2019 e 2020

1. Método Indireto	**2020**	**2019**
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit (Déficit) do Período	118.825,19	62.394,55
Ajustes por:		
(+) Depreciação/Amortização	8.027,80	15.255,96
Superávit (Déficit) Ajustado	**126.852,99**	**77.650,51**
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes		
Adiantamentos a Empregados	(16.182,71)	(449,10)
Outros Valores a Receber	-	1.039,84
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes		
Fornecedores de bens e serviços	1.382,90	-
Obrigações com Empregados	39.654,00	-
Obrigações Tributárias	(26.348,00)	6.750,36
Provisão de férias e encargos	7.510,54	8.430,69
Recursos de Convênios em Execução	-	-
Outras Obrigações a Pagar	(9.581,87)	7.902,88
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	**123.287,85**	**101.325,18**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	(2.818,18)	(5.173,03)
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	**(2.818,18)**	**(5.173,03)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimentos de Empréstimos		
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento		
(=) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**120.469,67**	**96.152,15**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	278.459,64	182.307,49
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	398.929,31	278.459,64
	120.469,67	**96.152,15**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - em Reais.

1. Contexto Social: O Instituto de Educação Consolata, fundado em 05 de Julho de 2.011, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma associação civil e sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminada. **O Instituto é constituído conforme segue: Instituto de Educação Consolata - Creche Padre Bernardo Gora** - CNPJ: 14.334.375/0001-00, sediada à Rua Galeão São Vicente nº 19, CEP: 02.651-100 - Jardim Perí - São Paulo/SP. **O Instituto**, com personalidade e patrimônio distintos dos de seus associados, reger-se-á pelo seu Estatuto Social, seu regimento interno e regulamentos específicos. Conforme rege seu Estatuto Social, **O Instituto** possui como suas principais finalidades: **a)** Manter e Educação Básica, formada pela Educação Infantil - Creche e Pré-Escola, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, incluindo a educação Profissional; **b)** Prestar atendimento sócio assistencial às crianças e adolescentes, pelo serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; **c)** Oferecer espaço para lazer sadio, oficinas criativas em vista da socialização e desenvolvimento dos dons, habilidades e integração social. **d)** Desenvolver projetos educativos, culturais e sociais, na construção de uma comunidade participativa, solidária e comprometida com a cidadania; **e)** Proporcionar a Educação Superior, estimulando a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; **f)** Promover ações que assegurem o uso ecologicamente sustentável do meio ambiente; **g)** Educar as crianças, adolescentes e jovens com programação integrada do lazer, esporte, convivência e fortalecimento do vínculo familiar e comunitário; **h)** Promover o serviço da Pastoral de Proteção Social dentro das diretrizes da Igreja Católica; **i)** Possibilitar cursos à distância, utilizando a tecnologia como favorecimento ao acesso à educação; **j)** Promover a inclusão social, utilizando as tecnologias da informação - 'Informática', como instrumento de inclusão e exercício da cidadania; **k)** Promover e atender preponderantemente na área da Educação Infantil, dado como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, espiritual, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade, sendo que a avaliação da criança far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, com o objetivo de promoção humana, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, atendendo às Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, CFC nº 1.376/2011, que altera a NBC TG 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a CFC nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 - Adoção Inicial da Lei 11.638/2007 e da Lei 11.941/2009 que alteraram artigos da Lei 6.404/76, e especialmente a Resolução CFC nº.1.409/2012, que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) no qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas das "Entidades sem finalidade de lucros". **3. Principais Práticas Contábeis:** As Diretrizes Contábeis adotadas para contabilização das operações e elaborações das Demonstrações Financeiras e Contábeis, entre outras, foram as seguintes: **a) Caixas e equivalente de caixa:** Conforme determina as normas de contabilidade, apresentação das demonstrações contábeis, os valores contabilizados neste sub-grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de curto prazo e que não estão sujeito a risco de mudança de valor. Os valores representados pelas aplicações financeiras estão registrados ao custo original acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações. As aplicações financeiras (fundos de curto prazo) estão apresentadas pelos valores aplicados, acrescidos dos rendimentos financeiros auferidos até a data do balanço; **Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes** O Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, estão demonstrados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, rendimentos proporcionais ou correções auferidas até a data do encerramento do Balanço; **b) Imobilizado:** c) Apresentados ao custo de aquisição ou construção, reduzido da depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear, com base no tempo estimado de vida útil dos bens, tempo este considerado pela empresa e não com base nas taxas determinadas para fins de Imposto de Renda. **d) Passivo Circulante:** Demonstrado pelos valores conhecidos e calculáveis até a data de encerramento do balanço; **e) Apuração do Superávit / Déficit do Exercício:** Para a apuração do superávit / déficit, as receitas e as despesas foram registradas e apropriadas utilizando-se o regime de competência de exercícios, conforme os princípios de contabilidade.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2020	2019
Caixas	3.633,30	1.350,39
Bancos conta movimento	4.952,89	1.435,17
Aplicações financeiras	390.343,12	275.674,08
	398.929,31	**278.459,64**

a) O Instituto mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestidos em atividades ligadas ao seu objeto social. **b)** As aplicações financeiras estão classificadas como caixa e equivalentes de caixa, por possuir liquidez imediata e pelo fato da administração efetuar resgates rotineiros em conformidade com a necessidade de caixa. **c)** Os rendimentos financeiros referentes essas aplicações são reconhecidos mensalmente.

5. Outros Créditos e Valores

	2020	2019
Adiantamentos	78.394,54	62.211,83
	78.394,54	**62.211,83**

Os outros créditos e valores estão assim demonstrados:
a) Adiantamentos: composto por adiantamentos a funcionários.

6. Composição do Imobilizado

Descrição	**Depreciação**	**2020**	**2019**
Móveis/Utensílios e Instalações	10 %	5.200,00	5.200,00
Depreciação acumulada		**(5.200,00)**	**(5.200,00)**
Total		**0,00**	**0,00**

O imobilizado está demonstrado pelo valor do custo de aquisição; **a)** A depreciação é calculada linearmente, com base na estimativa de vida útil dos bens, às taxas anuais de 4% para imóveis e 10% para os demais bens;

7. Intangível

Descrição	**2020**	**2019**
Bens Prefeitura	97.546,68	94.728,50
Amortização acumulada	**(88.924,30)**	**(80.896,50)**
Total	**8.622,38**	**13.382,00**

8. Outras Obrigações

Descrição	**2020**	**2019**
Obrigações fiscais/trabalhistas **(a)**	49.455,87	36.201,43
Provisão de férias e encargos **(b)**	114.802,51	107.291,97
Outras obrigações **(c)**	2.036,04	10.259,89
Total	**166.294,42**	**153.676,85**

Composto por outras obrigações (passivo circulante) calculadas e registradas até a data do balanço, conforme apresentado: **a) Obrigações fiscais:** composto por encargos sociais decorrentes da folha de pagamento, impostos retidos de terceiros, apurados até a data do balanço; **b) Provisão de férias e encargos:** refere-se a valores de férias dos colaboradores adquiridas proporcionalmente até a data do balanço, acrescidas dos encargos sociais pertinentes (PIS, FGTS e INSS); **c) Outras obrigações:** Outras contas e tributos a pagar. **9. Patrimônio Líquido Social:** O Patrimônio Líquido Social da entidade é constituído por: **a)** Superávits/Déficits acumulados reconhecidos ao longo da existência da entidade. **b)** Rendimentos produzidos por todos os seus bens e direitos, de acordo com sua finalidade estatutária. Os valores estão demonstrados conforme segue:

Patrimônio Social	**2020**	**2019**
Superávits/Déficits Acumulados	200.826,62	138.432,07
Superávit/Déficit de exercícios	118.825,19	62.394,55
Ajustes patrimoniais	0,00	0,00
Total	**319.651,81**	**200.826,62**

10. Outras Informações: a) Origem e aplicação dos recursos: Os recursos gerados pela Entidade tiveram origem de suas atividades associativas, estando comprometidos em sua totalidade com a Associação. A entidade em 12 de novembro de 2014 firmou convenio com a Prefeitura do Município de São Paulo com a proposta de custear o atendimento às crianças por meio de Centro de Educação Infantil/Creche, conforme termo de Convênio 341/SME/2014-RP assinado por ambas as partes. A entidade em 28 de dezembro de 2017 firmou com a Prefeitura do Município de São Paulo o Termo de Colaboração nº 919/DRE FB/2017 - RPP - Processo SEI Nº 6016.2017/0056004-6 DOTAÇÃO: 16.00.16.13.12.365.3010.2.828.3.3.50.39.00.00 para se adequar à Portaria nº 4548/17.

Aquiléo Fiorentini - Presidente - RG 8.134.813-7 - SSP/SP — **Luiz Andriolo** - Tesoureiro - RG 2.128.153-0 - SSP/PR — **Nelson Luiz da Silva** - Contador - TC CRC : 1SP081578/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos associados do Instituto de Educação Consolata. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto de Educação Consolata. que compreendem o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Educação Consolata. Em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto de Educação Consolata. De acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do Auditor:** A administração do Instituto de Educação Consolata. é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em nossa conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente, com as demonstrações contábeis ou com nossos conhecimentos, obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório de Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as praticas contábeis adotadas pelo Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto de Educação Consolata. Continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto de Educação Consolata. Ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Instituto de Educação Consolata são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstancias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto de Educação Consolata. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto de Educação Consolata. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras pode levar o Instituto de Educação Consolata a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo (SP), 23 de abril de 2021. **Luiz Carlos Sales** - CRC - 1SP 048.626/0-4 - Responsável Técnico.

Bluequest Resources do Brasil Importação e Exportação Ltda.

C.N.P.J.: 14.392.535/0001-60

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Balanço patrimonial	2020	2019
Ativo/Circulante	**346.938**	**310.922**
Caixa e equivalentes de caixa	55.172	24.910
Contas a receber	185.438	131.023
Instrumentos financeiros derivativos	15.812	7.455
Adiantamentos	327	240
Estoques	59.310	102.801
Impostos a recuperar	29.039	43.743
Outros ativos	1.840	750
Não Circulante	**939**	**835**
Realizável a longo prazo:	**10.141**	**22.952**
Impostos diferidos	10.050	22.863
Outros ativos	91	89
Imobilizado	705	697
Intangível	234	138
Total do Ativo	**358.018**	**334.709**

Balanço patrimonial	2020	2019
Passivo/Circulante	**326.136**	**299.699**
Fornecedores e outras contas a pagar	145.876	165.438
Obrigações trabalhistas	343	399
Empréstimos e financiamentos	166.599	128.468
Instrumentos financeiros derivativos	11.586	5.189
Provisões	866	164
Impostos a recolher	81	37
Outros passivos	785	4
Não Circulante	**11.854**	**19.341**
Impostos Diferidos	11.805	19.292
Provisões para demandas judiciais	49	49
Patrimônio Líquido	**20.028**	**15.669**
Capital Social	18.579	18.579
Reserva de lucros	1.449	–
Prejuízos acumulados	–	(2.910)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**358.018**	**334.709**

Demonstrações dos resultados abrangentes	2020	2019
Lucro (Prejuízo) do Período	**4.359**	**1.795**
Resultado Abrangente Total	**4.359**	**1.795**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital Social	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2019	**18.579**	**–**	**(2.910)**	**15.669**
Lucro do Período	–	4.359	–	**4.359**
Transferência reserva de lucros	–	(2.910)	2.910	–
Saldo em 31/12/2020	**18.579**	**1.449**	**–**	**20.028**

Demonstrações dos resultados	2020	2019
Receitas líquidas	**1.309.675**	**1.136.620**
Custos	(1.230.200)	(1.103.725)
Lucro Bruto	**79.475**	**32.895**
Despesas operacionais	**(32.693)**	**(19.454)**
Despesas de vendas	(24.426)	(23.860)
Despesas gerais e administrativas	(7.090)	(6.155)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.177)	10.561
Resultado operacional	**46.782**	**13.441**
Resultado financeiro líquido	**(34.727)**	**(15.210)**
Receitas financeiras	14.491	15.897
Despesas financeiras	(20.841)	(22.852)
Variações cambiais, líquidas	(22.378)	(4.532)
Ganhos (perdas) com instrumentos derivativos	(5.999)	(3.723)
Resultado antes dos impostos	**12.055**	**(1.769)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(7.696)	3.564
Lucro (Prejuízo) do período	**4.359**	**1.795**

Diretoria
Eduardo Felfeli Ajudarte - Sócio/Diretor

Contador
José Ribamar do Nascimento - CRC 1SP118.814/O-6

Demonstrações dos fluxos de caixa	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do período	4.359	1.795
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social	7.696	(3.564)
Variação cambial empréstimos e financiamentos	15.685	3.886
Variação cambial partes relacionadas	1.167	163
Juros e encargos empréstimos e financiamentos	11.876	11.892
Juros e encargos partes relacionadas	328	322
Depreciação e amortização	123	82
Resultado na alienação de imobilizado/intangível	3	(50)
Ajuste a valor de mercado estoques	(4.604)	(2.049)
Ajuste a valor justo de contas a receber	2.896	3.240
Ajuste a valor justo de fornecedores	(523)	179
Ganhos/perdas instrumentos financeiros derivativos	5.999	3.723
Recuperação de impostos	–	(11.583)
Provisões	640	(516)
	45.645	**7.520**
Variações nas contas de ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(38.547)	24.927
Estoques	47.192	(13.464)
Adiantamentos	(87)	(130)
Impostos a recuperar	9.735	(8.361)
Outros ativos	(840)	9
Fornecedores	60.630	83.202
Impostos a recolher	42	(18)
Outros passivos	1.320	47
	125.090	**93.732**
Juros e encargos pagos empréstimos e financiamentos	(12.529)	(12.106)
Imposto de renda e contribuição social pagos	2.602	468
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	(7.962)	5.618
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**107.201**	**87.712**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(209)	(506)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**(209)**	**(506)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação empréstimos e financiamentos	181.050	178.904
Amortização empréstimos e financiamentos	(257.780)	(254.905)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**(76.730)**	**(76.001)**
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**30.262**	**11.205**
Caixa e equivalentes de caixa:		
No início do período	24.910	13.705
No fim do período	**55.172**	**24.910**
Aumento(diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	**30.262**	**11.205**

"As Demonstrações Financeiras completas bem como o Relatório da Administração acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição dos Sócios na sede da Sociedade".

RINO PUBLICIDADE S.A.

CNPJ nº 60.883.261/0001-29

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. o resultado de nossas operações no decorrer do período iniciado em 01/01/2020 e encerrado em 31/12/2020, conforme balanço patrimonial, demonstrações de resultado do exercício, de fluxo de caixa, de mutações do patrimônio líquido e notas explicativas às demonstrações financeiras. São Paulo, 15 de janeiro de 2021 - **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial - ATIVO	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE	**8.280.810,22**	**14.972.097,82**
Caixa e equivalentes de caixa	4.758.432,24	1.499.938,32
Clientes	2.179.610,76	9.591.064,99
Despesas antecipadas	5.701,13	14.975,62
Créditos diversos	981.965,94	2.763.373,14
Impostos a recuperar	355.100,15	1.102.745,75
NÃO CIRCULANTE	**843.544,12**	**895.817,00**
Realizável a longo prazo	576.822,32	576.822,32
Investimentos	40.721,38	51.308,25
Imobilizado	94.320,90	127.193,42
Intangível	131.679,52	140.493,01
TOTAL DO ATIVO	**9.124.354,34**	**15.867.914,82**

Balanço Patrimonial - PASSIVO	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE	**5.430.201,73**	**11.395.373,61**
Fornecedores	4.255.112,05	8.737.107,58
Salários e encargos a pagar	51.248,85	51.212,12
Tributos a recolher	63.301,48	661.266,47
Outras obrigações	316.691,75	1.201.939,84
Lucros a pagar	743.847,60	743.847,60
NÃO CIRCULANTE	**103.882,15**	**103.882,15**
Tributos com exigibilidade suspensa	103.882,15	103.882,15
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**3.590.270,46**	**4.368.659,06**
Capital social	1.800.000,00	1.800.000,00
Reservas de capital	38.836,75	38.836,75
Reservas de lucros	1.751.433,71	2.529.822,31
TOTAL DO PASSIVO	**9.124.354,34**	**15.867.914,82**

Demonstração do Resultado do Exercício	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta de vendas	**6.719.887,58**	**8.951.909,85**
(-) impostos sobre vendas	(854.653,47)	(1.233.681,10)
Lucro bruto	**5.865.234,11**	**7.718.228,75**
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(5.446.328,86)	(5.111.220,29)
Com vendas	(1.387.172,95)	(1.643.072,24)
Outras receitas e despesas	27.945,23	499.225,87
Prejuízo/Lucro antes resultado financeiro	**(940.322,47)**	**1.463.162,09**
Resultado financeiro	**161.933,67**	**37.624,69**
Receitas financeiras	176.544,93	62.237,33
Despesas financeiras	(14.611,26)	(24.612,64)
Prejuízo / Lucro antes do irpj e da csll	**(778.388,80)**	**1.500.786,78**
Imposto de renda e contribuição social	-	(254.233,89)
Prejuízo / Lucro líquido do período	**(778.388,80)**	**1.246.552,89**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Total
31/12/2018	**1.800.000,00**	**38.836,75**	**1.283.269,42**	**3.122.106,17**
Lucro Líquido	-	-	1.246.552,89	1.246.552,89
31/12/2019	**1.800.000,00**	**38.836,75**	**2.529.822,31**	**4.368.659,06**
Prejuízo líquido	-	-	(778.388,80)	(778.388,80)
31/12/2020	**1.800.000,00**	**38.836,75**	**1.751.433,51**	**3.590.270,26**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Nota A - Objeto Social: A companhia exerce objetivo de agência de publicidade. **Nota B - Capital Social:** O capital social em 31/12/2020 e 31/12/2019 está dividido em 80.000 ações nominativas, sendo 40.000 ordinárias e 40.000 preferenciais, sem valor nominal. **Nota C - Sumário das Principais Práticas Contábeis** - 1 - As demonstrações financeiras estão elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos das Leis 6.404/76 e 11.638/07; e da legislação tributária. 2 - A contabilização das receitas e despesas foi efetuada pelo regime de competência.
São Paulo, 15 de janeiro de 2021

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa atividades operacionais		
Lucro / prejuízo líquido do exercício	(778.388,60)	1.246.552,89
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	7.411.454,23	(8.832.091,47)
Outros ativos e passivos	(117.741,13)	974.622,37
Fornecedores	(4.481.995,53)	7.833.074,70
Obrigações trabalhistas e tributárias	(597.928,26)	598.048,36
Caixa proveniente/utilizado operações	**1.435.400,71**	**1.820.206,85**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Venda de bens do ativo imobilizado	32.872,52	(21.393,85)
Investimentos efetuados no ativo intangível	8.813,49	(113.729,31)
Caixa utilizado atividades de investimentos	**41.686,01**	**(135.123,16)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos efetuados a empresas ligadas	1.781.407,20	(433.946,29)
Caixa proveniente/utilizado atividade financiamento	**1.781.407,20**	**(433.946,29)**
Aumento/Redução líquido de caixa e equivalentes	3.258.493,92	1.251.137,40
Caixa e equivalentes no início do exercício	1.499.938,32	248.800,92
Caixa e equivalentes no final do exercício	4.758.432,24	1.499.938,32

Rino Ferrari Filho - Administrador — **Carlos Alberto Dias** - Contabilista - CRC - 1SP 122757/O-4

EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL - VERSÃO RESUMIDA PARA PUBLICAÇÃO. Art. 887, § 3º/CPC

EDITAL DE PRAÇA JUDICIAL ONLINE. Dora Plat - Leiloeira Oficial - JUCESP 744. 1ª VARA FAMÍLIA E SUCESSÕES DO FORO DA COMARCA DE SOROCABA. Processo: nº 0026657-89.2018.8.26.0602. Executados: requerido(s) CLÁUDIO MÁRCIO DOS SANTOS SOROCABA - ME, CLÁUDIO MÁRCIO DOS SANTOS. DIREITOS DO FIDUCIANTE - Um veículo CHEVROLET/MONTANA LS, ano/modelo 2013/2013, placa FJD5539, Chassi 9BGCA80X0DB272017, cor branca, Renavam 00532080505. Rua Júlio Ribeiro, nº803, Sorocaba/SP – Lance mínimo no 1º leilão: R$ 26.960,10 - Lance mínimo no 2º leilão: R$ 16.176,06 (60% do valor de avaliação) (sujeitos à atualização). **DATAS DOS LEILÕES - 1º Leilão começa em 18/06/2021 às 13h10min, e termina em 22/06/2021 às 13h10min; 2º Leilão começa em 22/06/2021 às 13h11min, e termina em 12/07/2021 às 13h10min**. Fica(m) o(s) requerido(s) CLÁUDIO MÁRCIO DOS SANTOS SOROCABA - ME, CLÁUDIO MÁRCIO DOS SANTOS, bem como seu(s) cônjuge(s), se casado(a)(s) for(em), bem como o(a)(s) credor(es)(as) DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN - SP, credor(a)(es)(as) fiduciário(s)(as) AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A, BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A e demais interessados, INTIMADOS das designações supra, caso não seja(m) localizado(a)(s) para a intimação pessoal, bem como da Penhora realizada em 12/07/2019.

PARA MAIS INFORMAÇÕES: 3003-0677 | WWW.**ZUKERMAN**.COM.BR — ZUKERMAN

CÁSSIA NEGRETE NUNES BALBINO, Leiloeira Pública Oficial, JUCESP Nº 1.151, CPF Nº 308.078.218-61, leiloeira oficial da gestora **GLOBO LEILÕES**, Plataforma de Leilão on-line, CNPJ:37.750.249/0001-24, com endereço na Av. Paulista, n° 1079 - 7º e 8º Andar - Bela Vista, São Paulo - SP, 01311-200, faz saber, pelo presente Edital, que, devidamente autorizados pelos comitentes, levarão a PÚBLICO LEILÃO de modo eletrônico (*On-line*), por meio do site: www.globoleiloes.com.br, o bem imóvel, **Matrícula nº 11.821 – 18º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo,** avaliado em **R$ 700.000,00 (setecentos mil reais)**. O Único Leilão terá início em **20 de maio de 2021, às 16:00 horas**, e se encerrará no dia **22 de junho de 2021, às 16:00 horas**. Deverá ser considerado o horário oficial de Brasília -DF. Será levado à leilão pelo valor de **R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). Ressalte-se que os lances abaixo do valor de avaliação estão condicionados a aceitação dos comitentes vendedores, estes, podendo responder até o encerramento do leilão.** Para que todos eventuais interessados possam ter acesso a este leilão, é publicado o presente edital, cuja íntegra pode ser consultada no site: www.globoleiloes.com.br. **Leiloeiro Oficial: CÁSSIA NEGRETE NUNES BALBINO, JUCESP n ° 1.151.**

MNLT Soluções de Pagamento S.A. | CNPJ/MF nº 12.592.831/0001-89

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Valores expressos em milhares de reais)*

Balanços patrimoniais - Ativo	2020	2019
Ativo circulante	**2.077.314**	**2.296.331**
Caixa e equivalentes de caixa	46.433	4.862
Aplicações financeiras	2.028.059	2.273.322
Contas a receber	462	-
Tributos a recuperar	2.226	17.592
Outros créditos	134	555
Ativo não circulante	**58.238**	**80.689**
Contas a receber de partes relacionadas	1.016	1.238
Outros créditos	128	122
Imposto de renda e contribuição social diferidos	56.732	78.069
Imobilizado, líquido	362	1.137
Intangível, líquido	-	123
Total do ativo	**2.135.552**	**2.377.020**
Passivo e Patrimônio Líquido		
Passivo circulante	**40.840**	**98.043**
Fornecedores	243	58
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	2.841	1.864
Dividendos a pagar	33.746	77.752
Obrigações tributárias	4.010	18.233
Outras contas a pagar	-	136
Passivo não circulante	**2.063**	**817**
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	891	-
Contas a pagar a partes relacionadas	99	-
Provisão para contingências	1.073	817
Patrimônio líquido	**2.092.649**	**2.278.160**
Capital social	2.024.653	2.024.653
Reserva de capital	5.122	3.884
Reserva de lucros	62.874	249.623
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.135.552**	**2.377.020**

Demonstrações dos resultados	2020	2019
Receita de vendas, líquida	-	1.528
Custo dos serviços prestados	(3.702)	(1.048)
Lucro bruto	**(3.702)**	**480**
Despesas gerais e administrativas	(13.636)	(6.523)
Despesas com vendas	(165)	(378)
Outras receitas (despesas) operacionais	(5.636)	1.210
Prejuízo operacional	**(23.139)**	**(5.211)**
Receitas financeiras	311.756	498.284
Despesas financeiras	(333)	(1.055)
Resultado financeiro, líquido	311.423	497.229
Lucro antes do IR e CS	**288.284**	**492.018**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(75.134)	(110.623)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(21.337)	(54.020)
Lucro líquido do exercício	**191.813**	**327.375**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal (Reserva de lucros)	Reserva de lucros para expansão (Reserva de lucros)	Outros resultados abrangentes	Lucros / (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**2.251.987**	**3.831**	**-**	**-**	**(42)**	**(235.834)**	**2.019.942**
Aumento de capital	8.500	-	-	-	-	-	8.500
Pagamento baseado em ações	-	53	-	-	-	-	53
Redução de capital por absorção de prejuízos acumulados	(235.834)					235.834	-
Contas a receber de emissores de cartões a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	42	-	42
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	327.375	327.375
Destinações do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	-	-	16.369	-	-	(16.369)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(77.752)	(77.752)
Constituição de reserva para investimento	-	-	-	233.254	-	(233.254)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**2.024.653**	**3.884**	**16.369**	**233.254**	**-**	**-**	**2.278.160**
Pagamento baseado em ações	-	1.238	-	-	-	-	1.238
Distribuição de dividendos adicionais de 2019	-	-	-	(233.254)	-	-	(233.254)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	191.813	191.813
Destinações do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	-	-	9.591	-	-	(9.591)	-
Distribuição de dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(145.308)	(145.308)
Constituição de reserva para investimento	-	-	-	36.914	-	(36.914)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.024.653**	**5.122**	**25.960**	**36.914**	**-**	**-**	**2.092.649**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes	2020	2019
Lucro líquido do exercício	**191.813**	**327.375**
Itens que serão reclassificados para o resultado	**-**	**42**
Variação no contas a receber de credenciadores a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	64
Efeito tributário sobre item acima	-	(22)
Total do resultado abrangente do exercício	**191.813**	**327.417**

Demonstrações do Fluxo de Caixa	2020	2019
Lucro líquido do exercício	191.813	327.375
Ajustes ao lucro líquido:	**(305.623)**	**(467.462)**
Depreciação e amortização	939	1.385
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.337	54.020
Receitas financeiras, líquidas	(329.414)	(521.628)
Provisão para contingências	277	305
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(1.597)
Pagamento baseado em ações	1.238	53
Variações nos ativos e passivos	**3.313**	**(5.804)**
Contas a receber	(462)	10.463
Tributos a recuperar	5.965	(130.000)
Outros créditos	415	36
Contas a receber de partes relacionadas	222	4.214
Contas a pagar a estabelecimentos	-	(6.795)
Valores a repassar às bandeiras	-	(281)
Fornecedores	185	(375)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.868	1.864
Obrigações tributárias	65.272	244.699
Outras contas a pagar	(136)	(1.963)
Provisão para contingências	(21)	(203)
Contas a pagar a partes relacionadas	99	(28.276)
Juros pagos, líquidos	-	(191)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(70.094)	(98.996)
Caixa líquido das atividades operacionais	**(110.497)**	**(145.891)**
Aplicações financeiras	568.405	136.936
Aquisição de imobilizado	(41)	(1.492)
Caixa líquido das atividades de investimento	**568.364**	**135.444**
Pagamento de principal sobre empréstimos	-	(357)
Pagamento de leasings	-	(1.037)
Aumento de capital	-	8.500
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(422.568)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(422.568)**	**7.106**
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	6.272	1.082
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**41.571**	**(2.259)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4.862	7.121
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	46.433	4.862
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**41.571**	**(2.259)**

A Diretoria — **Contador: Carlos Eduardo Mansuelli Fornereto** - CRC 1SP 266.728/O-8

O Relatório da Administração, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes encontram-se à disposição na sede da Companhia

Pagar.me Pagamentos S.A. | CNPJ/MF nº 18.727.053/0001-74

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Valores expressos em milhares de reais)*

Balanços patrimoniais - Ativo	2020	2019
Ativo circulante	**2.202.470**	**2.012.368**
Caixa e equivalentes de caixa	258.347	118.586
Aplicações financeiras	156.769	135.516
Contas a receber	304.120	489.922
Contas a receber de partes relacionadas	1.481.335	1.265.964
Tributos a recuperar	1.843	2.025
Outros créditos	56	355
Ativo não circulante	**21.682**	**28.303**
Contas a receber de partes relacionadas	384	483
Outros créditos	3.290	3.201
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.565	9.579
Imobilizado, líquido	1.660	3.217
Intangível, líquido	9.783	11.823
Total do ativo	**2.224.152**	**2.040.671**
Passivo e Patrimônio Líquido		
Passivo circulante	**2.191.202**	**2.032.078**
Contas a pagar a estabelecimentos	2.181.024	2.015.835
Fornecedores	1.158	10.437
Empréstimos e financiamentos	26	-
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	4.558	3.656
Obrigações tributárias	1.380	1.616
Adiantamento de clientes	468	534
Dividendos a pagar	2.588	-
Passivo não circulante	**11.226**	**1.220**
Contas a pagar a estabelecimentos	2.639	-
Contas a pagar a partes relacionadas	6.973	614
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.274	352
Provisão para contingências	340	254
Patrimônio líquido	**21.724**	**7.373**
Capital social	12.275	12.275
Reserva de capital	1.253	884
Reserva de lucros	15.129	6.821
Outros resultados abrangentes	(6.933)	(12.607)
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.224.152**	**2.040.671**

Demonstrações dos Resultados	2020	2019
Receita de vendas, líquida	78.454	50.243
Custo dos serviços prestados	(54.208)	(29.629)
Lucro bruto	**24.246**	**20.614**
Despesas gerais e administrativas	(6.920)	(8.830)
Despesas com vendas	(6.783)	(11.950)
Outras despesas operacionais	(10.196)	(677)
Lucro (prejuízo) operacional	**347**	**(843)**
Receitas financeiras	23.037	51.983
Despesas financeiras	(7.505)	(12.431)
Resultado financeiro, líquido	15.532	39.552
Lucro antes do IR e CS	**15.879**	**38.709**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.892)	(15.934)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(91)	4.846
Lucro líquido do exercício	**10.896**	**27.621**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal (Reserva de lucros)	Reserva de lucros para expansão (Reserva de lucros)	Distribuição de dividendos adicionais (Reserva de lucros)	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**1.000**	**426**	**200**	**-**	**34.779**	**(7.889)**	**-**	**28.516**
Reclassificação entre reservas de lucros	-	-	-	20.000	(20.000)	-	-	-
Aumento de capital	20.000	-	-	(20.000)	-	-	-	-
Cisão	(8.725)	-	-	-	-	-	-	(8.725)
Pagamento baseado em ações	-	458	-	-	-	-	-	458
Contas a receber de credenciadores a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(4.718)	-	(4.718)
Distribuição de dividendos adicionais de 2018	-	-	-	-	(14.779)	-	-	(14.779)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	27.621	27.621
Destinações do lucro líquido:								
Constituição da reserva legal	-	-	1.381	-	-	-	(1.381)	-
Distribuição de dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	(21.000)	(21.000)
Constituição de reserva de investimentos	-	-	-	5.240	-	-	(5.240)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**12.275**	**884**	**1.581**	**5.240**	**-**	**(12.607)**	**-**	**7.373**
Pagamento baseado em ações	-	369	-	-	-	-	-	369
Contas a receber de credenciadores a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	5.674	-	5.674
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	10.896	10.896
Destinações do lucro líquido:								
Constituição da reserva legal	-	-	545	-	-	-	(545)	-
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(2.588)	(2.588)
Constituição de reserva de investimentos	-	-	-	7.763	-	-	(7.763)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**12.275**	**1.253**	**2.126**	**13.003**	**-**	**(6.933)**	**-**	**21.724**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes	2020	2019
Lucro líquido do exercício	**10.896**	**27.621**
Itens que serão reclassificados para o resultado	**5.674**	**(4.718)**
Variação no contas a receber de credenciadores a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8.597	(7.149)
Efeito tributário sobre item acima	(2.923)	2.431
Total do resultado abrangente do exercício	**16.570**	**22.903**

Demonstrações do Fluxo de Caixa	2020	2019
Lucro líquido do exercício	10.896	27.621
Ajustes ao lucro líquido:	**(11.989)**	**(43.133)**
Depreciação e amortização	2.821	2.267
Imposto de renda e contribuição social diferidos	91	(4.846)
Receitas financeiras, líquidas	(22.674)	(40.504)
Provisão para contingências	151	(28)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(336)	(1.051)
Prejuízo na alienação de bens	7.589	571
Pagamento baseado em ações	369	458
Variações nos ativos e passivos	**146.176**	**297**
Contas a receber	188.991	(426.739)
Tributos a recuperar	(2.271)	14.110
Outros créditos	210	(3.086)
Contas a receber de partes relacionadas	(209.491)	(661.115)
Contas a pagar a estabelecimentos	167.828	1.102.519
Fornecedores	(9.323)	8.596
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.824	2.070
Obrigações tributárias	6.591	(5.162)
Adiantamento de clientes	(66)	(662)
Provisão para contingências	(65)	(55)
Contas a pagar a partes relacionadas	6.359	(17.594)
Juros pagos, líquidos	(37)	876
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.374)	(13.461)
Caixa líquido das atividades operacionais	**145.083**	**(15.215)**
Aplicações financeiras	1.465	184.206
Aquisição de imobilizado	(63)	(10.943)
Valor recebido pela venda de imobilizado	-	20
Aquisição de ativos intangíveis	(6.697)	(8.078)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(5.295)**	**165.205**
Dividendos pagos	-	(47.372)
Pagamento de leasings	(27)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(27)**	**(47.372)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**139.761**	**102.618**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	118.586	15.968
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	258.347	118.586
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**139.761**	**102.618**

O Relatório da Administração, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes encontram-se à disposição na sede da Companhia

A Diretoria — **Contador: Carlos Eduardo Mansuelli Fornereto** CRC 1SP 266.728/0-8

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2021 | 18:18:24 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 5AE8AFE7-7AA1-423E-B05A-82E1D9F06A3B

Família & Finanças

Por Sérgio Biagioni Junior

SAIBA COMO **otimizar a rescisão**

Caro(a) Leitor(a), imediatamente após recebermos a notícia do desligamento do trabalho, milhões de pensamentos e preocupações começam a passar por nossa cabeça, além, é claro, de como conseguiremos manter o sustento de nossa família com o dinheiro da rescisão.

Entre estes milhões de pensamentos, esqueça a possibilidade de se tornar day trader ou investir em bolsa de valores ou mesmo usar o dinheiro para abrir um negócio próprio; Não vá também se desfazer ou "queimar" a qualquer preço seus ativos, como por exemplo, seu carro.

Pise no freio!

A primeira atitude é deixar o valor da rescisão investido em uma aplicação segura, sem riscos e que esteja disponível para resgates imediatos e aos poucos.

Feito isto e tendo em vista que um novo emprego deve se tornar realidade somente entre seis meses a um ano depois da demissão, pegue seu extrato bancário e a fatura de seu cartão de crédito e verifique item por item, identificando o que pode ser reduzido ou mesmo cortado, inclusive a tarifa de manutenção de conta corrente.

Se você está utilizando o cheque especial, procure seu banco e veja as condições de parcelamento.

Neste momento, a melhor saída não é quitar a dívida, pois como você ficou sem renda mensal, ter dinheiro em caixa vai ser muito importante, então negocie e também procure reduzir todas as taxas de empréstimo que possui.

Uma atitude que pode ajudar a dividir responsabilidades é apresentar à família a atual situação financeira, explicar que nos próximos períodos de tempo será necessário reduzir gastos e consumo, com o objetivo de fazer o dinheiro durar mais, até que o novo emprego ou a nova forma de renda chegue.

Se você acompanha a coluna, sabe que sempre reafirmo a importância de se ter uma reserva financeira de segurança, suficiente para manter você e sua família, minimamente, entre seis à doze meses, justamente para situações imprevistas como o desemprego.

Se você ficou com alguma dúvida, me manda um e-mail que te explico.

Tire suas dúvidas: falandofacil123@gmail.com
Instagram: @academiafinanceira123

***Sérgio Biagioni Junior** trabalhou mais de 25 anos no mercado financeiro, é formado em Adm de Empresas, Pós Graduado em Banking, MBA em Controladoria e Custos. Cursa Pós Graduação na PUC-RS em Planejamento Financeiro e Finanças Comportamentais. Atualmente é Mentor e Planejador Financeiro especializado em Profissionais Liberais, Pessoas Físicas e Finanças Familiares.*

Dia das Mães deverá movimentar R$ 12,2 bi

MELHORA. O número divulgado pela CNC representa aumento de 47% em relação ao resultado de 2020: R$ 8,26 bilhões

NAIR BUENO/DIÁRIO DO LITORAL

» O segmento de vestuário, calçados e acessórios costuma, tradicionalmente, liderar as vendas nesse período do ano

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) estima para o Dia das Mães deste ano um volume de vendas de R$ 12,2 bilhões em todo o país, o que representa aumento de 47% em relação ao resultado de 2020 (R$ 8,26 bilhões).

O economista sênior da CNC, Fabio Bentes, disse ontem (29) que 2020 foi especialmente atípico para essa data, uma vez que o varejo não essencial estava fechado devido às medidas restritivas impostas pelas autoridades para o combate ao novo coronavírus.

Por isso, a CNC optou por comparar a expectativa de vendas de 2021 com a de 2019, que foi o último Dia das Mães normal do varejo. A movimentação financeira prevista para a data ficou 2% abaixo em relação à de 2019, que alcançou R$ 12,34 bilhões. O economista esclareceu que por movimentar praticamente todos os segmentos do comércio, o Dia das Mães é considerado o "Natal do primeiro semestre".

Em 2020, as vendas do varejo para a data recuaram 33,1%, maior queda da série histórica.

VESTUÁRIO.
O segmento de vestuário, calçados e acessórios costuma, tradicionalmente, liderar as vendas nesse período do ano. Em 2020, movimentou R$ 1,6 bilhão, com redução de 62,7% em relação a 2019. Este ano, a previsão de faturamento do segmento se eleva para R$ 4,09 bilhões, segundo a CNC, mostrando variação positiva de 146%. "Vai mais que dobrar este ano".

Fabio Bentes observou que em 2021 o varejo está pegando o processo de reabertura. "Os shopping centers estão voltando a operar, o que não tinha no ano passado. O segmento do vestuário é muito forte em shoppings e sofreu muito em 2020". Ele explicou que além de ser o setor que mais vai movimentar, em números absolutos, as vendas no Dia das Mães, será também o que mais vai crescer em comparação ao ano passado, por essa realidade diferente da operação dos estabelecimentos comerciais.

Em seguida, devem vir os ramos de móveis e eletrodomésticos (R$ 2,38 bilhões) e farmácias, perfumarias e cosméticos (R$ 1,52 bilhão). Sobre o segmento de perfumaria, Bentes destacou que, além de ter um apelo natural associado à data, é um segmento de tíquete médio (valor médio das vendas de um período) também baixo. Disse que a crise sanitária acaba provocando uma crise econômica, pressão no orçamento das famílias, com desemprego ainda elevado e inflação alta. "Geralmente, quando você tem um cenário desfavorável para o orçamento familiar, esses segmentos crescem, como os de vestuário e perfumaria e cosméticos, aos quais os filhos recorrem no momento de aperto no orçamento".

MAIS BARATOS.
De acordo com a CNC, da cesta de 17 bens e serviços para o Dia das Mães, somente cinco apresentaram retração na comparação com o ano anterior: bolsas (-7,6%), artigos de maquiagem (-6,3%), livros (-3,1%), roupa feminina (-2,3%) e sapato feminino (-1,3%). Em geral, a cesta apresenta a maior variação média desde 2016 (4,7% em 2021, contra 7,7%, em 2016). **(AB)**

Fique ligado

IR: Receita Federal disponibiliza nova versão do programa

Com a prorrogação do prazo de entrega da declaração do IR (Imposto de Renda) para 31 de maio, todos os vencimentos vinculados à nova data também foram prorrogados.

Por isso, a Receita Federal disponibilizou, em seu site na internet, uma nova versão do Programa do Imposto de Renda (PGD/IRPF 2021) –a versão 1.3, que já emite os Darf (documento para pagamento) com os novos vencimentos.

Segundo a Receita, o Darf anteriormente emitido com vencimento para esta sexta-feira (30) pode ser pago até 31 de maio, sem nenhum acréscimo. Assim, se o contribuinte emitiu o Darf com vencimento para 30 de abril, o pagamento poderá ser realizado até 31 de maio sem necessidade de reimpressão e sem acréscimo.

Segundo a Receita, o Darf anteriormente emitido com vencimento para esta sexta-feira (30) pode ser pago até 31 de maio, sem nenhum acréscimo

A Receita também informou que foram prorrogadas para 31 de maio as datas de vencimento do Darf em cota única; da primeira cota; da devolução do auxílio emergencial; da doação relativa ao Estatuto da Criança e do Adolescente; e da doação relativa aos Fundos controlados pelos conselhos do Idoso.

Os contribuintes que consultarem seus débitos pelo e-CAC ainda poderão ver os valores de Darf com vencimento em 30 de abril. Após esta data, esses débitos aparecerão como vencidos.

A mudança desses vencimentos, na conta corrente do contribuinte, ocorrerá até 10 de maio, acertando todos os débitos para a data de vencimento correta, 31 de maio.

A prorrogação do prazo de entrega e a disponibilização da nova versão do programa de declaração foram feitas, segundo a Receita, para amenizar as dificuldades impostas pela pandemia do coronavírus e proteger a sociedade, evitando que sejam formadas aglomerações nas unidades de atendimento e demais estabelecimentos procurados pelos contribuintes para obter documentos ou ajuda profissional.

Apesar da prorrogação do prazo, o cronograma de pagamento das restituições permanece o mesmo. Portanto, quanto antes for enviada a declaração, mais cedo o cidadão receberá a restituição, caso tenha esse direito. **(FP)**

» Os contribuintes que consultarem seus débitos pelo e-CAC ainda poderão ver os valores de Darf com vencimento em 30 de abril

MARCELLO CASAL JR/ AGÊNCIA BRASIL

Carrefour adota cláusula antirracista

» O Carrefour vai incluir uma cláusula antirracista a partir desta quinta-feira (29) em todos os contratos com fornecedores e prestadores de serviços, além de divulgar a revisão de sua política de valorização da diversidade.

Em um evento com fornecedores, parceiros e outros varejistas nesta quarta, a rede assumiu compromissos, como transformação do modelo de segurança das lojas e aceleração do avanço na carreira de colaboradores negros.

As regras incluem a política revisada de diversidade do grupo, que reforça a "tolerância zero ao racismo". Entre as obrigações, estão não praticar atos de discriminação, além de promover a inclusão social e oferecer condições iguais de promoção.

Também é exigido o respeito às diretrizes da cartilha de diversidade da companhia e obrigação de replicá-las junto aos colaboradores, fornecedores e terceirizados. Descumprir as obrigações pode causar a exclusão de fornecedores e o pagamento de uma multa contratual de 30%, que será destinada a uma causa social de combate ao racismo.

O que motivou a mudança foi a morte de João Alberto Silveira Freitas, homem negro de 40 anos, morto após ter sido espancado por seguranças em uma unidade da rede em Porto Alegre (RS), em novembro do ano passado. Dois seguranças foram presos no dia do crime e seis funcionários viraram réus por homicídio triplamente qualificado.

Noël Prioux, presidente do Carrefour Brasil, afirmou que a rede reconhece que o que havia sido feito até agora não era suficiente para evitar episódios como o de João Alberto.

"Ao estabelecermos a cláusula antirracismo em todos os contratos, devemos gerar um impacto positivo na sociedade e transformar discursos em novas práticas."

A marca disse que tem feito um esforço em treinamentos ligados à diversidade, inclusão e respeito.

A empresa ressaltou a criação de um fundo de R$ 40 milhões em investimentos em programas de combate ao racismo, além de um plano de aceleração de carreira de 500 colaboradores negros. **(FP)**

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2021 | 18:18:32 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 5AE8AFE7-7AA1-423E-B05A-82E1D9F06A3B

NOVARTIS

Novartis Biociências S.A.

CNPJ nº 56.994.502/0001-30

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias vimos submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício que terminou em 31 de dezembro de 2020.
São Paulo, 28 de abril de 2021.

A Diretoria

Balanço Patrimonial - *Em milhares de reais*

Ativo	2020	2019
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	28.914	32.610
Contas a receber (Nota 9)	623.488	663.558
Estoques (Nota 10)	759.064	1.100.423
Tributos a recuperar (Nota 11)	35.467	152.473
Financiamentos para colaboradores	12.546	14.884
Outros ativos	57.694	78.746
	1.517.173	**2.042.694**
Ativos não circulantes mantidos para venda (Nota 4)	20.000	-
	1.537.173	**2.042.694**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Contas a receber (Nota 9)	-	88.636
Créditos com sociedades ligadas (Nota 30 (e))	4.818	7.267
Tributos a recuperar (Nota 11)	108.812	18.344
Financiamentos para Colaboradores (Nota 32.13)	17.574	23.098
Depósitos judiciais (Nota 29 (a))	44.633	47.589
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18)	324.096	248.975
Plano de pensão (Nota 19 (a))	9.037	11.790
Outros ativos	7.137	22.435
	516.107	**468.134**
Ativos de direito de uso (Nota 12)	1.592	4.477
Imobilizado (Nota 13)	112.166	204.918
Intangível	59	87
	629.924	**677.616**
Total do Ativo	**2.167.097**	**2.720.310**

Passivo e patrimônio líquido	2020	2019
Circulante		
Fornecedores terceiros	102.428	144.764
Fornecedores - sociedades ligadas (Nota 30 (d))	366.415	1.158.713
Empréstimos (Nota 14)	507.413	201.535
Passivos de arrendamento (Nota 12)	711	2.895
Fornecedores - Risco sacado (Nota 15)	26.275	30.541
Salários e encargos sociais	113.472	127.504
Tributos a pagar	28.010	21.471
Instrumentos financeiros derivativos(Nota 8)	29.434	11.116
Provisões (Nota 17)	74.130	93.624
Mútuo com sociedades ligadas (Nota 30 (e))	174	162
Receitas antecipadas (Nota 16)	-	3.890
Outros passivos	22.112	43.237
	1.270.574	**1.839.452**
Não circulante		
Empréstimos (Nota 14)	407.868	483.684
Passivos de arrendamento (Nota 12)	1.081	1.875
Provisão para causas judiciais (Nota 29 (a))	61.459	53.398
Receitas antecipadas (Nota 16)	-	5.630
Plano médico (Nota 19 (b))	167.077	125.666
Provisões (Nota 17)	14.542	9.049
	652.027	**679.302**
Total do passivo	**1.922.601**	**2.518.754**
Patrimônio líquido (Nota 20)		
Capital social	507.106	265.026
Reservas de lucros	29.512	29.512
Prejuízos acumulados	(222.221)	(50.527)
Ajuste de avaliação patrimonial	(69.901)	(42.455)
Total do patrimônio líquido	**244.496**	**201.556**
Total do passivo e patrimônio Líquido	**2.167.097**	**2.720.310**

Demonstração de Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro *Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado*

	2020	2019
Receita líquida de vendas (Nota 21)	**3.244.787**	**3.507.094**
Crédito de PIS e COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo (Nota 21)	-	56.103
Custo dos produtos vendidos (Nota 22)	(2.423.143)	(2.425.235)
Lucro bruto	**821.644**	**1.137.962**
Despesas		
Com vendas (Nota 23)	(476.739)	(696.705)
Gerais e administrativas (Nota 24)	(388.409)	(467.264)
Impairment do Ativo Imobilizado (Nota 25)	(49.663)	-
Outras receitas (despesas) líquidas (Nota 26)	(281)	12.161
Prejuízo antes do resultado financeiro	**(93.448)**	**(13.846)**
Receitas financeiras	386.901	69.152
Despesas financeiras	(556.299)	(118.177)
Resultado financeiro (Nota 27)	**(169.398)**	**(49.025)**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(262.846)**	**(62.871)**
Imposto de renda e contribuição social (Nota 28)		
Do exercício	(3.616)	10.290
Diferido	94.768	2.054
	91.152	12.344
Prejuízo do exercício	**(171.694)**	**(50.527)**
Quantidade média de ações do capital social no exercício (milhares) - (Nota 20 (a))	507.106	265.026
Prejuízo, básico e diluído, por lote de mil ações do capital social no fim do exercício - R$	(0,34)	(0,20)

Demonstração de Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro - *Em milhares de reais*

	2020	2019
Prejuízo do exercício	**(171.694)**	**(50.527)**
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Remensurações atuariais com benefícios de aposentadoria (Nota 19 (a))	(1.702)	(4.826)
Remensurações atuariais com benefícios de plano médico (Nota 19 (b))	(39.338)	(43.453)
Imposto de renda e contribuição social	13.954	16.415
Total do resultado abrangente do exercício	**(198.780)**	**(82.391)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro *Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

	2020	2019
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(262.846)**	**(62.871)**
Ajustes		
Ajuste plano de aposentadoria (Nota 19)	1.051	(1.420)
Depreciação (Nota 12 e 13)	24.853	33.318
Amortização	28	28
Provisão devedores duvidosos (Nota 9)	493	15.854
(Reversão) provisão de estoques (Nota 10)	(151.860)	14.958
Perda com ativo imobilizado baixado (Nota 13)	1.242	4.984
Impairment ativo imobilizado (Nota 13)	49.663	-
(Reversão) provisão para causas judiciais (Nota 29 (b))	8.061	(3.060)
Outras provisões	(14.001)	(1.575)
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos (Nota 14)	172.194	50.039
Geração de caixa	91.724	50.255
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber (Nota 9)	(128.830)	66.600
Estoques (Nota 10)	300.488	78.696
Tributos a recuperar (Nota 11)	28.764	(53.427)
Operações com derivativos (Nota 8)	18.318	10.851
Outros ativos	21.945	(20.498)
Fornecedores	(27.412)	24.502
Salários e encargos sociais	2.433	8.342
Tributos a pagar	20.054	1.954
Plano de pensão e médico	6.006	5.326
Partes relacionadas (Nota 30(d))	(716.769)	175.279
Outros passivos	(8.118)	(34.450)
Caixa proveniente das operações	**(483.121)**	**313.428**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(22.245)	(21.704)
Juros pagos sobre empréstimos (Nota 14)	(4.417)	(23.536)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	**(680.905)**	**268.190**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Nota 13)	(25.252)	(51.043)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	**(25.252)**	**(51.043)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos (Nota 14)	-	(116.244)
Obtenção de empréstimos (Nota 14)	700.000	-
Dividendos Pagos (Nota 20(e))	-	(74.413)
Mútuo com partes relacionadas (Nota 30(e))	2.461	(16.817)
Caixa líquido aplicado (gerado) nas (pelas) atividades de financiamento	**702.461**	**(207.471)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**(3.696)**	**9.673**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 7)	**32.610**	**22.937**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 7)	**28.914**	**32.610**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - *Em milhares de reais*

	Capital social integralizado	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva de retenção	Reservas de lucros: Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2018	**265.026**	**3.221**	**73.669**	**29.512**	**(10.561)**	**-**	**360.867**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(50.527)	(50.527)
Destinação de reserva de retenção para dividendos a pagar conforme Ata de reunião da diretoria em 22 de outubro de 2019 (Nota 20 (d))	-	-	(73.669)	-	-	-	(73.669)
Realização reserva de capital conforme Lei 8.200/91	-	(3.221)	-	-	-	-	(3.221)
Remensurações atuariais com benefícios de aposentadoria (Nota 19 (a))	-	-	-	-	(3.215)	-	(3.215)
Remensurações atuariais com benefícios de plano médico (Nota 19 (b))	-	-	-	-	(28.679)	-	(28.679)
Em 31 de dezembro de 2019	**265.026**	**-**	**-**	**29.512**	**(42.455)**	**(50.527)**	**201.556**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(171.694)	(171.694)
Efeito da Cisão parcial (Nota 1.3)	(182.160)	-	-	-	-	-	(182.160)
Aumento de capital conforme Assembleia geral extraordinária (Nota 20)	424.240	-	-	-	-	-	424.240
Remensurações atuariais com benefícios de aposentadoria (Nota 19 (a))	-	-	-	-	(1.124)	-	(1.124)
Remensurações atuariais com benefícios de plano médico (Nota 19 (b))	-	-	-	-	(26.322)	-	(26.322)
Em 31 de dezembro de 2020	**507.106**	**-**	**-**	**29.512**	**(69.901)**	**(222.221)**	**244.496**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 - *Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

1.1. Contexto operacional: A Novartis Biociências S.A. (a "Companhia" ou "Novartis") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em São Paulo, Estado de São Paulo. Sua controladora em última instância é a Novartis Pharma AG. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante, a fabricação e comercialização de medicamentos alopáticos para uso humano. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 28 de abril de 2021. **1.2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e editados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 32. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 2. **1.3. Cisão:** Em 29 de junho de 2018, a Novartis anunciou globalmente sua intenção de buscar a aprovação dos acionistas para a cisão da Alcon em uma empresa autônoma, com ações negociadas separadamente, seguindo a separação legal e estrutural completa dos negócios da Alcon em uma empresa independente. Em 03 de fevereiro de 2020, foi realizada a cisão parcial da Companhia Novartis Biociências S.A., com base no valor contábil do acervo líquido tomado por determinados ativos e passivos da Divisão de Negócios Alcon, com incorporação do acervo líquido cindido pela Alcon Brasil Cuidados com a Saúde Ltda. O Valor do acervo líquido cindido do patrimônio líquido da Novartis Biociências S.A. foi de R$ 182.160 conforme segue:

Ativo		Passivo e acervo líquido	
Circulante		Circulante	
Contas a receber	187.312	Fornecedores Terceiros	19.190
Estoques	192.731	Fornecedores sociedades ligadas	77.701
Tributos a recuperar	18.013	Passivos de arrendamento	2.245
Financiamentos colaboradores	3.008	Salários e encargos sociais	16.465
Outros Ativos	11.671	Tributos a pagar	13.515
		Provisões Diversas	1.422
	412.735	Outros passivos	14.065
			144.603
Não Circulante		Não circulante	
Realizável a longo prazo			
Contas a receber	71.902	Empréstimo	213.475
Financiamento colaboradores	4.470	Provisão para causas judiciais	2.290
Depósitos judiciais	5.513	Receitas antecipadas	5.478
Imposto de renda e contribuição		Plano de pensão médico	3.933
social diferido	31.991	Passivos de Arrendamento	6
	113.876		225.182
Imobilizado	23.238		
Ativos de direito de uso	2.096		
		Acervo Líquido Cindido	182.160
	139.210		
Total do ativo	551.945	Total do Passivo e acervo líquido	551.945

1.4. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020: • Definição de material: alterações ao CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis" e CPC 23 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro" • Reforma da IBOR: alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 -"Instrumentos Financeiros" • Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros; • Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao CPC 06(R2) "Arrendamentos". As alterações mencionadas acima não tiveram impactos relevantes na Companhia. **1.5. Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. Diante deste cenário a principal preocupação da Companhia tem sido a saúde e a segurança de associados e pacientes em todo o mundo. Em momentos de crise sanitária ou humanitária, a ciência e a inovação são suas maiores aliadas. Assim, continua a empregá-las para melhorar e estender a vida das pessoas. Os líderes da Companhia instituíram o NEM - Novartis Emergency Management. Este comitê define procedimentos para gerir eficazmente incidentes imprevistos com potencial significativo de impacto nas pessoas, no meio ambiente, ou na propriedade e reputação do Grupo Novartis. Até o presente, não há indícios de impactos significativos nas entidades do grupo, bem como na habilidade de servir aos clientes e pacientes. Os potenciais agravamentos que podem vir a surgir em decorrência da pandemia do COVID-19, estão cobertos pela atual matriz de controles internos, com metodologia, princípios, riscos e controles financeiros detalhados. Com foco na segurança e saúde dos colaboradores e cumprindo papel responsável frente a sociedade de evitar a aceleração da pandemia, desde o dia 18 de março de 2020, todos os colaboradores da Novartis alocados na sede em São Paulo, equipe de Campo e os administrativos das fábricas de Cambé e Butantã, estão trabalhando remotamente de suas casas e à disposição para atender as necessidades de todos nossos parceiros, pacientes e profissionais de saúde. Essa medida, não abrange colaboradores que pela natureza da função não conseguem realizar trabalhos remotamente. Para garantir que todos os medicamentos da Novartis continuem a ser disponibilizados no mercado sem impacto no seu fornecimento durante esse período tão crítico, colaboradores do laboratório, operações ou aqueles alocados nas fábricas de Cambé (Paraná) e Butantã (São Paulo) continuam trabalhando em seus sites. Todos os profissionais que estão trabalhando nos sites redobraram as medidas protetivas, como uso de máscara, intensificação da higienização e uso álcool gel. A Companhia seguiu implementando uma série de programas de apoio, incluindo licenças adicionais pagas, assistência aos filhos durante o fechamento das escolas, auxílio internet, um pagamento único para a instalação do escritório em casa, um novo modelo de trabalho flexível, campanha de vacinação gratuita contra Influenzas A e B, apoio emocional e psicológico de forma anônima, individual e personalizada, disponibilização e entrega de EPIs, acompanhamento por e-mail e telefônico dos colaboradores sobre a COVID19, entre outras ações. A Novartis não aderiu a nenhum programa disponibilizado pelo governo como extensão de prazos no pagamento de tributos e contribuições, redução da jornada de trabalho, suspensão de contrato de trabalho, reforçando a sua capacidade de honrar com seus passivos. Os planos de contingência estabelecidos internamente e com nossos clientes, fornecedores e parceiros funcionaram de forma satisfatória e evitaram potenciais riscos de rupturas, evitando impactos no suprimento dos produtos e/ou na mão de obra disponível dos nossos prestadores de serviços. Conforme retratado na divulgação destas demonstrações financeiras, não houve impacto significativo da COVID-19 na condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **2.1. Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia**: Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes podem ser diferentes dos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. **(a) Imposto de renda, contribuição social corrente e diferido:** A Companhia está sujeita ao imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos serão devidos e calcula imposto diferido sobre os mesmos. Quando o resultado final é impactado pela realização dessas provisões estimadas, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. **(b) Tratamentos fiscais incertos e contingências relacionadas:** A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a certas posições fiscais adotadas na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ/CSLL), cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. Caso tais tratamentos fiscais não sejam aceitos pelas referidas autoridades fiscais, o IRPJ/CSLL corrente a pagar aumentaria em R$ 198.560 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 194.684 em 31 de dezembro de 2019) - (não auditado). Um resumo sobre esses processos em discussão, anteriormente divulgados como contingências com risco de perda possível, e seus efeitos potenciais, está apresentado na Nota 29. ***(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:*** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Os derivativos contratados pela Companhia são NDF "Non deliverable Forward". ***(d) Benefícios de planos de pensão e plano médico*:** O valor atual dos planos de pensão e plano médico depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão e plano médico, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de longo prazo, de baixo risco de crédito, na data-base da avaliação atuarial. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão e plano médico se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 19. ***(e) Provisão ambiental*:** A Companhia realiza o cálculo de provisão ambiental com base em laudos de empresas contratadas para realizar os projetos de recuperação do solo da sede administrativa. Considerando o estágio do projeto de remediação da água subterrânea e a dificuldade em prever os custos nessa etapa, o valor reconhecido envolve alto grau de subjetividade. ***(f) Provisão programa de descontos*:** A Companhia possui um programa de fidelidade que tem como objetivo proporcionar benefícios aos pacientes e ajudá-los a ter melhor acesso aos tratamentos. O programa consiste na emissão de um número de registro aos pacientes que lhes dá direito a descontos em farmácias para produtos selecionados da Novartis. Considerando que as vendas dos produtos inseridos nesse programa são realizadas inicialmente sem seus respectivos descontos, uma provisão é realizada. A estimativa para o cálculo da provisão de programa de desconto é baseada em dados históricos, através de percentual estimado de desconto a ser aplicado aos usuários de determinadas linhas de medicamentos, reduzindo a receita de vendas no momento em que as mesmas ocorrem. ***(g) Redução dos valores de recuperação dos ativos:*** Na data de encerramento de cada período de relatório, a Companhia revisa os saldos dos ativos imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente ou valor de venda, ajustando o saldo do respectivo ativo, quando necessário. Em 2020, foi realizada a revisão dos saldos dos ativos imobilizados e não foi mapeado indicativo de impairment, exceto pelo ajuste pontual devido na alienação dos ativos imobilizados dedicados a unidade de Butantã, desta forma foi registrado um impairment no valor de R$ 49.663 para reduzir os ativos ao seu valor justo. O valor justo do ativo foi reclassificado para o grupo de ativos não circulante mantidos para venda (Nota 4), essa perda foi registrada na demonstração de resultado na rubrica "Impairment do Ativo Imobilizado" (Nota 25)

3. Gestão de risco financeiro: 3.1. Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, especialmente de câmbio. A gestão de risco é realizada pelo departamento de operações financeiras da Companhia, segundo as políticas globais aprovadas pela matriz. O departamento Financeiro identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. A matriz estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. ***(a) Risco de mercado*: (i) Risco cambial:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A Companhia tem compromissos de compras, bem como parte da receita de vendas em moeda estrangeira. Em complemento a este hedge natural, a Companhia contrata derivativos para reduzir a exposição ao risco de mudança na taxa de câmbio. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia tinha ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir (em milhares):

	2020 Moeda estrangeira	2020 Reais	2019 Moeda estrangeira	2019 Reais
Ativo				
Contas a receber - US$	6.518	34.176	5.497	22.710
Fornecedores em US$	88.662	365.861	287.117	1.159.054
Fornecedores em CAD	-	-	13	41
Fornecedores em CHF	245	1.356	14	58
Fornecedores em EUR	29	225	-	-
Empréstimos em US$ (Nota 14)	40.000	207.868	170.000	685.219
	128.936	575.310	457.144	1.844.372
Exposição líquida	**122.418**	**541.134**	**451.647**	**1.821.662**

(ii) Risco com taxa de juros: O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. ***(b) Risco de crédito*:** A Companhia administra o risco de crédito de forma corporativa. Todos os clientes são submetidos a criteriosas e regulares análises de crédito. Em 2020 encerramos o exercício de acordo com Limite de Crédito estabelecido para a exposição do Contas a Receber. A mitigação do risco de crédito é amparada por diferentes tipos de ações, tais como análises de balanço, informações extraídas de agências de risco, bancos e concorrentes, e acompanhamento do histórico de pagamentos. A Companhia conta ainda com o amparo da área Comercial, responsável por ressaltar o envolvimento de clientes-chave em projetos comerciais e de *marketing*, antecipando eventuais demandas por maior concessão de crédito. A concessão de crédito é feita por um comitê composto por profissionais de crédito, gerentes financeiros, além do diretor financeiro. As decisões são tomadas conforme valores envolvidos. Eventuais exposições acima dos limites de crédito também são analisadas pelo mesmo comitê. ***(c) Risco de liquidez*:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área Financeira. **3.2. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. A Companhia não possui contratos com Convenants em 31 de dezembro de 2020. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 podem ser assim sumarizados:

	2020	2019
Total dos empréstimos (Nota 14)	**915.281**	**685.219**
Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(28.914)	(32.610)
Dívida líquida	886.367	652.609
Total do patrimônio líquido	**244.496**	**201.556**
Total do capital	**1.130.863**	**854.165**
Índice de alavancagem financeira - %	78	76

3.3. Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Os instrumentos financeiros foram contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1). • Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2). • Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis) (Nível 3). Os derivativos foram considerados de Nível 2 e o valor justo relacionado a eles foi apurado com base em modelos de precificação consolidados para instrumentos financeiros dessa natureza.

4. Ativos não circulantes mantidos para venda: A Novartis firmou em 16 de dezembro de 2020 um acordo vinculativo com partes interessadas para alienação dos ativos imobilizados dedicados a unidade de Butantã em São Paulo, Brasil. A transação está sujeita ao cumprimento de certas condições precedentes, tem previsão de ser concluída em um prazo de 18 meses, contados a partir da data da assinatura do acordo. Os ativos mantidos para venda foram reduzidos ao seu valor justo de R$ 20.000 em 31 de dezembro de 2020.

5. Instrumentos financeiros por categoria

31 de dezembro de 2020	Custo amortizado
Ativos	
Financiamentos para colaboradores	30.120
Contas a receber (Nota 9)	623.488
Depósitos judiciais (Nota 29 (a))	44.633
Créditos com sociedades ligadas (Nota 30 (e))	4.818
Outros ativos	38.802
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	28.914
	770.775

31 de dezembro de 2019	Custo amortizado
Ativos	
Financiamentos para colaboradores	37.982
Contas a receber (Nota 9)	752.194
Depósitos judiciais (Nota 29 (a))	47.589
Créditos com sociedades ligadas (Nota 30 (e))	7.267
Outros ativos	58.808
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	32.610
	936.450

31 de dezembro de 2020	Valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos (Nota 14)	-	915.281
Passivos de arrendamento (Nota 12)	-	1.792
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 8)	29.434	-
Mútuo com sociedades ligadas (Nota 30 (e))	-	174
Outros passivos	-	18.796
Fornecedores	-	495.118
	29.434	**1.431.161**

31 de dezembro de 2019	Valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos (Nota 14)	-	685.219
Passivos de arrendamento (Nota 12)	-	4.770
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 8)	11.116	-
Mútuo com sociedades ligadas (Nota 30 (e))	-	162
Outros passivos	-	48.111
Fornecedores	-	1.334.018
	11.116	**2.072.280**

6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros: A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	2020	2019
Contas a receber de clientes		
Grandes clientes	337.951	546.812
Clientes canal institucional	184.397	113.533
Clientes partes relacionadas	32.698	30.526
Demais clientes	71.804	87.922
	626.850	**778.793**
Risco mínimo (a vencer)	520.425	646.729
Risco baixo (vencido 01 a 60 dias)	26.771	42.937
Risco médio (vencido 61 a 120 dias)	19.191	8.415
Risco alto (vencidos há mais de 121 dias)	60.463	80.712
	626.850	**778.793**

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício. Nenhum dos valores com partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Recursos em banco e em caixa	28.914	32.610

Os saldos em "Caixa e equivalentes de caixa" do balanço patrimonial é dinheiro em conta-corrente e depósitos bancários.

8. Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o portifolio de derivativos pode ser resumido conforme tabela a seguir:

Instrumento	Objeto de proteção	Contraparte do valor principal	Valor referencial (nocional) 2020	Valor referencial (nocional) 2019	Valor justo 2020	Valor justo 2019
NDF	Taxa de câmbio	Bradesco	256.612	205.291	(11.302)	2.356
NDF	Taxa de câmbio	Bank of América	35.692	74.393	(379)	(1.325)
NDF	Taxa de câmbio	JP Morgan	(176.475)	183.909	631	(4.526)
NDF	Taxa de câmbio	Itaú	(66.393)	254.528	(7.766)	230
NDF	Taxa de câmbio	BNP	219.556	60.347	(8.123)	(1.204)
NDF	Taxa de câmbio	Santander	83.839	251.706	(2.495)	(6.647)
			352.831	**1.030.174**	**(29.434)**	**(11.116)**

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia é o *Marked-to-Market* (MtM), que consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado. A Companhia contratou operações de NDF com o objetivo de minimizar os efeitos das mudanças das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com instituições financeiras de primeira linha, no Brasil. As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos mensalmente no resultado, considerando-se o valor justo desses instrumentos. A provisão para os ganhos e perdas não realizados é reconhecida na conta "Instrumentos financeiros derivativos", no balanço patrimonial, e a contrapartida no resultado é na rubrica "Resultado financeiro". A Companhia não aplica contabilidade de *hedge*.

9. Contas a receber

	2020	2019
Contas a receber de clientes	594.152	736.789
Contas a receber de clientes – arrendamento	-	30.891
Menos – ajuste a valor presente (AVP)	-	(19.413)
Menos - provisão para impairment de contas a receber	(3.362)	(26.599)
Contas a receber de clientes, líquidas	590.790	721.668
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 30 (d))	32.698	30.526
Total	**623.488**	**752.194**
(-) Não circulante	-	(88.636)
Circulante	623.488	663.558

Os valores de AVP referem-se a vendas de equipamentos em contratos de longo prazo, a taxa de juros de 6,50% a.a em 2019. Os valores de AVP em 2020 foram transferidos através da Cisão parcial. As contas a receber de clientes da Companhia são mantidas nas seguintes moedas:

	2020	2019
Reais	590.790	721.668
Dólares norte-americanos	32.698	30.526
	623.488	**752.194**

As movimentações na provisão para *impairment* de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2020	2019
Em 1º de janeiro	**26.599**	**42.454**
Provisão para *impairment* de contas a receber	1.649	19.915
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	(576)	(13.454)
Efeito da Cisão	(23.730)	-
Valores recuperados, estornado	(580)	(22.316)
Em 31 de dezembro	**3.362**	**26.599**

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como "Outras receitas (despesas), líquidas" (Nota 26). Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. O "Contas a receber" da Companhia não é dado em garantia.

10. Estoques

	2020	2019
Produtos acabados	667.073	1.074.974
Produtos em processo	386	9.706
Matérias-primas	56.435	65.475
Materiais auxiliares	101.192	89.131
Importação em andamento	56.721	135.740
Provisão para perdas prováveis na realização	(122.743)	(274.603)
	759.064	**1.100.423**

As movimentações na provisão para perdas prováveis na realização da Companhia são as seguintes:

	2020	2019
Em 1º de janeiro	**(274.603)**	**(259.644)**
(Provisão) Reversão líquida perdas prováveis na realização	(20.912)	(155.486)
Efeito da Cisão	47.170	-
Despesa efetiva de destruição	125.602	140.527
Em 31 de dezembro	**(122.743)**	**(274.603)**

11. Tributos a recuperar

	2020	2019
ICMS (i)	90.468	30.725
IPI	3.760	6.353
PIS e COFINS (ii)	1.444	84.603
IR e CSLL	28.255	28.485
Outros	20.352	20.651
	144.279	**170.817**
Circulante	35.467	152.473
Não Circulante	108.812	18.344

(i) O incremento no saldo credor se deu principalmente pelas importações sujeitas a 18% de ICMS na entrada cujas saídas interestaduais foram preponderantemente sujeitas a 4% de ICMS, também colaborou para o incremento do saldo credor a variação do dólar e o não aproveitamento em apuração centralizada dos saldo devedores produzidos pela Novartis divisão Alcon que foram objeto de Cisão parcial. A administração tem um plano de realização e redução dos saldos credores ao longo dos próximos exercícios, e portanto, parcela substancial dos saldos estão registrados no não circulante. (ii) Em março de 2019, a Companhia obteve a descisão definitiva favorável transitada em julgado em processos nos quais discutia o direito a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, que retroagem aos períodos de outubro de 2010 a setembro de 2012 e janeiro de 2015 a abril de 2017. O montante registrado para estes processos foi de R$ 80.330, sendo R$ 56.103 de principal registrado na rubrica de "Deduções da Receita" e R$24.227 de atualização monetária registrado na rubrica "Receitas financeiras". Em 2020 ocorreram as compensações do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

12. Arrendamentos: (i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial: O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	2020	2019
Ativos de direito de uso		
Edificações	1.592	4.477
Passivos de arrendamentos		
Circulante	711	2.895
Não circulante	1.081	1.875
	1.792	**4.770**

(ii) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado: A demonstração do resultado incluem os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	2020	2019
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso (incluído em custos e despesas - encargo total de depreciação – (Nota 22 e Nota 24)		
Edificações	(992)	(3.625)
Despesas com juros (Nota 27)	(312)	(936)
	(1.304)	**(4.561)**

Ativos de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**4.477**	**8.102**
Ajustes por remensuração	203	-
Efeito da Cisão	(2.096)	-
Despesa de depreciação	(992)	(3.625)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.592**	**4.477**

Passivos de arrendamento: As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**4.770**	**8.166**
Efeito da Cisão	(2.251)	
Pagamentos	(727)	(3.396)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.792**	**4.770**

A Companhia apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Maturidade dos contratos

Vencimento das prestações	2020	2019
Menos de 1 ano	917	3.343
Entre 1 e 2 anos	880	1.482
Entre 2 e 5 anos	367	791
Valores não descontados	2.164	5.616
Juros embutidos	(372)	(846)
Saldo em 31 de dezembro	**1.792**	**4.770**

13. Imobilizado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total em operação	Projetos em andamento	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**4.209**	**63.811**	**91.598**	**433**	**20.139**	**600**	**180.790**	**19.085**	**199.875**
Aquisição	-	8.025	23.170	-	386	-	31.581	11.362	42.942
Alienação	(3.288)	(3)	(4.886)	-	(29)	-	(8.206)	-	(8.206)
Transferência entre contas do imobilizado	-	8.217	3.416	-	2.502	-	14.135	(14.135)	-
Depreciação	-	(7.076)	(20.365)	(59)	(2.194)	-	(29.694)	-	(29.693)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**921**	**72.974**	**92.933**	**374**	**20.804**	**600**	**188.606**	**16.312**	**204.918**
Custo total	921	192.027	195.630	1.038	46.513	600	436.729	16.312	453.041
Depreciação acumulada	-	(119.053)	(102.697)	(664)	(25.709)	-	(248.123)	-	(248.123)
Saldo contábil, líquido	921	72.974	92.933	374	20.804	600	188.606	16.312	204.918
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**921**	**72.974**	**92.933**	**374**	**20.804**	**600**	**188.606**	**16.312**	**204.918**
Aquisição	3.100	2.962	12.823	-	207	-	19.092	6.160	25.252
Alienação	-	-	(642)	-	-	(600)	(1.242)	-	(1.242)
Efeito da Cisão	-	(2.557)	(20.049)	-	(632)	-	(23.238)	-	(23.238)
Impairment (Nota 25)	(321)	(20.701)	(27.763)	-	(832)	-	(49.617)	(46)	(49.663)
Transferência para ativos não circulantes mantidos para venda (Nota 4)	(129)	(8.336)	(11.199)	-	(336)	-	(20.000)	-	(20.000)
Transferência entre contas do imobilizado	-	9.197	4.623	-	2.132	-	15.952	(15.952)	-
Depreciação	-	(7.072)	(14.617)	(46)	(2.126)	-	(23.861)	-	(23.861)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**3.571**	**46.467**	**36.109**	**328**	**19.217**	**-**	**105.692**	**6.474**	**112.166**
Custo total	3.571	168.374	137.074	1.038	44.023	-	354.080	6.474	360.554
Depreciação acumulada	-	(121.907)	(100.965)	(710)	(24.806)	-	(248.388)	-	(248.388)
Saldo contábil, líquido	**3.571**	**46.467**	**36.109**	**328**	**19.217**	**-**	**105.692**	**6.474**	**112.166**

(a) Outras informações: Os projetos em andamento referem-se, substancialmente, a gastos com melhorias em infraestruturas prediais, instalações, aquisição de equipamentos de informática e investimentos no laboratório de qualidade. Não há itens do imobilizado dados em garantia.

14. Empréstimos

	Taxa anual de juros e comissões -% a.a.	2020	2019
Moeda estrangeira (em milhares)			
US$ 50.000 (Partes relacionadas)	Libor 12+0,5	-	201.535
US$ 80.000 (Partes relacionadas)	Libor 12+0,5	-	322.456
US$ 40.000 (Partes relacionadas)	Libor 12+0,5	207.868	161.228
		207.868	**685.219**
Moeda nacional (em milhares)			
R$ 250.000 (Terceiros)	3,81	254.717	-
R$ 100.000 (Terceiros)	2,96	100.065	-
R$ 150.000 (Terceiros)	3,31	150.109	-
R$ 200.000 (Terceiros)	4,76	202.522	-
		707.413	**-**
		915.281	**685.219**
Circulante		(507.413)	-
Não circulante		407.868	685.219

O valor justo dos empréstimos é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, considerando que os empréstimos com terceiros foram captados em 2020 com taxas reduzidas de juros. A companhia possui empréstimo com a Matriz Novartis Pharma AG no valor de USD 40.000 mil com vencimento integral em 4 de outubro de 2023. A companhia captou três novos empréstimos com o Banco BNP Paribas, sendo: R$250.000 com vencimento integral em 2 de julho de 2021, R$ 100.000 mil com vencimento integral em 15 de outubro de 2021 e R$ 150.000 com vencimento integral em 15 de dezembro de 2021. E contratou um empréstimo com o Banco Santander no valor total de R$ 200.000 com vencimento integral em 12 de setembro de 2022. O empréstimo intercompany com a Novartis Pharma AG no valor de USD 80.000 mil (R$ 424.240) foi convertido em investimento em 20 de novembro de 2020, ensejando no aumento de Capital da Companhia. O empréstimo intercompany com a Novartis Pharma AG no valor de USD 50.000 (R$ 213.475) foi transferido através da Cisão parcial. Os pagamentos de juros são realizados anualmente, no mês de dezembro de cada exercício. A movimentação dos empréstimos foi como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	**685.219**
Captações	700.000
Conversão em Aumento de Capital	(424.240)
Efeito da Cisão	(213.475)
Pagamento de juros	(4.417)
Provisão de juros	11.830
Provisão variação cambial	160.364
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**915.281**

15. Fornecedores – risco sacado: A Companhia com o objetivo de melhorar o prazo médio de pagamento, oferece aos seus fornecedores a operação de antecipação de recebíveis (risco sacado) junto ao banco parceiro. Nesta operação não há impacto no resultado financeiro da Companhia, a negociação de taxa de juros é realizada entre o banco parceiro e o fornecedor.

Modalidade	2020	2019
Em moeda nacional		
Fornecedores Risco Sacado	26.275	30.541
	26.275	**30.541**

16. Receitas antecipadas: Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possui saldos em aberto de receitas antecipadas, pois os serviços prestados de assistência técnica estavam atrelados a operação da divisão de negócios Alcon que foi cindida em 03 de fevereiro de 2020. O valor informado em 31 de dezembro de 2019 (R$ 9.520), que representava o valor justo daquela porção do pagamento recebido ou a receber com relação às vendas iniciais de serviços de assistência técnica de equipamentos cirúrgicos referentes a exercícios sociais subsequentes . A receita antecipada classificada como passivo de contrato consistia na parte relativa a serviços de assistência técnica de contratos de longo prazo.

	2020	2019
Receita antecipada – circulante		
Receita de prestação de serviços de assistência técnica	-	3.890
	-	**3.890**
Receita antecipada - não circulante		
Receita de prestação de serviços de assistência técnica	-	5.630
	-	5.630
	-	**9.520**

17. Provisões

	2020	2019
Restauração ambiental (i)	10.750	13.415
Provisão programa de descontos (ii)	66.423	86.440
Provisão taxas regulatórias(iii)	10.593	-
Outras provisões	906	2.818
Total provisões	**88.672**	**102.673**
Circulante	(74.130)	(93.624)
Não circulante	14.542	9.049

(i) A provisão ambiental refere-se a projetos de recuperação do solo da sede administrativa da Companhia, como também a projetos de contingências para tratamento de dejetos. (ii) A provisão de programa de descontos, trata-se de um benefício de descontos concedidos aos usuários de determinadas linhas de medicamentos da Companhia. (iii) Provisão refere-se a incremento do percentual de pagamento de taxas regulatórias, requerido pelo órgão regulador, o Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos ingressou com um mandato de segurança que está em andamento.

18. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de compensação são os seguintes:

	2020	2019
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	375.341	202.359
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	76.001	149.785
	451.342	**352.144**
Passivo de imposto diferido		
Passivo de imposto diferido a ser liquidado após 12 meses	(109.281)	(97.238)
Passivo de imposto diferido a ser liquidado em até 12 meses	(17.965)	(5.931)
	(127.246)	**(103.169)**
Ativo de imposto diferido, líquido	**324.096**	**248.975**

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

Ativo de imposto diferido	Prejuízo Fiscal	Adições temporárias (*)	Plano médico e Pensão	Total
Em 31 de dezembro de 2018	**-**	**249.668**	**67.423**	**317.091**
Creditado (debitado) à demonstração do resultado	-	(3.023)	21.661	18.638
Creditado (debitado) à demonstração do resultado abrangente	-	-	16.415	16.415
Em 31 de dezembro de 2019	**-**	**246.645**	**105.499**	**352.144**
Creditado (debitado) à demonstração do resultado	107.571	(31.891)	9.564	85.244
Creditado (debitado) à demonstração do resultado abrangente	-	-	13.954	13.954
Em 31 de dezembro de 2020	**107.571**	**214.754**	**129.017**	**451.342**

(*) As principais adições temporárias mencionadas acima estão relacionadas às provisões para contingências, provisões para realização dos estoques, provisão para programa de descontos, provisão ambiental, dentre outras provisões.

	Exclusões Temporárias	Plano de pensão	Total
Passivo de imposto diferido			
Em 31 de dezembro de 2018	**(11.337)**	**(76.920)**	**(88.257)**
Creditado (debitado) à demonstração do resultado	5.406	(20.318)	(14.912)
Em 31 de dezembro de 2019	**(5.931)**	**(97.238)**	**(103.169)**
Creditado (debitado) à demonstração do resultado	(12.150)	(11.927)	(24.077)
Em 31 de dezembro de 2020	**(18.081)**	**(109.165)**	**(127.246)**

19. Benefícios a empregados: (a) Plano de pensão (conforme legislação local): A Companhia é patrocinadora da Previ Novartis ("Previ"), entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia e de outras que venham a participar dos planos por ela administrados. A Companhia é patrocinadora da Previ em dois diferentes planos de benefícios. **(i) Plano A - CNPB nº 19.970.013-65:** Plano de contribuição variável, com componente de risco (benefício definido - BD) vinculado a renda vitalícia na aposentadoria e invalidez e morte. O plano encontra-se em extinção desde 26 de fevereiro de 2002, portanto fechado para novas adesões, continua mantido apenas para os participantes assistidos e para alguns ainda ativos, em caráter residual. **(ii) Plano D - CNPB nº 20.020.0001-74:** Contempla benefícios programáveis de renda para aposentadoria, do tipo contribuição definida (CD), desvinculados da Previdência Social. O Plano D é tratado como benefício de longo prazo, sendo reconhecida a va-

continua...

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2021 | 18:18:39 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 5AE8AFE7-7AA1-423E-B05A-82E1D9F06A3B

Novartis Biociências S.A.

CNPJ nº 56.994.502/0001-30

...continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

riação do ativo do plano em contrapartida de “Outras receitas operacionais, líquidas”. Ganhos e perdas atuariais não são reconhecidos. **(iii) Hipóteses financeiras: Plano A:** • Taxa real anual de juros: 4,38%. • Projeção do crescimento real de salário: 0%. • Fator de capacidade: 100% salários; 98% de benefícios. **Plano D:** • Taxa real anual de juros: 4,38%. • Projeção do crescimento real de salário: 0%. • Fator de capacidade: 100% salários; 98% de benefícios. **(iv) Hipóteses biométricas: Plano A:** • Tábua de Mortalidade Geral: AT - 2000 Basic, segregada por sexo, suavizada em 10%. • Tábua de Mortalidade de Inválidos: RRB - 1983. **Plano D:** • Tábua de Mortalidade Geral: AT - 2000 Basic, segregada por sexo, suavizada em 10%. • Tábua de Mortalidade de Inválidos: RRB - 1983. **(v) Forma dos benefícios:** • Renda vitalícia (Plano A). • Rendas financeiras. • Percentual do saldo. • Percentual fixo. • Valor determinado. **(vi) Utilização do Fundo de Reversão:** Desde 2008, a Companhia utiliza recursos do fundo de reversão para abatimento de contribuições do Plano A e, quando disponíveis no Plano D, apurados anualmente pelo Plano de Custeio e aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade. O fundo de reversão, por exigência regulamentar, é constituído pelas parcelas dos saldos de conta não utilizadas no cálculo dos benefícios e em institutos e pode ser utilizado conforme deliberação do Conselho Deliberativo, observada a legislação aplicável. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não existiam déficits a serem cobertos pelas patrocinadoras.

	2020	2019
Ativos registrados no balanço patrimonial com		
Plano A	8.139	9.743
Plano D	898	2.047
	9.037	**11.790**

A movimentação no valor justo dos ativos do Plano A é como segue:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Em 1º de janeiro	**9.743**	**12.133**
Receita reconhecida no resultado do período	687	1.131
Contribuições do empregador	(1.888)	-
Remensurações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(403)	(3.521)
Em 31 de dezembro	**8.139**	**9.743**

A movimentação no valor justo dos ativos do Plano D é como segue:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Em 1º de janeiro	**2.047**	**3.063**
Receita(Despesa) reconhecida no resultado do período	150	289
Contribuições do empregador		
Remensurações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	(1.299)	(1.305)
Em 31 de dezembro	**898**	**2.047**

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado dos ativos do Plano A e D são como seguem:

	2020	2019
Movimentação do ativo do Plano A	(1.201)	1.131
Movimentação do ativo do Plano D	150	289
Total incluído em Outras receitas (despesas) líquidas (Nota 26)	**(1.051)**	**1.420**

(b) Plano Médico: A Companhia mantém um plano de seguro saúde para empregados ativos bem como os dependentes legais sem que haja pagamento fixo mensal, além disso, há duas opções para o pós-emprego, a primeira são os elegíveis a extensão do seguro de acordo com a legislação e a segunda são os funcionários aposentados pela Previ Novartis (Plano de Pensão) que optam por permanecer no seguro saúde de Novartis por tempo indeterminado desde que arque com a mensalidade equivalente ao prêmio médio mensal da apólice Novartis. O reajuste desse valor acompanha a negociação contratual do principal provedor. A movimentação no valor justo dos passivos é como segue:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Em 1º de janeiro	**125.666**	**76.886**
Despesa reconhecida no resultado do período	10.017	7.676
Pagamentos diretos	(4.011)	(2.349)
Cisão	(3.933)	-
Remensurações atuariais reconhecidas na demonstração do resultado abrangente	39.338	43.453
Em 31 de dezembro	**167.077**	**125.666**

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são como seguem:

	2020	2019
Custo dos serviços correntes	(953)	(501)
Pagamentos Diretos	4.011	2.349
Perda financeira líquida	(9.064)	(7.175)
Total incluído em Outras receitas (despesas) líquidas (Nota 26)	**(6.006)**	**(5.327)**

(i) Hipóteses financeiras: • Taxa real anual de juros – 4,29%. • Taxa de desconto – 7,68%. • Inflação médica – 9,96% decrescendo para 4,28% em 11 anos. **(ii) Hipóteses biométricas:** • Tábua de mortalidade geral: AT – 2000 suavizada em 10% segregada por sexo. • Tábua de mortalidade de inválidos: Railroad Retirement Board - 1983. • Tábua de entrada de invalidez: Light-Fraca para o Plano A e Light--Fraca para o Plano D. • Tábua de rotatividade: Tábuas de experiência dos planos A e D da Previ Novartis.. • Percentual de casados na aposentadoria: 95%. • Diferença de idade dos cônjuges: mulher 4 anos mais nova. • Take-up: 50%. • Aging Factor: 3,5%. **(iii) Análise de sensibilidade:** A sensibilidade da obrigação de benefício definido às mudanças nas principais premissas ponderadas é a seguinte:

	Mudança na premissa	Impacto na obrigação de benefício definido: Aumento na premissa	Impacto na obrigação de benefício definido: Redução na premissa
Taxa de desconto	0,25%	(3,56)%	3,76%
Taxa de aumento de salário	0,25%	Não aplicável	Não aplicável
Expectativa de vida	Um ano	4,80%	-

As análises de sensibilidade acima baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o período anterior.

20. Patrimônio líquido: (a) Capital integralizado: O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 507.106 representado por 689.266.588 ações ordinárias, com valor nominal de R$ 0,735719 cada e 2019 é de R$ 265.026 representado por 265.026.588 ações ordinárias, com valor nominal de R$ 1,00 cada. Em 03 de fevereiro de 2020 houve a redução no capital social decorrente do efeito da cisão parcial da divisão de negócios Alcon no montante de R$ 182.160 (Nota 1.3). Em 02 de dezembro de 2020 conforme a Ata de Assembleia geral extraordinária, houve a conversão, em investimento, do crédito detido pela acionista Pharma AG, ensejando no aumento de capital da Companhia no valor de R$ 424.240. Em decorrência das deliberações aprovadas, a estrutura acionária passa a vigorar conforme segue:

Acionista	(%) Voto	Ações
Novartis Pharma AG	99,99%	689.266.586
Novartis Holding AG	0,01%	2
Total	**100,00%**	**689.266.588**

(b) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Considerando que a Companhia não apresentou lucratividade no exercício, consequentemente, nenhuma reserva foi constituída. (**c) Reserva de retenção:** Em 2020 e 2019 não houveram reservas de retenções de lucro, devido aos prejuízos dos exercícios. **(d) Dividendos propostos:** O estatuto social estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 1% sobre os lucros do exercício após constituição da reserva legal. Não houveram distribuições de dividendos intermediários em 2020 relativo a 2019, em função da não lucratividade apresentada no resultado. Em 22 de outubro de 2019, a Administração aprovou em Ata de Reunião da Diretoria a distribuição de dividendos intermediários aos acionistas no montante de R$ 73.669, que foram revertidos do saldo de retenção de lucros existentes no Balanço de 31 de dezembro de 2018. **(e) Ajuste de avaliação patrimonial:** Os montantes registrados na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, refere-se as atualizações de valores de ativos e passivos dos planos de pensão e plano médico em decorrência a sua avaliação ao valor justo. Os cálculos atuariais são baseados em premissas de eventos futuros: econômicas/financeiras, expectativas de vida e experiências demográficas. As premissas atuariais e métodos empregados no desenvolvimento do custo de benefício definido foram selecionados pela Novartis e são imparciais e mutuamente compatíveis conforme estabelecido no CPC 33.

21. Receita: A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2020	2019
Receita da venda de produtos e serviços		
Mercado interno	5.944.193	6.328.997
Mercado externo	45.547	41.258
	5.989.740	**6.370.255**
Deduções da receita bruta		
Impostos sobre vendas	(422.542)	(525.468)
Devoluções sobre vendas	(45.954)	(251.595)
Descontos sobre vendas	(2.276.457)	(2.086.098)
Crédito de PIS e COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo (Nota 11(ii))	-	56.103
	(2.744.953)	**(2.807.058)**
	3.244.787	**3.563.197**

22. Custo dos produtos vendidos

	2020	2019
Compras de insumos	(2.240.553)	(2.289.176)
Custo de pessoal	(38.877)	(36.446)
Manutenção e reparos	(11.082)	(8.924)
Depreciação ativo de direito uso (Nota 12)	(399)	(344)
Depreciação e amortização	(8.182)	(9.441)
Serviços prestados pessoa jurídica	(113.780)	(76.256)
Outros custos	(10.270)	(4.648)
Custo dos produtos vendidos	**(2.423.143)**	**(2.425.235)**

23. Despesas com vendas

	2020	2019
Despesas de pessoal	(288.503)	(346.222)
Honorários, consultorias e assessorias	(8.212)	(12.290)
Gastos com viagens	(13.013)	(43.253)
Gastos com transportes	(45.978)	(45.831)
Despesas promocionais	(69.691)	(162.726)
Despesas operacionais diversas	(51.342)	(86.383)
	(476.739)	**(696.705)**

24. Despesas gerais e administrativas

	2020	2019
Despesas com depreciação/amortização	(10.915)	(12.809)
Depreciação ativo de direito uso (Nota 12)	(593)	(3.281)
Despesas de pessoal	(185.344)	(228.654)
Honorários, consultorias e assessorias	(126.212)	(128.945)
Gastos com materiais para uso e consumo	(11.932)	(28.032)
Gastos com viagens	(10.845)	(20.118)
Despesas operacionais diversas	(42.568)	(45.425)
	(388.409)	**(467.264)**

25. Impairment do ativo imobilizado

	2020	2019
Valor contábil (Nota 13)	69.663	-
Valor justo (Nota 4)	(20.000)	-
	49.663	**-**

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2020	2019
Receitas de aluguéis de bens patrimoniais	5.974	3.600
Receita venda matéria prima	2.317	2.179
Ganhos com benefícios de aposentadoria (Nota 19(a))	(1.051)	1.420
Plano de pensão médico (Nota 19(b))	(6.006)	(5.327)
Provisão impairment contas a receber	(1.068)	2.401
Ganho (perda) com vendas de bens patrimoniais	(328)	7.836
Outras receitas e despesas, líquidas	(119)	52
	(281)	**12.161**

27. Resultado financeiro

	2020	2019
Despesa financeira		
Empréstimo com partes relacionadas (Nota 30 (f))	(5.573)	(22.828)
Juros contratos mútuo partes relacionadas (Nota 30 (e))	(16)	(57)
Despesas bancárias	(2.395)	(2.240)
Perdas cambiais	(536.998)	(88.712)
Atualização de provisões jurídicas (Nota 29 (b))	(2.878)	(1.927)
Juros de arrendamentos (Nota 12)	(312)	(936)
Juros empréstimos terceiros	(7.413)	-
Outras despesas	(714)	(1.477)
Total da despesa financeira	**(556.299)**	**(118.177)**
Receita financeira		
Juros recebidos	3.836	11.740
Outras receitas financeiras	3.082	1.114
Ganhos cambiais com contratos a termo de câmbio	351.931	20.670
Ajuste a valor presente	3.356	4.727
Receita financeira de empréstimos para partes relacionadas (Nota 30 (e))	219	216
Atualização processo de crédito de PIS e COFINS exclusão do ICMS da base de cálculo	-	24.227
Ganhos cambiais	24.477	6.458
Receita financeira	386.901	69.152
Resultado financeiro	(169.398)	(49.025)

28. Imposto de renda e contribuição social: O imposto sobre o lucro da Companhia, antes do imposto, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto média ponderada. A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2020	2019
(Prejuízo) antes do imposto	(262.846)	(62.871)
Crédito sobre prejuízo calculado com base em alíquotas da legislação (34%)	89.368	21.376
Despesas não dedutíveis	-	(9.748)
Juros sobre capital próprio	-	-
Ajuste transfer pricing	-	(3.742)
Incentivos fiscais (*)	-	-
Ajuste de anos anteriores com base na ECF	(3.616)	10.289
Outros ajustes	5.400	(5.831)
Crédito sobre prejuízo fiscal calculado	**91.152**	**12.344**

(*) A Companhia participa de planos de incentivos fiscais liberados pelo governo: Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (P&D), Programa Alimentação ao Trabalho (PAT), Doações/Patrocínio de Caráter Cultural - Lei Rouanet, Fundo Amparo a Criança e Adolescente (FUMCAD), Doações e Patrocínio ao Desporto e Prorrogação de Licença-maternidade. **Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL: (a) Transfer Pricing:** A Companhia possui discussões tributárias que referem-se aos processos de Transfer Pricing no valor total de R$ 584.000 em 31 de dezembro de 2020 e no valor de R$ 572.600 em 31 de dezembro de 2019, decorrentes de diferenças nos ajustes de preços de transferência dos ano-calendários de 1997, 1998, 2003, 2006 e 2012 em diferentes fases de discussão na via administrativa e judicial. A administração, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, entende que as deduções efetuadas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite >50%), pelo seu valor total e, por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ/CSLL em relação a esses processos.

29. Causas Judiciais: A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. **(a)** A Companhia apresenta os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados as causas:

	Depósitos judiciais 2020	Depósitos judiciais 2019	Provisões para causas judicias 2020	Provisões para causas judicias 2019
Causas tributárias	11.048	12.529	24.730	25.210
Causas trabalhistas e previdenciárias	23.556	21.953	33.986	25.396
Reclamações cíveis	4	4	1.992	1.546
Regulatório	10.025	13.103	623	1.124
Outras	-	-	128	122
	44.633	**47.589**	**61.459**	**53.398**

(b) A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Saldo em 1º de janeiro de 2019	**56.458**
Adições	8.661
Baixas	(13.648)
Atualizações monetárias	1.927
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**53.398**
Adições	13.746
Baixas	(5.830)
Efeito da Cisão	(2.733)
Atualizações monetárias	2.878
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**61.459**

(c) Natureza das Causas Judiciais: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa e/ou judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos. A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue: • Tributárias - referem-se, principalmente, à discussão quanto à adequada interpretação da Lei nº 9.718/98, relativa à inclusão nas bases de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) das variações cambiais decorrentes de reduções de passivos contratados em moeda estrangeira. • Causas trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de antigos empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensações financeiras a partir dos desligamentos. • Ações cíveis - as principais ações estão relacionadas a demandas de antigos parceiros comerciais e reclamações de consumidores de produtos da Companhia. **(d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:** A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não julgou necessário a constituição de provisão, conforme composição e estimativa a seguir:

	2020	2019
Tributárias(i)	890.041	853.919
Cíveis	22.315	21.892
Trabalhista	18.960	20.918
Outros	4.601	1.699
	935.917	**898.428**

A administração revisou os valores divulgados em 2019, e realizou alguns ajustes com o objetivo de melhorar a apresentação. (i) A Companhia possui discussões tributárias acerca da correta interpretação da legislação tributária brasileira, principalmente nos âmbitos federal e estadual, os quais se encontram em trâmite nas esferas administrativa e judicial - principais processos referem-se a divergências de IRPJ e CSLL sobre ajustes de preço de transferência, cobranças crédito e supostos débitos ICMS, recolhimento PIS e COFINS sobre ICMS e tributação de receitas entendidas como sujeitas à incidência de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

30. Transações com partes relacionadas: As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas: ***(a) Vendas de produtos e serviços***

	2020	2019
Vendas de produtos	43.713	41.258
Vendas/reembolso de serviços	119.475	95.849
	163.188	**137.107**

As principais transações de compra e venda com partes relacionadas foram feitas com base em preço interno estipulado. ***(b) Compras de produtos e serviços***

	2020	2019
Compras de produtos	2.623.971	2.459.206
Compras/reembolso de serviços	1.719	3.748
	2.625.690	**2.462.954**

***(c) Remuneração do pessoal-chave da administração*:** O pessoal-chave da administração inclui o presidente, diretoria e o comitê da administração.

	2020	2019
Salários	18.485	23.540
Bônus – Incentivo de curto prazo	8.587	8.787
	27.072	**32.327**

(d) Saldos do fim do exercício, decorrentes das vendas/compras de produtos/serviços

	2020	2019
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 9)		
Novartis Pharma AG	26.804	17.008
Novartis México	1.348	-
Novartis China	442	1.204
Sandoz Farmacêutica	2.353	8.160
Alcon Pharmaceutical	-	934
Alcon Laboratories	-	1.518
Outros	1.751	1.702
	32.698	**30.526**
Contas a pagar a partes relacionadas		
Novartis Pharma AG	342.681	1.059.718
Novartis Ophtalmics AG	22.467	-
Alcon Pharmaceutical	-	94.056
Alcon Laboratories Inc. EUA	-	4.355
Outros	1.267	584
	366.415	**1.158.713**

As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas e vencem na média dois meses. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber de partes relacionadas (2020 e 2019 - zero). As contas a pagar a partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de compras e vencem em média 180 dias após a data da compra. As contas a pagar não estão sujeitas a juros.

(e) Contratos de mútuo com partes relacionadas

	Taxa de juros - % a.a.	2020 Saldos ativo/ (passivo)	2020 Receitas (despesas)	2019 Saldos ativo/ (passivo)	2019 Receitas (despesas)
Contratos de mútuo					
Sandoz do Brasil Ind. Farmacêutica Ltda.	10	4.702	203	7.199	159
Biogalênica Distribuidora		(21)	-	(21)	-
Novartis Consumer Health Ltda.		(153)	-	(141)	-
		4.528	**203**	**7.037**	**159**
Conta-corrente					
Previ Novartis Soc. de Prev. Privada		116	-	68	-
		4.644	**203**	**7.105**	**159**

(f) Despesas decorrentes de empréstimos com partes relacionadas

	2020	2019
Empréstimos com partes relacionadas		
Novartis Pharma AG	(5.573)	(22.828)

A companhia possui empréstimo com a Matriz Novartis Pharma AG no valor de USD 40.000 mil com vencimento integral em 4 de outubro de 2023. O empréstimo intercompany com a Novartis Pharma AG no valor de USD 80.000 mil (R$ 424.240) foi convertido em investimento em 20 de novembro de 2020, ensejando no aumento de Capital da Companhia. O empréstimo intercompany com a Novartis Pharma AG no valor de USD 50.000 (R$ 213.475) foi transferido através da Cisão parcial. Os pagamentos de juros são realizados anualmente, no mês de dezembro de cada exercício. Em casos de necessidade de caixa a Matriz Novartis Pharma AG faz a concessão de aportes financeiros.

31. Seguros (não auditado): A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Patrimônio e estoques	Incêndio/raio/explosão	269.518
Matéria-prima importação	Roubo, danos e avarias causadas as mercadorias	115.752
Responsabilidade civil geral	Danos causados a terceiros	28.092

Adicionalmente, a Companhia mantém seguros específicos de frota, equipamentos, crédito, vida e acidentes pessoais.

32. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **32.1. Conversão de moeda estrangeira**: ***(a) Moeda funcional e moeda de apresentação*:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados, usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (a “moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais que é a moeda funcional da Companhia, e, também, a moeda de apresentação. ***(b) Transações e saldos*:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **32.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários com liquidez imediata e risco insignificante na mudança de seu valor justo. **32.3. Ativos financeiros: 32.3.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: ***(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção). Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. ***(b) Custo amortizado*:** Os custos amortizados são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “Contas a receber”, “Sociedades ligadas”, “Financiamentos para colaboradores”,“Depósitos judiciais”, “Outros ativos” e “Caixa e equivalentes de caixa”. **32.3.2. Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **32.3.3. Mensuração:** No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros. **32.3.4. *Impairment* de ativos financeiros**: A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **32.4. Instrumentos financeiros derivativos:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). As variações no valor justo desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em “Resultado financeiro”. O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 8. **32.5. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes e partes relacionadas são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD ou *impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment,* se necessária. **32.6. Estoques**: Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. As provisões de perdas prováveis na realização de estoques são reconhecidas quando houver indícios que o estoque perdeu o seu valor recuperável, devido estar danificados, obsoletos, ou ainda se seu preço de venda tiver inferior ao seu custo. E a prática da redução do valor realizável consistente, uma vez que, os ativos não devem ser contabilizados por quantias superiores aquelas que se espera receber com sua venda ou uso. **32.7. Imobilizado**: Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas, escritórios e parte industrial. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada em anos, como segue:

	2020	2019
Edificações e benfeitorias	25	25
Equipamentos e instalações	10	10
Veículos	5	5
Móveis e utensílios	10	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 32.8). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas), líquidas” na demonstração do resultado. **32.8. *Impairment* de ativos não financeiros**: Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. A Novartis firmou em 16 de dezembro de 2020 um acordo vinculativo com partes interessadas para alienação dos ativos imobilizados dedicados a unidade do Butantã em São Paulo, desta forma foi realizado impairment de imobilizado no valor de R$ 49.663 (Nota 25). **32.9. Contas a pagar aos fornecedores**: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. A companhia possue operações de risco sacado, onde oferece aos seus fornecedores a operação de antecipação de recebíveis junto ao banco parceiro. **32.10. Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **32.11. Provisões**: As provisões para restauração ambiental e as ações judiciais (trabalhista, civil e tributários), entre outras, são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. A provisão do programa de descontos, é baseada na estimativa do volume de vendas do plano estratégico do ano vigente. As provisões de perdas prováveis na realização de estoques são reconhecidas quando houver indícios que o estoque perdeu o seu valor recuperável, devido estar danificados, obsoletos, ou ainda se seu preço de venda tiver inferior ao seu custo. E a prática da redução do valor realizável consistente, uma vez que, os ativos não devem ser contabilizados por quantias superiores aquelas que se espera receber com sua venda ou uso. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de juros antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **32.12. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço onde a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas, e o plano de realização desses ativos é mensurado de forma a possibilitar que a geração de lucros tributáveis futuros confirme a sua realização. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a mesma entidade onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **32.13. Financiamentos para colaboradores**: Os financiamentos para colaboradores são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor a pagar à Companhia, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As receitas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva e incluídas em receitas financeiras. Os financiamentos são classificados como ativo circulante, a menos que a realização do ativo ocorra, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **32.14. Depósitos judiciais:** Os depósitos são apresentados dentro do ativo não circulante, e são registrados pelo custo e somados a atualização monetária. **32.15. Benefícios a empregados: (a) Obrigações de pensão:** A Companhia patrocina dois planos de benefícios administrados por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (Previ Novartis). Os planos de benefício da Companhia são de contribuição variável, pois oferecem benefícios de renda vitalícia, morte e invalidez. Durante a fase de acumulação cuja característica é de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Os valores reconhecidos no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido representam o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado. Com relação a parcela de contribuição definida dos planos, a Companhia faz contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. **(b) Obrigação com Plano médico:** A Companhia oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados. **(c) Participação nos lucros e bônus:** O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado no decorrer do exercício e ajustado no encerramento anual, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia. **32.16. Capital social**: As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **32.17. Reconhecimento da receita**: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos (inclusive as estimativas de descontos que virão a ser concedidos, com base nos critérios estabelecidos nos programas de descontos). A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. ***(a) Venda de produtos*:** A distribuição é feita de maneira diversificada através de diferentes canais que variam de acordo com o perfil de cada produto: instituições públicas, distribuidores, redes de farmácia, clínicas especializadas e *deliveries*. As vendas são reconhecidas quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, os riscos de obsolescência e perda são transferidos para o atacadista, o atacadista aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda, e as disposições de aceite tenham prescritos ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos. A receita dessas vendas é reconhecida com base no preço estabelecido no contrato, líquido dos descontos de volume estimados. A experiência acumulada é usada para estimar e registrar as provisões para descontos por meio do método de valor estimado. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. Os prazos de pagamento variam conforme perfil de cliente e linha de produtos e/ou Unidade de Negócios e não possuem caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado. ***(b) Receita financeira*:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **32.18. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2020. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • **Alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 “Instrumentos Financeiros”, CPC 11 “Contratos de Seguro e CPC 06 “Arrendamentos”:** as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2021. Os contratos do Grupo vinculados a EURIBOR e LIBOR estão sendo revistos entre as partes e serão atualizados pelas respectivas taxas alternativas divulgadas, acrescidas de spread. A administração estima que os fluxos de caixa atualizados serão economicamente equivalentes aos originais, e não tem expectativa de impactos materiais relacionados a essa substituição. • **Alteração ao CPC 27 “Ativo Imobilizado”**: em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. • **Alteração ao CPC 25 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**”: em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. • **Alteração ao CPC 15 “Combinação de Negócios”**: emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao CPC 15 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022. • **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020**: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022: (i) CPC 48 - “Instrumentos Financeiros” - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. (ii) CPC 06 - “Arrendamentos” - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 “Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros” - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. (iv) CPC 29 - “Ativos Biológicos” - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no CPC 29 com as de outras normas IFRS. Esta interpretação estará em vigor a partir de períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 e seus impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Renato Garcia Carvalho - Presidente

Luigi Tomba - Diretor

Marcia Adriana Carvalho Eira - Contadora CRC 1SP 256.614/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Novartis Biociências S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Novartis Biociências S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Novartis Biociências S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase: Chamamos atenção para a Nota 30 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Felipe Edmond Ayoub
Contador
CRC 1SP187402/O-4

Publique em jornal de grande circulação.

Ligue já:
11. 3729-6600

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2021 | 18:18:45 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 5AE8AFE7-7AA1-423E-B05A-82E1D9F06A3B

Por Aline Fonseca
redacao@gazetasp.com.br

DESABAFO

Karol Conká fala de rejeição

Durante entrevista ao 'Saia Justa', do canal GNT, cantora desabafou sobre sua participação no Big Brother Brasil

REPRODUÇÃO/TV GLOBO

A cantora Karol Conká desabafou durante uma participação no programa "Saia Justa", do GNT, exibido nesta quarta-feira. Karol falou sobre a rejeição que sofreu após ser eliminada do "BBB 21" com 99,17%, recorde do programa. Os depoimentos foram dados na véspera da estreia de "A Vida Depois do Tombo", série documental do Globoplay que mostra a retomada da carreira da cantora. "Assim que saí da casa, demorei muitos dias para ter noção de todas as minhas atitudes. Muitas coisas que fiz e falei me deixaram muito envergonhada." "É muito ruim a sensação de decepcionar milhões de pessoas", completou.

Reprodução/Instagram

3ª filha

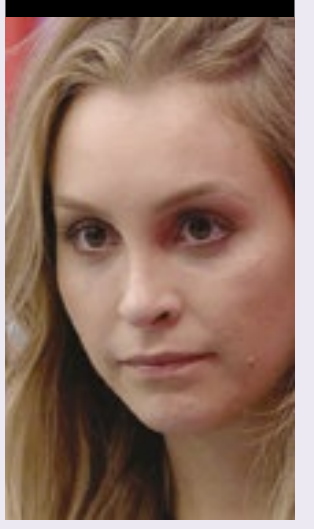
Nasceu na terça-feira (27) Alana, a terceira filha do ator Fabio Assunção com Ana Verena. O ator celebrou o nascimento da filha e compartilhou várias fotos do momento. "Bem-vinda minha filha, estamos no amor", escreveu o papai na legenda do post. Nas fotos, outros filhos de Fabio, Ella e João, apare-

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

Br'Oz

Após pausa de 18 anos, a banda Br'Oz voltou ao cenário musical com o lançamento de "Insana", música inédita que terá um clipe dirigido por Rick Bonadio. O grupo ficou conhecido, principalmente, pelo single "Prometida", que ficou entre as cinco mais tocadas do Brasil em 2003. O clipe de "Insana"

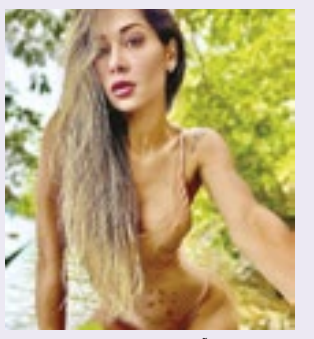
Curtas



Reprodução Tv Globo

RECUSARAM. O documentário da cantora Karol Conká estreou na madrugada desta quinta-feira. "A Vida Depois do Tombo", do Globoplay, encheu a Internet de comentários. Um ponto que chamou atenção foi Carla Diaz e Arcrebiano que não aceitaram participar. Nas filmagens, um aviso aparece dizendo que a atriz não quis participar, e a cantora demonstra um choque, mas depois compreende. As informações são da "Folha".

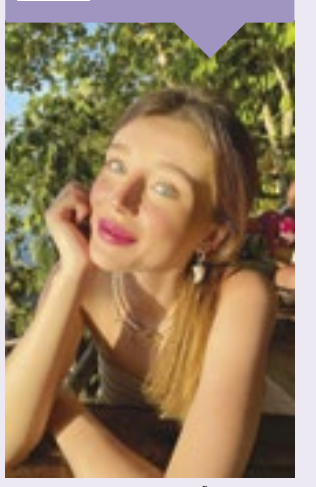
VILÃZINHA. A youtuber Viih Tube foi eliminada em seu primeiro Paredão com 96,69% dos votos. Emplacando a terceira maior rejeição do programa, a influenciadora agora brinca com o posto de vilã da edição e afirma "tem que sobrar uma vilã na história, e sobrou para mim." "Entendo o pensamento do público", disse ao "Globo".



REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

REBATEU CRÍTICAS. A influenciadora Mayra Cardi foi às redes sociais para rebater críticas após ter contado que ficou sete dias em jejum. "Fiz jejum de sete dias. Com supervisão e com a finalidade de saúde, alma, oração e estudos". Além disso, ela afirmou que "as coisas foram tiradas completamente de contexto. As informações são da "Folha".

Frase



REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

"Sou muito grata por ter ajudado outras mulheres".

A modelo Duda Reis ao falar o "Gshow" sobre término de relacionamento abusivo.

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2021 | 18:18:50 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO

"COMUNICADO N.º 085/2021"

REF: PREGÃO PRESENCIAL N.º 009/2021, de 18 de fevereiro de 2021, levado a efeito através do Processo Licitatório n.º 010/2021, cujo objeto compreende o **REGISTRO DE PREÇOS** para a ***"Aquisição De Kit De Merenda Escolar – Gêneros Alimentícios"***, para Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Matão.

O **Dr. Adauto Scardoelli,** Prefeito do Município de Matão, no uso de suas atribuições legais, tendo tomado ciência do quanto decidido pelo E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos autos do TC 010160.989.21-6 – Exame Prévio de Edital, liminar concedida pelo Exmo. Sr. Conselheiro, Dr. Dimas Eduardo Ramalho em face do processo em referência, diante das inconsistências verificadas num dos itens desejados pelo Município, por lapso de digitação do servidor e em virtude do invencível acúmulo burocrático e, ainda, diante da informação da origem de que o objeto do certame deverá ser revisto, **DECIDO** pela **REVOGAÇÃO** do certame, nos termos do artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, determinando a cientificação de todas as interessadas bem como do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Matão, 29 de abril de 2021.
DR. ADAUTO SCARDOELLI
PREFEITO DE MATÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO

"COMUNICADO N.º 086/2021"

REF: PREGÃO PRESENCIAL N.º 016/2021, de 31 de março de 2021, levado a efeito através do Processo Licitatório n.º 029/2021, cujo objeto compreende o **REGISTRO DE PREÇOS** para a ***"Aquisição De Concreto Usinado FCK 20 MPA (Pedra 1)"***, para o Departamento de Manutenção da Secretaria Municipal de Serviços Municipais da Prefeitura Municipal de Matão.

O **Dr. Adauto Scardoelli,** Prefeito do Município de Matão, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **COMUNICA,** que tendo em vista o recebimento de Parecer da Pregoeira Municipal, informando não acudir interessados ao chamamento editalício em epígrafe, **DECIDE** pela ***RETIFICAÇÃO E REABERTURA DE PRAZOS*** sendo que o Edital Retificado e seus anexos, estarão disponíveis ***a partir do dia 30 de abril de 2021,*** estarão disponíveis no site www.matao.sp.gov.br no link **LICITAÇÕES**; e que havendo dificuldade das interessadas o Departamento de Compras e Licitações estará à disposição para gravação do mesmo em mídia digital.

Comunica ainda que os Envelopes de n.º 01 (Proposta Comercial) e de n.º 02 (Documentos de Habilitação) serão recebidos e protocolizados, no Departamento de Compras e Licitações, ***até às 09h00min do dia 13 de maio de 2021***. Nesta mesma data e horário, iniciar-se-à a sessão de abertura dos mesmos.

Demais informações no Departamento de Compras e Licitações através dos telefones: (16) 3383-4070, (16) 3383-4056, (16) 3383-4068 e (16) 3383-4067, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 17h00min.

Matão, 29 de abril de 2021.
DR. ADAUTO SCARDOELLI
PREFEITO DE MATÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO

"COMUNICADO N.º 087/2021"
PREGÃO PRESENCIAL N.º 018/2021
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 032/2021

O Prefeito do Município de Matão, **Dr. Adauto Scardoelli**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público, para o conhecimento dos interessados, que o Departamento de Compras e Licitações da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade de Matão – Estado de São Paulo, sito à Rua Oreste Bozelli, n.º 1.165 – Centro, inscrita no C.N.P.J.-M.F. sob o n.º **45.270.188/0001-26**, realizará no dia e hora abaixo indicados, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **"MENOR VALOR GLOBAL"** objetivando a ***"Contratação De Serviços De Veiculação De Vídeos De 30 E De 60 Segundos Em TV Na Cidade De Matão/SP, De Acordo Com As Especificações Contidas No ANEXO I – Termo de Referência,"*** para o Departamento de Imprensa da Secretaria Municipal de Governo, Ciência, Tecnologia e Inovação da Prefeitura Municipal de Matão.

Os envelopes de n.º **01** (contendo a Proposta Comercial) e de n.º **02** (contendo os Documentos para Habilitação) deverão ser entregues na data, local e horário abaixo especificados, quando se fará realizar a abertura do certame:

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Departamento de Compras e Licitações, sito à Rua Orestes Bozelli, n.º 1.165 – Centro – Matão – Estado de São Paulo.
DATA: 14 de maio de 2021
HORÁRIO PARA ENTREGA E PROTOCOLO DOS ENVELOPES: até as 09h00min no Departamento de Compras e Licitações no endereço acima citado.
INÍCIO DO PREGÃO: 09h00min.

O edital estará disponível a partir de sexta-feira, 30 de abril de 2021, no site da Prefeitura (www.matao.sp.gov.br) ou no Departamento de Compras e Licitações no endereço acima citado.

Palácio da Independência, aos 29 de abril de 2021.
DR. ADAUTO SCARDOELLI
PREFEITO DE MATÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO

"COMUNICADO N.º 088/2021"
PREGÃO PRESENCIAL N.º 019/2021
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 033/2021

O Prefeito do Município de Matão, **Dr. Adauto Scardoelli**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público, para o conhecimento dos interessados, que o Departamento de Compras e Licitações da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade de Matão – Estado de São Paulo, sito à Rua Oreste Bozelli, n.º 1.165 – Centro, inscrita no C.N.P.J.-M.F. sob o n.º **45.270.188/0001-26**, realizará no dia e hora abaixo indicados, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **"MENOR PREÇO POR ITEM"** objetivando a ***"Aquisição De Servidor De Dados E Processamento E Licenças Dos Softwares Para Atender As Necessidades Do Município De Matão/SP"***, para o Departamento de TI da Secretaria Municipal de Administração, fazenda e Controle Interno da Prefeitura Municipal de Matão.

Os envelopes de n.º **01** (contendo a Proposta Comercial) e de n.º **02** (contendo os Documentos para Habilitação) deverão ser entregues na data, local e horário abaixo especificados, quando se fará realizar a abertura do certame:

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Departamento de Compras e Licitações, sito à Rua Orestes Bozelli, n.º 1.165 – Centro – Matão – Estado de São Paulo.
DATA: 17 de maio de 2021
HORÁRIO PARA ENTREGA E PROTOCOLO DOS ENVELOPES: até as 09h00min no Departamento de Compras e Licitações no endereço acima citado.
INÍCIO DO PREGÃO: 09h00min.

O edital estará disponível a partir de sexta-feira, 30 de abril de 2021, no site da Prefeitura (www.matao.sp.gov.br) ou no Departamento de Compras e Licitações no endereço acima citado.

Palácio da Independência, aos 29 de abril de 2021.
DR. ADAUTO SCARDOELLI
PREFEITO DE MATÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO

"COMUNICADO N.º 089/2021"
PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2021
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 034/2021

O Prefeito do Município de Matão, **Dr. Adauto Scardoelli**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público, para o conhecimento dos interessados, que o Departamento de Compras e Licitações da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade de Matão – Estado de São Paulo, sito à Rua Oreste Bozelli, n.º 1.165 – Centro, inscrita no C.N.P.J.-M.F. sob o n.º **45.270.188/0001-26**, realizará no dia e hora abaixo indicados, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **"MENOR PREÇO POR ITEM"** objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS** para a ***"AQUISIÇÃO DE AÇÚCAR, CAFÉ E CHÁ"***, para as diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Matão.

Os envelopes de n.º **01** (contendo a Proposta Comercial) e de n.º **02** (contendo os Documentos para Habilitação) deverão ser entregues na data, local e horário abaixo especificados, quando se fará realizar a abertura do certame:

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Departamento de Compras e Licitações, sito à Rua Orestes Bozelli, n.º 1.165 – Centro – Matão – Estado de São Paulo.
DATA: 18 de maio de 2021
HORÁRIO PARA ENTREGA E PROTOCOLO DOS ENVELOPES: até as 09h00min no Departamento de Compras e Licitações no endereço acima citado.
INÍCIO DO PREGÃO: 09h00min.

O edital estará disponível a partir de sexta-feira, 30 de abril de 2021, no site da Prefeitura (www.matao.sp.gov.br) ou no Departamento de Compras e Licitações no endereço acima citado.

Palácio da Independência, aos 29 de abril de 2021.
DR. ADAUTO SCARDOELLI
PREFEITO DE MATÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO

"COMUNICADO N.º 090/2021"
PREGÃO PRESENCIAL N.º 021/2021
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 035/2021

O Prefeito do Município de Matão, **Dr. Adauto Scardoelli**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público, para o conhecimento dos interessados, que o Departamento de Compras e Licitações da **PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade de Matão – Estado de São Paulo, sito à Rua Oreste Bozelli, n.º 1.165 – Centro, inscrita no C.N.P.J.-M.F. sob o n.º **45.270.188/0001-26**, realizará no dia e hora abaixo indicados, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **"MENOR PREÇO POR ITEM"** objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS** para a ***"Aquisição de Emulsão Asfáltica RL 1C"*** para o Departamento de Manutenção e Conservação Urbana da Secretaria Municipal de Serviços Municipais da Prefeitura Municipal de Matão.

Os envelopes de n.º **01** (contendo a Proposta Comercial) e de n.º **02** (contendo os Documentos para Habilitação) deverão ser entregues na data, local e horário abaixo especificados, quando se fará realizar a abertura do certame:

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Departamento de Compras e Licitações, sito à Rua Orestes Bozelli, n.º 1.165 – Centro – Matão – Estado de São Paulo.
DATA: 19 de maio de 2021
HORÁRIO PARA ENTREGA E PROTOCOLO DOS ENVELOPES: até as 09h00min no Departamento de Compras e Licitações no endereço acima citado.
INÍCIO DO PREGÃO: 09h00min.

O edital estará disponível a partir de sexta-feira, 30 de abril de 2021, no site da Prefeitura (www.matao.sp.gov.br) ou no Departamento de Compras e Licitações no endereço acima citado.

Palácio da Independência, aos 29 de abril de 2021.
DR. ADAUTO SCARDOELLI
PREFEITO DE MATÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBATUBA

ATA E LISTA DE CONVOCAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2021

A ata referente a 2º convocação do Programa Emergencial de Auxílio de Desemprego Municipal "Frente de Trabalho" encontram-se no site http://transparencia.ubatuba.sp.gov.br.

COMUNICADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2021

Comunicamos aos licitantes do PE nº 18/202, Edital nº 30/2021, que fica dilatado o prazo para entrega do item para até 60 dias corridos. Fica mantida a data da Sessão de Abertura.

Jessica Paula Rodrigues dos Santos
Pregoeira Oficial

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR - FAMESP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2021-FAMESP/HC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2021-FAMESP/HC
PROCESSO Nº 005603/2021-FAMESP/HC

Acha-se aberto e à disposição dos interessados do **dia 30 de abril ao dia 11 de maio de 2021**, as 8:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 18:00 horas, na Seção de Compras da Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar - FAMESP, localizada na Rua João Butignolli, s/nº, Distrito de Rubião Junior, Município de Botucatu, Estado de São Paulo, Fone (014) 3881-4811 - FAX (014) 3881-4811 - ramal 110, site https://compraeletronica.famesp.org.br o **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2021-FAMESP/HC, REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2021-FAMESP/HC, PROCESSO Nº 005603/2021-FAMESP/HC,** que tem como objetivo o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS (FENTANILA, HEPARINA, MIDAZOLAM, PROPOFOL, ROCURONIO, ETC.) ATENDER AS NECESSIDADES DA SEÇÃO TÉCNICA DE FARMÁCIA DO HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU (HCFMB) E AS UNIDADES ADMINISTRADAS PELA FAMESP: HOSPITAL ESTADUAL BAURU, HOSPITAL DE BASE DE BAURU, MATERNIDADE SANTA ISABEL, AME BAURU, AME TUPÃ, AME ITAPETININGA, SERVIÇO DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO DE BOTUCATU, POR UM PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES,** do tipo menor preço do item, em conformidade com o disposto no **Anexo II.** A abertura da sessão pública será realizada no dia **12 de maio de 2021, com início às 09:00 horas.**

Regimar Comercial S/A

CNPJ: 48.752.729/0001-40

Relatório da Diretoria aos Acionistas

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, permanecendo esta Diretoria ao inteiro dispor dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos que desejarem. Jaú, 30 Abril 2021. **A Diretoria**

Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2019 e 2018 – R$

Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		**24.775.871**	**33.518.882**
Disponível	3	1.389.818	1.034.905
Aluguéis e vendas a receber		637.851	405.317
Outros créditos	8	5.642.061	4.728.263
Estoques	4	17.089.902	17.097.924
Adiantamentos a fornecedores		–	576.142
Aplicações de liquidez Imediata	3	16.239	9.676.332
Não circulante			
Realizável a longo prazo		**37.370.997**	**26.944.780**
Empréstimos contribuição coligada	5	2.940.000	8.056.000
AFAC	5	33.230.997	16.888.780
Outros empréstimos	5	1.200.000	2.000.000
Investimentos / Imobilizado			
Investimentos	6	293.443.287	272.659.093
Imobilizado líquido	7	54.089.297	58.939.350
Intangível		159.846	138.440
		347.692.430	**331.736.883**
Total do ativo		**409.839.298**	**392.200.545**

Passivo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		**2.507.636**	**2.502.644**
Fornecedores nacionais		1.266.785	1.049.791
Obrigações trabalhistas		268.986	536.961
Obrigações fiscais		971.865	915.891
Não circulante		**162.922.064**	**130.837.704**
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos		1.155.267	1.536.464
Empréstimos controladas / coligadas	8	161.766.797	129.301.240
Patrimônio líquido		**244.409.598**	**258.860.197**
Capital social	9	192.797.478	192.797.478
Reserva legal	9	8.055.066	8.040.803
Reservas de lucros	9	43.557.054	58.021.917
Total do passivo		**409.839.298**	**392.200.545**

Demonstração do resultado do exercício - R$

	31/12/2020	31/12/2019
Receita de aluguéis	6.280.506	4.868.197
Receita venda de terrenos e prédios	423.000	469.954
(-) Impostos sobre receitas	(625.650)	(612.598)
(=) Receita operacional líquida	**6.077.856**	**4.725.553**
(-) Custo histórico das vendas	(8.022)	(353.983)
	(8.022)	**(353.983)**
(=) Resultado bruto	**6.069.834**	**4.371.570**
(+/-) Despesas e receitas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(30.771.975)	(33.171.928)
Receitas financeiras	10.432.385	11.432.167
Despesas financeiras	(1.509.758)	(3.779.083)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	5.551.108	25.885.037
	(16.298.240)	**366.193**
(=) Resultado antes das provisões tributárias	**(10.228.406)**	**4.737.763**
(-) Provisão para Contribuição Social	(1.125.112)	(1.084.712)
(-) Provisão para Imposto de Renda	(3.097.081)	(3.367.797)
	(4.222.193)	**(4.452.509)**
(=) Resultado líquido do exercício	**(14.450.599)**	**285.254**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - R$

	Capital social integralizado	Reserva de lucro	Reserva legal	Total
Saldo em 31/12/18	**164.675.848**	**48.134.154**	**8.040.803**	**220.850.805**
Lucro do período	–	285.254	–	285.254
Reserva de Lucros	–	9.602.508	–	9.602.508
Aumento do Capital	28.121.630	–	–	28.121.630
Saldo em 31/12/19	**192.797.478**	**58.021.916**	**8.040.803**	**258.860.197**
Prejuizo do período	–	(14.450.599)	–	(14.450.599)
Reserva de Lucros	–	(14.263)	14.263	–
Aumento do capital	–	–	–	–
Saldo em 31/12/20	**192.797.478**	**43.557.054**	**8.055.066**	**244.409.598**

Demonstração do fluxo de caixa - R$

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo líquido do exercício	**(14.450.599)**	**285.254**
(+/-) Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	5.054.828	5.137.400
Resultado na venda de ativos imobilizados	6.531	352.680
Resultado de equivalência patrimonial	(5.552.950)	(25.758.446)
Dividendos recebidos	2.462.851	13.650.000
	1.971.260	**(6.618.367)**
(+/-)Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Contas a receber	(11.572.549)	3.279.554
Diminuição nos estoques	8.022	210.346
Adiantamentos a Fornecedores	576.142	(574.492)
Outros passivos	4.992	(568.103)
(=) Caixa líquido das atividades operacionais	**(10.983.393)**	**2.347.306**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Investimentos em participações societárias	(17.704.094)	(1.081.230)
Aquisições de bens para o imobilizado	(222.714)	(1.892.643)
(=) Caixa líquido das atividades de investimentos	**(17.926.808)**	**(2.973.873)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital		
Empréstimos e financiamentos	32.084.360	10.224.231
(=) Caixa líquido das atividades de financiamentos	**32.084.360**	**10.224.231**
(=) Aumento / redução líquido de caixa	**(9.305.180)**	**3.264.551**
Caixa no início do período	10.711.237	7.446.686
Caixa no final do período	(1.406.057)	(10.711.237)
(=) Aumento / redução líquido de caixa	**9.305.180**	**(3.264.551)**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em Reais)

1. Contexto operacional: A Regimar Comercial S/A foi constituída originalmente em 1977, tendo como objetivo principal a administração de bens próprios, podendo ainda participar como sócia ou acionista em outras sociedades, realizar empreendimentos imobiliários, importação e exportação. **2. Apresentação das demonstrações e principais práticas contábeis:** As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07. **2.1. Principais práticas contábeis adotadas: (a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata, registradas aos valores de custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **(b) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber de aluguéis são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos mantidas a valor presente. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída obedecendo aos critérios definidos pela Administração da Sociedade, com base na análise dos riscos para cobrir possíveis perdas. **(c) Estoques:** Os estoques são apresentados pelo custo de aquisição. **(d) Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos em controladas são registrados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, a participação da Sociedade no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das controladas, após a aquisição, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital ou de ajustes de exercícios anteriores. É reconhecida como receita (ou despesa) operacional. **(e) Imobilizado:** Representado pelos bens da sociedade e são demonstrados ao custo de aquisição, reduzido pela depreciação e/ ou amortização calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 7. **(f) Intangíveis:** Estão classificados nesta conta os programas de softwares utilizados pela Companhia. As amortizações são computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício no prazo de 5 (cinco) anos. **(g) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Os ativos são apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações incorridas. Os passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros e as variações monetárias incorridas.

3. Caixas e equivalentes de caixa	2020	2019
Caixa	10.000	10.000
Bancos	1.379.818	1.024.905
Aplicações financeiras	16.239	9.676.332
	1.406.057	**10.711.237**

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações em renda fixa, fundos de investimentos, títulos de capitalização com rendimentos equivalentes às taxas de mercado. **4. Estoques**

Descrição	2020	2019
Terrenos	2.413.107	2.421.129
Apartamentos/prédios	9.124.446	9.124.446
Unidades empresarial	5.552.349	5.552.349
	17.089.902	**17.097.924**

5. Realizável a longo prazo

Descrição	2020	2019
Empréstimo - Zapair Adm.Aeronaves	-	5.316.000
Empréstimo - Jau Partic.Agrop	2.940.000	2.740.000
Empréstimos - Outros	1.200.000	2.000.000
AFAC		
Fazenda Guariroba S.A.	26.722.958	12.752.280
Regimar Agropecuária Ltda.	6.508.039	4.136.500
	37.370.997	**26.944.780**

Empréstimos as empresas: Zapair Administração de Aeronaves S.A. CNPJ: 21.474.800/0001-14 e Jaú Agropecuária e Participações Ltda. CNPJ: 19.305.866/001-39 Adiantamentos para futuro aumento do Capital Social nas investidas, Fazenda Guariroba S.A CNPJ: 04.748.856/0001-09, Regimar Agropecuária Ltda. CNPJ: 66.764.671/0001-37. **6. Investimentos:** A composição dos investimentos está demonstrada a seguir:

Controlada	% - Participação	Patrimônio líquido em 31/12/20	Participação 2020	Participação 2019
A- Regimar Agropecuária	81,96%	12.788.406	10.481.762	9.167.226
B- Fazenda Guariroba	99,99%	28.494.345	28.491.495	28.766.049
C- Raia Drogasil	5,36%	4.363.126.000	233.866.084	215.744.722
D- Heliomar Ltda.	25,00%	50.945.625	12.736.406	11.948.729
E- Jaú Agrop e.Partic	0,17%	535.205	1.600	1.600
Outros Investimentos				
F- Outros			7.865.940	7.030.768
			293.443.287	**272.659.093**

A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

	A	B	C	D
Saldos em 31/12/2019	**9.167.226**	**28.766.049**	**215.744.722**	**11.948.729**
(+/-) Equivalência patrimonial	(2.821.964)	(13.026.834)	19.204.213	2.067.677
(-) Distribuição de dividendos	-	-	(1.082.851)	(1.280.000)
(+)Aumento na participação	4.136.500	12.752.280	-	-
Saldos em 31/12/2020	**10.481.762**	**28.491.495**	**233.866.084**	**12.736.406**

	E	F
Saldos em 31/12/2019	**1.600**	**7.030.768**
(+) Aumento na Participação		805.314
(+) Equivalência Patrimonial		129.858
(-) Dividendos Distribuídos		(100.000)
Saldo em 31/12/2020	**1.600**	**7.865.940**

7. Imobilizado líquido	% - Taxa anual	2020	2019
Terrenos	-	2.768.416	2.768.416
Terras	-	6.582.168	6.582.168
Prédios	4%	54.835.721	50.320.986
Móveis e utensílios	10%	2.701.330	2.643.539
Veículos	20%	2.025.891	2.028.891
Hardware	20%	522.420	497.956
Máquinas e equipamentos.	10%	1.154.637	1.161.068
Instalações	10%	5.614	5.614
Benfeitorias	10%	5.295.981	5.016.381
Embarcações	5%	2.953.885	2.879.925
Outros	-	18.369.324	18.369.324
Imobilizado em andamento	-		4.794.336
		97.215.388	**97.068.604**
Depreciações acumuladas		(43.126.090)	(38.129.253)
Imobilizado líquido		**54.089.298**	**58.939.351**

8. Transações com partes relacionadas

Operações mercantis e financeiras	2020	2019
Ativo circulante / Contas a receber		
JCP - Raia Drogasil S/A	4.426.099	4.611.792
	4.426.099	**4.611.792**
Ativo não circulante - adiantamento para futuro aumento de capital/ empréstimo		
Fazenda Guariroba S/A - (AFC)	26.722.958	12.752.280
Regimar Agropecuária Ltda - (AFC)	6.508.039	4.136.500
Zapair Adm. de Aeronaves S.A - Empréstimos	–	5.316.000
Jaú Agropecuária e Partic - Empréstimos	2.940.000	2.740.000
	36.170.997	**24.944.780**

Passivo não circulante – mútuos	2020	2019
Acionistas	161.632.462	128.763.904
Coligadas/Controladas	134.335	537.335
	161.766.797	**129.301.239**

As operações entre as empresas são efetuadas em condições e valores normais de mercado . **9. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** Em 31 de Dezembro de 2020, o capital social é de R$ 192.797.477,91 (cento e noventa e dois milhões, setecentos e noventa e sete mil, quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e um centavos), composto de 156.745.917 (cento e cincoenta e seis milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, novecentos e dezessete) ações, ordinárias todas nominativas, de valor nominal de R$ 1,23 cada uma, detidas por pessoas físicas e jurídicas residentes e não residentes no país. Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações. **(b) Reserva legal:** Constituída a alíquota de 5% sobre o lucro líquido do exercício, até atingir o montante de 20% do capital social, de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas. **(c) Reserva de lucros:** A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros e prejuízos acumulados.

A Diretoria
Mário Sérgio Alvieri – Contador CRC 1SP 176.555/O-5

SF Empreendimentos e Participações S/A

CNPJ: 04.873.656/0001-70

Demonstrações financeiras exercicios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - Expressos em (Reais - R$)

Balanço Patrimonial

Ativo	Notas	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulante		**7.776.184**	**6.700.077**	**55.038.199**	**60.384.135**
Caixa e equivales de caixa	4	364.830	1.415.396	2.395.303	5.730.195
Clientes	5			10.293.148	13.258.119
Estoques	7			31.090.231	34.649.824
Outros créditos	6	7.411.355	5.284.682	11.259.517	6.745.997
Emprestimos a socios					
Adiantamento a funcionários		1.728	1.788	14.999	4.054
Outros creditos		6.478.147	4.353.415	9.490.379	5.404.694
Impostos a recuperar		102.336	102.335	658.463	510.104
Adiantamento fornecedores		829.144	827.144	1.095.675	827.144
Não circulante		**57.408.092**	**55.960.803**	**38.119.185**	**34.885.679**
Realizavel a longo prazo					
Contas a receber	8			336.878	647.587
Emprestimos pessoa ligada		13.084.582	6.648.868		
Investimento	9	40.748.297	45.736.723	345.900	
Imobilizado liquido	10	2.087.758	2.087.758	24.396.908	24.030.079
Intangivel		1.487.454	1.487.454	1.487.454	1.503.849
Adiantamento aquis imobilizado				11.552.043	8.704.164
Total do ativo		**65.184.276**	**62.660.880**	**93.157.384**	**95.269.814**

Passivo e patrimonio liquido	Nota	Controladora 2.020	Controladora 2.019	Consolidado 2.020	Consolidado 2.019
Circulante		**254.708**	**193.721**	**16.644.280**	**14.896.860**
Fornecedores	11	16.200	9.537	4.660.077	1.164.030
Outras contas	13			2.856.197	1.054.943
Emprestimos bancarios				8.037.876	11.985.362
Obrigações trabalhistas		37.978	19.100	167.681	132.883
Impostos e contribuições a recolher	12	65.794	52.353	497.119	205.591
Provisões de férias	14	134.737	112.731	425.331	354.051
Não circulante		**62.066.112**	**49.462.625**	**72.860.378**	**65.408.424**
Outras contas a pagar				12.549.313	9.676.162
Emprestimos pessoa ligada		4.202.910	4.318.138		
Emprestimos coligadas		37.863.202	25.144.487		
Adiatamento clientes		20.000.000	20.000.000	40.500.000	41.322.889
Emprestimos bancarios				19.811.065	14.409.373
Patrimônio líquido		**2.863.455**	**13.004.534**	**3.652.726**	**14.964.530**
Capital social		29.084.434	29.084.434	29.084.434	29.084.434
Capital a realizar		(10.297.503)	(10.297.503)	(10.297.503)	(10.297.503)
Reserva de lucros		(15.923.475)	(5.782.397)	(15.923.475)	(5.782.397)
Sociedade conta participação					1.174.623
Participação não controladores				789.271	785.373
Total passivo		**65.184.276**	**62.660.880**	**93.157.384**	**95.269.814**

Demonstrações dos resultados	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receitas Bruta de Produtos e Serviços			145.181.521	244.746.078
(-) Impostos e Deduções			(2.185.327)	(1.762.112)
Receita Liquida			142.996.194	242.983.966
Custos dos Produtos e Serviços Vendido			(127.905.634)	(228.155.810)
Receitas (Despesas) Operacionais				
Despesas com Vendas			(18.467.182)	(14.955.521)
Despesas Administrativas	(3.920.991)	(6.904.590)	(4.944.895)	(9.208.155)
Resultado Equivalência Patrimonial	(6.180.177)	(67.431)		
Lucro Operacional	(10.101.168)	(6.972.021)	(8.321.516)	(9.335.521)
Receitas Financeiras				1.554.637
Despesas Financeiras	(706.762)		(1.091.287)	
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	(10.807.930)	(6.972.021)	(9.412.803)	(7.780.884)
Corrente			(300.579)	(329.228)
Lucro Liquido do Exercício	**(10.807.930)**	**(6.972.021)**	**(10.804.668)**	**(8.110.112)**

Demonstrações de mutações do patrimonio liquido exercicios findos em 31/12/2020 e 2019

Controladora	Capital Social	Capital Social a Realizar	Reserva Legal	Total
Saldo em 31/12/2018	29.084.434	(10.297.503)	1.455.995	20.242.926
Ajustes 2019			(266.372)	(266.372)
Lucro Liquido do Exercício			(6.972.021)	(6.972.021)
Saldo em 31/12/2019	29.084.434	(10.297.503)	(5.782.398)	13.004.533
Ajustes 2020			666.853	666.853
Lucro Liquido do Exercício			(10.807.930)	(10.807.930)
Saldo em 31/12/2020	29.084.434	(10.297.503)	(15.923.475)	2.863.456

Consolidado	Capital Social	Capital Social a Realizar	Reserva de Lucros	Participação dos Não Controladores	SCP	Total
Saldo em 31/12/2018	29.084.434	(10.297.503)	1.455.996	786.254	1.611.000	22.640.181
Ajustes Adequação Lei 11.638/07			333.793			333.793
Lucro Liquido do Exercício			(7.572.186)			(7.572.186)
Participação Não Controladores				(881)		(881)
SCP					(436.377)	(436.377)
Saldo em 31/12/2019	29.084.434	(10.297.503)	(5.782.397)	785.373	1.174.623	14.964.530
Ajustes Exercicios Anteriores			663.590			663.590
Lucro Liquido do Exercício			(10.804.668)			(10.804.668)
Participação Não Controladores				3.898		3.898
SCP					(1.174.623)	(1.174.623)
Saldo em 31/12/2020	29.084.434	(10.297.503)	(15.923.475)	789.271		3.652.727

Demonstração dos fluxos de caixa

Fluxo de Caixa Proveniente das Operações:	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro Liquido antes do IRPJ e CSLL	(4.627.753)	(6.904.590)	(10.504.090)	(7.780.885)
Mais: Depreciação			2.263.225	2.202.982
Ajustes Ativos e Passivos	771.497	(52.743)	(180.561)	(239.429)
Resultado Participações Societárias	(6.180.177)	(67.431)		
Lucro Liquido Ajustado	(10.036.433)	(7.024.764)	(8.421.426)	(5.817.332)
(Aumento) Diminuição de Ativos				
Aumento/Diminuição de Funcionários	61	7.128	(10.945)	11.478
Aumento/Diminuição Clientes			2.964.972	2.442.381
Aumento/Diminuição Impostos a recuperar	2		(148.359)	(373.530)
Aumento/Diminuição Adiantamento Fornecedores	2.000		(268.531)	
Aumento/Diminuição Outros Créditos			(1.174.691)	(743.654)
Aumento/Diminuição Outras Contas a Receber			(2.289.577)	(1.019.389)
Aumento/Diminuição Estoques			3.559.593	(2.170.703)
Aumento/Diminuição Diversos	(2.124.732)	(1.268.759)		
Aumento (Diminuição) de Passivos				
Aumento Diminuição Fornecedores	6.663	(21.060)	3.496.047	(186.662)
Aumento/Diminuição Obrigações Trabalhistas	(18.878)	4.201	34.798	49.261
Aumento/Diminuição Impostos	(13.441)	(12.363)	291.528	9.650
Aumento/Diminuição Provisão de Férias	(22.006)	(39.213)	71.279	115.343
Aumento/Diminuição Outras Contas a Pagar			4.674.405	1.117.223
Aumento/Diminuição Adiantamentos Clintes			(822.889)	1.371.235
IRPJ / CSLL Pago			(300.579)	(430.037)
Caixa Gerado (Consumido) nas Atividades Operacionais	**(12.206.764)**	**(8.354.830)**	**1.655.625**	**(5.624.736)**
Atividades de Investimentos	**(1.447.288)**	**12.549.743**	**(3.544.214)**	**(10.915.181)**
Pagamento Compra Imobilizado		(192.077)	(3.198.314)	(10.915.181)
Aumento/Diminuição Investimentos	4.988.426			
Empréstimos a Pessoa Ligadas	(6.435.714)	12.741.820	(345.900)	
Atividade de Financiamento	**12.603.487**	**(5.753.600)**	**(1.446.302)**	**8.403.492**
Empréstimos Bancários			1.454.206	9.831.773
Pagamento Outras Contas a Pagar			(179.000)	
Empréstimos de Pessoas Ligadas	12.603.487	(5.753.600)	(2.606.281)	(1.428.281)
Pagamentos Acionistas			(115.227)	
Variação de caixa e equivalente de caixa	(1.050.566)	(1.558.687)	(3.334.891)	863.576
Variação do Caixa no Inicio Exercício	1.415.396	2.974.083	5.730.195	4.866.619
Variação de Caixa no Final do Exercício	364.830	1.415.396	2.395.303	5.730.195

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional A empresa é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado com sede em Campinas/SP. A Sociedade tem por objeto: a) A Administração de bens próprios e a participação em outras sociedades como acionista ou quotista - Holdings de Instituições não-financeiras sendo sua participação nas empresas: Transo Transportes Ltda, estabelecia a Av Estocolmo, 1.438 - Sala 03 - Bairro Cascata, na cidade de Paulínia/SP. A Sociedade tem por objeto: Transportes de Combustíveis, Petróleo e Alcoóis a granel, por via rodoviária e demais modais compatíveis, inclusive dutovia. Transo Combustíveis Ltda, estabelecida a Av. Estocolmo, 1.438 - Sala 01, Bairro Cascata, Cidade Paulínia/SP, A Sociedade tem por objeto: Aquisição, armazenamento e distribuição de petróleo, alcoóis e combustíveis, assim como cessão de espaço para armazenagem e movimentação de produtos, locação de salas, escritórios e estacionamento etc. SF Administração de Bens Ltda, estabelecida a rua Padre Vieira, 1.144, Bairro Cambuí, na cidade de Campinas/SP, A Sociedade tem por objeto: Administração de bens moveis e imóveis próprios e de terceiros. SF Desenvolvimento Imobiliário Ltda, estabelecida a Avenida Santa Izabel, 1030 Al, Bairro barão Geraldo, na cidade de Campinas/SP, A Sociedade tem por objeto: atividade é Compra e venda de bens imóveis, a incorporação imobiliária e a execução de loteamento por conta própria e alheia. Terra Viva Incorporação e Empreendimentos Imobiliários Ltda, estabelecida a Av. Santa Izabel, 1030 - AL - Bairro Barão Geraldo, na cidade de Campinas/SP, A Sociedade tem por objeto:É Compra e venda de Bens Imóveis, a incorporação imobiliária e a execução de loteamento por conta própria ou terceiros. Ambience Empreendimentos Imobiliários Ltda, estabelecida na Av. Santa Izabel, Nº 1030 Al - Bairro Barão Geraldo, na cidade de Campinas/SP, A Sociedade tem por objeto:é Compra e venda de bens imóveis, a incorporação imobiliária e a execução de loteamento por cinta própria ou alheia. Santana da Mata Empreendimentos Imobiliários Ltda, estabelecida a Av. Santa Izabel, Nº 1030 AL - Bairro Barão Geraldo, na cidade de Campinas, estado de São Paulo, A Sociedade tem por objeto: é Compra e venda de bens imóveis, a incorporação imobiliária e a execução de loteamento por conta própria ou alheia. **2. Bases para Elaboração as Demonstrações Contábeis** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira tendo como principal objetivo possibilitar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Adicionalmente, foi publicado o CPC PME que é específico e deve ser aplicado às pequenas e médias empresas, por força da Res. CFC 1.255/09. As referidas alterações foram adequadas para empresa nos exercícios sociais encerrados em 31.12.2010, sendo que as práticas utilizadas até então pela sociedade eram aquelas vigentes até 31.12.2007 **3. Resumos das Principais Práticas Contábeis** As principais práticas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram: a. **Apuração dos Resultados** O lucro é apurado pelo regime de competência, proveniente da venda de mercadorias, locação de Imóveis Próprios e prestação de serviços. b. **Uso de Estimativas Contábeis** Na elaboração das demonstrações contábeis, o uso de estimativas é requerido para contabilizar certos ativos, passivos e transações. Consequentemente, as demonstrações incluem estimativas referentes, provisões para perdas com clientes, provisões trabalhistas, cujos resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas. c. **Ativo Circulante e Não-Circulante** Apresentado pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ou, no caso de despesas de períodos seguintes, ao custo. d. **Ativo Imobilizado** Demonstrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear, sendo que as taxas utilizadas são baseadas na legislação tributária vigente, divulgadas pela Receita Federal do Brasil. e. **Passivo Circulante e Não-Circulante** Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, ajustados, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. **4. Caixa e Bancos** Esse grupo é composto de caixa de pequeno valor existente em cada unidade de negócio, e saldos de contas correntes. **Aplicações Financeiras** Os saldos desse grupo referem-se as aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos rendimentos são reconhecidos mensalmente por regime de competência. A composição das aplicações é composta da seguinte maneira:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Caixa e Bancos	348.937	415.394	497.105	1.085.020
Aplicações Financeiras	15.891	1.000.000	1.898.197	4.645.173
Total	**364.828**	**1.415.394**	**2.395.302**	**5.730.193**

5. Contas a receber Os saldos das contas receber que compõe o grupo são registrados e mantidos pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, sendo composto por duplicatas a receber decorrentes de venda de bens de sua operação.

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Contas a Receber	-	-	16.911.610	17.587.004
Total	-	-	**16.911.610**	**17.587.004**

6. Outros Creditos O grupo é composto por valores que compreendem créditos trabalhistas, tributários, adiantamentos a fornecedores, Despesas Antecipadas, outros Creditos, depósitos Judiciais e tributos diferidos. O saldo é composto por valores de créditos tributários, provisão ativa sobre pedidos de compensação de tributos e despesas antecipadas, essencialmente, seguros empresariais cuja apropriação ocorre por regime de competência, sendo apropriado mensalmente. Os depósitos judiciais constituídos são garantias de discussões trabalhistas as quais a empresa possui para a data base do encerramento do exercício social, sendo que os valores não estão corrigidos monetariamente de acordo com as taxas referenciais para cada depósito, fazendo com que nas datas de resgate esses possam ter variação para a atual posição. Os detalhamentos são apresentados a seguir

Outras Contas a Receber	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Creditos Trabalhista				
Adiantamento a Funcionários				
Adiantamento de Férias	1.727	1.788	14.999	4.054
Total	1.727	1.788	14.999	4.054
Credito Tributários Fiscais				
Pis a Compensar			6.542	6.542
Cofins a Compensar			20.673	20.673
Outros Impostos a Compensar			445.946	312.585
Contribuição Social a Compensar			65.748	65.748
Imposto Retido na Fonte	102.336	102.334	104.555	104.555
Total	102.336	102.334	658.463	510.103
Despesas a Recuperar				
Despesas a Apropriar				
Depósitos Judiciais	24.546	24.546	332.586	587.586
Total	24.546	24.546	332.586	587.586
Outros Creditos				
Adiantamento fornecedores	829.144	827.144	1.095.675	827.144
Total	829.144	827.144	1.095.675	827.144
Total	957.753	962.940	2.101.723	1.566.835

7. Estoques Os produtos adquiridos para revenda são valorizadas segundo o preço médio de aquisição. Os imóveis em Estoque são constituído de unidades de terreno e Salas pronto para venda.

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Imóveis	-	-	28.746.452	28.487.493
Produtos	-	-	2.343.779	6.162.331
Total	-	-	**31.090.231**	**34.649.824**

8. Contas a Receber Não-Circulante O saldo de contas a receber do ativo não-circulante é proveniente de operações de venda de Lotes e Salas a prazo superior a 365 dias.

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Contas a Receber	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

9. Investimentos Os Investimentos em Coligadas são calculados através de Equivalência Patrimonial e são representados pelos Investimentos demonstrados abaixo:

	Investimentos 2020	Investimentos 2019
Transo Combustíveis	8.678.294	13.632.689
Transo Transportes	1.294.918	1.599.525
SF Administração de Bens	6.922.520	7.391.408
SF Desenvolvimento Imobiliário	8.369.238	8.079.224
Ambience Empreend. Imobiliário	432.431	402.821
Terra Viva Incorp. Emp. Imobiliários	6.801.456	6.801.455
Santanda da Mata	7.903.538	7.869.598
Saint Anne Empreend. e Particip	345.900	
Total	**40.748.297**	**45.736.722**

10. Imobilizado Liquido Demonstrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear sendo que as taxas utilizadas são baseadas na legislação tributária vigente, divulgadas pela Receita Federal do Brasil. Temos abaixo os valores de custo histórico, depreciação incorrida e o saldo residual em 31.12.2019 em R$:

Controladora

Descrição	Valor de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Líquido 2020	Valor Liquido 2019
Moveis e Utensílios	122.394,24	93.691,86	28.702,38	28.702,38
Computadores e Periféricos	105.087,08	82.552,58	22.534,50	22.534,50
Maquinas	37.024,00	30.542,96	6.481,04	6.810,40
Instalações	16.340,00	1.340,00	15.000,00	15.000,00
Aparelhos Telefônicos	7.431,05	7.144,85	286,20	286,2
Utensílios	17.039,00	13.703,16	3.335,84	3.335,84
Software	504,55	-	504,55	504,55
Terrenos	1.800.000	-	1.800.000,00	1.800.000
Construções e Benfeitorias	210.913,08	-	210.913,08	210.913,08
Total	**2.316.733,00**	**228.975,41**	**2.087.757,59**	**2.088.086,95**

Consolidado

Descrição	Valor de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Líquido 2020	Valor Liquido 2019
Construções e Benfeitorias	1.888.046,84	587.049,45	1.300.997,39	1.302.384,71
Terrenos	4.560.286,84	-	4.560.286,84	4.560.286,64
Imobilizado Técnico e Equipamentos	7.768.558,26	4.305.733,07	3.462.825,19	4.733.830,49
Veículos	9.055.115,70	3.687.551,18	5.367.564,52	6.015.528,61
Moveis e Utensílios	200.727,87	152.088,13	48.639,74	148.390,15
Computadores e Periféricos	621.261,39	318.964,01	302.297,38	310.787,10
Software	77.082,04	-	77.082,04	71.741,50
Imobilizado em Andamento	6.431.280,11	-	6.431.280,11	4.171.358,03
Imóveis	2.845.935,28	-	2.845.935,28	2.845.935,28
Equipamentos Postos	209.168,92	209.168,92	-	-
Total	**33.657.463,25**	**9.260.554,76**	**24.396.908,49**	**24.160.242,51**

11. Fornecedores Os saldos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. A essência dos saldos é a seguinte:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Fornecedores	16.199	9.536	4.660.076	1.164.030
Total	**16.199**	**9.536**	**4.660.076**	**1.164.030**

12. Obrigações Fiscais As obrigações tributárias registradas, posição em 31.12.2019, são decorrentes da atividade operacional da empresa, sendo registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Pis a Recolher			19.056	10.501,37
Cofins a Recolher			87.899	48.413,84
Outros Impostos a recolher	65.793	52.353,47	390.163	146.675,78
Total	**65.793**	**52.353,47**	**497.118**	**205.590,99**

13. Outras Contas a Pagar O grupo é composto de provisões e apropriações de contas a pagar (aluguéis, ajustes de preços com clientes, contratações de serviços, Empréstimos de Acionistas, Empréstimos Bancários, entre outros).

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Empréstimos Coligadas	42.066.111	29.462.624		
Empréstimos e Financiamentos Curto Prazo			8.037.875	11.985.362
Empréstimos e Financiamento Longo Prazo			19.811.065	14.409.373
Outras Contas a Pagar			12.549.312	9.676.162
Total			**40.398.252**	**36.070.897**

Os empréstimos são referentes a contratação de Novos Recursos, junto ao Banco do Brasil S.A e banco Itau-Unibanco. Os Financiamento são decorrentes de operações de Aquisição de Veículos e Carretas de Transporte de combustível, junto ao banco Itau-Unibanco e banco random. **14. Provisões** O grupo é composto pelas provisões trabalhistas para férias, dos funcionários.

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Provisões de férias	134.736	112.731	425.330	354.051
Total	**134.736**	**112.731**	**425.330**	**354.051**

Receitas – Valores Liquido	2020	2019
Armazenamento	5.270.442	4.287.115
Arrendamentos	72.654	77.589
Fretes	6.864.730	1.506.766
Venda de Combustíveis	132.064.547	235.834.492
Locações	213.097	263.858
Administração	-	-
Total	**144.485.470**	**241.969.820**

Diretoria
Edison Viana Silveira Franco
Diretor Presidente
Camila Silveira Franco de Paula Freitas
Diretora Financeiro
Contador
Marcos Rodrigues - CRC 1SP221832/09

Citação. Prazo 20 dias. Proc. 0026337-90.2017.8.26.0564. O Dr. Carlo Mazza Britto Melfi, Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo/SP, na forma da Lei, etc. Faz Saber a ALESSANDRO SERGIO DE OLIVEIRA que processam-se os autos do Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica em epigrafe, movido por Restoque Comércio e Confecções de Roupas S/A, tendo em vista o esgotamento dos meios de localização comprovado pelas certidões negativas nos endereços conhecidos que noticiam estar o executado em local ignorado. Nos termos do artigo 256, II do Novo Código de Processo Civil, expediu-se o presente EDITAL DE CITAÇÃO do executado ALESSANDRO SERGIO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob nº 218.393.918-47, com prazo de 30 (trinta) dias, findo o qual, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para manifestar e requerer as provas cabíveis, consoante o disposto no artigo 135 do NCPC. Será o presente afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Bernardo do Campo, aos 13 de abril de 2021.

Relação nº 0422/2021 Processo 1000852-60.2017.8.26.0115. **Execução** de Título Extrajudicial Contratos Bancários **Banco Bradesco S/A**- Edital de Citação. Prazo de 30 dias. Processo nº 1000852-60.2017.8.26.0115. **A MM. Juíza de Direito da 1ª Vara, do Foro de Campo Limpo Paulista**, Estado de São Paulo, **Dra. Gabriela da Conceição Rodrigues**, na forma da Lei, etc. Faz Saber a(o) **Katia Cibele dos Santos Gomes Duarte 18315725831, CNPJ 18.739.022/0001-33**, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, alegando em síntese: que o banco é credor da quantia certa e exigível de R$70.101,94, referente ao Instrumento Particular de Confissão de Dívidas e outras avenças, carteira/contrato nº 530/357746, emitido em 30/08/2016, deixando de pagar as parcelas pactuadas. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua Citação, por Edital, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 3(três)dias efetue o pagamento da importância de **R$ 70.101,94 para a data de 07/04/2017**, a qual deverá ser atualizada até a data do efetivo pagamento, acrescido dos honorários advocatícios arbitrados em 10%(dez por cento),bem como Intimado para querendo, opor embargos no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital. Advertências: 1- Caso o(a) executa do(a) efetue o pagamento no prazo acima assinalado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade(art.827,§1º,do CPC).2-No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do(a) exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, poderá o(a) executado(a) valer-se do disposto no art. 916 e §§, do CPC. Indeferida a proposta, seguir-se-ão os atos executivos, nos termos do art.916,§ 4º,do CPC. O não pagamento de qualquer das parcelas acarretará o disposto no art.916,§ 5º, do CPC. A opção pelo parcelamento importa renúncia ao direito de opor embargos(art.916,§ 6º, do CPC). Não sendo embargada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. **Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada Mais. Dado e passado nesta cidade de Campo Limpo Paulista, aos 09 de abril de 2021.**

36ª VARA CÍVEL DA CAPITAL – SP

Citação. Prazo 20 dias. Proc. 1122330-75.2020.8.26.0100. A Dra. Priscilla Bittar Neves Netto, Juíza de Direito da 36ª Vara Cível do Foro Central Cível - SP. Faz Saber a FCS REFORMAS, CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES EIRELI, CNPJ. 27.158.292/0001-41, na pessoa de seu representante legal, que CONDOMÍNIO ETTORE LIVING, lhe ajuizou uma Ação Declaratória de Inexigibilidade de Débito com Tutela de Urgência para suspender os efeitos de protesto indevido, pelo Procedimento Comum, objetivando que seja declarado pago e inexigível, o título de nº 1002 – DUPLICATA SERVIÇO POR INDICAÇÃO, protestado em 02/04/2018, no 4º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Paulo, Livro 8099-G, Folhas 69, no valor de R$533,33, suspendendo os efeitos do protesto e condenando-se a ré a devolução do dobro do valor protestado, bem como a custas e honorários advocatícios. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 29 de abril de 2021.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1005093-12.2014.8.26.0009. A MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional IX – Vila Prudente, Estado de São Paulo, Dra. Márcia de Souza Donini Dias Leite, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a **CSC TEXTIL LTDA**, CNPJ. 13.611.416/0001-98 e **SHIRLEY VIEIRA ANDRADE**, CPF. 267.348.138-94, que nos autos da **ação de Execução de Título Extrajudicial** proposta por **BANCO SAFRA S.A.**, procedeu-se o bloqueio através do sistema SISBAJUD, da quantia de R$ 2.728,47 (fls. 192/197 dos autos), junto à Caixa Econômica Federal, Mercadopago e Banco Santander – contas da coexecutada Shirley Vieira Andrade. Estando as executadas em lugar ignorado, foi determinada a INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias supra, ofereçam impugnação, sob pena de conversão dos bloqueios em penhora e consequente liberação ao exequente. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS.

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2021 | 18:18:55 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 5AE8AFE7-7AA1-423E-B05A-82E1D9F06A3B

A leitura na medida certa.

Ação Social Claretiana

CNPJ: 60.543.279/0001-81

Relatório da Administração

Senhores Associados: A Diretoria da Ação Social Claretiana tem a satisfação de apresentar o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis atendendo as disposições legais e estatutárias, com os dados do seu exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação com o exercício de 2019, preparadas e apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal. **1-IDENTIFICAÇÃO:** A Ação Social Claretiana é pessoa jurídica de direito privado, na forma de associação, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, cultural e moral, com objetivo filantrópico, fundada em vinte e dois de agosto de 1939, sob a denominação de "Colégio Claretiano", reconhecida de utilidade pública federal e municipal, pelo decreto número 72.171, desde quatro de maio de 1973 e pelo decreto municipal número 8.310, de vinte e dois de junho de 1969, identificada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS sob o número 21.792/61, em questão de quatro de setembro de 1962, transformada em cinco de outubro de 1992, para Colégio Claretiano - Associação Beneficente e Educacional e, em dois de janeiro de 1997, para Ação Social Claretiana. A entidade tem por objetivos específicos: a) Organizar e manter centros educacionais, ministrando educação e instrução em todos os níveis e graus. b) A manutenção de creches, centros de juventude, centros sociais e educacionais próprios ou de outras instituições de caráter assistencial. c) A manutenção e fomento de instituições ligadas a atividades gráficas, editoriais, de distribuição de livros e revistas, produção e distribuição de fonogramas, fixados em discos, fitas, fios magnéticos, vídeos, CDs, DVDs, MP3 e outros suportes físicos que existam ou venham a ser criados. A promoção de aprendizagem para que venham proporcionar aprimoramento social aos seus assistidos.

Balanços Patrimoniais dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

ATIVO	2020	2019	PASSIVO	2020	2019
CIRCULANTE	**12.074.013**	**12.332.222**	**CIRCULANTE**	**4.486.557**	**2.649.962**
Caixa e Equivalentes de Caixa - Nota 03 (a)	12.024	11.506	Fornecedores a pagar- Nota 04 (a)	435.374	583.617
Aplicações Financeiras - Nota 03 (b)	1.661.634	3.251.813	Obrigações Trabalhistas e Tributárias - Nota 04 (a)	434.117	452.922
Clientes a Receber - Nota 03 (c)	3.426.508	3.660.847	Outras contas a pagar - Nota 04 (a)	22.854	48.441
Subvenções a Receber - Nota 03 (c)	1.137.553	1.137.553	Subvenções a realizar - Nota 04 (a)	1.195.969	1.137.553
Outros Ativos Circulantes - Nota 03 (c)	76.631	107.824	Provisões - Nota 04 (a)	405.938	427.429
Impostos a Recuperar - Nota 03 (c)	3.387	17.785	Cambios a Liquidar - Nota 04 (a)	1.992.306	-
(-) Prov Créditos Liquid Duvidosa - Nota 03 (d)	(585.638)	(431.522)	**NÃO CIRCULANTE**	**1.812.288**	**2.694.000**
Estoques - Nota 03 (e)	6.243.834	4.395.399	Convenios a realizar - Suvenções Nota 05 (a)	1.644.589	2.626.302
Despesas antecipadas - Nota 03 (c)	98.081	181.018	Provisão Contingências - Nota 14	167.699	67.699
NÃO CIRCULANTE	**2.826.878**	**4.100.182**	**PATRIMÔNIO LIQUIDO**	**8.602.046**	**11.088.442**
Depósito Judicial - Nota 03 (c)	583.282	588.215	Patrimônio Social - Nota 06	11.088.442	9.999.174
Convênio a Receber - Subvenções Nota 03 (c)	1.644.589	2.626.302	Superávit / (Déficit) do Período	(2.488.961)	868.896
Impostos a recuperar - Nota 3 (c)	8.996,5	8.996,5	Ajustes de Valor Patrimonial	-	220.372
IMOBILIZADO	**590.011**	**876.670**	Ajustes Períodos Anteriores	2.564	-
Tangível - Nota 03 (f)	563.507	803.831			
Intangível - Nota 03 (f)	26.504	72.838			
TOTAL DO ATIVO	**14.900.891**	**16.432.405**	**TOTAL DO PASSIVO**	**14.900.891**	**16.432.405**

Demonstração das Mutações do Patrimonio Líquido - Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020 (Em Reais)

Descrição das Mutações	Patrimônio Social	Superávit / Déficit Acumulados	Ajuste de Valor Patrimonial	Transferência de Recursos	Superavit do Período	Déficit do Período	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**10.109.433**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(110.258)**	**9.999.175**
Transferência de numerários entre filiais	-	-	-	16.744.068	-	-	16.744.068
Transferência de numerários entre filiais	-	-	-	(16.744.068)	-	-	(16.744.068)
Transferência de bens entre unidades	-	-	-	411.579	-	-	411.579
Transferência de bens entre unidades	-	-	-	(411.579)	-	-	(411.579)
Incorporação ao Patrimonio Social	(110.258)	-	-	-	-	110.258	-
Incorporação ao Patrimonio Social	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Valor Patrimonial	-	-	220.372	-	-	-	220.372
Superavit do Período	-	-	-	-	868.896	-	868.896
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**9.999.175**	**-**	**220.372**	**-**	**868.896**	**-**	**11.088.443**
Transferência de numerários entre filiais	-	-	-	6.197.744	-	-	6.197.744
Transferência de numerários entre filiais	-	-	-	(6.197.744)	-	-	(6.197.744)
Transferência de bens entre unidades	-	-	-	185.167	-	-	185.167
Transferência de bens entre unidades	-	-	-	(185.167)	-	-	(185.167)
Incorporação ao Patrimonio Social	868.896	-	-	-	(868.896)	-	-
Incorporação ao Patrimonio Social	220.372	-	(220.372)	-	-	-	-
Ajuste de Períodos Anteriores	-	-	2.564	-	-	-	2.564
Deficit do Período	-	-	-	-	-	(2.488.961)	(2.488.961)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**11.088.443**	**-**	**2.564**	**-**	**-**	**(2.488.961)**	**8.602.046**

Demonstração do Resultado do Período Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

Descrição	2.020	2.019
Receita Bruta de Bens e Serviços	**17.826.361**	**24.494.570**
Receita de Venda de Bens - Nota 09 (a)	16.713.816	23.034.424
Receita de Serviços Publicidade - Nota 09 (a)	37.970	71.110
Receita das Atividades Educacionais "com restrição" - Nota 08	981.713	1.266.484
Receita Assinatura de Revistas - Nota 09 (a)	79.019	98.480
Doações Pessoas Físicas e Jurídicas - Nota 08	4.250	1.669
Receitas Financeiras (CEI Sagrada Família) - Nota 08	9.594	22.404
(-) Deduções da Receita Bruta	**(552.174)**	**(692.725)**
Devolução de Vendas de Bens	(474.068)	(570.594)
Impostos Incidentes s/ Receitas de Vendas de Bens	(568.828)	(778.453)
(-) Gratuidades - Cofins s/Faturamento - Nota 13 (b)	490.723	675.681
Cancelamento Assinatura de Revistas	-	(19.360)
(-) Custo dos Produtos e Serviços - Nota 09 (b)	**(13.058.022)**	**(15.350.294)**
Custo dos Bens e Serviços Vendidos	(13.350.353)	(15.732.411)
(-) Gratuidades - Quota Patronal INSS - Nota 13 (a)	292.332	382.117
= Resultado Bruto	**4.216.165**	**8.451.551**
(-) Despesas Operacionais - Nota 09 (b)	**(6.069.193)**	**(8.362.772)**
Despesas Administrativas e Gerais	(2.414.243)	(3.982.904)
Despesas com Pessoal	(3.087.069)	(3.627.062)
(-) Gratuidades - Quota Patronal INSS - Nota 13 (a)	484.122	624.226
Beneficios a Empregados	(601.303)	(925.378)
Depreciações e Amortizações	(296.805)	(464.701)
Despesas Financeiras	(509.020)	(322.261)
(-) Receitas Financeiras	355.124	335.307
(+/-) Outras Receitas / Despesas Operacionais	**480.361**	**2.200.661**
Outras Receitas	1.014.107	2.693.247
Outras Despesas	(533.747)	(492.586)
(-) Aplicações em Gratuidades	**(1.116.294)**	**(1.420.544)**
Custo com Gratuidades Nota 09 (f)	(1.233.557)	(1.623.177)
(-) Gratuidades - Quota Patronal INSS - Nota 13 (a)	117.264	202.633
= SUPERÁVIT / (DÉFICIT) DO PERÍODO - Nota 19	**(2.488.961)**	**868.896**

Demonstração dos Fluxos de Caixas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais) - Método Indireto

A) Atividades Operacionais	2.020	2.019
Superávit / (Déficit) do Período	(2.488.961)	868.896
Depreciação e Amortização	317.529	464.701
Prov Créditos Liquid.Duvidosa	154.116	225.350
Ajuste de Valor Patrimonial	-	220.372
Ajustes Períodos Anteriores	2.564	-
Ajuste de Estoque	65.658	-
Déficit / Superávit do Exercício Ajustado	***(1.949.093)***	***1.779.319***
Acréscimo / Decréscimo do AC + ANC		
Aumento (redução) nos estoques	(1.848.435)	279.904
Aumento (redução) no contas a receber	234.339	141.257
Aumento (redução) em outros ativos circulantes	45.592	947.989
Aumento (redução) no contas a receber - Longo Prazo	986.646	1.231.892
Aumento (redução) de Despesas antecipadas	82.937	(15.017)
Total Acréscimo / Decréscimo do AC + ANC	***(498.922)***	***2.586.025***
Acréscimo / Decréscimo do PC + PNC	-	
Aumento (redução) Provisão Contigência	100.000	(1.479.523)
Aumento (redução) em outras Contas a Pagar	(32.829)	29.038
Aumento (redução) de Provisão férias e encargos	(21.491)	(12.810)
Aumento (redução) em fornecedores	1.844.063	(101.431)
Aumento (redução) em Obrigações Trabalhistas e tributárias	(18.805)	48.400
Aumento (redução) no contas a pagar - Longo Prazo	(981.713)	(1.260.336)
Total Acréscimo / Decréscimo do PC + PNC	***889.225***	***(2.776.662)***
= Caixa e Equivalentes de Caixa Liquida Gerada Atividades Operacionais	**(1.558.790)**	**1.588.682**
B) Atividades Investimentos		
Ativo imobilizado	(30.870)	(109.839)
= Caixa e Equivalentes de Caixa Liquida Gerada Atividades Investimentos	**(30.870)**	**(109.839)**
C) Atividades Financiamentos		
Empréstimos e Financiamentos	-	(1.898.121)
= Caixa e Equivalentes de Caixa Liquida Gerada Atividades Financiamentos	**-**	**(1.898.121)**
Aumento (Redução) nos Caixas e Equivalentes de Caixa	**(1.589.660)**	**(419.278)**
Demonstração da Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(1.589.660)**	**(419.278)**
Caixa e Equivalentes de Caixa (Inicio do Ano)	3.263.319	3.682.597
Caixa e Equivalentes de Caixa (Final do Ano)	1.673.659	3.263.319

Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis do Exercício Findo em 31 de Dezembro 2020 (Em Reais)

1 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: Na elaboração das demonstrações contábeis de 2020, a Entidade adotou a Lei n° 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 e a Lei nº 12.868/2013 que alteraram artigos da Lei nº6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC Nº. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros. **2 - FORMALIDADES DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO1.330/2011 (NBC ITG 2000):** A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Diário" da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas (Substituído pela ECD e ECF). A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a)** ***Caixa e Equivalentes de Caixa*** - Conforme determina à resolução do CFC 1.296/10 (NBC TG 03) - Demonstrações do Fluxo de Caixa e Resolução 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda e depósitos a vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou de até 90 (noventa) dias e que estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valor.

Caixa e equivalentes de caixa - Sem restrições	2020	2019
Caixa	9.841,48	9.867,56
Banco Itaú s/a	133,00	60,00
Caixa Economica Federal	2.031,00	1.559,24
	12.005,48	11.486,80

Caixa e equivalentes de caixa - Com restrição	2020	2019
Caixa CEI Sagrada Familia	8,17	8,17
Banco Itaú s/a cc 66040-3 CEI Sagrada Familia	10,00	10,00
Banco do Brasil cc 7097-1 CEI Sagrada Familia	-	-
Bradesco cc 19373-9 CEI Sagrada Familia	1,00	1,00
	19,17	19,17

b) ***Aplicações de liquidez imediata*** - As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicado, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

Aplicações de liquidez imediata - Sem restrições	2020	2019
Banco Itaú s/a	1.153.394	2.771.445
Banco do Brasil	127.446	64.055
	1.280.840	2.835.499

Aplicações de liquidez imediata - Com restrições	2020	2019
Banco Itaú s/a cc 66040-3 CEI Sagrada Familia - Aut mais	867,19	534,84
Banco Itaú s/a cc 66040-3 CEI Sagrada Familia - Soberano Simples	21.484,90	1,74
Banco do Brasil cc 7097-1 CEI Sagrada Familia	308,61	307,46
Bradesco cc 19373-9 CEI Sagrada Familia	358.133,71	415.469,97
	380.794,41	416.314,01

c) ***Ativos Circulantes e Não Circulantes*** - Os créditos a receber decorrentes da prestação de serviços, vendas de mercadorias e ou produtos e convênios firmados com a Prefeitura do Município São Paulo, registradas pelo valor faturado. Os saldos das contas "Outros Créditos" são compostos basicamente por créditos com funcionários, impostos a recuperar e outras contribuições a compensar.

Contas a Receber	2020	2019
Duplicatas a Receber	3.426.508	3.660.847
Subvenções a Receber	1.137.553	1.137.553
	4.564.060	4.798.399

Outros Créditos	2020	2019
Créditos com colaboradores	71.631	104.919
Adiantamento a fornecedores	5.000	2.905
Impostos a recuperar	3.387	17.785
	80.017	125.609

d) ***Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)*** - Foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, foi calculada seguindo a política da entidade, tendo por base a "receita bruta" deduzidas as devoluções de vendas, aplicando 1% (um por cento), sobre a referida base.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	2020	2019
Provisão de créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	(585.638)	(431.522)
	(585.638)	(431.522)

e) ***Estoques Resolução CFC 1.170/2009 (NBC TG 16)*** - Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, os valores contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se a produtos de revenda, MP, consumo de produção até a data do balanço. O valor total escriturado em estoques no exercício de 2020 é de ***R$ 6.243.834*** *(Seis milhões, duzentos e quarenta e três mil, oitocentos e trinta e quatro reais).*

Estoques	2020	2019
Materia Prima	-	12.565
Mercadoria para Revenda	6.243.834	4.382.834
	6.243.834	4.395.399

f) Imobilizado - São registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas abaixo, outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item no imobilizado, qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando ocorrido.

QUADRO DEMONSTRATIVO DO IMOBILIZADO EM 31/12/2020

Descrição dos Bens	Taxas de Depreciação	2020	2019
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	10%	841.263	841.263
Ferramentas	10%	700	700
Instalações Comerciais	10%	401.715	401.715
Equipamentos de Escritório e Informática	20%	1.592.634	1.590.032
Móveis e Utensilios	10%	669.817	662.584
Veículos Leasing	20%	195.412	195.412
Veículos	20%	1.096.475	1.083.475
Maquinas e Equipamentos Diversos	10%	862.628	862.628
Equipamentos de segurança	10%	15.312	15.312
Aparelhos de Som	10%	9.338	5.500
Total		**5.685.294**	**5.658.622**
(-) Depreciação/Amortização Acumulada		**(5.121.787)**	**(4.854.791)**
Líquido		**563.507**	**803.831**
Intangiveis em Operação	20%	309.430	305.232
(-) Depreciação / Amortização Acumulada		(282.926)	(232.394)
Líquido		**26.504**	**72.838**

g) ***Passivo Circulante e Não Circulante*** - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base nas taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada operação. ***Provisões*** - Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou uma obrigação, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação, são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. **h)** ***Prazos*** - Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. **i)** ***Provisão para Férias e Encargos*** - Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **j)** ***Provisão para 13º Salário e Encargos*** - Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. **k)** ***Despesas e Receitas*** - Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência. **l)** ***Apuração do Resultado*** - O resultado foi apurado segundo o regime de competência, as receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre o ativo e o passivo e suas realizações estão reconhecidas no resultado. **m)** ***Estimativas Contábeis*** - A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração da entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas. Ativos e Passivos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo Imobilizado, PCLD, e contingências trabalhistas. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. **4 - PASSIVO CIRCULANTE:** Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigação fiscal, trabalhista, tributária empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar e provisões sociais.

Passivo Circulante	2020	2019
Duplicatas a Pagar	435.374	583.617
Obrigações Trabalhistas e Tributárias	434.117	452.922
Convenio a realizar - Subvenção	1.195.969	1.137.553
Outras obrigações	22.854	48.441
Provisões	405.938	427.429
Cambios a Liquidar	1.992.306	-
	4.486.557	2.649.962

Obrigações Trabalhistas e Tributárias	2020	2019
INSS a recolher	32.370	36.799
INSS retido a recolher	1.668	4.615
FGTS a recolher	341.964	350.184
Contribuição sindical a recolher	11.628	11.759
Pis/Cofins/Csll - Lei 10.833/2003	898	1.752
ICMS a recolher	9.071	5.735
IRRF s/salários a recolher	32.089	34.197
ISS a recolher	228	994
IRRF a recolher	4.202	6.888
	434.117	452.922

Outros Contas a Pagar	2020	2019
Convenio a realizar - Subvenções	1.195.969	1.137.553
Adiantamento de clientes	-	100
	1.195.969	1.137.653

Provisões Sociais	2020	2019
Provisão de Férias	375.869	395.871
FGTS s/ Férias	30.069	31.558
	405.938	427.429

5 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE: Este grupo está composto por provisões para contingências e subvenções a realizar, onde os valores ultrapassam o exercício subsequente. a) Provisões para contingências e subvenções a realizar.

Outras Obrigações PNC	2020	2019
Provisão para contingências	167.699	67.699
Convenio a realizar - Subvenções	1.644.589	2.626.302
	1.812.288	2.694.000

6 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O Patrimônio líquido é composto de bens móveis e imóveis, e quaisquer outros que a entidade seja proprietária. O valor do Superávit/Déficit do exercício será incorporado à conta do Patrimônio Social após a aprovação de Ata dos associados. **7 - COBERTURAS DE SEGUROS:** A política da entidade é a de manter cobertura de seguros para todos os bens do imobilizado e estoques sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para cobrir sinistros, considerando a natureza dos bens e atividade desenvolvida, sob a orientação de consultores de seguros. **8 - SUBVENÇÕES E/OU CONVÊNIOS PÚBLICOS RESOLUÇÃO CFC nº 1.305/10 (NBC TG 07):** São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a entidade presta conta de todo fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da entidade e as despesas de acordo com as suas finalidades. Para a contabilização de suas subvenções governamentais, a Entidade, atendeu a Resolução nº 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC que aprovou a NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002. No exercício de ***2020*** foi recebido a título de subvenções governamentais o montante de **R$ 981.712,68** e R$**1.266.483,65** no exercício de ***2019***, da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Exercício	Concedente	Entidade	Termo de colaboração	Valor Recebido	Valor Realizado
2020	Prefeitura do Município de São Paulo	CEI Sagrada Família	1025/DRE-IP/2017	981.712,58	981.712,58

9 - ATIVIDADE FILANTRÓPICA - ASSISTÊNCIA SOCIAL: a) As receitas da entidade são apuradas através de notas fiscais e de comprovantes de recebimentos. **Demonstração do Resultado do Período Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)**

Descrição	2020	2019
Receita Bruta de Bens e Serviços	**17.826.361**	**24.494.570**
Receita de Venda de Bens - Nota 09 (a)	16.713.816	23.034.424
Receita de Serviços Publicidade - Nota 09 (a)	37.970	71.110
Receita das Atividades Educacionais "com restrição" - Nota 08	981.713	1.266.484
Receita Assinatura de Revistas - Nota 09 (a)	79.019	98.480
Doações Pessoas Físicas e Jurídicas - Nota 08	4.250	1.669
Receitas Financeiras (CEI Sagrada Família) - Nota 08	9.594	22.404

b) Os custos e despesas são apurados através de notas fiscais, recibos e outros comprovantes de pagamentos.

Demonstração do Resultado do Período Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

Descrição	2020	2019
(-) Custo dos Produtos e Serviços - Nota 09 (b)	**(13.058.022)**	**(15.350.294)**
Custo dos Bens e Serviços Vendidos	(13.350.353)	(15.732.411)
(-) Gratuidades - Quota Patronal INSS - Nota 13 (a)	292.332	382.117
= Resultado Bruto	4.216.165	8.451.551
(-) Despesas Operacionais - Nota 09 (b)	**(6.069.193)**	**(8.362.772)**
Despesas Administrativas e Gerais	(2.414.243)	(3.982.904)
Despesas com Pessoal	(3.087.069)	(3.627.062)
(-) Gratuidades - Quota Patronal INSS - Nota 13 (a)	484.122	624.226
Beneficios a Empregados	(601.303)	(925.378)
Depreciações e Amortizações	(296.805)	(464.701)
Despesas Financeiras	(509.020)	(322.261)
(-) Receitas Financeiras	355.124	335.307

c) Os gastos administrativos, Outras receitas e Outras despesas estão compostos como segue abaixo;

Demonstração do Resultado do Período Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

Descrição	2020	2019
Composição Gastos Administrativos	**(2.414.243,00)**	**(3.982.904,12)**
Gastos com manutenção em geral	**(336.282,40)**	**(516.422,67)**
Gastos com serviços contratados	(755.802,83)	(786.284,83)
Gastos com comunicação	(159.463,08)	(176.534,68)
Gastos com energia eletrica	(80.148,04)	(127.115,90)
Gastos com agua e esgoto	(28.329,81)	(57.378,62)
Gastos com viagens e representações	(74.122,82)	(101.429,15)
Gastos com feiras e eventos	(85.070,39)	(272.724,93)
Gastos com publicidade e propaganda	(436.395,66)	(357.240,07)
Gastos provisão para creditos de liquidação duvidosa	(163.437,55)	(225.350,14)
Gastos com seguros	(49.752,58)	(57.520,73)
Gastos com higiene e limpeza	(28.382,10)	(31.382,51)
Gastos com cessão de software	(35.019,73)	(23.429,61)
Gastos com locação	(51.220,30)	(43.314,06)
Gastos com impostos e taxas	(33.778,70)	(53.202,44)
Gastos com impostos e taxas - Icms unidade fabril	-	(977.088,42)
Festas e comemorações	(14.327,23)	(70.532,36)
Outros gastos administrativos	(82.709,77)	(105.953,00)
Composição Outras Receitas	**1.014.107,47**	**2.693.246,50**
Ajuste estoque	92.283,65	-
Recebimento sinistro seguro	3.837,56	7.103,60
Recebimento processo pis sobre folha	531.984,48	-
Ganho na venda imobilizado	315.654,90	79.500,00
Recebimento alugueis ativos	57.504,30	98.242,13
Icms sobre outras entradas não especificadas	3.521,34	5.755,02
Reversão provisão para creditos liquidação duvidosa	9.321,24	-
Reversão provisão para contingencia	-	1.504.523,46
Abatimento empréstimo Provincia Claretiana	-	998.122,29
Composição Outras Despesas	**(533.746,63)**	**(492.585,50)**
Ajuste estoque	(13.819,47)	-
Infrações de transito	(2.659,20)	(367,81)
Provisão para contingencia	(100.000,00)	(25.000,00)
Remessa mercadorias bonificação/doação/brindes	(410.200,25)	(463.512,55)
Icms sobre outras saídas não especificadas	(7.067,71)	(3.705,14)

d) As receitas e despesas financeiras estão compostas como segue quadro abaixo;

Demonstração do Resultado do Período Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

Descrição	2020	2019
Composição Receitas Financeiras	**355.124,02**	**335.307,43**
Juros auferidos	161,05	5111,46
Descontos Obtidos	48,74	296,30
Variação Monetária Ativa - Processo Pis folha de pagamento	108.058,00	-
Variação Cambial - Processos importação	216.611,92	219.882,11
Rendimentos aplicações financeiras	30.244,31	110.017,56
Composição Despesas Fienanceiras	**(509.020,26)**	**(322.261,00)**
Juros incorridos	(12.406,80)	(7.760,32)
Comissões e tarifas bancárias	(115.733,67)	(138.972,98)
Variação Cambial Passiva - Processos importação	(380.879,79)	(175.527,70)

e) Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais. **f)** Gratuidades - As gratuidades concedidas foram ininterruptas e totalmente gratuitas. No exercício de 2020 foram atendidas um total de 140 crianças e tendo 19.600 atendimentos, sendo 44 crianças na faixa etária de 1 a 2 anos, 48 crianças na faixa etária de 2 a 3 anos e 48 crianças na faixa de 3 a 4 anos, conforme artigo 13º da lei 12.101/2009 (alterada pela lei 12.868/2013 e regulamentada pelo Decreto Federal 8.242/2014). O total de gratuidades concedidas no ano foi de ***R$ 1.233.557,00*** e R$ ***R$ 1.623.177,00***, em 2019, conforme demonstrativo de cálculo abaixo:

Relatório de Atividades 2020 ASC

Período	Unidade	Descrição	Quantidade	Total de Atendimentos	Custo Total
2020	Cei - Sagrada Familia	Atendimento a criança na faixa etária de 0 a 1 anos	-	-	-
2020	Cei - Sagrada Familia	Atendimento a criança na faixa etária de 1 a 2 anos	44	6.160	387.689
2020	Cei - Sagrada Familia	Atendimento a criança na faixa etária de 2 a 3 anos	48	6.720	422.934
020	Cei - Sagrada Familia	Atendimento a criança na faixa etária de 3 a 4 anos	48	6.720	422.934
2020	**Total**	**Atendimentos Gratuitos**	**140**	19.600	**1.233.557**

10 - ISENÇÃO TRIBUTÁRIA: A Entidade é isenta as incidências das Contribuições Sociais por força da Lei nº 9.532/97, Lei nº 12.101/09 alterada pela Lei 12.868/13 e Decreto Federal 8.242/14. **11 - CARACTERÍSTICAS DA ISENÇÃO:** A Ação Social Claretiana é uma sociedade civil sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12 da lei 9.532/97 e artigo 1º da lei nº 12.101/09 (alterada pela Lei nº 12.868/34 e Decreto Federal 8.242/14), e por isso é reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), no qual usufrui das seguintes características: **a)** A instituição é regida por legislação infraconstitucional; **b)** A isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em lei; **c)** Existe o fato gerador, mas a entidade é dispensada de pagar o tributo; **d)** Há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido; **12 - REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA: Operacionais e Contábeis:** • Possui Certidão Negativa ou positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretária da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; • Mantém sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; • Conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial; • Cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; • Elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade; A Ação Social Claretiana é uma entidade beneficente de assistência social e para usufruir da isenção tributária determinada pelo artigo 29 da lei 12.101/09 (alterada pela Lei 12.868/34 e Decreto Federal 8.242/14), cumpre os seguintes requisitos **Estatutários: a)** Não percebe a seus Diretores, conselheiros, sócios instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagem ou benefícios direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos (art. 30º do Estatuto Social); **b)** Aplicam suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais (art. 16º do Estatuto Social); **c)** Não efetua distribuição de resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto (art.15º do Estatuto Social); **d)** Atende o princípio da universalidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados; **e)** Tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas (art. 40º do Estatuto Social); consta em seu Estatuto a natureza, objetivos e público alvo compatíveis com a Lei nº 8.742/93 (LOAS) e Decreto nº 6.308/07 (art. 2º do Estatuto Social). **13 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS):** Conforme o artigo 29 da Lei No. 12.101/09 (alterada pela lei 12.868/34 e o Decreto Federal 8.242/14) entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91 e artigo 276 IN 1.911/2019. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas, e o montante do período que não foi recolhido. **a) Isenção da Quota Patronal** - No exercício de 2020 da entidade usufruiu da isenção da Quota Patronal do INSS, cujo montante foi no valor de R$ 893.718,02 e R$ 1.208.976,17 no exercício de 2019. **b) Isenção COFINS sobre Faturamento** - No exercício 2020 a entidade usufruiu da isenção da COFINS s/Faturamento, cujo montante foi no valor de R$ 490.722,67 e R$ 675.681,47 no exercício de 2019. **14 - PROVISÕES DE PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES (RESOLUÇÃO CFC nº 1.180/09 NBC TG:** Em atendimento a resolução CFC 1.180/09, e respaldado por um documento recebido do departamento jurídico da Entidade, constatando os processos administrativos e/ou judiciais (fiscais e/ou trabalhistas) que a entidade possui a situação provável com suficiente segurança da perda destes valores, no exercício de 2020 o valor da conta de provisão é de R$ 167.698,72 e R$ 67.698,72 no exercício de 2019. **15 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (EVENTO SUBSEQUENTE):** Termo de Encerramento do Procedimento Fiscal iniciado em 14/10/2009 no período de 01/2006 a 12/2007 referente às contribuições sociais previstas no artigo 11, parágrafo único, alíneas "a", "b" e "c", da Lei nº 8.212 de 24/07/1991 e contribuições por lei devidas a terceiros, provenientes de Empresas ou Equiparadas, conforme preveem os artigos 2º e 3º, da Lei nº 11.457, de 16/03/2007, face ao exposto foram lavrados os Autos de Infração AI nº 372907733 e 372907741 na data de 27/09/2011 no valor total de R$ 6.311.469,33, valor que está sendo discutido na esfera administrativa pelo departamento jurídico da Entidade. **16 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC):** A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC 1.152/09 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO. As rubricas contábeis que compõem o saldo das Atividades de Investimentos são as seguintes: • Imobilizado; • Intangível; • Empréstimos e Financiamentos. **17 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA:** A Entidade é imune à incidência de impostos por força do Artigo 150, inciso VI alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988. **18 - REQUISITOS PARA IMUNIDADE TIBUTÁRIA:** A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN). O artigo 14 do CTN estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, estes estão previstos no Estatuto da Entidade e seu cumprimento e pode ser comprovado pela sua escrituração contábil, no qual transcrevemos: **a)** Não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (Art.15 do Estatuto Social). **b)** Aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (Art.17 do Estatuto Social). **19 - DO RESULTADO DO PERÍODO:** O DEFICIT do exercício de 2020 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social. **20 - DA CONTINUIDADE DA OPERAÇÃO (ATOS FUTUROS):** Na atual crise da saúde/sanitária, atingida pela pandemia mundial da COVID-19, a entidade assegura que não descontinuará suas atividades, visto que apenas uma pequena parte de seus recursos são oriundos de repasses de órgãos governamentais (PMSP). Declara que está recebendo regularmente os referidos repasses. A entidade aderiu ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda do Governo Federal Lei 14.020/2020. **21 - IMPACTO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELACIONADO À PANDEMIA DO CORONA VÍRUS (COVID-19):** Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu o primeiro alerta de uma nova doença, depois que autoridades chinesas notificaram casos de uma misteriosa pneumonia na cidade de Wuhan. No dia 9 de janeiro de 2020, foi anunciado pela OMS que os casos de pneumonia estariam ocorrendo devido a um novo Coronavírus, tipo semelhante ao da Síndrome Respiratória Aguda Grave (Sars). Esse evento acabou afetando a economia mundial e, certamente, poderá gerar impactos que devem ser refletidos em alguma extensão, nos demonstrativos contábeis e financeiros das empresas brasileiras e outras espalhadas pelo mundo. A Administração entende que não é possível mensurar os efeitos econômicos decorrentes da propagação do Coronavírus (COVID19) e das medidas governamentais tomadas para evitá-la, porém, nesse momento, está tomando medidas internas para avaliação dos impactos a nível de negócio e avaliou as normas mencionadas no comunicado divulgado pelo Conselho Federal de Contabilidade emitido no dia 9 de março de 2020 conforme destacado a seguir: _ CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos; _ CPC 24 - Evento Subsequente _ CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis; _ CPC 47 - Receita de contrato com cliente; e _ CPC 48 - Instrumentos financeiros; A Administração está envidando esforços para garantir com base nos princípios contábeis de que quaisquer impactos identificados sejam refletidos nos seus demonstrativos financeiros, contudo, concluiu na data de aprovação de emissão dessas Demonstrações financeiras que os estudos internos dos impactos do COVID19 até então realizados não se materializam e impactam as Demonstrações financeiras aqui apresentadas. **22 - PIS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO -** PROCEDIMENTO COMUM NUMERO: 5013556-02.2017.4.03.6100 10ª VARA CIVEL FEDERAL DE SÃO PAULO. Trata-se ação sob o procedimento comum, com pedido de tutela de evidência, ajuizada pela AÇÃO SOCIAL CLARETIANA em face da UNIÃO FEDERAL, objetivando provimento jurisdicional que declare a inexistência de relação jurídica que a obrigue ao recolhimento da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) em razão de imunidade, condenando, ainda, a ré à restituição dos valores Indevidamente recolhidos a esse título desde a competência de julho de 2012 (pagamentos efetuados em agosto de 2012), devidamente acrescidos da taxa SELIC, mediante expedição de precatório ou compensação. **a)** Número: 5013556-02.2017.4.03.6100 Classe: PROCEDIMENTO COMUM; Órgão julgador: 10ª Vara Cível Federal de São Paulo; Última distribuição: 30/08/2017 Valor da causa: R$ 557.809,97; Valor recebido em 30/12/2020 - R$ 652.599,10; Banco Itaú s/a - Agencia 0061 - Conta Corrente 51.630-8; Assuntos: Compensação, Repetição de indébito, PIS; Pedido de liminar ou antecipação de tutela? SIM Justiça Federal da 3ª Região; PJe - Processo Judicial Eletrônico Partes Procurador/Terceiro vinculado; ACAO SOCIAL CLARETIANA (AUTOR) MARIA EDNALVA DE LIMA (ADVOGADO); UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL (RÉU). **23** - **DOS REGISTROS CONTÁBEIS** - PROCEDIMENTO COMUM NUMERO: 5013556-02.2017.4.03.6100 10ª VARA CIVEL FEDERAL DE SÃO PAULO. **a)** em 30/12/2020 foi recebido valor de R$ 652.599,10, registrados nas contas contábeis como segue;

BANCO ITAU S/A CC 51630-8 (AC)	R$ 652.599,10
PIS A RECUPERAR (AC)	R$ 16.407,72
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS (DRE)	R$ 528.133,38
VARIAÇÃO MONETÁRIA ATIVA SELIC (DRE)	R$ 108.058,00

São Paulo, 31 de dezembro de 2020.

Relatório da Diretoria

Srs. Fundadores e Colaboradores: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutarios, apresentamos as demonstrações contábeis e notas explicativas referente ao exercicio social encerrado em 31/12/2020. A todos que contribuem e confiam em nosso trabalho, nossos agradecimentos, **A Diretoria**

Diretoria

Luís Erlin Gomes Gordo - Diretor Presidente - CPF/MF: 779.644.629-20
Rodrigo Godoi Fiorini - Diretor Vice-Presidente e Tesoureiro - CPF/MF: 251.503.848-44
José Heitor Vasconcelos de Menezes - Diretor Secretário - CPF/MF: 037.101.424-74

Conselheiros

Roque Vicente Beraldi - CPF/MF: 286.928.108-00
Claudio Scherer da Silva - CPF/MF: 550.821.810-68
Antônio de Oliveira Santos Filho - CPF/MF: 100.470.578-66

NOVA S&S Contabilidade, Tributos e Trabalhista S/S Ltda. - CRC 2SP 033.269/O-0
Rildo Dias de Souza - CRC 1SP 194.377/O-0 - CPF/MF: 167.018.738-12

Relatório do Auditor Independente

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da **AÇÃO SOCIAL CLARETIANA** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada **"Base para opinião com ressalva"** as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2.020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** A Entidade não possui o controle físico sobre o Imobilizado do Grupo Ativo Não Circulante e consequentemente as despesas com depreciações são calculadas por meio de taxas anuais fixadas pela legislação fiscal sobre os saldos contábeis das contas do Ativo Imobilizado. Para determinar os seus respectivos saldos e montantes adequados a serem contabilizados em despesas de depreciação, será necessário efetuar o levantamento físico e econômico do Ativo Imobilizado e, devido aos fatos descritos anteriormente, a Entidade também não efetuou a verificação de possíveis desvalorizações significativas que possam existir conforme determina a Resolução CFC nº 1.292/10 - NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e a revisão da vida útil econômica desses bens em atendimento a resolução 1.177/09 - NBC TG 27. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 22 de abril de 2.021
AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP 024298/O-3
Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador - CRC.: 1SP 187.003/ O- 0 CNAI-SP-1620

ANUNCIE:
11. 3729-6600

A VERDADE NAS BANCAS
www.gazetasp.com.br

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2021 | 18:19:02 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 5AE8AFE7-7AA1-423E-B05A-82E1D9F06A3B

SUPERBID.NET - 11 4950-9400 SUPERBID

30/04/2021 A PARTIR DAS 16:30h. Sold -Kilters Restaurante. Loc.: SP. Fogão, Fritadeira, Buffet, Balcões Refrigerados, Mesas, Cadeiras, Utensílios, Etc (São Paulo/SP). **07/05/2021 A PARTIR DAS 11:00h.** Sold Bassano. Loc.: SP. Desativação de Restaurante. **07/05/2021 A PARTIR DAS 12:00h.** Sold Baymetrics. Loc.: SP. Equipamentos de TI e Telefonia Servidores, Roteadores. **07/05/2021 A PARTIR DAS 14:30h.** Sold- Planik 27 Stand SPE. Loc.: SP. Mesas, Banquetas, Cadeiras, Vasos Sanitários, Cubas, Etc. **07/05/2021 A PARTIR DAS 16:00h.** Sold -Italinea. Loc.: SP. Armários, Gabinetes, Mesas, Cadeiras, Painéis, Etc. **10/05/2021 A PARTIR DAS 12:00h.** Sold Novo Mundo. Loc.: GO. Informática, Bens de Consumo e Outros. **10/05/2021 A PARTIR DAS 14:00h.** Sold Sombra MRV Embu. Loc.: SP. Bens de Apartamentos Decorados. **11/05/2021 A PARTIR DAS 12:00h.** Sold Carrefour. Loc.: SP. Equipamentos: Refrigeradores, Expositores, Luminárias. **11/05/2021 A PARTIR DAS 14:00h.** Sold Vitacon. Loc.: SP. Frigobar, Microondas, Cadeiras, Aparador, Etc. **12/05/2021 A PARTIR DAS 11:00h.** Sold Estação das Cozinhas. Loc.: SP. Freezers, Ultracongelador, Batedeira Planetária, Coifa, Etc. **13/05/2021 A PARTIR DAS 10:00h.** 4ª Vara Cível de São José do Rio. Loc.: SP. Nua Propriedade De Um Prédio Residencial. **13/05/2021 A PARTIR DAS 10:30h.** 4ª Vara Cível de São José do Rio. Loc.: SP. Guilhotina hidráulica. **13/05/2021 A PARTIR DAS 11:00h.** 7ª Vara Cível de Santo Amaro. Loc.: SP. Direitos sobre apartamento. **13/05/2021 A PARTIR DAS 11:30h.** 1ª Vara Cível de Santa Fé do Sul/SP. Loc.: SP. Computadores e mobiliários, Computadores e mobiliários. **13/05/2021 A PARTIR DAS 14:30h.** MA IMÓVEIS - Banco Inter - 3° Leilão. Loc.: SP. Casa em São Paulo/SP - Pagto 24 a 240 x - 48% Abaixo da. **07/05/2021 A PARTIR DAS 13:30.** MA Imóveis - Godoi AF - 2ª Praça. Loc.: SP. Terreno 125m² em Condomínio Fechado, Cotia/SP. **07/05/2021 A PARTIR DAS 15:00.** MA Imóveis - Inter AF - 2ª Praça. Loc.: SP. Apto 50m² em Alphaville Barueri/SP - Alienação Fiduciária. **10/05/2021 A PARTIR DAS 13:30.** MA IMÓVEIS - EMPÍRICA - AF 2ª Praça. Loc.: SP. Sala Comercial 45m² no Centro em São Vicente/SP.

Tel.: (11) 4950-9400 E-mail: cac@superbid.net - Auditório: Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105, Edifício Berrini One, 4º andar, São Paulo/SP, CEP: 04571-010. Alexandre Travassos JUCESP nº 951.
Os bens serão vendidos no estado em que se encontram. A descrição detalhada dos lotes e edital do leilão constam no site www.superbid.net ou no catálogo à ser distribuído no local do leilão.

SUPERBID.NET - 11 4950-9400 SUPERBID

07/05/2021 A PARTIR DAS 12:00h. Log Business. Loc.: SP. Prateleiras, Estruturas Armazenagem, Empilhadeiras.

Tel.: (11) 4950-9400 E-mail: cac@superbid.net - Auditório: Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105, Edifício Berrini One, 4º andar, São Paulo/SP, CEP: 04571-010. Eduardo Sylvio Schanzer - JUCESP nº 452.
Os bens serão vendidos no estado em que se encontram. A descrição detalhada dos lotes e edital do leilão constam no site www.superbid.net ou no catálogo à ser distribuído no local do leilão.

SUPERBID.NET - 11 4950-9400 SUPERBID

07/05/2021 A PARTIR DAS 10:00h. PM Iraceminha/SC. Loc.: SC. Fiat Siena, Fiat Mobi, Ônibus Urbano e Soprador de folhas.

Tel.: (11) 4950-9400 E-mail: cac@superbid.net - Auditório: Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105, Edifício Berrini One, 4º andar, São Paulo/SP, CEP: 04571-010. Servidor Municipal Evandro Joao Rauber - matrícula nº 83628.
Os bens serão vendidos no estado em que se encontram. A descrição detalhada dos lotes e edital do leilão constam no site www.superbid.net ou no catálogo à ser distribuído no local do leilão.

SUPERBID.NET - 11 4950-9400 SUPERBID

12/05/2021 A PARTIR DAS 11:00h. JECC de Botucatu/SP. Loc.: SP. Ônibus 43 lugares.

Tel.: (11) 4950-9400 E-mail: cac@superbid.net - Auditório: Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105, Edifício Berrini One, 4º andar, São Paulo/SP, CEP: 04571-010. Luiz Tociaki Hirano - JUCESP nº 922.
Os bens serão vendidos no estado em que se encontram. A descrição detalhada dos lotes e edital do leilão constam no site www.superbid.net ou no catálogo à ser distribuído no local do leilão.

SUPERBID.NET - 11 4950-9400 SUPERBID

07/05/2021 A PARTIR DAS 11:00h. Mahle. Loc.: SP. Autoclave, Sistemas de Osmose, Sensores, Estufas, MRO. **07/05/2021 A PARTIR DAS 12:30h.** Tupy. Loc.: SC. Brochadeira, Balanceadora, Fresadora. **07/05/2021 A PARTIR DAS 13:00h.** PME Tijolarte. Loc.: SP. MRO, Peças e Componentes Industriais, Exaustores. **07/05/2021 A PARTIR DAS 13:30h.** PME Container. Loc.: MG. Ferramentas e Peças Industriais, Componentes Elétricos. **07/05/2021 A PARTIR DAS 14:00h.** Givaudan. Loc.: SP. Equipamento De Purificação E Exaustão De Ar Kba Rto. **07/05/2021 A PARTIR DAS 14:10h.** PME Saboraki. Loc.: SP. Caminhão Bau MB 1114, 1988/1988. **07/05/2021 A PARTIR DAS 15:00h.** Ache. Loc.: SP. Climatizadores, Painel Elétrico. **07/05/2021 A PARTIR DAS 15:30h.** Tivit. Loc.: BA, ES, GO, PE, SC. Fiat Palio Fire, Chevrolet S10. **07/05/2021 A PARTIR DAS 17:00h.** SLC Agrícola. Loc.: BA, GO, MA, MS, MT, PI. Kombi, Ônibus, Distribuidores, Plantadeiras, Peças para. **07/05/2021 A PARTIR DAS 17:30h.** Enel. Loc.: RJ. Caixas Acústicas, Aparelhos para Academia e Ginástica. **10/05/2021 A PARTIR DAS 11:00h.** Usina Itajobi. Loc.: SP. Veículos, Colhedoras, Tratores, Pás Carregadeiras, Cabines. **10/05/2021 A PARTIR DAS 11:00h.** GHT. Loc.: SP. Peças e Componentes de Maquinas Agrícolas. **11/05/2021 A PARTIR DAS 11:00h.** Energizer. Loc.: PE. Paleteiras, Empilhadeiras, Retroescavadeiras, Paleteiras. **11/05/2021 A PARTIR DAS 11:30h.** GM. Loc.: RS. Prensa Schuler E4-800-4, 5-0, 812, Ano 1972, Série.: 71/56-. **11/05/2021 A PARTIR DAS 13:00h.** PME Equilíbrio. Loc.: SP. Peugeot Boxer Marimar A 2.3 (Ambulância), 2013/2014. **11/05/2021 A PARTIR DAS 15:00h.** Fundação São Francisco Xavier. Loc.: MG. Mobiliários, Sucatas de Eletrônicos, Camas Hospitalares. **12/05/2021 A PARTIR DAS 11:00h.** Grupo Eternit. Loc.: AM, BA, GO, PR, SP. Empilhadeiras, Geradores, Tratores, Varredeiras. **12/05/2021 A PARTIR DAS 15:00h.** MA imóveis - Grupo Votorantim. Loc.: MG, MT, PE, PR, RS, SP. Imóveis Comerciais, Rurais e Terrenos em MT, MG, PR, PE. **13/05/2021 A PARTIR DAS 13:00h.** Compartilhado 1078 A. Loc.: ES, MG, PA, RJ, SP. Materiais Elétricos, Materiais de Informática, Materiais.

Tel.: (11) 4950-9400 E-mail: cac@superbid.net - Auditório: Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105, Edifício Berrini One, 4º andar, São Paulo/SP, CEP: 04571-010. Renato Schlobach Moyses - JUCESP nº 654.
Os bens serão vendidos no estado em que se encontram. A descrição detalhada dos lotes e edital do leilão constam no site www.superbid.net ou no catálogo à ser distribuído no local do leilão.

LEILÃO EXTRAJUDICIAL DE APARTAMENTO EM SÃO PAULO/SP – EM 21/05/2021 - Anexo I

LOTE 001 SÃO PAULO/SP – Apartamento nº 1406, localizado no 14º andar do Edifício "The Empire State Faria Lima Hotel & Convention", situado à Rua Diogo Moreira, nº 247, Pinheiros. Área privativa: 26,710m², Área total: 67,390m². Matrícula nº 105.568 do 10º RI local. Obs.: Imóvel desocupado. Agendamento de visitas com o leiloeiro. **Lance Inicial: R$ 200.000,00.**

EDITAL DE LEILÃO - A proprietária, com sede em São Paulo/SP, doravante denominados simplesmente VENDEDORA, torna público, que venderá em leilão do tipo "MAIOR LANCE OU OFERTA", o imóvel de sua propriedade, relacionado no Anexo I, parte integrante deste Edital. O leilão será regido pelas normas e disposições, consignadas neste Edital e regras aplicáveis de Direito Privado. O leilão terá início a partir da data da liberação do imóvel no site, para envio de lances on-line, **encerrando-se no dia 21/05/2021, a partir das 10:00 horas** e será realizado na Av. Angélica nº 1.996, 6º andar, São Paulo/SP e estará a cargo da **Leiloeira Oficial, Sra. Dora Plat**, matriculada na **JUCESP sob nº 744**. 1. OBJETO - 1.1. A alienação do imóvel relacionado no anexo I, parte integrante deste Edital. 2. HABILITAÇÃO - 2.1. Os interessados deverão se cadastrar no site **zukerman.com.br** e se habilitar acessando a página deste leilão, para participação on-line, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do horário previsto, para o encerramento do leilão. 3. LANCES ON-LINE - 3.1. O envio de lances, se dará exclusivamente através do site **zukerman.com.br**. Sobrevindo lance nos 2 minutos, antecedentes ao horário de fechamento do lote, o prazo de envio de lances, será prorrogado em 2 (dois) minutos, quantas vezes, forem necessárias, para que todos tenham oportunidade de ofertar novos lances. 3.2. O proponente vencedor será comunicado expressamente, do prazo e condições de pagamento, estabelecidos neste edital. 4. DECLARAÇÃO DA COMITENTES VENDEDORA - 4.1. A VENDEDORA, legítima proprietária, declara sob as penas da lei, que o imóvel se encontra livre e desembaraçado de impostos, taxas, contribuições, etc., bem como de quaisquer ônus, judiciais e/ou extrajudiciais, com exceção daqueles, cuja necessidade de regularização, esteja informado no texto do lote, com a respectiva obrigação, quanto à regularização. 5. CONDIÇÕES DE VENDA - 5.1. O imóvel relacionado no Anexo I será vendido, a quem maior lance oferecer, em leilão de modo somente on-line, obedecidas às condições deste edital, reservando-se a VENDEDORA, o direito de liberar ou não o imóvel, pelo maior preço alcançado, partindo do lance inicial estabelecido, bem como, reunir ou retirar, quando for o caso, de acordo com seu critério ou necessidade, por intermédio do leiloeiro. 5.1.1. A homologação da venda, fica condicionada a exclusivo critério da VENDEDORA. O valor atribuído para o lance inicial do lote, não necessariamente é o preço mínimo de venda. A VENDEDORA, irá analisar a maior oferta recebida pelo lote, e, em até 07 (sete) dias úteis, após o término do leilão, anunciarão a decisão. 5.2. Os interessados na aquisição do imóvel, previamente à apresentação de lances, deverão ler atentamente todas as condições estabelecidas neste edital. As fotos divulgadas do imóvel são meramente ilustrativas, competindo aos interessados, procederem visita prévia à realização do leilão. 5.3. Caberá ao arrematante, providenciar às suas expensas, toda e qualquer regularização física e documental do imóvel, perante os órgãos competentes. 5.4. O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS", sendo que as áreas mencionadas no edital são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes do registro imobiliário. 5.5. O arrematante, adquire o imóvel como ele se apresenta, como um todo, não podendo, por conseguinte, reclamar do estado de conservação e de eventuais mudanças, nas disposições internas do imóvel apregoado. 5.6. Os interessados deverão cientificar-se previamente, das restrições impostas pela legislação municipal, estadual ou federal, aplicáveis ao imóvel, no tocante às restrições de uso do solo ou zoneamento, e ainda, das obrigações e dos direitos, decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso. 5.7. Todos os débitos incidentes sobre o imóvel, que tenham fato gerador a partir da data da realização do leilão, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante. 5.8. Somente serão aceitos, lances realizados por pessoas físicas ou jurídicas, regularmente constituídas e com personalidade jurídica própria. Estrangeiros deverão comprovar sua permanência legal e definitiva no país. 5.9. Os interessados, se pessoa física, deverão portar documentos para identificação (RG e CPF). Menor de 18 anos, só poderá adquirir algum imóvel, se emancipado ou assistido, por seu representante legal. 5.10. Se pessoa jurídica, os representantes deverão estar munidos de documentos pessoais (RG e CPF), bem como de cópias autenticadas do CNPJ, Estatuto ou Contrato Social e alterações, onde conste, a forma de representação da empresa. 5.11. Outros documentos poderão ser solicitados pela VENDEDORA, para fins de concretização da transação. 5.12. A representação por terceiros, deverá ser feita por procuração pública, com poderes especiais para o ato. 5.13. O pagamento do valor do arremate poderá ser feito por meio de depósito ou, TED – Transferência Eletrônica Disponível, na conta a ser indicada pela VENDEDORA, em conformidade com a condição de pagamento estabelecida no subitem 6.1. 6. CONDIÇÃO DE PAGAMENTO - 6.1. À Vista, na lavratura da escritura, que deverá ocorrer dentro do prazo de 30 dias, contados da data da comunicação da homologação da venda, na forma do subitem 5.1.1. 7. COMISSÃO DE LEILOEIRO - 7.1. O arrematante, além do valor do arremate, a ser pago na forma estabelecida no subitem 6.1, pagará também ao LEILOEIRO, dentro do prazo de 24 horas, contados da data da comunicação da homologação da venda, a quantia correspondente a 5% (cinco por cento), sobre esse valor, a título de comissão. 8. FORMALIZAÇÃO: ESCRITURA. 8.1. A alienação do imóvel relacionado no Anexo I será formalizada por meio de Escritura Pública Definitiva de Venda e Compra. 8.2. A VENDEDORA deverá lavrar o instrumento de formalização da alienação, em até 30 (trinta) dias, contados da data da homologação da venda, quando não houver pendência de regularização documental, de responsabilidade de qualquer das partes, indicada no texto do lote, que impeça a lavratura da escritura. No caso da ocorrência de impedimento, a venda será formalizada por meio de instrumento particular cabível, dentro do prazo estabelecido, até que seja sanada a irregularidade, para a lavratura da escritura definitiva. 8.3. O competente Instrumento Aquisitivo será firmado com o arrematante, cujo nome constar da Ata e Recibo de Arrematação, somente admitida sua substituição, por cessão de direitos, na forma da lei, com prévia análise e aprovação por parte da VENDEDORA. 8.4. A VENDEDORA se obriga a fornecer ao arrematante, ficha de matrícula do imóvel, atualizada, com negativa de ônus e alienações e demais certidões exigidas por lei (se positivas, com as devidas justificativas). 8.5. Serão de responsabilidade do arrematante, todas as providências e despesas necessárias, à transferência do imóvel, inclusive foro e laudêmio se for o caso. A escolha do tabelião responsável pela lavratura da escritura pública, caberá exclusivamente a VENDEDORA. 9. SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO - 9.1. Em caso de inadimplemento do valor de arrematação, por desistência do arrematante, desfar-se-á a venda e será cobrada uma multa moratória no valor de 4% (quatro por cento) da arrematação para pagamento de despesas administrativas, bem como poderá ainda o Leiloeiro emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32, além da inclusão do arrematante nos serviços de proteção ao crédito. 10. EVICÇÃO DE DIREITOS - 10.1. A comitente VENDEDORA responderá, em regra, pela evicção de direitos, no caso de surgir decisão judicial definitiva, transitada em julgado, anulando o título aquisitivo da VENDEDORA, nos termos do art. 448 do Código Civil. A responsabilidade da VENDEDORA pela evicção, será limitada à devolução dos valores efetivamente pagos pelo arrematante, inclusive tributos, taxas, custas e emolumentos cartórios, acrescidos pelo IGP-M/FGV. 11. DISPOSIÇÕES GERAIS - 11.1. A posse direta ou indireta do imóvel será transmitida ao arrematante, depois do pagamento total do negócio e assinatura do instrumento aquisitivo. 11.2. Todas as despesas e encargos, de qualquer natureza, necessárias para a liberação ou desocupação do imóvel, quando for o caso, correrão por conta do arrematante. 11.3. A falta de utilização pela VENDEDORA, de quaisquer direitos ou faculdades, que lhes concede a lei e este edital, importa não em renúncia, mas em mera tolerância ou reserva, para fazê-los prevalecer, em qualquer outro momento ou oportunidade. 11.4. Eventuais pedidos de esclarecimentos deverão ser solicitados pelo tel. 3003-0677 ou por escrito, via e-mail contato@zukerman.com.br . 11.5. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981/32, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427/33, que regulam a atividade da leiloaria.

MAIS INFORMAÇÕES:
3003.0677 | www.ZUKERMAN.com.br

ZUKERMAN LEILÕES

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS.PROCESSO Nº 1000495-85.2018.8.26.0102 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara, do Foro de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo,Dr(a). JULIANA GUIMARAES ORNELLAS, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **MARLI DE CASSIA C DA SILVA RECICLAGEM E MONTAGEM**, CNPJ12.513.287/0001-32, que por este Juízo, tramita de uma ação de Execução de Título Extrajudicial, movida por **Vale Soluções Ambientais Ltda**, procedeu-se a penhora de R$ 5,810,38 depositados na conta judicial 4900107139848, Agência 3029-5, Banco do Brasil (fls. 239). Estando a executada em lugar ignorado, foi determinado a intimação da penhora por Edital, para que em 05 dias úteis, após os 30 dias supra, ofereça impugnação. Fica ainda Marli de Cássia Carneiro da Silveira CPF/MF 162.786.218-86, intimada da penhora. Em caso de revelia será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de Cachoeira Paulista, aos 27 de abril de 2021.

COOPENERGIA SOCIEDADE COOPERATIVA - CNPJ/ME nº 35.991.798/0001-65

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária

O Diretor Presidente da CoopEnergia Sociedade Cooperativa, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 35.991.798/0001-65, com sede na Rua Periquito, 264, Vila Uberabinha, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04514-050 ("CoopEnergia"), no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os Cooperados da CoopEnergia Sociedade Cooperativa, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 10 de maio de 2021, às 14:00 horas na sede social da CoopEnergia Sociedade Cooperativa, que será instalada: (i) em primeira convocação, caso haja a presença de 2/3 (dois terços) dos Cooperados ou Delegados, (ii) após 1:00h, contado da primeira convocação, a título de segunda convocação, caso haja a presença da maioria dos Cooperados ou Delegados ou (iii) após 1:00h, contado da segunda convocação, a título de terceira convocação, caso haja a presença de 10 (dez) Cooperados ou Delegados, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **I - Extraordinária:** 1. Aprovação para Reforma do Estatuto Social, visando a abertura de uma filial da CoopEnergia no seguinte endereço: Sítio Paineiras, Estrada Munhoz - Socorro, s/nº, Km 4,5, Zona Rural, Município de Munhoz, Estado de Minas Gerais, CEP 37.620-000. Por fim, verificamos que existem 21 (vinte e um) Cooperados em pleno gozo dos seus direitos sociais e adimplentes com a CoopEnergia, para efeitos de quórum de instalação. São Paulo/SP, 28 de abril de 2021. **Daniel Ferreira Maia de Freitas -** Acionista.

SUPERBID — EDITAL DE LEILÃO

GODOI E GODOI EMPREENDIMENTOS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.347.111/0001-86, com sede na Rodovia Raposo Tavares, Km 22,14 sala 05, conjunto 313-E, Granja Viana - CEP: 06709-015, Cotia/SP, faz saber que, na qualidade de credora fiduciária, nos termos do Instrumento Particular com Força de Escritura Publica, firmado em 27 de maio de 2017; onde figura como **DEVEDOR FIDUCIANTE: HENRIQUE RODRIGUES PINTO,** brasileiro, divorciado, consultor de vendas, RG nº 45320782-0-SSP/SP, CPF nº 385.926.948-84, residente e domiciliado na Rua Luisa Crapsi, n° 100, apto 11, Vila Albano, São Paulo/SP, promoverá a venda do imóvel adiante descrito, em Leilão Extrajudicial On-Line e Presencial, nos termos da Lei nº 9.514/97, mediante **1º leilão** a ser realizado em **30 de abril de 2021 às 13:30h**, na Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105, 4º and., São Paulo/SP, informações: (11) 4950-9602 ou www.superbid.net e, se necessário, em **2º leilão** a ser realizado em **07 de maio de 2021 às 13:30h** no mesmo endereço. **UM TERRENO URBANO**, designado **Lote nº 10 da quadra "E" de formato retangular,** situado no loteamento denominado **"TERRA NOBRE 2"**, localizado no bairro do Furquim, Km. 37.600 da Rodovia Raposo Tavares, neste Município e Comarca de Cotia, Estado de São Paulo, assim descrito: mede 5,00 metros de frente para a Rua 2 (dois); igual largura nos fundos; por 25,00 metros da frente aos fundos de ambos os lados; encerrado assim uma área supercial de 125,00 metros quadrados; confrontando do lado direito visto da rua com o lote n° 11; do lado esquerdo com o lote ° 09 e pelos fundos com a área institucional 5. Matrícula nº 124.691, do Oficial de Registro de Imóveis de Cotia/SP. Cadastrado na Municipalidade de Cotia sob o contribuinte nº 23154.14.38.0001.00.000. O imóvel será vendido em caráter ad corpus e no estado **em que se encontra.** O Pagamento do valor arrematado deverá ser efetuado em 1 dia útil após o leilão**. Valores: 1º Leilão de R$ 99.625,31 (noventa e nove mil, seiscentos e vinte e cinco reais e trinta e um centavos) e 2º Leilão R$ 109.625,23 (cento e nove mil, seiscentos e vinte e cinco reais e vinte e tres centavos).** Em havendo arrematação, todas as despesas, encargos e tributos para regularização e transferência do imóvel serão de responsabilidade do arrematante, além da comissão do leiloeiro oficial, no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a qual não está incluída no valor do lance. Os interessados poderão participar do leilão pela internet ou fisicamente, no endereço declinado acima, em igualdade de condições. Tel.: (11) 4950-9602, e-mail imoveis@superbid.net. E para que chegue ao conhecimento de todos, e não possam alegar desconhecimento do feito é publicado o presente edital de Leilão. Leiloeiro Oficial **ALEXANDRE TRAVASSOS - JUCESP nº 951.**

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
EDITAL DE LEILÃO Nº 02/2021 – CIRCUNSCRIÇÃO DE RIBEIRÃO PRETO

A Seção de Hastas Públicas-SHP da Circunscrição de Ribeirão Preto/SP, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, nos termos do **Provimento GP-CR nº 04/2019**, faz saber, a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento que no dia **31/05/21** será realizada HASTA PÚBLICA na modalidade **EXCLUSIVAMENTE ELETRÔNICA**, nos termos da Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR Nº 005/2020 pelo Leiloeiro Oficial responsável, **Sr. DINIZ PARUSSOLO MARTINS, JUCESP nº 752/2007**, sendo certo que os lances dos bens penhorados nas execuções dos autos abaixo discriminados, **serão recepcionados a partir da publicação através do site www.dinizmartinsleiloes.com.br, até o dia 31/05/21, às 12:00h, horário que inicia seu encerramento. Obs.:** Os lts serão encerrados de modo escalonado, a cada 2 min., sendo o encerramento do lt. 01 às 12:00h, o do lt. 02 às 12:02h, e assim sucessivamente, até o último lote. **1. Processo: 0001640-76.2010.5.15.0153-6ªVT de Ribeirão Preto | 2. Processo: 0000677-68.2010.5.15.0153-6ªVT de Ribeirão Preto | 3. Processo: 0053700-09.2002.5.15.0120-2ªVT de Jaboticabal | 4. Processo: 0000428-78.2014.5.15.0153-6ªVT de Ribeirão Preto | 5. Processo: 0001387-50.2010.5.15.0004-1ªVT de Ribeirão Preto | 6. Processo: 0001121-04.2010.5.15.0153-6ªVT de Ribeirão Preto | 7. Processo: 0000446-93.2012.5.15.0113-5ªVT de Ribeirão Preto | 8. Processo: 0116800-86.2009.5.15.0153-6ªVT de Ribeirão Preto | 9. Processo: 0000767-02.2010.5.15.0113-5ªVT de Ribeirão Preto | 10. Processo: 0170500-05.2006.5.15.0113-5ªVT de Ribeirão Preto | 11. Processo: 0001452-83.2010.5.15.0153-6ªVT de Ribeirão Preto | 12. Processo: 0202300-91.2007.5.15.0153-6ªVT de Ribeirão Preto | 13. Processo: 0000275-84.2010.5.15.01053-6ªVT de Ribeirão Preto | 14. Processo: 0031000-33.2004.5.15.0067-4ªVT de Ribeirão Preto | 15. Processo: 0011943-08.2017.5.15.0153-6ªVT de Ribeirão Preto | 16. Processo: 0011922-55.2017.5.15.0113-5ªVT de Ribeirão Preto | 17. Processo: 0052900-32.2009.5.15.0153-6ªVT de Ribeirão Preto | 18. Processo: 0025900-92.2007.5.15.0067-4ªVT de Ribeirão Preto – EXCLUÍDO | 19. Processo: 0086600-47.2005.5.15.0150-VT de Cravinhos – EXCLUÍDO | 20. Processo: 0011925-22.2015.5.15.0067-4ªVT de Ribeirão Preto | 21. Processo: 0012330-87.2017.5.15.0067-4ªVT de Ribeirão Preto | 22. Processo: 0012115-41.2015.5.15.0113-5ªVT de Ribeirão Preto | 23. Processo: 0010970-55.2017.5.15.0120-2ªVT de Jaboticabal | 24. Processo: 0010388-82.2019.5.15.0153-6ªVT de Ribeirão Preto – EXCLUÍDO | 25. Processo: 0010580-91.2018.5.15.0042-3ªVT de Ribeirão Preto | 26. Processo: 0011396-59.2015.5.15.0113-5ªVT de Ribeirão Preto | 27. Processo: 0010215-20.2019.5.15.0004-1ªVT de Ribeirão Preto | 28. Processo: 0011106-54.2020.5.15.0150-VT de Cravinhos | 29. Processo 0010241-63.2016.5.15.0120-2ªVT de Jaboticabal | 30. Processo: 0012314-06.2016.5.15.0153-6ªVT de Ribeirão Preto | 31. Processo: 0010069-69.2021.5.15.0113-5ªVT de Ribeirão Preto | 32. Processo: 0001825-13.2012.5.15.0067-4ªVT de Ribeirão Preto | 33. Processo: 0010299-55.2021.5.15.0067-4ªVT de Ribeirão Preto | 34. Processo: 0011323-77.2017.5.15.0029-1ªVT de Jaboticabal | 35. Processo: 0010037-14.2019.5.15.0120-2ªVT de Jaboticabal | 36. Processo: 0010183-83.2020.5.15.0067-4ªVT de Ribeirão Preto | 37. Processo: 0010703-49.2018.5.15.0120-2ªVT de Jaboticabal | 38. Processo: 0010260-98.2018.5.15.0120-2ªVT de Jaboticabal | 39. Processo: 0002319-41.2013.5.15.0066-3ªVT de Ribeirão Preto | 40. Processo: 0010289-04.2020.5.15.0113-5ªVT de Ribeirão Preto | 41. Processo: 0011023-93.2020.5.15.0067-4ªVT de Ribeirão Preto | 42. Processo: 0010523-83.2020.5.15.0113-5ªVT de Ribeirão Preto | 43. Processo: 0010481-81.2018.5.15.0120-2ªVT de Jaboticabal | 44. Processo: 0010594-56.2014.5.15.0029-1ªVT de Jaboticabal | 45. Processo: 0010507-68.2020.5.15.0004-1ªVT de Ribeirão Preto | 46. Processo: 0010415-57.2020.5.15.0112-VT de Cajuru | 47. Processo: 0060700-95.2009.5.15.0029-1ªVT de Jaboticabal | 48. Processo: 0010397-28.2019.5.15.0029-1ªVT de Jaboticabal | 49. Processo: 0010247-81.2018.5.15.0029-1ªVT de Jaboticabal. CADASTRAMENTO PARA PARTICIPAR DO LEILÃO ELETRÔNICO:** O interess. deverá, cadastrar-se no endereço eletrônico supra. O referido cadastramento implicará aceitação integral das disposições do Prov. GP-CR nº 04/2019 e demais condições dispostas neste edital. Após o cadastro, deverão ser remetidas ao Leiloeiro, no e-mail **contato@dinizmartinsleiloes.com.br**, além do Termo de Adesão, com cláusula específica de que o licitante presta as informações com veracidade, na forma da lei, sob pena de caracterização de crime, valendo o simples recebimento do e-mail como prova para este fim, cópias autenticadas dos docs.: carteira de identidade (RG) ou doc. equiv. (CNH, doc. de identidade expedido p/ entidades de classe ou órgãos públicos); CPF; comprovante de estado civil e de residência em nome do interess., contrato social e alterações, na hipótese de se tratar de pessoa jurídica. Alternativamente, os citados documentos, em cópias autenticadas, poderão ser encaminhados no endereço físico Alameda Armindo Silva, 48, Vila Oliveiro, Adamantina/SP, CEP 17800-000, que deverão ser recepcionados p/ Leiloeiro até a data design. p/ o encerramento do leilão eletrônico, sob pena de não ser efetivada a validação do cadastro efetuado. O cadastro é pessoal e intransferível, sendo o interess. responsável pelo cumprim. dos prazos fixados neste edital, assim c/ pelos lances realizados c/ seu login e senha. **DAS RESPONSABILIDADES DOS ARREMATANTES:** Caso o pagamento seja à vista, o arrematante deverá pagar parcela correspondente a no mín. de 20% do lance, além da comissão do leiloeiro, de 5% do mesmo valor, admitindo-se pgto. apenas via transferência on-line.; O saldo remanescente deverá ser pago no 1º dia útil subseq. à realização da hasta, via transferência on-line.; A realização tempestiva dos pgtos. deve ser comprovada na mesma data de sua efetivação, c/ envio de msg. eletrônica acompanhada dos docs., p/ o endereço eletrônico do leiloeiro, que encaminhará à Divisão de Execução e ao Juízo da execução; A não realização dos depósitos dos valores devidos no prazo fixado deverá ser comunicada imediatamente p/ leiloeiro à Divisão de Execução, informando-se, ainda, os lances subseq., p/ que seus ofertantes possam exercer o direito de opção; Ausência do depósito do saldo remanesc. no prazo acarretará a perda, em favor da execução, do valor já pago, além da comissão destinada ao leiloeiro. Caso o arrematante seja o credor, deverá ser efetuado o depósito do valor do lance que superar o seu crédito em 3 dias, sob pena de tornar sem efeito a arrematação ou, atribuí-la ao licitante concorrente. Nesta hipótese, a comissão do leiloeiro, calculada s/ o valor do lance, deverá ser paga no ato da hasta pública. O credor que não adjudicar os bens perante o juízo da exec. antes de design. data p/ o leilão p/ Corregedoria Regional, c/ sorteio de leiloeiro e geração de relatório p/ sistema eletrônico, só poderá adquiri-los em hasta pública na condição de arrematante, c/ pref. na hipótese de igualar o maior lance, respondendo pelo pgto. da comissão do leiloeiro. **DISPOSIÇÕES GERAIS DA HASTA PÚBLICA:** A hasta estará a cargo do Leiloeiro Oficial ora nomeado, **DINIZ MARTINS PARUSSOLO, JUCESP nº 752/2007**. Em caso de acordo/remição após a inclusão do bem em Hasta Pública, o Leiloeiro fará jus à comissão correspondente a 5% sobre a base de cálculo definida a critério do Juízo da Execução. Os bens serão anunciados um a um, indicando-se as condições e o estado que se encontram. Os lotes serão encerrados de modo escalonado, a cada 2 minutos, sendo o encerramento do lote 01 às 12:00h, o encerram. do lote 02 às 12:02h, e assim sucessivamente até o último lote. **Os bens que não forem objeto de arrematação serão apregoados novamente em repasse, no dia 31/05/21**, quinze minutos após o encerramento do leilão de todos os bens anunciados, com duração de 1 hora para todos os lotes não arrematados, podendo os lotes ser desmembrados, mantendo-se o mesmo percentual de lance mínimo praticado no primeiro pregão. Será observado como lance mínimo a percentagem sobre o valor da avaliação definida pelo Juízo da Execução, não existindo definição pelo Juízo da Execução do lance mínimo, esse será de 50% do valor da avaliação. Desde a data de sua publicação, o leilão eletrônico estará disponível para recepção de lances por meio do site supramencionado. Admite-se parcelamento, mediante proposta ao Juízo. O pgto. da parcela inicial corresponderá ao mín. 30% do lance e o restante em até 25x (bens imóveis)/6x (bens móveis). Nos casos de parcelamento, será utilizado o índice IPCA-E para corrigir monetariamente as prestações. É vedado aos Depositários criar embaraços à visitação dos bens. Os participantes dos leilões promovidos pelo TRT, não poderão alegar desconhecim. das condições do certame, dos encargos do bem, das condições e prazos de pgto. ou das despesas e custas relativas às hastas públicas. Informações p/ participação dos licitantes no leilão, bem c/ os procedimentos e regras adotadas p/ sua validade poderão ser adquiridas através do e-mail **contato@dinizmartinsleiloes.com.br** ou do **Tel. 0800-707-9272.** O presente edital estará disponível na íntegra através do site **www.dinizmartinsleiloes.com.br** e p/ plataforma de publicações eletrônicas de editais judiciais PUBLICJUD (www.publicjud.com.br/visualizar/39611). A publicação do edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos. Ciência às partes. Em, 28/04/21.

DRA. AMANDA BARBOSA
Juíza Coordenadora da Divisão de Execução de Ribeirão Preto

EDITAL DE LEIÃO JUDICIAL – 412/2021 – VERSÃO RESUMIDA PARA PUBLICAÇÃO Art. 887, §3°, CPC - EDITAL DE 1ª e 2ª PRAÇA ON LINE – Georgios Alexandridis – Leiloeiro Oficial – JUCESP 914. Juiz de Direito **MARCO ANTONIO BOTTO MUSCARI** da **06ª VARA CÍVEL FORO REGIONAL III - JABAQUARA DA CAPITAL – SP, Processo nº 1004384-19.2019.8.26.0003,** partes **VINÍCIUS MOREIRA VALENTIM** contra **NQZ PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS e OUTROS – BEM IMÓVEL – DIREITOS DE DEVEDORES FIDUCIANTES PERTENCENTES AOS EXECUTADOS SOBRE O APARTAMENTO nº** 92, localizado no 9° pavimento do EDÍFICIO DREAM BOSQUE DA SAÚDE, situado na Rua Tupanaci, nº 164, Saúde – 21º Subdistrito. **UM APARTAMENTO** com as áreas: privativa coberta de 124,280m², comum coberta de 85,375m², total de 209,655m², comum descoberta de 13,244m², total descoberta de 222,899m² e fração ideal de 2,6469%, cabendo-lhe o direito ao uso de 02 vagas in determinadas na garagem localizada nos subsolos com auxílio de manobrista/garagista. Cadastrado na Prefeitura Municipal de São Paulo o imóvel sob o nº de contribuinte nº 046.035.0226-5. **Matrícula do Imóvel nº 206.911 do 14º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. AVALIAÇÃO: R$ 493.012,20 (quatrocentos e noventa e três mil, doze reais e vinte centavos) atualizado até fevereiro de 2021 – DATAS DAS PRAÇAS: 1ª Praça com início no dia 11 de maio de 2021, às 15h, e com término no dia 14 de maio de 2021, às 15h – Lance mínimo na 1ª Praça R$ 493.012,20 (100% do valor da avaliação que será atualizado pelos índices adotados pelo TJSP até a data do praceamento) – 2ª Praça com início no dia 14 de maio de 2021, às 15h, e com término no dia 09 de junho de 2021, às 15h – Lance mínimo 2ª Praça R$ 246.506,01 (50% do valor de avaliação que será atualizado pelos índices adotados pelo TJSP até a data do praceamento).** Ficam intimados da penhora, avaliação e praceamento do bem nos termos do presente edital **NQZ PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS** – CNPJ n.º 21.205.915/0001-03, **BRUNO NERI QUEIROZ** – CPF nº 403.322.788-16, **LUARA TORRES QUEIROS RUSSOMANO** – CPF nº 309.018.908-98, **TUPÃ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA** - CNPJ nº 10.402.406/0001-54; **ANDERSON ALVES PEREIRA** - CPF nº 349.104.648-32, **BRUNNO HENRIQUE BONDES** – CPF nº 303.036.938-27, **KLEBERSON RABELO LETUIVINSKI SANTOS** - CPF nº 287.321.458-96, **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO DREAM BOSQUE DA SAÚDE** – CNPJ n° 16.498.976/0001-76, **EVENTUAIS OCUPANTES DO IMÓVEL,** bem como a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO** e eventuais interessados, intimados para tomar ciência do feito e acompanhar o pregão, INTIMADOS da penhora, avaliação do imóvel, bem como das designações supra, caso não sejam localizados para a intimação pessoal, sendo que a publicação deste edital supre eventual insucesso das notificações pessoais e dos respectivos patronos. A realização do leilão e a consulta do edital completo para oferta de lances e acompanhamento do praceamento se dará através do site **www.alexandridisleiloes.com.br**.

Para mais informações: (11) 3241-0179 / www.alexandridisleiloes.com.br

EDITAL DE LEIÃO JUDICIAL – 413/2021 – VERSÃO RESUMIDA PARA PUBLICAÇÃO Art. 887, §3°, CPC - EDITAL DE 1ª e 2ª PRAÇA ON LINE – Georgios Alexandridis – Leiloeiro Oficial – JUCESP 914. Juiz de Direito **MICHEL CHAKUR FARAH** da **02ª VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL V – SÃO MIGUEL PAULISTA DA COMARCA DA CAPITAL – SP, Processo nº 0020388-50.2016.8.26.0005,** partes **ANME ABOU AMCHE KADDOURA e CASTIBER CONSULTORIA E IMOBILIÁRIA LTDA.** contra **RODRIGO LEITE ORNELAS, ROMEIRO EDUARDO DE SOUZA DONASSAN e ROSIMEIRE COELHO – BEM IMÓVEL –** O apartamento nº 42, localizado no 3º andar ou 4º pavimento do "Edifício Tulipa", bloco 18, com frente para a passagem de pedestres com acesso pela Rua Alcindo Bueno de Assis, do Conjunto Habitacional do Tucuruvi, no Jardim Leonor Mendes de Barros, no 22º Distrito do Tucuruvi, com área útil ou privativa de 60,97 metros quadrados, com área comum de garagem de 11,00 metros quadrados, correspondente a uma vaga indeterminada para guarda de um automóvel de passeio, com auxílio de manobrista, área comum de condomínio de 28,61 metros quadrados e área total construída de 100,58 metros quadrados, correspondendo-lhe no terreno uma quota parte ideal de 0,6692% do seu todo. Contribuinte nº 070.417.0144- 1. **Matrícula do Imóvel nº 72.975 do 15º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. AVALIAÇÃO: R$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) – válido para o mês de agosto de 2020 – DATAS DAS PRAÇAS: 1ª Praça com início no dia 11 de maio de 2021, às 14h, e com término no dia 14 de maio de 2021, às 14h – Lance mínimo na 1ª Praça R$ 246.506,10 (100% do valor da avaliação que será atualizado pelos índices adotados pelo TJSP até a data do praceamento) – 2ª Praça com início no dia 14 de maio de 2021, às 14h, e com término no dia 08 de junho de 2021, às 14h – Lance mínimo 2ª Praça R$ 123.253,05 (50% do valor de avaliação que será atualizado pelos índices adotados pelo TJSP até a data do praceamento).** Ficam intimados da penhora, avaliação e praceamento do bem nos termos do presente edital **RODRIGO LEITE ORNELAS** – CPF nº 266.004.498-88, **ROMEIRO EDUARDO DE SOUZA DONASSAN** – CPF nº 021.841.398-07, **ROSIMEIRE COELHO** – CPF nº 116.730.398-98, **CONJUNTO HABITACIONAL DO TUCURUVI** – CNPJ n° desconhecido, **EVENTUAIS OCUPANTES DO IMÓVEL,** bem como a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO** e eventuais interessados, intimados para tomar ciência do feito e acompanhar o pregão, INTIMADOS da penhora, avaliação do imóvel, bem como das designações supra, caso não sejam localizados para a intimação pessoal, sendo que a publicação deste edital supre eventual insucesso das notificações pessoais e dos respectivos patronos. A realização do leilão e a consulta do edital completo para oferta de lances e acompanhamento do praceamento se dará através do site **www.alexandridisleiloes.com.br.**

Para mais informações: (11) 3241-0179 / www.alexandridisleiloes.com.br

Culloden Participações Ltda.

CNPJ nº 21.766.834/0001-82 - NIRE 3523063297-1

Extrato da Ata de Reunião de Sócios Realizada em 31.03.2021.

Data, Hora, Local: 31.03.2021, às 10 horas, na sede, localizada na Calçada Aldebarã, n° 152, Sala 02, Centro de Apoio II, Cidade Santana de Parnaíba/SP. **Presença:** Todos os sócios. **Mesa**: **Augusto Denis Luz de Oliveira** - Presidente, **Leandro Reis Almeida** - Secretário. **Deliberações Aprovadas**: **(i)** A redução do capital social, visto que, nos termos do artigo 1.082, inciso II, da Lei nº 10.406/2002, o capital social se tornou excessivo em relação ao objeto social, sendo assim, o capital social que atualmente é de R$181.000,00, passará a ser de R$161.000,00. Ainda, conforme disposto no artigo 1.084, *caput*, da Lei nº 10.406/2002, a parte do capital social reduzida, no montante de R$20.000,00, será restituída proporcionalmente a participação que os Sócios detêm na **Sociedade** da seguinte forma: a) Ao Sócio **Augusto** será restituído da seguinte forma: (i) o montante de R$1,00, mediante a entrega de 70.000 ações ordinárias, perfazendo a totalidade da participação societária que a **Sociedade** detém na sociedade por ações de capital fechado denominada **NETPDV - Soluções Tecnologicas S.A.**, com sede em Barueri/SP, CNPJ 20.428.964/0001-42, atos constitutivos arquivados na JUCESP-NIRE 35300548906, as quais são cedidas e transferidas pelo respectivo valor contábil; (ii) o montante de R$7.999,00, em dinheiro, moeda corrente nacional. b) À Sócia **Chivas Consultoria e Participações Eireli** será restituído o montante de R$6.000,00, em dinheiro, moeda corrente nacional. c) À Sócia **Paraguaçu Consultoria e Participações Eireli** será restituído o montante de R$6.000,00, em dinheiro, moeda corrente nacional. (iii) A publicação da Ata da presente reunião na forma de extrato, para conhecimento de terceiros, aguardando-se o prazo legal de 90 dias para efetivar a redução do capital social, mediante a elaboração e registro da pertinente alteração do Contrato Social da **Sociedade**, conforme disposto no artigo 1.084 da Lei nº 10.406/2002. **Encerramento:** Nada mais. Santana de Parnaíba/SP, 31.03.2021. **Sócios: Chivas Consultoria e Participações Eireli -** Por: Leandro Reis Almeida, **Paraguaçu Consultoria e Participações Eireli -** Por: Adilson Santana Passos Júnior**. Augusto Denis Luz de Oliveira.**

EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL ONLINE – PUBLICAÇÃO sintética p/ fins Art. 887, § 3º/CPC. 3ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL – SP. Processo nº 0106814-62.2002.8.26.0100. Executado(a) (s): Falência da empresa Banco Interpart S/A. 1º Leilão: início em 03/05/2021, às 15h00/ término em 17/05/2021, às 15h00 e; 2 º Leilão: início em 17/05/2021, às 15h01min/ término em 31/05/2021, às 15h00. **DESCRIÇÃO: Lote 1 - Volvo S40 2.0, R$ 13.402,00; Lote 2 - GM Caravan Comodoro SL/E, R$ 10.215,00; Lote 3 - VW Parati 16V, 5L/1000cc, R$ 9.197,00; Lote 4 - TOYOTA Hilux SW4 – DLX – DIESEL, R$ 16.448,00**. Fica o(a) (s) executado(a) (s) Falência da empresa Banco Interpart S/A; e demais interessados, INTIMADOS das designações supra, caso não seja (m) localizado (a) (s) para a intimação pessoal. Edital na íntegra e Lances "on-line" através do site "Nosso Leilão" www.nossoleilao.com.br.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1007222-19.2016.8.26.0009. A MM. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Regional IX - Vila Prudente, Estado de SãoPaulo -SP, Dra. Fabiana Pereira Ragazzi na forma da Lei, etc., Faz Saber a **ALONÇO DASILVA MOURA, RG nº44.539.178-9 e do CPF/MF nº350.087.618-89** que **SECID - SOCIEDADE EDUCACIONAL CIDADE DE SÃO PAULO LTDA**., lhe ajuizou ação de Cobrança, Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 5.102,75 (Cinco mil, cento e dois reais e setenta e cinco centavos), atualizado até o mês de Junho de 2016, referente ao Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, curso de **EDUCAÇÃO FÍSICA** e recebeu o CA nº 2141835-3, não cumprindo com os pagamentos dos meses: **AGOSTO, SETEMBRO, OUTUBRO e NOVEMBRO ano letivo 2011**. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o edital afixado e publicado na formada lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de março de 2021.

3ª VARA CÍVEL DE BARUERI/SP - Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84 - Jardim Tupanci/Cruz Preta - CEP 06414-140 - Fone: (11) 4635-5256 - E-mail: barueri3cv@tjsp.jus.br - **EDITAL** de **CITAÇÃO** – Prazo de **30 dias**, expedido nos autos da ação de **USUCAPIÃO**, processo nº **1015396-92.2020.8.26.0068**. O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Barueri, Estado de São Paulo, **Dr. RAUL DE AGUIAR RIBEIRO FILHO,** na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** aos réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que **JOSÉ ROMILDO BARRETO DE SOUZA** e **CRISTIANE SANTANA DA SILVA** ajuizaram ação de **USUCAPIÃO**, tendo por objeto o imóvel situado na Av. Capitão Francisco César, nº 1351, Vila Engenho Novo, lote 15 da quadra 62, com a área de 264,00m2, transcrito no Registro de Imóveis de Barueri sob nº 95.915, inscrição cadastral 24104.11.21.0123.00.000-2, alegando possuí-lo de forma mansa, pacífica, ininterrupta e sem oposição de quem quer que seja, há mais de 15 anos. Estando em termos, expede-se o presente edital para **CITAÇÃO** dos **SUPRAMENCIONADOS** para que, no prazo de **15 (quinze) dias úteis,** a fluir após o prazo de **30 dias** supra, **CONTESTEM** o feito, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos alegados e cientes de que não havendo manifestação lhes será nomeado **CURADOR ESPECIAL.** Será o presente edital afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de Barueri, aos 28 de abrilde 2021.

LEILÃO DE VEÍCULOS ONLINE

AGORA VOCÊ COMPRA SEU VEÍCULO DA MELHOR FORMA PARA O SEU NEGÓCIO: COM O CONFORTO DO LEILÃO ONLINE. ACESSE WWW.COPART.COM.BR, CADASTRE-SE E DÊ SEU LANCE. BOA SORTE!

NESTA SEXTA-FEIRA, 30/04/21 às 10h00.
275 VEÍCULOS: AVARIAS EM TRANSPORTE, ENCHENTE, COLISÃO, ROUBO, FURTO E VEÍCULOS EM FINAL DE VIDA ÚTIL.

EDUARDO SILVA PINTO - LEILOEIRO OFICIAL JUCESP 980

Local do Leilão: Rua Henry Ford, 965 - Presidente Altino - Osasco-SP.

Nº DOS CHASSIS: 12259695-REC, 1B340024-REC, 1P002193-REC, 1P032048-REC, 1T031825-REC, 1T177216-REC, 2G172388-REC, 2T183794-REC, 44540090-REC, 44552517-NOR, 44587152-NOR, 4C188791-NOR, 4LU50996-NOR, 4Z109120-NOR, 4Z123925-NOR, 52508737-NOR, 5B235398-REC, 5J400622-NOR, 5R012590-REC, 5Z102801-REC, 62734745-REC, 64168077-NOR, 6B734165-REC, 6J466007-REC, 6P003822-REC, 6P004233-NOR, 6P013033-NOR, 6P023068-NOR, 6R607166-NOR, 74018110-NOR, 770600-NOR, 7G078076-REC, 7G211857-NOR, 7R010303-REC, 7R174895-REC, 7R185293-REC, 7Z101872-REC, 85161208-NOR, 86050734-NOR, 88283402-NOR, 88681985-NOR, 88801438-REC, 8B153535-NOR, 8B503439-NOR, 8B521438-NOR, 8H087018-NOR, 8J934668-NOR, 8L600783-NOR, 8M060324-REC, 8M188131-NOR, 8R114197-NOR, 8R251880-REC, 8Z110282-REC, 8Z206261-NOR, 94033512-NOR, 95014174-NOR, 98320613-NOR, 98572829-NOR, 9B104408-NOR, 9B140900-NOR, 9B502586-NOR, 9B515445-NOR, 9M362709-NOR, 9P032332-NOR, 9T075994-NOR, 9Z105630-NOR, 9Z122647-NOR, A1064377-NOR, A1073370-NOR, A3487322-REC, A3523565-NOR, A4041315-NOR, A4087689-REC, A5504900-NOR, A8031511-NOR, AB045797-NOR, AC223129-REC, AC451204-NOR, AFS00085-NOR, AG299056-NOR, AL339444-NOR, AP008112-NOR, AP074147-NOR, AT172097-REC, AZ132850-NOR, B0002338-NOR, B0006233-NOR, B1537593-NOR, B6524194-REC, B8110335-NOR, B8127313-REM, B8163324-NOR, B8191406-NOR, BA434336-NOR, BB582769-NOR, BC213618-NOR, BC496144-NOR, BG230503-NOR, BG509709-NOR, BG528044-NOR, BJ697344-NOR, BL902343-NOR, BR162137-NOR, BZA02099-NOR, C0063223-NOR, C2003750-NOR, C2229386-NOR, C4008032-NOR, C6676175-NOR, C8326230-NOR, C8330571-NOR, C9006056-NOR, CA515594-NOR, CB032438-NOR, CB272218-NOR, CG011080-REC, CJ128622-NOR, CP000725-NOR, CP010200-NOR, CU001426-NOR, CZA10296-NOR, D1104147-REC, D8392173-NOR, D8461139-NOR, D8529833-NOR, DB229737-NOR, DB521728-NOR, DC115897-NOR, DC461273-NOR, DL653056-NOR, DR116496-NOR, DR318599-REC, DR545663-NOR, DS608130-NOR, DT203311-REC, DU000514-NOR, DZ110176-NOR, DZ212347-REC, DZ225911-NOR, E0G96586-NOR, E8064398-NOR, E8093736-NOR, EA062104-NOR, EB223821-NOR, EB313302-REM, EC107170-NOR, EG100270-NOR, EG367711-NOR, EG502104-NOR, EH873250-NOR, EJ249010-NOR, EJ334762-NOR, EJ499072-NOR, EJ827648-NOR, EJ931238-NOR, EL216820-NOR, EP217566-REC, EP242452-REM, ER030179-NOR, ET229174-NOR, EU002616-NOR, EZ179294-REC, F0042830-REC, F0202461-NOR, F2044002-NOR, F2070667-NOR, F2227700-NOR, F4A00321-NOR, F4A35826-NOR, F5064010-NOR, F7961115-REM, F8136329-NOR, FB106011-REC, FB210405-NOR, FB506048-NOR, FCE15975-NOR, FE105697-NOR, FG260469-REC, FG296551-NOR, FG325885-NOR, FG422693-NOR, FH969190-NOR, FJ398575-NOR, FJ403785-NOR, FM053511-NOR, FP051244-NOR, FP127561-NOR, FP155527-NOR, FP374818-REC, FP442439-NOR, FT525753-REC, FZ232699-NOR, G0067191-NOR, G4A33547-NOR, G5092094-NOR, GA783251-NOR, GB033396-NOR, GCF25862-NOR, GK000768-NOR, GM002141-NOR, GM024650-NOR, GM211402-NOR, GP540248-NOR, GR001293-REC, GZ149661-NOR, GZ229826-NOR, H0008849-NOR, H0310294-NOR, H8438558-NOR, HA921794-NOR, HB128419-NOR, HM029205-NOR, HP765044-NOR, HT521449-NOR, HT527955-NOR, HZ111798-NOR, HZG05247-NOR, J4A80492-NOR, J8102659-REC, J8475748-NOR, JA520023-NOR, JB110148-NOR, JG123185-NOR, JG249569-NOR, JG274512-NOR, JL056502-REC, JP793395-REM, JR002590-REM, JR128891-REC, JS629569-NOR, JT003432-REC, JT140074-NOR, JY495162-REC, JZ215676-REC, JZ259095-NOR, K2070764-NOR, K8013525-REC, KB009160-NOR, KB109145-NOR, KB241828-NOR, KJ087055-NOR, KJ407201-NOR, KK259651-NOR, KM012978-NOR, KP098161-NOR, KP919374-NOR, KP973445-NOR, KR003987-NOR, KR053717-NOR, KR106073-NOR, L4005482-NOR, L8383294-NOR, L8488428-NOR, LG163214-NOR, LG503193-NOR, LK109247-REC, LR048402-NOR, LR519999-NOR, LY657126-NOR, LZ124929-REM, LZM53058-NOR, M0017113-NOR, M5033283-NOR, MJ771773-NOR, NB942973-REC, SP057541-NOR, TB831821-REC, VA148768-REC, VC613836-REC, W0784676-REC, WC935423-NOR, WZ206368-REC, Y5132825-REC.

CONDIÇÕES: OS BENS SERÃO VENDIDOS NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM E SEM GARANTIA. DÉBITOS DE IPVA, MULTAS DE TRÂNSITO OU DE AVERBAÇÃO QUE POR VENTURA RECAIAM SOBRE O BEM, FICARÃO A CARGO DO ARREMATANTE, CORRENDO TAMBÉM POR SUA CONTA E RISCO A RETIRADA DOS BENS. NO ATO DA ARREMATAÇÃO O ARREMATANTE OBRIGA-SE A ACATAR, DE FORMA DEFINITIVA E IRRECORRÍVEL, AS NORMAS E DEMAIS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO ESTABELECIDAS NO CATÁLOGO DISTRIBUÍDO NO LEILÃO. EDUARDO SILVA PINTO LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 980. IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS. RUA HENRY FORD, 965 OSASCO-SP TEL.: (11) 3651.8800 FAX: (11) 3681.0366. **(CATÁLOGO, LOCAL DE VISITAÇÃO, DESCRIÇÃO COMPLETA E FOTOS NO SITE).**

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2021 | 18:19:10 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 5AE8AFE7-7AA1-423E-B05A-82E1D9F06A3B

INSTITUTO DAS PEQUENAS MISSIONÁRIAS DE MARIA IMACULADA

CNPJ nº 60.194.990/0001-78
Rua Major Antônio Domingues, 244 - São José dos Campos / São Paulo (SP)

Balanço patrimonial *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	31.733	28.224
Contas a receber	7	52.439	53.602
Adiantamentos a terceiros		6.487	5.346
Subvenções governamentais a receber	8	24.752	15.841
Estoques	9	31.479	22.787
Outras contas a receber		245	741
Despesas antecipadas		133	155
Total ativo circulante		**147.268**	**126.696**
Não circulante			
Depósitos judiciais		375	544
Imobilizado de investimentos		11.579	–
Investimentos		97	96
Imobilizado	10	316.486	316.758
Intangível	11	513	486
Total ativo não circulante		**329.050**	**317.884**
Total ativo		**476.318**	**444.580**

Passivo	Nota	2020	2019
Circulante			
Fornecedores	12	42.916	51.093
Empréstimos e financiamentos	13	25.677	21.544
Obrigações sociais e trabalhistas	14	29.695	26.765
Obrigações tributárias		1.870	1.606
Adiantamento de clientes		6.009	2.071
Provisão para contingências	16	566	705
Subvenções governamentais a realizar	8	37.885	30.695
Outras contas a pagar	15	11.889	8.840
Estoque em consignação	9	18.415	16.845
Total passivo circulante		**174.922**	**160.164**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	14.630	15.539
Subvenções governamentais a realizar	8	54.963	41.768
Outras contas a pagar	15	1.783	3
Bens em comodato	10	214	1.491
Total passivo não circulante		**71.590**	**58.801**
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	19	225.614	224.080
Superavit (Deficit) do exercício		4.192	1.535
Total do patrimônio líquido		**229.806**	**225.615**
Total passivo		**476.318**	**444.580**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Patrimônio social	Superavit (deficit) acumulado	Ajuste de exercícios anteriores	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018		283.049	(17.602)	(41.367)	224.080
Transferência para patrimônio social		(17.602)	17.602	41.367	41.367
Ajuste de exercícios anteriores		(41.367)	–	–	(41.367)
Deficit do exercício		–	1.535	–	1.535
Saldo em 31 de dezembro de 2019		224.080	1.535	–	225.615
Transferência para patrimônio social		1.535	(1.535)	–	–
Ajuste de exercícios anteriores		–		–	–
Superavit do exercício		–	4.191	–	4.191
Saldo em 31 de dezembro de 2020		225.615	4.191	–	229.806

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2020	2019
Receitas operacionais líquidas			
Receita líquida de prestação serviço - Saúde	20	601.245	575.507
Receita líquida de prestação serviço - Assistência social	20	2.972	2.897
Receita líquida de prestação serviço - Atividade sustentável	20	6.327	6.048
Receita líquida de prestação de serviços - Trabalho voluntário	20	22	96
		610.566	584.548
Custos e despesas operacionais			
Custos e despesas operacionais - Saúde	21	(582.414)	(555.595)
Custos e despesas operacionais - Assistência social	21	(3.309)	(3.136)
Custos e despesas operacionais - Atividade sustentável	21	(9.291)	(9.450)
Custos e despesas operacionais - Trabalho voluntário	21	(22)	(96)
Isenção Cota Patronal e Cofins	18	61.210	57.932
(–) Isenção Cota Patronal e Cofins	18	(61.210)	(57.932)
		(595.036)	(568.277)
Superavit (Deficit) operacional bruto		15.530	16.271
Outras despesas operacionais líquidas			
Outras receitas e despesas operacionais	23	(7.047)	(8.074)
Deficit operacional antes do resultado financeiro		8.483	8.197
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras	24	1.447	1.861
Despesas financeiras	24	(5.739)	(8.523)
		(4.292)	(6.662)
Superavit (Deficit) do exercício		4.191	1.535

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	2020	2019
Superavit (Deficit) do exercício	4.191	1.535
Resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total do exercício	4.191	1.535

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais - R$)*

	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Ajustes por:			
Superavit do exercício		4.191	1.535
Depreciações	10	13.852	11.706
Amortização	11	217	191
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	7	3.572	(3.300)
Saldo residual da baixa de bens e intangível	10 e 11	3.123	9.196
Provisão para riscos e processos judiciais, líquida	16	(139)	(3.464)
		24.816	15.864
Variações nos ativos e passivos		–	–
(Aumento) redução das contas do ativo		–	–
Contas a receber		(2.410)	7.489
Estoques		(8.692)	(289)
Subvenções a receber		(8.911)	9.778
Outros créditos		519	128
Depósitos judiciais		169	2.007
Adiantamentos		(1.142)	(473)
Aumento (redução) das contas do passivo		–	–
Fornecedores		(8.177)	5.155
Salários e contribuições sociais		2.930	1.134
Impostos e contribuições a recolher		264	80
Subvenção a pagar		20.385	(7.566)
Bens de direito de terceiros		(1.277)	(5.378)
Outras contas a pagar e provisões diversas		10.337	(1.885)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**28.811**	**26.044**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		–	–
Aquisições de bens do ativo imobilizado	10	(28.281)	(14.513)
Aquisições de bens do ativo intangível	11	(244)	–
Caixa líquido utilizados nas atividades de investimento		**(28.525)**	**(14.513)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		–	–
Captação de empréstimos e financiamentos	13	411.102	85.301
Pagamento de empréstimos e financiamentos	13	(407.878)	(98.581)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		**3.224**	**(13.280)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**3.510**	**(1.749)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		28.223	29.973
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		31.733	28.223
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**3.510**	**(1.750)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional: O Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada - IPMMI ("Entidade" ou "Instituto") foi fundado em 1932, na cidade de São José dos Campos/SP. Entidade assistencial, beneficente e filantrópica, inscrita no CPNJ com o número de 60.194.990/0001-78, mantenedora de núcleos assistenciais. O Instituto destina-se à prática de todos os atos de caridade em favor de enfermos em geral, obrigando-se a manter em todas as suas casas, leitos e serviços hospitalares para uso público, sem distinção de raça, cor, sexo e religião, dedicando-se também às obras de promoção humana. Com Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), renovada pela Portaria do MS nº 283 de 12/03/2018 publicada no dia 19 de março de 2018 DOU nº 53, com a validade até 31/12/2015. A renovação do CEBAS para o triênio subsequente, encontra-se em andamento de acordo com o protocolo 25000.17843812015-18, ano-base 2014 em 03/11/2015, sendo que em 31 de janeiro de 2019, houve o parecer favorável encaminhado pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS. A Prestação de contas do Ano de 2018 (2017-2016 e 2015) processo 25000.219234.2018-97 foi realizada tempestivamente em 18/12/2018, e a entidade aguarda a análise do Ministérios da Saúde e Assistência Social. **1.1 - Continuidade operacional: política corporativa de continuidade de negócios: objetivo:** Consolidar e manter a Governança Corporativa para a continuidade dos Negócios do Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada (IPMMI). **Público-Alvo:** Todas as Filiais controladas pelo IPMMI. **Responsabilidades:** A Gestão de Continuidade de Negócios é responsável pela Governança Corporativa com seus princípios e políticas acarretando o fortalecimento dos negócios. Os papéis e responsabilidades para coordenação e execução da estrutura de Continuidade de Negócios estão descritos nos respectivos normativos setoriais, por meio da categoria de políticas normativas denominadas Continuidade de Negócios para o IPMMI e os respectivos normativos das unidades de negócio. **Introdução:** Durante o exercício social de 2020 os esforços de reorganização e melhoria dos resultados continuaram a materializar, e em que pese a expansão de 4,71% nos custos e despesas operacionais, contra 4,45% das receitas operacionais líquidas, foi possível a expansão do Superavit que passou de R$ 1.535 mil no ano anterior para R$ 4.191 mil no período corrente, graças à queda nas outras despesas operacionais líquidas e na melhoria do resultado financeiro líquido. Apesar do aumento de 8,69% nas suas obrigações frente ao sistema financeiro que passaram de R$ 37.083 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$ 40.307 mil em 31 de dezembro de 2020 a entidade apresentou aumento de R$ 5.814 mil no capital circulante líquido e honrou pontualmente seus compromissos. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras do Instituto foram preparadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil. A escrituração contábil atende à Resolução nº 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a ITG 2002 (R1) publicada no DOU de 02/09/2015, a qual trata de aspectos contábeis específicos a entidades sem finalidade de lucro. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado (Aplicações financeiras). **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais e o Real é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Reais, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **i) Nota explicativa nº 7** - Provisão para ajuste do contas a receber ao valor recuperável; **ii) Nota explicativa nº 10** - Vida útil e valor recuperável do ativo imobilizado; **iii) Nota explicativa nº 16** - Provisão para contingências. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Instrumentos financeiros:** ***(i) Ativos financeiros não derivativos:*** A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. ***(ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:*** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. ***(iii) Empréstimos e financiamentos:*** São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos. ***(iv) Empréstimos e Recebíveis:*** Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos. ***(v) Caixa e equivalentes de caixa:*** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. ***(vi) Passivos financeiros não derivativos:*** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **b. Contas a receber:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são ajustados ao seu valor recuperável em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas na realização do contas a receber. **c. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques estão relacionados, principalmente, aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **d. Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, deduzido de depreciação acumulada e provisão para redução no valor recuperável desses bens. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil. Os bens constantes do imobilizado, mas não utilizados na prestação de serviços ou atividades para investimentos foram, no exercício de 2020 transferidos para conta específica do imobilizado avaliados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações, cujo montante líquido é consistente com o valor justo dos mesmos. ***(ii) Depreciação:*** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou valor de construção, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, exceto para terrenos e obras em andamento, que não são depreciados.

	Taxa média anual de depreciação
Edificações	4,00
Instalações	10,00
Veículos	20,00
Móveis e utensílios	10,00
objetos e obras sacras	10,00
Equipamentos de informática	20,00
Equipamentos hospitalares	8,33
Máquinas e equipamentos	8,33
Instrumentos	10,00

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **e. Intangíveis:** ***Reconhecimento, mensuração e amortização:*** O ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (*software*), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% ao ano. **f. Redução ao valor recuperável *(impairment): Ativos financeiros (incluindo recebíveis):*** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **g. Passivos circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **h. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base a melhor estimativa do risco envolvido. **i. Demais ativos circulantes e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços. **j. Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos Superavits/Deficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são utilizados integralmente nos objetivos sociais da Entidade. **k. Receita operacional:** ***(i) Prestação de serviços - Saúde médico-hospitalar:*** As receitas com serviços prestados no segmento de saúde são reconhecidas pelo regime de competência dos exercícios e englobam as contraprestações provenientes das operações com Sistema Único de Saúde (SUS), convênios/planos de assistência à saúde, atendimento médico-hospitalar a particulares e beneficiários de outros convênios. Estas receitas são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando o valor possa ser mensurado de forma confiável. As receitas com atendimento de serviços - saúde médico--hospitalar são apropriadas de acordo com o período da prestação do serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. ***(ii) Prestação de serviços - Assistência social:*** A Entidade trabalha no acolhimento institucional a idosos em situação de vulnerabilidade e risco social, favorecendo a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, mediante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. A receita refere-se às contribuições dos atendidos em Instituições de Longa Permanência para Idosos (Lei 12.101/09 e Estatuto do Idoso), doações espontâneas e eventuais convênios com órgãos públicos. ***(iii) Prestação de serviços - Atividade sustentável:*** A Entidade trabalha com prestações de serviços de hospedagem e atividades de aluguéis de espaços para retiros espirituais. A receita refere-se aos serviços prestados através de mensalidades, doações espontâneas e eventuais convênios com órgãos públicos. ***(iv) Receita com trabalhos voluntários:*** Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receitas operacionais. **l. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros e aplicações financeiras, são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos de acordo o regime de competência. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e despesas bancárias e são reconhecidas pelo regime de competência. **m. Gerenciamento de risco financeiro:** A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **i)** Risco de crédito; **ii)** Risco com taxa de câmbio; **iii)** Risco de taxa de juros; **iv)** Risco de liquidez. A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de riscos na nota explicativa nº 25. ***(i) Estrutura do gerenciamento de risco:*** As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade. **4. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos divulgados nas notas explicativas nºs 3 e 25. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **5. Segmentos operacionais:** As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento e são apresentadas em relação às áreas de atuação da Entidade e suas filiais que foram identificadas com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Entidade. A Entidade possui três segmentos reportáveis, conforme descrito abaixo, que são suas áreas de atuação. As unidades mantidas oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente. Para cada uma das mantidas, a Entidade analisa frequentemente os relatórios gerenciais. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis da Entidade: **i) Saúde** - A Entidade oferece assistência médico-hospitalar e ambulatorial, considerando o conjunto das filiais nominadas: Hospital Madre Teresa (MG), Casa de Saúde Stella Maris (SP), Instituto Pequenas Missionárias Maria Imaculada - Mantenedora Administração Corporativa (SP), Hospital Obra de Ação Social Pio XII (SP), Hospital Materno Infantil Antoninho da Rocha Marmo (SP), Hospital, Maternidade Marieta Konder Bornhausen (SC) e Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada - Radioterapia (S/C). **ii) Assistência social** - A Entidade trabalha no acolhimento, na defesa e na garantia dos direitos de idosos, que são desenvolvidas na filial Obra de Ação Social Pio XII (SP), como atividades secundárias (Recanto São João de Deus). **iii) Atividade sustentável**: A Entidade trabalha com prestações de serviços de hospedagem, atividades de aluguéis de espaços para retiro espiritual, que são desenvolvidas nas filiais: Residencial Maria Imaculada (SP), Recanto Luiz Bertoli (SC), Obra de Assistência e Promoção Rural Cura D'ars (SP), Obra Social Madre Teresa (SC) sem atividades em construção. **iv)** No quadro abaixo, são demonstrados os resultados dos segmentos operacionais da Entidade, que são: (i) locais de desenvolvimento de atividades de negócio, que obtêm receitas e gastos; (ii) têm seus resultados revisados pelo corpo executivo responsável pela tomada de decisões e alocações de recurso e (iii) onde esteja informação financeira diferenciada. A forma de avaliação por segmento permite o acompanhamento do desempenho das margens em separado dos diversos serviços oferecidos, dando suporte para as decisões dos executivos da Entidade. Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas abaixo. O desempenho é avaliado com base no resultado do segmento, como incluído nos relatórios internos que são analisados pelas associadas da Entidade.

Informações sobre segmentos reportáveis: Quadro 1 - Receitas segmentos operacionais:

	Saúde 2020	Saúde 2019	Assistência social 2020	Assistência social 2019	Atividade sustentável 2020	Atividade sustentável 2019	Total 2020	Total 2019
Receitas operacionais líquidas								
Receita líquida de prestação serviço	601.267	575.507	2.972	2.897	6.327	6.048	610.566	584.452
Receita operacionais trabalhos voluntários	22	96	–	–	–	–	22	96
	601.289	575.603	2.972	2.897	6.327	6.048	610.588	584.548
Custos e despesas operacionais								
Custos e despesas operacionais - Saúde	(582.436)	(555.595)	(3.309)	(3.136)	(9.291)	(9.450)	(595.036)	(568.181)
Custos e despesas serviços voluntários	(22)	(96)	–	–	–	–	(22)	(96)
	(582.458)	(555.691)	(3.309)	(3.136)	(9.291)	(9.450)	(595.058)	(568.277)
Superavit (deficit) operacional bruto	18.831	19.912	(337)	(239)	(2.964)	(3.402)	15.530	16.271
Outras receitas e despesas operacionais líquido								
Outras receitas e despesas operacionais	(6.555)	(7.655)	(3)	(33)	(489)	(386)	(7.047)	(8.074)
Deficit operacional antes do resultado financeiro	12.276	12.257	(340)	(272)	(3.453)	(3.788)	8.483	8.197
Resultado financeiro, líquido								
Despesas financeiras/receitas financeira	(4.183)	(6.547)	(7)	(7)	(102)	(108)	(4.293)	(6.663)
Superavit (deficit) do exercício	8.093	5.710	(347)	(279)	(3.555)	(3.896)	4.191	1.535

Quadro 2a - Balanço patrimonial seguimentos operacionais - Ativo:

	Saúde 2020	Saúde 2019	Assistência social 2020	Assistência social 2019	Atividade sustentável 2020	Atividade sustentável 2019	Total 2020	Total 2019
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	30.777	27.632	370	235	586	357	31.733	28.224
Contas a receber	52.259	53.474	–	–	180	128	52.439	53.602
Adiantamento de terceiros	6.385	5.280	61	52	42	14	6.488	5.346
Subvenções governamentais a receber	22.666	12.012	2.086	3.829	–	–	24.752	15.841
Estoques	31.320	22.727	3	5	125	55	31.448	22.787
Outras contas a receber	102	702	–	9	143	30	245	741
Despesas antecipadas	129	155	–	–	3	–	132	155
Total ativo circulante	143.638	121.982	2.520	4.130	1.079	584	147.237	126.696
							–	–
Não circulante								
Depósitos judiciais	375	544	–	–	–	–	375	544
Outras contas a receber	–	–	–	–	–	–	–	–
Investimentos	96	95	–	–	1	1	97	96
Imóveis de investimentos	11.579	–	–	–	–	–	11.579	–
Imobilizado	288.935	288.930	1092	850	26.490	26.975	316.517	316.755
Intangível	513	486	–	–		3	513	489
Total ativo não circulante	301.498	290.055	1.092	850	26.491	26.979	329.081	317.884
Total do ativo	445.136	412.037	3.612	4.980	27.570	27.563	476.318	444.580

Quadro 2b - Balanço patrimonial seguimentos operacionais - Passivo e patrimônio líquido:

	Saúde 2020	Saúde 2019	Assistência social 2020	Assistência social 2019	Atividade sustentável 2020	Atividade sustentável 2019	Total 2020	Total 2019
Circulante								
Fornecedores diversos	42.749	50.885	20	34	147	174	42.916	51.093
Empréstimos e financiamentos	25.677	21.544	–	–	–	–	25.677	21.544
Obrigações sociais e trabalhistas	28.723	25.772	257	277	716	716	29.696	26.765
Obrigações tributárias	1.859	1.592	2	6	9	7	1.870	1.605
Adiantamentos de clientes	5.978	2.066	–	–	31	5	6.009	2.071
Provisão para contingências	566	705	–	–	–	–	566	705
Subvenções a realizar	35.660	26.867	2.086	3.828	139	–	37.885	30.695
Outras contas a pagar	11.824	8.791	–	–	65	49	11.889	8.840
Estoques - Em consignação	18.414	16.846	–	–	–	–	18.414	16.846
Total passivo circulante	171.450	155.068	2.365	4.145	1.107	951	174.922	160.164
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	14.630	15.539	–	–	–	–	14.630	15.539
Subvenções a realizar	54.052	41.527	689	61	222	180	54.963	41.768
Outras contas a pagar	1.783	3	–	–	–	–	1.783	3
Bens em comodato	206	1.471	–	–	8	20	214	1.491
	70.671	58.540	689	61	230	200	71.590	58.801
Patrimônio líquido								
Patrimônio social	199.201	196.047	–	1044	26.413	26.989	225.614	224.080
Deficit no exercício	8.094	5.707	(346)	(277)	(3.556)	(3.895)	4.192	1.535
Ajuste do exercício anterior	–	–	–	–	–	–	–	–
Transferência interna	(3.388)	(3.539)	11	220	3.377	3.319	–	–
	203.907	198.215	(335)	987	26.234	26.413	229.806	225.615
Total do passivo	446.028	411.823	2.719	5.193	27.571	27.564	476.318	444.580

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	2020	2019
Caixa fundo fixo	34	46
Banco conta movimento	1.115	779
Aplicações financeiras	30.584	27.399
	31.733	28.224

A Entidade mantém os recursos disponíveis aplicados financeiramente enquanto não reinvestidos em atividades ligadas ao seu objeto social. As aplicações financeiras da Entidade não estão sujeitas à incidência de impostos, devido ao fato de a Entidade gozar de imunidade de tributos federais. A Entidade, na data das demonstrações financeiras, possuía saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa com utilização exclusiva, que são oriundos de recursos obtidos por emendas (também entendidas como subvenções governamentais) nas filiais da Entidade consideradas como unidades próprias no montante de R$ 18.013 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 15.406 em 31 de dezembro de 2019). A exposição da Entidade a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros é divulgada na nota explicativa nº 25.

7. Contas a receber:

	2020	2019
Saúde		
Pacientes convênios	43.121	44.833
Pacientes SUS	12.685	9.458
Pacientes particulares	1.812	966
	57.618	55.257
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	(5.405)	(1.833)
Atividade sustentável		
Créditos a receber	227	178
	52.440	53.602

A provisão para ajuste do contas a receber ao valor recuperável foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização do contas a receber, levando-se em consideração análise quantitativa e qualitativa individual dos recebíveis, bem como a média de inadimplência histórica. A Entidade tem como procedimento rever tais provisões mensalmente a fim de serem ajustadas, se necessário, adotando o critério de análise individual de sua carteira de clientes.

Movimentação da provisão para ajuste do contas a receber ao valor recuperavel:

Saldo em 1º de janeiro de 2019	5.134
Incremento de provisão para perdas no exercício	8.768
Reversão de provisão para perdas no exercício	(12.069)
Baixa efetiva dos títulos vencidos	–
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.833
Incremento de provisão para perdas no exercício	5.434
Reversão de provisão para perdas no exercício	(1.862)
Baixa efetiva dos títulos vencidos	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.405

8. Subvenções governamentais e compromissos por doações: As subvenções governamentais são registradas nos ativos e passivos, onde esses recursos financeiros são destinados ao custeio e investimentos, assinados entre o Instituto e os Órgãos Governamentais, para aquisição de ativos imobilizados e também subvenções obtidas para custeio de atividades médicas de terceiros, energia elétrica, estoques e para cobertura de demais despesas necessárias ao provimento de serviços de saúde do SUS, incluindo também os compromissos por doações particulares recebidas. Após efetivada sua realização através da aquisição e pagamento dos produtos e/ou serviços e investimentos, serão baixados e reconhecidos na receita (custeio) e no Ativo Imobilizado (investimento), observado o disposto na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais.

Ativo circulante		
Subvenções a receber		
	2020	24.752
	2019	15.841
Passivo circulante		
Compromissos por subvenções		13.286
Recursos provisionados para recebimento e utilização		24.752
Compromissos por doações		189
	2020	**38.227**
	2019	**30.695**
Passivo não circulante		
Receita com subvenções a incorrer		112.848
(-) Subvenção aplicada em bens em comodato		(60.692)
Compromissos por subvenções - imobilização		52.156
Compromissos por doações		2.464
	2020	**54.620**
	2019	**41.768**

9. Estoques:

	2020	2019
Ativo circulante		
Estoques de materiais hospitalares	13.064	5.942
Estoques em consignação	18.415	16.845
Outros		
	31.479	22.787
Passivo circulante		
Estoques em consignação	18.749	16.845

(i) **Estoques em consignação:** estoque de material de órteses e próteses para cirurgias de grande porte, de propriedade de terceiros em poder da unidade, conforme contrato firmado entre o fornecedor e a unidade, e que são faturados e reconhecidos no resultado do exercício como custos e despesas mediante consumo.

10. Ativo imobilizado: Imobilizado:

	Terrenos	Edificações	Benfeitorias imóveis de terceiros	Instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Objetos e obras sacras	Equipamentos de informática	Equipamentos hospitalares	Máquinas e equipamentos	Instrumentos	Propriedade investimento	Bens em comodato	Transitória imobilizado	Imobilizado em andamento	Subtotal
Custo																
Saldo em 1º/01/2019	**181.974**	**57.966**	**–**	**16.391**	**1.369**	**16.429**	**492**	**7.589**	**82.211**	**8.379**	**482**	**–**	**6.869**	**9.824**	**17.348**	**407.324**
Adições	–	–	–	444	285	877	2	490	7.392	689	213	–	1	1.996	2.033	**14.422**
Baixas	(651)	(227)	–	(15)	(83)	(39)	(4)	(51)	(3.816)	(199)	–		(5.380)	(1.734)	(301)	**(12.499)**
Transferências	–	4.835	6.171	2.120	–	–	–	–	–	–	–		–	(577)	(12.548)	**–**
Saldo em 31/12/2019	**181.323**	**62.574**	**6.171**	**18.940**	**1.572**	**17.267**	**489**	**8.028**	**85.787**	**8.869**	**694**	**–**	**1.491**	**9.509**	**6.533**	**409.246**
Adições	–	693	–	881	89	583	4	656	6.662	324	50	387	–	17.002	951	**28.281**
Baixas	–	–	–	(52)	(60)	(59)	(1)	(331)	(4.252)	(105)	–	(387)	(1.277)	(408)	(396)	**(7.327)**
Transferências	(10.828)	597	–	978	–	59	–	–	1.453	3	–	11.579	720	(1.522)	(3.040)	**–**
Saldo em 31/12/2020	**170.496**	**63.863**	**6.171**	**20.747**	**1.601**	**17.850**	**493**	**8.353**	**89.650**	**9.091**	**744**	**11.579**	**934**	**24.581**	**4.049**	**430.200**
Depreciação/ amortização																
Saldo em 1º/01/2019	**–**	**(11.870)**	**–**	**(8.661)**	**(992)**	**(10.700)**	**(198)**	**(4.956)**	**(43.084)**	**(3.506)**	**(122)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(84.089)**
Adições	–	(2.281)	–	(1.499)	(114)	(1.081)	(34)	(625)	(5.288)	(717)	(67)	–	–	–	–	**(11.706)**
Baixas	–	2	–	14	57	32	2	46	3.035	117	–	–	–	–	–	**3.307**
Transferências	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**–**
Saldo em 31/12/2019	**–**	**(14.149)**	**–**	**(10.145)**	**(1.048)**	**(11.748)**	**(230)**	**(5.535)**	**(45.338)**	**(4.106)**	**(189)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(92.488)**
Adições	–	(2.446)	(1.063)	(1.339)	(143)	(1.154)	(34)	(707)	(6.165)	(729)	(72)	–	–	–	–	**(13.852)**
Baixas	–	–	–	47	54	46	–	314	3.666	77	–	–	–	–	–	**4.204**
Transferências	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**–**
Saldo em 31/12/2020	**–**	**(16.595)**	**(1.063)**	**(11.438)**	**(1.138)**	**(12.856)**	**(263)**	**(5.928)**	**(47.836)**	**(4.758)**	**(261)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(102.136)**
Valor contábil em 31/12/2020	**170.496**	**47.269**	**5.108**	**9.309**	**463**	**4.994**	**230**	**2.425**	**41.814**	**4.332**	**484**	**11.579**	**934**	**24.581**	**4.049**	**328.065**
Valor contábil em 31/12/2019	**181.323**	**48.425**	**6.171**	**8.794**	**524**	**5.519**	**259**	**2.493**	**40.449**	**4.762**	**506**	**–**	**1.491**	**9.509**	**6.533**	**316.758**

11. Intangível:

	Sistema de Informática	Licença Sistema de Informática	Marcas e Patentes	Subtotal
Custos				
Saldo em 1º/01/2019	415	2.985	4	**3.404**
Adições	–	91	–	**91**
Baixas	–	(4)	–	**(4)**
Transferências	–	–	–	**–**
Saldo em 31/12/2019	415	3.072	4	**3.491**
Adições	–	244	–	**244**
Baixas	–	(1)	(2)	**(2)**
Transferências	–	–	–	**–**
Saldo em 31/12/2020	415	3.315	3	**3.733**
Depreciação/Amortização				
Saldo em 1º/01/2019	(414)	(2.395)	(4)	**(2.814)**
Adições	–	(191)	–	**(191)**
Baixas	–	–	–	**–**
Transferências	–	–	–	**–**
Saldo em 31/12/2019	(415)	(2.586)	(4)	**(3.005)**
Adições	–	(217)	–	**(217)**
Baixas	–	1	2	**2**
Transferências	–	–	–	**–**
Saldo em 31/12/2020	(415)	(2.802)	(3)	**(3.220)**
Valor contábil em 31/12/2020	–	513	–	**513**
Valor contábil em 31/12/2019	–	486	–	**486**

12. Fornecedores:

		2020	2019
Saúde			
Fornecedores de materiais e medicamentos	(i)	14.032	12.990
Fornecedores de serviços médicos	(ii)	174	565
Fornecedores de serviços diversos	(iii)	5.914	7.743
Fornecedores de OPME	(i)	21.086	28.433
Fornecedores de serviço de manutenção	(iii)	1.543	1.153
		42.749	50.884
Assistência social			
Fornecedores assistência social		20	34
Atividade sustentável			
Fornecedores de serviços diversos		140	171
Fornecedores de materiais e medicamentos		7	4
		147	175
		42.916	51.093

(i) Insumos médico-hospitalares, como medicamentos, próteses, órteses e materiais especiais. *(i)* Fornecedores a pagar relacionados a honorários médicos especializados, como radiologia, laboratório, bancos de sangue, radioterapia e UTI. *(ii)* Serviços diversos relacionados a manutenção de ativos e sistemas; honorários especializados, como advogados, auditorias de processos e consultoria de sistemas; serviços de portaria, vigilância e limpeza, conservação e remoção de resíduos hospitalares.

13. Empréstimos e financiamentos:

	Taxa de juros nominal	Vencimento	2020 Valor contábil	2020 Até 1 ano	2020 Acima de 1 ano	2019 Valor contábil	2019 Até 1 ano	2019 Acima de 1 ano
HSBC - IPMMI - 626639	5,54% a.a.	15/12/2021	2.262	2.181	81	4.538	2.207	2.331
HSBC - IPMMI - 10650789	22% a.a.	17/01/2022	1.451	1.339	112	2.789	1.339	1.450
Banco do Brasil - IPMMI (i)	3% a.m.	–	1.699	1.699	–	1.699	1.699	–
Banco CREDICOM - HMT (i)	1,45% a.m	02/01/2020	–	–	–	2.232	2.232	–
Banco SICOOB CREDICOM - HPIOXII (i)	1,45% a.m	31/01/2020	–	–	–	2.973	2.973	–
Banco Santander - IPMMI	–	02/07/2020	–	–	–	600	–	600
Banco Santander HPIOXII - 6720	20% a.a.	07/05/2020	–	–	–	2	2	–
Banco Santander HPIOXII - 6700	20% a.a.	07/05/2020	–	–	–	15	15	–
Banco Santander LEASING - 8731160	19% a.a.	01/10/2020	–	–	–	46	46	–
Banco Santander - HMMKB 7280	24% a.a.	15/03/2022	3.156	2.525	631	5.682	2.525	3.157
CEF - 25.3013.610.000005-66	13% a.a.	10/01/2020	–	–	–	274	274	–
SICOOB CREDICOM PIO XII - CONTRATO 851897	20,31% a.a.	15/02/2022	2.750	2.371	379	–	–	–
SICOOB CREDICOM HMT - CONTRATO 93442-0	3,33% a.a.	15/03/2023	2.907	1.245	1.662	–	–	–
SICOOB CREDICOM HMT - CONTRATO 950097	3,33% a.a.	15/06/2023	3.007	1.351	1.656	–	–	–
SICOOB CREDICOM HMT - CONTRATO 96525-3	3,33% a.a.	17/07/2023	2.004	827	1.177	–	–	–
SICOOB CREDICOM HMT - CONTRATO 98361-3	3,33% a.a.	15/08/2023	1.002	379	623	–	–	–
SICOOB CREDICOM HMT - CONTRATO 100089-9	3,33% a.a.	15/09/2023	2.004	695	1.309	–	–	–
SICOOB CREDICOM HMT- CONTRATO 101937-1	3,33% a.a.	15/10/2023	1.002	315	687	–	–	–
UNIMED BH - COVID 19	–	31/12/2021	1.300	1.300	–	–	–	–
BRADESCO SAÚDE - COVID - 19	–	31/03/2021	375	375	–	–	–	–
Credicom - 57342	4% a.a.	17/04/2023	4.675	2.770	1.905	6.684	2.570	4.114
Credicom - 55517-6	4% a.a.	02/01/2023	4.800	2.517	2.283	7.199	2.742	4.457
Credicom - 65523-8	3% a.a.	31/01/2020	–	–	–	556	556	–
Credicom - 756369	0,85% a.m.	17/08/2020	–	–	–	2.221	2.221	–
Credicom - 756383	0,85% a.m.	17/08/2020	–	–	–	1.699	1.699	–
Oncoclinicas	–		670	–	670	–	–	–
Unimed Belo Horizonte HMT (ii)	2,79% a.m.	31/10/2021	4.000	4.000	–	–	–	–
Banco Itaú S.A.			1.933	400	1.533	–	–	–
			40.997	26.289	14.708	39.209	23.100	16.109
Juros a incorrer			(690)	(612)	(78)	(2.197)	(1.627)	(570)
			40.307	25.677	14.630	37.012	21.473	15.539
Circulante			25.677	–	–	21.473	–	–
Não circulante			14.630	–	–	15.539	–	–

(i) Conta garantida com instituições financeiras. (ii) Refere-se a recursos adiantados associados ao convênio privado que são amortizados mensalmente com base na produção incorrida do Hospital Madre Teresa. As operações de financiamentos têm como finalidade principalmente a aquisição de bens patrimoniais e empréstimos tomados no mercado financeiro para suprir as deficiências de capital de giro. Para mais informações sobre a exposição da Entidade a riscos de taxa de juros, câmbio e liquidez decorrentes destes empréstimos e financiamentos, veja nota explicativa n° 25. *Garantias oferecidas:* A Administração ofereceu garantias para suas operações de empréstimos e financiamentos, carteira de recebíveis de convênios privados e SUS e aplicações financeiras. *Cláusulas restritivas (Covenants):* Os contratos de empréstimos possuem cláusulas de *covenants* não financeiros. Todas as cláusulas são atendidas pela entidade.

14. Obrigações sociais e trabalhistas:

	2020	2019
Provisão de férias e encargos sociais	16.970	15.460
Salários e ordenados a pagar	9.922	8.770
Encargos sociais	2.803	2.535
	29.695	26.765

15. Outras contas a pagar:

	2020	2019
Contas a pagar diversas	9.468	5.358
Água e esgoto	40	97
Energia elétrica	443	695
Telefone	16	20
Aluguéis de bens móveis e imóveis	1.225	853
Fornecedores - Acordo	543	1.640
Consignados	154	177
	11.889	8.840
Circulante	11.889	8.840
Não circulante	1.783	3

16. Provisão para contingências: A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

	2020	2019
Cíveis	106	185
Trabalhistas	460	520

A Entidade em 31 de dezembro de 2020 possuía processos em andamento movidos contra suas filiais. O risco econômico envolvido nesses processos soma o equivalente a R$ 566 (R$ 705 em 2019) envolvendo causas com risco provável de perda, conforme apresentadas abaixo:

2020	Saldo Inicial	Adições	Utilização	Estornos	Depósito Judicial	Saldo Final
Cíveis	185	181	(216)	(44)	–	106
Trabalhistas	520	1.322	(665)	(717)	–	460
	705	1.503	(881)	(761)	–	566

2019	Saldo Inicial	Adições	Utilização	Estornos	Depósito Judicial	Saldo Final
Cíveis	3.371	902	(93)	(3.995)	–	185
Trabalhistas	798	738	(266)	(750)	–	520
	4.169	1.640	(359)	(4.745)	–	705

• **Cíveis** - Em 31 de dezembro de 2020, a Entidade estava envolvida em reclamações cíveis, e com base em informações de seus assessores jurídicos, a Administração mantém provisão em montante de R$ 106 (R$ 185 em 2019) para as ações classificadas como sendo de risco de perda provável. As ações de natureza cível versam principalmente sobre erros médicos. Baseado na opinião de seus assessores jurídicos, para as ações classificadas como sendo de risco de perda provável, a Entidade constituiu provisão suficiente para o caso de eventual perda, não sendo esperadas perdas além dos valores já provisionados nas demonstrações financeiras. • **Trabalhistas** - Em 31 de dezembro de 2020, a Entidade estava envolvida em reclamações trabalhistas, e com base em informações de seus assessores jurídicos, a Administração mantém provisão em montante de R$ 460 (R$ 520 em 2019) para as ações classificadas como sendo de risco de perda provável. **Processos com risco de perda possível:** A Entidade é parte envolvida em ações de naturezas cível e trabalhista nos montantes respectivos de R$ 221.574 e R$ 8.181 em 2020 (R$ 256.205 e R$ 8.902 em 2019) que foram classificadas como perda possível pelos assessores jurídicos da Entidade, para os quais nenhuma provisão foi constituída, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O Hospital Casa de Saúde Stella Maris recebeu e foi notificado de processos administrativos abertos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo devido a questionamentos sobre as prestações de contas dos convênios SUS da localidade. A Administração está acompanhando e tomando as ações necessárias esses processos com apoio de seus assessores jurídicos externos. Os valores expostos em 31 de dezembro de 2020 totalizam R$ 146.358 (R$ 204.698 em 2019) com risco de perda avaliado como possível, e encontram-se contidos nos totais expressos **17. Bens públicos em nosso poder:** A Entidade possui bens públicos em seu poder (bens operados em comodato), no montante de R$ 64.912 em 2020 e (R$ 65.942 em 2019), que refere-se a ativos imobilizados e valores recebidos da Secretaria da Saúde do Estado de Santa Catarina e já empregados na aquisição de ativos imobilizado e intangível, que serão devolvidos a gestão pública quando do término do comodato datado de 24 de janeiro de 1995 com uso real do imóvel por 30 anos para o Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen. **18. Tributos e contribuições (renúncia fiscal):** Em atendimento ao item 27c da ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, incidentes sobre a receita (COFINS 3% - regime cumulativo). Em janeiro de 2017, conforme Procedimento Comum nº 5000615-45.2016.4.03.6103, foi concedida a imunidade quanto ao recolhimento da contribuição social para o Plano de Integração Social - PIS sobre folha de pagamento, extinguindo assim a obrigatoriedade do recolhimento a partir de fevereiro de 2017; e incidentes sobre o Superavit do exercício (IRPJ e CSSL 34%). A Entidade não tem a obrigação de escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem finalidade de lucros. **Isenção previdenciária usufruída:** Em atendimento as determinações da Lei 12.101/2009 e Decreto nº 8.242/2014, são demonstrados a seguir os valores relativos às isenções previdenciárias, como se devidas fossem, gozadas durante os exercícios de 2020 e 2019.

	2020	2019
COFINS	14.430	13.978
INSS 20% parte empresa	33.060	30.957
INSS 5,8% terceiros	9.587	8.977
INSS 2% R.A.T.	3.306	3.096
INSS 20% autônomos	827	924
	61.210	57.932

As declarações de isenção do imposto de renda, as quais a Entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e à aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final por autoridades fiscais e normativas ou órgãos fiscalizadores. **19. Patrimônio líquido: Patrimônio social:** O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos objetivos sociais e formado pelos Superavits e/ou Deficits acumulados. Está composto pelos Superavits e/ou Deficits acumulados ao longo dos exercícios anteriores, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção dos objetivos sociais da Entidade, seja na ampliação e manutenção de suas instalações ou na prestação de serviços. **20. Receitas operacionais líquidas - Saúde, assistência social e atividade sustentável:**

	2020	2019
Receitas operacionais - Saúde		
Pacientes de convênios	227.478	253.203
Pacientes particulares	18.117	18.163
Pacientes de SUS - Internados	81.868	81.653
Pacientes de SUS - Exames e pronto atendimento	41.222	41.711
Subvenções e convênios públicos	52.439	44.700
Outras receitas operacionais	184.685	141.874
	605.809	581.304
Deduções - Saúde		
Rejeição/glosa de convênio	(4.171)	(5.049)
Rejeição SUS	(376)	(733)
Reembolso a pacientes	(17)	(15)
Cancelamento de serviço	–	–
	(4.564)	(5.797)
	601.245	575.507
Receitas operacionais - Assistência social		
Contribuições de asilados	465	554
Subvenções e convênios públicos	2.074	1.887
Outras receitas operacionais	433	456
	2.972	2.897
Deduções - Atividade assistencial		
Reembolso de asilados	–	–
	2.972	2.897
Receitas operacionais - Atividade sustentável		
Mensalidade de clientes	4.496	4.149
Subvenções e convênios públicos	125	74
Outras receitas operacionais	1.711	1.826
	6.332	6.049
Deduções - Atividade sustentável		
Reembolso a clientes	(5)	(1)
	(5)	(1)
	6.327	6.048
Receita - trabalhos voluntários		
Trabalhos voluntários	22	96
	22	96
Totais receitas operacionais líquidas	610.566	584.548

21. Custos e despesas operacionais - Saúde, assistência social e atividade sustentável:

	2020	2019
Custos e despesas operacionais - Saúde		
Custo com pessoal e encargos	190.320	177.101
Serviços de terceiros	133.040	131.026
Despesas gerais	259.054	247.468
	582.414	555.595
Custos e despesas operacionais - Assistência social		
Custo com pessoal e encargos	1.958	1.887
Serviços de terceiros	383	312
Despesas gerais	968	937
	3.309	3.136
Custos e despesas operacionais - Atividade sustentável		
Custo com pessoal e encargos	5.412	4.972
Serviços de terceiros	921	1.408
Despesas gerais	2.958	3.070
	9.291	9.450
Custos e despesas operacionais - Trabalho voluntário		
Custos e despesas operacionais - Trabalho voluntário	22	96
	22	96
	595.036	568.277

22. Remuneração da Administração: Entidade não remunera sua Diretoria Estatutária nem suas conselheiras, conforme disposto no artigo 34 do Estatuto Social e também como determina a Lei nº 12.101/09. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplicam integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades em conformidade com o artigo 33 do Estatuto Social.

23. Outras receitas e despesas operacionais:	2020	2019
Doações pessoas físicas e/ou jurídicas p/custeio	7.219	4.035
Atendimentos gratuitos	(14)	(41)
Outras despesas	(422)	(187)
Depreciação	(13.338)	(11.462)
	(6.555)	(7.655)
Outras receitas e despesas operacionais - Assistência Social		
Doações pessoas físicas e/ou jurídicas p/custeio	52	7
Depreciação	(55)	(40)
Outras despesas	–	–
	(3)	(33)

	2020	2019
Outras receitas e despesas operacionais - Atividade sustentável		
Doações pessoas físicas e/ou jurídicas p/custeio	184	139
Depreciação	(673)	(526)
Outras despesas	–	1
	(489)	(386)
	(7.047)	(8.074)

24. Resultado financeiro, líquido:	2020	2019
Receitas financeiras - Saúde		
Rendimento de aplicações financeiras	161	422
Descontos obtidos	1.209	1.285
Juros de atualização monetária	71	140
	1.441	1.847
Receitas financeiras - Assistência social		
Tarifas bancárias, juros e descontos	–	2
	–	2
Receitas financeiras - Atividade sustentável		
Tarifas bancárias, juros e descontos	6	12
	6	12
Total receitas financeiras	1.447	1.861
Despesas financeiras - Saúde		
Juros passivos	(4.989)	(7.720)
Descontos financeiros	(146)	(198)
Tarifas bancárias	(254)	(222)
Outras despesas financeiras	(235)	(254)
	(5.624)	(8.394)
Despesas financeiras - Assistência social		
Juros passivos	–	–
Tarifas bancárias	(7)	(9)
	(7)	(9)
Despesas financeiras - Atividade sustentável		
Descontos financeiros	(91)	(101)
Outras despesas financeiras	(13)	(4)
Tarifas bancárias	(4)	(15)
	(108)	(120)
Total despesas financeiras	(5.739)	(8.523)
Resultado financeiro, líquido	(4.292)	(6.662)

25. Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos a seguir, as políticas e os processos de mensuração, gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Entidade. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros: **a. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis, representados principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, subvenções governamentais e outras contas a receber. ***Exposição a risco de crédito:*** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito nas datas das demonstrações financeiras foi:

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	31.733	28.224
Contas a receber	52.439	53.602
Subvenções governamentais	24.752	15.841
Outras contas a receber	245	741
	109.169	98.408

• **Caixa e equivalentes** - A política de gestão de risco é administrada de modo corporativo, e determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos. A Entidade possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. No que tange às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e aplicações em títulos de renda fixa. • **Contas a receber e subvenções governamentais** - O risco de crédito é gerenciado pelos contratos ou convênios com órgãos governamentais, contraprestações provenientes das operações com planos de assistência à saúde e atendimento médico-hospitalar a particulares e beneficiários de outros convênios, além de taxas de inscrições; por prestação de serviços no segmento assistencial, principalmente, mensalidades de serviços de moradia, hospedagens. Não há concentração de risco de crédito no modelo de negócios da Entidade, sendo sua carteira pulverizada. A Entidade possui provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa, no montante de R$ 5.405, calculada em função da política adotada durante o ano de 2020 e considerada suficiente frente aos seus riscos. • **Outras contas a receber** - O risco de crédito de outras contas a receber é a incerteza na capacidade da contraparte em cumprir as suas obrigações. A Entidade avalia cada contraparte e gerencia individualmente este risco, muitas vezes, possuindo garantias e/ou depósitos. **b. Risco com taxa de câmbio:** Decorre da possibilidade da Entidade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores captados no mercado por meio de empréstimos e financiamentos. Os saldos denominados em moeda estrangeira estão sujeitos à variação cambial. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira, consubstanciada pelo financiamento de equipamentos hospitalares em dólar, não gera efeitos significativos em caso de valorização na taxa de câmbio em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **c. Risco de taxa de juros:** A Entidade mantém parcela substancial das suas disponibilidades e de determinadas obrigações indexadas à variação do CDI. A expectativa de mercado, conforme dados retirados da Cetip, com data-base de 31 de dezembro de 2020, indicava, uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 3,96% cenário provável para o ano de 2021. A Entidade realizou duas simulações nas taxas de remuneração do CDI para as aplicações financeiras com aumento de 25% e 50% cujos resultados estão apresentados no quadro a seguir:

	Cenário real	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Caixa e equivalentes			
Aplicações financeiras	30.584	30.584	30.584
Taxa anual estimada do CDI	3,96%	4,46%	5,94%
Efeito anual no caixa líquido	1.211	1.364	1.817

d. Risco de liquidez: Risco de liquidez é aquele em que a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o máximo possível que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando estas vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. A seguir, são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados.

2020	Nota	Valor contábil	Até 1 ano	01-02 anos
Fornecedores	12	42.916	42.916	–
Empréstimos e financiamentos	13	40.307	25.677	14.630
		83.223	68.593	14.630

2019	Nota	Valor contábil	Até 1 ano	01-02 anos
Fornecedores	12	51.093	51.093	–
Empréstimos e financiamentos	13	37.083	21.544	15.539
		88.176	72.637	15.539

e. Política de gestão de riscos: A Entidade possui uma política para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que se utiliza de instrumentos de controle e profissionais capacitados na mensuração, na análise e na gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. **f. Hierarquia de valor justo:** A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros diferentes de caixa classificados em outras categorias:

Ativos financeiros	Classificação	Hierarquia de valor justo	2020	2019
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	Nível 1	1.549	825
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	30.183	27.399
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	52.439	53.602
Subvenções governamentais	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	24.752	15.841
Outros créditos	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	245	741
Passivos financeiros	**Classificação**		**2020**	**2019**
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	42.916	51.093
Empréstimos	Custo amortizado	Nível 2	40.307	37.083
Outras contas a pagar	Custo amortizado	Nível 2	13.672	8.843

(ii) CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo: **- Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **- Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **- Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como nível 2. **26. Voluntariado:** Em atendimento ao item 19 da ITG 2002 (R1) Entidades sem Finalidade de Lucros, a Entidade reconheceu no exercício de 2020 o trabalho voluntário pelo valor justo, contabilizado como gratuidade concedida e serviços voluntários obtidos, em contas de resultado nos seguintes grupos: receitas operacionais e custos e despesas operacionais. Segue quadro com os valores contabilizados, por tipo de atividade, no exercício de 2019:

	2020 Receita	2020 Custo	2019 Receita	2019 Custo
Saúde	22	(22)	96	(96)
	22	(22)	96	(96)

27. Gratuidades concedidas: Assistência social: A Entidade trabalha no acolhimento, na defesa e na garantia dos direitos de idosos, possui serviço socioassistencial de alta complexidade inscrito no município de São José dos Campos, cuja filial apresenta anualmente ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) os seus respectivos: relatório de atividades e plano de ação. Segue abaixo o número de usuários que foram atendidos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS):

Assistencia social	**2020**	**2019**
Total de usuários	86	70

Saúde: A Entidade prestou serviços de saúde em hospitais, ambulatórios e outros equipamentos de saúde por meio de suas filiais constituídas para tal finalidade, sendo o seu percentual SUS composto por: internações medidas em paciente dia, atendimentos ambulatoriais e ações prioritárias de saúde. Com observância do limite mínimo de atendimento ao SUS (Sistema Único de Saúde) em 60%, fixado pelo art. 4º, inciso II, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, regulamentada pelo Decreto 7.237 de 20 de julho de 2010, alterado em parte pelo Decreto 7.300 de 14 de setembro de 2010, Portaria 834 de 26 de abril de 2016, Lei 12.868 de 15 de outubro de 2013 e por fim alterada pela Portaria nº 834 de 26 de abril de 2016, o número total de atendimentos no exercício está assim representado:

Diário paciente dia	**2020**	**2019**
Atendimentos SUS	144.431	167.722
Não SUS	85.221	92.048
Atendimentos ambulatoriais		
Atendimento SUS	1.312.165	1.780.411
Não SUS	267.849	389.243

continua

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2021 | 18:19:16 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

continuação

Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

Resumo geral SUS	2020	2019
Participação pacientes dia	62,89%	64,56%
Ambulatório - Lei 12.101/2009 e Art. 32 da Portaria 834/2016	10,00%	10,00%
Ações Prioritárias - Lei 12.101/2009 e Art. 33 da Portaria 834/2016	4,50%	4,50%
Percentual de atendimento SUS	**77,39%**	**79,06%**

O percentual conclusivo obtido no atendimento ao SUS no exercício de 2020 foi de 77,39% (79,06% em 2019), atendimento superior ao requerido mínimo de 60% conforme estabelecido pela legislação. **Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS):** A Entidade cumpriu o requisito de apresentar tempestivamente seus pedidos de renovação e recurso de decisão para a CEBAS, estando em conformidade com o preconizado no § 2º do Art. 24 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e no Art. 8º do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014. **28. Informações qualitativas:** A Entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei nº 12.101/2009, chamada "Lei da Filantropia", e às demais regulamentações vigentes, nas áreas de sua atuação, saúde e assistência social, quanto à obrigatoriedade de apresentar tempestivamente, a cada triênio, o relatório de atividades e os documentos exigidos pelos respectivos Ministérios de cada área de sua atuação. **29. Outras informações:** As declarações de isenção do imposto de renda, às quais a Entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais, também estão sujeitos a revisão por autoridades fiscais, normativas ou órgãos fiscalizadores. **30. Avais, fianças e garantias:** A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2020 e 2019. **31. Eventos subsequentes: Efeitos da Pandemia do COVID-19 sobre as Demonstrações Financeiras:** Diante da Epidemia da COVID-19 (Coronavírus) que foi classificada como Pandemia pela Organização Mundial de Saúde - OMS, estão sendo realizadas ações governamentais para conter a disseminação da doença no Brasil, que trouxeram impactos relevantes nas atividades operacionais de saúde da entidade, conforme detalhamento a seguir: • Baixo desempenho da demanda de prestação de serviços na área de saúde para convênios não SUS e particulares; • Perdas de receitas de prestação de serviços de saúde, como por exemplo, suspensão de cirurgias eletivas, atendimentos ambulatoriais e exames para diagnósticos conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2020	2019	Variação
Receitas de Convênios e Particulares	245.595	271.366	-10%

• Aumento significativo nos preços dos insumos em geral e despesas com terceiros, como também nos gastos com folha de pagamento (pessoal) devido a alta demanda de atendimento, afastamento de funcionários no grupo de risco e contratação de pessoal para suprir a criação dos novos leitos de enfermaria e UTI:

Descrição	2020	2019	Variação
Insumos em Geral e terceiros	392.116	378.494	4%
Despesas com pessoal e encargos	190.320	177.101	7%

• A Entidade recebeu os seguintes recursos destinados ao combate à pandemia do Novo Coronavírus, através de Órgãos Governamentais, bem como do setor Privado:

Hospitais		
Unidade	**Valor**	**Origem**
PIO XII	1.265	Incentivo Federal
CSSM	5.344	Incentivo Federal

Hospitais		
Unidade	**Valor**	**Origem**
HMT	2.397	Incentivo Federal
	171	Incentivo Federal
HMMKB	25.822	Incentivo Federal
	7.380	PHC - Complemento COVID (SES)
	510	Fonplata (Covid-19)
Total	**42.889**	

Obras Sociais		
Unidade	**Valor**	**Origem**
RMI	65	Auxílio Federal
RSJD	102	Auxílio Federal
RLB	239	Auxílio Federal
Total	**406**	

Doações - COVID		
Unidade	**Valor**	**Origem**
HARM	27	Doação PJ - Canção Nova
PIO XII	83	Doação PJ - Canção Nova
	16	1ª Vara Federal da Justiça de SJCampos
CSSM	16	1ª Vara Federal da Justiça de SJCampos
HMT	29	2 Ventiladores Pulmonares doados pela FIEMG
Total	**171**	

A extensão em que a COVID-19 afetará os resultados do exercício de 2021 depende de eventos futuros incertos e não podem ser previstos, incluindo, inclusive mutações do vírus e a eficácia das ações para contê-lo ou mitigar seu impacto, entre outras.

Diretoria

Sandra Maciel Notolini - Presidente do Conselho de Administração

Euler de Paula Baumgratz - Diretor Executivo

Contadora

Izilda de Abreu - CRC 1SP 185338/O-2

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Ao Presidente, Vice-presidente e Conselheiras do Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada - IPMMI. **Opinião**: Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada - IPMMI. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada - IPMMI. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Conforme o parágrafo 6º do artigo 30 da Portaria 834 do Ministério da Saúde, as demonstrações contábeis auditadas representam a real situação patrimonial e financeira da entidade. As demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2019, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por nós, cujo relatório datado de 31 de março de 2020, não continha ressalva. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais, planejamos e executamos procedimentos de auditoria suficiente para fundamentar nossa opinião. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que poderiam ser identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, SP, 31 de março de 2021

Teorema Auditores Associados SS.
CRC 2SP039108

Florival Joaquim Martins
Responsável Técnico
Contador CRC 1SP097926/O-4

A leitura na medida certa.

ANUNCIE:
11. 3729-6600

Instituição Beneficente Irmã Marli

CNPJ nº 09.114.138/0001-96

Balanço Patrimonial - Em R$

ATIVO	2020	2019	PASSIVO	2020	2019
CIRCULANTE			**CIRCULANTE**		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**1.043.154,66**	**681.952,72**	Fornecedores	4.903,22	1.956,55
Caixa	14,87	1.514,87	Obrigações e Provisões Trabalhistas	222.514,82	125.668,36
Bancos Conta Movimento	4.614,92	1.445,38	Encargos Sociais a Pagar	24.554,85	16.048,68
Aplicação Financeiras	1.038.524,87	678.992,47	Termo Colaboração a Realizar - PSA	2.435.411,58	2.032.681,25
OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	**1.742.319,83**	**1.684.212,10**			
Termo Colaboração a Receber - PSA	1.714.442,03	1.662.069,36	**TOTAL DO CIRCULANTE**	**2.687.384,47**	**2.176.354,84**
Adiantamento de Férias	1.629,77	19.923,13			
Seguro Patrimonial a Apropriar	2.248,03	2.219,61	**NÃO CIRCULANTE**		
Seguro Garantia Aluguel	24.000,00	-			
TOTAL DO CIRCULANTE	**2.785.474,49**	**2.366.164,82**	**TERMO DE COLAB-REC PUBLICO PSA**	**3.014.750,88**	**4.601.593,72**
NÃO CIRCULANTE			Termo Colab a Realizar - PSA	3.014.750,88	4.601.593,72
TERMO DE COLAB-REC PUBLICO PSA	**3.014.750,88**	**4.601.593,72**			
Termo Colab a Receber - PSA	3.014.750,88	4.601.593,72	**TOTAL DO NÃO CIRCULANTE**	**3.014.750,88**	**4.601.593,72**
IMOBILIZADO	**214.400,46**	**149.882,77**			
Edificios e Construções	80.386,38	80.386,38	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**312.490,48**	**339.692,75**
Máquinas e Equipamentos	95.682,48	61.849,39	Patrimônio Social de Entidades	339.692,75	220.450,61
Veículos	30.000,00	30.000,00	(Déficit) / Superávit do Exercício	(30.417,67)	119.242,14
Móveis, Utensílios e Instalações	100.712,50	56.377,77	Ajustes de Exercícios Anteriores	3.215,40	-
(-) Depreciações Acumuladas	(92.380,90)	(78.730,77)			
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**3.229.151,34**	**4.751.476,49**			
TOTAL DO ATIVO	**6.014.625,83**	**7.117.641,31**	**TOTAL DO PASSIVO**	**6.014.625,83**	**7.117.641,31**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Findos em 31 de Dezembro (Em Reais)

Contas Especificações	Patrimônio Social de Entidades	Superavit/Déficit do Exercício	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 dezembro de 2018	**181.600,09**	**38.850,52**	**220.450,61**
Incorporação em Patrimônio Social	38.850,52	(38.850,52)	-
Superávit eem 2019	-	119.242,14	**119.242,14**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**-**	**-**	**339.692,75**
Incorporação em Patrimônio Social	119.242,14	(119.242,14)	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	3.215,40	-	**3.215,40**
Déficit do exercicio 2020	(30.417,67)	-	**(30.417,67)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**312.490,48**	**-**	**312.490,48**

Demonstração do Superavit/Déficit do Exercício (Em Reais)

RECEITAS OPERACIONAIS	2020	2019
Recursos Próprios	**660.072,53**	**626.129,89**
Doações Pessoas Físicas	14.463,67	15.714,45
Doações Pessoas Jurídicas Diversas	73.968,96	103.403,07
Doações em Dinheiro - Poder Judiciário	-	2.696,00
Doações Fundação Salvador Arena	119.332,75	67.870,00
Devolução de Valores Reembolso	2.407,74	-
Créditos de Nota Fiscal Paulista	156.602,62	209.121,44
Doações em Alimentos	56.202,67	79.616,63
Doações de Cestas Básicas	105.750,00	-
Bazar Beneficente	7.000,00	-
Fundação Abrinq	-	12.537,77
Doações em Livros	19.504,00	4.201,12
Doações de Materiais de Manutenção	-	2.776,54
Doações em Moveis e Equipamentos	15.280,13	8.099,00
Doações em Materiais de Higiene e Limpeza	29.840,08	426,00
Doações - Trabalho Voluntário	56.700,00	115.200,00
Receitas Financeiras	3.019,91	4.467,87
Recurso Público	**2.200.055,72**	**1.491.498,99**
Termo de Colaboração PSA	2.200.055,72	1.491.498,99
TOTAL DE RECEITAS OPERACIONAIS	**2.860.128,25**	**2.117.628,88**
DESPESAS OPERACIONAIS		
Salários e Ordenados e Encargos Sociais	1.820.476,69	1.232.670,19
Prestação de Serviços Pessoa Jurídica	98.886,01	83.589,69
Serviços Prestados por Autônomos	7.404,15	19.560,40
Projeto Bolsa Auxílio	26.258,51	17.800,00
Despesas Administrativas	46.619,32	16.947,72
Material de Escritório / Pedagógico	16.020,78	22.945,88
Despesas com Aluguel	99.890,29	73.879,29
Encargos de Depreciações	16.743,49	21.661,09
Livros Recebidos em Doação	19.504,00	4.201,12
Cestas Básicas Doadas	105.750,00	-
Despesas com Alimentação	169.797,29	87.252,99
Alimentação - Doações Recebidas	56.202,67	79.616,63
Material Recebido em Doações	3.985,50	3.202,54
Doação Fundação Salvador Arena	119.332,75	67.870,00
Despesas com Material de Higiene e Limpeza	20.070,70	7.909,91
Despesas c/Manutenção,Conserv. e Instalação	91.241,73	77.697,76
Conservação e Manutenção de Veículos	23.480,12	20.411,15
Trabalho Voluntário	56.700,00	115.200,00
Material de Higiene e Limpeza Recebido em Doação	29.840,08	-
Despesas com Cursos / Oficina	-	2.365,00
Despesas com Assistência Social	11.015,75	1.970,00
Medicação Oftalmo / Odonto	15.764,17	11.981,30
Despesas com Vestuário	15.363,38	2.543,19
Devolução / Taxas / Juros PSA	5.027,32	3.685,52
Devolução de Convênio FUMCAD	-	1.964,18
Despesas Financeiras	8.149,83	6.243,05
Despesas Tributárias	7.021,39	15.218,14
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	**2.890.545,92**	**1.998.386,74**
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	**(30.417,67)**	**119.242,14**

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto - Em R$

1. Das Atividades Operacionais:	2020	2019
(Déficit) / Superávit do Exercício	(30.417,67)	119.242,14
Depreciação e amortização	13.650,13	21.681,43
Ajustes de Exercícios Anteriores	3.215,40	-
(Déficit) / Superávit do Exercício Ajustado	**(13.552,14)**	**140.923,57**
Acréscimo / Decréscimo do AC + ANC		
(Aumento) Redução Adiantamento de Férias	18.293,36	(5.717,70)
Aumento (Redução) de Termo Colab a Receber-PSA	1.534.470,17	1.221.423,60
(Aumento)Redução Seguro Garantia Aluguel	(24.000,00)	-
(Aumento)Redução Seguro a Apropriar	(28,42)	(2.219,61)
Total de Acréscimo / Decréscimo do AC + ANC	**1.528.735,11**	**1.213.486,29**
Acréscimo / Decréscimo do PC + PNC		
Aumento (Redução) em Fornecedores	2.946,67	(430,10)
Aumento (Redução) Convênio/Subvenção a Realizar	(1.184.112,51)	(1.035.918,06)
Aumento (Redução) de Encargos Sociais a Pagar	8.506,17	(1.828,94)
Aumento (Redução) de Obrigações e Provisões Trabalhistas	96.846,46	26.736,22
Total de Acréscimo / Decréscimo do PC + PNC	**(1.075.813,21)**	**(1.011.440,88)**
Total das Atividades Operacionais	**439.369,76**	**342.968,98**
2. Atividades de Investimentos:		
Aquisições de Imobilizado e Intangível	(78.167,82)	(28.714,30)
Total das Atividades de Investimento	**(78.167,82)**	**(28.714,30)**
3. Das Atividades de Financiamentos:		
Aumento/(Redução) no Caixa e Equivalente	**361.201,94**	**314.254,68**
Saldo de Caixa e Equivalente		
No início do exercício	681.952,72	367.698,04
No fim do exercício	1.043.154,66	681.952,72
Aumento/(Redução) no Caixa e Equivalente	**361.201,94**	**314.254,68**

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2020

Em atendimento a legislação vigente, apresentamos a seguir as notas explicativas das Demonstrações Contábeis apresentadas para o exercício 2020 da Instituição Beneficente Irmã Marli, sito à Av. Valentim Magalhães, nº 3380- Condomínio Maracanã - Morro Kibon- Santo André - SP. **Nota 1 - Contexto Operacional:** A **INSTITUIÇÃO BENEFICENTE IRMÃ MARLI,** fundado em 17/09/2007, é uma pessoa jurídica, de direito privado, de natureza e finalidades filantrópicas de caráter geral sem fins lucrativos, com objetivo de prestar assistência social, sob todos os aspectos. **Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Para as demonstrações financeiras de 2020, a entidade adotou a lei nº 11.638/2007, lei nº 11.941/09 que alterou artigos da lei 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil Resolução CFC nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, resolução CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26), de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução nº 1.409/12 que aprovou a ITG/2002 para as Entidades sem fins lucrativos. **Nota 3 - Principais Práticas Contábeis Adotadas: A) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC -TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor; **B) Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço; **C) Contas a receber de clientes:** As contas a receber são registradas pelo valor faturado. **D) Provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD):** Esta provisão não foi constituída por ser considerado pela Administração que todo valor a receber será 100% recebível no exercício. **E) Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. **F) Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **G) Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. **H) As Despesas e as Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência. **I) Imobilizado**: Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 16 e leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC No. 1.177/09 (NBC - TG 27). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. **J) Obrigações à curto prazo (Passivo Circulante):** Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais. **K) Passivo Circulante e Não Circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargo incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. - Provisões - Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. **L) Apuração das Receitas e Despesas:** O resultado foi apurado segundo o regime de competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. **M) Provisões:** Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. **Nota 4 - Apuração de Receitas e Despesas:** As receitas da entidade são apuradas através de comprovantes de cobrança, depósitos bancários, recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

Receitas Operacionais	373.775,74
Doações Bens/Serv	283.276,88
Termo de Colaboração	2.200.055,72
Receitas Financeiras	3.019,91
TOTAL RECEITAS	**2.860.128,25**
Despesas Operacionais	948.607,85
Despesas Trabalhistas e Encargos	1.820.476,69
Serviços de Terceiros	106.290,16
Despesas Tributárias	7.021,39
Despesas Financeiras	8.149,83
TOTAL DESPESAS	**2.890.545,92**
DÉFICIT	**30.417,67**

Nota 5 - Subvenções, Termos de Colaboração e Fomento Formalizados com a Administração Pública: São recursos financeiros obtidos pela Organização no exercício de 2020 provenientes de Termo de Colaboração firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas que foram contabilizados em conformidade com as Normas Brasileira de Contabilidade -NBC. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. Para a contabilização de suas Subvenções Governamentais a entidade atendeu a Resolução nº 1.305 do CFC - que aprovou a NBC TG 07 Subvenção e Assistência Governamental e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade de nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002. A Instituição Beneficente Irmã Marli, recebeu em 2020 as seguintes subvenções: **a) SCFV - Termo de Colaboração Nº 030/2018,** assinado em 29 de junho de 2018 com vigência de 5 anos. Processo nº 22521/2018. Termo Aditivo nº 146/2019 de reajuste. Do valor creditado na conta da Caixa Econômica Federal nº 4646/003/605-8, mais reajuste e rendimentos bancários, foi utilizado o valor de R$ 253.971,95, ficando na conta de aplicação a realizar o valor de R$ 52.117,69. **b) SAICA - Termo de Colaboração Nº 043/2018**, assinado em 29 de junho de 2018 com vigência de 5 anos. Processo nº 25780/2018. Termo Aditivo nº 161/2019 de reajuste. Do valor creditado da Caixa Econômica Federal nº 4646/003/607-4, mais reajuste e rendimentos bancários, foi utilizado o valor de R$ 861.334,07, ficando na conta de aplicação a realizar o valor de R$ 341.119,01. **c) SAT - Termo de Colaboração Nº 044/2018**, assinado em 29 de junho de 2018 com vigência de 5 anos. Processo nº 25781/2018. Termo Aditivo nº 160/2019 de reajuste. Do valor creditado da Caixa Econômica Federal nº 4646/003/688-0, mais reajuste e rendimentos bancários, foi utilizado o valor de R$ 367.849,26, ficando na conta de aplicação a realizar o valor de R$ 213.532,27. **d) SAICA 2 - Termo de Colaboração Nº 01/2020** - Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul. Assinado em 28/02/2020. Processo Administrativo nº 21516/2019. Do valor creditado foi utilizado R$ 662.718,08, ficando na conta da aplicação da Caixa Econômica Federal, conta nº 4646/003/606-6, a realizar o valor de R$ 90.268,18 e ficando na conta corrente da Caixa Econômica Federal, conta nº 4646/003/606-6 o valor de R$ 400,00. **e) SAICA2 - Termo Aditivo Nº 02/2020** - Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul. Processo 21516/2019. Foi creditado na conta da Caixa Econômica Federal nº 4646/003/606-0 o valor de R$ 13.800,00, utilizado integralmente no ano de 2020. **f) FUMCAD - Termo de Colaboração** Nº 141/2020 Parcela Única. Processo Nº 10322/2020 - Foi creditado na conta da Caixa Econômica Federal nº 4646/003/795-0 o valor de R$ 63.866,05 utilizando-se R$ 40.382,36, ficando na conta de aplicação a realizar o valor de R$ 23.532,39 juntamente com os rendimentos bancários. **Nota 6 - Devolução de Valores à Prefeitura Municipal de Santo André:** No exercício de 2020 foi devolvido aos cofres públicos os seguintes valores: **a)** Foi devolvido para Fundação Municipal de Assistência - Prefeitura Municipal de Santo André o valor de R$ 2.307,56. **b)** Devolução de Taxas/Juros bancários a Prefeitura Municipal de Santo André, o valor de R$ 2.719,76

Nota 7 - Outras Receitas:

Doações Pessoas Físicas	14.463,67
Doações Pessoas Jurídicas - Diversas	73.968,96
Receita com Bazar Beneficente	7.000,00
Nota Fiscal Paulista	156.602,62
Doação de Alimentos Fundação Salvador Arena	119.332,75
Doações Recebidas em Alimentos	56.202,67
Doações em Cestas Básicas	105.750,00
Doações Recebidas em Mat de Higiene e Limpeza	29.840,08
Doações de Bens	34.784,13

Nota 8 - Origens de Outras Receitas: 1.1. Doações Pessoas Físicas - Valor R$ 14.463,67 a origem dos valores é de contribuições espontâneas de pessoas físicas que, sem qualquer forma de contra partida, se engajaram e se solidarizaram com a instituição; **1.2. Doações Pessoas Jurídicas - Diversas -** Valor R$ 73.968,96 - refere-se a contribuições de empresas diversas que, conheceram o trabalho e se solidarizaram com nosso projeto; **1.3. Bazar Beneficente -** Valor R$ 7.000,00 - são promoções através do bazar com doações de Pessoas Físicas e Jurídicas para a instituição, cujos valores são destinados a manutenção e continuidade dos projetos sociais; **1.4. Nota Fiscal Paulista** - Valor R$ 156.602,62 - são valores provenientes do programa de estímulo a cidadania fiscal do Estado de São Paulo, que beneficia entidades sem fins lucrativos repassando créditos a partir de documentos fiscais doados por consumidores; **1.5. Doação de Alimentos Fundação Salvador Arena** - Valor de R$ 119.332,75, que contribui com a entidade para que ela possa intensificar sua busca por recursos permanentes, proporcionando uma alimentação saudável aos assistidos; **1.6. Doações Recebidas em Alimentos** - Valor R$ 56.202,67 - são alimentos doados por Pessoas Físicas e Jurídicas no intuito de colaborarem voluntariamente com o programa de alimentação da instituição; **1.7. Doações em Cestas Básicas** - Valor R$ 105.750,00 - este valor se refere a quantia de 2.250 cestas básicas recebidas de pessoas físicas e jurídicas, que foram distribuídas no período de abril a dezembro de 2020 para famílias em vulnerabilidade, moradoras do Condomínio Maracanã-Morro da Kibon-Santo André/SP atingidas gravemente pela pandemia (Covid-19). **1.8. Doações Recebidas em Material de Higiene e Limpeza** - Valor R$ 29.840,08 são materiais de higiene e limpeza doados por Pessoas Físicas e Jurídicas no intuito de colaborarem voluntariamente com a instituição; **1.9. Doações Recebidas em Bens** - Valor R$ 34.784,13, são doações de Pessoas Físicas e Jurídicas que espontaneamente colaboraram com os recursos da entidade. Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu estatuto social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos Patrimoniais. **Nota 9 - Trabalho Voluntário:** Conforme resolução CFC nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19 a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação de serviço não remunerado do voluntariado, inclusive dos membros integrantes dos órgãos da administração (Diretoria e Conselho) no exercício de suas funções, onde é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento, uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. O montante desse serviço em 2020 corresponde a R$ 56.700,00, o valor ora realizado está registrado em conta Patrimonial específica e reconhecida na receita e na despesa. **Nota 10 - Renuncia Fiscal: 10.1 - Isenção Patronal do INSS Usufruida:** A entidade atende a todos os requisitos legais, para usufruir das imunidades tributárias previstas no art.150, VI, C e art.195 7.0 da Constituição Federal. Os valores dos benefícios usufruídos foram apurados aplicando-se os seguintes percentuais sobre o montante da folha de pagamento.

Base de Cálculo: 26,8% S/INSS - R$ 1.438.115,93	385.415,07
20% Patronal	287.623,19
1% RAT	14.381,16
5.8% Terceiros	83.410,72
Total	**385.415,07**
10.2 - COFINS	
3 % s/Receita	85.803,85
Total da Renuncia Fiscal	**471.218,92**

Nota 11- Isenção Tributária: A Instituição Beneficente Irmã Marli é imune à incidência de impostos por força do art.150, inciso VI, alínea ¨c¨ e seu parágrafo 4º e art. 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988. **11.1. Características da Isenção:** A Instituição Beneficente Irmã Marli é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12 da lei nº 9.532/97 e artigo 10. da lei nº 12.101/09, e por isso é reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), no qual usufrui das seguintes características: • A Instituição é regida por legislação infraconstitucional; • A Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em lei (contrapartida); • Existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas às entidades é dispensada de pagar o tributo; • Há o direito (governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido. **11.2 Requisitos para Manutenção da Isenção Tributária:** A Instituição Beneficente Irmã Marli para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 29 da lei nº 12.101/09, cumpre os seguintes requisitos: **A)** Não percebe a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos (art. 06 do Estatuto Social); **B)** Aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais (art.06 do Estatuto Social); **C)** Não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto (art. 06 do Estatuto Social); **D)** Atende o princípio da Universalidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as); artigo 01 do Estatuto Social; **E)** Tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas (art. 03 do Estatuto Social); **F)** Consta em seu estatuto social a natureza, objetivos e público alvo compatíveis com a Lei nº 8.742/93 (LOAS) e Decreto nº 6.308/07 (art. 01 do Estatuto Social) **Nota 12- Gratuidade em Assistência Social:** Em atendimento ao art. 18 da Lei 12.101/09, a gratuidade em assistência social da entidade em 2020, foi de 100% por todas as suas despesas no valor de R$ 2.890.545,92 e o déficit de R$ 30.417,67 será deduzido do Patrimônio Social. **Nota 13 - Contingentes Trabalhistas:** A entidade informa que não possui processos trabalhistas. **Nota 14 - Seguros Contratados:** A entidade informa possuir seguro contratado para cobertura de eventuais riscos e perdas sobre os ativos. Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, Proposta 11-21287816. - Renovação Seguro Pick Up II Valor Total R$ 2455,46.

Nota 15 - Provisão de Férias:

Provisão de Férias E 1/3	97.087,20
Provisão de FGTS s/Férias	7.766,58

Nota 16 - Ativo Não Circulante - Imobilizado: O ativo imobilizado está representado pelo custo de aquisição, as depreciações foram calculadas pelo método linear ou seja: imóveis: 4%; veículos: 20%; equipamentos e móveis utensílios: 10%; e as taxas aplicadas levam em conta o tempo de vida útil dos bens. **Nota 17 - Forma Jurídica Conforme a Legislação Vigente:** A **Instituição Beneficente Irmã Marli** é uma Associação sem fins lucrativos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 44 a 61 do Código Civil.

Santo André, 31 de dezembro de 2020.

MARIA JOSE DE SOUSA BESERRA
Presidente - CPF 155.171.978-92

SOTIS EMPRESARIAL CONTABIL
CNPJ 06.069.465/0001-85 - CRC: 2SP03008-8

FERNANDA CORREA DOMINGOS
Contadora - CRC:1SP199815/O-7

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Instituição Beneficente Irmã Marli, reunido ordinariamente nesta data, analisou as contas, o balanço patrimonial encerrado em 31/12/2020, seu ativo e passivo no valor de **R$ 6.014.625,83**, bem como o relatório anual de atividades da Diretoria Executiva, referente ao exercício de 2020. Após a análise procedida, foi deliberada a emissão do presente parecer, favorável à aprovação das peças apresentadas. Santo André, 19 de Abril de 2021.

Hermínio Cassemiro Neto - CPF 161.349.568-48

Walter de Jesus Almeida - CPF 028.912.828-50

Maria Catarina Mafra Bordoni - CPF 007.213.188-86

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1004436-88.2019.8.26.0011. O MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Pinheiros, Estado de São Paulo, Dr. CARLOS EDUARDO PRATAVIERA, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **FAZ CONSTRUÇÃO E PROJETOS LTDA**, CNPJ 19.122.395/0001-23, com endereço à Av. Pedroso de Morais, 2120, Sala 12, Pinheiros, CEP 05420-003, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma **ação de Monitória** por parte de **Persi Construções e Comércio**, alegando em síntese que vendeu e entregou à ré diversos materiais de construção que não foram pagos. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que efetue o pagamento da quantia de R$14.879,52, apresentada na inicial, devidamente atualizada, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, acrescido de honorários advocatícios de 5% do valor do débito, ficando desobrigado das custas processuais (artigo 701 do C.P.C.), sendo que, nesse mesmo prazo, o requerido poderá oferecer a sua defesa, através de embargos, (art. 702 do CPC), ciente de que a inércia implicará na constituição de título executivo judicial. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 25 de março de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1008745-12.2017.8.26.0533. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, Dr(a). Eliete de Fátima Guarnieri, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **SOPROPACK COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLASTICAS**, CNPJ 21.901.332/0001-17, **PAULO CESAR DOS SANTOS PEREIRA**, portador do CPF n.º 294.351.478-01 e **ROSANGELA DE JESUS SILVA**, portadora do CPF n.º 173.675.348-74, que lhes foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de **BANCO BRADESCO S/A**, tendo como objetivo o recebimento da quantia de R$ 21.465,97 (vinte e um mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e noventa e sete centavos), referente a Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo – Capital de Giro, de n.º 351/223.304, em 16/06/2016, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para ser resgatado em 60 (sessenta) parcelas, no valor de R$ 2.507,57 (dois mil, quinhentos e sete reais e cinquenta e sete centavos), vencendo-se a primeira no dia 18/07/2016. Ocorre que, nas datas de vencimento, conforme consta do incluso demonstrativo do débito, os Executados não disponibilizavam na referida conta saldo suficiente para adimplir os encargos mensais pactuados. Sendo assim, a dívida venceu-se antecipadamente, tornando-os inadimplentes, não obstante as várias cobranças efetuadas, restando assim o débito vencido; após esgotadas as formas amigáveis de ver recebido seu crédito, o Exequente ingressou a presente Ação, requerendo a citação dos Executados para que os mesmos efetuem o pagamento do débito no valor supra mencionado, devidamente corrigido, acrescido das cominações legais, sob pena de, não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para a garantia do débito. Encontrando-se os executados em lugar incerto e não sabido, foi determinada CITAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 3 dias dias, que fluirá após o decurso do prazo deste edital, pague o valor de R$ R$ 21.465,97, que deverá ser atualizado até a data do efetivo pagamento, acrescido de honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor do débito. Caso efetue o pagamento, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade (art. 827, § 1º, do CPC). No prazo para embargos, 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo deste edital, reconhecendo o crédito e comprovando o depósito de 30% do valor, poderá requerer autorização para pagar o restante do débito em até 6 parcelas mensais, corrigidas pela Tabela Prática do TJ, acrescidas de juros de 1% ao mês (art. 916 do CPC). Não havendo pagamento, ou embargos, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Santa Bárbara d'Oeste, 12 de abril de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1030115-51.2018.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Lúcia Caninéo Campanhã, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **IVONE CARDOSO DE ALMEIDA**, CPF. 688.676.548-53, que **IVELISE JURELLI**, ajuizou-lhe ação pelo procedimento comum, movida também em face de Helena Spyridion Kossyvas Silva, Marcos Aurélio Alves , Thiago Cardoso de Almeida, Thais Cardoso de Almeida, Jose Miguel de Pontes Filho e Douglas Cardoso de Almeida, para que fosse declarada a nulidade de um ato praticado, a venda do apartamento de nº 15, localizado no 1º andar do Edifício Delfin, situado no nº 22 da Rua Gonçalo Monteiro, São Vicente, São Paulo, com a finalidade de reaver a quantia emprestada ao primeiro réu, na importância de R$ 90.929,77, devidamente atualizados, determinando-se a penhorado imóvel. Foi atribuído à causa o valor de R$ 131.633,10 (março de 2018). Estando a requerida em lugar ignorado, expede-se **EDITAL** para que, **no prazo de 15 dias úteis**, após o prazo supra, **CONTESTE** a ação, sob pena de serem aceitos verdadeiros os fatos narrados pela autora, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital, afixado e publicado na forma da Lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 20 de abril de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1006321-64.2019.8.26.0100. O MM. Juiz de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. Fabio Coimbra Junqueira, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **MCL SERVIÇOS TEMPORÁRIOS LTDA.**, CNPJ 02.449.243/0001-37, na pessoa de seu representante legal, que **4TAKES INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, ajuizou-lhe ação declaratória de inexigibilidade de débito e anulação de inscrição nos órgãos de proteção ao crédito, também em face de Fundo de Investimento de Direitos Creditórios Multissetorial Daniele Lp, objetivando a procedência da ação para declarar inexigível o título representado pela NF 11303, emitida pela MCL Serviços Temporários LTDA. contra a Autora (NF 11303, valor líquido: R$ 164.842,70, vencimento: 09/11/2018), diante da integral quitação, devidamente comprovada nestes autos. Atribuiu-se à causa o valor de R$ 98.905,62 (Janeiro de 2019). Estando o requerido em lugar ignorado, expede-se **EDITAL** para que, no prazo de 15 dias úteis, após o prazo supra, **CONTESTE** a ação, sob pena de serem aceitos verdadeiros os fatos narrados pela autora, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital, afixado e publicado na forma da Lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de abril de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. Processo nº 1020747-58.2017.8.26.0001. O MMº Juiz de Direito da 8ª Vara Cível do Foro Regional I – Santana/SP, Dr. Raphael Garcia Pinto, na forma da Lei, etc. Faz Saber a IDO CLIMATIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ. 57.070.021/0001-09, que lhe foi proposta ação de obrigação de fazer para transferência de imóvel junto à matrícula do imóvel no respectivo cartório de registro de imóveis, com pedido de tutela de urgência e imposição de multa diária, por SANTOSINTERPARTI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ. 54.820.964/0001-05, alegando, em síntese, que em 1987 celebrou com a ré contrato de promessa de compra e venda de fração ideal de imóvel. Contudo, a parte ré não providenciou a devida transferência do imóvel. A tutela de urgência foi indeferida. Estando a parte ré em lugar ignorado, foi deferida a Citação por Edital, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da Lei. Nada Mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de abril de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1052192-54.2018.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 17ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Aléssio Martins Gonçalves, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Juliana Aparecida de Souza Pires (CPF 172.326.098-33), Eduardo Carlos Pires (CPF 294.017.178-50), Jeferson Antonio da Silva Casagrande (CPF 249.920.078-21) e a Giliane Alessandra Dias (CPF 316.757.458-54), que Condomínio Edifício Residence Paulista Life ajuizou Ação de Despejo c.c. Cobrança (R$34.712,52 – 16.05.18) para cobrança dos aluguéis e acessórios de dezembro/17 a março/18 do imóvel para fins comerciais sito a Rua Barata Ribeiro, 360, Bela Vista, totalizando R$15.716,16 (abr/18 - fls. 10), até a data da constatação do abandono (fls. 113), com a consequente rescisão do contrato. Estando os réus em lugar ignorado, expede-se o edital, para que no prazo de 15 dias, a fluir o prazo de 20 dias, contestem o feito, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (art. 344 do CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 13 de abril de 2021 K-29e30/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1008356-85.2019.8.26.0006 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Penha de França, Estado de São Paulo, Dr(a). Álvaro Luiz Valery Mirra, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) GISELE CRISTINE CORREA COSTA EPP, CNPJ 22.397.891/0001-02, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Mar Quente Confecções Ltda, para recebimento de R$3.579,23 (ago/19) decorrente das duplicatas nºs 066284A, 066324A, 066324B, 085415B e 085420C, vencidas de 09.07.17 a 21.09.17. Estando a ré em lugar ignorado, expede-se o edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 supra, pague o valor supra devidamente corrigido e acrescido de honorários advocatícios de 5%, que a tornará isenta das custas processuais ou, no mesmo prazo, apresente embargos, sob pena de constituir título executivo judicial, ficando advertida de que no caso de revelia será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 13 de abril de 2021. K-29e30/04

Edital de citação - prazo de 20 dias. Processo nº 0716061-15.2012.8.26.0020 A MM. Juiza de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional XII - Nossa Senhora do O, Estado de São Paulo, Dra. Cláudia Barrichello, na forma da Lei, etc. Faz saber a Habimont Construções e Montagens Ltda CNPJ 46.28.254/0001-58, em nome de seu representante legal que Madeireira Henrique Ltda ajuizou Ação de Execução de Título Extrajudicial para receber R$ 35.010,00 (nov/12) decorrente das duplicatas nºs 4684 001, 4684 002, 4779 001, 4779 002, vencidas entre 14.08.12 a 17.09.12. Estando a ré em lugar ignorado, expede-se o edital de citação para que em 03 dias, pague o débito atualizado, podendo, no prazo de 15 dias, opor embargos, sendo que, nesse prazo, reconhecendo o crédito da exequente, poderá comprovar o depósito de 30%, incluindo custas e honorários e requerer o parcelamento em até 06 parcelas mensais, sob pena de penhora, prazos estes a fluir os 20 supra, ficando advertida de que no caso de revelia será nomeado curador especial. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de abril de 2021 K-29e30/04

Edital de citação - prazo de 20 dias. Processo nº 1007475-05.2019.8.26.0008 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr(a). Paulo Guilherme Amaral Toledo, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Marcio de Souza Lopes CPF 265.143.988-63 que Adilson Ferreira Filho ajuizou Ação Monitória para recebimento de R$43.263,52 (jun/19) decorrente da devolução do cheque nº 011358, do Banco 356, agência 0425, conta 8007443-9. Estando o réu em lugar ignorado, expede-se o edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 supra, pague o valor supra devidamente corrigido e acrescido de honorários advocatícios de 5%, que o tornará isento das custas processuais ou, no mesmo prazo, apresentem embargos, sob pena de constituir título executivo judicial, ficando advertido de que no caso de revelia será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de abril de 2021. K-29e30/04

Edital de citação - prazo de 20 dias. Processo nº 1011696-51.2016.8.26.0100 O MM. Juiz de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. Fabio Coimbra Junqueira, na forma da Lei, etc. Faz saber a Fabiana Almeida Marcondes, CPF 388.667.028-70 que Novedad Comércio de Moveis e Representação Comercial Eireli e Marcelo Anderson de Freitas ajuizaram Ação de Procedimento Comum (R$25.000,00 - fev/16), movida também em face do Banco Bradesco, objetivando a devolução do valor (R$ 20.400,00) transferido indevidamente em 14..01.16 para a corré, através da conta corrente de nº 541178-5, agência 529 do Banco 237, tendo em vista terem sido vítimas de fraude/golpe, conforme B.O 518/2016, com a devolução para a c/c 24594-1, agência 1996 do Banco 237 de titularidade do coautor Marcelo, além da condenação em danos morais (R$5.000,00). Estando a correquerida em lugar ignorado, expede-se edital para que, no prazo de 15 dias úteis, após o prazo supra, conteste a ação, sob pena de serem aceitos verdadeiros os fatos narrados pela autora, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital, afixado e publicado na forma da Lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de abril de 2021. K-29e30/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1011708-26.2019.8.26.0564. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, Dr(a). IVO ROVERI NETO, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **TATIANA ROSA DE ANDRADE CANGUSSU**, CPF 090.613.816-73, que por parte de **S. PORTELA CURSOS E CONCURSOS PÚBLICOS – ME (SIGNUMCURSOS E CONCURSOS PÚBLICOS)**, foi ajuizada ação de Execução de Título Extrajudicial para cobrança de R$1.683,83 (Maio/19). referente contrato de prestação de serviços educacionais anexo aos autos. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 3 dias, pague a dívida, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados em 10% a contar da citação. (Em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade) ou querendo, oferecer Embargos à Execução, em 15 dias, a fluir após os 30 dias supra, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (Art. 344 do NCPC). Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Bernardo do Campo, aos 07 de abril de 2021.

Edital de citação - prazo de 20 (vinte) dias. Processo nº 1059496-70.2019.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Leonardo Aigner Ribeiro, na forma da Lei, etc. Faz saber ao requerido, Pedro Martins Marcelino, brasileiro, portador do CPF 331.222.536-15, filho de Eduardo Martins Marcelino e de Geralda Ribeiro da Silva, que lhe foi proposta uma ação de Divórcio Litigioso por parte de Nadia El-Masri Da Silva, alegando em síntese, que se casaram em 01/12/2001 e que se encontram separados a mais de 10 anos. Que desse matrimônio não advieram filhos nem bens a partilhar. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua citação, por edital, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15(quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de março de 2021. K-29e30/04

Citação. Prazo 20 dias. Proc. 1036066-58.2020.8.26.0002. O Dr. Claudio Salvetti DAngelo, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro/SP, na forma da lei, etc. Faz Saber a Priscila Tomé da Silva CPF 386.578.248-50 que Instituto Sumaré de Educação Superior - Ises Ltda ajuizou Ação Monitória para recebimento de R$5.217,36 (jul/20) decorrente das mensalidades de agosto a dezembro/15, além da taxa referente a serviços extras solicitados em relação ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Eventos. Estando a ré em lugar ignorado, expede-se o edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 supra, pague o valor supra devidamente corrigido, que a tornará isenta das custas e honorários advocatícios de 5% ou embargue, sob pena de constituir título executivo judicial, ficando advertida, de que será nomeado curador especial no caso de revelia. Será o edital, afixado e publicado na forma da Lei. K-29e30/04

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0011509-84.2021.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). MONICA DI STASI, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) TUFIK MISIARA CIA LTDA. EPP, CNPJ 62.228.499/0001-46, que nos autos da Ação de Cumprimento de Sentença – Locação de Imóvel que Olindina Ribeiro Dourado move em face da executada, fica intimada nos seguintes termos: INTIME-SE o devedor por edital, nos termos do art. 513, § 2º, IV, do CPC, uma vez que foi citado na forma do art. 256 da mesma lei e considerado revel na fase de conhecimento, a pagar o valor fixado no julgado da ação em epígrafe, no prazo de 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, que atualizado até 28.02.21 perfaz R$ 139.533,69, ciente(s) de que, nos termos da decisão, findo o prazo acima fixado, haverá multa e honorários de advogado, ambos de 10% sobre o valor do débito e, a requerimento do credor, expedição de mandado de penhora e avaliação (artigo 523 e § do CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de abril de 2021. K-29e30/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0176382-53.2011.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 14ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Clarissa Rodrigues Alves, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) AGITEX MODAS LTDA, CNPJ 10.943.281/0001-70, com endereço à Rua Dom Giocondo Grotti, 567, Parque Sao Rafael, CEP 08311-120, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Vicunha Têxtil S/A, alegando em síntese: para recebimento de R$379.579,62 (set/18 - fls. 304) decorrente do protesto de diversas duplicatas. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se o edital para que em 03 dias pague o débito, podendo no prazo de 15 dias opor embargos ou reconhecer o crédito e comprovar o depósito de 30%, incluindo custas e honorários e requerer o parcelamento em até 06 parcelas mensais corrigidas, sob pena de penhora, prazos estes a fluir os 20 supra, ficando advertida de que no caso de revelia será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de abril de 2021. K-29e30/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1019200-68.2017.8.26.0005 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). Michel Chakur Farah, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ELIZABETE FREIRE DA SILVA ME (PROMESSA MULTIMARCAS E AKITA MOTORS), CNPJ 06.337.504/0001-88, e ELIZABETE FREIRE DA SILVA, CPF 148.284.178-93, que lhes foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Jose Carlos Ibanez de Oliveira e outro, alegando em síntese: o autor foi proprietário do veículo FIAT/UNO WAY, ANO/MODELO: 2011/2012; PLACA: FAQ-7398; COR: VERDE; CÓD. RENAVAM: 430273401, até a data do dia 18/02/2016, que estava financiado junto ao Banco Itauleasing S/A. Ocorre que, em 18/02/2016, o autor, resolveu trocar de veículo, ao que a empresa Ré, Akita Motors, ofereceu a troca do veículo do autor por um outro: PEUGEOT, placas EFC-7107, cor: prata, ano/modelo: 2008/2009, sendo o valor total da transação, incluindo despesa com transferência de propriedade: R$ 29.750,00 (vinte e nove mil, setecentos e cinquenta reais). Uma vez que a transferência de propriedade não poderia ser efetuada no momento, devido ao bem encontrar-se alienado ao Banco credor, ficou acordado entre as partes que a agência de veículos, ora Ré, trataria da quitação, da venda do veículo UNO, além de ficar responsável pela transferência de propriedade, e pelas "futuras e possíveis" infrações que sobreviessem ao veículo depositado na agência Ré. Ocorre que, nada do acordado foi cumprido e o Autor foi surpreendido por notificações de infrações de trânsito que não cometeu. Encontrando-se as rés em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de abril de 2021. K-29e30/04

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0001368-09.2021.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Carlos Eduardo Santos Pontes de Miranda, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o)Leandro da Silva Pereira 419.619.888-01 que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Fernanda Santina da Silva, 353.832.368-21. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 26.593,84, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Antes de esgotado este último prazo, não será deferida a prática de atos de constrição (bloqueio via Bacenjud, Renajud, etc.). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de março de 2021. K-29e30/04

DocuSign Envelope ID: 5AE8AFE7-7AA1-423E-B05A-82E1D9F06A3B

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2021 | 18:19:22 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 5AE8AFE7-7AA1-423E-B05A-82E1D9F06A3B

A leitura na medida certa.

ANUNCIE:
11. 3729-6600

Capitale Energia Comercializadora Ltda. | CNPJ/MF nº 11.599.292/0001-47 - NIRE 35.300.435.354

Demonstrações Contábeis - Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços patrimoniais

		Controladora		Consolidado	
ATIVO	**Nota**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Circulante		**425.283**	**623.720**	**429.248**	**626.124**
Caixa e equivalentes de caixa	4	80.378	36.321	83.797	38.160
Contas a receber	5	187.877	280.250	188.153	280.423
Impostos a recuperar	7	10.463	10.475	10.473	10.607
Valor justo dos contratos de energia	20	145.992	293.217	145.992	293.217
Outras contas a receber	6	573	3.457	833	3.717
Não circulante		**25.032**	**18.280**	**21.248**	**15.997**
Realizável a longo prazo		**83.894**	**45.936**	**83.892**	**45.936**
Títulos e valores mobiliários	4	-	15.604	-	15.604
Valor justo dos contratos de energia	20	83.876	30.015	83.876	30.015
Partes relacionadas	14.b	18	317	16	317
Investimentos	8	21.767	13.967	17.983	11.684
Imobilizado	9	3.230	4.258	3.230	4.258
Intangível	9	35	55	35	55
Total do ativo		**534.209**	**687.936**	**534.388**	**688.057**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante		**352.131**	**511.491**	**352.197**	**511.545**
Fornecedores	10	190.027	262.875	190.027	262.875
Empréstimos e financiamentos		603	497	603	497
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	12	5.968	5.123	6.018	5.160
Provisão para participação nos lucros		3.343	3.468	3.343	3.468
Valor justo dos contratos de energia	20	149.523	234.699	149.523	234.699
Partes relacionadas	14.b	2	-	-	-
Outras contas a pagar	11	2.665	4.829	2.683	4.846
Não circulante		**59.005**	**47.669**	**59.005**	**47.669**
Empréstimos e financiamentos		737	1.173	737	1.173
Valor justo dos contratos de energia	20	42.991	21.002	42.991	21.002
Passivo fiscal diferido	13.b	15.277	25.494	15.277	25.494
Patrimônio líquido		**123.073**	**128.776**	**123.073**	**128.776**
Capital social	16	30.444	30.444	30.444	30.444
Reserva de capital	16a	(2.131)	-	(2.131)	-
Transação de capital		(5.140)	-	(5.140)	-
Reserva de lucros		99.900	98.332	99.900	98.332
Participação de não controladores		-	-	113	37
		123.073	**128.776**	**123.186**	**128.813**
Total do passivo e patrimônio líquido		**534.209**	**687.936**	**534.388**	**688.057**

Demonstrações do resultado

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Receita operacional líquida	17	1.713.262	1.615.613	1.715.113	1.616.897
Custos	18	(1.645.592)	(1.556.755)	(1.645.592)	(1.556.755)
Resultado do valor justo de contratos de energia	18	(30.177)	23.877	(30.177)	23.880
Lucro bruto		**37.493**	**82.735**	**39.344**	**84.022**
Despesas					
Despesas administrativas e gerais	18	(17.623)	(17.805)	(17.765)	(17.814)
Outras receitas operacionais	18	3.876	11.024	3.876	11.024
Resultado da equivalência patrimonial	8	**1.501**	**1.456**	**-**	**260**
Lucro antes do resultado financeiro		25.247	77.409	25.455	77.492
Receitas financeiras	19	9.712	5.554	9.772	5.717
Despesas financeiras	19	(2.734)	(308)	(2.737)	(321)
Lucro antes do IR e CS		**32.225**	**82.656**	**32.490**	**82.887**
IR e CS - Corrente	13	(20.142)	(15.100)	(20.359)	(15.294)
IR e CS - Diferido	13	10.218	(10.298)	10.218	(10.298)
Lucro líquido do exercício		**22.301**	**57.259**	**22.349**	**57.296**
Atribuível a: Controladores		22.301	57.259	22.301	57.259
Não controladores		-	-	48	37
Lucro líquido do exercício		**22.301**	**57.259**	**22.349**	**57.296**

Demonstrações do resultado abrangente

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Lucro líquido do exercício	**22.301**	**57.259**	**22.349**	**57.296**
Resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	**22.301**	**57.259**	**22.349**	**57.296**
Atribuível a: Controladores	22.301	57.259	22.301	57.259
Não controladores	-	-	48	37
	22.301	**57.259**	**22.349**	**57.296**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de capital: Quotas em tesouraria	Transação de capital	Reserva para incorporação ao capital	Reserva de Lucros: Reserva de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuído ao controlador	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/18	**30.444**	**-**	**-**	**1**	**83.838**	**-**	**114.283**	**-**	**114.283**
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(4.710)	-	(4.710)	-	(4.710)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	57.259	57.259	37	57.296
Dividendos	-	-	-	-	-	(38.056)	(38.056)	-	(38.056)
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	19.203	(19.203)	-	-	-
Saldos em 31/12/19	**30.444**	**-**	**-**	**1**	**98.331**	**-**	**128.776**	**37**	**128.813**
Recompra de quotas	-	(2.131)	(5.140)	-	-	-	(7.271)	-	(7.271)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	22.301	22.301	48	22.349
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(1.000)	-	(1.000)	-	(1.000)
Dividendos	-	-	-	-	-	(19.733)	(19.733)	28	(19.705)
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	2.568	(2.568)	-	-	-
Saldos em 31/12/20	**30.444**	**(2.131)**	**(5.140)**	**1**	**99.899**	**-**	**123.073**	**113**	**123.186**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Lucro antes do IR e da CS	**22.301**	**57.259**	**22.349**	**57.296**
Ajustes que não afetam o caixa				
Depreciações e amortizações	1.339	1.128	1.339	1.128
Resultado equivalência patrimonial	(1.501)	(12.480)	-	(10.869)
Provisão para participação dos lucros	(125)	3.468	(125)	3.468
Não controladores	-	-	30	
Despesas com IR - Corrente e diferido	9.924	25.398	10.141	25.592
Resultado do valor justo de contratos de energia	30.177	(21.143)	30.177	(21.143)
Aumento/(redução) em ativos				
Contas a receber	92.373	(155.095)	92.270	(153.029)
Impostos a recuperar	12	(5.010)	134	(5.024)
Outras contas a receber	2.884	23.281	2.884	23.277
Aumento/(redução) em passivos				
Fornecedores	(72.848)	145.475	(72.848)	145.475
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	846	(1.559)	858	(2.640)
Outras contas a pagar	(2.164)	1.118	(2.164)	1.116
	83.218	**61.841**	**85.015**	**64.675**
IR e CS recolhidos	**(20.142)**	**(17.457)**	**(20.359)**	**(17.457)**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**63.076**	**44.384**	**64.656**	**47.218**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários	15.604	(15.604)	15.604	(15.604)
Aquisição de investimentos	(6.322)	-	(6.322)	-
Recebimentos de dividendos	23	8.829	23	-
Acréscimo do imobilizado e intangível	(101)	(1.981)	(101)	(1.981)
Caixa líquido gerado/(utilizado) nas atividades de investimentos	**9.204**	**(8.757)**	**9.204**	**(17.585)**
Das atividades de financiamentos				
Ingresso de empréstimos	-	1.891	-	1.891
Partes relacionadas	301	-	301	
Distribuição de dividendos	(19.733)	(38.056)	(19.733)	(38.056)
Juros sobre capital próprio	(1.000)	(4.710)	(1.000)	(4.710)
Recompra de quotas	(7.271)	-	(7.271)	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(520)	(221)	(520)	(221)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	**(28.223)**	**(41.096)**	**(28.223)**	**(41.096)**
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**44.057**	**(5.469)**	**45.637**	**(11.463)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	36.321	41.790	38.160	49.623
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	80.378	36.321	83.797	38.160
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**44.057**	**(5.469)**	**45.637**	**(11.463)**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: A Capitale Energia Comercializadora Ltda. "Capitale" ou "Empresa" é uma Sociedade limitada, constituída em 15/2/12, com natureza empresária, organizada e regida nos termos do presente Contrato Social, da Lei nº 10.406/2002, conforme alterada ("Código Civil") e, em suas omissões, pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada (Lei das S.A.), e das demais disposições aplicáveis. A Empresa tem sede na cidade de São Paulo/SP, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 360, 16º andar; São Paulo/SP, CEP 04543-000. As demonstrações contábeis consolidadas ("Consolidado") e individuais ("Controladora") da sociedade relativa ao exercício findo em 31/12/19 abrangem a sociedade e suas Controladas em conjunto (Conjuntamente referidas como "Grupo" ou e individualmente como "Empresa" ou "Capitale"). A Empresa tem por objeto: (i) Comercialização de energia elétrica; (ii) Intermediação de negócios em geral, relacionadas a comercialização de energia elétrica; (iii) Prestação de serviços de consultoria relacionados a investimento, planejamentos e comercialização em geral de energia elétrica, e; (iv) Participação em outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, independentemente do tipo societário da sociedade investida. **Outros:** A Empresa tem suas atividades autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, conforme Despacho 1.528 de 31/5/10. **1.1.** Efeitos do covid-19: A Administração da Empresa tem acompanhado de perto os impactos do coronavírus (Covid-19) na economia global e, principalmente, no Brasil. Dessa forma, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Empresa está exposta, a Administração avaliou possíveis eventos econômicos que poderiam impactá-lo, tais como os relacionados às estimativas contábeis e mensuração de seus ativos e passivos. Embora até o momento não seja possível mensurar todos os possíveis impactos da Covid-19 no ambiente econômico, a Administração entende que não foram observados impactos que pudessem modificar a mensuração de seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações contábeis em 31/12/20. Em conexão com as demonstrações contábeis em 31/12/20, a Empresa continua a cumprir todas as diretrizes para prevenir a Covid-19 divulgadas pelos órgãos de saúde competentes e manter as medidas para mitigar o risco de transmissão da Covid-19 nos locais de trabalho. **2. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: a.** Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Empresa em 23/4/21. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b.** Base de mensuração: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. **c.** Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa e suas controladas. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d.** Uso de estimativas e julgamentos: Julgamento: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 5: Contas a receber (Perda Estimada para credores de liquidação duvidosa); • Nota 15: Provisão para contingência (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); • Nota 20: Estimativa de valor justo dos instrumentos financeiros. **3. Resumo das principais práticas contábeis: 3.1.** Caixas e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras que incluem outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrado pelo custo acrescido de juros auferidos até da data do balanço. **3.2.** Aplicações financeiras classificadas como não circulante: As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e são classificadas como mantidas para negociação e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado. A classificação dessas aplicações como não circulante está relacionado com a possibilidade de resgate e vinculações desses ativos em garantias. **3.3.** Contas a receber: Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado aos consumidores livres e a receita relativa à energia fornecida e não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros; pelo fato das contas a receber ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **3.4.** Fornecedores: Incluem a compra de energia elétrica faturados para a Empresa e compra de energia não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado pelo regime de competência. São obrigações registradas como passivos financeiros pelo custo amortizado, no qual não há impactos de juros. **3.5.** Imobilizado: São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local em condições necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração e deduzida de depreciações acumuladas. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada item do imobilizado. **3.6.** Demais passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos. **3.7.** Benefícios a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo. **3.8.** Provisões: São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e possa ser estimado de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido. **3.9.** Imposto de Renda e Contribuição Social: O imposto de Renda e a Contribuição Social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime de lucro real anual. O imposto de renda às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder R$ 240 mil anuais, e a contribuição social corrente é calculada com base nos lucros tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação de alíquota de 9%; ambos considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, respectivamente, limitadas a 30% do Lucro Real, quando aplicável. As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **3.10.** Regisme de tributação do PIS e COFINS: O PIS e COFINS registrados no resultado são calculados com base no regime cumulativo com base no regime especial art. 47 da Lei nº 10.637/2002, onde são aplicadas as alíquotas de 0,65% para o PIS e 3% para a COFINS. A Empresa tem legal opinion de especialistas tributários que fundamenta a metodologia de apuração desses impostos. **3.11.** Capital social e remuneração de quotistas: O capital social é representado por quotas. A remuneração dos quotistas é realizada sob a forma de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio conforme definido no contrato social da Empresa. Os dividendos são distribuídos com base nos resultados auferidos pela Empresa, podendo ser antecipados mediante realização de reunião de quotistas cujas atas estão devidamente arquivadas na sede da Empresa. **3.12.** Apuração de resultados: A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Empresa, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua entrega efetiva através do registro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) respeitando o regime de competência. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e demais agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é efetuado mensalmente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Empresa. Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e ganhos em instrumentos financeiros, quando aplicável. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, tarifas bancárias e comissões de fiança. Custo do serviço de energia elétrica: Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita. O custo do serviço de energia elétrica refere-se basicamente ao custo da energia elétrica comparada para comercialização vinculada à atividade operacional da Empresa. **3.13.** Instrumentos financeiros: Ativo financeiro: **a)** Classificação ativo financeiro: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado (CA); (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("VJR"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Empresa pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **b)** Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Empresa estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração. **c)** Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado: A Empresa avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Empresa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. d) Desreconhecimento de ativos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Empresa transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Empresa não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Empresa tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Empresa com esse ativo. Passivos financeiros: **e)** Reconhecimento e mensuração: Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Empresa, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. **f)** Mensuração subsequente: Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. **g)** Desreconhecimento de passivos financeiros: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **h)** Instrumentos financeiros (contratos futuros): A Empresa tem um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandasse ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Além disso, existe um portfólio de contratos que compreende posições forward, geralmente de curto prazo. Para este portfólio, não há compromisso de combinar uma compra com um contrato de venda. A Empresa tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação; ou "desfazendo sua posição" do contrato antes de seu exercício ou prescrição; ou em pouco tempo após a compra realizar venda com finalidade de gerar lucro por flutuações de curto prazo no preço ou ganho com margem de revenda). Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 9/CPC 48 e são reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data base. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Empresa ou da contraparte. **3.14.** Investimento e consolidação: Na demonstração contábil individual da controladora, as informações contábeis da controlada, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Consolidação: Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, foram utilizadas demonstrações da controlada encerrada na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na Nota 3. Devido à irrelevância dos montantes referentes à participação dos acionistas não controladores, os respectivos valores não se encontram destacados nas demonstrações contábeis consolidadas. A consolidação abrange as demonstrações contábeis da Empresa e da seguinte controlada direta:

	Participação (%)	
Empresa	**2020**	**2019**
Capitale Serviços Negócios em Energia Ltda.	97	97
Capitale Gas Comercializadora Ltda.	99,99	99,99
Capitale Comercializadora Varejista	99,99	99,99

A consolidação de controladas incorpora as contas totais de ativos, passivos e resultados. Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com as Empresas investidas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução do valor recuperável. **3.15.** Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31/21/20: **a)** Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (alterações à IAS 37): Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1/1/22 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. Sobre esse tema, o Grupo não considera impactos significativos nas demonstrações contábeis. **b)** Outras normas: Para seguintes normas ou alterações não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis do Grupo, a saber: • Imobilizado - Receita antes do uso pretendido (Alterações à IAS 16); • Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 (Alterações a IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41); • Referências ao quadro conceitual (Alterações à IFRS 3); • Contratos de seguros (IFRS 17). **3.16.** Aprimoramento das divulgações (reclassificação): A Administração da Empresa revisitou suas práticas contábeis em relação a divulgação dos ajustes a valor justo dos contratos futuros de energia (compra e venda) e efetuou uma reclassificação na apresentação das demonstrações do resultado do exercício findo em 31/12/19, no montante de R$23.877 da rubrica "Outras receitas e despesas operacionais" para a rubrica "Resultado do valor justo de contratos de energia".

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Caixa	9	9	9	9
Bancos conta movimento	2.719	85	2.719	85
Aplicações financeiras	77.650	51.831	81.069	53.670
	80.378	**51.925**	**83.797**	**53.764**
Circulante (a)	80.378	36.621	83.797	38.160
Não circulante (b)	-	15.604	-	15.604

(a) Em 31/12/20, as aplicações financeiras referem-se a operações de renda fixa com compromissos de recompra lastreadas em certificados de depósitos e outros títulos de emissão de entidades financeiras, remunerados pela taxa média 7,37% de acordo com os contratos firmados pela Empresa e pelos bancos, essas aplicações podem ser resgatadas em prazo inferior a 90 dias, sem perda dos rendimentos; (b) A classificação dessas aplicações como não circulante está relacionado com a possibilidade de resgate e vinculações desses ativos em garantias superior a 12 meses.

5. Contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
Composição	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Faturados	91.180	114.427	91.456	114.600
Não faturados (1)	96.697	165.823	96.697	165.823
	187.877	**280.250**	**188.153**	**280.423**

(1) Os saldos dos itens não faturados e provisionados são compostos pelas provisões de vendas de energia (energia entregue e não faturada em 31/12/20) de contratos firmados de comercialização de energia convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), cujo o contrato de energia foi celebrado até 31/12/20 e será faturado através da emissão da nota fiscal no mês subsequente em conformidade com o artigo 7º inciso II da portaria CAT 97/2009. Em 31/12/20, não havia títulos vencidos de clientes e o prazo de vencimento não excedia a 30 dias da data base de 31/12/20. **6. Outras contas a receber:** O montante de R$ 573 mil (controladora) e R$ 833 mil (consolidado) em 31/12/20, é composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Dividendos a receber	-	-	258	258
Adiantamentos a Fornecedores - diversos	464	572	466	574
Adiantamentos a Fornecedores - Buriti	-	399	-	399
Adiantamentos a Fornecedores - Piaban	-	479	-	479
Adiantamentos a Fornecedores - Santo Antonio	-	1.931	-	1.931
Adiantamento a funcionários	65	52	65	52
Despesas pagas antecipadamente	44	24	44	24
	573	**3.457**	**833**	**3.717**

7. Impostos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
PIS a compensar	145	145	146	146
COFINS a compensar	819	819	819	823
IRPJ e CSLL antecipado	9.055	9.021	9.059	9.118
IRRF a recuperar	195	241	200	271
Outros impostos a recuperar	249	249	249	249
	10.463	**10.475**	**10.473**	**10.607**

8. Investimentos:

a. Composição:	Participação em 31/12/20 (%)	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Capitale Gestão em Energia Ltda. (a)	97	3.641	2.125	-	-
Capitale Gás Comercializadora Ltda. (b)	99,99	142	157	-	-
Capitale Comercializadora Varejista Ltda.	99,99	1	1	-	-
BBCE Balcão Brasileiro de Com. de Energia (c)	5	12.983	11.684	12.983	11.684
Lemon LVM Energia Renovavies		5.000	-	5.000	-
		21.767	**13.967**	**17.983**	**11.684**

(a) A Capitale Gestão em Energia Ltda. É uma controlada da Empresa que presta serviços de assessoria em todas as etapas no processo de contratação de energia, que vão desde o estudo de viabilidade de migração para o mercado livre, até a gestão de contratos formalizados; (b) A Capitale Gás Comercializadora Ltda. é uma controlada da Empresa que tem como objeto social: (i) comércio atacadista de energia elétrica, (ii) atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica e (iii) Holdings de instituições não-financeiras; (c) BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia - é uma empresa com portal eletrônico voltado para a comercialização de energia no mercado livre (ACL). Atualmente a Empresa detém 5% de participação do capital, sem influência significativa. (d) A Lemon Energia é uma startup que conecta as empresas geradoras de energia limpa com os pequenos e médios negócios, entregando a energia sem qualquer investimento e sem a necessidade de instalação nenhuma estrutura física, como placas fotovoltaicas. Atualmente a Empresa detém 5% de participação do capital, sem influência significativa.

b. Movimentação:

	2019	Mais valia/ outros	Resultado de equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	2020
Capitale Gestão em Energia Ltda.	2.124	-	1.516	-	3.641
Capitale Gás Comercializadora Ltda.	157	-	(15)	-	142
Capitale Comercializadora Varejista Ltda.	1	-	-	-	1
BBCE Balcão Brasileiro de Com. de Energia	11.684	1.322	-	(23)	12.983
Lemon	-	5.000	-	-	5.000
	13.967	**6.322**	**1.501**	**(23)**	**21.767**

	2018	Mais valia/ outros	Resultado de equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	2019
Capitale Gestão em Energia Ltda.	9.501	263	1.189	(8.829)	2.124
Capitale Gás Comercializadora Ltda.	152	-	5	-	157
Capitale Comercializadora Varejista Ltda.	3	-	(1)	-	2
BBCE Balcão Brasileiro de Com. de Energia	660	11.024	-	-	11.684
	10.316	**11.287**	**1.193**	**(8.829)**	**13.967**

c. Dados das investidas:

2020	Capitale Serviços	Capitale Gás	VRE
Total Ativo	3.823	143	-
Total Passivo	69	1	1
Total Patrimônio Liquido	**3.754**	**142**	**(1)**
Receitas	1.851	-	-
Despesas/Custos	(287)	(15)	-
Resultado do exercício	**1.564**	**(15)**	**-**

2019	Capitale Serviços	Capitale Gás	VRE
Total Ativo	2.245	159	-
Total Passivo	55	2	1
Total Patrimônio Liquido	**2.190**	**157**	**(1)**
Receitas	1.406	-	-
Despesas/Custos	(180)	(5)	2
Resultado do exercício	**1.226**	**(5)**	**(2)**

9. Imobilizado e intangível: Composição na controladora e consolidado:

	Taxa depreciação % a.a.	Custo	Depreciação acumulada	2020 Valor líquido	2019 Valor líquido
Móveis e utensílios	10	829	(243)	586	671
Instalações/Benfeitorias	10	1.922	(1.064)	858	1.254
Veículos	20	1.397	(1.102)	295	575
Equipamentos de Informática	20	511	(223)	288	270
Maquinas e Equipamentos	10	53	(17)	36	42
Arrendamento Mercantil	-	2.081	(914)	1.167	1.446
Software	20	64	(29)	35	55
		6.857	**(3.592)**	**3.265**	**4.313**

	Taxa depreciação % a.a.	Custo	Depreciação acumulada	2019 Valor líquido	2018 Valor líquido
Móveis e utensílios	10	829	(158)	671	720
Instalações/Benfeitorias	10	1.922	(668)	1.254	1.639
Veículos	20	1.397	(822)	575	854
Equipamentos de Informática	20	410	(140)	270	224
Maquinas e Equipamentos	10	53	(11)	42	19
Arrendamento Mercantil	-	1.891	(445)	1.446	-
Software	20	64	(9)	55	4
		6.566	**(2.253)**	**4.313**	**3.460**

Movimentação do ativo imobilizado e intangível na controladora e consolidado:

	Saldo 2019 líquido	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo 2020 líquido
Moveis e utensílios	653	-	-	(86)	567
Instalações/Benfeitorias	1.254	-	-	(395)	859
Veículos	575	-	-	(280)	295
Equipamentos de Informática	288	101	-	(83)	306
Maquinas e Equipamentos	42	-	-	(6)	36
Software	55	-	-	(20)	35
Arrendamento Mercantil	1.446	190	-	(469)	1.167
	4.313	**291**	**-**	**(1.339)**	**3.265**

	Saldo 2018 líquido	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo 2019 líquido
Moveis e utensílios	696	50	(16)	(77)	653
Instalações/Benfeitorias	1.642	6	-	(394)	1.254
Veículos	855	-	-	(280)	575
Equipamentos de Informática	216	146	(1)	(73)	288
Maquinas e Equipamentos	47	-	-	(5)	42
Software	4	59	-	(8)	55
Arrendamento Mercantil	-	1.891	-	(445)	1.446
	3.460	**2.152**	**(17)**	**(1.282)**	**4.313**

10. Fornecedores:

	Controladora (Consolidado) 2020	2019
Suprimento de energia	67.209	110.866
Provisão por competência (1)	122.818	152.009
	190.027	**262.875**

(1) Os saldos dos itens de provisão em 31/12/20 são compostos por R$ 122.818 (em 2019 R$ 152.009 mil) sobre provisões de compra de energia de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), cujo o contrato de compra e o consumo de energia, ocorreu até 31/12/20 e com recebimento da fatura de pagamento no mês subsequente **11. Outras contas a pagar:** A composição do montante em 31/12/20 é:

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Adiantamentos de Clientes	2.665	4.823	2.683	4.841
Outros	-	6	-	6
	2.665	**4.829**	**2.683**	**4.847**

12. Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias:

	Controladora		Consolidado	
Obrigações sociais e trabalhistas	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
INSS e FGTS	122	119	122	119
Rescisões a pagar	2	-	2	-
Provisões trabalhistas	430	252	430	252
	554	**371**	**554**	**371**
Obrigações tributárias				
ISS	-	-	8	9
PIS	61	53	61	53
COFINS	313	248	313	248
Tributos retidos	117	799	117	799
ICMS	4.637	3.139	4.637	3.139
IRPJ e CSLL	284	510	325	538
Outras	2	3	3	3
	5.414	**4.752**	**5.464**	**4.789**
Total	**5.968**	**5.123**	**6.018**	**5.160**

13. Imposto de Renda e Contribuição Social: As provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foram constituídas com base nas alíquotas vigentes e nos lucros tributáveis ajustados pela legislação específica. A alíquota do Imposto de Renda é de 15% com um adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que exceder R$240. A Contribuição Social é calculada sobre o lucro ajustado na forma legal, à alíquota de 9%. **a.** Reconciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Lucro antes do IR e CS	32.225	82.656	32.490	82.627
IR e CS - 34%	(10.957)	(28.103)	(11.046)	(28.093)
Efeitos de diferenças permanentes - (MEP)	1.501	12.480	-	11.024
Juros sob capital próprio	1.000	4.710	-	4.710
Resultado Instrumento financeiros	(30.177)	21.143	(30.177)	21.143
Despesa de IRPJ e CSLL - Corrente	(20.142)	(15.100)	(20.359)	(15.294)
Despesa de IRPJ e CSLL - Diferido	10.218	(10.298)	10.218	(10.298)
Total de despesa de IRPJ e CSLL	**(9.924)**	**(25.398)**	**(10.141)**	**(25.592)**
Alíquota efetiva (%)	**31**	**31**	**31**	**31**

b. Imposto de Renda e Contribuição Social diferido: O cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos referentes ao exercício findo em 31/12/20 se deu conforme tabela a seguir: **2020:** Ganho com instrumentos financeiros - derivativos - marcação a mercado: 229.868; Ganho com investimento BBCE: 10.921; **Receita Líquida: 240.789;** Perda com instrumentos financeiros derivativos - marcação a mercado: (192.514); Provisão para PLR: (3.343); **Custo Líquido: (195.857); Resultado antes de IR e CS: (44.932);** IR - 25%: 11.234; CS - 9%: 4.043; **Total do passivo fiscal diferido: 15.277. 2019:** Ganho com instrumentos financeiros - derivativos - marcação a mercado: 323.231; Ganho com investimento BBCE: 10.921; **Receita Líquida: 334.152;** Perda com instrumentos financeiros derivativos - marcação a mercado: (255.701); Provisão para PLR: (3.468); **Custo Líquido: (259.169); Resultado antes de IR e CS: 74.983;** IR - 25%: 18.746; CS - 9%: 6.748; **Total do passivo fiscal diferido: 25.494.** As provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido em 31/12/2020 e 2019 foram constituídas sobre as Receitas e Custos com instrumentos financeiros da empresa. A alíquota do imposto de renda é de 25% e a Contribuição social é de 9%. **14. Partes relacionadas: a.** Remuneração aos administradores: A Empresa pagou aos seus Administradores, em salários e remuneração variável, a quantia de R$ 875 mil em 2020 e R$ 900 mil em 2019, a título de pró-labore. **b.** Transações e saldos com partes relacionadas: No ano de 2020 haviam transações comerciais patrimoniais e de resultado entre as partes relacionadas. As transações entre partes relacionadas são vinculadas. **15. Provisão para demandas judiciais:** A Empresa e suas controladas no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciária, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para demandas judiciais. Em 31/12/2020 e 2019, a Empresa não possui processos contingentes de natureza passiva que necessitem ser provisionados ou divulgados nas demonstrações contábeis. **16. Patrimônio líquido: a.** Capital social: Em 2/4/20, os sócios resolvem pela admissão do sócio Carlos Augusto Antonelli Jacob, pela compra de 1% da participação da Capitale Holding Ltda. Em 10/12/20, os sócios resolvem pela saída do Sr. Clayton Morales e a Empresa adquire sua participação pelo montante de R$ 7.271 e mantem as quotas em tesouraria no montante de R$ 2.131. Em 31/12/20, e em 31/12/19, o capital subscrito e integralizado da Empresa é de R$ 30.444.456,05, divididos em 3.044.445.605 quotas nominativas, escriturais de valor nominal R$ 0,01 como demonstrado a seguir:

	Nº Quotas	Valor (R$)	% Capital Social
Daniel Augusto Rossi	913.333.682	9.133	30
Rafael Villano Mathias	608.889.121	6.089	20
Capitale Holding Ltda.	1.309.111.610	12.786	42
Carlos Augusto Antonelli Jacob	30.444.456	304	1
Quotas em tesouraria	213.111.192	2.131	7
	3.044.445.605	**30.444**	**100**

b. Destinação do lucro: Distribuição de dividendos: O Contrato Social da Empresa deverá estipular o pagamento de um dividendo obrigatório de pelo menos 65% do capital social admitida a distribuição desproporcional de cada um no capital social. Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar: Durante o ano de 2020, a Empresa optou pelo registro de juros sobre capital próprio, no montante de R$ 1.000 milhão (em 2019 R$ 4.170mil). O valor dos juros foi calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Empresa, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, a sociedade poderá distribuir no mínimo 65% do capital social. Adicionalmente, conforme permitido pelo artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26/12/1995, esses juros foram considerados como dedutíveis para fins de IR e da CS.

17. Receita operacional líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Receita prestação de serviços	-	-	2.026	1.406
Receita revenda de energia elétrica	1.742.849	1.650.884	1.742.849	1.650.884
Impostos incidentes sobre vendas e outras deduções	(29.587)	(35.271)	(29.762)	(35.393)
	1.713.262	**1.615.613**	**1.715.113**	**1.617.897**

18. Natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado:

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Energia elétrica comprada para revenda	(1.642.295)	(1.553.055)	(1.642.295)	(1.553.055)
Serviços tomados	(4.382)	(3.535)	(4.392)	(3.538)
Folha de pagamento	(9.524)	(8.857)	(9.524)	(8.857)
Remuneração da administração	(875)	(900)	(875)	(900)
Viagens	(264)	(394)	(264)	(394)
Aluguel e condonínio	(166)	(179)	(166)	(179)
Depreciação e amortização	(1.339)	(1.282)	(1.339)	(1.282)
Outros	(494)	(4.666)	(626)	(4.660)
	(1.659.339)	**(1.563.536)**	**(1.659.481)**	**(1.563.545)**
Valor justo dos contratos futuros de energia	(30.177)	23.877	(30.177)	23.880
	(30.177)	**23.877**	**(30.177)**	**23.880**
Total de Custos, Despesas e valor justo	(1.689.516)	(1.539.659)	(1.689.658)	(1.539.665)
Classificados como:				
Custo de energia comprada	(1.645.592)	(1.556.755)	(1.645.592)	(1.556.755)
Valor justo dos contratos futuros de energia	(30.177)	23.877	(30.177)	23.880
Despesas gerais, comerciais e administrativas	(17.623)	(17.805)	(17.765)	(71.814)
Outras receitas operacionais	3.876	11.024	3.876	11.024
	(1.689.516)	**(1.539.659)**	**(1.689.658)**	**(1.539.665)**

19. Resultado financeiro líquido:

	Controladora		Consolidado	
Despesas financeiras	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Juros passivos	(309)	(176)	(311)	(188)
Perdas com aplicações financeiras	(2.311)	-	(2.311)	-
Outras	(114)	(132)	(115)	(133)
	(2.734)	**(308)**	**(2.737)**	**(321)**
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	6.756	5.079	6.816	5.239
Juros ativos	124	441	124	442
Descontos obtidos	2.832	-	2.832	-
Outras	-	34	-	35
	9.712	**5.554**	**9.772**	**5.716**
Resultado financeiro, líquido	**6.978**	**5.246**	**7.035**	**5.395**

20. Instrumentos financeiros: A Empresa realiza operações com instrumentos financeiros relacionados as suas atividades operacionais e está exposta a determinados riscos inerentes às suas operações. Tais instrumentos financeiros referem-se principalmente a compra e venda de energia elétrica. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes dno mercado para assegurar o principal objetivo que é a adequada rentatabilização do caixa da empresa. A empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da empresa. A Administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração da empresa, sempre com o devido mapeamento das condições de crédito das contrapartes com as quais a empresa opera. O planejamento destas operações observa a previsão de fluxos de caixa e o estabelecimento do comprometimento mínimo de caixa livre para fazer frente a todas as despesas diretas e indiretas adicionadas de uma provisão para eventos inesperados como indenizações, investimentos não previstos e aumentos salariais para retenção de talentos. **a.** Classificação contábil e valores justos: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	2020	2019
Ativo		
Mensurados a valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros (contratos futuros)	229.868	323.231
	229.868	**323.231**
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	81.395	38.160
Títulos e valores mobiliários	2.402	15.604
Contas a receber	188.153	280.423
	271.950	**334.187**
Passivo		
Mensurados a valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros (contratos futuros)	192.514	255.701
	192.514	**255.701**
Custo amortizado		
Fornecedores	190.027	262.875
	190.027	**262.875**

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • Aplicação financeira: são definidos como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações; • Instrumentos financeiros: são definidos como ativos e passivos financeiros, ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo das operações de compra e venda de energia para entrega e liquidação futura estimada nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. **Instrumentos financeiros (contratos futuros) - 2020:** Ganho temporário - circulante: 145.992; Ganho temporária não circulante: 83.876; Perda temporária circulante: (149.523); Perda temporária não circulante: (42.991); **Resultado líquido: 37.354**; Volume de energia (Venda) MWh: 7.231.063; Volume de energia (Compra) MWh: 7.505.476; **Exposição líquida: (Short)/long MWm: 274.413. Instrumentos financeiros (contratos futuros) - 2019:** Ganho temporário - circulante: 293.217; Ganho temporária não circulante: 30.015; Perda temporária circulante: (234.699); Perda temporária não circulante: (21.002); **Resultado líquido: 67.531**; Volume de energia (Venda) MWh: 7.534.440; Volume de energia (Compra) MWh: 7.045.652; **Exposição líquida: (Short)/long MWm: (488.788).** Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício: Hierarquia do valor justo: Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O valor justo dos contratos de energia estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. O valor justo dos contratos de energia, já estão líquidos dos impostos de Pis/COFINS e taxa de desconto. A Empresa tem contratos futuros de energia com vencimento até o exercício a findar-se em 2031. **b.** Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da empresa caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do Grupo representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos diversos e partes relacionadas a receber. **c.** Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da empresa. **d.** Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos, ou perdas, da empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Diretoria

Daniel Augusto Rossi - Presidente
Rafael Villano Mathias - Diretor Financeiro
Adriana Ruiz Alcazar - Contadora - CRC 1SP163264/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Quotistas e Administradores da **Capitale Energia Comercializadora Ltda.** São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contabeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Capitale Energia Comercializadora Ltda. ("Empresa"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/20 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Capitale Energia Comercializadora Ltda. em 31/12/20, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contabeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por nós, que emitimos opinião sem modificação em 16/4/20. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos Empresa e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das Empresas ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 23/4/21. **BDO RCS Auditores Independentes SS** - CRC 2 SP 013846/O-1. **Thiago Gonçalves Marques** - Contador CRC 1 SP 254881/O-8.

A VERDADE NAS BANCAS

www.gazetasp.com.br

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2021 | 18:19:28 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 5AE8AFE7-7AA1-423E-B05A-82E1D9F06A3B

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPUÃ

Aviso de Licitação
Pregão Presencial nº. 013/2021

Órgão Licitante: Município de Tabapuã. **Modalidade:** Pregão Presencial nº 013/2021, do tipo “menor preço global”. **Objeto: REGISTRO DE PREÇOS** visando eventual aquisição de recarga de oxigênio medicinal e locação de oxigênio medicinal para cilindro de 6m³ a 10 m³ para atender os pacientes da Rede Básica de Saúde do município, pelo período de 12 (doze) meses, conforme quantidades e especificações constantes no Anexo I do Edital. Credenciamento e início da sessão às 09h30min do dia 13/05/2021, excepcionalmente nas dependências do Fundo Social de Solidariedade de Tabapuã, situado na Av. Rodolfo Baldi nº 805 - Centro, ao lado do Paço Municipal. Edital completo e mais informações poderão ser obtidas através do site www.tabapua.sp.gov.br e do e-mail: licitacao@tabapua.sp.gov.br. Tabapuã/SP, 29 de abril de 2021. SILVIO CESAR SARTORELLO - Prefeito Municipal. **PUBLIQUE-SE.**

EDITAL DE CIENCIA DE LEILAO
Contrato 109084115426-1

Pelo presente edital vimos Cientificar o(s) mutuário(s) abaixo, devido decurso de prazo para purgação de débito, a realização da hasta pública do IMÓVEL: RUA PREFEITO CAPITÃO ESPERIDIÃO HOFFER, Nº 717, LOTE 48-A DA QUADRA S DO PQ. RESIDENCIAL NOVA POÁ, POÁ/SP.
Primeiro público leilão: 27/05/2021 a partir das 11:00 as 11:15 horas
Segundo público leilão: 17/06/2021 a partir das 11:00 as 11:15 horas
Local: Em frente à agência da Caixa Econômica Federal – AG. POA – COD. 0908
AVENIDA ANTONIO MASSA, Nº 308, CENTRO, POA/SP.
Credor Hipotecário: EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA
Mutuário(s):
MARIA IZABEL DE PAULA MACHADO MENDES, BRASILEIRA, CASADA, DO LAR, RG. 14.026.083-SP, CPF: 031.735.058-75 E CARLOS ANTONIO PEREIRA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, AUX. EXPORTAÇÃO, RG. 15.440.081-SP, CPF: 046.946.538-73.
2º Leilão ocorrerá se não houver licitante que ofereça lance mínimo para venda no 1º Leilão.
Informações nos telefones 11-97334-6595 e 11-2791-2274.
ENDEREÇO DO LEILOEIRO: Avenida Calim Eid, nº 2842, Sala 08, Vila Ré, São Paulo/SP. E-mail: fabianasilva@afdsp.com.br.

São Paulo, 30 de Abril de 2021
HELIO JOSE ABDOU - - JUCESP 603.
Leiloeiro Público Oficial
SED: 378

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0281/2017
CONTRATO C.M. Nº 02/2017
TERMO ADITIVO Nº 02-05/2021

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL
CONTRATADA: GTÉRMICA COMÉRCIO SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
OBJETO: Termo Aditivo de Prorrogação do prazo de vigência do Contrato CM Nº 02/2017, referente à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de operacionalização, manutenção preventiva e corretiva com inclusão de peças em todo legado existente, do sistema de climatização e exaustão, ou seja, no sistema de resfriamento de água central, nos condicionadores de ar individuais, nos equipamentos exaustores, nas caixas de ventilação, nos dutos de ar, nos fan-coil, nas bombas de água, nas conexões e rede de distribuição de água gelada nos pavimentos térreo, 1º, 2º, 3º e cobertura do edifício da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, pelo período de mais 12 (doze) meses.
VALOR GLOBAL: R$ 165.071,52 (cento e sessenta e cinco mil, setenta e um reais e cinquenta e dois centavos).
VALOR MENSAL: R$ 13.755,96 (treze mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e noventa e seis centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.01.01.01.031.0001.2089.33903900 – Outros Serviços de Terceiros –Jurídica.
VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO: 12 (doze) meses, com início em 19 de abril 2021 e término em 18 de abril de 2022.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 16 de abril de 2021.

São Caetano do Sul, 29 de abril de 2021.
ECLERSON PIO MIELO
Presidente em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABOÃO DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. E-017/2021. Processo licitatório: 31665/2020. Objeto: Registro de Preço para a “Aquisição de Material Médico Hospitalar – Grupo Reabilitação 2”. Sessão pública de processamento: dia 13/05/2021 às 09:00 horas. Da sessão pública: O processamento eletrônico será realizado através do endereço eletrônico comprasbr.com.br, no dia e hora mencionados e será conduzida pelo pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio. O edital está disponível no site: www.ts.sp.gov.br e comprasbr.com.br. Taboão da Serra, 29 de abril de 2021. Wagner Luiz Eckstein Júnior – Secretário Municipal de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU DAS ARTES

ESTADO DE SÃO PAULO

O Prefeito de Embu das Artes **TORNA PUBLICO:**
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2021 - Processo nº 4.787/2021 - **Registro de Preços para Aquisição Estimada de Produtos de Limpeza, Higiene Pessoal, Descartáveis, Equipamentos de Apoio e Limpeza para uso em todas as Secretarias desta Prefeitura e de Limpeza e Recolhimento de Lixo das ruas da cidade,** com sessão marcada para as **10h do dia 12/05/2021**.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021 – Processo nº 4.411/2021 - Licitação nº 866523 - **Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos necessários para atender as demandas geradas pelos Mandados Judiciais impetrados contra essa municipalidade**, a encerrar-se às 13h30m do dia 12/05/2021. **A sessão de Disputa de Preços está marcada para as 14h30m do dia 12/05/2021**. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases e poderá ser acessado pelos sítios (http://www.embudasartes.sp.gov.br) ou (http://www.licitacoes-e.com.br).
Editais e informações poderão ser obtidos junto ao Depto. de Licitações, das 09h às 16h, (11) 4785-3618/3475, suprimentos@embudasartes.sp.gov.br e/ou www.embudasartes.sp.gov.br. Em, 29/04/21.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁLVARO DE CARVALHO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO. PREGÃO ELETRONICO Nº 02/2021 A Prefeitura Municipal de Álvaro de Carvalho torna público que fará realizar licitação pública na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO – para aquisição de um veículo 0 km a ser utilizado pela Vigilância Sanitária do município de Álvaro de Carvalho, conforme Anexo I. O certame será do tipo “Menor Preço por item”. A sessão pública eletrônica terá inicio a partir das 09h00m (horário de Brasília/DF) do dia 11/05/2021, através do site http://186.224.1.38.8079/comprasedital. O edital completo encontra-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.alvarodecarvalho.sp.gov.br. Os interessados em participar deste certame poderão obter melhores informações pelo e-mail licitacaoalvaro@gmail.com e/ou pelo telefone (14) 3484-1119 de segunda a sexta-feira das 12h00m às 18h00m. Álvaro de Carvalho/SP, 23 de Abril de 2021. Adilson de Oliveira Lopes – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABOÃO DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. E-024/2021. Processo licitatório: 9038/2021. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A “AQUISIÇÃO DE INSULINA LISPRO 100 UI/ML - 3 ML - CARPULE”. Sessão pública de processamento: dia 14/05/2021 às 09:00 horas. Da sessão pública: O processamento eletrônico será realizado através do endereço eletrônico comprasbr.com.br, no dia e hora mencionados e será conduzida pelo pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio. O edital está disponível no site: www.ts.sp.gov.br e comprasbr.com.br. Taboão da Serra, 29 de abril de 2021. Wagner Luiz Eckstein Júnior – Secretário Municipal de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

ESTADO DE SÃO PAULO
ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 11/2021 – Processo nº 8.190/2021
Objeto: Registro de Preços de material de expediente.
Abertura: 13/05/2021 às 09h00min.
Realização: www.bllcompras.com
Edital e informações: www.caraguatatuba.sp.gov.br/licitacoes/
Assinatura: 30 de abril de 2021, Eduardo Cursino, Secretário Municipal de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO/SP

TOMADA DE PREÇO Nº 01/2021 - PROCESSO DE COMPRA Nº 139/2021 - SUSPENSA PARA ANALISE DE PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO.

A Prefeitura Municipal de Pedro de Toledo, vem através deste comunicar que a Tomada de Preço acima epigrafada, referente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO GINASIO POLIESPORTIVO, CONCEDENTE: DESENVOLVE SP, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DO DEPTO DE OBRAS, que a mesma fora SUSPENSA para analise análise do pedido de IMPUGNAÇÃO. Portanto, após devida análise, o mesmo será republicado em atendimento ao art 21 § 4 da Lei de Licitações.Pedro de Toledo, 29 de Abril de 2021.Eleazar Muniz Junior-Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

RESUMO: Processo nº 2283/2021 - OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em veículos do atendimento móvel de urgência (SAMU). DESPACHO DA RESP. P/EXP. DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO: “Diante da instrução do processo administrativo de nº 2283/2021, primando pelo princípio da segregação da função que delimita a competência dos agentes e setores especializados, inserindo, a responsabilidade de cada um dos envolvidos nos atos processuais praticados, com esteio no parecer da Douta procuradora que legalizou a contratação (fls.30/31) e com espeque no artigo 24 inciso II, da Lei nº 8.666, assim como, no artigo 2º, inciso II, do Decreto nº 11.092/2017, RECONHEÇO E RATIIFICO a contratação direta por dispensa de licitação da empresa AGRICOL DIESEL LTDA (CNPJ: 51.193.118.0001.14) totalizando a quantia de R$ 17.600,00 (DEZESSETE MIL E SEISCENTOS REAIS), para prestação de serviço de manutenção corretiva e preventiva em duas ambulâncias adaptadas (SAMU) Silvia de Campos – 26/03/2021.” São Caetano do Sul, 29 de abril de 2021. Caio Lessio Previato – Diretor do Departamento de Licitações e Contratos.

RESUMO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO - Nº 72/2020 – PROC. Nº 4385/2020 - CONTRATADA: IMPRENSA NACIONAL – OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato IN nº 72/2020, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 29 de maio de 2021 - DATA DA ASSINATURA: 22/04/2021 - VALOR TOTAL: R$ 50.000,00. CONTRATANTES: Secretarias Municipais de Educação; de Saúde; da Fazenda; de Segurança e de Obras e Habitação.

RESUMO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 85/2019 – PROC. Nº 300.048/2019 –CONTRATADA: DFRASSON COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA. – ME - OBJETO: Fica efetivamente suspensa o fornecimento do objeto do contrato nº 85/2019, a partir de 8 de abril de 2021 - DATA DA ASSINATURA: 22/04/2021 - CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação.

RESUMO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 172/2017 – PROC. Nº 300.067/2017 –CONTRATADA: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO, INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA DOS ASSENTADOS E AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO – COAPAR - OBJETO: Fica efetivamente suspensa a prestação dos serviços do objeto do contrato nº 172/2017, a partir de 8 de abril de 2021 - DATA DA ASSINATURA: 20/04/2021. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

Processo SUPRI 51/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO nº 33/2021 – Aquisição de materiais de organização para a Rede Municipal de Ensino de Itapevi. (Licitação exclusiva para ME, EPP e MEI, nos termos do artigo 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006). Edital disponível gratuitamente nas páginas da internet: http://www.itapevi.sp.gov.br/licitacoes/ ou www.bbmnetlicitacoes.com.br - **CADASTRO DE PROPOSTAS:** a partir das 19h30min do dia 30/04/2021 até às 14h00min do dia 12/05/2021. - **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** às 14h01min do dia 12/05/2021. - **INÍCIO DO PREGÃO (FASE COMPETITIVA):** às 14:10min do dia 12/05/2021. - Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF) – Maiores esclarecimentos: (11) 4143-7600. E-mail: licitacoes@itapevi.sp.gov.br. Itapevi, 29/04/2021 – Departamento de Compras e Licitações.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA DE GESTÃO E FINANÇAS
GERÊNCIA DE LICITAÇÃO

COMUNICADO DE ANÁLISE DAS AMOSTRAS DE TINTAS
PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇOS N.º 004/2021
PROCESSO. N.º 735/2021
DE 24 DE MARÇO DE 2021

Araraquara, 29 de Abril de 2021.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO FUTURO E EVENTUAL DE BALDES DE TINTAS E SOLVENTE, PRÓPRIOS PARA A SINALIZAÇÃO ASFÁLTICA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
Conforme relatório de Testes aplicados pela Equipe Técnica da Prefeitura do Município de Araraquara, referente as amostras apresentadas pelas empresas MAVI TINTAS E SINALIZADORA LTDA – EPP (LOTES 01 E 04) e VIA PARANÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS EIRELI – EPP (LOTE 02), vimos expor o que segue:
Efetuamos os testes em campo dos lotes 01; 04 e 06, fornecidos pela Licitante MAVI – TINTAS E SINALIZADORA LTDA – EPP;
Constatamos, portanto, que o material apresentado atende perfeitamente as necessidades do Setor Requisitante.
Efetuamos os testes em campo dos lotes 02; 03 e 05, fornecidos pela Licitante VIA PARANÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS EIRELI - EPP;
Constatamos que os lotes de numeros 03 e 05, fornecidos, atendem as necessidades do Setor Requisitante;
Em relação ao lote de numero 02, não obtivemos os rendimento esperado para esta amostra de material e referente a este certame licitatório;
A tinta deste lote, de cor amarelo, não demonstrou no teste de campo, a cobertura esperada, sendo necessário três demãos da tinta para a perfeita cobertura. Cabe salientar que aplicamos esta tinta em uma superfície que já possuía uma base pintada.
Portanto, esta amostra apresentada e referente ao lote de numero 02, não atende as necessidades do Setor Requisitante.
Diante de todo o exposto, Fica a empresa VIA PARANÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS EIRELI - EPP, desclassficada do LOTE 02, por ter sua amostra reprovada para este lote.
Outrossim, Comunicamos que este comunicado encontra-se disponível na integra através do link: http://www.araraquara.sp.gov.br/transparencia-gestao-e-financas/portal-da-transparencia-gestao-e-financas.

Era o que tinhamos a comunicar.
JOESER DOMINGOS CORREA
Pregoeiro

MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA ESTADO DE SÃO PAULO

“AVISO DE LICITAÇÃO”
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021
EDITAL Nº 013/2021

Objeto: Registro de Preços para **Aquisição de Sacos de Concreto Asfáltico Usinado à Quente 25 Kg.**
Encerramento: 12 (doze) de maio de 2021 às 10h00.
Informações: A Cópia completa do Edital poderá ser adquirida, mediante apresentação de mídia, no Departamento de Suprimentos, sito à Av. Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Centro – Itapecerica da Serra, no horário das 08:30 às 16:30 horas, nos dias úteis, ou mediante solicitação através do endereço eletrônico pregao@itapecerica.sp.gov.br, contendo os dados cadastrais do interessado. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone 4668.9000 ramal 9109 ou 9112, com código de acesso (DDD) 0XX11.

Itapecerica da Serra, 28 de abril de 2.021.
MANOEL BOMFIM DO CARMO NETO
Secretário de Assuntos Jurídicos

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021
EDITAL Nº 014/2021

O MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA, por meio da Comissão de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar Rural e Empreendedor Familiar Rural de Alimentação Escolar, no uso de suas atribuições legais; TORNA PÚBLICO, que receberá no período de **03/05/2021 à 24/05/2021**, no Departamento de Suprimentos, sito à Av. Eduardo Roberto Daher, 1135 – Centro – Itapecerica da Serra, no horário de funcionamento das 08:30 às 16:30 horas, nos dias úteis, os envelopes contendo a documentação para habilitação e o projeto de venda para credenciamento e posterior aquisição de gêneros alimentícios (Hortifruti) da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural.

CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2021
EDITAL Nº 015/2021

O MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA, por meio da Comissão de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar Rural e Empreendedor Familiar Rural de Alimentação Escolar, no uso de suas atribuições legais; TORNA PÚBLICO, que receberá no período de **03/05/2021 à 24/05/2021**, no Departamento de Suprimentos, sito à Av. Eduardo Roberto Daher, 1135 – Centro – Itapecerica da Serra, no horário de funcionamento das 08:30 às 16:30 horas, nos dias úteis, os envelopes contendo a documentação para habilitação e o projeto de venda para credenciamento e posterior aquisição de gêneros alimentícios (Estocáveis) da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural.

Informações: A Cópia completa dos Editais poderá ser adquirida sem ônus, impressa ou em mídia, no Departamento de Suprimentos, ou através do endereço eletrônico licitacoes@itapecerica.sp.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone 4668.9000 ramal 9110, com código de acesso (DDD) 0XX11.

Itapecerica da Serra, 29 de abril de 2021.
BRUNA DA SILVA SOUZA
Presidente da Comissão de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

Processo SUPRI 19/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO nº 35/2021 – Aquisição de equipamentos de áudio e vídeo para as escolas de tempo integral. (Licitação diferenciada com itens exclusivos para ME, EPP e MEI, nos termos do artigo 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006). Edital disponível gratuitamente nas páginas da internet: http://www.itapevi.sp.gov.br/licitacoes/ ou www.bbmnetlicitacoes.com.br - **CADASTRO DE PROPOSTAS:** a partir das 19h30min do dia 03/05/2021 até às 09h00min do dia 14/05/2021. - **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** às 09h01min do dia 14/05/2021. - **INÍCIO DO PREGÃO (FASE COMPETITIVA):** às 09:10min do dia 14/05/2021. - Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF) – Maiores esclarecimentos: (11) 4143-7600. E-mail: licitacoes@itapevi.sp.gov.br. Itapevi, 29/04/2021 – Departamento de Compras e Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

UNIDADE GESTORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOSPROCESSO Nº. 059/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 10/2021 EDITAL Nº 034/2021 MENOR PREÇO DO LOTEOBJETO – REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de MATERIAIS DE PINTURA, para uso das Secretarias, Diretorias e Divisões da Prefeitura de Novo Horizonte - SP, pelo período de 06 (seis) meses, conforme descrição e quantidade constante do Termo de Referência - ANEXO I. Início do Recebimento das Propostas: dia 03 de maio de 2021 às 08h00 Abertura e Exame das Propostas: dia 13 de maio de 2021, das 08h00 às 14h00. Início da sessão de Lances: dia 13 de maio de 2021, às 14h01.Obtenção do edital: gratuito através do site www.novohorizonte.sp.gov.br, ou na PMNH – Divisão de Licitações, sito à Praça Dr. Euclydes Cardoso Castilho n° 185, centro, na cidade de Novo Horizonte - SP, fone 17-3543-9015 das 7h30m às 17h00 horas - Novo Horizonte, 29 de abril de 2021 – Dr. Fabiano de Mello Belentani – Prefeito Municipal.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO
REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2021
PROCESSO. N.º 770/2021
RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO EVENTUAL DE PEDRA BRITA Nº 01, PEDRA BRITA Nº 02, BRITA GRADUADA BGS, PÓ DE PEDRA E PEDRISCO, conforme Anexo VI, por um período de 12(doze) meses.
Homologo a adjudicação do pregoeiro, que considerou vencedoras as propostas apresentadas pelas empresas:
- M.C.F. SOBRAL – MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO - ME pelo valor unitário de R$ 58,17 para o Lote 01, R$ 59,04 para o Lote 02, R$ 58,21 para o Lote 03, R$ 59,11 para o Lote 04, R$ 65,19 para o Lote 05, R$ 68,91 para o Lote 07, R$ 38,49 para o Lote 08, R$ 65,24 para o Lote 10;
- QUADRANTE BRASIL COMÉRCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS pelo valor unitário de R$ 65,22 para o Lote 06;
- ALINE NICÁCIO – ME – pelo valor unitário de R$ 69,06 para o Lote 09, preços estes a serem registrados, adjudicando-lhes o objeto deste edital.
A homologação detalhada está disponível no link: http://www.araraquara.sp.gov.br/transparencia-gestao-e-financas/portal-da-transparencia-gestao-e-financas.

Araraquara, 29 de abril de 2021.
Assinado no Original
ANTONIO ADRIANO ALTIERI
Secretário da Administração

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

COMUNICADO DE ESCLARECIMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2021
PROCESSO LICITÁTORIO Nº 1088/2021

OBJETO: “REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE 17.780 (DEZESSETE MIL SETECENTOS E OITENTA) CESTAS BÁSICAS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) E DEMAIS ANEXOS”.
Esta comissão vem respeitosamente esclarecer a questão apresentada:
EMPRESA: NTB COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA
PERGUNTA: - Gostaríamos de esclarecer a dúvida sobre o Item VIII e Subitem 08.03 do edital supracitado.
No mesmo diz que só classificam, para etapa de lances, empresas com até 10% do menor preço inicial, porém esse meio de classificação se dá em pregões presenciais. Por isso queremos saber se será adotado esse critério constante no edital ou todos os participantes, desde que dentro do valor estimado, estarão aptos para lances?
RESPOSTA: Será adotado o critério do item 08.03 do edital.
Era o que tínhamos a esclarecer.

Araraquara, 29 de Abril de 2021.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS

EDITAL Nº 23/2021.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2021.
PROCESSO Nº 2163/2021.

ÓRGÃO: Prefeitura do Município de Ferraz de Vasconcelos - **EDITAL Nº** 23/2021 - **PROCESSO** Nº 2163/2021 - **OBJETO**: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS ATENDENDO A VÁRIOS MANDADOS JUDICIAIS E AO PROGRAMA MELHOR EM CASA, SOLICITADO PELA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FERRAZ DE VASCONCELOS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**. MODALIDADE**: Pregão Presencial - **DATA DE ABERTURA**: 14 de maio de 2021, às 10:00 horas. A Prefeitura Municipal da Ferraz de Vasconcelos, **FAZ SABER** que se acha aberta nesta Prefeitura, sito à Rua Rui Barbosa, 315, Vila Romanópolis, o **PREGÃO PRESENCIAL 15/2021**. Os interessados poderão retirar o Edital e seus anexos, sem custo, no sítio da Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos – www.ferrazdevasconcelos.sp.gov.br, ou no Departamento de Compras e Licitações, no horário compreendido entre 9hs às 16 horas, de segunda à sexta-feira, mediante a entrega de 01 (um) CD – ROM do tipo CDR-80, virgem e lacrado. Maiores informações pelo telefone (0xx11) 4674-7877.

Em, 29 de abril de 2021.
Priscila Conceição Gambale Vieira Matos
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS

EDITAL Nº 24/2021.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2021.
PROCESSO Nº 4637/2021.

ÓRGÃO: Prefeitura do Município de Ferraz de Vasconcelos - **EDITAL** Nº 24/2021 - **PROCESSO** Nº 4637/2021 - **OBJETO**: AQUISIÇÃO DE 5.000 TESTES RÁPIDOS PARA DETECÇÃO DO NOVO COVID-19 TIPO POR ENSAIO IMUNOCROMATOGRÁFICO RÁPIDO, ATRAVÉS DE AMOSTRA SWAB OROFARINGE PARA DETECÇÃO DO ANTÍGENO DE SARS-COV-2 (CORONAVÍRUS), PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**. MODALIDADE**: Pregão Presencial - **DATA DE ABERTURA**: 13 de maio de 2021, às 10:00 horas. A Prefeitura Municipal da Ferraz de Vasconcelos, **FAZ SABER** que se acha aberta nesta Prefeitura, sito à Rua Rui Barbosa, 315, Vila Romanópolis, o **PREGÃO PRESENCIAL 16/2021**. Os interessados poderão retirar o Edital e seus anexos, sem custo, no sítio da Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos – www.ferrazdevasconcelos.sp.gov.br, ou no Departamento de Compras e Licitações, no horário compreendido entre 9hs às 16 horas, de segunda à sexta-feira, mediante a entrega de 01 (um) CD – ROM do tipo CDR-80, virgem e lacrado. Maiores informações pelo telefone (0xx11) 4674-7877.

Em, 29 de abril de 2021.
Priscila Conceição Gambale Vieira Matos
Prefeita Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

Processo SUPRI 29/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO nº 34/2021 – Aquisição de materiais recreativos para as aulas de educação física escolar. (Licitação diferenciada com itens de ampla participação e itens exclusivos para ME, EPP e MEI, nos termos do artigo 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006). Edital disponível gratuitamente nas páginas da internet: http://www.itapevi.sp.gov.br/licitacoes/ ou www.bbmnetlicitacoes.com.br - **CADASTRO DE PROPOSTAS:** a partir das 19h00min do dia 03/05/2021 até às 14h00min do dia 17/05/2021. - **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** às 14h01min do dia 17/05/2021. - **INÍCIO DO PREGÃO (FASE COMPETITIVA):** às 14:10min do dia 17/05/2021. - Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF) – Maiores esclarecimentos: (11) 4143-7600. E-mail: licitacoes@itapevi.sp.gov.br. Itapevi, 29/04/2021 – Departamento de Compras e Licitações.

SISTEMA DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO AMBIENTAL DE SÃO CAETANO DO SUL

ABERTURA DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 08/2021
Processo de Compra nº 999016/2021

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de tampões, caixas e tubos e conexões de ferro fundido.
MODALIDADE: Pregão Presencial
TIPO: Menor preço por lote
DATA DA ABERTURA: 13/05/2021 às 09:30 horas
LOCAL: Sala de Licitações do SAESA-SCS, localizada no pavimento superior do prédio sede do SAESA-SCS, sito a Avenida Fernando Simonsen, nº 303, Bairro Cerâmica, no Município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo. O Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos no endereço eletrônico http://www.saesascs.sp.gov.br ou, obtidos mediante a entrega de um CD-R, a título de reposição, ou da disponibilização de mídia removível (pen-drive) no Setor de Licitações do SAESA-SCS situado no endereço supracitado, **no horário das 10:00 às 16:00 horas, excepcionalmente, dada a alteração de horário de atendimento do SAESA, em razão da pandemia**. São Caetano do Sul, 29 de abril de 2021 – Rodrigo Gonçalves Toscano – Superintendente do SAESA-SCS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJATI

ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO Nº 66520/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2021

OBJETO: Aquisição de berços, colchão para berço, cadeira de alimentação, caminhas empilháveis para uso na Creche / Capitão Braz**.**

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09:00 horas do dia 14 de maio de 2021.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: à partir das 10:00 horas do dia 14 de maio de 2021.
LOCAL: bll.org.br, opção Licitações, diretamente em www.bllcompras.org.br ou através de link no site da Prefeitura Municipal de Cajati – SP, em www.cajati.sp.gov.br.
Informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (13) 3854-8700 ou pelo e-mail compras@cajati.sp.gov.br.

Cajati, 29 de abril de 2021.

SIDINEI APARECIDO RIBEIRO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJATI

ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO Nº 67671/2021
TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada para adequação de local, fornecimentos e instalação de plataforma de acessibilidade no prédio da Defesa Civil de Cajati - SP, sito a Rua Frutuoso Pereira de Moraes, s/nº - Bairro Bico do Pato - Cajati - SP - CONTRATO FEHIDRO 053/2020.

A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 24 de maio de 2021 às 09:00 horas.
O edital em inteiro teor estará a disposição dos interessados, de 2ª a 6ª feira das 10:00 às 11:30 h e das 13:30 h às 14:30 h, na Praça do Paço Municipal, nº 10 – Centro – Cajati – SP.
Valor do Edital: R$ 15,31 (quinze reais e trinta e um centavos).
Informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (13) 3854-8700 ou pelo e-mail compras@cajati.sp.gov.br

Cajati, 29 de abril de 2021.

SIDINEI APARECIDO RIBEIRO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJATI

ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO Nº 67593/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2021

OBJETO: Aquisição de fraldas infantil e geriátrica descartáveis para uso do Departamento de Saúde, através de SRP (Sistema de Registro de Preços).

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09:00 horas do dia 14 de maio de 2021.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: à partir das 10:00 horas do dia 14 de maio de 2021.
LOCAL: bll.org.br, opção Licitações, diretamente em www.bllcompras.org.br ou através de link no site da Prefeitura Municipal de Cajati – SP, em www.cajati.sp.gov.br.
Informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (13) 3854-8700 ou pelo e-mail compras@cajati.sp.gov.br.

Cajati, 29 de abril de 2021.

SIDINEI APARECIDO RIBEIRO
Prefeito Municipal

ERRATA DE LEILÃO

Em Edital Pormenorizado de Leilões realizado na **Copart Pátio Osasco-SP** e publicado no jornal **Diário da Região de Osasco** no mesmo dia em **11.12.2020**, deixou de ser publicado a motocicleta a seguir: **HONDA SHADOW** placa **EFL 5719** ano **2010/2010** com chassis nº **9C2RC5400AR000643 NORMAL**. Fica desde já publicada a referida correção para todos os fins e efeitos.

www.copart.com.br
JOSÉ CARLOS CHAGAS - LEILOEIRO OFICIAL - **JUCESP 940**.

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. – EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2021 | 18:19:33 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 5AE8AFE7-7AA1-423E-B05A-82E1D9F06A3B

A leitura na medida certa.

ANUNCIE:
11. 3729-6600

CENTRO SOCIOEDUCATIVO "PERSEVERANÇA"

SEDE: Rua Padre Maurício , 350 - 3º andar - Vila Diva - São Paulo - Fone: 2672-8200 - CEP: 03351-000 - CNPJ: 44.082.642/0001-52 - Utilidade Pública Federal: Decreto de 23 de junho de 1992 - Processo MJ nº 8.411/92-74
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social nº16.1016 - Conselho Nacional Serviço Social222.291/80 - Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos 28996.019943/94-31

Balanços Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em reais)

Ativo	Notas explicativas	2020	2019
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	240.493,92	182.276,11
Caixa e equivalente de caixa (com restrição)	5	2.030.166,12	1.563.822,11
Convênios a receber (com restrição)	6	6.370.863,32	6.086.615,44
Adiantamento a Empregados	7	276.504,48	260.289,33
Empréstimo para Filiais	7	–	86.018,06
Depósito Judicial	7	1.709,82	1.709,82
Tributos a restituir /compensar	7	46.784,66	–
Total do ativo circulante		**8.966.522,32**	**8.180.730,87**
Ativo não circulante			
Convênios a Receber (com restrição)	8	8.163.302,78	13.887.239,14
Imobilizado	9	5.094.222,39	5.099.666,81
(–) Depreciação acumulada	9	(1.087.885,00)	(864.748,72)
Imobilizado (com restrição)		310.154,92	249.029,92
(–) Depreciação acumulada (com restrição)		(137.177,82)	(116.583,01)
Total do ativo não circulantes		**12.342.617,27**	**18.254.604,14**
Total do ativo		**21.309.139,59**	**26.435.335,01**

Passivo e patrimônio líquido.	Notas explicativas	2020	2019
Passivo circulante			
Empréstimo a pagar		–	172.036,10
Convênios a realizar (com restrição)	10	7.116.379,28	6.344.983,55
Fornecedores	11	1.158,90	1.535,00
Contas a pagar	11	16.011,54	2.409,48
Obrigações tributárias	12	1.244,80	786,29
Obrigações com pessoal e encargos	13	612.559,59	765.162,05
Total do passivo circulante		**7.747.354,11**	**7.286.912,47**
Passivo não circulante			
Convênios a realizar (com restrição)	14	8.163.302,78	13.887.239,14
Imobilizado convênio a realizar		172.977,10	132.446,91
Total do passivo não circulante		**8.336.279,88**	**14.019.686,05**
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	15	2.119.322,52	2.069.523,89
Ajuste de avaliação patrimonial		3.235.911,06	3.413.229,13
Déficit/(Superávit) do período	16	(129.727,98)	(354.016,53)
		5.225.505,60	**5.128.736,49**
Total do passivo e patrimônio líquido		**21.309.139,59**	**26.435.335,01**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de Resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em reais)

Receitas operacionais	Notas explicativas	Educação	Assist. Social	Institucional	2020 Total da Entidade	2019 Total da Entidade
Convênios com órgãos governamentais (com restrição)	17	2.035.227,60	3.116.775,81	–	5.152.003,41	6.294.859,59
Doações	18	–	–	237.767,01	237.767,01	606.027,44
Contribuição para custeio	19			1.198.862,18	1.198.862,18	1.330.790,68
Restituição CPMF		–	–	–	0,00	91.322,38
Mensalidades de associados		–	–	9.000,00	9.000,00	36.000,00
Isenção usufruída das contribuições sociais	22	327.298,71	353.770,50	67.634,89	748.704,10	1.009.051,63
Trabalhos voluntários		–			0,00	58.043,92
Credito Nota Fiscal Paulista				17.640,00	17.640,00	–
Subsidio Estatutário		184.081,32	374.182,32	–	558.263,64	1.081.711,17
		2.546.607,63	**3.844.728,63**	**1.530.904,08**	**7.922.240,34**	**10.507.806,81**
Despesas operacionais						
Despesas com pessoal e encargos		(1.729.347,71)	(1.582.337,71)	(563.962,73)	(3.875.648,15)	(4.817.036,62)
Despesas administrativas		(261.654,08)	(1.577.365,07)	(44.643,87)	(1.883.663,02)	(2.804.307,97)
Despesa com prestadores de serviço		(194.484,21)	(293.640,25)	(235.316,25)	(723.440,71)	(744.985,12)
Despesas com impostos, taxas e contribuições		(8.061,93)	(5.406,70)	(1.242,19)	(14.710,82)	(25.527,03)
Estimativa de perdas com contingências trabalhistas		–	–	–	0,00	(123.339,02)
Isenção usufruída das contribuições sociais	22	(327.298,71)	(353.770,50)	(67.634,89)	(748.704,10)	(1.009.051,63)
Trabalhos voluntários		–	–	–	0,00	(58.043,92)
Subsidio estatutário		–	–	(558.424,09)	(558.424,09)	(1.086.417,81)
		(2.520.846,64)	**(3.812.520,23)**	**(1.471.224,02)**	**(7.804.590,89)**	**(10.668.709,12)**
Superávit antes do resultado financeiro		**25.760,99**	**32.208,40**	**59.680,06**	**117.649,45**	**(160.902,31)**
Resultado financeiro						
Receitas financeiras		17.108,25	12.054,93	934,89	30.098,07	110.547,59
Despesas financeiras		(8.289,77)	(21.902,42)	(15.273,67)	(45.465,86)	(73.484,46)
		8.818,48	**(9.847,49)**	**(14.338,78)**	**(15.367,79)**	**37.063,13**
Outras despesas						
Depreciações e amortizações		(188.797,20)	(18.794,38)	(20.533,64)	(228.125,22)	(229.781,36)
Perda por desvalorização - Impairment		–	(2.713,13)	(1.171,29)	(3.884,42)	(395,99)
		(188.797,20)	**(21.507,51)**	**(21.704,93)**	**(232.009,64)**	**(230.177,35)**
(Déficit)/Superávit do período	17	**(154.217,73)**	**853,40**	**23.636,35**	**(129.727,98)**	**(354.016,53)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração de resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em reais)

	2020	2019
(Déficit)/Superávit do período	(129.727,98)	(354.016,53)
Ajuste de avaliação patrimonial	(177.318,07)	(353.069,40)
Resultado abrangente do período	**(307.046,05)**	**(707.085,93)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em reais)

	Patrimônio social	(Déficit)/ Superávit do período	Ajuste avaliação patrimonial	Totais
Saldos em 31/12/2018	**2.543.260,47**	**(826.805,98)**	**3.766.298,53**	**5.482.753,02**
Incorporação ao patrimônio social	(473.736,58)	826.805,98	(353.069,40)	–
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	–
Déficit do período	–	(354.016,53)	–	(354.016,53)
Saldos em 31/12/2019	**2.069.523,89**	**(354.016,53)**	**3.413.229,13**	**5.128.736,49**
Incorporação ao patrimônio social	49.798,63	354.016,53	(177.318,07)	226.497,09
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	–
Déficit do período	–	(129.727,98)	–	(129.727,98)
Saldos em 31/12/2020	**2.119.322,52**	**(129.727,98)**	**3.235.911,06**	**5.225.505,60**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em reais)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2020	2019
Superávit/Déficit do período	(129.727,98)	(354.016,53)
Ajustes por:		
(+) Amortização	2.307,60	2.307,60
Déficit Ajustado	**93.408,30**	**(124.235,17)**
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes :		
Adiantamentos a empregados	(16.215,15)	5.849,13
Empréstimos para filiais		
Adiantamentos a fornecedores	–	–
Recursos de parcerias em convênios	(284.247,88)	(36.794,42)
Tributos a recuperar	(46.784,66)	357,95
Outros valores	–	–
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes		
Fornecedores de bens e Serviços	(376,10)	(23.039,32)
Obrigações com empregados	(152.602,46)	17.219,84
Obrigações tributárias	458,51	217,70
Recursos de convênios em execução	771.395,73	(19.554,00)
Outras obrigações a pagar	13.602,06	173.145,80
( ) Caixa Liquido (Consumido) pelas Atividades Operacionais	**378.638,35**	**(6.832,49)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
(Aquisições)/Baixas de Bens e Direitos para o Ativo	5.444,42	–
(2) Caixa Liquido Consumido pelas Atividades de Investimento	**5.444,42**	**0,00**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Empréstimos concedidos	86.018,06	–
Empréstimos obtidos	(172.036,10)	–
Ajustes patrimoniais	226.497,09	–
(3) Caixa Liquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	**140.479,05**	–
(4) Variação das Disponibilidades (1+2+3)	**524.561,82**	**(6.832,49)**
Variação em Caixa e Equivalentes de Caixa	**524.561,82**	**(6.832,49)**
Caixa e Equivalentes de Caixa de Início do Período	**1.746.098,22**	**1.752.930,71**
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do Período	**2.270.660,04**	**1.746.098,22**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em reais)

1. Contexto Operacional: O Centro Socioeducativo Perseverança é uma entidade sem fins lucrativos, regida pelo Estatuto Social, com Sede na Cidade de São Paulo. É uma entidade de caráter assistencial filantrópico que tem como objetivo principal o atendimento a crianças em risco e vulnerabilidade social, no período diurno de segunda a sexta-feira, fornecendo alimentação, desenvolvendo atividades pedagógicas nos projetos de acordo com as características das faixas etárias de 0 a 15 anos. Em 2020 foram atendidas 1.442 crianças na faixa etária de 0 a 15 anos de idade, o atendimento é realizado sem qualquer ônus para as famílias, pois a finalidade maior do Perseverança é participar ativamente na educação e formação das crianças e para isso, contribui junto ás famílias proporcionando condições para a realização deste objetivo. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações contábeis de 2020, a Entidade adotou a Lei n° 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância ás práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC Nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros. **3. Formalidades da Escrituração Contábil:** A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Diário" da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade manter em boa ordem a documentação contábil. **4. Principais Práticas Contábeis Adotadas: a) Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado; **b) Caixa e Equivalentes de Caixa**: Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC -TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste sub grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor; **c) Convênios:** Para a contabilização de seus convênios com órgãos governamentais, a Entidade, atendeu a Resolução nº 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC que aprovou a NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002; **d) Estimativa de créditos de liquidação duvidosa:** Esta provisão não foi constituída, pois Administração da entidade entende que os créditos serão recebidos em sua totalidade; **e) Imobilizado:** Em 31/12/2020 foi atualizado o Laudo de Avaliação Pericial, obedecendo a diretrizes e critérios estabelecidos pelas NBR 14.653-1 ABNT bem como a NBC TG 27 Ativo Imobilizado. O trabalho foi executado pela empresa Rede de Pericias e Avaliações. A avaliação destes Bens foi feita através de Análise do seu Valor, revisão das Taxas de acordo com a vida útil dos bens conforme regulamentado pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução nº 1.177/09. Também, no referido Laudo foram realizados os testes de Impairment conforme preceitua a Resolução 1.292/10. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido; **f) Passivo Circulante e Não Circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação; **g) Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo imobilizado, Créditos de Liquidação Duvidosa, Provisão para Contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente; **h) Demonstração do fluxo de caixa:** A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC Nº 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi indireto; **i) Recursos com restrição:** São recursos provenientes de convênios firmados com órgão públicos e são identificados nas demonstrações contábeis como "Com Restrição", pois sua realização deve respeitar as condições estabelecidas nos termos do convenio conforme contrato; **j) Ajuste de avaliação patrimonial:** Foram reconhecidos os efeitos do custo atribuído e estudo de vidas úteis remanescentes dos bens moveis com base em relatório de avaliação elaborado conforme preceitos estabelecidos pela Norma ABNT NBR 14.653 além das Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TG 1000, NBC TG 27 e interpretações ITG 10 e ITG 2002.O critério geral empregado foi o de avaliar os bens, supondo-se que continuarão sendo empregados para o mesmo fim e no mesmo estado de conservação em que se encontram atualmente. Os bens, sem um mercado ativo de venda e compra, foram avaliados através do cálculo do seu valor de reposição, deduzida a sua depreciação técnica. O valor de reposição foi obtido através de pesquisa junto a fabricantes ou os distribuidores do bem avaliando, ou de seu similar. Para os bens com disponibilidade no mercado de usados foi utilizado o método comparativo de dados de mercado. **Ativo Circulante: 5. Caixa e equivalentes de caixa:**

a. Sem restrição	2020	2019
Caixa	2.881,63	7.984,21
Banco conta Movimento	183.217,13	38.195,40
Aplicações Financeiras (*)	54.395,16	136.096,50
	240.493,92	**182.276,11**

b. Com restrição	2020	2019
Banco conta Movimento	251.696,92	137.299,37
Aplicações Financeiras (*)	1.778.469,20	1.426.522,74
	2.030.166,12	**1.563.822,11**

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço. **6. Convênios a Receber (Com Restrição):** Refere-se ao saldo a receber, reconhecido pelo valor original, dos convênios firmados com órgão governamentais para realização dos projetos sociais da entidade em Curto Prazo.

	2020	2019
Prefeitura do Município de São Paulo	6.370.863,32	6.086.615,44

7. Adiantamentos: Refere se substancialmente ao pagamento de férias de seus colaboradores; Bloqueio Judicial refere-se a processos trabalhistas em Andamento; Os valores contabilizados na rubrica Tributos a restituir/compensar, foram encargos gerados na Folha de Pagamento indevidamente no período de Julho a Dezembro /2020, pois com a adesão da MP936, este evento não tem incidência de Encargos, a Correção dos Cálculos resultou em valores pagos a maior.

	2020	2019
Adiantamento á Empregados	276.504,48	260.289,33
Empréstimo para Filiais	–	86.018,06
Depósito Judicial	1.709,82	1.709,82
Tributos a Restituir /Compensar	46.784,66	–
	324.998,96	**348.017,21**

8. Convênios a Receber (Com Restrição): Refere-se á saldo a receber, reconhecido pelo valor original, dos convênios firmados com órgão governamentais para realização dos projetos sociais da entidade em Longo Prazo.

	2020	2019
Prefeitura do Município de São Paulo	8.163.302,78	13.887.239,14

9. Imobilizado e Depreciação/Amortização Acumulada:

	2019 Saldo final	Adições	Baixas	Ajuste de avaliação patrimonial	2020 Saldo final
Terrenos	177.450,00	–	–	–	177.450,00
Edifícios	4.390.925,00	–	–	–	4.390.925,00
Poço semi-artesiano	150.000,00	–	–	–	150.000,00
Móveis e utensílios	385.355,71	5.715,00	(5.656,80)	–	385.413,91
Equipamento de tec. e informática	76.881,41	24.516,93	(906,55)	–	100.491,79
Veículo	68.000,00	–	–	–	68.000,00
Máquinas e equipamentos	100.084,61	34.742,00	(2.730,00)	–	132.096,61
Total do imobilizado	**5.348.696,73**	**64.973,93**	**(9.293,35)**		**5.404.377,31**

	Taxas a.a	Adições	Baixas	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo final
Edifícios	4%	(702.477,60)	(175.619,40)	–	(878.097,00)
Móveis e utensílios	10%	(150.778,59)	(32.206,49)	3.104,23	(179.880,85)
Equipamento de tecnologia e informática	20%	(45.941,81)	(11.828,22)	875,96	(56.894,07)
Veículo	20%	(50.999,04)	(17.000,96)	–	(68.000,00)
Máquinas e equipamentos	10%	(24.211,89)	(9.757,36)	1.008,75	(32.960,50)
Exaustões/ deprec. de recursos naturais	4%	(6.922,80)	(2.307,60)	–	(9.230,40)
Total da depreciação acumulada		**(981.331,73)**	**(248.720,03)**	**4.988,94**	**(1.225.062,82)**
Total Imobilizado:		**4.367.365,00**			**4.179.314,49**

Passivo circulante: 10. Convênios a Realizar (Com Restrição): Referem-se, valores a realizar em Curto Prazo, conforme condições estabelecidas nos Contratos de Convenio firmados.

	2020	2019
Prefeitura do Município de São Paulo	7.116.379,28	6.344.983,55

11. Contas a Pagar:	2020	2019
Fornecedores a pagar	1.158,90	1.535,00
Contas a pagar	11.732,98	1.119,42
Serviços Prestados por Terceiros	4.278,56	1.290,06
	17.170,44	**3.944,48**

12. Obrigações Tributárias imposto sobre Notas Fiscais Serviços Prestados por Terceiros:

	2020	2019
IRRF a recolher	19,57	58,24
CSRF a recolher	257,23	376,60
INSS a recolher	605,00	–
ISS a recolher	363,00	351,45
	1.244,80	**786,29**

13. Obrigações com Pessoal e Encargos:	2020	2019
Salários a pagar	189.295,42	152.888,42
INSS a recolher	13.846,52	29.026,33
IRRF a recolher	14.798,14	7.328,89
FGTS a pagar	25.025,92	34.947,05
Pis a pagar	4.577,79	5.968,42
Provisão de Férias	339.317,23	359.465,94
Provisão para Contingências Trab.	–	173.339,02
GRRF- Multa Rescisória	21.243,44	–
Outros	4.455,13	2.197,98
	612.559,59	**765.162,05**

14. Passivo não Circulante: Referem-se, valores a Realizar em Longo Prazo, conforme condições estabelecidas nos Contratos de Convenio firmados.

	2020	2019
Prefeitura do Município de São Paulo	8.163.302,78	13.887.239,14

15. Patrimônio Social: Representa o patrimônio inicial da Associação, acrescido ou reduzido de ajustes e dos superávits (déficits) apurados anualmente desde a data de sua constituição, que são empregados integralmente nos objetivos sociais descritos na nota explicativa 1. **16. Resultado do Período (Déficit):** O déficit do período será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12. **17. Convênios com Órgão Governamentais (Com Restrição):** São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. Prefeitura municipal de São Paulo;

Exercício	Valor Recebido
2020	5.152.003,41
2019	6.294.859,59

18. Doações Recebidas: O Centro Sócio Educativo recebe doações não identificadas de Pessoas Físicas, são reconhecidas como receita quando recebidas. As doações recebidas de PJ são identificadas.

Exercício	Valor Recebido
2020	237.767,01
2019	606.027,44

19. Contribuições para Custeio: O Centro Sócio Educativo Perseverança, recebe mensalmente contribuições para Custeio de suas atividades operacionais, do Centro Espíritas Perseverança, reconhecidas financeiramente como Recursos Livres;

Exercício	Valor Recebido
2020	1.198.862,18
2019	1.330.790,68

20. Gratuidades Concedidas: A entidade, em conformidade Lei nº 12.101/09 (Alterada pela Lei No. 12.868/13) concedeu bolsas educacionais (creche) para alunos carentes e no desenvolvimento de suas ações sócio assistenciais formaliza em cada Projeto Social: os objetivos do mesmo; origem de recursos; infraestrutura; tipificando os serviços a serem executados (conforme Resolução do CNAS nº 109/09 e Decreto nº 6.308/07); público-alvo, capacidade de atendimento, recurso financeiro utilizado, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto. **a. Objetivo geral do serviço social:** Oferecer proteção social para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco assegurando espaços de referência, de participação, de relações de afetividade, respeito e autoridade, que garantam: sociabilidade, convivência em grupo, ampliação de seu universo e trocas culturais, acesso à tecnologia e estímulo ao protagonismo juvenil. **b. Finalidades:** Prestação de serviços nas áreas assistencial e educacional para crianças e adolescentes, de ambos os sexos, em risco e vulnerabilidade social sem distinção de cor, credo político e religioso. **c. Público alvo:** Atendimento como instituição mantenedora através de 2 Creches e 4 Centros para Criança e Adolescentes e famílias de baixa renda. No exercício 2020 na atividade da Educação foram atendidas 417 crianças e 1.025 crianças e adolescentes na atividade da Assistência Social, de forma totalmente gratuita. **d. Atuação: Nas Creches,** crianças de 0 a 3 anos, em período integral, recebem diariamente: 4 refeições balanceadas, atividades pedagógicas, de lazer e recreação, cuidados de higiene e saúde, trabalho com a família. **Nos Centros para Crianças e Adolescentes,** crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, em 2 turnos, recebem diariamente: 2 refeições balanceadas, atividades socioeducativas, momento diário de reflexão referente aos temas desenvolvidos nos projetos e valores, atividades de lazer e recreação, cuidados de higiene e trabalho com a família. **e. Atividades complementares: Integração Comunitária:** Aos Sábados, no CCA II (Centro p/ Crianças e Adolescentes) em São Mateus, são oferecidas aos jovens atendidos e á comunidade vizinha, oficina de música, curso de informática e karatê. **Amigos da Esperança:** Mensalmente os familiares de nossas crianças dos núcleos de São Mateus, Itaquera e Mooca, se reúnem em palestras de orientação social e familiar, com apoio de cestas básicas e roupas. Um trabalho que fortalece a relação familiar na formação sadia de nossos jovens. **f. Núcleos:**

Creche Perseverança VII	Rua Malmequer do Campo, 1235 Itaquera - São Paulo - SP - CNPJ: 44.082.642/0008-29
Creche Perseverança VIII	Rua Marçal de Lemos, 226 - Jd. Vera Cruz - São Paulo - SP - CNPJ: 44.082.642/0012-05
Centro p/ CCAS e Adolescente Perseverança I	Rua Paul Rivet, 28 - Vila Invernada- São Paulo - SP - CNPJ: 44.082.642/0009-00
Centro p/ CCAS e Adolescente Perseverança II	Rua Dr. Aparício Luiz Pugliesi, 112 - Jd. 9 de Julho - São Paulo - CNPJ: 44.082.642/0011-24
Centro p/ CCAS e Adolescente Perseverança III	Rua Conselheiro João Alfredo, 173 - Mooca - São Paulo - CNPJ: 44.082.642/0010-43
Centro p/ CCAS e Adolescente Perseverança VI	Rua Dr. Aparício Luiz Pugliesi, 100 - Jd. 9 de Julho - São Paulo - SP - CNPJ: 44.082.642/0003-14

21. Imunidade Tributária: A Entidade é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7° da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988. **22. Isenção Tributária:** A Entidade possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), conforme a Lei No. 12.101/09 (Alterada pela Lei No. 12.868/13) entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91. **23. Outros Assuntos: a)** Toda a receita obtida pela entidade é aplicada integralmente na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos institucionais no Território Nacional; **b)** A entidade não remunera, não concede vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título, a sua Presidente, Vice Presidente, Diretores, Sócios, Conselheiros, Benfeitores ou equivalentes; **c)** A entidade possui o benéfico de tarifa diferenciada com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, para a Creche, VIII, CCA1, conforme contratos; **d)** A entidade não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu Patrimônio Social sobre nenhuma forma; **e)** Em virtude da Pandemia do Coronavirus, algumas medidas foram adotadas de acordo com o Decreto nº 59.283/20 de 17 de Março de 2020 - Declara situação de emergência no Município de São Paulo e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia. A partir de então todas as Famílias foram assistidas, com o recebimento de Cestas Básicas, Kit de Higiene, Cartão merenda. Todas as Equipes de profissionais se uniram e não mediram esforços para continuar os trabalhos, , abrangendo todas as faixas etárias. São Paulo - SP, 31 de dezembro de 2020.

Vice-Presidente em Exercício da Presidência
Luiz Tadeu Valencio
CPF: 008.712.088-73

Técnico em Contabilidade
Antonio Celso Tessari
TC CRC: 1 SP 222827/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Conselheiros e Administradores do **Centro Socioeducativo Perseverança** - São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações contábeis do Centro Socioeducativo Perseverança que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro Socioeducativo Perseverança, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Em nosso julgamento profissional, os principais assuntos são aqueles que foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Os assuntos abaixo relacionados foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria, das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos: **Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as Demonstrações Contábeis:** A administração do Centro Socioeducativo Perseverança, é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Outros assuntos:** As demonstrações contábeis do CENTRO SOCIOEDUCATIVO PERSEVERANÇA, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 25 de março de 2020, sem modificação de opinião. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da instituição. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a instituição a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Carlos, 23 de abril de 2021.

Luiz Carlos Sales
Contador - CRC-1SP048626/0-4
Auditor Independente

Flavio Antonio Garrido
Contador - CRC-1SP094509/0-8
Auditor Assistente

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJATI
ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO Nº 67764/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2021

OBJETO: Aquisição de seringa descartável 1 ml com agulha fixa para uso no Pronto Atendimento e ESF´s do Município de Cajati - SP, através de SRP (Sistema de Registro de Preços).

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09:00 horas do dia 14 de maio de 2021.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: à partir das 10:00 horas do dia 14 de maio de 2021.
LOCAL: bll.org.br, opção Licitações, diretamente em www.bllcompras.org.br ou através de link no site da Prefeitura Municipal de Cajati – SP, em www.cajati.sp.gov.br.
Informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (13) 3854-8700 ou pelo e-mail compras@cajati.sp.gov.br.

Cajati, 29 de abril de 2021.

SIDINEI APARECIDO RIBEIRO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJATI
ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

SIDINEI APARECIDO RIBEIRO, Prefeito do Município de Cajati, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, nos termos do artigo 37, Inciso IX, da Constituição Federal, artigo 117, IX, da Lei Orgânica Municipal e da Lei Municipal nº 282/97, alterada pelas Leis 290/97, 435/01 e 760/06;

R E S O L V E

CONVOCAR para tomar posse no Emprego Público, por tempo determinado, a partir desta data, o candidato abaixo relacionado, conforme aprovação no **Processo Seletivo nº 004/2020**, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.):

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

ORD. CLASS.	*NOME*	*R.G.*
44º	HOSANÃ RHAMARA CONCEIÇÃO DA SILVA	55.546.725-9

O candidato acima relacionado terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da presente publicação, para se apresentar à Divisão de Gestão de Pessoas da Prefeitura do Município de Cajati/SP, a fim de tomar posse no Emprego Público, perdendo o direito à vaga se não obedecido rigorosamente o prazo estabelecido.
Este Edital entrará em vigor na data de sua Publicação, com afixação em lugar próprio de costume, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Cajati/SP, 30 de abril de 2021.

SIDINEI APARECIDO RIBEIRO
Prefeito do Município de Cajati

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJATI
ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

SIDINEI APARECIDO RIBEIRO, Prefeito do Município de Cajati, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, nos termos do artigo 37, Inciso IX, da Constituição Federal, artigo 117, IX, da Lei Orgânica Municipal e da Lei Municipal nº 282/97, alterada pelas Leis 290/97, 435/01 e 760/06 e da **LEI MUNICIPAL Nº 1.789 DE 15 DE OUTUBRO DE 2020;**

R E S O L V E

CONVOCAR os candidatos abaixo relacionados, aprovados no **Concurso Público nº 001/2019**, para assumir a vaga de Motorista por prazo determinado, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.):

MOTORISTA (Categoria D)

ORD. CLASS.	*NOME*	*R.G.*
21º	ROGERIO ALVES DE MOURA MORAIS	43.440.799-9

O candidato acima relacionado terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da presente publicação, para se apresentar à Divisão de Gestão de Pessoas da Prefeitura do Município de Cajati/SP, a fim de assumir a vaga temporária, perdendo o direito à vaga se não obedecido rigorosamente o prazo estabelecido.
Este Edital entrará em vigor na data de sua Publicação, com afixação em lugar próprio de costume, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Cajati/SP, 30 de abril de 2021.

SIDINEI RIBEIRO ALVES
Prefeito do Município de Cajati

Publique em jornal de grande circulação.

Ligue já:
11. 3729-6600

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2021 | 18:19:39 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 5AE8AFE7-7AA1-423E-B05A-82E1D9F06A3B

GRANDE LEILÃO ON-LINE BANCO DO BRASIL Nº 2021/205277V(9101) IMÓVEIS LOCALIZADOS NOS ESTADOS DO PARANÁ, SANTA CATARINA E SÃO PAULO

Data: 13/05/2021 à partir das 11h00

OPORTUNIDADES EM AGÊNCIAS DESATIVADAS E COMERCIAIS

DÉBITOS DE IPTU, ITR, CCIR, LAUDÊMIO E CONDOMÍNIO, O BANCO DO BRASIL FICARÁ RESPONSÁVEL PELA QUITAÇÃO DOS VALORES DEVIDOS ATÉ A EFETIVAÇÃO DO REGISTRO DA TRANSFERÊNCIA DO IMÓVEL (ITEM 16.7 DO EDITAL)

PAGAMENTO À VISTA OU COM POSSIBILIDADE DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO / CARTA DE CRÉDITO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO

Consulte relação completa de lotes e Edital em nosso site.

Informações:

11 2359-7351 ou www.lancenoleilao.com.br

Leiloeiro Oficial Carla S. Umino - Jucesp 826

Lance no Leilão — Parceria

GRANDE LEILÃO ON-LINE BANCO DO BRASIL Nº 2021/705278V(9101) IMÓVEIS LOCALIZADOS NOS ESTADOS DO PARANÁ, SANTA CATARINA, SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO

Data: 13/05/2021 à partir das 14h00

OPORTUNIDADES EM IMÓVEIS RURAIS

"EXISTINDO VALORES NÃO QUITADOS DE IPTU, ITR, CCIR, LAUDÊMIO E CONDOMÍNIO, O BANCO DO BRASIL S.A. FICARÁ RESPONSÁVEL PELA QUITAÇÃO DOS VALORES DEVIDOS ATÉ A ASSINATURA DO CONTRATO PARTICULAR DE COMPRA E VENDA (ANEXO 08) DO EDITAL, DESDE QUE ESTAS NÃO ESTEJAM MENCIONADAS ESPECIFICAMENTE NO LOTE DO BEM COMO DE RESPONSABILIDADE DO ARREMATANTE. (ITEM 16.7 DO EDITAL)

PAGAMENTO SOMENTE A VISTA

Consulte relação completa de lotes e Edital em nosso site.

Informações:

11 2359-7351 ou www.lancenoleilao.com.br

Leiloeiro Oficial Carla S. Umino - Jucesp 826

Lance no Leilão — Parceria

LUT (11) 3047-9800 | WWW.LUT.COM.BR

Edital pormenorizado

CEZAR AUGUSTO BADOLATO SILVA, leiloeiro oficial, matriculado na JUCESP sob o nº 602, torna público que realizará um leilão extrajudicial no dia **05/05/2021 a partir das 11hrs,** pelo site www.lut.com.br, autorizado pela comitente **TRX EXPERIENCE SERVIÇOS EIRELI. CNPJ nº 15.496.784/0001-68.** Os bens a serem apregoados permanecerão sob a guarda e responsabilidade da Comitente e estarão abertos para visitação onde poderão ser examinados pelos interessados, **mediante prévio agendamento (24h)** através dos tels.: (11) 3047-9800 ou 98206-8417; **serão vendidos no estado em que se encontram,** por preços não inferiores aos estipulados, não podendo o leiloeiro vender a crédito ou a prazo sem autorização prévia do comitente, devendo ser observadas as condições de venda e pagamento do leilão. O valor da comissão do Leiloeiro, a ser pago pelo(s) arrematante(s), corresponderá a 5% (cinco por cento) sobre o valor de venda dos bens arrematados (conforme Decreto nº 21.981, de 19/10/1932). O Comitente se responsabiliza pela qualidade, origem, existência, legitimidade, autenticidade e segurança dos bens a serem apregoados, sendo também responsável pela entrega dos bens aos arrematantes, permanecendo o COMITENTE como único responsável pela veracidade das informações fornecidas e relativas aos referidos bens. **Bens levados a leilão pormenorizados descritos:** MOTORES PEÇAS GENUÍNAS PARA MOTOCICLETAS TRIUMPH TIGER 800/1200CC.

Observações: A) Os bens serão vendidos no estado em que se encontram e sem direito a garantia. **B)** Todos os custos e procedimentos envolvidos para a retirada serão de responsabilidade do arrematante. **C)** O pagamento deverá ser efetuado em 24h após o recebimento do boleto. **D)** Roupas e acessórios em geral, fica estabelecido que se trata de objetos oriundos de mostruários, peças com defeitos de fábrica e sinistradas em transportes ou guarda. Não cabendo aos arrematantes, reclamações posteriores à compra e tampouco trocas de peças em lojas oficiais. **E)** Os Compradores que optarem por NÃO realizar a visitação, declaram e aceitam a adquiri-los no estado em que se encontram, sem direito a reclamação e reposição de peças. Assumirão a responsabilidade a partir da data de retirada dos produtos, civil e criminalmente, bem como o uso ilegal da marca **TRX EXPERIENCE. F)** Os impostos de qualquer natureza, inclusive ICMS, decorrentes do transporte dos bens até o destino, devendo este providenciar documentação hábil para tal finalidade tanto para operações estaduais como para interestaduais, excluindo qualquer responsabilidade do leiloeiro e do comitente vendedor por eventuais autuações. Caso o leiloeiro e/ou o comitente sejam autuados em relação a tais tributos, o arrematante será responsável por reembolsar os prejuízos daí decorrentes de acordo com o Convênio ICMS 93 de 17/09/2015. **G)** Os lotes poderão ser apregoados em quantidades aproximadas, e podem conter variações nas quantidades citadas, sem que seja devido qualquer pagamento adicional e/ou reembolso do valor pago.

SATO

EDITAL DE 1º e 2º LEILÕES PÚBLICOS EXTRAJUDICIAIS E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES – ONLINE E PRESENCIAL - Local do Leilão - Travessa Comandante Salgado, 75 – Fundação – São Caetano do Sul – SP e online no site **www.satoleiloes.com.br. TATIANA HISA SATO**, Leiloeira Oficial – mat. Jucesp nº 817, autorizada por **VILA EMA DIÁLOGO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA – CNPJ nº 13.969.646/0001-23,** venderá em 1º e 2º Público Leilão Extrajudicial – art.26, 27 e § da Lei Fed. Nº 9.514/97 e suas alterações, o **IMÓVEL**: O apartamento nº 158, situado no 15º pavimento do Bloco 2, integrante do empreendimento denominado "Reserva Vila Ema", situado na Avenida Vila Ema, nº 4.049, no 26º subdistrito – Vila Prudente, com a área real privativa de 78,750m² (nesta incluída 01 depósito sob nº 159 localizado no 3º subsolo, e 01 vaga sob nº 308G localizada no 3º subsolo, para estacionamento de um automóvel de passeio), a área real comum de 45,780m², a área real total de 124,530m². **Matrícula nº 230.099 – 6º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. 1º LEILÃO 13/05/2021 às 15h00 - VALOR: R$ 525.740,19. 2º LEILÃO 14/05/2021 às 15h00 - VALOR: R$ 612.685,86.** Encargos do arrematante: pagto. à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; emissão de matrícula, certidões (inclusive das Credoras) para lavratura e registro da escritura; ITBI e despesas com escritura/registro; despesas a partir da data da arrematação; desocupação do imóvel. Venda ad corpus. Consolidação da Propriedade em 13/04/2021. Os Fiduciantes - JOSIMAR AUGUSTO DA SILVA CPF 189.748.348-12 E IARA PATRIOTA DA SILVA CPF 292.997.738-82 – comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital completo, disponível no portal da Sato Leilões - www.satoleiloes.com.br | (11) 4223-4343.**

Publique em jornal de grande circulação.

Ligue já: 11. 3729-6600

LEILÃO SOMENTE ON-LINE — BIASI leilões

ArcelorMittal

LEILÃO DE SUCATAS !! IMPERDÍVEL!

LOTES! 07/05/2021 às 15h00

TUNGSTÊNIO | COBRE CABOS | ELÉTRICOS E MAIS...

*Leilão Somente Online. NÃO PERCA ESSA OPORTUNIDADE!

PREÇOS IMPERDÍVEIS! CONFIRA E APROVEITE!

LEILOEIRO OFICIAL — SEDE - Av Fagundes Filho, 145 - Conj. 22 - Vila Monte Alegre - São Paulo - SP - Mais Informações: (11) 4083-2575 — EDUARDO CONSENTINO JUCESP 616

JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício

www.biasileiloes.com.br

SATO

EDITAL DE 1º e 2º LEILÕES PÚBLICOS EXTRAJUDICIAIS E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES – ONLINE E PRESENCIAL - Local do leilão - Travessa Comandante Salgado, 75 – Fundação – São Caetano do Sul – SP e online no site **www.satoleiloes.com.br. 1º leilão público – 10/05/2021 às 13h30 - VALOR: R$ 263.190,40 e 2º leilão público – 11/05/2021 às 13h30 - VALOR: R$ 351.323,13.** TATIANA HISA SATO, leiloeira oficial, Jucesp 817, autorizada pelos credores fiduciários **VILLE-PAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LIMITADA – CNPJ 03.817.282/0001-02 E FLECHE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA – CNPJ 09.074.306/0001-67,** realizará os leilões para a venda do imóvel abaixo descrito, por meio de alienação fiduciária, nos termos da Lei 9.514/97 – Sistema de Financiamento Imobiliário – SFI alterada pelas Leis Federais nº 10.931/04 e nº 13.043/14 e demais disposições aplicáveis pelas condições estabelecidas neste Edital: **IMÓVEL**: Um terreno situado na Rua Oito, constituído pelo Lote nº 16, da Quadra J, do loteamento denominado "Páteo do Colégio", em Itatiba/SP, com a área de 250,00m². **MATRÍCULA: 048.800 – Oficial de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Itatiba/SP. FIDUCIANTES**: DOMINICIO FERREIRA DIAS CPF 613.955.014-91 E JOSEFA MARIA DA SILVA DIAS CPF 855.994.504-06. **CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE:** 09/04/2021. O arrematante pagará no ato, o valor da arrematação e 5% de comissão da leiloeira e arcará com todas as despesas cartorárias, escritura pública, imposto de transmissão, foro, laudêmio, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações e todas as despesas que vencerem a partir da data da arrematação. A desocupação / reintegração na posse ficará a cargo exclusivo do arrematante se no caso houver. Venda em caráter ad corpus, vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características, estado de conservação ou eventual diferença nas medidas da unidade não dará direito a qualquer reivindicação. Ficam intimados dos leilões os fiduciantes. **Maiores informações no escritório da leiloeira telefone (11) 4223-4343, através do edital completo disponível no site da leiloeira ou pelo e-mail contato@satoleiloes.com.br.**

SATO

EDITAL DE LEILÃO BEM IMÓVEL | Comitente vendedor: Cooperativa de Crédito Credinter - Sicoob Credinter - CNPJ sob nº 24.048.910/0001-02. O leilão será realizado dia **11 de Maio de 2021, às 14h00min horas conforme o horário de Brasília,** no site **www.satoleiloes.com.br. Leiloeira Oficial: Tatiana Hisa Sato – Jucesp 817**. EDITAL COMPLETO E CONDIÇOES DE VENDA E PARTICIPAÇÃO DESTE LEILÃO ESTÃO DISPONÍVEIS EM NOSSO SITE **WWW.SATOLEILOES.COM.BR.**

SATO

SATO LEILÕES – (11) 4223-4343 – LEILÃO – Comitente vendedor: GONÇALVES INFORMÁTICA EIRELI, inscrito no CNPJ sob nº 33.447.451/0001-20 - Data: 15 de Maio de 2021 às 11:00. O leilão será realizado pela Leiloeira Oficial Sra. **Tatiana Hisa Sato** - JUCESP nº 817, online no site **www.satoleiloes.com.br.** EDITAL COMPLETO, CONDIÇÕES DE VENDA E PARTICIPAÇÃO DESTE LEILÃO ESTÃO DISPONÍVEIS EM NOSSO SITE **www.satoleiloes.com.br.**

D1LANCE.com

2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTOS/SP - J2787

Edital de Hasta Pública do(s) bem(ns) abaixo descrito(s) e intimação, expedido nos autos da: **AÇÃO:** Execução. **PROCESSO Nº:** 1001318-37.2018.8.26.0562. **EXEQUENTE:** Condomínio Rossi Mais Santos. **EXECUTADO:** Liepaja Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Construtora Rossi). **TERCEIROS:** Caixa Econômica Federal - CEF. Município de Santos/SP. **CREDOR HIPOTECÁRIO:** Caixa Econômica Federal - CEF O MM. Juiz de Direito que este subscreve, na forma da Lei (art. 879, II, CPC e Resolução 236/16-CNJ), *FAZ SABER* que a **D1LANCE LEILÕES** levará a público leilão o(s) bem(ns) abaixo descrito(s), conforme condições presentes neste edital e no site www.d1lance.com. **1ª PRAÇA:** De **21/05/21**(**15h00**) até **24/05/21**(**15h00**)-valor igual ou superior ao da avaliação; **2ª PRAÇA:** De **24/05/21**(**15h01m**) até **15/06/21**(**15h00**)-mínimo de ***50%*** do valor de 1ª Praça. **HORÁRIO:** Oficial de Brasília/DF. **CONDUTOR**[1]: D1Lance Leilões. **DESCRIÇÃO DO BEM:** O apartamento sob nº 21, localizado no 3º pavimento, da Torre A "Torre do Sol", na parte frontal do empreendimento denominado Rossi Mais Santos, situado na Avenida Dr. Haroldo de Camargo, nº 60, no Bairro Areia Branca, no perímetro urbano da Comarca de Santos/SP, possuindo a área privativa de 64,360m², a área comum de 43,538m², a área total construída de 107,898m², correspondendo uma fração ideal no terreno e das demais partes e coisas comuns do condomínio de 0,002780 do todo, confrontando sempre de quem posicionado na área comum, na parte central dos 2 acessos à respectiva torre, demarcados no projeto, olhar para a mesma, pela frente com área comum do condomínio, do lado esquerdo com hall social e apartamento de final 2, do lado direito com área comum do condomínio e nos fundos com apartamento de final 8. Com direito ao uso de 1 vaga de garagem, individual e indeterminada, destinada ao estacionamento de 1 veículo de passeio, pela ordem de chegada. Cadastro Municipal nº 41.173.002.015. Matrícula nº 86.831 do 1º CRI de Santos/SP. **ÔNUS:** Hipoteca em favor da Caixa Econômica Federal – CEF (Av.1-06/06/16 e Av.2-11/05/18); e Penhora em favor do Exequente (Av.3-03/07/19). **AVALIAÇÃO:** R$ 346.000,00 (em Set/20), que será devidamente atualizado na ocasião da disponibilização no site. **INTIMAÇÃO:** Ficam a(s) partes, executado(s), cônjuge(s), credor(es) fiduciário(s)/hipotecário(s)/preferencial(is), coproprietário(s), promitente(s) comprador(es), senhorio(s) direto(s), usufrutuário(s), credor(es) com garantia real ou com penhora(s) anteriormente averbada(s), terceiros e demais interessados, que não seja(m) de qualquer modo parte na presente ação, **INTIMADOS** das presentes designações, por esta via editalícia, na pessoa de seus representantes ou caso não sejam localizados para a intimação pessoal, bem como da penhora realizada em 11/06/18, não podendo, de forma alguma, posteriormente, alegar ignorância do contido neste edital. Não consta nos autos haver recursos ou causas pendentes de julgamento relativos ao feito . Será este edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei, o que suprirá eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos.

D1LANCE.com

1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTOS/SP - J2873

Edital de Hasta Pública do(s) bem(ns) abaixo descrito(s) e intimação, expedido nos autos da: **AÇÃO:** Cobrança (Cumprimento de Sentença). **PROCESSO Nº:** 0021503-16.2018.8.26.0562. **EXEQUENTE:** Condomínio Edifício Carolina. **EXECUTADOS:** Magos Empreendimentos Imobiliários Ltda. Benvida Bartolo. **TERCEIROS:** Instituto Nacional de Seguro Social – INSS (União Federal). Paulo Cesar de Lima Alves. Município de Santos/SP O MM. Juiz de Direito que este subscreve, na forma da Lei (art. 879, II, CPC e Resolução 236/16-CNJ), *FAZ SABER* que a **D1LANCE LEILÕES** levará a público leilão o(s) bem(ns) abaixo descrito(s), conforme condições presentes neste edital e no site www.d1lance.com. **1ª PRAÇA:** De **21/05/21**(**15h00**) até **24/05/21**(**15h00**)-valor igual ou superior ao da avaliação; **2ª PRAÇA:** De **24/05/21**(**15h00**) até **16/06/21**(**15h00**)-mínimo de ***50%*** do valor de 1ª Praça. **HORÁRIO:** Oficial de Brasília/DF. **CONDUTOR:** D1Lance Leilões, José Roberto Neves Amorim-JUCESP 1106 e Dannae Vieira Avila-JUCESP 941. **DESCRIÇÃO DO BEM:** O apartamento nº 13, localizado no 1º andar ou 2º pavimento do Edifício Carolina, que recebeu o nº 50 da Rua José Clemente Pereira, contendo 1 dormitório, sala, cozinha, banheiro, passagem e área de serviço com tanque, confrontando pela frente com o corredor de circulação do pavimento por onde tem sua entrada, de um lado com o apartamento de final 5, do outro lado com escadaria e nos fundos com o espaço da área de recuo lateral esquerda, tendo a área útil de 58,59m², área comum de 31,872m², no total de 90,462m², pertencendo-lhe tanto no terreno como nas demais partes comuns, uma fração ideal equivalente a 2,567% do todo, possuindo garagem coletiva destinada a guarda de automóveis. O terreno onde foi construído o prédio acha-se descrito e confrontado na especificação condominial registrada sob nº 2 da matrícula nº 31.094 deste cartório. Cadastro Municipal nº 54.045.032.003. Matrícula nº 36.656 do 3º CRI de Santos/SP. **ÔNUS:** Penhora em favor do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS (R.1-04/04/00); e Penhora em favor de Paulo Cesar de Lima Alves (Av.2-04/10/17). **PENHORA(S) NO ROSTO DOS AUTOS:** Em favor de Paulo Cesar de Lima Alves - proc. 1000443-97.2000.8.26.0562 - 12VC de Santos/SP. **AVALIAÇÃO:** R$ 352.968,77 (em Jan/21), que será devidamente atualizado na ocasião da disponibilização no site. **INTIMAÇÃO:** Ficam a(s) partes, executado(s), cônjuge(s), credor(es) fiduciário(s)/hipotecário(s)/preferencial(is), coproprietário(s), promitente(s) comprador(es), senhorio(s) direto(s), usufrutuário(s), credor(es) com garantia real ou com penhora(s) anteriormente averbada(s), terceiros e demais interessados, que não seja(m) de qualquer modo parte na presente ação, **INTIMADOS** das presentes designações, por esta via editalícia, na pessoa de seus representantes ou caso não sejam localizados para a intimação pessoal, bem como da penhora realizada em 15/10/11, não podendo, de forma alguma, posteriormente, alegar ignorância do contido neste edital. Não consta nos autos haver recursos ou causas pendentes de julgamento relativos ao feito. Será este edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei, o que suprirá eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos.

D1LANCE.com

1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTOS/SP - J2956

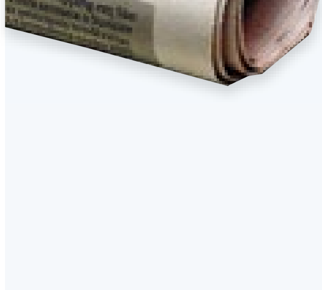
Edital de Hasta Pública do(s) bem(ns) abaixo descrito(s) e intimação, expedido nos autos da: **AÇÃO:** Extinção de Condomínio (Cumprimento de Sentença). **PROCESSO Nº:** 0010113-78.2020.8.26.0562. **EXEQUENTE:** Mute Participações Ltda. **EXECUTADOS:** Engeterpa Construções e Participações Ltda. Galícia Administração e Participações Ltda. **TERCEIRO:** Município de Santos/SP O MM. Juiz de Direito que este subscreve, na forma da Lei (art. 879, II, CPC e Resolução 236/16-CNJ), *FAZ SABER* que a **D1LANCE LEILÕES** levará a público leilão o(s) bem(ns) abaixo descrito(s), conforme condições presentes neste edital e no site www.d1lance.com. **1ª PRAÇA:** De **24/05/21**(**15h00**) até **24/05/21**(**15h00**)-valor igual ou superior ao da avaliação; **2ª PRAÇA:** De **24/05/21**(**15h00**) até **15/06/21**(**15h00**)-mínimo de ***50%*** do valor de 1ª Praça. **HORÁRIO:** Oficial de Brasília/DF. **CONDUTOR**[1]: D1Lance Leilões. **DESCRIÇÃO DO BEM:** Um terreno, situado na Av. Ana Costa, esquina com a Rua Azevedo Sodré, medindo 15,50m de frente para a Av. Ana Costa, por 52,50m da frente aos fundos, tendo nos fundos, a mesma medida da frente, dividindo do lado esquerdo (barra), com Floriano de Freitas Guimarães, do lado direito com a Rua Azevedo Sodré, e pelos fundos com o prédio nº 161, da mesma Rua Azevedo Sodré, perfazendo uma área de 813,75m². Dito terreno é objeto da unificação dos terrenos constantes da transcrição nº 80.030, conforme prova a Certidão nº 413/83, expedida em 29/11/1983, pela Prefeitura Municipal de Santos (Xerox autenticada pelo 18º Cartório de Notas de São Paulo) e petição de 07/10/1983 do interessado. Sobre o terreno, foi construído um prédio que recebeu o nº 489 da Av. Ana Costa (Av.1). Cadastro Municipal nº 65.028.024.000. Matrícula nº 20.800 do 3º CRI de Santos/SP. ***Informação do Oficial de Justiça, Avaliador ou Perito:*** Trata-se de um imóvel comercial de 500m² de área construída e conta com 18 vagas de garagem na lateral esquerda, ao longo da avenida Azevedo Sodré. Por muitos anos, foi alugado para agência bancária e nesse momento é sede administrativa do Porto Seguro. O imóvel possui dois andares. No andar térreo encontra-se uma sala ampla modulável, café, banheiros, sala de treinamento e sala de reunião. O acesso para o andar superior pode ocorrer por escadas ou elevador. No primeiro andar, há uma outra sala ampla que pode servir para múltiplos propósitos, banheiros e depósito. **AVALIAÇÃO:** R$ 13.930.000,00 (em Jan/21), que será devidamente atualizado na ocasião da disponibilização no site. **INTIMAÇÃO:** Ficam a(s) partes, executado(s), cônjuge(s), credor(es) fiduciário(s)/hipotecário(s)/preferencial(is), coproprietário(s), promitente(s) comprador(es), senhorio(s) direto(s), usufrutuário(s), credor(es) com garantia real ou com penhora(s) anteriormente averbada(s), terceiros e demais interessados, que não seja(m) de qualquer modo parte na presente ação, **INTIMADOS** das presentes designações, por esta via editalícia, na pessoa de seus representantes ou caso não sejam localizados para a intimação pessoal, não podendo, de forma alguma, posteriormente, alegar ignorância do contido neste edital. Não consta nos autos haver recursos ou causas pendentes de julgamento relativos ao feito . Será este edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei, o que suprirá eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos.

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2021 | 18:19:45 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 5AE8AFE7-7AA1-423E-B05A-82E1D9F06A3B

A leitura na medida certa.



ANUNCIE:
11. 3729-6600

3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A.

CNPJ/MF nº 08.145.855/0001-12

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços Patrimoniais	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Ativo circulante	**12.454**	**4.579**	**543.611**	**533.082**
Caixa e equivalentes de caixa	9.555	2.001	58.816	6.269
Contas a receber de clientes	39	39	243.735	214.905
Imóveis a comercializar	–	–	217.036	288.383
Adiantamento a fornecedor	–	70	41	99
Despesas antecipadas	35	–	56	21
Impostos e contribuições a recuperar	2.600	2.288	3.216	2.884
Outros ativos	225	181	20.711	20.521
Ativo não circulante	**792.706**	**733.665**	**194.269**	**150.547**
Contas a receber de clientes	–	–	17.371	3.749
Partes relacionadas	11.296	10.956	11.290	5.362
Deposito judiciais	81	109	4.659	4.612
Outros ativos	67.940	64.430	67.940	64.430
Investimentos	711.470	655.697	90.225	69.241
Imobilizado	1.688	2.026	2.553	2.706
Intangível	231	447	231	447
Total do ativo	**805.160**	**738.244**	**737.880**	**683.629**

	Controladora		Consolidado	
Passivo e Patrimônio Líquido	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Passivo circulante	**387.138**	**211.575**	**308.997**	**115.599**
Fornecedores	267	441	12.726	6.181
Empréstimos e financiamentos CP	130.869	–	130.869	–
Obrigações pela compra de terrenos	–	–	32.230	31.408
Impostos e contribuições a recolher	72	101	2.044	985
Provisão para distrato	–	–	10.594	9.139
Salários e encargos a pagar	1.705	1.887	1.705	1.897
Outros passivos	254.225	209.146	118.829	65.989
Passivo não circulante	**135.624**	**550.255**	**144.967**	**590.298**
Empréstimos e financiamentos LP	–	132.370	–	132.370
Partes relacionadas	80.626	398.793	62.238	381.796
Tributos diferidos	–	–	17.450	15.178
Provisão para contingências	4.677	433	46.943	41.217
Passivo a descoberto	49.207	17.039	1.553	–
Provisão para garantia	–	–	14.960	17.535
Outros passivos	1.114	1.620	1.823	2.202
Capital social	360.091	360.091	360.091	360.091
AFAC	352.183	12.570	352.183	12.570
Prejuízos acumulados	(429.876)	(396.247)	(429.876)	(396.247)
Patrimônio líquido negativo atribuível a acionistas da controladora	282.398	(23.586)	282.398	(23.586)
Participações de não controladores	–	–	1.518	1.318
Total Patrimonio líquido negativo	282.398	(23.586)	283.916	(22.268)
Total do passivo e patrimônio negativo	805.160	738.244	737.880	683.629

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**112.000**	**248.160**	**(317.298)**	**42.862**	**(1.844)**	**41.018**
Prejuizo do exercício	–	–	(78.949)	(78.949)	(23)	(78.972)
Adiantamento futuro aumento de capital	–	12.501	–	12.501	–	12.501
Integralização de capital	248.091	(248.091)	–	–	–	
Outras transações com não controladores	–	–	–	–	3.185	3.185
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**360.091**	**12.570**	**(396.247)**	**(23.586)**	**1.318**	**(22.268)**
Prejuizo do exercício	–	–	(33.629)	(33.629)	(8)	(33.637)
Adiantamento futuro aumento de capital	–	339.613	–	339.613		339.613
Outras transações com não controladores	–	–	–	–	208	208
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**360.091**	**352.183**	**(429.876)**	**282.398**	**1.518**	**283.916**

Demonstrações do Resultado	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Receita operacional líquida	**9.113**	**12.282**	**107.948**	**72.321**
Custos dos imóveis vendidos	–	–	(90.102)	(70.599)
Lucro bruto	9.113	12.282	17.846	1.722
Receitas (despesas) operacionais				
Com vendas	(757)	(1.310)	(45.429)	(1.567)
Gerais e administrativas	(20.631)	(16.399)	(56.604)	(37.281)
Resultado de equivalência patrimonial	(17.253)	(32.878)	3.552	(4.976)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.762	66	2.551	3.924
Prejuízo antes do resultado financeiro	(27.766)	(38.239)	(78.084)	(38.178)
Resultado financeiro				
Despesas financeiras	(5.955)	(40.864)	(5.059)	(40.042)
Receitas financeiras	64	124	53.597	2.622
	(5.891)	**(40.740)**	**48.538**	**(37.420)**
Prejuízo antes da provisão para o imposto de renda e CSLL	(33.657)	(78.979)	(29.546)	(75.598)
Imposto de renda e CSLL – corrente	–	–	(3.062)	(1.838)
Imposto de renda e CSLL – diferido	28	30	(1.029)	(1.536)
	28	**30**	**(4.091)**	**(3.374)**
Prejuízo do exercício	**(33.629)**	**(78.949)**	**(33.637)**	**(78.972)**
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	–	–	(33.629)	(78.949)
Participações de não controladores	–	–	(8)	(23)
Prejuízo líquido do exercício	(33.629)	(78.949)	(33.637)	(78.972)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Prejuízo do exercício	**(33.629)**	**(78.949)**	**(33.637)**	**(78.972)**
Resultado abrangente	(33.629)	(78.949)	(33.637)	(78.972)
Atribuível aos:				
Acionistas controladores		–	(33.629)	(78.949)
Participação dos não controladores		–	(8)	(23)
	–	**–**	**(33.637)**	**(78.972)**

Demonstrações dos fluxos de caixa	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Prejuízo antes dos imposto de renda e contribuição social	**(33.657)**	**(78.979)**	**(29.546)**	**(75.598)**
Depreciação	615	315	617	374
Amortizacao	216	212	216	185
Valor residual de intangiveis baixados	–	2	–	42
Equivalência patrimonial	17.253	32.878	(3.552)	4.976
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	–	–	(1.114)	84
Provisão para garantia	–	–	(2.575)	3.765
Provisão para contingências	4.244	(2.021)	5.726	(21.676)
Provisão para distrato	–	–	1.455	(6.110)
Provisão custo ou mercado imóveis a comercializar	–	–	(15)	(2.175)
Provisão juros	3.713	7.873	3.713	7.873
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	–	159	(41.338)	(3.712)
Adiantamento a fornecedores	70	(55)	58	(46)
Imóveis a comercializar	–	–	71.361	66.571
Despesas antecipadas	(34)	2	(35)	4
Deposito judicial	28	90	(47)	(2.747)
Impostos a recuperar	(284)	(169)	(332)	(57)
Outros ativos	(3.555)	(13.418)	(3.696)	(9.107)
Partes relacionadas	(340)	(1.547)	(5.928)	22.300
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Obrigações pela compra de terrenos	–	–	822	362
Fornecedores	(174)	(240)	6.545	(1.062)
Impostos e contribuições a recolher	(29)	(33)	1.588	1.330
Partes relacionadas a pagar	(11.526)	37.051	(12.917)	8.196
Salários e encargos a pagar	(182)	296	(192)	295
Pagamento de juros de empréstimos	(5.214)	(8.052)	(5.214)	(8.052)
Outros passivos	44.301	66.450	52.000	13.618
Caixa e equivalentes de caixa gerados pelas operações	15.445	40.814	37.600	(367)
Imposto de renda e CSLL pagos	–	–	(2.347)	(1.901)
Caixa e equivalentes de caixa gerados pelas operações	–	40.814	–	(2.268)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição do imobilizado e intangível	(5)	(67)	(5)	(41)
Aumento participação investimento	(40.858)	(47.004)	(15.879)	(13.985)
Caixa e equivalentes de caixa aplicado nas atividades de investimento	(40.863)	(47.071)	(15.884)	(14.026)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
AFAC	339.613	12.501	339.613	12.501
Pagamento de principal e juros de mútuo	(306.641)	(5.997)	(306.641)	–
Participação de não controladores	–	–	208	3.185
Caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades de financiamento	32.972	6.504	33.178	15.686
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	7.554	247	52.547	(608)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	2.001	1.754	6.269	6.877
No final do exercício	9.555	2.001	58.816	6.269
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	7.554	247	52.547	(608)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional – A 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A., pertencente ao Grupo NC, anteriormente denominada como ACS Incorporação S.A. ("Companhia"), foi constituída em 11/05/2006 na forma de sociedade anônima de capital fechado, sediada na Avenida José de Souza Campos, 753, Município de Campinas, no Estado de São Paulo, e tem como objetivo e como atividade preponderante a compra e venda de imóveis, desmembramento e loteamento de terrenos, incorporações imobiliárias, construções de imóveis destinados à venda, e a prestação de serviços de consultorias em assuntos relativos ao mercado imobiliário, pesquisa, lavra, beneficiamento e comercio de minerais, especialmente argilas, areias, pedras, pedregulhos e cerâmicas, participar como sócia quotista em outras sociedades, e serviços de escritório e apoio administrativo. A Companhia participa nas seguintes controladas e coligadas:

Controlada e coligada	Participação %
3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S/A	100,00%
3Z Lambda Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,16%
3Z Gama Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,85%
3Z Omicron Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%
3Z Barão Geraldo Empreendimentos Imobiliários Ltda.	87,86%
3Z Espaço Jardins Empreendimentos Imobiliários SPE I Ltda.	99,78%
3Z Santa Clara Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,47%
3Z Beta Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,91%
3Z Sigma Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,39%
3Z Delta Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,83%
3Z Omega Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,80%
3Z Sumaré Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98,55%
3Z Jacaranda Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,87%
3Z Jequitibá Empreendimentos Imobiliários Ltda.	70,00%
3Z Alpha Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,60%
3Z Jaguariuna Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,71%
3Z Tucuma Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,98%
3Z Carnauba Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,78%
3Z Lotus Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	100,00%
3Z Paris Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,98%
3Z Araca Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,94%
3Z Vista Encanto SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	97,05%
3Z Vista Solar SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%
3Z Vista Paisagem SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	90,32%
3Z Vista Mirante SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98,33%
3Z Vista Horizonte SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	92,09%
3Z Vista Brisa SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,98%
3Z Franz Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%
3Z Manaca Empreendimentos Imobiliários Ltda.	90,00%
3Z Vista Colina SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,45%
3Z Vista Alameda SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,52%
3Z Vista Aroma SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	97,70%
3Z Vista Harmonia SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	97,56%
3Z Vista Passeio SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98,09%
3Z Vista Recanto SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,94%
3Z Jaborandi Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,97%
Valimog Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%
3Z Inga Empreendimentos Imobiliários Ltda.	90,00%
3Z Jatobá Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,78%
3Z Vista Panorama SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,06%
3Z Vista Vereda SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98,48%
3Z Vista Cerrado SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98,96%
3Z Vista Araucaria SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%
Boulevard Viva Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda.	87,81%
ICS Engenharia, Arquitetura e Construções Ltda.	99,95%
3Z Ipanema Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,85%
3Z Vista Esplanada SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	98,80%
3Z Vista Bosque SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,93%
3Z Vista Pomar SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,92%
3Z Vista Plaza SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,48%
3Z Pitangueira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,98%
3Z Urbanismo I Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%
3Z Corretora de Bens Imobiliários Ltda.	99,96%
3z Tokio Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%
3Z Genebra Empreendimento Imobiliário Ltda.	99,99%
3Z Rio de Janeiro Empreendimento Imobiliário Ltda.	99,99%
3Z Campo Grande Empreendimento Imobiliário Ltda.	99,99%
Sainte Anne Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50,00%
3Z Botafogo Empreendimento Imobiliário Ltda.	99,99%
3Z Ouro Verde Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%
3Z Guanabara Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%
3Z São Francisco Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99%
Arborais	100%
Ferreira De Araújo Imobiliário SPE Ltda.	100%
Roberto Marinho Empreendimento Ltda.	100%
Reserva das Araucárias Imobiliário	35,00%
3Z Andrade Empreendimentos Imobiliários Ltda.	0,00%

Impactos à pandemia do Covid 19: Até o momento a Companhia observou alguns impactos em relação à pandemia do COVID-19 em suas operações. Esses impactos variaram de acordo com os segmentos de negócios da Companhia. Com a adoção do home office de forma temporária ou definitiva por parte das empresas, houve um aumento na demanda de loteamentos e casas no interior do Estado de São Paulo, onde foi observado o fomento do mercado imobiliário em busca de uma melhor qualidade de vida, resultando assim em um impacto positivo para a Companhia no que tange os negócios de loteamentos. No entanto também observamos um impacto negativo na inadimplência quando analisados os empreendimentos de baixo e médio padrão. Tal impacto ocorreu devido à alta do IGP-M em 2020 e pela perda da renda do público adquirente afetado pelos impactos da pandemia. Como plano de ação a Administração está analisando a carteira vencida, cliente a cliente, buscando renegociações dos contratos. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da UGC. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações contábeis. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações contábeis, as seguintes principais medidas foram tomadas incluindo as de cunho social: • Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de funcionários, como o objetivo de reduzir as despesas salariais no médio prazo; • Medida de prevenção do contágio entre os colaboradores, adotando o home office, afastando os que estão mais expostos ao grupo de risco, como mulheres grávidas, colaboradores com mais de 60 anos, entre outros. **2. Políticas contábeis adotadas – 2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis: 2.1.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31/12/2020 e 2019, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as normas, interpretações e orientações emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia, com base no § 6º, do artigo 177 da Lei nº 6.404/76 está adotando o ofício circular e, portanto, está observando integralmente as interpretações, orientações e normas contábeis emitidas pela CVM para fins de elaboração de suas demonstrações contábeis, com exceção à divulgação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVAs) aplicável somente para as companhias abertas de acordo com a NBC TG 09 – Demonstrações do Valor Adicionado. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas na reunião da diretoria, realizada em 29/03/2021, considerando os eventos subsequentes ocorridas até esta data, que tiveram impactos sobre as referidas demonstrações contábeis. **2.1.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. **2.2. Base de consolidação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas, consistentes com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla, ou não, outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa. As controladas foram consolidadas integralmente, com o respectivo cálculo da participação dos acionistas não controladores, incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza de cada conta, complementada com as eliminações de: **(a)** saldos de investimentos e do patrimônio líquido; **(b)** saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e **(c)** receitas e despesas, bem como lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas. **2.3. Principais práticas contábeis: a) Apuração e apropriação do resultado de incorporação e loteamento: (i)** Nas vendas a prazo de unidade concluída: no momento em que a venda é efetivada, independente do prazo de recebimento do valor contratual; e **(ii)** Nas vendas de unidades não concluídas, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15), a saber: As receitas de vendas, os custos de terrenos e de construção são apropriados ao resultado utilizando-se o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido confrontado em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos (POC), incluindo os custos de projetos e terreno. As receitas de vendas apuradas, conforme o item **(i)** acima, incluindo a atualização monetária, líquida das parcelas já recebidas, são contabilizadas como contas a receber. Valores recebidos e superiores às receitas contabilizadas são registrados como adiantamento de clientes e os juros pré-fixados, incidentes após a entrega das chaves, são apropriados ao resultado observando o regime de competência, independentemente de seu recebimento. **Orçamentos de obras:** Os custos orçados totais, compostos pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme a evolução das obras, e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia e de suas controladas de acordo com o método contábil utilizado. Os efeitos de tais revisões afetam o resultado prospectivamente. **Comissões sobre as vendas:** As comissões sobre vendas das unidades imobiliárias são encargos arcados pela entidade de incorporação imobiliária, as despesas incorridas são registradas no resultado na rubrica de "Despesas comerciais" (com vendas) no momento que são incorridas. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, quando aplicável e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. **c) Contas a receber de clientes e Perdas Esperadas para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)** Os saldos de contas a receber são apresentados ao valor presente e de realização, reconhecidos de acordo com o critério descrito na Nota Explicativa nº 4. Quando concluída a construção, a totalidade do contas a receber estará apropriado contabilmente sendo os juros e variações monetárias apropriados ao resultado financeiro quando auferidos, obedecendo ao regime de competência. Sua classificação como circulante é estruturada sobre sua projeção de realização financeira, sendo registrados como circulante as parcelas previstas a vencer para os próximos 12 meses de forma limitada aos montantes societários reconhecidos. Caso contrário, são demonstrados como não circulante. **d) Imóveis em construção:** No período de construção os imóveis são avaliados ao custo de construção ou aquisição, ou valor de mercado, dos dois, o menor. O custo dos imóveis é formado por gastos com: aquisição de terrenos, materiais, mão de obra aplicada e gastos com incorporação, bem como juros decorrentes dos financiamentos para produção. A Companhia adquire os terrenos para futuras incorporações, com condições de pagamento em moeda corrente, por meio da participação na receita do empreendimento ou por meio de permuta física, com o compromisso de entrega de unidades imobiliárias do empreendimento a ser desenvolvido nos respectivos terrenos ou em outros empreendimentos. A classificação entre circulante e não circulante é realizada com base na expectativa de lançamento dos empreendimentos imobiliários. A Companhia e suas investidas revisam anualmente o valor contábil dos imóveis a comercializar e terrenos para futuras incorporações, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar que seu valor realizável líquido é menor que o valor registrado. O critério dessa avaliação leva em consideração a expectativa de lançamento dos empreendimentos imobiliários, o fluxo de caixa projetado descontado e o valor de mercado dos imóveis. **e) Impostos e contribuições a recuperar:** A Companhia contém saldos de impostos a recuperar provenientes, substancialmente de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL), com a alíquota de 4,65% e Imposto de renda retido na Fonte (IRF), que varia entre 1% e 1,5%.Estas contribuições são relativas, principalmente, a serviços prestados por pessoas jurídicas. **f) Investimentos:** São representados por investimentos em empresas controladas e coligadas e avaliados pelo método de equivalência patrimonial no balanço individual, em decorrência da participação da Companhia. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora com exceção das empresas com administração externa. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as mesmas adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas e coligadas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável com a diferença entre o valor recuperável da controlada e coligada e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. A participação societária na controlada e coligada será apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas da controlada. **g) Imobilizado:** O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear e com base na vida útil estimada de cada bem, conforme taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 10.

	Vida útil estimada
Instalações	05
Máquinas e equipamentos	10
Equipamentos de informática	05
Móveis e utensílios	10

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. **h) Avaliação do valor recuperável dos ativos (exceto ágio)** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: **(i)** Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; **(ii)** Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; **(iii)** A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria; **(iv)** Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; **(v)** O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; **(vi)** Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo; condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **i) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). **j) Instrumentos financeiros:** Os ativos e os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: **(1)** ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; **(2)** ativos financeiros mantidos até o vencimento; **(3)** ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. **1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para este fim, principalmente, no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". **2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento –** Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. **3) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. **k) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos ativos e passivos. Subsequentemente, esses efeitos são realocados nas linhas de receita ou despesas financeiras, no resultado, por meio da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado. **l) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.4. Principais julgamentos e estimativas contábeis:** Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros. A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: **a) Provisões para contingências:** A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota Explicativa nº 17. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes onde uma provisão deve ser constituída quando: **(a)** A entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; **(b)** Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; **(c)** Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. **b) Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa:** É constituída quando existe expectativa de que o crédito não será realizado. A constituição é realizada com base em política interna, a qual leva em consideração os títulos de contas a receber vencidos há mais de 120 dias, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 4. Diante desta análise, deve-se aplicar sobre a base o valor da tabela de vendas, e sobre tal valor aplicar a taxa de desconto praticada pelo departamento Comercial, a taxa média das comissões e alíquotas de impostos de acordo com cada regime de tributação. Com base em tal cálculo, teremos o valor realizável líquido. Com base nas informações obtidas com a aplicação das regras, deve-se avaliar os valores em aberto por cliente x o valor líquido realizável. Se o valor líquido realizável for superior ao valor em aberto no contas a receber do cliente, não é necessário constituir provisão, caso o valor seja inferior, a diferença de valor deverá ser provisionada. **c) Provisão para distrato:** As provisões para distrato foram constituídas por deliberação da administração, conforme Nota Explicativa nº 15, onde classifica os contratos em aberto há mais de 120 dias na carteira de inadimplentes. Do valor líquido recebido em caixa, por contrato, calcula-se um percentual do valor recebido da unidade distratada, ao cliente em questão, onde o percentual de devolução é avaliado trimestralmente, de acordo com a base histórica praticada pela 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A. **d) Provisão para garantia:** As provisões para garantia são calculadas utilizando o percentual de 3% sobre o valor das vendas, considerando o período de 05 anos após a entrega da obra pela construtora, como descrito na Nota Explicativa nº 18. O percentual utilizado foi calculado com base na prática adotada atualmente pelo mercado. **e) Provisão de custo ao mercado:** A provisão de custo ao mercado consiste quando o ativo está desvalorizado e seu valor contábil excede seu valor recuperável (venda). Sendo assim, o valor dos estoques deve ser registrado contabilmente pelo menor valor entre o custo e o preço de venda. O cálculo da provisão consiste em avaliar o valor médio de venda por unidade, considerando as dez últimas vendas do empreendimento em questão, com o valor de venda realizável, comparando com o saldo de imóveis a comercializar registrado em sistema, onde diante deste cenário, a provisão é constituída quando o saldo de imóveis a comercializar registrado na contabilidade é maior que o valor de venda realizável. Caso contrário, a provisão não é constituída. **2.5. Novas normas contábeis – novas e alterações/atualizações ocorridas:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 – Contratos de seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 – Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 01/01/2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 01/01/2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Grupo avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **2.6. Gestão de riscos e instrumentos financeiros: a) Considerações gerais e políticas:** A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos. A classificação depende da finalidade para qual foram adquiridos. A Administração determina sua classificação no seu reconhecimento inicial. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia. A Companhia reconhece recebíveis inicialmente na data em que foram faturados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **Caixa e equivalente de caixa:** Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados nas obrigações de curto prazo. **Aplicações financeiras:** De acordo com a política de Aplicações Financeiras estabelecida, a Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, segundo avaliação do rating de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o rating e percentual máximo do patrimônio líquido do banco. **Ativos financeiros a custo amortizado:** São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. Os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias: **Outros passivos financeiros:** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11. **b) Gestão de risco financeiro: Fatores de risco financeiro:** As atividades da companhia o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa. **b.1) Risco de mercado:** A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros. **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companha decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras. **b.2) Risco de crédito:** A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Consideram baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Fidelcino Vieira Vianna – Diretor Administrativo
Wagner A. Nilo Paschoal – Contador CRC 1SP 145.242/O-5

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0008043-82.2021.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 19ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). CAMILA RODRIGUES BORGES DE AZEVEDO, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **DROGARIAS DROGAVERDE LTDA** , 43.565.894/0001-70 que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por **AMERICA NET LTDA**. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO** por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pague a quantia de R$58.244,88, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 07 de abril de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1010620-60.2017.8.26.0066. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro de Barretos, Estado de São Paulo, Dr(a). Cláudio Bárbaro Vita, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **MONTE OLIMPO CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA.**, CNPJ 17.343.490/0001-21, com último endereço na Rua 26, nº 1982, sala 01, Bairro Aeroporto, Barretos/SP, CEP 14.783-232, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de **PASHAL LOCADORA DE EQUIPAMENTOS LTDA**, CNPJ 11.367.431/0001-07, alegando em síntese: Ser Pashal Locadora de Equipamentos Ltda credor(a) de Monte Olimpo Construção e Comércio Ltda, da quantia equivalente a R$ R$ 294.216,51, conta datada de 02/09/2020, representado por contrato de locação de móveis nº 3760.8.16.11 (DOC. Nº C-001 a C-014), ficando CITADA a parte executada, no prazo de 03 (três) dias, pagar(em) a dívida no valor de R$ R$ 294.216,51, que deverá ser atualizada até a data do efetivo pagamento, acrescida dos honorários advocatícios da parte exequente arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito, conforme pedido inicial. Caso o(a)(s) executado(a)(s) efetue o pagamento no prazo acima assinalado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade (art. 827, § 1º, do Código de Processo Civil), conforme r. decisão de seguinte teor: "Cite-se o executado, acima mencionado, por todo o conteúdo da petição inicial, para, no prazo de 03 dias, efetuar o pagamento da dívida, acrescida das cominações legais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor do débito atualizado. No caso de integral cumprimento no prazo legal, a verba honorária será reduzida da metade, nos termos do art.827, §1º, do Código de Processo Civil. Não efetuado o pagamento, proceda ao Senhor Oficial de Justiça à imediata penhora de bens e sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto, intimando-se na mesma oportunidade o(a) executado(a).Cientifique-se o executado de que o prazo para embargos é de 15 dias e será contado da data da juntada aos autos do mandado de citação, independentemente de penhora, depósito ou caução.Incidindo a penhora sobre bem imóvel, providencie o exeqüente o registro no cartório competente, expedindo a serventia à respectiva certidão.Alternativamente, no lugar dos embargos, mediante o depósito de trinta por cento do valor total executado, poderá ser requerido o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês. Não sendo encontrado o devedor, diligencie o Senhor Oficial de Justiça nos termos do artigo 830 do Código de Processo Civil.Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei". Encontrando-se a parte requerida em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, pague a dívida ou apresente defesa no prazo de 15 dias, que fluirão após o decurso do prazo do presente edital. Não sendo apresentada defesa, a parte requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de Barretos, aos 15 de Abril de 2021

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1003527-89.2019.8.26.0223. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro de Guarujá, Estado de São Paulo, Dr(a). Gustavo Gonçalves Alvarez, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Alexssandra Ferreira, CPF 355.945.298-88, que lhe foi proposta uma ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária por parte de Itaú Unibanco S.A, relativa ao veículo marca Hyundai, modelo Santa Fé 35, preto, ano 2010, placa ADT1227, Renavam 00256844364, chassi KMHSH81GDBU642729, apreendido em 26/02/2020, haja vista o inadimplemento da cédula de crédito nº 30759-142349893. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 05 dias, pague a integralidade da dívida pendente, podendo, no prazo de 15 dias, oferecer resposta, ambos a fluir após o decurso do prazo de 20 dias deste edital. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de Guarujá, aos 11 de março de 2021.

Buy4 Processamento de Pagamentos S. A.

CNPJ: nº 16.569.357/0001–25

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços patrimoniais		
Ativo	**2020**	**2019**
Ativo circulante	**37.588**	**18.174**
Caixa e equivalentes de caixa	33.495	10.113
Impostos a recuperar	3.987	7.952
Despesas antecipadas	30	–
Outros ativos	76	109
Ativo não circulante	**79.266**	**76.912**
Contas a receber de partes relacionadas	30.080	6.695
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.503	28.209
Outros ativos	19	–
Investimentos	21.806	36.670
Imobilizado	105	144
Intangível	3.753	5.194
Total do ativo	**116.854**	**95.086**
Passivo e Patrimônio líquido	**2020**	**2019**
Passivo circulante	**8.417**	**6.816**
Fornecedores	73	1.170
Salários e encargos sociais	3.651	2.346
Impostos a recolher	1.142	3.300
Dividendos a pagar	3.551	–
Passivo não circulante	**8.729**	**2.532**
Contas a pagar a partes relacionadas	221	87
Salários e encargos sociais	8.319	2.167
Provisão para riscos processuais	189	278
Patrimônio líquido	**99.708**	**85.738**
Capital social	149.554	149.554
Reserva de capital	34.237	30.665
Prejuízos acumulados	(84.083)	(94.481)
Total do passivo e do patrimônio líquido	**116.854**	**95.086**

Demonstrações dos resultados	2020	2019
Receita de serviços	106.665	43.415
Custos dos serviços prestados	(17.074)	(6.605)
Lucro bruto	**89.591**	**36.810**
Despesas administrativas	(11.270)	(30.723)
Despesas de vendas	22	(22)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(9.541)	(592)
Despesas operacionais	**(20.789)**	**(31.337)**
Receita financeira	545	399
Despesa financeira	(260)	(229)
Perda com investimentos em coligadas	(32.649)	(17.452)
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	**36.438**	**(11.809)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(17.156)	(2.093)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.706)	2.197
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**14.576**	**(11.705)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2018	**38.554**	**25.689**	**(82.776)**	**(18.533)**
Aumento de capital	111.000	–	–	111.000
Pagamento baseado em ações	–	4.976	–	4.976
Prejuízo do período	–	–	(11.705)	(11.705)
Saldos em 31/12/2019	**149.554**	**30.665**	**(94.481)**	**85.738**
Pagamento baseado em ações	–	3.572	–	3.572
Juros sobre o capital próprio distribuídos	–	–	(4.178)	(4.178)
Lucro líquido do exercício	–	–	14.576	14.576
Saldos em 31/12/2020	**149.554**	**34.237**	**(84.083)**	**99.708**

Demonstrações dos fluxos de caixa	2020	2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**14.576**	**(11.705)**
Ajustes ao lucro líquido (prejuízo):		
Depreciação e amortização	1.138	2.386
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.706	(2.197)
Perda com investimentos em coligadas	32.649	17.452
Resultado financeiro, líquido	–	(8)
Provisão para riscos processuais	(85)	278
Remuneração baseada em ações	3.572	4.976
Perda (ganho) na baixa e alienação de bens	342	–
Variações nos Ativos e Passivos:		
Contas a receber de partes relacionadas	(23.385)	(4.034)
Impostos a recuperar	3.155	(4.307)
Despesas antecipadas	(30)	–
Contas a receber e outros ativos	14	122
Fornecedores	(1.097)	773
Contas a pagar a partes relacionadas	134	(111.886)
Impostos a recolher	15.836	6.818
Salários e encargos sociais	7.457	3.155
Provisão para contingências	(4)	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	(17.184)	(3.514)
Caixa líquido das atividades operacionais	**41.794**	**(101.691)**
Aquisições de ativo imobilizado	–	(69)
Aumento de capital em controladas e coligadas)	(17.785)	–
Caixa líquido das atividades de investimento	**(17.785)**	**(69)**
Aumento de capital	–	111.000
Pagamento de dividendos	(627)	–
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(627)**	**111.000**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	**23.382**	**9.240**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	10.113	873
Saldo final de caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	33.495	10.113
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	**23.382**	**9.240**

A Diretoria

Contador: Carlos Eduardo Mansuelli Fornereto - CRC 1SP 266.728/O-8

O Relatório da Administração e as Notas Explicativas encontram-se à disposição na sede da Companhia

EDITAL DE CITAÇÃO PROCESSO Nº 0072242-31.2012.8.26.0100. PRAZO DE 20 DIAS. A MM. Juíza de Direito da 18ª Vara Cível, do Foro Central da Capital/SP, Dra. Gisele Valle Monteiro da Rocha, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a **JUSSARA COSTA BARBOSA DOS SANTOS PINHEIRO**, CPF 051.897.077-92, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de **GORDOS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME,** objetivando o recebimento de R$1.030,95 (Nov/2012), oriundos dos cheques nºs. 900035, 900034 e 900036, no valor de R$ 283,00 cada, sacados contra a CEF e devolvidos por falta de fundos. Encontrando-se a requerida em lugar ignorado, CITADA fica, fica, para que, em 15 dias, a fluir do prazo supra, pague o débito atualizado (ficando isenta de custas e honorários) ou embargue a ação, sob pena de constituir-se de pleno direito, o título executivo judicial, nomeando-se curador(a) Especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. São Paulo, aos 07 de abril de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 4027714-59.2013.8.26.0114. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro de Campinas, Estado de São Paulo, Dr(a). Ricardo Hoffmann, na forma da Lei, etc. Faz Saber a **EMBALAFIX EMBALAGENS LTDA**, **COLAPEL EMBALAGENS LTDA ME** e **FITAX COMÉRCIO DE PRODUTOS E SISTEMAS DE EMBALAGENS LTDA**, que lhes foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de **KORETECH SISTEMAS LTDA**, para cobrança de R$10.102,23 (Outubro/13), referente a débitos de notas fiscais juntada aos autos. Estando as executadas em lugar incerto e ignorado, expede-se edital, para que em 3 dias, pague a dívida, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados em 10% a contar da citação. (Em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade) ou querendo, oferecer Embargos à Execução, em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (Art. 344 do NCPC). Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de Campinas-SP.

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2021 | 18:19:52 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

INSTITUTO SOCIAL DE SAÚDE SÃO LUCAS - CNPJ 96.295.654/0001-69

ISSSL

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 - *Em Reais*

ATIVO	Nota	2020	2019
CIRCULANTE			
Caixa geral - sem restrição	3	329.562	92.625
Empréstimos a terceiros		210.516	62.166
Estoques	4	107.841	-
Outros ativos circulantes		25.423	1.105
Subvenções a Receber		583.824	-
Total do ativo circulante		**1.257.166**	**155.896**
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado - sem restrição	5	150.795	99.979
Total do não ativo circulante		**150.795**	**99.979**
TOTAL DO ATIVO		**1.407.961**	**255.875**

PASSIVO	Nota	2020	2019
CIRCULANTE			
Fornecedores		105.757	-
Obrigações Tributárias	8	96.044	26.434
Obrigações Trabalhistas		178.837	85.518
Empréstimos	6	222.949	6.578
Receitas diferidas		107.841	-
Outros passivos circulantes		-	753
Subvenções a Realizar	9	510.596	-
Total do passivo circulante		**1.222.024**	**119.283**
NÃO CIRCULANTE			
Parcelamento de Tributos	7	27.807	35.061
Total do passivo não circulante		**27.807**	**35.061**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio líquido		158.130	101.531
Total do patrimônio líquido		**158.130**	**101.531**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO		**1.407.961**	**255.875**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 - *Em Reais*

	Nota	2020	2019
RECEITAS			
Receita de gestão Pública		785.887	687.213
Contrato de Gestão	10	1.214.403	-
Receita de Atividade de Saúde	12	50.000	-
(-) Repasse destinado estoque		(107.841)	-
Doações	11	185.971	93.792
Financeiras		41	283
Total de receitas		**2.128.461**	**781.288**
DESPESAS			
Com pessoal e encargos		(1.080.576)	(713.256)
Serviços de terceiros		(305.195)	-
Medicamentos e materiais		(129.152)	-
Administrativas e gerais		(478.543)	(10.795)
Financeiras		(78.044)	(33.205)
Total das despesas		**(2.071.510)**	**(757.256)**
Superávit/(Déficit) do exercício		**56.951**	**24.032**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 - *Em Reais*

	Superávit (Déficit) Acumulado	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**77.519**	**77.519**
Superávit (Déficit) do exercício	24.032	24.032
Ajustes de exercícios anteriores	(19)	(19)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**101.532**	**101.532**
Superávit (Déficit) do exercício	56.951	56.951
Ajustes de exercícios anteriores	(353)	(353)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**158.130**	**158.130**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 - *Em Reais*

Fluxo de Caixa Originados de:	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Recursos Recebidos	2.127.174	702.298
Entidades Governamentais	1.141.176	-
Entidades Privadas	864.888	654.285
Doações e Contribuições Voluntárias	120.090	35.000
Próprios	-	-
Rendimentos Financeiros	1.020	2
Outros	-	13.011
Pagamentos Realizados	**(1.890.236)**	**(733.522)**
Aquisição de Bens e Serviços - Programas (atividades) Executados	-	-
Salários e Encargos Sociais do Pessoal Administrativo	(578.461)	(375.665)
Contribuições Sociais, Impostos e Taxas	(301.394)	(180.036)
Outros pagamentos	(1.010.381)	(177.821)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	**236.938**	**(31.224)**
Fluxo de Caixa das Atividades Investimento	**-**	**-**
Recursos Recebidos pela Venda de Bens	-	-
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados	-	-
Aquisição de Bens e Direito para o Ativo	-	-
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	**-**	**-**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	**-**	**-**
Recebimento de Empréstimos	-	13.714
Outros Recebimentos por Financiamentos	-	-
Pagamentos de Empréstimos	-	(17.000)
Pagamentos de Arrendamento Mercantil	-	-
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	**-**	**(3.286)**
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	**236.938**	**(34.510)**
	92.624	58.115
Caixa e equivalentes no início do período	329.562	92.625
Caixa e equivalentes no fim do período		
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 - *Em Reais*

1. Contexto Operacional: O **INSTITUTO SOCIAL DE SAÚDE SÃO LUCAS** é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza filantrópica constituída juridicamente em 05/11/1993, com o estatuto devidamente registrado no Registro das Pessoas Jurídicas Comarca de Cotia - SP. Sua administração é dirigida pela Assembleia Geral, Conselho de Administração, Superintendência Geral e Conselho Fiscal. Dentre seus objetivos, o Instituto São Lucas prevê em seu Estatuto Social (Capitulo II, artigo 4º) promover e prestar atividades assistenciais, de natureza médico-hospitalar, diagnóstica e/ou ambulatorial, Programa de Saúde da Família (PSF), e gestão, no âmbito da saúde, bem como promover a aquisição e distribuição de medicamentos e materiais médico-hospitalares para o cumprimento de contratos de gestão, com o objetivo de atender toda população, sem distinção de nacionalidade, cor, sexo ou religião. Promover e incentivar o desenvolvimento, a pesquisa e a capacitação de recursos humanos na área da saúde em diversos níveis. Apoiar a investigação científica na área das ciências da saúde, bem como contribuir para a excelência dos profissionais da referida área. Firmar convênios e ajustes congêneres com outras instituições, de natureza pública ou privada, de ensino, pesquisa ou assistência a saúde, prestar serviços e consultorias, desenvolver, assessorar e gerenciar serviços, unidades e sistemas de saúde. **Unidade Gerenciada -** Em 16 de setembro de 2020 foi celebrado o contrato de gestão nº 0238/2020 entre a Prefeitura Municipal de Arenápolis e o Instituto Social de Saúde São Lucas, o presente contrato tem por objeto a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde ofertados aos municípios. O contrato de Gestão possui o prazo de 90 dias de vigência, com valor global estimado de R$ 1.725.000. **1.1 Nome empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada: ISSSL -** Instituto Social de Saúde São Lucas, Rua Glicerio Martins Pinto, 507, Bairro CENTRO - Arenápolis - Mato Grosso - CEP 78420-000 - CNPJ: 96.295.654/0002-40 **2. Apresentações das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade - ITG 2002 (R1), especifica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras. **Resumo das Principais Práticas Contábeis: a) Moeda funcional e de apresentação:** As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. **b) Apuração de receitas e despesas do exercício:** As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais. **c) Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. **d) Instrumento financeiros:** Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos. **e) Ativos circulantes e não circulantes: Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa. **Aplicações financeiras:** São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **Estoques:** O método de avaliação de estoques é o da média ponderável móvel e, em geral, compreendem os materiais de utilização na operação da Entidade (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo, etc.). **Imobilizado:** Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens. **Redução ao valor recuperável:** O ativo imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2020. **f) Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem simultaneamente uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. **g) Gratuidades em Saúde:** Estão demonstradas conforme legislação vigente lei nº 12.101/09 e alterações e decreto nº 7.237/10 revogado pelo decreto nº 8.242/14. **h) Doações e subvenções específicas:** As doações para projetos específicos são registradas no passivo circulante e revertidas integralmente em projetos de pesquisas e ações sociais da Sociedade, quando então são registradas ao resultado para custeio das despesas ou para aquisições de ativos imobilizados. As doações não específicas, destinadas ao custeio normal das operações, são registradas diretamente no resultado como receita de doações. **I) Aplicação de recursos:** Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

3. Caixa e Equivalente de Caixa:

	2020	2019
Caixa	208.870	92.625
Bancos Conta Movimento	120.692	-
Total	**329.562**	**92.625**

4. Estoques:

	2020	2019
	107.841	-
Total	**107.841**	-

5. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado de gestão pública, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado. **Depreciação:** A depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado, é contabilizado em contrapartida o passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil econômica dos bens de gestão pública.

6. Empréstimos:

Instituição	2020 Passivo Circulante	2020 Passivo Não Circulante	2019 Passivo Circulante	2019 Passivo Não Circulante
Empréstimo Bancário	210.949	-	6.578	-
Empréstimos de Terceiros	12.000	-	-	-
Total	**222.949**	**-**	**6.578**	**-**

7. Parcelamentos:

	2020 Passivo Circulante	2020 Passivo Não Circulante	2020 Total	2019 Passivo Circulante	2019 Passivo Não Circulante	2019 Total
Parcelamento Federais e Previd.	-	27.807	27.807	-	35.061	35.061
Outros						
Total	**-**	**27.807**	**27.807**	**-**	**35.061**	**35.061**

8. Obrigações Tributárias:

	2020	2019
Impostos e Contribuições a Recolher Arenápolis	29.789	-
Impostos e Contribuições a Recolher Matriz	66.255	26.434
Outras Obrigações a Recolher	-	-
Total	**96.044**	**26.434**

9. Subvenções à Realizar: Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está contabilizando os valores decorrentes de Subvenção e Assistência Governamentais, conforme abaixo:

	2020	2019
Subvenções	510.596	-
Total	**510.596**	**-**

10. Contrato de Gestão:

	2020	2019
Contrato Arenápolis	1.214.403	-
Total	**1.214.403**	**-**

11. Doações:

	2020	2019
Doações	185.971	93.792
Total	**185.971**	**93.792**

12. Receita de Atividades de Saúde:

	2020	2019
Receitas de Subvenções Especificas	50.000	-
Total	**50.000**	**-**

13. Aplicação - Contrato de Gestão:

	2020	2019
Despesas com Pessoal - Arenápolis	226.564	-
Despesas com Pessoal - Matriz	854.011	714.687
Serviços de Terceiros - Arenápolis	305.195	-
Despesas Administrativas - Matriz	34.237	9.364
Despesas Administrativas - Arenápolis	444.305	-
Total	**1.864.312**	**724.051**

14. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros estão apresentados no balanço patrimonial pelos valores de custo, acrescidos das receitas auferidas e despesas incorridas, os quais se aproximam dos valores de mercado. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e estabelecimento de sistemas de controles. A Entidade não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e, tampouco, possui em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **15. Ajustes de Exercícios Anteriores:** O ajuste de exercícios anteriores é composto pela reversão de férias e encargos (provisões derivadas de apropriações por competência). O valor correspondente a retificação será lançada, conforme o caso, a débito ou a crédito da conta de "Superávit/Déficit Acumulados", os ajustes são aqueles resultantes de efeitos na retificação a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

	2020	2019
Ajustes de exercícios anteriores	353	19
Total	**353**	**19**

Litana Grasiela dos Santos Alves
Presidente

Vanessa da Silva Laurindo Mota
Contadora - CT CRC: 1SP238505/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos administradores do **Instituto Social de Saúde São Lucas -** CNPJ 96.295.654/0001-69. Cotia - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do INSTITUTO SOCIAL DE SAÚDE SÃO LUCAS - CNPJ 96.295.654/0001-69, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO SOCIAL DE SAÚDE SÃO LUCAS - CNPJ 96.295.654/0001-69, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme nota explicativo nº 01, em 16 de setembro de 2020 foi celebrado o contrato de gestão nº 0238/2020 entre a Prefeitura Municipal de Arenápolis e o Instituto Social de Saúde São Lucas, o presente contrato tem por objeto a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde ofertados aos municípios. O contrato de Gestão possui o prazo de 90 dias de vigência, com valor global estimado de R$ 1.725.000. **Outros assuntos:** As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 apresentadas para fins de comparação não foram auditadas por nós ou outros auditores independentes, consequentemente não estamos emitindo opinião em relação ao exercício anterior. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de abril de 2021.

A leitura na medida certa.

ANUNCIE:
11. 3729-6600

Athon Holding S.A.

CNPJ nº 14.703.916/0001-12

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

Balanços patrimoniais	Controladora 2020	Controladora 2019	Controladora 2019	Controladora 2018
Ativo/Circulante	839	11	11	2
Caixa e equivalentes de caixa	368	1	1	–
Clientes				
Impostos a recuperar	469	8	8	–
Outros créditos	2	2	2	2
Não circulante				
Aplicação financeira - Scrow	–	–	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	–
Partes relacionadas	12.597	3.450	3.450	–
	12.597	**3.450**	**3.450**	**–**
Investimento	1.046			
Imobilizado	396	636	636	264
Intangível	185	–	–	–
	1.627	**636**	**636**	**264**
	14.224	**4.086**	**4.086**	**264**
Total do ativo	**15.063**	**4.097**	**4.097**	**266**

Balanços patrimoniais	Controladora 2020	Controladora 2019	Controladora 2019	Controladora 2018
Passivo/Circulante				
Fornecedores	–	131	131	–
Obrigações tributárias	–	7	7	–
Outras contas a pagar	–	–	–	6
Mútuos com partes relacionadas	9.927	434	434	279
	9.927	**572**	**572**	**285**
Não circulante				
Mútuos com partes relacionadas	–	2	2	2
	–	**2**	**2**	**2**
Patrimônio líquido				
Capital social	5.136	3.602	3.602	2
Lucros/Prejuízos acumulados	–	(79)	(79)	(23)
	5.135	**3.523**	**3.523**	**(21)**
Total do passivo e patrimônio líquido	**15.063**	**4.097**	**4.097**	**266**

Demonstrações dos resultados	Controladora 2020	Controladora 2019	Controladora 2019	Controladora 2018
Receitas/(despesas) operacionais				
Gerais, comerciais e administrativas	43	(119)	(119)	(11)
Resultado financeiro, líquido	33	64	64	(10)
Resultado antes do IR e CS	**76**	**(55)**	**(55)**	**(21)**
Lucro líquido do exercício	**76**	**(55)**	**(55)**	**(21)**

Demonstrações dos resultados abrangentes	Controladora 2020	Controladora 2019	Controladora 2019	Controladora 2018
Lucro líquido do exercício	76	(55)	(55)	(21)
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	**76**	**(55)**	**(55)**	**(21)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital social	AFAC	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**2**	**–**	**(2)**	**–**
Lucro/Prejuízo do exercício	–	–	(21)	(21)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**2**	**–**	**(23)**	**(21)**
Aporte de capital acionista		3600		3.600
Lucro/Prejuízo do exercício	–	–	(55)	(55)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**2**	**3.600**	**(78)**	**3.524**
Aumento de capital	3.600	(3.600)	–	–
Parcela cindida para Athon Energia S.A.	(3.600)	–	–	(3.600)
Ajuste exercício anteriores	–	–	2	2
Incorporação parcela cindida Athon Energia S.A.	5.134	–	–	5.134
Lucro/Prejuízo do exercício	–	–	76	76
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**5.136**	**–**	**–**	**5.136**

Demonstrações dos fluxos de caixa	Controladora 2020	Controladora 2019
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	76	(55)
Ajustes que não afetam o caixa		
	76	**(55)**
(Aumento) redução das contas do ativo		
Impostos a recuperar	(461)	(8)
Outros créditos	2	2
Aumento (redução) das contas do passivo		
Fornecedores	(131)	131
Salários e encargos sociais	–	–
Obrigações tributárias	(7)	–
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	**(521)**	**70**
Das atividades de investimentos		
Partes relacionadas	(9.147)	(3.450)
Investimento em participações societárias	(1.046)	–
Adições ao imobilizado e intangível	56	(373)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	**(10.137)**	**(3.823)**
Das atividades de financiamentos		
Partes relacionadas	9.491	154
AFAC Integralização	(3.600)	3.600
Incorporação parcela cindida Athon Energia S.A.	5.134	–
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**11.025**	**3.754**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**367**	**1**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	1	–
No final do período	368	1
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**367**	**1**

A Diretoria

Contadora: Elizangela Lima de Jesus - CRC: 1SP304484 /O-2

Agro-Pecuária LEB Ltda. - CNPJ 07.757.712/0001-07

Relatório da Administração

Senhores Sócios Quotistas: Em cumprimento às disposições legais e societárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020, ficando esta Diretoria ao vosso inteiro dispor, para quaisquer esclarecimentos.

São Paulo - SP, 26 de abril de 2021.

Balanço Patrimonial em 31/12/2020 - Consolidado (Em milhares de reais)

ATIVO	Consolidado 2020	Consolidado 2019	Controladora 2020	Controladora 2019
Circulante	**680.701**	**388.865**	**152.180**	**68.791**
Caixa e equivalentes de caixa	191.453	300.928	151.814	68.713
Contas a receber e outros recebíveis	475.515	74.459	-	-
Estoques	13.060	13.060	-	-
Impostos a recuperar	673	418	366	78
Não circulante	**78.115**	**495.350**	**569.828**	**754.348**
Contas a receber e outros recebíveis	10.000	436.932	-	50.000
Depósitos judiciais	996	996	-	-
Investimentos	67.119	57.422	569.828	704.348
Total do ativo	**758.816**	**884.215**	**722.008**	**823.139**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Consolidado 2020	Consolidado 2019	Controladora 2020	Controladora 2019
Circulante	**33.092**	**57.217**	**213**	**70**
Fornecedores e outras contas a pagar	-	1.517	-	-
Impostos e contribuições a recolher	33.092	55.700	213	70
Não circulante	**153.926**	**103.926**	**150.000**	**100.000**
Fornecedores e outras contas a pagar	3.926	3.926	-	-
Dividendos a pagar	150.000	100.000	150.000	100.000
Patrimônio líquido	**571.798**	**723.072**	**571.795**	**723.069**
Capital social	11.469	11.469	11.469	11.469
Lucros acumulados	560.326	711.600	560.326	711.600
Total do patrimônio líquido atribuído aos controladores	**571.795**	**723.069**	**571.795**	**723.069**
Participação de não controladores	3	3	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	**758.816**	**884.215**	**722.008**	**823.139**

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrmônio Líquido (Em milhares de reais)

	Capital social	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Participação de quotistas não controladores	Total
Em 31 de dezembro de 2018	11.469	97.394	108.863	1	108.864
Distribuição de lucros	-	(387.001)	(387.001)	-	(387.001)
Resultado do exercício	-	1.001.207	1.001.207	2	1.001.209
Em 31 de dezembro de 2019	11.469	711.600	723.069	3	723.072
Distribuição de lucros	-	(217.999)	(217.999)	-	(217.999)
Resultado do exercício	-	66.725	66.725	-	66.725
Em 31 de dezembro de 2020	11.469	560.326	571.795	3	571.798

Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2020 - Consolidado (Em milhares de reais)

	Consolidado 2020	Consolidado 2019	Controladora 2020	Controladora 2019
Operações continuadas				
Receita operacional líquida	4.679	1.043.788	-	-
Custo dos produtos vendidos	-	(7.269)	-	-
Lucro bruto	4.679	1.036.519	-	-
Despesas operacionais				
Despesas administrativas e gerais	(975)	(1.331)	(159)	(226)
Outras despesas operacionais líquidas	(1.711)	(17.867)	(117)	-
Lucro (prejuízo) operacional	1.993	1.017.321	(276)	(226)
(Despesas) Receitas financeiras				
Receitas financeiras	47.778	15.393	2.131	398
Despesas financeiras	(4)	(3.405)	(1)	-
Participação nos resultados das empresas investidas por equivalência patrimonial	20.197	7.396	65.480	1.001.163
Resultado antes dos impostos	69.964	1.036.705	67.334	1.001.335
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.239)	(35.496)	(609)	(129)
Resultado líquido do exercício	66.725	1.001.209	66.725	1.001.206
Controladores	66.725	1.001.207	66.725	1.001.206
Quotistas e não controladores	-	2	-	-
Resultado do exercício	66.725	1.001.209	66.725	1.001.206

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12/2020 - Consolidado (Em milhares de reais)

	Consolidado 2020	Consolidado 2019	Controladora 2020	Controladora 2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	**66.725**	**1.001.209**	**66.725**	**1.001.206**
Ajustes ao resultado do exercício				
Resultado na venda de imobilizado e intangível	-	3.376	-	-
Equivalência patrimonial	-	7.396	-	(191.174)
	66.725	**1.011.981**	**66.725**	**810.032**
Variações nos ativos operacionais				
Contas a receber e outros recebíveis	25.876	(497.905)	50.000	(50.000)
Estoques	-	7.269	-	-
Impostos a recuperar	(255)	(365)	(288)	(66)
Pagamentos antecipados	-	258	-	-
Variações nos passivos operacionais				
Fornecedores e outras contas a pagar	(1.517)	936	-	-
Impostos e contribuições a recolher	(22.608)	55.537	143	68
Dividendos a pagar	50.000	100.000	50.000	100.000
Caixa líquido das atividades operacionais	**118.221**	**677.711**	**166.580**	**860.034**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aumento de capital em controladas	-	-	-	4.000
Dividendos recebidos	-	-	-	(408.990)
Outros investimentos	(9.185)	6.567	134.520	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(9.697)**	**6.567**	**134.520**	**(404.990)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Distribuição de lucros	(217.999)	(387.001)	(217.999)	(387.001)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(217.999)**	**(387.001)**	**(217.999)**	**(387.001)**
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**(109.475)**	**297.277**	**83.101**	**68.043**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**300.928**	**3.651**	**68.713**	**670**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**191.453**	**300.928**	**151.814**	**68.713**
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**(109.475)**	**297.277**	**83.101**	**68.043**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 31 de dezembro de 2020

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As Notas Explicativas completas e o Relatório dos Auditores Independentes, encontram-se à disposição dos senhores sócios quotistas na sede social da empresa.

A DIRETORIA

Gleibson Soares da Silva - Contador - CRC 1SP222188/O-0

Athon Energia S.A.

CNPJ nº 27.512.695/0001-47

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

Balanços patrimoniais	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Ativo/Circulante	**6.099**	**6.984**	**24.578**	**17.167**
Caixa e equivalentes de caixa	4.284	6.342	18.685	14.910
Clientes	–	–	2.460	1.518
Impostos a recuperar	1	424	126	454
Adiantamento a Fornecedores	1.124	–	2.611	–
Outros créditos	690	218	696	285
Não circulante	**65.259**	**42.428**	**6.482**	**6.212**
Aplicação Financeira - Scrow	–	–	6.321	5.760
Partes Relacionadas	65.259	42.428	161	452
Investimento	50.011	32.213	–	–
Imobilizado	–	181	162.737	115.347
Intangível	–	152	830	1.306
	50.011	**32.546**	**163.567**	**116.653**
	115.270	**74.974**	**170.049**	**122.865**
Total do ativo	**121.369**	**81.958**	**194.627**	**140.032**

Balanços patrimoniais	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Passivo/Circulante	**18.344**	**33.483**	**8.587**	**46.511**
Fornecedores	201	210	630	249
Arrendamento Mercantil	–	–	45	328
Salários e encargos sociais	552	344	560	346
Obrigações tributárias	101	86	1.426	1.016
Outras contas a pagar	–	211	793	211
Mútuos com Partes Relacionadas	15.638	12.026	2.821	23.755
Instrumentos financeiros derivativos	1.852	–	2.312	–
Empréstimos e financiamentos	–	20.606	–	20.606
Não circulante	**57.203**	**–**	**140.218**	**45.046**
Empréstimos e financiamentos	–	–	33.412	–
Debêntures	–	–	42.978	41.720
Mútuos com Partes Relacionadas	57.203	–	57.886	–
Arrendamento Mercantil	–	–	5.942	3.326
Patrimônio líquido	**45.822**	**48.475**	**45.822**	**48.475**
Capital social	34.241	36.576	34.241	36.576
Reserva de capital	14.877	14.877	14.877	14.877
Reserva Legal	22	22	22	22
Transação de Capital	(1.425)	(1.425)	(1.425)	(1.425)
Dividendos	103	103	103	103
Lucros/Prejuízos Acumulados	(1.996)	(1.678)	(1.996)	(1.678)
Total do passivo e patrimônio líquido	**121.369**	**81.958**	**194.627**	**140.032**

Demonstrações dos Resultados	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita operacional líquida	–	–	12.353	4.760
Custo Operacional	–	–	(5.886)	(1.936)
Lucro bruto	**–**	**–**	**6.467**	**2.824**
Receitas/(despesas) operacionais				
Gerais, comerciais e administrativas	(2.036)	(2.669)	(4.774)	(3.784)
Resultado de equivalência patrimonial	1.474	751	–	–
Outras receitas e despesas operacionais	–	–	–	–
Resultado financeiro, líquido	244	33	(889)	(389)
Resultado antes do IR e CS	**(318)**	**(1.885)**	**804**	**(1.349)**
IR e CS - Corrente	–	–	(1.122)	(536)
Lucro líquido do exercício	**(318)**	**(1.885)**	**(318)**	**(1.885)**

Demonstrações dos resultados abrangentes	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro líquido do exercício	(318)	(1.885)	(318)	(1.885)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	**(318)**	**(1.885)**	**(318)**	**(1.885)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Dividendos	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 11 de abril de 2017							
Integralização de capital	–	–	–	–	–	–	–
Aumento de capital em 24 de abril de 2017	19.024	–	–	–	–	–	19.024
Aumento de capital em 24 de agosto de 2017	7.551	–	–	–	–	–	7.551
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(103)	(103)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**26.576**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(103)**	**26.473**
Aumento de capital	10.000	–	–	–	–	–	10.000
Constituição de reserva de capital	–	20.259	–	–	–	–	20.259
Resgate de ações	–	(5.382)	–	–	–	–	(5.382)
Transações de capital com os sócios	–	–	–	–	(1.425)	–	(1.425)
Lucro/Prejuízo do Exercício	–	–	–	–	–	435	435
Constituição de reserva legal	–	–	22	–	–	(22)	–
Dividendos	–	–	–	103	–	(103)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**36.576**	**14.877**	**22**	**103**	**(1.425)**	**207**	**50.360**
Transações de capital com os sócios	–	–	–	–	–	–	–
Lucro/Prejuízo do Exercício	–	–	–	–	–	(1.885)	(1.885)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**36.576**	**14.877**	**22**	**103**	**(1.425)**	**(1.678)**	**48.475**
Incorporação parcela Cindida da Arigó	3.600	–	–	–	–	–	3.600
Cisão parcial conforme laudo para Arigó	(5.134)	–	–	–	–	–	(5.134)
Cisão parcial conforme laudo para Athon Desenvolvimento	(801)	–	–	–	–	–	(801)
Lucro/Prejuízo do Exercício	–	–	–	–	–	(318)	(318)
Saldos em 30 de setembro de 2020	**34.241**	**14.877**	**22**	**103**	**(1.425)**	**(1.996)**	**45.822**

Demonstrações dos fluxos de caixa	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(318)	(1.885)	(318)	(1.885)
Ajustes que não afetam o caixa				
Depreciações e Amortizações	62	25	4.162	1.486
Despesa com IR e CS	–	–	–	536
Baixa de Imobilizado	–	–	8.476	944
Encargos de dívidas e atualizações monetárias, cambiais e derivativos e outras	1.852	–	2.312	–
Equivalência patrimonial	(1.474)	(751)	–	–
	122	**(2.611)**	**14.632**	**1.081**
(Aumento) redução das contas do ativo				
Clientes	–	–	(942)	(1.263)
Impostos a recuperar	423	(191)	328	(216)
Adiantamento a Fornecedores	(1.124)		(2.611)	
Outros créditos	(472)	(75)	(411)	(136)
Aplicação Financeira Escrow	–	–	(189)	–
Aumento (redução) das contas do passivo				
Fornecedores	(9)	197	381	236
Juros Debêntures	–	–	5.686	–
Salários e encargos sociais	208	237	214	236
Obrigações tributárias	15	69	410	853
Juros sobre Arrendamentos Mercantis	–	–	482	119
Juros empréstimos	548	–	1.375	–
Outras contas a pagar	(211)	206	582	206
Arrendamento Mercantil	–	–	2.411	–
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	**(500)**	**(2.168)**	**22.348**	**1.116**
IR e CS recolhidos	–	–	(786)	(275)
Das atividades de investimentos				
Movimentação Aplicação Escrow	–	–	(372)	(5.760)
Partes Relacionadas	(22.831)	(42.131)	291	(179)
Investimento em participações societárias	(16.324)	(7.946)	–	–
Adições ao imobilizado e Intangível	271	(263)	(60.028)	(94.360)
Cisão Parcial conforme ata 30/12/2020	(5.935)	–	(5.935)	–
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	**(44.819)**	**(50.340)**	**(66.044)**	**(100.299)**
Das atividades de financiamentos				
Partes relacionadas	3.612	11.487	(20.934)	23.256
Arrendamentos Mercantis pagos	–	–	(560)	128
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(21.154)	–	(21.154)	–
Pagamento Juros sobre Empréstimos			(413)	
Juros sobre Debêntures pagos	–	–	(4.428)	41.720
Empréstimos Acionistas	57.203	20.606	91.360	20.606
Integralização de Capital - Incorporação Cisão Arigó	3.600	–	3.600	–
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**43.261**	**32.093**	**47.471**	**85.710**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(2.058)**	**(20.415)**	**3.775**	**(13.473)**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	6.342	26.757	14.910	28.383
No final do período	4.284	6.342	18.685	14.910
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(2.058)**	**(20.415)**	**3.775**	**(13.473)**

A Diretoria

Contadora: Elizangela Lima de Jesus - CRC: 1SP304484/O-2

Athon Geração Distribuida S.A.

CNPJ nº 30.997.588/0001-60

Demonstrações Contábeis - 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

Balanço Patrimonial	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Ativo/Circulante	**22**	**6.414**	**13.201**	**10.183**
Caixa e equivalentes de caixa	2	6.395	11.016	8.568
Clientes	–	–	2.033	1.518
Impostos a recuperar	20	19	84	29
Outros créditos	–	–	68	68
Não circulante	**2.083**	**5.760**	**5.611**	**8.286**
Aplicação financeira - Escrow	–	5.760	5.014	5.760
Partes relacionadas	2.083	–	597	2.526
Investimento	72.924	53.429	–	–
Imobilizado	–	–	103.133	97.989
Intangível	–	–	791	694
	72.924	**53.429**	**103.924**	**98.683**
	75.007	**59.189**	**109.535**	**106.969**
Total do ativo	**75.029**	**65.603**	**122.736**	**117.152**
Passivo/Circulante	**1.285**	**1.173**	**1.941**	**49.396**
Fornecedores	400	–	715	39
Arrendamento mercantil	–	–	38	328
Salários e encargos sociais	–	–	–	2
Obrigações tributárias	23	23	1.098	931
Mútuos com partes relacionadas	862	1.150	90	48.096
Não circulante	**49.191**	**41.720**	**96.242**	**45.046**
Debêntures	42.978	41.720	42.978	41.720
Arrendamento mercantil - LP	–	–	5.023	3.326
Mútuos com partes relacionadas LP	6.213		48.241	
Patrimônio líquido	**24.553**	**22.710**	**24.553**	**22.710**
Capital social	2.184	2.184	2.184	2.184
Reserva de capital	19.768	19.768	19.768	19.768
Reserva legal	130	38	130	38
Dividendos a pagar	628	190	628	190
Lucros/Prejuízos acumulados	1.843	530	1.843	530
	73.744	**64.430**	**120.795**	**67.756**
Total do passivo e patrimônio líquido	**75.029**	**65.603**	**122.736**	**117.152**

Demonstrações dos resultados	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita operacional líquida	–	–	10.320	4.760
Custo operacional	–	–	(5.318)	(1.911)
Lucro bruto	**–**	**–**	**5.002**	**2.849**
Receitas/(despesas) operacionais				
Gerais, comerciais e administrativas	(532)	(542)	(1.848)	(1.269)
Resultado de equivalência patrimonial	2.376	1.045	–	–
Outras receitas e despesas operacionais	–	–	–	–
Resultado financeiro, líquido	(1)	255	(276)	(286)
Resultado antes do IR e CS	**1.843**	**758**	**2.878**	**1.294**
IR e CS - corrente	–	–	(1.035)	(536)
Lucro líquido do exercício	**1.843**	**758**	**1.843**	**758**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Dividendos	Lucros acumulados	Total - Individual e consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	–	–	–	–	–	–	–
Aumento de capital AGE de 26/04/2019	2.184	–	–	–	–	–	**2.184**
Aumento reserva de capital AGE de 26/04/2019	–	19.768	–	–	–	–	**19.768**
Lucro do exercício		–	–	–	–	758	**758**
Reserva legal	–	–	38	–	–	(38)	–
Transferência para reserva de lucro a realizar	–	–	–	530	–	(530)	–
Dividendos a pagar	–	–	–	–	190	(190)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**2.184**	**19.768**	**38**	**530**	**190**	**–**	**22.710**
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	1.843	**1.843**
Reserva legal	–	–	92	–	–	(92)	–
Transferência para reserva de lucro a realizar	–	–	–	1.313	–	(1.313)	–
Dividendos a pagar	–	–	–	–	438	(438)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**2.184**	**19.768**	**130**	**1.843**	**628**	**–**	**24.553**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	1.843	758	1.843	758
Ajustes que não afetam o caixa				
Depreciações e amortizações	–	–	4.028	1.461
Despesa com IR e CS	–	–	–	536
Baixa de Imobilizado	–	–	8.476	943
Equivalência patrimonial	(2.376)	(1.045)	–	–
	(533)	**(287)**	**14.347**	**3.698**
(Aumento)/Redução em ativos				
Clientes	–	–	(515)	(1.518)
Impostos a recuperar	(1)	(19)	(56)	(29)
Outros créditos	–	–	–	(68)
Aplicação financeira escrow	–	–	(182)	–
Partes relacionadas	–	–	–	(26)
Aumento/(Redução) em passivos				
Fornecedores	400	–	676	39
Juros debêntures	5.686		5.686	
Juros sobre arrendamentos mercantis	–	–	394	119
Salários e encargos sociais	–	–	(2)	2
Obrigações tributárias	–	23	867	795
Arrendamento mercantil	–	–	1.443	–
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**5.552**	**(283)**	**22.658**	**3.012**
IR e CS recolhidos	–	–	(700)	(275)
Fluxo de caixa líquido provenientes das atividades operacionais	**5.552**	**(283)**	**21.958**	**2.737**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Movimentação aplicação Escrow	5.760	(5.760)	928	(5.760)
Partes relacionadas	(2.083)	–	1.929	(2.500)
Investimento em participações societárias	(17.120)	(28.712)	–	–
Adições ao imobilizado	–	–	(17.745)	(74.133)
Fluxo caixa proveniente das atividades de investimento	**(13.443)**	**(34.472)**	**(14.888)**	**(82.393)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Juros sobre debêntures pagos	(4.428)	40.000	(4.428)	40.000
Mútuos com partes relacionadas	5.925	1.150	235	48.096
Arrendamentos mercantis pagos	–	–	(430)	128
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**1.497**	**41.150**	**(4.623)**	**88.224**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(6.393)**	**6.395**	**2.448**	**8.569**
No início do exercício	6.395	–	8.568	–
No final do exercício	2	6.395	11.016	8.568
	(6.393)	**6.395**	**2.448**	**8.568**

Demonstrações dos resultados abrangentes	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro líquido do exercício	1.843	758	1.843	758
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	**1.843**	**758**	**1.843**	**758**

A Diretoria

Contadora

Elizangela Lima de Jesus
CRC 1SP304484/O-2

www.gazetasp.com.br

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2021 | 18:19:59 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

DocuSign Envelope ID: 5AE8AFE7-7AA1-423E-B05A-82E1D9F06A3B

JWA S.A. CNPJ nº 37.995.880/0001-93
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço patrimonial Período de 06 de Agosto a 31 de dezembro de 2020 (Em RS)

	06/08/2020	31/12/2020
Ativo	500,00	21.836.050,00
Circulante	500,00	490,00
Disponível	500,00	490,00
Caixa Geral	500,00	490,00
Caixa	500,00	490,00
Não Circulante	0,00	21.835.560,00
Realizável a Longo Prazo	0,00	21.835.560,00
Investimentos	0,00	16.363.860,00
Ações Ordinárias JWA Construção e Comerc.	0,00	16.363.860,00
Imobilizado	0,00	5.471.700,00
Imóvel Matrícula Nº 120.766	0,00	5.471.700,00
	06/08/2020	**31/12/2020**
Passivo	500,00	21.836.050,00
Patrimônio Líquido	500,00	21.836.050,00
Capital Realizado	500,00	21.836.060,00
Capital Subscrito	500,00	21.836.060,00
Capital Social	500,00	21.836.060,00
(-) Reservas	0,00	(10,00)
(-) Reservas de Lucros	0,00	(10,00)

Demonstração de resultado do exercício Período de 06 de Agosto a 31 de dezembro de 2020 (Em R$)

	31/12/2020
(-) Despesas	(10,00)
(-) Despesas Administrativas	(10,00)
(-) Material de Uso e Consumo	(10,00)
(-) = Prejuízo	(10,00)

PAULO FERNANDO GARCIA JÚNIOR - Contador

FDE FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO — **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO** — **GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

FDE AVISA: TOMADAS DE PREÇOS

A FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FDE comunica às empresas interessadas que acha-se aberta licitação para execução de Serviços Especializados de Engenharia:

TOMADA DE PREÇOS Nº: 69/00025/21/02 - **PRÉDIO:** DER de José Bonifácio – **LOCALIZAÇÃO:** Rua Ademar de Barros, 356 – Centro – José Bonifácio – SP - **PRAZO:** 5 (cinco) meses - **PRÉDIO:** EE Antonio Augusto Lopes de Oliveira Jr. – **LOCALIZAÇÃO:** Av. Prefeito José Pimenta Neves, 512 – Vila Lidia – Batatais – SP - **PRAZO:** 5 (cinco) meses - **ABERTURA DA LICITAÇÃO (DIA E HORA):** 18/05/2021, às 09:30 hs.

TOMADA DE PREÇOS Nº: 69/00026/21/02 - **PRÉDIO:** EE/CEL/ETEC Urupunga/Ilha Solteira – **LOCALIZAÇÃO:** Av. Brasil Sul, 920 – Zona Sul – Ilha Solteira – SP - **PRAZO:** 8 (oito) meses - **ABERTURA DA LICITAÇÃO (DIA E HORA):** 18/05/2021, às 10:30 hs.

TOMADA DE PREÇOS Nº: 69/00027/21/02 - **PRÉDIO:** EE/CEL BR do Rio Branco – **LOCALIZAÇÃO:** Praça Roosevelt, 143 – Centro – Catanduva – SP - **PRAZO:** 10 (dez) meses - **PRÉDIO:** EE/DER Prof Victor Lacorte/Araraquara-Rede do Saber – **LOCALIZAÇÃO:** Av. Mario Ybarra de Almeida, 1355 – Carmo – Araraquara – SP - **PRAZO:** 10 (dez) meses - **PRÉDIO:** EE Dr Thomaz Alberto Whately – **LOCALIZAÇÃO:** Rua Marques de Pombal, 349 – Campos Eliseos – Ribeirão Preto – SP - **PRAZO:** 10 (dez) meses; **ABERTURA DA LICITAÇÃO (DIA E HORA):** 18/05/2021, às 14:00 hs.

TOMADA DE PREÇOS Nº: 69/00029/21/02 - **PRÉDIO:** EE João Cursino – **LOCALIZAÇÃO:** Av. Engenheiro Francisco José Longo, 782 – São Dimas – São José dos Campos – SP - **PRAZO:** 8 (oito) meses; **ABERTURA DA LICITAÇÃO (DIA E HORA):** 18/05/2021, às 15:00 hs.

TOMADA DE PREÇOS Nº: 70/00015/21/02 - **PRÉDIO:** EE Dona Pilar Garcia Vidal – **LOCALIZAÇÃO:** Rua Pastor Agenor Caldeira Diniz, 48 – Jardim Imperador – São Mateus – São Paulo – SP - **PRAZO:** 7 (sete) meses - **PRÉDIO:** EE Cid Soimco II – **LOCALIZAÇÃO:** Rua Sarg. Aeronáutica Plinio Fernandes Gonçalves, 608 – Soimco – Guarulhos – SP - **PRAZO:** 7 (sete) meses; **ABERTURA DA LICITAÇÃO (DIA E HORA):** 20/05/2021, às 09:30 hs.

TOMADA DE PREÇOS Nº: 70/00017/21/02 - **PRÉDIO:** Futura Instalação da Escola Jardim Marilu – **LOCALIZAÇÃO:** Estrada da Aldeinha, 245 – Jardim Marilu – Carapicuíba – SP - **PRAZO:** 9 (nove) meses - **PRÉDIO:** EE Dr Angelo Mendes de Almeida – **LOCALIZAÇÃO:** Rua Apace, s/n – Jd. Oriental – Jabaquara – São Paulo – SP - **PRAZO:** 5 (cinco) meses; **ABERTURA DA LICITAÇÃO (DIA E HORA):** 20/05/2021, às 10:30 hs.

O Edital poderá ser obtido gratuitamente nos endereços eletrônicos http://www.imprensaoficial.com.br e www.fde.sp.gov.br. A(s) planilha(s) Quantitativa(s) de Serviços e Preços deverá(ao) ser dispostas em formato **BIN** (arquivo de retorno - **RET**), gerada(s) **OBRIGATORIAMENTE** através do aplicativo **DIGITAGRP**, o qual deverá ser instalado individualmente por pessoa jurídica (CNPJ), para serem inserida(s) em CD-ROM - (APLICATIVO **DIGITA GRPV5003** PLANILHA QUANTITATIVA - versão JANEIRO / **2021** http://www.fde.sp.gov.br/PagePublic/PesquisaLicitacoes.aspx?codigoMenu=28) (MANUAL DE INSTALAÇÃO- http://file.fde.sp.gov.br/portalfde/Arquivo/DocLicitacoes/Manual_do_Sistema_de_Digitacao_de_Propostas_Versao_para_o_site.pdf) através do endereço eletrônico www.fde.sp.gov.br – Licitações. A(s) planilha(s) Quantitativa(s) de Serviços e Preços deverá(ao) ser(em) adquirida(s) através do endereço eletrônico **www.fde.sp.gov.br** - Licitações. Os invólucros contendo as PROPOSTAS COMERCIAIS e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO juntamente com a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, Declaração de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e Declaração de enquadramento como cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, deverão ser entregues no **ato de abertura da sessão,** na Sala de Licitações no 1º Andar – Gerência de Licitações da Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE, na Av. São Luís, 99 - São Paulo - SP. Esta Licitação será processada em conformidade com a LEI FEDERAL nº 8.666/93, com a Lei Estadual nº 6.544/89 e suas alterações, em especial aquelas decorrentes da Lei Estadual 13.121/08, e com o disposto nas CONDIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DA FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FDE. As propostas deverão obedecer, rigorosamente, o estabelecido no edital. **ROBERTO POMPEI GOUVEIA - Gerente de Licitações**

DAE S/A – ÁGUA E ESGOTO

CNPJ: 03.582.243/0001-73

ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 007/2021. Edital de 28/04/2021**.** OBJETO: Aquisição de tubos em PVC ocre corrugado e marrom (diâmetros diversos). TIPO: Menor Preço por Item. ABERTURA: às 14:00 do dia 19/05/2021. **Editais disponíveis para retirada:** No site http://compraabertadae.jundiai.sp.gov.br (acessar o link Licitações) gratuitamente.

Claudia Santos Fagundes / Diretora Administrativa.

Edital de Intimação com Prazo de 20 dias. Processo nº 0041729-02.2020.8.26.0100 (Cumprimento de Sentença). Processo Principal nº 1033901-45.2014.8.26.0100. A Dra. Daniela Dejuste de Paula , MMª Juíza de Direito da 29ª Vara Cível do Foro Central/SP, Faz Saber a PATELOSA POSTO DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ. 08.939.620/0001-00, nas pessoas de seus sócios administradores, Fernando Munhoz Galera, RG. 22.703.042-4 SSP/SP e CPF. 173.620.038-03 e Fabiana Paula Rampazzo Sercheli Galera, RG. 27.283.952-8 SSP/SP e CPF. 270.031.138-80, que FUNDAÇÃO ANTONIO ANTONIETA CINTRA GORDINHO, ajuizou ação de Despejo por Falta de Pagamento, em fase de Cumprimento de Sentença, ora julgada procedente e condenou os réus ao pagamento de R$ 737.456,09, atualizado até (Setembro/2020) e demais cominações legais, nos termos do artigo 513 § 2º, inciso IV, do NCPC. Estando os réus em local ignorado, expede-se edital de intimação, para que no prazo de 15 dias úteis, a fluir os 20 dias supra, paguem o débito, sob pena de execução coativa (Cumprimento de Sentença) e pena de multa de 10% e honorários em fase de Cumprimento de Sentença (NCPC 523, § 1º), onde os réus poderão apresentar impugnação no prazo de 15 dias, a contar do decurso de prazo para o pagamento voluntário da obrigação, independentemente de penhora ou nova intimação (art. 525 do NCPC), nos termos do artigo 257, IV do NCPC. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da Lei. São Paulo, 22 de abril de 2021.

USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO EXTRAJUDICIAL - FRANCISCO RAYMUNDO, 9º Oficial de Registro de Imóveis desta Capital, **FAZ SABER**, a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que realizou as **NOTIFICAÇÕES** do **ESPÓLIO DE FRANCISCA MARIA DE LIMA, na qualidade de titular de domínio do imóvel usucapiendo e seus herdeiros ascendentes MARIA LUIZA DE LIMA COSTA, AILTON DE LIMA COSTA, ELIONAIA DE LIMA COSTA, ANTONIA LUIZA DE LIMA SANTOS, MARINA LUIZA DE LIMA SANTOS, INACIA MARIA DE LIMA e FRANCISCO MARCOLINO, objetivado na matricula nº 50.643 do 9º Registro de Imóveis da Capital; - Bem como HUGO ENEAS SALOMONE e WANDA AMARAL SALOMONE que são titulares de domínio do imóvel confinante pelo alinhamento dos fundos**, de que se processa nesta Serventia Imobiliária o pedido de reconhecimento extrajudicial de **USUCAPIÃO** do imóvel consistente em, **UM PRÉDIO** e seu terreno situado à **Rua Paulo de Veras (antiga Rua H-36), nº 68, lote 28 da quadra 98 parte "A" Jardim Nossa Senhora do Carmo, Distrito de ITAQUERA**, tem início no ponto 1, distante 53,94m do alinhamento predial da Rua Paulo Veras (Antiga Rua H-36) com a Rua Gastar Guterres; Do ponto 1, segue a distância de 5,07m da Rua Paulo Veras, até encontrar o Ponto 2; Daí deflete a direita, com ângulo interno de 90º21'23", segue a distância de 25,06m, confrontando com o imóvel nº 72, matriculado sob nº 63.051 do 9º RI, de titularidade dominial de José Clarindo dos Santos e outro; Daí deflete a direita, com ângulo interno de 89º48'18", segue a distância de 5,05m, confrontando com o imóvel nº 33, da Rua Francisco Vaz (Antiga Rua H-35), transcrito sob nº 132.907 do 9ºRI, de titularidade dominial de Hugo Eneas Salomone e outro, até o ponto 4; Daí deflete a direita, com ângulo interno de 90º13'58", segue a distância de 25,08m, confrontando com o imóvel nº 64, da Rua Paulo Veras, matriculado sob nº 93.082 do 9º RI, de titularidade dominial de Severino Herculano da Silva e outro, até o ponto 1, inicio desta descrição, formando com o segmento inicial o ângulo interno de 89º36'20" e encerrando uma área de 126,82m² de superfície, cujo pedido foi iniciado através do requerimento de 17 de abril de 2019, **prenotado sob nº 611.255**, em 18 de abril de 2019, instruído com a Ata Notarial lavrada no dia 26 de março de 2019, no Livro 3931, fls.347, pelo 26º Tabelião de Notas de São Paulo/SP, e demais documentos exigidos pelo Art. 216-A da Lei 6.015/73, devidamente autuado nesta Serventia, através do qual **NAZARÉ MARIA DE LIMA**, brasileira, solteira, aposentada, RG nº 8.138.763-5-SSP/SP, CPF/MF nº 013.691.768-21, residente e domiciliada nesta Capital, à Rua Paulo de Veras, nº 68, Jardim Nossa Senhora do Carmo, CEP: 08275-000, solicita o Reconhecimento da Usucapião Extrajudicial, com fundamento no artigo 1.238 do Código Civil vigente, declarando exercer posse mansa, pacífica, e com intenção de ser dono, por prazo superior a 22 (vinte e dois) anos, sobre o referido imóvel. Considerando a certificação de que os notificandos se encontram em **lugar incerto e não sabido**, cumpre, com fundamento no §13 do artigo 216-A, da Lei nº 6.015/73, combinado com o item 136.12, do Capitulo XX, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, deste Estado, e do artigo 11 do Provimento CNJ 65/2017, **NOTIFICÁ-LO** a comparecer perante este Serviço Registral, de segunda a sexta-feira, no horário das 9:00 às 16:00h, e/ou representante legal, munido de procuração com firma reconhecida, a fim de obter os mais amplos esclarecimentos acerca da usucapião extrajudicial que se processa nesta Serventia, podendo impugnar fundamentadamente os presentes trabalhos, **no prazo legal de até 15 (quinze) dias, contado da data da última publicação deste edital**, restando advertido que, nos termos do artigo 11 do Provimento CNJ 65/2017, **o silêncio dos notificandos será interpretado como sua concordância com o pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião**. São Paulo, nesta data. **O Oficial, Francisco Raymundo.**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – PRAZO DE 15 DIAS - **11º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL, por seu Oficial PLINIO ANTONIO CHAGAS,** conforme dispõe o Artigo nº. 216-A da Lei Federal nº. 6.015/73, FAZ SABER A TODOS QUE VIREM O PRESENTE EDITAL que foi prenotado sob o nº 1.288.870, em 28 de novembro de 2.019, neste Serviço Registral, **REQUERIMENTO DE RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DE USUCAPIÃO** (Usucapião Extraordinária – Art. 1.238 do Código Civil), Ata Notarial e demais documentos elencados no referido dispositivo legal, apresentados por **TEREZINHA OLIVEIRA TURATO,** brasileira, viúva, do lar, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.902.025-5-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 374.609.248-57, residente e domiciliada nesta Capital, na Rua Catuípe, nº 31, Jardim Marquesa, CEP: 04921-220. Imóvel esse cadastrado na Municipalidade de São Paulo, sob o nº 182.015.0086-4; **LUIZ CARLOS TURATO,** portador da Cédula de Identidade RG nº 15.759.759-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 043.864.878-16, brasileiro, vendedor técnico, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº. 6.515/77 com MARIA IRINEIA SALVIANO TURATO, portadora da Cédula de Identidade RG nº 17.612.666-1-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 083.629.908-64, brasileira, representante de vendas, residentes e domiciliados nesta Capital, na Rua Catuípe, nº 31, Jardim Marquesa – CEP 04921-220; **ELENIR TEREZINHA TURATO CERQUEIRA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 17.144.574-0-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 093.960.798-04,brasileira, professora, casada sob o sob o regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº. 6.515/77 com MILTON ANTONIO CERQUEIRA, brasileiro, programador, portador da Cédula de Identidade RG nº 16.319.426-9-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 083.405.278-43, representante de vendas, residentes e domiciliados nesta Capital, na Rua Catuípe, nº 31, Jardim Marquesa – CEP 04921-220, os quais alegam deter a posse mansa e pacífica com *animus domini*, desde o ano de 1967, que foi adquiro por LUIZ TURATO, através de instrumento particular de promessa de Cessão de Direitos, celebrado com FELIPE MOBLIZE, brasileiro, maior, casado, residente na Avenida Ana Costa, nº 24, Santos – Estado de São Paulo, sobre o IMÓVEL situado na imóvel situado na Rua Fernão de Castanheda, nº 334, antigo nº 21, (com área construída de 142,20metros quadrados, correspondente a parte do lote nº 21 da quadra "A" do loteamento denominado Vila Caiçara, no 29º. Subdistrito – Santo Amaro, com área de superfície de 142,20m2, com origem na transcrição nº 22.797 do 1º. Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo, feita em 23 de fevereiro de 1.922, sob a titularidade dominial do ESPÓLIO DE MANOEL BRANCO DE MIRANDA que fora casado com MARIA ISABEL. Esta publicação é feita para dar publicidade de todos os termos do presente Procedimento Administrativo de Usucapião Extrajudicial para, querendo, possam eventuais terceiros interessados, ou os notificandos, ESPÓLIO DE MANOEL BRANCO DE MIRANDA que fora casado com MARIA ISABEL; FELIPE MOBLIZE; RINALDO ALVES PEREIRA; INES VENINA BRITO PEREIRA; ANTONIO PAULO DA SILVA; JOSE CARLOS RODRIGUES; IZABEL CRISTINA DOS SANTOS RODRIGUES, oferecerem eventual(is) impugnação(ões), desde que fundamentada(s), em face ao titular de domínio, bem assim aos confrontantes, sob pena de não ser(em) considerada(s) e o procedimento administrativo seguir o curso previsto na referida Lei Federal nº. 6.015/1973, e nas Normas de Serviço editadas pela Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e ainda a teor do Provimento nº. 65, do Conselho Nacional de Justiça. Decorridos 15 dias da data da publicação deste, e na ausência de qualquer reclamação por escrito de quem se julgar prejudicado, proceder-se-á ao registro de que trata o artigo nº. 216-A da Lei nº. 6.015/73. Dado e passado no 11º. Registro de Imóveis da Comarca da Capital, aos 27 de abril de 2021. O Oficial.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS - PROCESSO Nº 1087957-52.2019.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). MARCELO BARBOSA SACRAMONE, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) **PPCAR BRASIL LOCACOES EMPRESARIAIS LTDA**, CNPJ 06.178.219/0001-61, com endereço à Rua Gomes de Carvalho, 1507, Cjs 31/32 81/82, Vila Olimpia, CEP 04547- 005, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma **ação de Pedido de Falência** por parte de **Maestro Locadora de Veículos S.a**., com fundamento no artigo 94, I, da Lei 11.101/2005, por impontualidade no pagamento da(s) duplicata(s) vencidas de n.º 92680, 91966, que totalizam o valor de R$ 623.363,12, devidamente protestada(s). Estando a ré em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 10 dias, a fluir após os 20 dias supra, apresente defesa, podendo, nos termos do art. 98, parágrafo único da Lei 11.101/2005, depositar a quantia correspondente ao total do crédito reclamado, que deverá ser atualizado até a data do depósito com juros e correção monetária, acrescida de custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% do valor do débito, sob pena de decretação da falência. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. E para que produza seus efeitos de direito, será o presente Edital afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de março de 2021.

TB Serviços, Transporte, Limpeza, Gerenciamento e Recursos Humanos S/A

CNPJ nº 60.924.040/0001-51

Mensagem da Administração

Senhores acionistas, O ano de 2020 foi marcado por desafios inéditos na história recente. A pandemia atingiu profundamente pessoas e empresas e colocou as economias de todo o mundo em situação de incerteza. Nossas ações, desde o início, priorizaram a preservação da saúde e segurança de nossos profissionais, a manutenção das operações e o atendimento de nossos clientes, muitos deles de segmentos considerados essenciais. Apesar do cenário incerto, mantivemos as ações previstas em nosso planejamento estratégico e atendemos com eficiência as demandas crescentes de nossos clientes, ampliando ainda mais nossa competitividade. Dentre as ações empreendidas, promovemos a transferência de nossa sede para um dos maiores centros financeiros do país, a avenida Brigadeiro Faria Lima, e criamos uma unidade de negócio, a TB Green, que oferece soluções em energia limpa – como construção de usinas fotovoltaicas, locação de veículos elétricos com estrutura de abastecimento e a venda de energia excedente no mercado livre. Também realizamos em 2020 a reestruturação de nossa área comercial, agregando ao time profissionais com o desafio de desenvolver a carteira de clientes privados, e promovemos a revitalização do sistema ERP/TOTVS, ainda em andamento, para o suporte do crescimento esperado e maior eficiência nas nossas relações com clientes e fornecedores. De forma reforçar a sustentabilidade das operações, a TB Serviços é certificada, há duas décadas, pela NBR ISO 9001 e acabamos de obter duas novas e importantes certificações de nossos Sistemas de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional NBR ISO 45001 e de Gestão Ambiental NBR ISO 14001. Essas certificações foram concedidas pela reconhecida Lloyd's Register. Atuamos em oito estados do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Rondônia, Tocantins, Amazonas e Acre, por meio das unidades de negócios TB Frotas, TB Facilities, TB Urbem e TB Green. A crescente integração da experiência destas unidades nos permite identificar novas competências e oportunidades, além de maior entendimento das necessidades de nossos clientes. Atuamos nas áreas de locação de veículos, gerenciamento de frotas, armazenagem de grãos, gestão de resíduos – envolvendo a coleta e limpeza urbana –, conservação de áreas verdes, paisagismo, limpeza técnica hospitalar, limpeza predial especializada, manutenção predial e prestação de serviços de atendimento ao cidadão. A TB Serviços investe continuamente em tecnologia e em treinamento e desenvolvimento de seus profissionais. **Administração**

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, temos o prazer de submeter ao exame e apreciação de V. Sas, as demonstrações financeiras relativas às atividades da empresa do exercício social referente ao período de 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020 compreendendo o Balanço Patrimonial e as correspondentes Demonstrações de Resultado do Exercício, da Movimentação nas Contas do Patrimônio Líquido e da Demonstração de Fluxo de Caixa. São Paulo, 31 de dezembro de 2020. **A Diretoria**

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro *(Em Reais)*

Ativo	2020	2019
Circulante	**243.084.437**	**220.659.404**
Disponível	**15.134.392**	**18.509.770**
Caixa e Bancos	15.134.392	18.509.770
Créditos	**227.950.045**	**202.149.634**
Clientes	129.690.608	110.605.213
Outros Créditos	97.961.525	91.246.509
Impostos a Recuperar	297.911	297.911
Não Circulante	**247.761.261**	**218.648.155**
Realizável a Longo Prazo	**94.371.107**	**114.422.238**
Outros Créditos	28.608.098	29.539.119
Controladas e Coligadas	65.763.009	84.883.118
Investimentos	**12.023.274**	**9.179.517**
Participações Societárias	12.023.274	9.179.517
Imobilizado	**140.430.537**	**94.106.355**
Imobilizado Líquido	140.430.537	94.106.355
Intangível	**936.344**	**940.045**
Intangível	936.344	940.045
Total do Ativo	**490.845.698**	**439.307.559**

Passivo	2020	2019
Circulante	**53.648.843**	**50.491.416**
Fornecedores	11.644.361	14.984.474
Obrigações com Pessoal	9.899.762	12.199.766
Obrigações Tributárias	3.431.660	3.428.601
Contas a Pagar	697.739	5.955.898
Empréstimos e Financiamentos	27.975.322	13.922.677
Não Circulante	**273.841.374**	**226.175.105**
Exigível a Longo Prazo	**273.841.374**	**226.175.105**
Empréstimos e Financiamentos	57.372.457	20.565.395
REFIS	87.968.393	75.157.926
Contas a Pagar	128.026.806	130.451.783
Controladas e Coligadas	473.719	–
Patrimônio Líquido	**163.355.481**	**162.641.038**
Capital Social	133.845.000	133.845.000
Adiantamento para Aumento de Capital	26.155.000	26.155.000
Reservas	3.355.481	2.641.038
Total do Passivo	**490.845.698**	**439.307.559**

Demonstração dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro *(Em Reais)*

	2020	2019
Receita Bruta	**423.967.778**	**332.728.446**
Receita de Serviços	423.967.778	332.728.446
Deduções da Receita Bruta	**(49.101.997)**	**(41.159.714)**
Impostos	(49.101.997)	(41.159.714)
Receita Líquida	**374.865.780**	**291.568.732**
Despesas e Receitas	**(366.429.184)**	**(372.743.454)**
Despesas Operacionais	(271.569.428)	(277.631.002)
Despesas Administrativas	(83.732.764)	(74.074.982)
Despesas Financeiras	(11.969.012)	(23.290.356)
Receitas Financeiras	842.019	2.252.885
Outras Receitas e Despesas Operacionais	**11.657.262**	**94.563.025**
Outras Receitas	11.657.262	94.563.025
Resultado antes do IRPJ e CSLL	**20.093.858**	**13.388.303**
IRPJ e CSLL	**(5.805.003)**	**(4.158.855)**
Imposto de Renda	(4.262.032)	(3.051.629)
Contribuição Social	(1.542.971)	(1.107.226)
Resultado Líquido do Exercício	**14.288.855**	**9.229.448**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro *(Em Reais)*

	Capital Social	Adiantamento para Aumento de Capital	Reserva de Capital	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2019	**133.845.000**	**26.155.000**	**601**	**2.640.437**	–	**162.641.038**
Resultado do Exercício	–	–	–	–	14.288.855	14.288.855
Distribuição de Dividendos	–	–	–	–	(13.574.412)	(13.574.412)
Constituição de Reserva	–	–	–	714.443	(714.443)	–
Saldo em 31/12/2020	**133.845.000**	**26.155.000**	**601**	**3.354.880**	–	**163.355.481**

Demonstração de Fluxo de Caixa – Fluxo de Operações dos exercícios findos em 31 de dezembro *(Em Reais)*

Fluxo de Caixa Nas Atividades Operacionais	2020	2019
Resultado do Exercício	14.288.855	9.229.448
Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.803.757)	(1.151.001)
Clientes	(19.085.395)	(73.003.397)
Outros Créditos	(6.715.016)	(25.342.651)
Impostos a Recuperar	–	5.486.416
Fornecedores	(3.340.113)	4.023.109
Obrigações com Pessoal	(2.300.004)	(4.410.497)
Obrigações Tributárias	3.059	(1.562.971)
Contas a Pagar	(5.258.160)	5.099.079
Empréstimos e Financiamentos	14.052.644	13.922.677
(=) Caixa Líquido Operacional	**(11.157.886)**	**(67.709.787)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Outros Créditos	931.022	7.507.731
Controladas e Coligadas	19.120.109	(13.834.370)
Participações Societárias	(40.000)	(33.000)
Aquisição para o Imobilizado	(46.324.181)	15.366.920
Aquisição para o Intangível	3.701	54.000
(=) Caixa Líquido de Investimento	**(26.309.349)**	**9.061.280**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Empréstimos e Financiamentos	36.807.061	(6.437.004)
REFIS	12.810.466	25.161.598
Contas a Pagar	(2.424.977)	18.840.974
Distribuição de Dividendos	(13.574.412)	(8.767.976)
Adiantamento para Aumento de Capital	–	26.155.000
Controladas e Coligadas	473.719	
(=) Caixa Líquido de Financiamento	**34.091.858**	**54.952.592**
Redução Líquida de Caixa	**(3.375.378)**	**(3.695.914)**
Caixa Equivalentes ao Início do Período		
Disponibilidades	**18.509.770**	**22.205.684**
Caixa Equivalentes ao Final do Período		
Disponibilidades	**15.134.392**	**18.509.770**

Notas Explicativas da Administração das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro

1. Apresentação das demonstrações contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanada da lei das Sociedades por ações 6.404/76, sendo adotadas no exercício de 2020 as alterações introduzidas pela lei 11.638/07 e MP nº 449/08, bem como os Pronunciamentos do Comitê Contábil (CPC) quando aplicáveis**. 2)** Sumário das principais práticas contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância às práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.1)** Os ativos são demonstrados pelo valor de custo. **2.2**) Ativos Imobilizados são demonstrados ao custo de aquisição subtraído das depreciações acumuladas. Obs.: Valores em milhares de reais.

3.Composição das Principais Contas

Disponível	**(R$)**
Caixa	472
Bancos	11.518
Aplicação Financeira	3.144
Total	**15.134**

Considerando a aplicação financeira de R$ 3.144 milhões, o endividamento total passa a ser de R$ 324.346 milhões, apresentando redução de 0,96%.

Exigível	De (R$)	Para (R$)	Redução (%)
Curto Prazo	53.649	50.505	5,86
Longo Prazo	273.841	273.841	0,00
Total	**327.490**	**324.346**	**0,96**

Esta redução impacta favoravelmente nos indicadores de endividamento. A dívida líquida com bancos (Empréstimos e Financiamentos), considerando também a aplicação financeira, apresenta redução de 3,68%.

Empréstimos e Financiamentos	De (R$)	Para (R$)	Redução (%)
Curto Prazo	27.975	24.831	11,24
Longo Prazo	57.372	57.372	0,00
Total	**85.347**	**82.203**	**3,68**

Da mesma forma, esta redução melhora os indicadores de endividamento. **4. Clientes** – A carteira conta com **150** Contratos, todos contratos vigentes para até 5 anos das respectivas datas de assinatura e ainda passíveis de prorrogação. O valor total da carteira está assim constituído:

Clientes	(R$)
Faturado	423.968
Saldo a Faturar	697.936
Total	**1.121.904**

Todos os contratos apresentam medição e faturamento mensal. Para 2021 a Receita Bruta projetada é de R$ 466.365 milhões. Excluem-se deste valor, os faturamentos relativos aos novos contratos que serão assinados em 2021. **5. Ebitda** – A TB SERVIÇOS fechou o ano calendário de 2020 com um resultado operacional de R$ 67 milhões contra um resultado de R$ 53 milhões no ano calendário de 2019 representando um acréscimo de caixa operacional (EBITDA pelo conceito internacional) de 26,64%. **6. Outros Créditos** – São créditos decorrentes de Dividendos a Receber, Consórcios de Veículos, Consórcios Operacionais, Adiantamentos Diversos, Outros Créditos e Precatórios. Os valores estão assim distribuídos:

Outros Créditos Circulante	**(R$)**
Dividendos a Receber	1.430
Cotas de Consórcios	82.249
Consórcios Operacionais	13.086
Adiantamentos Diversos	1.168
Outros Créditos	28
Total	**97.961**

Outros Créditos Não Circulante	**(R$)**
Precatórios	28.608
Total	**28.608**

Não foram reconhecidos no Balanço Patrimonial os créditos abaixo discriminados, decorrentes de ações judiciais impetradas pela TB SERVIÇOS contra antigos clientes, relativos a ajustes e reajustes de valores contratuais.

Outros Créditos a Receber	(R$)
Ações não julgadas	150.053
Precatórios Emitidos	132.057
Total	**282.110**

Nossos advogados estimam que 80% desses créditos estejam realizados nos próximos 10 anos: média líquida de R$ 15 milhões/ ano corrigidos. O impacto deste lucro marginal só poderá ser medido quando realizado e conhecido o lucro da operação nos próximos anos. Entretanto o impacto será significativamente positivo. **7. Controladas e Coligadas** – O valor está assim distribuído:

	(R$)
Controladas e Coligadas	65.763
Total	**65.763**

A projeção de recuperar esse valor nos próximos 10 anos é bastante alta e assim consta do planejamento de pagamento das devedoras, além de ser reconhecida a obrigação em valor presente nos respectivos balanços. Isso pressupõe um acréscimo médio anual ao ativo circulante da ordem de R$ 6.500 milhões não tributáveis. O impacto na liquidez corrente e geral só poderá ser medido quando realizado e conhecido o ativo e passivo, circulante e não circulante dos próximos anos. Entretanto é possível afirmar que o impacto será significativamente positivo. **8. Imobilizado**

Descrição	Aquisição	Depreciação	Líquido
Edifícios e Terrenos	22.733	3.803	18.930
Instalações	1.664	239	1.425
Máquinas e Equipamentos	47.394	6.497	40.897
Computadores e Periféricos	1.483	458	1.025
Móveis e Utensílios	1.666	905	761
Veículos	258.988	181.606	77.382
Total	**333.938**	**193.508**	**140.430**

Os Ativos foram demonstrados pelo valor de custo não tendo sido reconhecidos no Balanço Patrimonial a atualização do valor dos Imóveis e de Veículos que estão avaliados em aproximadamente R$ 224 milhões que elevaria o imobilizado para R$ 364.430 milhões. **9. Empréstimos e Financiamentos** – Os valores estão assim constituídos:

Empréstimos e Financiamentos – Circulante	(R$)
Financiamentos	27.975
Total	**27.975**

Os financiamentos são contratos de Aquisições de Veículos através das modalidades: Leasing, CDC e Operação Financeira de Giro.

Empréstimos e Financiamentos – Não Circulante	(R$)
Financiamentos	57.372
Total	**57.372**

Os financiamentos são contratos de Aquisições de Veículos através das modalidades: Leasing, CDC e Operação Financeira de Giro. **10. Contas a Pagar** – Os valores estão assim constituídos:

Contas a Pagar Circulante	(R$)
Outras Contas	698
Total	**698**

O valor refere-se a saldo de dividendos a serem pagos aos acionistas e obrigações a pagar em curto prazo.

Contas a Pagar Não Circulante	(R$)
Cotas de Consórcios	126.322
Impostos Diferidos	1.705
Total	**128.027**

Como demonstrado a dívida principal está relacionada as contratações de **consórcios** para a aquisições de veículos e cotas a serem contempladas. **11. REFIS** – O valor R$ 87.968 milhões refere-se a principal mais juros em valor presente, devidos nos próximos 10 anos. O Refis foi atualizado em 2009 para pagamento em 15 anos, dos quais já foram pagos principal mais juros no período de 2009 a 2020. Considerados juros anuais de 3,57% (Selic), temos parcelas anuais de R$ 6.385 milhões. Esta é a obrigação anual máxima associada a esta conta que consideramos, de forma gerencial, para cálculo dos indicadores correspondentes de endividamento bancário e geral. Tanto assim que o artigo 14 da lei 9.964/2000 Refis admitem que, para cálculo de indicadores mínimos para participar de concorrência pública, a empresa defira o valor do Refis na forma citada acima. Considerado este preceito legal, teremos os seguintes impactos no endividamento:

Exigível	De (R$)	Para (R$)	Redução (%)
Curto Prazo	53.648	60.033	(+)11,90
Longo Prazo	273.841	185.873	32,12
Total	**327.489**	**245.906**	**24,91**

É substancialmente positivo o impacto desta redução no endividamento da TB SERVIÇOS, caindo a praticamente 2/3 do valor atual. **12. Capital Social** – O Capital Social é de R$ 133.845.000,00 representadas por 133.845.000 ações totalmente integralizadas. **13. Balanço Patrimonial** – O Balanço com suas demonstrações contábeis em inteiro teor estão arquivados na sede da empresa a disposição dos acionistas conforme art. 133 da Lei 6.404 de 1976. São Paulo, SP, 31 de dezembro de 2020.

Lidia Leila da Silva – Diretora

José Affonso – Contador CRC nº 1SP 045.694/O-0

Parecer dos Auditores Independentes

Ilmos. Srs.(as). Diretores e Acionistas da ***TB Serviços, Transporte, Limpeza, Gerenciamento e Recursos Humanos S/A.*** **São Paulo-SP. Opinião do Auditor Independente.** 1) Examinamos as demonstrações contábeis da **TB Serviços, Transporte, Limpeza, Gerenciamento e Recursos Humanos S/A**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. 2) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis supracitadas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da **TB Serviços, Transporte, Limpeza, Gerenciamento e Recursos Humanos S/A** em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às empresas de grande porte (Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores através da Lei nº 11.638/2007 e da Lei nº 11.941/2009). ***Base para Opinião do Auditor.*** 3) Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada *"Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à* ***Sociedade*** *auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.* Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. ***Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório dos Auditores:*** 4) A administração da ***Sociedade*** é responsável por outras informações que compreendem como é o caso do Relatório da Administração. Nossa *opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.* Goiânia, 31 de dezembro de 2020. Aguiar Áraujo de Oliveira – Auditor Independente – CRC-GO 7306/O – CVM 9059

PDCA S.A

CNPJ: nº34.699.670/0001-60

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços patrimoniais

Ativo	2020	2019
Ativo circulante	**162.621**	**14**
Caixa e equivalentes de caixa	109.942	–
Contas a receber de clientes	5	–
Contas a receber de partes relacionadas	5.146	–
Impostos a recuperar	8.029	–
Despesas antecipadas	39.357	–
Outros ativos	142	14
Ativo não circulante	**115.868**	**8.689**
Contas a receber de partes relacionadas	6.854	–
Despesas antecipadas	45.893	–
Outros ativos	1	–
Imobilizado	59.450	7.778
Intangível	3.670	911
Total de ativos	**278.489**	**8.703**
Passivo e Patrimônio líquido	**2020**	**2019**
Passivo circulante	**31.662**	**1.426**
Fornecedores	29.133	–
Salários e encargos sociais	2.261	1.170
Impostos a recolher	268	–
Outros passivos	–	256
Passivo não circulante	**2.894**	**291**
Contas a pagar a partes relacionadas	2.248	291
Salários e encargos sociais	646	–
Total de passivos	**34.556**	**1.717**
Patrimônio líquido		
Capital social	87.651	8.726
Reserva de capital	202.512	33
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.837	1.202
Prejuízos acumulados	(54.067)	(2.975)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	**243.933**	**6.986**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**278.489**	**8.703**

A Diretoria

O Relatório da Administração, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes encontram-se à disposição na sede da Companhia

Contador

Carlos Eduardo Mansuelli Fornereto - CRC 1SP 266.728/O-8

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital Social	Reserva de capital: Reserva de capital	Reserva de capital: Transação entre acionistas	Reserva de capital: Total	AFAC	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 20 de agosto de 2019	–	–	–	–	–	–	–
Aumento de capital	8.726	–	–	–	–	–	8.726
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	1.202	–	1.202
Pagamento baseado em ações	–	33	–	33	–	–	33
Prejuízo do período	–	–	–	–	–	(2.975)	(2.975)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**8.726**	**33**	**–**	**33**	**1.202**	**(2.975)**	**6.986**
Aumento de capital	78.925	–	201.575	201.575	–	–	280.500
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	6.635	–	6.635
Pagamento baseado em ações	–	904	–	904	–	–	904
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(51.092)	(51.092)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**87.651**	**937**	**201.575**	**202.512**	**7.837**	**(54.067)**	**243.933**

Demonstrações dos resultados

	2020	2019
Receita de serviços	23.312	–
Custo dos serviços prestados	(22.079)	–
Lucro bruto	**1.233**	**–**
Despesas administrativas	(2.749)	(2.975)
Despesas de vendas	(51.069)	–
Outras despesas operacionais, líquidas	(1.214)	–
	(55.032)	**(2.975)**
Despesa financeira	(39)	–
Receita financeira	2.746	–
Prejuízo antes do IRPJ e contribuição social	**(51.092)**	**(2.975)**
Imposto de renda e contribuição social	–	–
Prejuízo do período	**(51.092)**	**(2.975)**

Demonstrações dos resultados abrangentes

	2020	2019
Prejuízo do período	(51.092)	(2.975)
Total do resultado abrangente do período	**(51.092)**	**(2.975)**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	2020	2019
Prejuízo do período	**(51.092)**	**(2.975)**
Ajustes ao prejuízo do período:		
Depreciação e amortização	6.493	502
Remuneração baseada em ações	904	33
Resultado na baixa de imobilizado e intangível	46	–
Apropriação no resultado de despesas antecipadas	14.769	–
Variações nos Ativos e Passivos:		
Contas a receber de partes relacionadas	(12.000)	–
Impostos a recuperar	(6.374)	–
Despesas antecipadas	(100.019)	–
Contas a receber de clientes e outros ativos	(134)	(14)
Impostos a recolher	268	–
Salários e encargos sociais	1.737	1.170
Contas a pagar a partes relacionadas	1.957	291
Fornecedores e outros passivos	10.353	256
Caixa líquido das atividades operacionais	**(133.092)**	**(737)**
Aquisições de ativo imobilizado	(41.172)	–
Aquisições de ativo intangível	(2.929)	(466)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(44.101)**	**(466)**
Adiantamento para futuro aumento de capital	6.635	1.202
Aumento de capital	280.500	1
Caixa líquido das atividades de financiamento	**287.135**	**1.203**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	**109.942**	**–**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	–	–
Saldo final de caixa e equivalente de caixa	109.942	–
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	**109.942**	**–**

STNE Participações S.A.

CNPJ: nº 35.767.420/0001-82

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços patrimoniais

Ativo	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Ativo circulante	**1.061.749**	**63.996**	**1.340.568**	**103.753**
Caixa e equivalentes de caixa	42.770	4.229	234.128	27.094
Títulos e valores mobiliários	970.353	–	970.353	–
Contas a receber de clientes	–	–	17.317	7.241
Contas a receber de partes relacionadas	–	–	9.945	–
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	22.138	54.475	17.478	54.475
Impostos a recuperar	1.360	51	18.115	8.886
Despesas antecipadas	7.004	3.185	53.682	3.751
Instrumentos financeiros derivativos	18.111	1.714	18.111	1.714
Outros ativos	13	342	1.439	592
Ativo não circulante	**1.012.247**	**1.843.219**	**951.618**	**1.822.901**
Contas a receber de partes relacionadas	353.571	1.610.122	327.222	1.612.717
IRPJ e CSLL diferidos	–	–	23.953	28.986
Outros ativos	19.970	–	28.819	450
Despesas antecipadas	2	–	46.009	–
Investimentos	627.781	201.269	51.983	28.242
Imobilizado	10.869	31.702	119.618	73.733
Intangível	54	126	354.014	78.773
Total do ativo	**2.073.996**	**1.907.215**	**2.292.186**	**1.926.654**
Passivo e Patrimônio líquido	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Passivo circulante	**284.543**	**291.369**	**352.609**	**305.441**
Fornecedores	5.304	3.972	45.580	7.960
Empréstimos e financiamentos	3.163	11.575	6.077	12.444
Salários e encargos sociais	–	–	17.188	6.868
Impostos a recolher	53	7	15.134	2.348
Dividendos a pagar	267.389	267.389	268.293	267.389
Outros passivos	8.634	8.426	337	8.432
Passivo não circulante	**65.007**	**24.397**	**101.480**	**29.138**
Contas a pagar a partes relacionadas	3.549	4.714	10.599	4.141
Empréstimos e financiamentos	696	8.996	4.863	10.171
Salários e encargos sociais	–	–	9.387	2.343
IRPJ e CSLL diferidos	9.415	10.687	27.230	10.687
Provisão para contingências	–	–	376	385
Outros passivos	51.347	–	49.025	1.411
Patrimônio líquido	**1.724.446**	**1.591.449**	**1.838.097**	**1.592.075**
Capital social	1.574.515	1.574.515	1.574.515	1.574.515
Reserva de capital	167.602	25.513	167.602	25.513
Outros resultados abrangentes	24.368	–	24.368	–
Prejuízos acumulados	(42.039)	(8.579)	(42.039)	(8.579)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora	**1.724.446**	**1.591.449**	**1.724.446**	**1.591.449**
Participação dos não controladores	–	–	113.651	626
Total do passivo e do patrimônio líquido	**2.073.996**	**1.907.215**	**2.292.186**	**1.926.654**

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(33.460)**	**(147)**	**(50.252)**	**249**
Itens que serão reclassificados para o resultado	**24.368**	**–**	**24.368**	**–**
Variação no valor justo de títulos e valores mobiliários	24.368	–	24.368	–
Total do resultado abrangente do exercício	**(9.092)**	**(147)**	**(25.884)**	**249**
Total do resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas da controladora	(9.092)	(147)	(9.092)	(147)
Participação dos não controladores	–	–	(16.792)	396
	(9.092)	**(147)**	**(25.884)**	**249**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Atribuível aos acionistas da controladora: Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total
Saldos em 05 de novembro de 2019	–	–	–	–	–	–	–
Constituição da Companhia	1	–	–	–	1	–	1
Assunção ativos cindidos	1.574.514	24.563	–	(8.432)	1.590.645	230	1.590.875
Remuneração baseada em ações	–	950	–	–	950	–	950
Lucro líquido (prejuízo) do período	–	–	–	(147)	(147)	396	249
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**1.574.515**	**25.513**	**–**	**(8.579)**	**1.591.449**	**626**	**1.592.075**
Recebimento em caixa de não controladores	–	135.055	–	–	135.055	95.843	230.898
Diluição de participação de não controladores	–	2.138	–	–	2.138	(2.138)	–
Participação de não controladores oriundos de combinação de negócios	–	–	–	–	–	36.679	36.679
Pagamento baseado em ações	–	4.896	–	–	4.896	240	5.136
Dividendos pagos	–	–	–	–	–	(904)	(904)
Outros resultados abrangentes	–	–	24.368	–	24.368	–	24.368
Outros	–	–	–	–	–	97	97
Prejuízo do exercício	–	–	–	(33.460)	(33.460)	(16.792)	(50.252)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.574.515**	**167.602**	**24.368**	**(42.039)**	**1.724.446**	**113.651**	**1.838.097**

Demonstrações dos resultados

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita de serviços	–	–	254.123	10.121
Custos dos serviços prestados	–	–	(117.507)	(4.859)
Lucro bruto	**–**	**–**	**136.616**	**5.262**
Despesas administrativas	(20.368)	(1.331)	(78.279)	(4.148)
Despesas de vendas	(11)	–	(60.735)	(736)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	8.811	1.537	(7.840)	1.042
Receitas (despesas) operacionais	**(11.568)**	**206**	**(146.854)**	**(3.842)**
Receitas financeiras	2.972	53	6.840	225
Despesas financeiras	(1.912)	(146)	(1.163)	(398)
Perda com investimentos em coligadas	(24.224)	(443)	(6.937)	(560)
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	**(34.732)**	**(330)**	**(11.498)**	**687**
IRPJ e CSLL corrente	–	–	(35.499)	(1.092)
IRPJ e CSLL diferidos	1.272	183	(3.255)	654
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(33.460)**	**(147)**	**(50.252)**	**249**
Lucro líquido (prejuízo) atribuível a:				
Acionistas da controladora	(33.460)	(147)	(33.460)	(147)
Participação dos não controladores	–	–	(16.792)	396
	(33.460)	**(147)**	**(50.252)**	**249**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(33.460)**	**(147)**	**(50.252)**	**249**
Ajustes ao lucro líquido (prejuízo):				
Depreciação e amortização	14.009	1.397	50.615	4.048
IRPJ e CSLL diferidos	(1.272)	(183)	3.255	(654)
Perda com investimentos em coligadas	24.224	443	6.937	560
Resultado financeiro, líquido	(933)	132	(2.795)	(12)
Provisão para contingências	–	–	(27)	16
Remuneração baseada em ações	–	–	5.136	950
Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa	–	–	4.736	(25)
Perda (ganho) na baixa e alienação de bens	(504)	–	9.844	–
Valor justo de derivativos	(16.397)	(1.714)	(5.506)	(1.714)
Valor justo de participação anteriormente detida em adquirida	–	–	(2.992)	–
Variações nos Ativos e Passivos:				
Contas a receber de partes relacionadas	1.259.282	(5.184)	1.278.651	4.174
Impostos a recuperar	(646)	(51)	(8.993)	(369)
Despesas antecipadas	(3.821)	(3.148)	(95.940)	(2.915)
Contas a receber e outros ativos	(19.641)	164	(7.019)	844
Contas a pagar a partes relacionadas	3.835	1.166	11.366	(1.647)
Impostos a recolher	265	7	39.488	713
Salários e encargos sociais	–	–	9.424	(1.608)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	34.362	13.354	31.997	13.354
Fornecedores e outros passivos	9.230	2.771	22	2.383
Juros pagos	–	–	(2)	–
Imposto de renda e CSLL pagos	(219)	–	(25.099)	(182)
Caixa líquido das atividades operacionais	**1.268.314**	**9.007**	**1.252.846**	**18.165**
Aquisições de ativo imobilizado	(4)	–	(63.152)	(728)
Aquisições de ativo intangível	–	–	(28.074)	(615)
Aquisição de controlada, líquida de caixa adquirido	–	–	(185.134)	–
Aquisição de títulos e valores imobiliários	(945.985)	–	(945.985)	–
Valor recebido pela venda de imobilizado	–	–	208	–
Assunção de ativos cindidos	–	256	–	14.661
Aumento de capital em controladas e coligadas	(273.665)	(3.993)	(44.423)	(3.181)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(1.219.654)**	**(3.737)**	**(1.266.560)**	**10.137**
Captação de empréstimos	–	–	302	–
Pagamento de empréstimos	–	–	(10)	–
Pagamentos de arrendamentos	(10.119)	(1.042)	(12.004)	(1.209)
Recebimento em caixa de não controladores e ganho com diluição	–	–	230.898	–
Constituição da Companhia	–	1	–	1
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(10.119)**	**(1.041)**	**219.186**	**(1.208)**
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	–	–	1.562	–
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	**38.541**	**4.229**	**207.034**	**27.094**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4.229	–	27.094	–
Saldo final de caixa e equivalente de caixa	42.770	4.229	234.128	27.094
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	**38.541**	**4.229**	**207.034**	**27.094**

A Diretoria

Carlos Eduardo Mansuelli Fornereto - Contador CRC 1SP 266.728/O-8

O Relatório da Administração, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes encontram-se à disposição na sede da Companhia

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2021 | 18:20:05 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 5AE8AFE7-7AA1-423E-B05A-82E1D9F06A3B

Nova Química Farmacêutica S/A.

CNPJ/ME nº 72.593.791/0001-11

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanço Patrimonial	2020	2019
Ativo/Circulante	**175.509**	**254.426**
Caixa e equivalentes de caixa	55.878	54.716
Contas a receber de clientes	33.087	79.224
Contas a receber de partes relacionadas	27.826	3.826
Estoques	13.099	31.672
Tributos a recuperar	45.245	65.159
Outros recebíveis	374	19.829
Não circulante	**69.551**	**52.528**
Depósitos judiciais	523	713
Tributos a recuperar	56.604	37.498
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.295	6.124
Imobilizado	662	490
Direito de uso de ativos	3.450	7.689
Intangível	17	14
Total do ativo	**245.060**	**306.954**
Passivo/Circulante	**52.381**	**153.242**
Fornecedores	1.822	1.046
Fornecedores a pagar partes relacionadas	10.215	18.178
Passivos de arrendamentos	3.084	2.009
Salários e encargos	1.937	1.309
Tributos a recolher	710	1.066
Imposto de renda e contribuição social a pagar	–	19.905
Dividendos a pagar	27.166	105.529
Outras contas a pagar e provisões diversas	7.447	4.200
Não circulante	**7.253**	**12.454**
Passivos de arrendamentos	493	5.990
Provisão para perdas com processos judiciais	6.760	5.728
Outras contas a pagar e provisões diversas	–	736
Total do passivo	**59.634**	**165.696**
Patrimônio líquido	**185.426**	**141.258**
Capital social	66.000	66.000
Reserva legal	13.203	13.203
Reserva de Incentivos fiscais	4.463	–
Reserva de lucros	101.760	62.055
Total do passivo e do patrimônio líquido	**245.060**	**306.954**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		Reserva de lucros				
	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros a distribuir	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2018	**66.000**	**11.499**	**–**	**12.465**	**–**	**89.964**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	67.824	67.824
Destinações:						
Reserva legal	–	1.704	–	–	(1.704)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(16.530)	(16.530)
Constituição para reserva de lucros	–	–	–	49.590	(49.590)	–
Em 31 de dezembro de 2019	**66.000**	**13.203**	**–**	**62.055**	**–**	**141.258**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	57.403	57.403
Destinações:						
Subvenção para investimentos	–	–	4.463	–	(4.463)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(13.235)	(13.235)
Constituição para reserva de lucros	–	–	–	39.705	(39.705)	–
Em 31 de dezembro de 2020	**66.000**	**13.203**	**4.463**	**101.760**	**–**	**185.426**

Demonstração do Resultado	2020	2019
Receita operacional líquida	**345.322**	**336.014**
Custo das vendas	(215.413)	(190.981)
Lucro bruto	**129.909**	**145.033**
Despesas com vendas	(15.158)	(19.211)
Despesas administrativas	(27.484)	(21.150)
Outras despesas operacionais, líquidas	(3.168)	(2.246)
Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos	**84.099**	**102.426**
Receitas financeiras	2.361	2.992
Despesas financeiras	(2.622)	(3.315)
Resultado financeiro líquido	(261)	(323)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	83.838	102.103
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(26.435)	(34.279)
Lucro líquido do exercício	**57.403**	**67.824**
Lucro líquido por ação/quota atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R$ por ação)	0,87	1,03

Demonstração do Resultado Abrangente	2020	2019
Lucro líquido do exercício	57.403	67.824
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	**57.403**	**67.824**

Demonstração do Fluxo de Caixa	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	83.838	102.103
Ajustes de: Depreciação	1.333	1.611
Amortização	72	5
Valor residual de ativo imobilizado baixado	145	(45)
Baixa de contrato – arrendamentos	(432)	–
(Reversão)/constituição de provisão para perdas a valor recuperável do contas a receber	274	426
(Reversão)/constituição de provisão para obsolescência	139	(573)
(Reversão)/constituição de provisão para perdas com processos judiciais	1.207	(1.494)
Perdas (ganhos) monetários não realizados	146	281
Variações no capital circulante		
Contas a receber de clientes	45.863	3.191
Contas a receber de partes relacionadas	(24.000)	13.456
Estoques	18.434	(13.417)
Tributos a recuperar	(27.804)	(29.455)
Outros recebíveis	19.455	(19.209)
Depósitos judicias	190	10
Fornecedores	776	(2.498)
Fornecedores a pagar partes relacionadas	(7.963)	(15.464)
Pagamentos de processos judiciais	(321)	(1.543)
Salários e encargos	628	(367)
Outras contas a pagar	2.154	186
Caixa gerado pelas operações	**114.134**	**37.204**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(19.899)	(26.842)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**94.235**	**10.362**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Compras de imobilizado e intangível	(2.916)	(406)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(2.916)**	**(406)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Obtenção de arrendamentos	2.833	1.524
Pagamento de arrendamentos	(1.392)	(2.123)
Dividendos pagos	(91.598)	–
Caixa líquido originado das atividades de financiamento	**(90.157)**	**(599)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.162	9.357
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	54.716	45.359
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**55.878**	**54.716**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional – A Nova Química Farmacêutica S/A (a "Companhia") foi constituída em 1994. A Companhia tem por objeto social a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos, próprios e de terceiros, farmacêuticos, alopáticos, alimentícios dietéticos, insumos farmacêuticos e drogas. Em 2020 e 2019, 99% das receitas são oriundas de revendas de produtos adquiridos de terceiros e partes relacionadas, sendo 98% das compras para revenda adquiridas de partes relacionadas, e o remanescente de 1% é oriundo de vendas de produção própria. A sede social da Companhia está localizada na Rod. Jornalista Aguirre Proença KM 08 S/N – Hortolândia-SP. A Companhia faz parte do Grupo NC (o "Grupo") utilizando-se dos seus recursos administrativos, operacionais, financeiros, e tecnológicos. Parte substancial das operações é efetuada com partes relacionadas. Essas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Impactos da Covid-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia: Em 11/03/2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou o surto do Coronavírus Covid-19 como uma pandemia em escala global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e geraram impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos implementaram pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação da Covid-19 efetivamente provocaram. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20/03/2020, que declarou o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. Até o momento as operações da Companhia não foram impactadas de forma significativa em relação à pandemia da Covid-19. O segmento de atuação da Companhia é considerado essencial e, com isso, não houve interrupção na operação durante todo o exercício. Os níveis de estoques permanecem normais e seu processo interno está apto a manter a capacidade produtiva dentro das expectativas esperadas. Quanto aos recebíveis, o setor farmacêutico não sofre, no momento, um aumento da inadimplência decorrente da pandemia. Desta forma, não houve prorrogação dos prazos de vencimentos, mantendo assim o fluxo de caixa em consenso com a estratégia da Companhia. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da UGC. A administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas incluindo as de cunho social: • Renegociações dos contratos com os fornecedores nacionais e estrangeiros, para alinhar a aquisição de insumos para produção com as expectativas relacionadas à futura demanda para os produtos da Companhia, considerando o cenário atual do surto, bem como estender os prazos de pagamento. • Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de funcionários, como o objetivo de reduzir as despesas salariais no médio prazo. • Medida de prevenção do contágio entre os colaboradores, como home office, afastamento dos que estão mais expostos ao grupo de risco, como mulheres grávidas, colaboradores com mais de 60 anos, entre outros. • Produção própria de álcool em gel para distribuição interna a todos os colaboradores. • Doação de EPI's, equipamentos, alimentos, medicamentos e recursos financeiros, somando um total de R$15.000 em doações, para ajuda no combate à Covid-19. **2. Base de preparação e declaração de conformidade** – As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP), incluindo os Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria, em 12/04/2021. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na Nota Explicativa nº 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação** – A moeda funcional da Companhia é o Real. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos** – Na preparação destas demonstrações financeiras a administração da Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e as revisões são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 10 – mensuração da perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; • Nota Explicativa nº 11 – reconhecimento e mensuração das provisões dos estoques: principais premissas na determinação das perdas dos estoques sem movimentação ou vencidos; • Nota Explicativa nº 15 – reconhecimento e mensuração de provisões e litígios: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da saída de recursos; e i) Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. **5. Base de mensuração** – As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **6. Principais políticas contábeis** – As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, tem sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto se descrito de outra forma. a) Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para Reais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão geralmente são reconhecidas no resultado. b) Receita de contrato com clientes: A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente em 2018 usando o método retrospectivo e estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 – Receitas e o CPC 17 – Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita deve ser reconhecida quando (ou à medida que) a Companhia satisfizer à obrigação de *performance* ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo que pode ser em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo – requer julgamento. c) Benefícios a empregados: i) *Benefícios de curto prazo a empregados:* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de um serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. ii) *Participação nos lucros:* A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). d) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de rendimento de depósito bancário de curto prazo, juros de duplicatas a receber, descontos obtidos, variação cambial, e outras receitas financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem juros sobre fornecedores, variação cambial, descontos concedidos entre outras despesas financeiras. e) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$60 por trimestre para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real de tributação anual, caso existam. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, se existir. i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*: Despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:* O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação a diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. iii) *ICPC 22/IFRIC 23 – Incertezas sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro:* Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda. Nessas circunstâncias, a Entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Esta interpretação entrou em vigor em 01/01/2019. A Companhia não identificou impactos relevantes em suas demonstrações financeiras em decorrência da aplicação dessa interpretação. f) Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. No caso dos produtos acabados e dos produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. A provisão para estoques obsoletos é constituída com base nos critérios divulgados na nota 6.i. g) Imobilizado: Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue: Aeronave – 15 anos; Benfeitorias – 30 anos; Edificações – 60 anos; Máquinas – Entre 3-25 anos; Veículos – 5 anos; Móveis, utensílios e equipamentos entre – Entre 5-25 anos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado. h) Instrumentos financeiros: i) *Reconhecimento e mensuração inicial:* O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ii) *Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros – avaliação do modelo de negócio:* A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia; e • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:* Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). *Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas.* **Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Instrumentos de dívida a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. **Instrumentos patrimoniais a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. iii) *Desreconhecimento: Ativos financeiros:* A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros:* A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. iv) *Compensação:* Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. v) *Instrumentos financeiros derivativos:* A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. i) *Redução ao valor recuperável (impairment):* i) Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 120 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 120 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperada:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos com problema de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou devedor; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 120 dias; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação e baixa da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. vi) *Ativos não financeiros:* Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Companhia possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável, se houver, é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. i) *Arrendamentos:* A Companhia aplicou o CPC 06(R2) – Arrendamentos utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R2). Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R2) são divulgados separadamente. **Políticas contábeis aplicáveis a partir de 01/01/2019:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 01/01/2019. i) Como arrendatário: No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 01/01/2019. Segue abaixo taxas de desconto aplicadas:

	Contratos	
	2019	2020
Até um ano	8,30%	4,81%
Até dois anos	8,46%	5,40%
Até cinco anos	9,67%	6,89%
Até dez anos	10,72%	8,19%
Até vinte anos	11,35%	9,19%
Acima de vinte anos	11,35%	9,19%

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **Políticas contábeis aplicáveis antes de 01/01/2019:** Para contratos celebrados antes de 1º. de janeiro de 2019, a Companhia determinava se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se: • O cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e • O acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido: • O comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo; • O comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou • Fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção. Em 31/12/2018, a Companhia não possuía contratos de arrendamentos classificados como arrendamentos financeiros. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento. i) Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Abaixo apresentamos os critérios para constituição das principais provisões: ***Provisão para perdas por recuperação ao valor recuperável do contas a receber (nota 10):*** A provisão para perdas por recuperação ao valor recuperável do contas a receber é constituída de acordo com o escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Os saldos de contas a receber de partes relacionadas não são provisionados. ***Provisão para estoques obsoletos (nota 11).*** A provisão é constituída com base na política interna definida pela Companhia, que leva em consideração as perdas esperadas na realização dos estoques. Estas perdas podem estar relacionadas a lotes de medicamentos vencidos e a vencer no prazo de 180 dias e produtos destinados ao uso em pesquisas e desenvolvimento. ***Provisão para perdas com processos judiciais (nota 15):*** A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos. Com base na avaliação de seus assessores externos e internos, as provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. j) Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. **7. Novas normas e interpretações – 7.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 01/01/2020 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. • Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios – não aplicável; • Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência: As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros. • Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material. As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da Entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia. • Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. O pronunciamento revisa novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **7.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor: • IFRS 17 – Contratos de seguro: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 – Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária.

Luiz Carlos Borgonovi – Diretor Presidente;
Wagner Aparecido Nilo de Paschoal
Contador CRC 1SP 145.242/O-5.

Processo nº: 1002429-50.2019.8.26.0003 – Interdição Curador (Ativo): Dora Maria de Camargo Madeira e outros Interditando (Passivo): Bettina de Camargo Madeira Prioridade Idoso Juiz(a) de Direito: Dr(a). Leonardo Aigner Ribeiro Vistos. Dora Maria de Camargo Madeira, Ana Leticia de Camargo Madeira Gomor, Silvia Helena de Camargo Madeira e Luiza Beatriz de Camargo Madeira Ferraz de Mello alegam, no pedido inicial, que Bettina de Camargo Madeira padece de Doença de Alzheimer, sendo necessário exercer sua Curatela. Nomeada a requerente Dora Curadora Provisória às fls. 39. Por não compreender o ato, a requerida deixou de ser citada (fls. 51). Nomeado Curador Especial, contestou o feito por negativa geral (fls. 71/78). Produzida prova pericial (fls. 116/125). Ciente do laudo, o Ministério Público opinou pela procedência da ação. É o breve relatório. Decido. Julgo PROCEDENTE o pedido, reconhecendo a incapacidade relativa da requerida e NOMEIO DORA MARIA DE CAMARGO MADEIRA como CURADORA DEFINITIVA de BETTINA DE CAMARGO MADEIRA, com base no trabalho do perito judicial, cujo laudo concluiu que a requerida "apresenta quadro de processo degenerativo cerebral com caráter progressivo de início anterior a 2014, determinando déficit cognitivo grave classificado como Demência Mista degenerativo-vascular com CID10 F01.3. Quadro totalmente incapacitante, irreversível com dependência total para as atividades da vida diária e que a impede de realizar os atos da vida civil". Não reúne a requerida, portanto, condições para atos complexos da vida civil tais como fazer empréstimos, conciliar, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar e ser demandada, praticar atos que sejam de mera administração. Com relação aos limites da curatela esta só afetará os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial de acordo com o artigo 85 da Lei 13.146/15. Fica expressamente mantido o direito ao voto. Deverá a Curadora prestar contas de sua gestão, anualmente. ESTA SENTENÇA SERVIRÁ COMO EDITAL. Publique-se pela Imprensa Oficial por três vezes, com intervalo de dez dias, consoante o disposto no art. 755, § 3º, do Código de Processo Civil, na forma do art. 9º, inciso III, do Código Civil. Providenciem os autores a publicação do dispositivo desta sentença por uma vez na imprensa local. A cópia desta sentença SERVIRÁ COMO TERMO DE COMPROMISSO e CERTIDÃO DE CURATELA DEFINITIVA, para todos os fins legais, por celeridade e economia processual, desde que impressa, assinada (no rodapé desta) e posteriormente digitalizada nos autos, no prazo de cinco dias. No mesmo prazo, esclareça a Curadora o quanto solicitado pelo Ministério Público às fls. 159/162. Expeça-se mandado para inscrição da presente no Registro de Pessoas Naturais competente, devendo os interessados providenciarem o encaminhamento. P.R.I.C. São Paulo, 15 de abril de 2021. K-30/04

Edital de Intimação.Prazo de 20 Dias.Processo nº0023876-06.2018.8. 26.0405. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de Osasco/SP., Dr(a). Mário Sergio Leite, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Edson Melo Santos, RG nº 21.389.315-0 e CPF nº126.620.798-86,que nos autos da ação Cumprimen to de Sentença, requerida por USS Soluções Gerenciadas Ltda., foi realizada o bloqueio do valor de R$6.552,70, por meio do sistema Sisbajud. Encontrando-se o executado em lugar ignorado, foi determinada sua INTIMAÇÃO por edital, para que apresente impugnação, caso queira, no prazo de 05 dias, iniciando-se a contagem após o decurso do prazo de 20 dias deste edital. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Osasco, 16/04/2021.

Publique em jornal de grande circulação.

Ligue já:
11. 3729-6600

Athon Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.

CNPJ nº 36.182.063/0001-53

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

Balanço Patrimonial	2020
Ativo/Circulante	**1.060**
Caixa e equivalentes de caixa	629
Impostos a recuperar	31
Outros créditos	400
Não circulante	**25**
Partes Relacionadas	19
Outros	6
Total do ativo	**1.085**

Balanço Patrimonial	2020
Passivo/Circulante	**26**
Obrigações tributárias	26
Não circulante: Mútuos com Partes Relacionadas	570
Patrimônio líquido	**489**
Capital social	1.000
Lucros/Prejuízos Acumulados	(511)
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.085**

Demonstrações dos resultados	2020
Receita operacional líquida	1.050
Custos Operacionais	(1.488)
Lucro bruto	**(438)**
Receitas/(despesas) operacionais	
Gerais, comerciais e administrativas	(72)
Resultado financeiro, líquido	(1)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(511)**
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	–
Prejuízo líquido do exercício	**(511)**

Demonstrações dos resultados abrangentes	2020
Prejuízo líquido do exercício	(511)
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	**(511)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**–**	**–**	**–**
Integralização de capital	1.000		**1.000**
Prejuízo do exercício		(511)	**(511)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.000**	**(511)**	**489**

Demonstrações dos fluxos de caixa	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do exercício	(511)
Ajustes que não afetam o caixa	
	(511)
(Aumento)/redução em ativos	
Impostos a recuperar	(31)
Custo incremental para obtenção de contrato	(400)
Partes Relacionadas	(19)
Outros	(6)
Aumento/(redução) em passivos	
Obrigações tributárias	26
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**(941)**
Imposto de renda e contribuição social recolhidos	–
Fluxo de caixa líquido provenientes das atividades operacionais	**(941)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Integralização de capital	1.000
Mútuos com Partes Relacionadas	570
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**1.570**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**629**
No início do exercício	–
No final do exercício	629
	629

A Diretoria

Contadora
Elizangela Lima de Jesus - CRC: 1SP304484/O-2

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1092515-09.2015.8.26.0100 (u - 1162). A Doutora Ana Claudia Dabus Guimarães e Souza, MM. Juiza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Espólio de Nicola Janucci; Espólio de Catarina Janucci; Espólio de Luiz Janucci; Espólio de Maria Sposito Janucci; Espólio de José Janucci; Espólio de Rosa Tornelli Janucci; Espólio de Rosa Scaglioni Janucci; Espólio de Raphael Scaglioni; Espólio de Magdalena Januzzi; Espólio de Francisco Tassitano; Espólio de Theresa Janucci Manfra; Espólio de Miguel Manfra, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que **Adriana Fernandes de Almeida Moura, Ivone Fernandes Moura, Juliana Fernandes Almeida Moura e Marcus Vinicius Fernandes de Almeida Moura** ajuizou(ram) **ação de USUCAPIÃO**, visando a declaração de domínio do imóvel localizado na Rua Particular B, s/nº, lote 13, bairro do Tremembé, no 22º Subdistrito Tucuruvi - São Paulo - SP., com a área de 2.626,82 ms2., alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias úteis, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1010014-55.2019.8.26.0068 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro de Barueri, Estado de São Paulo, Dr(a). ANELISE SOARES, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ANTÔNIO CARLOS BALTAZAR FERNANDES, Brasileiro, Casado, Ajudante Geral, RG 36.620.173-6, CPF 296.346.938-14, com endereço à Rua Nova Santa Rosa, 14, Vila Chavantes, CEP 08041-130, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Despejo por parte de Bruno Nardini e outro. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Barueri, 26/03/2021.

EDITAL DE ALIENAÇÃO JUDICIAL POR INICIATIVA PARTICULAR PROCESSO: 0033904-15.2017.8.26.0002 REQUERENTE: Condomínio Residencial Jardim dos Colégios REQUERIDO: Maria José Soares de Alexandria e Outros QUEM FARÁ A ALIENAÇÃO JUDICIAL POR INICIATIVA PARTICULAR: Conforme determinado nas folhas 345-346 do processo 0033904-15.2017.8.26.0002, a própria exequente do processo. DESCRIÇÃO DO BEM: Direitos Aquisitivos do apartamento n.º 74, localizado no 7º pavimento do Bloco "C", integrante do "Conjunto Residencial Jardim Dos Colégios", situado na Rua Marie Nader Calfat, n.º 400, e Rua Lydia Dámus Maksoud, no Jardim dos Colégios, 29º Subdistrito – Santo Amaro, com a área privativa de 61,2600m2 e a área comum de 33,0282m2, na qual acha-se incluída a área referente a 01 vaga indeterminada na garagem coletiva, para a guarda de 01 automóvel, com utilização de manobrista, perfazendo a área total de 94,2882m2, correspondendo-lhe uma fração ideal de 0,5000%, equivalente a 32,1900m2 no terreno condominial. Referido bloco foi submetido ao regime de condomínio conforme registro feito sob n.º 7 na Matrícula n.º 299.733. Contribuinte: 170.197.0080-1, em área maior. O imóvel será vendido em caráter ad corpus e no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições até o término das datas designadas para alienação judicial. ÔNUS: Nada Consta. AVALIAÇÃO: R$ 335.000,00 (trezentos e trinta e cinco mil reais), atualizado em Fevereiro de 2021. PREÇO MÍNIMO: 50% do valor de avaliação DO PAGAMENTO: À vista, ou na hipótese de parcelamento (art. 895 do CPC): i) o(a) arrematante deve pagar à vista pelo menos 25% do valor do lance; ii) o saldo do lance deve ser pago em até 30 parcelas iguais e sucessivas com vencimento no dia 10 de cada mês, a contar do mês posterior àquele em que apresentada a proposta escrita de aquisição do bem; iii) cada parcela será corrigida pela Tabela Prática do TJSP da data em que oferecida a proposta de aquisição até seu respectivo pagamento; iv) em caso de mora, incidirão juros de mora simples de 1% ao mês sobre o valor de cada parcela em atraso e multa de 10% incidente sobre a soma da parcela em atraso e das parcelas vincendas(art. 895, § 4º, do CPC). Dentre as propostas de pagamento parcelado que satisfizerem os requisitos do art. 895, § 1º, do CPC, será vencedora: i) aquela de maior valor total (art. 895, § 8º, I, do CPC), se diferentes as propostas; ii) aquela que maior entrada à vista, se de mesmo valor total das propostas; iii) aquela formulada em primeiro lugar, se totalmente idênticas as propostas (art. 895, § 8º, II, do CPC). INÍCIO: A Alienação Judicial por Iniciativa Particular terá início em 07/05/2021 e término em 07/07/2021. CONDIÇÕES DE VENDA: A apresentação de proposta vincula o proponente. Caso este descumpra as formalidades previstas, os autos serão conclusos para análise da segunda maior proposta apresentada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis ao licitante desistente e ciência ao Ministério Público para apurar eventual existência de crime (artigo 358 do CP). Em caso de igualdade no valor ofertado terá preferência a proposta que contemple pagamento à vista ou em menor número de parcelas. Eventuais débitos pendentes sobre o imóvel correrão por conta do arrematante, com exceção do previsto no art. 130, parágrafo único do Código Tributário Nacional. Todas as propostas devem ser enviadas através do e-mail alex@terrasgoncalves.com.br e caio@terrasgoncalves.com.br, contendo as seguintes informações, tais como dados pessoais, endereço completo, valor e forma de pagamento, Caberá ao adquirente examinar todas as dívidas do imóvel, tais como dívidas de condomínio, IPTU, dívida ativa, etc. Caberá ao adquirente tomar as providências e arcar com os custos da desocupação do bem caso o mesmo esteja ocupado. Caberá ao adquirente verificar todas as providências e arcar com todos os custos para a transferência do bem junto aos órgãos competentes, todos os tributos eventualmente incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, inclusive, mas não somente, ICMS, ITBI, IRPF ou IRPJ, taxas de transferência, dentre outros. São Paulo, 29 de abril de 2021. K-30/04

9º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO PAULO - FRANCISCO RAYMUNDO - E D I T A L - FAZ SABER a todos quantos este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que, nos termos do artigo 26, § 4º, da Lei 9.514/97, e por solicitação do credor fiduciário vem com fundamento nos artigos 26 e seguintes da Lei 9.514/97, e a pedido do(a) credor(a) fiduciário(a): **BANCO BRADESCO S.A.**, CNPJ n° 60.746.948/0001-12, com sede no Núcleo Administrativo denominado "Cidade de Deus", Vila Yara, Osasco/SP, **INTIMA** os devedores fiduciantes: **EDVONALDO MATIAS DA SILVA,** brasileiro, empresário, divorciado, RG N° 13.176.384, CPF/MF Nº 014.500.218-75, também na qualidade de representante legal de **HIDROCEM HIDRÁULICA E ELÉTRICA LTDA,** CNPJ N° 01.864.934/0001-34 e **MAIRA LOPES ARAUJO,** brasileira, professora, divorciada, RG N° 42.581.788-X-SSP/SP, CPF/MF Nº 345.985.988-16, para que no prazo de 15 dias, contados a partir da data da última publicação, efetue neste Registro de Imóveis, situado na Rua Augusta, nº 1058 - Cerqueira César-SP, a purgação da mora no valor de **R$ 1.278.500,69,** acrescida dos juros e encargos que vencerem até a data do efetivo pagamento. O não pagamento da quantia reclamada garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel matriculado sob nº **60.078** deste Ofício, em favor da credora fiduciária. São Paulo, 28 de abril de 2021. (Protocolo 637.448)

2ª VARA EMPRESARIAL E CONFLITOS DE ARBITRAGEM DA CAPITAL – SP
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1090653-61.2019.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª VARA EMPRESARIAL E CONFLITOS DE ARBITRAGEM, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). LUIS FELIPE FERRARI BEDENDI, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) JHONATAN LUZIÉRIO BARBOSA MELO, Brasileiro, Empresário, RG MG16490285, CPF 098.178.126-85, com endereço à Rua Manoel Gomes dos Santos, 721, Custódio Pereira, CEP 38405-270, Uberlandia - MG, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Alpargatas S.a., alegando, em síntese, prática de concorrência desleal e utilização indevida de marca. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 01 de março de 2021.

Edital de Citação. Processo Digital nº: 1003517-18.2018.8.26.0114. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível Estabelecimentos de Ensino Requerente: Pachamama Escola Infantil e Fundamental Ltda. Epp Requerido: Krystopher de Vuono Xavier de Souza. Edital de Citação. Prazo de 20 dias. Processo nº1003517-18.2018.8.26.0114. O MM. Juiz de Direito da **7ª Vara Cível, do Foro de Campinas**,Estado de São Paulo, **Dr. Celso Alves de Rezende**, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) **Krystopher de Vuono Xavier de Souza, Brasileiro, Casado, RG 43.708.677 X, CPF 324.233.508-21**,com endereço à Rua Sara Candido Rodrigues,170, C.23 CDM,Jardim Cristina, CEP13054-011,Campinas-SP, que lhe foi proposta uma **ação de Procedimento Comum Cível por parte de Pachamama Escola Infantil e Fundamental Ltda**.Epp, alegando em síntese: inadimplência em contrato de prestação de serviços educacionais. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua Citação, por Edital, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15(quinze)dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta, sob pena de se presumirem verdadeiras, as alegações de fato formuladas pela parte autora e ser considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Campinas, aos 25 de março de 2021**.

www.gazetasp.com.br

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2021 | 18:20:16 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br